



Prêmio
Celso Furtado
de Desenvolvimento Regional

Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida



Prêmio
Celso Furtado
de Desenvolvimento Regional

Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida

Presidenta da República Federativa do Brasil
DILMA ROUSSEFF

Ministro de Estado da Integração Nacional
FERNANDO BEZERRA COELHO

Secretário-Executivo do Ministério da Integração Nacional
ALEXANDRE NAVARRO GARCIA

Secretário de Desenvolvimento Regional
SÉRGIO DUARTE DE CASTRO

Diretora do Departamento de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional
ADRIANA MELO ALVES

Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico
PAULO PITANGA DO AMPARO

**Coordenadora do Prêmio
Celso Furtado de Desenvolvimento Regional
Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida**
MARIA JOSÉ MONTEIRO

Equipe Técnica da Secretaria de Desenvolvimento Regional

ALIERCE JANUÁRIA DOS SANTOS
ANA CAROLINA ABREU
JÉSSICA DA SILVA BRITO
KATIA MARCIA YAJIMA HABARA
LUIZ CARLOS DE LIMA
LÚIZA PEREIRA DE CASTRO
MANOEL DELCIONE DE ARAÚJO
MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL



Prêmio
Celso Furtado
de Desenvolvimento Regional

Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida

PATROCINADORES

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), Banco da Amazônia S.A., Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Banco do Brasil (BB) e Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE).

APOIADORES

Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA)
Ticket Serviços S.A.

REALIZAÇÃO

Ministério da Integração Nacional (MI)
Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Cicef)
Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB)

Brasília, DF
2012

Exemplares desta publicação poderão ser adquiridos no

MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL
Secretaria de Desenvolvimento Regional
SGAN Quadra 906, Módulo F, Bloco A, 2º andar, Asa Norte
Brasília (DF) CEP: 70.790-060
E-mail: premiodesenvolvimento@integracao.gov.br
Telefones: (61) 3414-5344/5673/5356

COORDENAÇÃO EDITORIAL
Maria José Monteiro

PROJETO GRÁFICO E
EDITORAÇÃO ELETRÔNICA
Arroba Comunicação e Marketing

CAPA
Agência De Brito

CRIAÇÃO DA MARCA
PRÊMIO CELSO FURTADO DE
DESENVOLVIMENTO REGIONAL
Anderson Moraes

Todos os direitos reservados

A reprodução não autorizada desta publicação, no todo ou em parte,
constitui violação dos direitos autorais (Lei nº 9.610).

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida
Relatório técnico – Brasília (DF): Ministério da Integração Nacional, 2012

Editores técnicos:

Adriana Melo Alves, Kátia Márcia Yajima Habara, Luiz Carlos de Lima e Maria José Monteiro
Nº de páginas 456

1. Desenvolvimento regional. 2. Integração nacional. 3. Inovação em gestão.

Ministério da Integração Nacional, 2012

BIOGRAFIA DE RÔMULO DE ALMEIDA

O homenageado do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012, Rômulo Barreto de Almeida nasceu em Salvador, em 18 de agosto de 1914, e faleceu em Belo Horizonte, em 23 de novembro de 1988. Em 1933, bacharelou-se pela Faculdade de Direito da Bahia, mas logo passou a atuar na área de planejamento e desenvolvimento econômico.

A trajetória profissional de Rômulo de Almeida foi marcada pela atuação como homem público, acadêmico, político, empresário e diplomata. A expressão mais significativa desse processo relaciona-se com as contribuições fundamentais dadas por ele ao desenvolvimento socioeconômico do Brasil.

Rômulo de Almeida introduziu o planejamento do desenvolvimento brasileiro e fortaleceu a ideia da importância da participação do Estado nesse processo. Como assessor de planejamento do Governo Getúlio Vargas, concebeu planos, leis e, principalmente, favoreceu a expansão nacional com a criação da estrutura econômica estatal, que redirecionou o país rumo à economia urbano-industrial da atualidade. Foram criados, nesse período, a Petrobras, a Eletrobrás, a Capes, o CNPq, o BNDES, o BNB e a Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Spevea), dentre outras instituições. Também colaborou para a concretização da Usina Hidrelétrica de Paulo Afonso.



Rômulo de Almeida e seu sucessor, Celso Furtado, consideravam a participação das empresas estatais no processo de industrialização, bem como o desenvolvimento de projetos prioritários como mineração, petroquímica, energia, telecomunicações e transportes, como estratégicos para o desenvolvimento do Brasil. Foram responsáveis pelo reconhecimento da importância social e política da questão regional brasileira a partir da década de 1950, com a introdução do tema na agenda do governo e no centro do debate nacional.

O pensamento de ambos foi determinante para a concepção e implementação de diretrizes políticas que culminaram com a criação de instituições voltadas para o desenvolvimento do Nordeste. As ações implantadas sob a concepção e/ou coordenação de Rômulo de Almeida, com os mais fortes impactos na organização e estruturação do território nordestino, estão relacionadas com a criação do Polo Petroquímico de Camaçari (BA) e com o incentivo ao surgimento do Polo de Confecções de Fortaleza. Em Alagoas, sugeriu a implantação da indústria petroquímica; em Pernambuco, do Complexo Industrial de Suape; e em Sergipe e no Rio Grande do Norte, a destinação das belas praias para o turismo nacional e internacional.

Dentre os cargos ocupados por Rômulo de Almeida citam-se: diretor do Departamento de Geografia e Estatística do Território do Acre (1941); assessor da Comissão de Investigação Econômica e Social da Assembleia Nacional Constituinte (1946); membro de subcomissões da Comissão Mista Brasileiro-Americana de Estudos Econômicos, também conhecida como Missão Abbink (1948 a 1949).

Em 1951 esteve à frente da Assessoria Econômica da Presidência da República. Em 1953 assumiu a presidência do Banco do Nordeste do Brasil (BNB). No pleito de outubro de 1954, elegeu-se deputado federal pela Bahia na legenda do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB). Em 1955 criou e presidiu a primeira Comissão de Planejamento Econômico do Estado da Bahia. Em 1957 criou e presidiu o Fundo de Desenvolvimento Agroindustrial da Bahia e foi nomeado vice-presidente da Rede Ferroviária Federal. De 1957 a 1959 reorganizou o Instituto de Economia e Finanças da Bahia e, nesse último ano, foi secretário sem pasta para Assuntos do Nordeste em seu estado. Representou a Bahia na Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) e, nomeado posteriormente secretário de Economia, elaborou o projeto da Companhia de Energia Elétrica da Bahia (Coelba).

Foi diretor da Companhia Ferro e Aço de Vitória em 1961. Com a extinção do bipartidarismo em 1979 e a consequente reformulação partidária, vinculou-se à corrente trabalhista liderada por Leonel Brizola. Quando esse perdeu a sigla do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

Rômulo de Almeida participou de várias conferências internacionais. Foi professor da faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia, da Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica, do Curso de Planejamento do Departamento Administrativo do Serviço Público (Dasp) e da Escola Brasileira de Administração Pública (Ebp) da Fundação Getúlio Vargas. Foi diretor da Fundação Casa Popular, da Companhia Brasileira de Petróleo Ipiranga, da Empreendimentos

Bahia S.A. e presidente da Consultoria de Planejamento Clan S.A. Tornou-se membro do conselho diretor do Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam). Presidente de honra do PMDB baiano, foi nomeado em 1985 diretor de planejamento da área industrial do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no Governo Sarney.

Nos últimos anos em que viveu, Rômulo de Almeida esteve envolvido diretamente na luta pela redemocratização do Brasil. Faleceu no fim dos anos 1980, deixando um legado de instituições estatais que socorreram a economia do Brasil na crise econômica mundial da primeira década dos anos 2000. Entre outras obras, publicou: *A experiência brasileira de planejamento, orientação e controle da economia*; *Educação num país em processo inicial de desenvolvimento*; *Novas medidas internacionais em prol do desenvolvimento econômico*; *Petroquímica na economia nacional*; *O Nordeste no Segundo Governo Vargas*; *A origem, a estrutura, o funcionamento e os problemas da Alalc*; *Petroquímica na economia mundial*; e *Finanças estaduais e serviços fazendários*.

APRESENTAÇÃO

O Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida é uma iniciativa conjunta do Ministério da Integração Nacional, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Regional e do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Foi concebido como estratégia de discussão e divulgação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). O Prêmio propõe-se a estimular a reflexão e o debate sobre o estágio atual da questão regional brasileira e a identificar medidas que contribuam para o desenvolvimento harmônico do território brasileiro, em conformidade com os objetivos daquela Política.

A primeira edição do Prêmio, em 2010, homenageou o professor Celso Furtado pela sua contribuição à análise do desenvolvimento econômico e regional do Brasil e dos países latino-americanos, bem como sua atuação como gestor público, articulando aportes teórico-conceituais com a prática político-administrativa, voltados, sobretudo, para o desenvolvimento do Nordeste. A partir da segunda edição, o nome do consagrado economista brasileiro foi incorporado ao Prêmio, passando a se chamar *Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional*.

Na edição de 2012, o Prêmio homenageia Rômulo de Almeida, homem público, acadêmico, empresário, político e diplomata que dedicou sua vida profissional ao desenvolvimento nacional e regional, tendo ocupado diversos cargos públicos relevantes. Professor em diversas instituições de ensino superior no país, Rômulo elegeu-se deputado federal pela Bahia em 1954 e faleceu em 1988, quando ocupava o cargo de diretor de planejamento industrial do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).

O homenageado da próxima edição do Prêmio, a ocorrer em 2014, será o professor doutor Armando Dias Mendes, um dos maiores estudiosos da Amazônia, fundador do Núcleo de Altos Estudos Amazônicos da Universidade Federal do Pará (NAEA/UFPa) e presidente do Banco da Amazônia, dentre suas ações mais relevantes.

A segunda edição envolveu a formalização de parcerias com instituições estratégicas para o desenvolvimento do país, em âmbito nacional e regional, vinculadas ao financiamento do desenvolvimento e à indução do empreendedorismo. São entidades patrocinadoras: BNDES, Banco do Brasil (BB), Banco da Amazônia S.A., Banco do Nordeste do Brasil (BNB), Banco Regional do Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) e Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas

(Sebrae). São entidades apoiadoras: o Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura (IICA) e a Ticket Serviços S.A., além da Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB), responsável pela captação e pelo gerenciamento do uso dos recursos de patrocínio.

Um amplo processo de divulgação foi feito para estimular candidaturas ao Prêmio, por meio de e-mails, redes sociais, estruturação de seção específica e de sítio eletrônico externo vinculado ao Portal do Ministério da Integração, eventos promovidos para apresentação e divulgação do Prêmio nos estados-sede das instituições patrocinadoras e divulgação em revistas cuja temática relaciona-se com desenvolvimento regional, jornais e links patrocinados. O propósito da divulgação foi o de garantir acesso a todas as regiões do país, assim como aos segmentos representativos da sociedade brasileira comprometidos com a busca da reversão das desigualdades regionais. A divulgação contou também com a cooperação de diversas instituições públicas e privadas, em níveis federal e estadual, que disseminaram informações sobre o Prêmio nas suas redes de contato.

O sistema de inscrição foi colocado no sítio eletrônico do Prêmio, de março a agosto de 2012, para preenchimento dos formulários, anexação dos trabalhos originais e inscrição. Representantes de todos os segmentos dos estados brasileiros, envolvidos com o tema, tanto do poder público como da sociedade civil, apresentaram propostas. Na escala regional, a Região Nordeste foi a que fez o maior número de inscrições. Em termos estaduais, São Paulo e Rio de Janeiro saíram na dianteira. As propostas premiadas estão publicadas neste relatório, na íntegra, como apresentadas na inscrição, e as demais classificadas têm os resumos constantes do mesmo documento. O relatório com as propostas premiadas e classificadas está disponível, para acesso, no endereço eletrônico www.integracao.gov.br/premio. Os trabalhos originais estão disponíveis na Comunidade Virtual da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional (SDR/MI), na página www.integracao.gov.br/integraregio.

As propostas inscritas foram objeto de pré-avaliação por um conjunto de especialistas, como subsídio aos trabalhos da comissão julgadora de análise, julgamento e definição dos trabalhos premiados, considerando as orientações do regulamento. Ambas as equipes contaram com a participação de reconhecidos especialistas em desenvolvimento regional do país, representantes das cinco macrorregiões brasileiras.

Os trabalhos publicados foram objeto de revisão gramatical e ortográfica, sem alteração do conteúdo dos textos apresentados. As propostas inscritas foram sistematizadas com base nas categorias estruturantes do Prêmio: Categoria I – Produção do Conhecimento Acadêmico; Categoria II – Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional e Categoria III – Projetos Inovadores para Implantação no Território.

SUMÁRIO

| | |
|---|----|
| SAUDAÇÕES | 13 |
| PREFÁCIOS | 43 |
| Ministro de Estado da Integração Nacional | |
| FERNANDO BEZERRA COELHO | |
| NOVOS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL | 43 |
| Secretário de Desenvolvimento Regional | |
| SÉRGIO DUARTE DE CASTRO | |
| POR UM BRASIL MAIS EQUILIBRADO, JUSTO E FRATERNO | 47 |
| Diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento | |
| MARCOS FORMIGA | |
| AO MESTRE RÔMULO DE ALMEIDA | 51 |
| INTRODUÇÃO | 55 |
| PROPOSTAS PREMIADAS | 59 |
| Categoria 1 | |
| PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO – Doutorado | |
| 1º LUGAR – POLÍTICAS DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL NO RIO GRANDE DO SUL: VESTÍGIOS, MARCAS E REPERCUSSÕES | 61 |
| 2º LUGAR – A ECONOMIA POLÍTICA DO DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL – UMA ANÁLISE DA DIVERSIDADE INSTITUCIONAL | 68 |
| Categoria 1 | |
| PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO – Mestrado | |
| 1º LUGAR – POLÍTICAS PÚBLICAS TERRITORIAIS: UMA NOVA VISÃO SOBRE O DESENVOLVIMENTO | 75 |
| 2º LUGAR – CAMINHOS DO JEQUITINHONHA: ANÁLISE DO PROJETO DE COMBATE À POBREZA RURAL COMO POLÍTICA PÚBLICA PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO DO VALE DO JEQUITINHONHA (MG) | 81 |
| Categoria 2 | |
| PRÁTICAS ÉXITOSAS DE PRODUÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL | |
| 1º LUGAR – REDE SOLIDÁRIA CATA-VIDAS | 85 |
| 2º LUGAR – FORTALECIMENTO DA CADEIA PRODUTIVA DA OVINOCAPRINOCULTURA NO ESTADO DE ALAGOAS PARA POTENCIALIZAR O DESENVOLVIMENTO LOCAL E A GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA PARA AS FAMÍLIAS EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE SOCIOECONÔMICA | 92 |

| | |
|---|------------|
| Categoria 3 | |
| PROJETOS INOVADORES PARA IMPLANTAÇÃO NO TERRITÓRIO | |
| 1º LUGAR – ADAPTA SERTÃO – TECNOLOGIAS SOCIAIS DE ADAPTAÇÃO À MUDANÇA CLIMÁTICA | 101 |
| 2º LUGAR – CIDADES VERDES | 110 |
| MENÇÕES HONROSAS | 113 |
| Categoria 1 | |
| PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO – Doutorado | 115 |
| Categoria 1 | |
| PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO – Mestrado | 132 |
| Categoria 2 | |
| PRÁTICAS EXITOSAS DE PRODUÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL | 148 |
| Categoria 3 | |
| PROJETOS INOVADORES PARA IMPLANTAÇÃO NO TERRITÓRIO | 168 |
| PROPOSTAS INSCRITAS | 191 |
| Categoria 1 | |
| PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO – Doutorado | 193 |
| Categoria 1 | |
| PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO – Mestrado | 254 |
| Categoria 2 | |
| PRÁTICAS EXITOSAS DE PRODUÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL | 345 |
| Categoria 3 | |
| PROJETOS INOVADORES PARA IMPLANTAÇÃO NO TERRITÓRIO | 389 |
| COMISSÕES | 453 |
| Comissão Organizadora | 453 |
| Comissão Julgadora | 454 |
| Consultores Avaliadores | 456 |



SAUDAÇÕES

O Banco da Amazônia, como agente financeiro do governo federal na região, trabalha com foco na redução das desigualdades intra e inter-regionais.

Nesse sentido, é grande a satisfação do Banco de apoiar a realização do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, na certeza de estar no caminho da busca constante de soluções que incorporem inovações na geração do conhecimento, com ações integradas e cooperadas, que resultem em desenvolvimento em bases mais sustentável, com baixo custo financeiro e elevado ganho econômico e social.

Não há a menor dúvida de que o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional é um estímulo às reflexões acerca das perspectivas econômicas, ambientais e sociais para as regiões, colocando em evidência os problemas brasileiros e desafios aos estudiosos e pesquisadores.

Para nós, apoiar a realização do Prêmio é gratificante. Continuaremos incentivando iniciativas que motivem os estudiosos a desenvolverem seus projetos, a criarem soluções originais, que contribuam para o desenvolvimento regional.

ABIDIAS JOSÉ DE SOUSA JUNIOR

Presidente do Banco da Amazônia

O Banco do Brasil tem a satisfação de, mais uma vez, patrocinar o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional e de se integrar, nesta edição 2012, à justa homenagem a Rômulo de Almeida, um dos ícones do pensamento desenvolvimentista nacional.

O Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, ao criar vínculos entre a ação governamental e a sociedade civil, torna-se instrumento efetivo na busca de soluções para superar as desigualdades sociais e econômicas do país, contribuindo assim para a sequência das transformações que o Brasil vem experimentando nos últimos anos. Temos a convicção de que é fundamental para o crescimento do Brasil que haja tal estímulo para a produção do conhecimento e que sejam devidamente reconhecidas as iniciativas inovadoras e as práticas bem-sucedidas em produção e gestão institucional.

ALDEMIR BENDINE

Presidente do Banco do Brasil

Os estudos e a atuação pessoal de Celso Furtado foram fundamentais para a mudança de rumos da política e da economia da Região Nordeste, contribuindo para diminuir o enorme atraso econômico e social do povo nordestino.

Peça-chave para a realização dessas mudanças foi o projeto de lei de criação do Banco do Nordeste, aprovado pelo presidente Getúlio Vargas, da lavra do economista Rômulo de Almeida. O Banco concebido por esse competente economista baiano, que já incorporava múltipla capacidade de atuação no âmbito do Sistema Financeiro Nacional, atuou como destacado protagonista dessas transformações, tanto na frente bancária como na viabilização dos projetos financiados, inspirados e formulados no que havia de vanguarda na teoria econômica do desenvolvimento à época, teoria para qual Celso Furtado muito contribuiu.

Dessa forma, é com entusiasmo que o Banco do Nordeste renova o apoio à edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional 2012, que presta justa homenagem a Rômulo de Almeida, proporciona a geração de conhecimentos inovadores sobre os desafios e as oportunidades dessa importante região do Brasil e contribui para valorizar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

ARY JOEL DE ABREU LANZARIN

Presidente do Banco do Nordeste do Brasil

Há 51 anos o Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE) sabe que o apoio ao desenvolvimento regional é uma das bases para a construção de um país menos desigual, mais produtivo e socioeconomicamente mais justo. Assim, apoiar a segunda edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, louvável iniciativa do Ministério da Integração, é simbólico para a instituição. Mais do que um prêmio de relevante expressão nacional, entendemos que ele semeia as bases que vão ajudar a edificar um Brasil mais competitivo e promissor. Por meio da criatividade dos profissionais e intelectuais brasileiros, conhecedores da diversidade sociocultural, econômica e geográfica de suas regiões, podem brotar iniciativas capazes de encurtar as distâncias socioeconômicas do país.

O Prêmio Celso Furtado provoca a inventividade capaz de alavancar novas estruturas produtivas, culturais e ambientais conectadas com o futuro. O solo brasileiro é fértil em produção de conhecimento. Nossos mestres, doutores e especialistas estão ávidos por contribuir e o Prêmio Celso Furtado é umas dessas vias por onde o desenvolvimento regional é capaz de ganhar novas e estimulantes alternativas. O BRDE, como porta-voz do desenvolvimento da Região Sul, só pode comemorar tantas contribuições que, certamente, ajudarão a transformar muitos cenários regionais.

CARLOS HENRIQUE VASCONCELLOS HORN

Presidente do BRDE

Com honra e satisfação o BNDES apoia o Ministério da Integração Nacional na edição 2012 do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, necessária valorização da dimensão espacial no processo de desenvolvimento.

Esta publicação é especialmente importante por disseminar conhecimentos imprescindíveis ao aprimoramento das políticas públicas e privadas, sobretudo quando são registrados no país significativos avanços de inclusão social e regional. Trata-se, portanto, de momento propício para nos debruçarmos sobre desafios e oportunidades, particulares à nossa diversidade, visando a descortinar novos caminhos para aproveitar com intensidade ainda maior a criatividade brasileira.

Possui mérito adicional a homenagem da presente versão do Prêmio Celso Furtado a Rômulo de Almeida. Em suas reflexões e em ricas carreiras como homens públicos, esses dois aguerridos defensores do desenvolvimento brasileiro, e históricos diretores do BNDES, sempre enfatizaram o imperativo de tratar das iniquidades regionais, propondo e implementando ações inspiradoras de um futuro melhor e mais justo.

LUCIANO COUTINHO

Presidente do BNDES

O Sistema Sebrae tem buscado aprimorar sua atuação com foco no desenvolvimento territorial, levando aos proprietários dos pequenos negócios orientação técnica, identificação de novas oportunidades de mercado e fortalecimento das políticas públicas de fomento, principalmente no que toca à implementação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas nos municípios brasileiros. E um dos grandes desafios da instituição é fazer isso nos territórios de baixo dinamismo econômico.

Outra importante frente de trabalho com a qual o Sebrae tem contribuído, na busca de um país mais justo e socialmente mais equilibrado, é o estímulo à inclusão produtiva, por meio da formalização de microempreendedores individuais que passam a ter proteção previdenciária, CNPJ e resgatam sua cidadania. Em três anos o Brasil já inclui cerca de 2,5 milhões de cidadãos na formalidade que buscam maior sustentabilidade e novas oportunidades de negócio.

A homenagem ao professor Rômulo de Almeida com este prêmio é mais do que justa pelos relevantes trabalhos realizados por ele para o desenvolvimento do Brasil. Sentimo-nos honrados pela participação na seleção de trabalhos que estão promovendo o desenvolvimento nacional, os quais, de forma direta ou indireta, favorecem o ambiente para o desenvolvimento dos pequenos negócios brasileiros.

LUIZ BARRETO FILHO

Presidente do Sebrae

Com quase 50 anos de trajetória ininterrupta a serviço do desenvolvimento rural do Brasil, visando à melhoria das condições de vida das famílias que moram no meio rural, para o Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA) tem sido uma honra participar mais uma vez, junto a um conjunto de destacadas instituições nacionais, do Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional Edição 2012.

Nosso mandato de trabalhar para a promoção de um desenvolvimento rural competitivo, sustentável e inclusivo encontra eco na filosofia desse prêmio, baseada na importância de difundir boas práticas e experiências bem-sucedidas, contribuindo para o sonho de Celso Furtado de lutar por um desenvolvimento regional sistêmico e abrangente que reconheça a importância das iniciativas locais.

MANUEL RODOLFO OTERO

Representante do IICA no Brasil

.....

O desenvolvimento é essencial para a República, a democracia, a igualdade e a soberania do Brasil. Assim, o Ministério da Integração Nacional cumpre os desígnios constitucionais, por meio do Premio Celso Furtado, que este ano homenageia com todo o mérito Rômulo de Almeida.

ROBERTO BAUNGARTNER

Diretor de Relações Institucionais da Ticket Serviços S.A.

.....

A Fundação Universitária José Bonifácio se sentiu gratificada em participar, como administradora financeira, da segunda edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional: homenagem a Rômulo de Almeida.

Há que se destacar, em sua obra, ações que propiciaram a reflexão e o debate sobre o desenvolvimento a partir das diversidades regionais, contribuindo, certamente, para a construção de um crescimento nacional equilibrado, no qual se contemplava a diversidade e a integração de cada espaço regional.

Como disse Luiz Nassif, na Folha de S.Paulo, em junho de 2001, a Bahia modernizou-se graças a Rômulo de Almeida, “talvez o maior dos baianos, homem que, com seu sentido de planejamento, sua visão de futuro, sua capacidade de juntar em torno de si os melhores quadros técnicos, ajudou a formar não apenas a nova Bahia, como o novo Brasil”.

É uma homenagem justa, pela contribuição de Rômulo de Almeida na consolidação da noção de planejamento. Deve-se a ele a formulação do projeto original da Petrobras e da Eletrobrás.

SYLVIA DA SILVEIRA MELLO VARGAS

Presidente da Fundação Universitária José Bonifácio

O Prêmio Celso Furtado vem dando destaque e reconhecimento a grandes projetos e iniciativas focadas no desenvolvimento territorial, com grande competência. Sua convergência com as iniciativas do Sebrae é muito grande nesse momento em que ambos focam a redução das desigualdades regionais e o enfoque em políticas públicas que impactam no desenvolvimento regional e descentralizado. Não obstante os resultados fantásticos alcançados pelo país como um todo na redução dessas disparidades e no resgate de uma dívida social histórica nos últimos 10 anos, a caminhada ainda é grande. Articulação federativa, parcerias fortes, engajamento social e objetivos claros e pragmáticos, como os que foram alvo dos projetos que concorreram ao Prêmio, devem ser buscados com vigor e de forma sustentável, como verdadeiras políticas de estado. Esse é o caminho que trilhamos juntos.

ANDRÉ SPÍNOLA

Gerente Nacional de Desenvolvimento Territorial do Sebrae

Contribuir para o desenvolvimento regional, divulgar boas práticas e valorizar talentos humanos foi o propósito da brilhante iniciativa intitulada Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida. O resultado dessa premiação nos brinda com práticas de desenvolvimento exitosas que podem ser reproduzidas, projetos inovadores que farão a diferença nas comunidades e que certamente vão apoiar a promoção, a expansão e o crescimento dos territórios. O Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura parabeniza todos os participantes e ratifica o apoio técnico e institucional às futuras edições do prêmio e às experiências bem-sucedidas e exemplares que possam prosperar no Brasil e na América Latina.

BRENO ARAGÃO TIBURCIO

Coordenador Técnico do Instituto Interamericano de Cooperação para Agricultura

Entendo que o Prêmio Celso Furtado, patrocinado pelo Ministério da Integração Nacional, busca estimular reflexões e ações que contribuam efetivamente para a geração de fatores contra-arrestadores das forças que engendram e perpetuam nossas históricas e recalcitrantes desigualdades socioespaciais. Celso Furtado, homem de reflexão e de ação, nos colocou as questões centrais para a construção de uma nação: como construir trajetórias mais autônomas, ancoradas no nosso específico patrimônio societal, e vias mais plurais e alternativas de desenvolvimento? Como desatar as energias da criatividade contida e valorizar a riqueza cultural, revelada ou latente, de uma civilização nacional com altas heterogeneidade e diversidade como a brasileira? Eu diria também: como não deixar que nossas for-

gas produtivas apenas sancionem nossas permanentes forças predativas e possamos ousar, no sentido de Furtado, alargar nossos horizontes de possibilidades? Ao lado de Celso, grandes homens públicos, como Rômulo de Almeida, ensinaram, também por suas práticas, que essas complexas problemáticas civilizacionais não podem ficar circunscritas a compartimentos políticos ou acadêmico-disciplinares: é preciso permanentemente realizar um afastamento da discussão do processo de desenvolvimento, assentada meramente em parâmetros econômicos, para redirecioná-la para o contexto maior das opções sociopolíticas e da busca soberana por ampliação de nosso leque de oportunidades.

CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO

Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Coordenador do Observatório Celso Furtado para o Desenvolvimento Regional

Um dos grandes méritos do Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional Edição 2012 é promover a aproximação das políticas públicas do desenvolvimento regional do governo federal com o que há de melhor e mais inovador no conhecimento acadêmico e prático da sociedade brasileira.

O mais relevante é que essa seleção de conhecimento teórico-metodológico e prático não é simplesmente feita pelos integrantes do governo, mas é feita com apoio e num diálogo estreito e de mútuo respeito entre os princípios da política pública e aqueles dos conhecimentos das universidades e órgãos de pesquisa em geral, assim como das organizações que empreendem ações inovadoras e sustentáveis.

Esse me parece o caminho de maior acerto em políticas de desenvolvimento regional de âmbito territorial, uma vez que esse diálogo é aberto com o conhecimento produzido nos mestrados e doutorados, assim como com aqueles das coletividades e organizações do Brasil inteiro. Contempla, portanto, num grande diálogo de saberes, a diversidade e especificidades de toda a realidade e inteligência brasileira.

CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT

Pesquisadora da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais

Diretora Acadêmica pelo Brasil do Erasmus Mundus Master em Desenvolvimento Territorial Sustentável

Docente da Universidade Católica Dom Bosco

O Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, em sua segunda edição, reuniu histórias, pensamentos e exemplos de um país que mostra sua face ao desenvolvimento aliado à preocupação com a sustentabilidade de suas ações peran-

te a sociedade e o meio ambiente. As cinco regiões brasileiras se fizeram presentes nessa edição do prêmio, demonstrando quão fecundas podem ser as questões que envolvem o desenvolvimento regional no Brasil, seja por meio da produção do conhecimento científico, da divulgação de boas práticas e sistemas de gestão em execução ou de futuros projetos inovadores. Celso Furtado introduziu uma nova forma de pensar a economia de seu país e Rômulo de Almeida de executá-la e perpetuá-la. Para ambos sempre foi nítida a certeza de que o pensamento econômico ia muito além dos números, ele envolvia, também, a história, a sociedade e a política. Com o prêmio, seus participantes e colaboradores são convidados, bienalmente, a relembrar e se deleitar com as obras, os feitos e as ideias desses pensadores, que ajudaram o Brasil a se olhar melhor por meio de suas próprias lentes.

CRISTINA SANTOS AMORIM

Universidade Federal do Rio de Janeiro

A segunda edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, promovida em 2012 em homenagem a Rômulo de Almeida e organizada pelo Ministério da Integração Nacional, representou a continuidade do resgate da questão regional no Brasil. Um país que precisa superar as históricas desigualdades sociais e regionais e, acima de tudo, superar o subdesenvolvimento precisa estimular e premiar estudos e iniciativas que, além de fazer um claro diagnóstico dos nossos problemas, apresentem alternativas de políticas públicas. Está claro que precisamos de uma mudança cultural que passa por um amplo processo educacional e que seja capaz de mudar as nossas instituições regionais. Ademais, o Brasil precisa olhar com mais atenção para regiões como a Amazônia, que, apesar de estar no centro dos debates internacionais, ainda permanece na periferia dos interesses da nação. As ações pensadas para a região não podem ser pensadas na Amazônia, mas deveriam ser pensadas para os amazônidas, cerca de 25 milhões de brasileiros que precisam de respeito, dignidade e de políticas públicas incluídas.

EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA

Professor Adjunto da Universidade Federal do Pará

O Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional é uma feliz iniciativa do Ministério da Integração Nacional porque incentiva a academia e a sociedade brasileira na busca de soluções para enfrentar a grave questão das desigualdades regionais no Brasil. Nesse sentido, é fundamental a produção e difusão de conhecimento e de iniciativas bem-sucedidas sobre a problemática regional brasileira, como um dos mecanismos facilitadores da construção de políticas públicas que favoreçam a emergência de um novo ambiente institucional, no qual o Estado possa

priorizar o desenvolvimento nacional com foco na melhoria da qualidade de vida de todas as regiões brasileiras.

Assim, parablenizo os vencedores do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, edição 2012. Certamente os autores vencedores, além do prêmio a que fizeram jus, terão suas motivações renovadas para prosseguirem na luta pela melhoria da qualidade vida nas regiões brasileiras.

FÁBIO CARLOS DA SILVA

Professor Associado do NAEA/UFPA

Secretário Executivo da Incubadora de Políticas Públicas da Amazônia

A dimensão regional do Brasil torna-se crucial com o acirramento das crises econômico-financeira e ambiental que se agravam no mundo, eis que assimetrias territoriais – de capacidades dos indivíduos, de produtividade das empresas, de eficiência das instituições, de aparelhamento do território e de manejo sustentável da base natural – tornam cumulativas as desigualdades na repartição dos resultados do crescimento econômico e restringem, com isso, o desenvolvimento. De modo que, cada vez mais, as regiões deverão constituir objetos da visão e operação estratégicas para um desenvolvimento sustentável e inclusivo.

Para tanto, o país carece de uma leitura regional de si próprio – na qual o Brasil se veja como um sistema de regiões, cujas virtuosidades, ao serem potenciadas, alimentarão seu desenvolvimento; cujas carências, negligenciadas, limitarão seus avanços. Com tal conhecimento, para cuja formação o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional constitui inestimável apoio, o país poderá estabelecer os marcos de uma política de desenvolvimento regional que contemple os grandes desafios e as oportunidades dos tensos, porém criativos, momentos presentes.

FRANCISCO DE ASSIS COSTA

Universidade Federal do Pará

Com enorme alegria, nós, que presidimos o Conselho Nacional de Secretários Estaduais do Planejamento (Conseplan), manifestamos a satisfação de fazermos parte da comissão julgadora do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida.

Iniciativa louvável do Ministério da Integração Nacional, a premiação estimula o interesse pela abordagem, discussão, reflexão e produção de conhecimento sobre questões essenciais, no tocante ao desenvolvimento regional.

Acreditamos ser fundamental, a qualquer tempo, manter o foco no desenvolvimento integrado e na diminuição das desigualdades intra e inter-regionais, paralelamente à preocupação com a preservação do meio ambiente.

Com um planejamento adequado, seremos capazes de trilhar caminhos cada vez mais produtivos em um país desenvolvido e equilibrado regionalmente, do ponto de vista socioeconômico e ambiental.

GUSTAVO NOGUEIRA

Secretário de Estado do Planejamento e Gestão da Paraíba
Presidente do Conseplan

.....

A segunda edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, em 2012, mais uma vez divulga experiências bem-sucedidas, valorizando aqueles que se dedicam ao desenvolvimento regional, homenageando merecidamente Rômulo de Almeida, que, ao longo de sua trajetória profissional, se destacou como professor da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade da Bahia e da Escola Brasileira de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas (Ebp-FGV). Em seu caminho é importante lembrar ainda o momento em que foi diretor da Fundação Casa Popular (precursora do Banco Nacional da Habitação), cujo objetivo era atender à população que não participava do mercado formal de trabalho, representando dessa forma o primeiro esforço declarado do Estado no trato do problema de moradias populares, bem como serviços de melhoramentos urbanos ligados à habitação popular.

A discussão e a divulgação de experiências sobre a questão regional, no Brasil, colocam o tema em espaços privilegiados das agendas políticas, permitindo a inclusão de regiões menos desenvolvidas, tornando-as conseqüentemente mais competitivas, garantindo acesso aos direitos essenciais da vida e da cidadania, ampliando a prática da convivência solidária e oportunizando o conhecimento, bem como fortalecendo o desenvolvimento local e a geração de emprego e renda.

HELENA IBIAPINA LIMA

Superintendente Técnico-Científico e Cultural
Fundação Universitária José Bonifácio

.....

Em uma de suas últimas palestras, proferida como diretor do BNDES em 1988, Rômulo de Almeida, o homenageado da presente edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, ressaltava que a redução de desigualdades regionais brasileiras dependia de “políticas adjetivas”, que qualificassem o desenvolvimento pretendido e apontassem para a construção de um projeto nacional justo e coeso.

Se por um lado demonstrava otimismo com a contribuição dos novos direitos sociais inscritos na Carta Magna para a redução de disparidades territoriais, por outro lado ressaltava que a busca pela competitividade internacional tornava per-

manente a necessidade de um planejamento regional realmente capaz de fortalecer e diversificar a base produtiva, mobilizando as potencialidades deste país continental em toda a sua diversidade.

Ao revisitar as contribuições tão atuais desse “planejador do futuro”, saudamos os organizadores, patrocinadores e premiados, assinalando a imensa contribuição do Prêmio Celso Furtado à importância econômica, social e política da questão regional.

**HELENA LASTRES, EDUARDO KAPLAN, CRISTINA LEMOS,
CRISTIANE GARCEZ, WALSEY MAGALHÃES, JOSÉ EDUARDO PESSOA**

Secretaria de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais e Desenvolvimento Regional do BNDES

Celso Furtado não foi um regionalista ressentido. Pelo contrário, fazendo uso do método científico e da racionalidade moderna, ponderou que as fontes das desigualdades regionais tinham origens tanto endógenas quanto exógenas, afastando qualquer argumentação fatalista em relação à situação de pobreza do Nordeste. Constatou que o paradoxo entre modernização econômica e conservação da miséria social no Nordeste era fruto do processo de modernização conservadora implementado pelas elites atrasadas da região. Além do seu rigor analítico, Furtado se pautava pela visão moderna da evolução do homem, pela postura ética republicana e pelo espírito federalista cooperativo e integrador.

Celso Furtado entendia desenvolvimento como o meio pelo qual as necessidades básicas da população seriam satisfeitas. Diante disso, a evolução econômica do Nordeste desapontou o grande sonho de Celso Furtado, pois todos os recursos a favor do desenvolvimento da região não foram suficientes para fazer as reformas estruturais nas áreas agrícola e agrária, para elevar o nível da produção de alimentos nem para tirar o Nordeste dos níveis elevados de miséria social. Dessa forma, a questão regional continua sendo contemporânea, embora de maneira mais complexa e com abrangência nacional. Nesse sentido, o Prêmio Celso Furtado não só contribui para a perenização dos legados furtadianos entre os pesquisadores como também concorre positivamente para manter o debate regional na agenda das grandes discussões nacionais. Entretanto, a inserção do economista Rômulo de Almeida como personagem homenageado do Prêmio 2012 dá a esse concurso uma dimensão superlativa, tendo em vista seus preciosos ensinamentos no campo do planejamento, dentre outros.

JAIR DO AMARAL FILHO

Professor da Universidade Federal do Ceará

O Banco do Brasil, como agente e financiador do desenvolvimento regional brasileiro, tem muito orgulho de ser patrocinador do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional.

O reconhecimento da importância dos estudos acadêmicos, dos projetos inovadores e das práticas de sucesso representa um grande estímulo para a ampliação dessas ações, que tanto contribuem para melhoria na condição de vida da população brasileira, em especial aquela em condições mais vulneráveis.

Parabéns aos vencedores e também a todos os concorrentes, por suas propostas e pela preocupação de encontrar formas de enfrentamento das desigualdades sociais e econômicas, que são menores mas ainda existem no nosso Brasil.

JANIO CARLOS ENDO MACEDO

Diretor de Governo do Banco do Brasil

.....

Os caminhos de Rômulo Almeida e Celso Furtado se cruzaram em diversas ocasiões. Talvez a mais frutífera e mais relevante para os dilemas e impasses da economia brasileira no início do milênio tenha ocorrido ao longo do governo Vargas de 1951-1954, quando o político e economista baiano foi encarregado de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República, responsável por uma série de importantes projetos que criaram as condições para o programa de desenvolvimento industrial desencadeado no país a partir dos anos 1950. Celso Furtado, por sua vez, retorna ao Brasil, vindo da Cepal, quando publica, em 1953, o livro *A economia brasileira*, no qual sistematiza e desenvolve as teses da Cepal e preside o Grupo Misto Cepal-BNDES, que elaborou o famoso estudo sobre a economia brasileira que serviu de base ao Plano de Metas do governo Kubitschek. Ainda nesse período Rômulo assume a presidência do Banco do Nordeste do Brasil e Celso uma das diretorias do BNDE.

O planejamento de longo prazo, a definição e a implementação de uma estratégia de desenvolvimento voltada para promover uma mudança estrutural na economia brasileira (na época, a entrada na segunda revolução industrial) e o combate à redução das desigualdades, inclusive espacial, constituíram-se no eixo das preocupações do grupo, que contava com a participação de ambos, e que ainda são relevantes ao debate atual. Em especial a necessidade de não se separar as necessidades de transformação da base produtiva de seu componente social, regional e distributivo e a necessidade de uma estratégia nacional e do planejamento de longo prazo como instrumento chave da política governamental.

O Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Edição 2012, ao homenagear Rômulo de Almeida, assinala a importância das ideias e ações desses dois eminentes nordestinos na busca de uma proposta para tornar de fato a sociedade brasileira mais justa, menos desigual e participante ativa das transformações que caracterizam o momento atual.

JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Há que sempre ter presente na agenda do país a cultura da meritocracia. Desenvolvimento regional também se faz premiando pesquisas, projetos e experiências exitosas. A geração de conhecimento relacionado ao tema e a sua disseminação são forças indutoras de inovação e do construir de um Brasil mais justo e fraterno.

JOSÉ RINCON FERREIRA

Ex-diretor do Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia

.....

A Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) sente-se honrada com a sua inserção dentre os colaboradores desta edição do Relatório Final do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida.

Recém-criada e com uma proposta acadêmica inovadora, a Ufopa é a primeira universidade pública federal do Brasil implantada no interior da Amazônia e comprometida com o desenvolvimento dessa região de rios, florestas, uma fantástica biodiversidade e monumentais desafios.

A singular herança intelectual e política de Celso Furtado, tanto para o Brasil como para toda a América Latina, por si só justifica a homenagem com o nome desse Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional, que cultua a memória de tão eminente brasileiro, inclusive pela repercussão de sua obra e seu exemplo para as próximas gerações, focada no presente da realidade nacional e voltada para a superação do subdesenvolvimento na perspectiva da realidade latino-americana.

Celso Furtado preocupou-se com as grandes diferenças regionais e teve os seus esforços sempre voltados para o desenvolvimento das sub-regiões mais empobrecidas.

Portanto, o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional nutre-se em inspiradíssima motivação e a Edição 2012 vem coroá-lo ainda mais com o reconhecimento a esse notável brasileiro que foi Rômulo de Almeida.

JOSÉ SEIXAS LOURENÇO

Reitor da Universidade Federal do Oeste do Pará

.....

O Ministério da Integração Nacional, em parceria com o Instituto Celso Furtado, criou o prêmio que leva seu nome, no intuito de não só referenciar o grande mestre da economia brasileira, como também de homenagear aqueles que de alguma maneira contribuíram para o processo de desenvolvimento regional e nacional.

Em 25 de outubro do corrente ano integrei, como representante da Pontifícia Universidade Católica de Goiás, a banca que julgou os melhores trabalhos científicos na categoria de mestrado e doutorado do Prêmio de 2012, intitulado professor Rômulo de Almeida.

Em cada categoria foram selecionados os 15 melhores trabalhos com foco no desenvolvimento regional, alinhado com o trabalho coordenado nesse ministério pela Secretaria Nacional de Desenvolvimento Regional.

A banca, composta por mestres e doutores de renome nacional e pertencentes às melhores universidades do país, procurou, dentro de critérios técnicos, observar não só a formatação dos trabalhos como também seus conteúdos, uma vez que servirão de subsídios para a formatação de uma política nacional de desenvolvimento integrada às especificidades de cada estado da federação brasileira.

Nesse sentido foram escolhidos cinco trabalhos em cada categoria, nas quais os três primeiros receberam premiação em dinheiro e o restante menção honrosa, devido à qualidade dos trabalhos apresentados.

Para além dos trabalhos acadêmicos, outros integram o prêmio, que se encontrava dividido em dois grupos, com a participação de membros de entidades civis representativas, governos e iniciativa privada, mostrando assim sua magnitude.

Na finalização dos trabalhos em plenário, com participantes de todos os grupos, a professora e doutora Tânia Bacelar sugeriu o nome do professor Armando Mendes para denominar o próximo prêmio. Sua sugestão foi acolhida de forma unânime por todos os integrantes dos três grupos que integram a comissão julgadora.

O professor Armando Mendes, a meu ver, é merecedor, uma vez que foi uma dos grandes seguidores de Celso Furtado e tal como esse teve participação fundamental para o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia e do Brasil.

JÚLIO ALFREDO ROSA PASCHOAL

PUC- Goiás

Destaco a importância do Prêmio Celso Furtado ao incentivar propostas de projetos inovadores para implantação no território, uma vez que a contribuição da ciência, da tecnologia e da inovação é cada vez mais entendida como fundamental para o desenvolvimento regional. A identificação, o reconhecimento e a compreensão das necessidades da sociedade nos níveis sub e macrorregional motivaram vários grupos e indivíduos a propor soluções inovadoras, as quais estão sendo agora reconhecidas pelo Prêmio. Participar da comissão julgadora, na categoria III, foi uma experiência muito gratificante, principalmente pelo aprendizado e por ver que são muitas as boas propostas que podem trazer desenvolvimento social, econômico e cultural para vários municípios reunidos. Parabéns aos organizadores, todos os participantes e, em especial, os vencedores, aos quais desejo muito sucesso na implantação de seus projetos. Vocês estão contribuindo para as mudanças que todos almejamos!

LÉA CONTIER DE FREITAS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação

O Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional constitui uma oportunidade ímpar de mobilizar o debate acerca do desenvolvimento das diferentes regiões de nosso país e de mobilizar um conjunto riquíssimo de perspectivas, experiências e proposições. As necessidades e as potencialidades são tão variadas quanto as localidades, as estruturas sociais e as culturas deste país. Igualmente diversas e ricas são as contribuições trazidas pelos muitos participantes do prêmio. Enfim, os diferentes relatos, estudos e propostas refletem as diversas faces de um país que merece encontrar na sua diversidade seu maior potencial de desenvolvimento.

A grande oportunidade e o grande desafio que se colocam no presente é a articulação das diferentes faces do desenvolvimento em uma base territorial concreta. É no território que a dimensão econômica, social, cultural e ambiental se encontram, colocando desafios específicos para a implementação de políticas capazes de mobilizar os atores locais, tornando-os protagonistas de seu desenvolvimento.

MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS

Professor do Instituto de Economia/Universidade Federal do Rio de Janeiro

Pesquisador da Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (RedeSist)

O BRDE mais uma vez cumpre com seu papel de agente de Desenvolvimento patrocinando o Prêmio Celso Furtado, edição 2012.

Participar da comissão julgadora do Prêmio, representando o Banco, foi uma experiência singular. O processo de análise e julgamento dos trabalhos permitiu à comissão uma visão das especificidades regionais, bem como a ampla mobilização dos territórios, buscando potencializar vetores de desenvolvimento que transformem a realidade, preenchendo vazios econômicos, promovendo a inclusão produtiva, incentivando a inovação, disseminando a cultura da sustentabilidade.

Os trabalhos apresentados indicaram uma tendência na busca de alternativas voltadas para a valorização do potencial endógeno, alinhadas a políticas públicas.

A redução das desigualdades regionais é resultado de um esforço conjunto do capital social em parceria com o poder público. Neste sentido, o Prêmio é um incentivo à pesquisa, aplicação e execução de experiências exitosas que possam se multiplicar a partir da interatividade dos atores envolvidos.

MARLENE APARECIDA FURTADO KERBER

Representante do BRDE

Ter participado da comissão julgadora do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012, que homenageia o economista Rômulo de Almeida, me envaidece e me honra pela oportunidade de ter colaborado, colocando ao interesse do cumprimento do objetivo do Prêmio o meu conhe-

cimento e a minha experiência profissional de 35 anos trabalhando pelo desenvolvimento da nossa Amazônia, por meio do nosso Banco da Amazônia, no cumprimento da sua missão institucional, como braço forte do governo federal para a execução de políticas, planos e programas do interesse do desenvolvimento regional.

Confesso a minha emoção por ter vivido mais essa experiência, já pela segunda vez, mas essa foi mais gratificante, pois colaboramos para que, na sua terceira edição, o Prêmio possa homenagear um estudioso da Amazônia, reconhecido pela sua dedicação e por seus cuidados para com a região, pelas obras que herdamos e pelo trabalho incansável do nosso saudoso amigo, conselheiro constante e professor de todas as horas Armando Dias Mendes.

ODUVAL LOBATO NETO

Gerente Executivo de Gestão de Programas Governamentais do Banco da Amazônia

O estímulo e o reconhecimento da produção de conhecimento acadêmico, de práticas exitosas e de projetos inovadores contribuem sobremaneira para um Brasil BOM PARA TODOS. Um Brasil que supere as desigualdades regionais e sociais. Um Brasil plenamente integrado e desenvolvido.

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

Assessor Master

Diretoria de Governo do Banco do Brasil

Com esta segunda edição do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, o Ministério da Integração Nacional deu continuidade ao seu esforço no sentido de animar o debate sobre o desenvolvimento regional, estimulando a pesquisa acadêmica e destacando experiências e projetos inovadores e exitosos.

Merece destaque o fato de que foram contemplados estudos e iniciativas oriundos de todas as regiões do país, como já ocorrera na edição anterior. Essa ampla distribuição evidencia que a temática do desenvolvimento regional hoje desperta grande interesse em todos os recantos do Brasil. No momento em que se realiza uma Conferência Nacional na qual são discutidos os rumos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, esse amplo interesse consolida a minha convicção de que a PNDR se tornará muito mais forte e prioritária quando deixar de ser percebida por nossos líderes políticos como uma política compensatória que diz respeito quase exclusivamente ao Nordeste.

Uma política regional é muito mais do que uma política compensatória, de assistência a regiões pobres. Ela é um dos principais instrumentos de que dispõe o poder público para atuar na gestão do território, influenciando a distribuição espacial das atividades produtivas. Ao apoiar o fortalecimento da base econômica de áreas po-

bres – ou que, mesmo não sendo “pobres”, perderam dinamismo – e ao possibilitar o surgimento e/ou o fortalecimento de polos econômicos alternativos, a política regional contribui para reduzir a intensidade dos fluxos migratórios direcionados aos grandes centros urbanos, amenizando os efeitos negativos da excessiva aglomeração de pessoas e atividades econômicas.

Um dos efeitos mais perniciosos dessa excessiva aglomeração é o elevado grau de congestionamento das vias urbanas das metrópoles brasileiras, que não apenas gera prejuízos econômicos, ao dificultar a movimentação de cargas, mas também afeta negativamente a qualidade de vida da população, ao aumentar em muito o tempo gasto em deslocamentos. O Censo de 2010 mostrou que uma parcela expressiva dos moradores das principais regiões metropolitanas já gastava, nesse ano, mais de duas horas por dia nos deslocamentos de ida e volta entre suas residências e locais de trabalho. A maior demora nos deslocamentos reduz a qualidade de vida dos indivíduos, consumindo tempo que poderia ser usado para atividades como o convívio com a família, o descanso, o estudo ou o lazer.

Cabe esperar que o estímulo dado pelo Ministério da Integração ao debate sobre o desenvolvimento regional, com o Prêmio Celso Furtado, contribua não apenas para dissipar visões simplistas sobre o caráter e a importância da política regional, mas também ajude a elevar o grau de consciência da nossa sociedade sobre a importância de outras ações relacionadas com a gestão do território, como o planejamento integrado nas regiões metropolitanas e a formulação de uma Política Nacional de Ordenamento Territorial.

PEDRO SILVEIRA BANDEIRA

Professor do Departamento de Ciências Econômicas
Universidade Federal do Rio Grande do Sul

.....

Depois de muitos anos de um certo esquecimento pela academia, a temática regional vem atraindo nos últimos dez anos cada vez mais o interesse de universidades, centros universitários e faculdades como campo de ensino e pesquisa. Assim, observa-se um vertiginoso aumento do número de programas nessa área no sistema brasileiro de pós-graduação. Distribuídos entre diferentes áreas de conhecimento, conforme abordagens e focos mais específicos, esses programas se fazem presentes, hoje, desde a região Norte até o Sul do país.

É nesse contexto que o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional assume sua importância cada vez maior, na medida em que reúne os trabalhos de conclusão de mestrados e doutorados para submetê-los ao crivo de especialistas sobre o assunto e também incentiva e estimula a própria produção intelectual e prática em torno de questões do desenvolvimento regional.

RAINER RANDOLPH

Coordenador da Área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia da Capes

Criado pelo Ministério da Integração Nacional, o Premio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, que na sua concepção estimula a reflexão sistemática e as práticas e experiências de intervenção no território, guarda com propriedade a memória de seu inspirador e homenageado que dedicou em inúmeras fronteiras sua vida ao seu país. Cultura, criatividade, economia, política foram dimensões que em sua análise, em sua escrita, em suas propostas e em suas práticas tomaram formas de políticas de construção de um Brasil mais justo e mais humano. Esse era o Brasil do seu sonho, da sua “fantasia” (organizada e desfeita), do seu (longo) “amanhecer”.

E esse Prêmio faz esse resgate porque a amplitude temática expressa nos trabalhos inscritos combinou-se com a necessária interdisciplinaridade da questão regional. Abordou a distribuição da renda, a pobreza e seus impactos regionais, procurando metodologias de avaliação para conhecer seus determinantes e suas proposições de enfrentamento. Analisou as estruturas produtivas regionais, relacionando-as às atividades de cooperação entre os agentes e às condições competitivas locais para o conhecimento e a inovação. Fez a avaliação de políticas quanto ao seu desempenho, a sua operacionalização, por meio de análises de governança, da descentralização e da autonomia.

Mas talvez o aspecto mais importante do êxito em resgatar a memória de Celso Furtado tenha sido que a tentativa de compreender esse país que amanhece, em suas múltiplas dimensões, teve origem em inúmeras instituições de ensino e pesquisa de todos os lugares do Brasil. O Brasil em todos os seus cantos está pensando o Brasil, como certamente sonhou o homenageado.

RENATO RAMOS CAMPOS

Professor de Economia Brasileira da Universidade Federal de Santa Catarina

.....

O Prêmio Celso Furtado, em sua Edição de 2012, consolida-se como instrumento de promoção de reflexão teórica e de difusão de práticas inovadoras e exitosas acerca do desenvolvimento regional no Brasil. A abrangência, quantidade e qualidade dos trabalhos inscritos ofereceram oportunidade de promoção e divulgação da produção acadêmica sobre o desenvolvimento regional no Brasil, contribuindo para a compreensão de problemáticas e para a busca de novas alternativas de intervenção no território em suas múltiplas escalas.

Cumpriu os objetivos de identificação e visibilização de boas práticas em termos de gestão institucional e de formas inovadoras de organização da produção com impactos socioeconômicos e inclusão socioprodutiva. Além disso, revelou a diversidade de projetos inovadores a serem executados no território, os quais, entre outros aspectos, demonstram o seu potencial de transformação da realidade socioeconômica regional e sub-regional.

SEVERINO JOSÉ DE LIMA

Professor Dr. da Universidade de Campina Grande/PB

O Brasil, país continental, é portador de uma magnífica diversidade ambiental, socioeconômica e cultural. Mas no século XX concentrou demais os investimentos em poucas regiões, do que resulta outra herança, essa negativa: uma inaceitável desigualdade regional. E a força da concentração empanou a diversidade! Premiar os que refletem sobre causas e processos associados a essas duas vertentes da realidade regional brasileira e atuam sobre ela com vistas a construir um país melhor e mais justo é o que dá origem ao Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional. No ano em que o Banco do Nordeste comemora seus 60 anos, o Prêmio homenageia seu primeiro presidente, o baiano Rômulo de Almeida: um homem público exemplar, um acadêmico respeitado, um consultor sempre requisitado e sobretudo um entusiasta das potencialidades do Nordeste e de um futuro promissor para o Brasil. Um pensador e um agente do desenvolvimento regional, Rômulo de Almeida, como Celso Furtado (da mesma geração), vai ser sempre referência para os homens e as mulheres que buscam entender a complexidade do debate sobre o desenvolvimento regional e que formulam e implementam projetos inovadores e transformadores da realidade brasileira. Como os que foram premiados neste ano de 2012.

TANIA BACELAR DE ARAUJO,

Economista e socióloga, doutora em economia, professora da UFPE e Sócia da Ceplan Consultoria

.....

O Prêmio Celso Furtado e a riqueza da discussão gerada sobre as possibilidades de um desenvolvimento regional integrado à dinâmica nacional são uma necessidade constante para um país do tamanho do Brasil. Como participante da comissão julgadora, pude ver a qualidade das propostas e a avaliação de iniciativas de sucesso que demonstram o quanto toda a sociedade brasileira está envolvida com o tema. A questão do semiárido nordestino sempre esteve presente e foi objeto de muitos trabalhos. Estimamos que prêmios como esse possam se repetir e ser palco do melhor que o Brasil possa ter para a integração econômica e social de todo o país.

WELLINGTON SANTOS DAMASCENO

Gerente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Banco do Nordeste – Etene

PREFÁCIO

NOVOS CAMINHOS DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

A missão do Ministério da Integração Nacional é a promoção da integração nacional, do desenvolvimento sustentável e a superação das desigualdades regionais do país, com inclusão socioeconômica, melhoria da qualidade de vida, proteção civil e segurança hídrica da população.

Nesta década, o Brasil avança para ser a sexta economia do globo. No entanto, apesar da constatação recente da redução das desigualdades sociais, ainda persistem as profundas assimetrias criadas ao longo do processo de formação econômica e social do país.

Diante desse desafio, em minha gestão, a missão deste Ministério foi reformulada no sentido de assegurar o adequado alinhamento entre os programas de erradicação da miséria no Brasil — definidos pelo governo da presidenta Dilma Rousseff — e as políticas de desenvolvimento regional, atribuindo-se prioridade a territórios de maior concentração de pobreza. Essa reformulação considerou o pressuposto de que a meta de erradicação da pobreza não pode conviver com um padrão de concentração de renda que, historicamente, subsiste no país.

Esse objetivo, no âmbito do planejamento estratégico da pasta da Integração Nacional, é definido por meio do lema “superar as desigualdades regionais e erradicar a miséria”. Nesse sentido, assumimos o compromisso de elevar a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR) à condição de política de Estado, de forma coordenada com a agenda de desenvolvimento nacional, por meio do fortalecimento de cadeias e arranjos produtivos, articulados a investimentos estruturadores, nas regiões de menor dinamismo econômico e social.

As desigualdades socioeconômicas regionais não se restringem às macrorregiões tradicionalmente menos desenvolvidas. Coexistem no território brasileiro ilhas de prosperidade ao lado de bolsões de pobreza, havendo sub-regiões com baixo grau de desenvolvimento e de inserção econômica, mesmo nas macrorregiões historicamente mais ricas e dinâmicas. Da mesma forma, nas regiões mais periféricas e problemáticas há subáreas ricas e dinâmicas conectadas diretamente ao circuito global de produção. Pode-se afirmar, portanto, que a problemática regional está presente em todo o país, em múltiplas escalas geográficas.

Já a tendência à diminuição das desigualdades regionais brasileiras, em anos recentes, é resultado de políticas sociais combinadas com políticas macroeconômicas de redução de juros e expansão do crédito, além de um grande pacote de investimentos em infraestrutura por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). É reconhecido, todavia, que o Brasil necessita de uma política regional capaz de sustentar a trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais para a continuidade e consolidação das conquistas de um novo padrão de desenvolvimento mais inclusivo, significando o desafio de assegurar o crescimento dos espaços menos desenvolvidos, sistematicamente, superior à média do país.

Para que o avanço das desigualdades sociais se sustente é necessário que se alcance maior equilíbrio do ponto de vista regional. Com esse propósito, a Política Nacional de Desenvolvimento Regional vem sendo reformulada desde 2012, em um processo de ampla participação promovido em todos os estados e macrorregiões do país. Como afirma Celso Furtado, o desenvolvimento gerado endogenamente requer criatividade no plano político e essa se manifesta quando à percepção dos obstáculos a superar adiciona-se um forte ingrediente de vontade coletiva.

Assim, acreditamos que este momento histórico de realização coletiva culminará em março de 2013, com a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Sintonizado com esse contexto no qual se busca estabelecer e firmar novos instrumentos necessários para uma nova política, para a construção de uma nova federação e de um novo pacto federativo no Estado brasileiro, o evento representa também o espaço de oficialização para a construção de um país mais equilibrado, justo e fraterno.

Nesse contexto, o Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional foi idealizado como um dos canais de reflexão, discussão e divulgação da PNDR para possibilitar a compreensão das desigualdades regionais brasileiras em seu atual estágio e a identificação de alternativas de desenvolvimento, em diferentes abordagens. Dessa forma, é uma atividade conduzida de forma independente, porém de maneira inter-relacionada aos objetivos da política considerada.

A edição 2012 do Prêmio Celso Furtado faz uma homenagem ao homem público, professor, empresário e diplomata Rômulo de Almeida, por sua valiosa contribuição ao desenvolvimento nacional e regional do país, entre as décadas de 1950 e 1980, materializada na criação da estrutura econômica estatal necessária à expansão da economia brasileira naquela época, vinculada ao processo de industrialização do Brasil, e que permanece atual. Na escala regional, teve como uma das mais importantes iniciativas a reestruturação das atividades produtivas, sobretudo do Nordeste. A importância de Rômulo de Almeida precisa ser reconhecida, também, por sua atuação junto a Celso Furtado com a obtenção de consenso para o reconhecimento da importância social e política da questão regional brasileira a partir da década de 1950 e sua introdução na agenda de governo e no centro do debate nacional.

O Prêmio Celso Furtado foi concedido pelo Ministério da Integração Nacional com o objetivo principal de promover a reflexão sobre os aspectos teóricos e práticos do desenvolvimento regional no Brasil, envolvendo o poder público e a sociedade

civil organizada no debate e na identificação de medidas concretas para a redução das desigualdades inter e intrarregionais e o aproveitamento da diversidade socioeconômica, cultural e ambiental existente no país.

Não há dúvida de que o espaço de reflexão é uma via estruturada para a consolidação do processo de construção e fortalecimento de um novo modelo de desenvolvimento regional sustentável, dando vez e voz a brasileiros e brasileiras de todas as regiões do país.

E em um país-continente como o nosso, privilegiado pela pluralidade cultural, regional e de biomas, foram homens e mulheres que representam e transformam diariamente os vários Brasis que se inscreveram no Prêmio Celso Furtado. O compromisso de cada um dos 701 inscritos simboliza o resultado do trabalho de diversos segmentos da sociedade e a transparência das discussões travadas no meio acadêmico, das experiências exitosas de organizações sociais em andamento e passíveis de adaptação em outras localidades e dos projetos inovadores para implantação no território brasileiro voltados para inclusão produtiva, fortalecimento e diversificação da base produtiva, bem como para melhoria e manutenção da competitividade do país.

Assim, dirijo meus cumprimentos a Antônio Paulo Cagnin, Daniele Cesano, Dayse Sousa Cahet, José Ribamar Félix, Leonardo de Moura Perdigão Pamplona, Marcela de Oliveira Pessôa, Ricardo Antônio de Souza Karam e Rita de Cássia Gonçalves Viana, que tiveram seus trabalhos premiados. Também parablenizo os agraciados com menções honrosas Andre Ferreira, Arlei Rosa dos Santos, Deborah Werner, Edileuza Aparecida Vital Galeano, Edson Luiz Cogo, Gilberto Coutinho Machado Filho, Marilise Doege Esteves, Michinori Konagano, Priscila de Góes Pereira, Raimundo Nonato Brabo Alves, Rosmari Terezinha Cazarotto e Virgílio Maurício Viana, e a todos que se inscreveram, pela participação nesta edição.

E, por fim, registro a satisfação do Ministério da Integração Nacional em reunir e difundir nesta publicação o conhecimento e o potencial criativo e inovador de nossa sociedade, que resulta no aprofundamento da compreensão de questões fundamentais para o desenvolvimento regional com justiça e equidade social. Certamente, encontramos aqui um conjunto de contribuições relevantes, que expressam a coesão social, cultural e regional e fortalecem as políticas de desenvolvimento regional no Brasil, assim como fizeram, incansavelmente, os célebres Rômulo de Almeida e Celso Furtado.

Boa leitura!

Fernando Bezerra Coelho

Ministro de Estado da Integração Nacional

PREFÁCIO

POR UM BRASIL MAIS EQUILIBRADO,
JUSTO E FRATERNAL

Entre os resultados mais relevantes da política econômica brasileira recente destacam-se a expansão da classe média, concomitante à redução das desigualdades sociais, e a queda, ainda que tímida, das desigualdades regionais. Pela primeira vez ocorre no Brasil o crescimento da economia combinado com a redução das desigualdades. O percentual de brasileiros em condições de pobreza extrema caiu de 22,6% em 1995 para 8,5% em 2010 e o índice de *Gini* relativo às desigualdades regionais caiu de 0,59 em 2001 para 0,54 em 2009.

Em que pesem os avanços, persistem profundas desigualdades inter e intrarregionais, colocando o Brasil como um dos países mais desiguais do mundo. Verifica-se, por exemplo, que a Região Nordeste concentra 28% da população brasileira, mas responde por apenas 13% do Produto Interno Bruto. O PIB per capita nordestino é inferior à metade da média nacional e quatro vezes menor do que o de São Paulo. Por outro lado, o PIB per capita do Distrito Federal é 8,6 vezes maior do que o do Piauí. O mesmo padrão de disparidades se reproduz nos espaços intrarregionais em todo o território brasileiro. Em todas as macrorregiões existem territórios menos dinâmicos e com precárias condições sociais, assim como áreas ricas e dinâmicas. Por essa razão, o desenvolvimento regional está sendo abordado em diversas escalas territoriais, da nacional à sub-regional, além, naturalmente, da macrorregional.

O retorno da problemática regional à agenda governamental ocorreu no âmbito de um processo de retomada do planejamento e da adoção de políticas públicas de base territorial e teve como expressão concreta a criação do Ministério da Integração Nacional e a formulação e institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), além da recriação da Sudam e da Sudene e mais recentemente da Sudeco. A superação das desigualdades regionais é um dos macrodesafios definidos para o Plano Mais Brasil, dando seguimento ao Projeto Nacional de Desenvolvimento, apoiado na redução das desigualdades regionais, entre o rural e o urbano, e na continuidade da transformação produtiva ambientalmente sustentável, com a geração de empregos e distribuição de renda.

A expressão mais concreta desse macrodesafio é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional, em processo de reformulação visando à desconcentração regional mais efetiva da capacidade produtiva para, entre outros, assegurar a sustentação dos avanços sociais alcançados nas últimas décadas,

A reformulação da PNDR vem ocorrendo com base em um amplo processo de reflexão e pactuação com a participação de diversos segmentos, do poder público e da sociedade civil organizada, na proposição de princípios e diretrizes a serem discutidos, pactuados e legitimados na I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional, com vistas ao estabelecimento de uma nova PNDR, para assegurar a consolidação de um sistema de governança que leve em conta o pacto federativo, sustentado nos princípios de autonomia e descentralização, cooperação, coordenação, equidade, coesão e solidariedade regional. Serão instituídos os instrumentos necessários ao enfrentamento da dívida histórica representada pelas desigualdades regionais no Brasil.

O Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, instrumento formulado para estimular a reflexão, a discussão e o debate sobre as desigualdades regionais no Brasil, à luz dos fundamentos teórico-conceituais que sustentam a abordagem usada na PNDR, busca reconhecer os atores de todos os segmentos representativos da sociedade brasileira que estão na linha de frente da produção do conhecimento sobre a dinâmica regional. Procurou-se contemplar a produção acadêmica, experiências exitosas em andamento a serem adaptadas em outras localidades e, ainda, ideias inovadoras para implantação no território, compatíveis com os objetivos da Política supracitada.

Ressalto a importância do homenageado da segunda edição, o baiano Rômulo de Almeida, escolhido na reunião da comissão julgadora da primeira edição do Prêmio, para fazer justiça a esse brasileiro a ter o reconhecimento devido por suas ideias e atuação como gestor público, acadêmico, empresário e diplomata, em prol do desenvolvimento nacional e regional. Juntamente com Celso Furtado, trabalhou pela criação das condições necessárias à expansão da economia brasileira na década de 1950, que continuam atuais, e por uma inserção mais adequada da Região Nordeste no desenvolvimento nacional.

Além de confirmar a pertinência e atualidade do debate em torno da questão regional brasileira, os temas tratados nos trabalhos premiados e demais classificados revelaram estreito alinhamento aos eixos temáticos organizadores das conferências estaduais e macrorregionais, a serem levados para a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional.

Sem dúvida, por força do processo de discussão e elaboração da PNDR e da promoção do Prêmio, o Ministério da Integração Nacional beneficiou-se enormemente de ambas as iniciativas, detendo, na atualidade, um conhecimento atualizado das múltiplas variáveis que intervêm na dinâmica do desenvolvimento regional no Brasil.

Agradeço a todos que participaram direta ou indiretamente da organização do Prêmio, tornando possível a cerimônia de premiação a ser realizada durante a I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional. Dirijo meus

agradecimentos especiais à equipe da SDR responsável pelo prêmio, por sua dedicação e competência, bem como aos membros da comissão julgadora, pela valiosa colaboração prestada na reunião de julgamento e definição das propostas premiadas, refletida no compromisso mutuamente partilhado de se fazer avançar o debate sobre as desigualdades regionais no Brasil.

Por fim, registro meus agradecimentos à Chefia de Gabinete e à Diretoria de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional (DPDR) da SDR, assim como a todas as unidades do Ministério da Integração Nacional que contribuíram para viabilizar o Prêmio, como a Secretaria Executiva (Secex), pela disponibilização dos meios financeiros necessários, a Coordenação Geral de Tecnologia da Informação (CGTI) e a Assessoria de Comunicação do MI (Ascom) pelo trabalho de divulgação.

Sérgio Duarte de Castro

Secretário de Desenvolvimento Regional

PREFÁCIO

AO MESTRE RÔMULO DE ALMEIDA

A partir do segundo governo do presidente Getúlio Vargas (1951-1954) verificou-se a gradual substituição dos bacharéis em direito pelos economistas – nova categoria profissional emergente – como assessores principais do presidente da República. Coube ao competente economista baiano Rômulo Barreto de Almeida a responsabilidade de organizar a Assessoria Econômica da Presidência da República naquele período histórico de afirmação da soberania nacional e consolidação do Brasil como país industrializado – superando 450 anos de tradição agrícola – e prestes a se tornar uma sociedade predominantemente urbana. Rômulo de Almeida participou e contribuiu decisivamente para a criação do CNPq (na época Conselho Nacional de Pesquisa, hoje Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico), da Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal do Ensino Superior), do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), do Banco do Nordeste do Brasil (BNB) (do qual foi primeiro presidente) e, principalmente, da Petrobras, que, em seus primeiros anos, teve forte conotação baiana.

A decisão estratégica de organizar uma empresa estatal para gerir os negócios ligados ao petróleo, de certa forma, representou uma posição contrária aos prognósticos pessimistas sobre a existência de reservas em subsolo brasileiro. Geólogos americanos e brasileiros chegaram a afirmar a inviabilidade de sua prospecção. Felizmente, ledo engano.

A determinação do estadista Getúlio Vargas, somada à influência benéfica de Rômulo de Almeida e outros crentes nas reservas de petróleo brasileiro, mostrou-se, progressivamente, uma aposta correta. Tais fatos conduziram à concepção do Polo Petroquímico de Camaçari, no Recôncavo Baiano. O Polo foi responsável pela nova face socioeconômica da Bahia, unidade estadual da Região Nordeste com maior área geográfica e contingente populacional, além do mais extenso semiárido a conviver com secas sazonais.

O professor Rômulo de Almeida, exemplar símbolo de servidor público de princípios morais e conduta ilibada, conseguiu, entre altos e baixos, atravessar diferentes governos estaduais com sua missão de influenciar e convencer dife-

rentes políticos para viabilizar o propósito de transformar a então acanhada economia baiana. Vivenciou tempos obscuros quando lhe foi retirada a liberdade de cátedra; o mestre baiano e brilhante economista estava impedido de transmitir sua experiência profissional e saber reconhecido. Ainda assim, jamais desistiu de seus propósitos de mudar a Bahia. De forma discreta e quase imperceptível, conseguia fazer “cabeças” e ser ouvido sem alarde em sua jornada de mentor intelectual da Bahia moderna.

No início dos anos 1980, encontrava-me em Salvador, integrando programa de intercâmbio de professores da Anpecⁱ, quando concedi entrevista ao jornal *A Tarde*. Chamara atenção para o imenso e ainda inexplorado território baiano situado além do São Francisco e, de forma diplomática, criticara a inexistência do sentimento de solidariedade regional nordestina dos baianos. A propósito, antes da criação da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), o próprio Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) cometia o equívoco de localizar a Bahia (e Sergipe) na Região Leste. De certa forma, a população daquele estado era influenciada a pensar que não fazia parte da chamada Região Nordeste. Comprovando o distanciamento do Estado da Bahia em relação à Região Nordeste, em 1959 Rômulo exerceu o cargo de secretário de Estado para Assuntos do Nordeste a convite do então governador Juraci Magalhães. A denominação da Secretaria era autoexplicativa. Logo após a minha entrevista, nos aproximamos. Em seguida, o professor Rômulo publicou um artigo na seção Opinião (famosa página 3) da *Folha de S. Paulo*, concordando e reiterando meus argumentos. De minha parte, era tudo que gostaria que acontecesse.

O economista que aprendi a admirar desde a faculdade pela identidade de ideias acerca do Nordeste e seu processo de desenvolvimento, ao nos conhecermos tornamo-nos amigos. A partir do CNPq e em articulação com o colegiado de professores do Curso de Mestrado em Economia da Universidade Federal da Bahia (UFBA), liderados pelo saudoso Jairo Simões, trabalhamos pelo retorno do grande mestre às atividades de pesquisa e docência. O país começava a mudar em direção à abertura política e despertava do longo período de espera pela redemocratização.

Em mais um episódio na Anpec, no Congresso Anual de 1983 em Belém, quando era dirigida por outro amigo e mestre da Amazônia, professor Armando Mendes, o professor Rômulo de Almeida foi escolhido o economista homenageado naquele ano. Por solicitação do mestre Armando, tive a honra de fazer-lhe a saudação. O discípulo homenageava perante público qualificado e procurava descrever sua capacidade analítica como macroeconomista, um dos ideólogos e implementadores da industrialização brasileira, nordestina e baiana. No limiar da Nova República, acompanhei as démarches do, à época, ministro do Planejamento, economista João Sayad, ao buscar o professor Rômulo em seu recolhimento involuntário e convidá-lo a assumir a Diretoria de Planejamento

i Associação Nacional dos Centros de Pós-Graduação em Economia.

da Área Industrial do BNDES, órgão que ajudara a criar no início da década de 1950. Sua longa trajetória de serviços prestados à nação inclui passagens pelo IBGE, pela Confederação Nacional da Indústria (CNI) – onde conviveu com outro pioneiro da formação da economia brasileira, o engenheiro Roberto Simonsen – pela Chesf (Companhia Hidrelétrica do São Francisco), pela Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito) – origem do Banco Central do Brasil – pelo Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam) e pela Fundação Casa Popular (inspiradora do futuro Banco Nacional de Habitação [BNH]). Além da identidade predominante com o serviço público brasileiro, exerceu atividades políticas; eleito deputado federal pela Bahia, em 1955; foi presidente de partido e concorreu aos cargos de senador e vice-governador. No período de reclusão do setor público, liderou com sucesso empreendedor o escritório de consultoria e elaboração de projetos denominado Clan, com sede em Salvadorⁱⁱ.

Em 2010, a Secretaria de Políticas de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional instituiu o Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional, homenageando o economista Celso Furtado. Em 2012, mediante parceria com o Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, que funciona no Espaço Rômulo de Almeida, no edifício-sede do BNDES, no Rio de Janeiro, essa ação passa a se chamar Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional, com periodicidade bienal. Na edição 2012, o Prêmio, cujos trabalhos vencedores constam nesta publicação, homenageou o professor Rômulo.

A aproximação entre Rômulo e Celso Furtado deve-se a, além de nordestinos contemporâneos e marcantes economistas brasileiros do século XX, terem compartilhado ideais e compromissos inegociáveis com o desenvolvimento e a afirmação soberana de nosso país. Em mais uma coincidência locacional, em espaços que os homenageiam no novo edifício-sede do Ministério da Integração Nacional, na Asa Norte em Brasília, Celso Furtado empresta seu nome ao prédio que sedia no governo federal as políticas de desenvolvimento regional; e Rômulo de Almeida dignifica com seu nome o auditório daquela autarquia federal. Celso e Rômulo, em pensamento e ação, representam para o Brasil a essência intelectual e socioeconômica do melhor que o Nordeste produziu.

Em 2014, na próxima edição do Prêmio Celso Furtado, em decisão unânime da comissão julgadora, que teve a satisfação de presidir em 2012, por sugestão da presidente do Conselho Deliberativo do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento (Cicef), a economista e professora Tânia Bacelar de Araújo, será homenageado o economista e professor Armando Dias Mendes, pela sua ímpar contribuição científico-intelectual de intérprete maior da Amazônia e cidadão exemplar. Ele representa a Região Amazônica em dimensão semelhante a Celso Furtado para o Nordeste. Celso, Rômulo e

ii Aos interessados em conhecer melhor sua notável contribuição ao desenvolvimento do Brasil, recomenda-se a leitura da publicação *A serviço do Brasil: trajetória de Rômulo de Almeida* (Rio de Janeiro: Fundação Rômulo Almeida, 2006, 422 p.), de Aristeu Souza e J. Carlos de Assis.

Armando, três ilustres regionalistas e desenvolvimentistas formados em direito na primeira metade do século XX – quando ainda não havia faculdades de economia. Pela pós-graduação e especialização nesse campo, tornaram-se mestres e autores seminais e construtores do pensamento socioeconômico nacional da segunda metade do século XX.

Devo aos três a honra de tê-los conhecido e, com eles, aprendido lições permanentes de brasilidade do mais genuíno regionalismo, ora com tempero nordestino, ora de essência amazônica, ambos lentes parciais que, combinadas, apresentam com acuidade o todo do Brasil profundo, complexo e encantador.

Marcos Formiga

Diretor do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

INTRODUÇÃO

O Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida é uma iniciativa conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Regional do Ministério da Integração Nacional e do Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento. Foi concebido para promover a reflexão, sob os pontos de vista teórico e prático, acerca do desenvolvimento regional no Brasil, envolvendo o poder público e a sociedade civil organizada na discussão e identificação de medidas concretas para a redução das desigualdades inter e intrarregionais e para a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento.

O Prêmio fortalece o retorno da temática regional brasileira à agenda governamental e ao centro do debate acadêmico. Formulado como uma das estratégias de divulgação e discussão da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), reflete em seus resultados os importantes avanços obtidos na concepção e no tratamento da questão regional, que exige a adoção de uma abordagem nacional articulada em múltiplas escalas, o reconhecimento da diversidade brasileira como ativo a ser explorado e a participação social nas fases de construção e implementação, com respeito ao pacto federativo.

Essa iniciativa tem como objetivos específicos:

- I. Estimular o debate e a produção acadêmica sobre o desenvolvimento regional no Brasil, de modo a contribuir para a compreensão do tema na atualidade, e a busca de novas alternativas de intervenção no território em suas múltiplas escalas;
- II. Identificar e dar visibilidade às boas práticas regionais em execução no país, no que se refere aos sistemas de gestão do desenvolvimento regional e aos bens e serviços produzidos no contexto das novas formas de organização da produção com impactos macrorregionais ou sub-regionais;

- III. Identificar projetos inovadores a serem implementados no território, voltados para a dinamização econômica e inclusão produtiva, o fortalecimento e a diversificação da base produtiva e a manutenção da competitividade, demonstrando seu potencial de transformação da realidade socioeconômica em escala macrorregional ou sub-regional; e
- IV. Ampliar a base de discussão e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

Para o alcance dos objetivos explicitados, o Prêmio foi estruturado nas seguintes categorias de apresentação e seleção de propostas:

- I. Produção do Conhecimento Acadêmico: referente a teses de doutorado e dissertações de mestrado, que abordem temas para o aprofundamento do conhecimento da questão regional brasileira ou para a implantação de ações comprometidas com a redução das desigualdades regionais.
- II. Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional: referente a relatos de experiências em andamento, com resultados positivos concretos, implementadas por instituições governamentais nas esferas federal, estadual ou municipal, entidades privadas e sociedade civil, que tenham gerado mudanças estruturais e transformações do território onde estão instaladas, bem como de seu entorno;
- III. Projetos Inovadores para Implantação no Território: referente a projetos inovadores de natureza social, econômica, cultural ou ambiental, com comprovado potencial de transformação da realidade socioeconômica em escala sub-regional ou macrorregional, voltados para a dinamização econômica e a inclusão produtiva, a diversificação e o fortalecimento da base produtiva e a manutenção da competitividade.

As categorias estruturantes do Prêmio orientaram e organizaram a participação dos representantes da esfera governamental, da iniciativa privada, da academia e da sociedade civil organizada, constituindo o público-alvo a concorrer ao Prêmio:

- I. Pesquisadores que possuam ou já tenham possuído vínculo com instituição de ensino superior sediada no país ou no exterior, desde que o trabalho fosse elaborado e inscrito por brasileiro e o objeto de estudo estivesse vinculado a um tema ligado à problemática regional brasileira;
- II. Pessoas vinculadas às instituições públicas, privadas, paraestatais, entidades de classe, agências e companhias promotoras do desenvolvimento regional;

- III. Pessoas vinculadas às instituições da sociedade civil vocacionadas para o desenvolvimento regional, como organizações não governamentais (ONGs), organizações da sociedade civil de interesse público (Oscips), organizações sociais (OSs), cooperativas, associações, fóruns, consórcios e conselhos;
- IV. Autônomos com atividades referentes à temática de desenvolvimento regional.

Das 701 propostas inscritas, 491 foram finalizadas, com a seguinte distribuição por categoria: 274 na Categoria I – Produção do Conhecimento Acadêmico; 77 na Categoria II – Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional e 140 na Categoria III – Projetos Inovadores para Implantação no Território. Importante ressaltar que todos os estados se fizeram representar nesta edição do Prêmio, com distribuição das propostas espontaneamente equilibrada entre unidades da federação e macrorregiões. Com relação ao público-alvo, inscreveram-se segmentos representativos de toda a sociedade alinhados ao tema.

A produção apresentada contribui ativamente para o fortalecimento da PNDR, atualmente em rediscussão por ocasião da I Conferência Nacional de Desenvolvimento Regional (CNDR). O Ministério da Integração Nacional, por intermédio da Secretaria de Desenvolvimento Regional, está fortemente empenhado no amadurecimento e na consolidação da Política, que passa a ter objetivo duplo de sustentar uma trajetória de reversão das desigualdades inter e intrarregionais, valorizando os recursos endógenos e as especificidades culturais, sociais, econômicas e ambientais, e de criar condições de acesso mais justo e equilibrado aos bens e serviços públicos no território brasileiro, reduzindo as desigualdades de oportunidade vinculadas ao local de nascimento e moradia.



PROPOSTAS PREMIADAS

CATEGORIA 1**Produção do Conhecimento Acadêmico – Doutorado**

1º Lugar

TÍTULO

Políticas de desenvolvimento regional no Rio Grande do Sul: vestígios, marcas e repercussões

PROPONENTE

Antonio Paulo Cargnin

INSTITUIÇÃO

Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)

A investigação analisa as principais repercussões territoriais das políticas públicas elaboradas com o propósito de combater as desigualdades regionais no Estado do Rio Grande do Sul nas últimas décadas. A tese defendida é a de que essas políticas, no seu conjunto, apresentam repercussões territoriais que são construídas nas relações do Estado com os demais atores responsáveis pela dinâmica territorial. Foram pesquisados os efeitos de cinco políticas em diferentes escalas. Na escala nacional, foi estudada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Na escala estadual, foram avaliadas as políticas elaboradas para o desenvolvimento da Metade Sul, a Política de Desenvolvimento Regional de 1998, o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Regiões Menos Desenvolvidas de 2001 e os resultados do Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do Rio Grande do Sul, concluído em 2006. A pesquisa sustenta que a reversão de uma situação de subdesenvolvimento de algumas regiões passa por uma postura propositiva do Estado, que deve elaborar políticas adequadas para as escalas que não são privilegiadas pelo capital e focadas nas potencialidades de cada região. Defende a tese de que o êxito dessas políticas está diretamente associado à construção de um projeto regional duradouro, que deve orientar ações, em diferentes escalas, sintonizadas com os problemas existentes nas diferentes regiões. Conclui, a partir das políticas analisadas, que podem ser identificados no território vestígios, marcas e repercussões dessas políticas. Entretanto, o maior resultado dessas políticas está no processo, ou seja, é o conjunto das iniciativas, protagonizadas pelo Estado e desenvolvidas com a participação dos atores regionais, que mantém ativa a preocupação com a questão regional e, com isso, proporciona maiores oportunidades para as regiões menos desenvolvidas.

DESCRIÇÃO DETALHADA

A partir do fim da década de 1970, o planejamento territorial esteve fora da agenda acadêmica e da centralidade das políticas governamentais brasileiras, tanto no cenário nacional quanto no dos estados. Com exceção de algumas iniciativas localizadas, assistiu-se a um gradativo empobrecimento das contribuições sobre o tema e a um sucateamento das instituições que tratavam da redução das desigualdades regionais e do estímulo às regiões menos desenvolvidas. Atualmente, ainda que de

forma marginal, o tema retornou à pauta acadêmica e à agenda do planejamento governamental com ações do governo federal, dos estados e, também, dos municípios.

O longo abandono dessa temática não foi obra do acaso, mas sim o resultado de um contexto de mudança de paradigmas que afetou o sistema vigente. Embora já existissem sinais aparentes de esgotamento do modelo, foi com a crise mundial acentuada pelo choque do petróleo, em 1973, que se criaram as condições necessárias para a substituição do modelo keynesiano/fordista que vigorava desde o início do século passado. Nesse período, houve a ascensão de um novo sistema de organização baseado na flexibilidade do capital, de processos de trabalho, do mercado de trabalho e dos produtos, de acordo com novos padrões de consumo.

Dessa forma, os acontecimentos que caracterizaram os vinte últimos anos do século passado são fundamentais para o entendimento das razões que levaram a esse processo de desvalorização do planejamento territorial na escala nacional. Durante a chamada década perdida, a crise da economia brasileira, marcada pelo acentuado processo inflacionário, monopolizou a atenção, tanto das autoridades governamentais quanto do meio acadêmico, para as questões de curto prazo e impôs o domínio da política monetária. No período seguinte, o chamado ajuste estrutural, feito sob a égide de uma visão neoliberal, resultou na drástica desregulamentação da economia e em uma apressada onda de privatizações que atingiu estatais federais e estaduais. Nesse contexto, tornaram-se mínimas as margens para qualquer possibilidade de intervenção estatal, tanto no que se refere às políticas setoriais quanto às de caráter territorial.

No que tange às políticas de desenvolvimento regional, passou-se a emprestar uma ênfase quase que exclusiva ao desenvolvimento local em detrimento de projetos macrorregionais, estaduais ou nacionais. Desse modo, a possibilidade de êxito de uma determinada região passou a ser vista como sua capacidade de inserir-se competitivamente na ordem econômica globalizada. A atividade do planejamento passou a ser desenvolvida para favorecer a racionalidade do próprio mercado.

Embora se reconheça que essas visões tenham agregado novos e importantes elementos ao desenvolvimento regional, organizando a estrutura produtiva e conectando o local ao mercado global, os territórios onde a dinâmica econômica mostrou-se pouco vigorosa ficaram cada vez mais isolados. Além disso, mesmo as regiões que conseguiram estabelecer conexões com o sistema global têm demonstrado limitada capacidade de diversificar suas atividades econômicas.

No caso do Brasil, somente a partir do fim da década de 1990 é que começa a ganhar ênfase o argumento em favor da adoção de uma ação mais organizada do Estado na, até então insolúvel, questão regional. No que tange às políticas territoriais, o processo de desvalorização da análise regional, que vinha em curso após a década de 1960, começou a ser revertido com o Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento.

Um segundo momento importante na identificação de uma maior atenção com a temática regional ocorreu com a criação do Ministério da Integração Nacional, em 1999. A criação do ministério significou a reorganização do Estado no sentido de resgatar a atribuição de formular e conduzir políticas, planos e programas de desenvolvimento e estabelecer estratégias de incorporação de regiões periféricas. Constituem-se exemplos efetivos dos avanços ocasionados pela criação do Minis-

tério da Integração Nacional a estruturação de ações específicas para regiões diferenciadas, atualmente denominadas de Programa de Sustentabilidade de Espaços Sub-Regionais (Promeso); as discussões sobre a Política Nacional de Ordenamento Territorial (Pnot); e a elaboração da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Essa última introduziu inovações, ao criar escalas territoriais intermediárias e de maior homogeneidade, propondo uma articulação mais estreita entre as políticas públicas e os atores locais, o que se constituiu em um primeiro passo para o desenho das futuras propostas de governança regional.

Também nos estados brasileiros pode ser registrada uma série de ações voltadas para a redução das desigualdades na distribuição espacial do desenvolvimento. No caso do Rio Grande do Sul, essa preocupação inicia-se a partir de uma visão fundamentada na oposição entre a Metade Sul, baseada na agropecuária tradicional, que sofrera uma longa e gradativa decadência econômica, e o Norte, cujo desenvolvimento ocorreu alicerçado na produção agroindustrial. Posteriormente, a partir de análises macrorregionais, essa visão evoluiu para uma avaliação que diferenciava três grandes regiões, dentre as quais passou a ser distinguido o Eixo Industrializado do Nordeste.

Mais tarde, a questão regional incorporou análises mais complexas, que davam conta de que as áreas com perda de dinamicidade extrapolavam a chamada Metade Sul do estado. Um dos estudos que merecem destaque nesse sentido foi o feito a partir dos recortes espaciais estabelecidos de acordo com a rede urbana, o que significou um considerável avanço na possibilidade de um maior entendimento das causas e da dinâmica do processo do desenvolvimento espacial no Rio Grande do Sul. Mais recentemente, em 2006, o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística do Rio Grande do Sul apresentou uma ampla avaliação sobre os desequilíbrios regionais, tendo como base indicadores econômicos, sociais e de potencialidades.

Em paralelo à evolução analítica, também se inicia, a partir da metade da década de 1990, a proposição de políticas para o enfrentamento das desigualdades regionais no Estado do Rio Grande do Sul. Um dos marcos dessa retomada é a formulação de políticas para a Metade Sul, cujo mais importante instrumento foi o Programa de Fomento à Reconversão Produtiva da Metade Sul do Estado do Rio Grande do Sul (Reconversul). A adoção efetiva do recorte espacial da Metade Sul como área prioritária de intervenção tem origem em iniciativas tomadas a partir de 1995, tendo como base um incisivo discurso político e a existência de estudos que davam conta de que a região merecia atenção diferenciada.

Outra política que merece destaque no que se refere ao desenvolvimento regional gaúcho vincula-se à estruturação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes), usada como referência para as experiências de regionalização de outras unidades da federação. Em um contexto de estímulo à democratização e à participação, incentivado pela Constituição brasileira de 1988 e pela Constituição estadual de 1989, os Coredes foram constituídos no início da década de 1990, a partir da aproximação entre governo e instituições regionais, em especial as universidades, e se consolidaram de forma efetiva em 21 regiões, em 1994.

A Política de Desenvolvimento Regional do Estado do Rio Grande do Sul de 1998 pode ser considerada como um dos instrumentos formais mais completos para

a redução das desigualdades regionais já elaborados no estado. Assentada em uma proposta de intervenção multiescalar, definia os recortes de intervenção de acordo com as regiões-problema, tendo como objetivo central alcançar um desenvolvimento mais equilibrado entre as regiões e contribuir, com isso, para a redução das desigualdades regionais. A Política avançava também do ponto de vista formal, com a criação de instrumentos e definição de competências. Entre os instrumentos propostos se destacava a Consulta Direta à População, que se mantém até os dias atuais.

Outra iniciativa governamental que merece ser mencionada foi a que resultou, em 2001, na constituição do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Regiões Menos Dinâmicas, articulando ações para o desenvolvimento dos sete Coredes que apresentavam Produto Interno Bruto (PIB) abaixo da média do estado. A criação do grupo tornava explícita a necessidade de uma ação seletiva para as regiões mais deprimidas, com ênfase na organização das políticas setoriais, tendo o território como referência.

Mais recentemente, em outubro de 2004, a Secretaria da Coordenação e Planejamento do Estado do Rio Grande do Sul contratou o Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o RS (Rumos 2015). Afora sua abrangência e consistência, esse estudo ganhou relevância, uma vez que percorria todas as etapas de um processo de planejamento, com uma inovadora avaliação sobre a realidade gaúcha, os cenários e as propostas concretas para o desenvolvimento das regiões.

Assim, no que se refere ao Rio Grande do Sul, o conjunto de experiências relacionadas à questão regional permite afirmar que os acúmulos existentes são muito significativos. Entretanto, eles vêm sendo levados adiante de maneira desarticulada e sem esforço de continuidade, além de serem implementados de forma periférica dentro das ações governamentais. Se, por um lado, o estado é pressionado a manter o discurso regional, com iniciativas por vezes consistentes sobre o tema, por outro, a falta de continuidade das políticas tem dificultado sua efetiva integração por meio da construção de uma agenda para o desenvolvimento regional. Como resultado, as iniciativas acabam desacreditadas nas regiões e também na estrutura governamental, que, por ser fragmentada setorialmente, apresenta dificuldades para a compreensão e incorporação do tema.

Além dos fatores aqui já ressaltados, colabora fortemente para o esvaziamento e o descrédito dessas políticas a inexistência de uma avaliação sobre os resultados obtidos. Pouco se conhece sobre os resultados das iniciativas do estado destinadas ao fortalecimento das regiões deprimidas, em relação a qualquer um de seus aspectos. Isso ocorre no que se refere à sua concepção, ao momento político em que foram forjadas ou, mesmo, às possíveis repercussões territoriais. Desse modo, no que tange às políticas de combate às desigualdades regionais, existe no Rio Grande do Sul um caminho trilhado que necessita de uma avaliação mais consistente acerca de seus acertos e desacertos.

Nesse sentido, esta investigação se propõe a responder à seguinte questão central: quais as principais repercussões territoriais das políticas de desenvolvimento regional empreendidas no Estado do Rio Grande do Sul nas últimas décadas? Associado a essa questão, busca-se avaliar os pressupostos e recortes espaciais usados pelas políticas; se essas políticas foram de fato implementadas; o papel que o estado tem desempenhado na elaboração e implementação das políticas de desenvolvimento re-

gional; as tendências de reversão do quadro de agravamento das fraturas regionais; a forma como o planejamento governamental tem se organizado para a formulação e implementação das políticas de desenvolvimento regional; e a existência de integração entre as políticas empreendidas nas diferentes esferas da administração pública.

O objetivo central é analisar como as principais políticas de desenvolvimento regional recentes repercutiram no território gaúcho, enfatizando os pressupostos, instrumentos e recortes espaciais adotados. Para tanto, procurou-se analisar as principais políticas de desenvolvimento regional e seus instrumentos; relacionar o papel desempenhado pelo estado com as repercussões territoriais obtidas pelas políticas; analisar a repercussão territorial dos principais resultados das políticas de desenvolvimento regional; contribuir para a assimilação do planejamento territorial no planejamento e nas ações setoriais de governo; e identificar pontos de integração entre as políticas de desenvolvimento regional nas diferentes escalas de poder e gestão.

Entende-se por repercussões territoriais, no âmbito deste trabalho, os resultados que podem ser localizados no território, tanto no que se refere a valores investidos quanto a resultados físicos ou institucionais. Nessa perspectiva, foram avaliados quais os projetos efetivamente concretizados, quais os valores aplicados e quais os segmentos apoiados. Da mesma forma, por meio da análise do comportamento dos principais atores, buscou-se compreender quais os avanços institucionais obtidos em cada uma das políticas analisadas.

A hipótese aqui defendida é a de que as políticas de desenvolvimento regional apresentam repercussões territoriais que são construídas nas relações com os principais atores responsáveis pela dinâmica territorial. Assim, mesmo que o desenvolvimento regional esteja fora da centralidade da ação estatal, essas políticas produziram repercussões territoriais diretas ou indiretas, contribuindo para a reversão das tendências de agravamento das desigualdades regionais. Por essa lógica, não é o resultado de uma ação específica promovida pelo estado que será capaz de gerar as transformações necessárias para recuperar as fraturas territoriais existentes, mas, sim, o conjunto das políticas em diferentes escalas.

A pesquisa sustenta a tese de que a reversão de uma situação de subdesenvolvimento de algumas regiões passa pelo estado propor políticas adequadas para as escalas que não são privilegiadas pelo mercado. Além disso, defende a tese de que o êxito dessas políticas está diretamente vinculado com o grau de envolvimento dos atores regionais na construção de um projeto regional. É do resultado dessa convergência de esforços em um período de tempo mais longo que serão observadas as repercussões necessárias para as transformações nas regiões.

O desenvolvimento da pesquisa está estruturado em sete capítulos. Neste capítulo introdutório foi feita a contextualização da problemática, foram apresentados alguns conceitos usados e detalhados os objetivos, a hipótese e os métodos usados. Também foi elaborada uma apresentação da estrutura da pesquisa e dos conteúdos desenvolvidos em cada capítulo.

No Capítulo 2 foi aprofundada e discutida a base teórica que sustenta o debate sobre a questão regional e que explica o modo como o estado se movimenta na proposição de políticas destinadas ao combate das desigualdades regionais, objeto

desta pesquisa. Inicialmente, foi feita uma análise crítica sobre alguns processos decorrentes da ascensão do regime capitalista de acumulação flexível, tais como a globalização e a reforma do Estado. Também foram enfatizados os conceitos orientadores da pesquisa, destacando-se como o poder se manifesta e é exercido pelos atores sociais, o reposicionamento do território como lócus da convivência dos atores e suas estratégias e, por fim, o papel das políticas territoriais e de desenvolvimento regional para o equilíbrio territorial.

O Capítulo 3 foi destinado ao estudo das políticas de desenvolvimento regional desenvolvidas na escala nacional. Para isso, inicialmente, foi elaborado um breve histórico do planejamento territorial no Brasil, visando a compreender as bases em que se apoiou a nova política regional brasileira. Em um segundo momento, foi feita uma análise sobre a atual Política Nacional de Desenvolvimento Regional, destacando sua estrutura, seus programas e a institucionalidade envolvida. Posteriormente, foram analisados os resultados dessa política no território que compreende o Estado do Rio Grande do Sul, com objetivo de identificar resultados e possíveis repercussões territoriais. Além disso, foram identificados os principais atores envolvidos com o desenvolvimento regional na escala nacional, destacando sua articulação com as demais escalas.

O Capítulo 4 inicia o debate sobre as estratégias e as políticas de desenvolvimento regional levadas adiante a partir da iniciativa e do protagonismo do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse sentido, o capítulo resgata os pressupostos da construção do recorte territorial da Metade Sul, as estratégias das políticas públicas direcionadas à região, seus instrumentos e algumas de suas repercussões territoriais. No decorrer da análise, foram identificados os atores que protagonizaram o processo que resultou na inscrição da Metade Sul como um recorte merecedor de políticas diferenciadas e as respostas objetivas do estado, por meio da formulação de políticas públicas para a região.

O Capítulo 5 reposiciona o debate sobre a questão regional no Rio Grande do Sul a partir de análises mais aprofundadas do cenário regional. Em seguida, analisa as principais políticas para o combate às desigualdades regionais, à exceção das propostas pela esfera federal e das destinadas especificamente para a Metade Sul. Nesse capítulo foram estudadas as políticas propostas pelo Governo do Rio Grande do Sul na escala estadual. A primeira política analisada foi a criação dos Conselhos Regionais de Desenvolvimento, tendo como objetivo identificar os seus objetivos, sua atuação na política regional e seu papel enquanto atores decisivos na articulação da escala estadual com a escala regional.

O segundo objeto de investigação foi a Política de Desenvolvimento Regional de 1998, que introduziu um conjunto de medidas para o combate às desigualdades regionais, com destaque para a criação da Consulta Popular e o direcionamento do Fundo Operação Empresa (Fundopem). Também foram avaliados os resultados do Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento das Regiões Menos Desenvolvidas, instituído em 2001, com o objetivo de promover ações concertadas nas regiões que tinham crescimento econômico abaixo da média do estado. Por fim, foram avaliados os resultados do Estudo de Desenvolvimento Regional e Logística para o RS (Rumos 2015), que se constitui na mais recente iniciativa com ações direcionadas para o combate das desigualdades regionais.

O Capítulo 6 teve como finalidade discutir como se comportam e interagem as diferentes escalas de poder e gestão na implementação das políticas públicas destinadas à redução das desigualdades regionais. Também fez uma breve avaliação sobre essas políticas no Estado do Rio Grande do Sul, sob o ponto de vista dos agentes envolvidos com a questão regional. Para tanto, foi destacada a atuação dos principais atores e os aspectos complementares das diferentes políticas, tendo como base o referencial teórico, o estudo dos pressupostos e as repercussões territoriais identificadas nos capítulos anteriores.

Posteriormente, foram elaboradas algumas considerações finais sobre os resultados obtidos em relação aos objetivos e à hipótese da pesquisa. A investigação se encerra com a apresentação das Referências, dos Apêndices e dos Anexos.

JUSTIFICATIVA

A retomada do planejamento territorial no Brasil, a partir da década de 1990, não foi acompanhada da devida centralidade na agenda governamental. Entre os fatores que contribuem para essa situação pode-se destacar o desmonte do aparato institucional que tratava da questão regional no Brasil e a falta de perspectivas metodológicas para a avaliação dessas políticas, que, geralmente, envolvem uma perspectiva de longo prazo e apresentam resultados descontínuos que dificultam sua avaliação. Além disso, essas políticas foram empreendidas em um momento de mudança de paradigmas que consubstanciam análise regional, muito influenciado pela conformação de um novo modelo de acumulação.

Nesse sentido, o trabalho se propõe a contribuir para o debate do tema a partir do resgate da evolução do planejamento territorial no Brasil, da discussão dos paradigmas que fundamentam a questão regional e do estudo das repercussões territoriais das principais políticas desenvolvidas no Estado do Rio Grande do Sul. Do ponto de vista teórico, propõe uma reflexão sobre o dominante discurso em favor do desenvolvimento local e a consideração do desenvolvimento de políticas mais vinculadas a uma estratégia de intervenção nos territórios, com participação mais incisiva do estado. Além disso, objetiva contribuir para a superação das dificuldades que, normalmente, se estabelecem entre as políticas regionais e sua implementação setorial. Do ponto de vista metodológico, busca-se propor uma opção para a avaliação das repercussões territoriais dessas políticas, a partir da investigação do comportamento dos principais atores nas diferentes escalas geográficas. A investigação usa, assim, a escala como perspectiva analítica e metodológica para a análise das políticas de desenvolvimento regional, na medida em que essa confere visibilidade e permite que os fenômenos sejam problematizados. A escala é usada como uma estratégia de apreensão da realidade, na impossibilidade de compreender a totalidade.

Assim, além de elaborar um apanhado histórico sobre a questão regional no Brasil e no Rio Grande do Sul, é apresentado um aporte para o debate da política regional que, a partir do estudo das repercussões territoriais das principais políticas territoriais no território gaúcho, contribuisse para o entendimento dos avanços dessas políticas nas diferentes escalas e, principalmente, para a persistência do tema e seu posicionamento em uma situação de maior relevo entre as políticas governamentais.

**2º LUGAR****TÍTULO**

A economia política do desenvolvimento territorial
– uma análise da diversidade institucional.

PROPONENTE

Ricardo Antônio de Souza Karan

INSTITUIÇÃO

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

Após longo ostracismo, a questão regional foi reintroduzida na agenda pública e com a posse do presidente Lula da Silva, em 2003, foi lançada a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR).

Contudo, a PNDR teve sua consolidação prejudicada por uma série de obstáculos estruturais e conjunturais, dentre os quais se destaca a concorrência institucional de uma nova geração de programas orientados pela dimensão territorial nos três níveis de governo, desenhados de acordo com lógicas próprias e atendendo a públicos-alvo específicos, fenômeno que ganha força desde a década de 1990, no bojo do paradigma tecnoeconômico contemporâneo.

Por meio de uma abordagem fundada na economia política institucionalista, esta tese investiga um grupo de seis políticas e programas executados pelo governo federal no período 2003-2010, no âmbito dos ministérios da Integração Nacional (Política Nacional de Desenvolvimento Regional); do Desenvolvimento Agrário (Programa Territórios da Cidadania); do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (Territórios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local) e do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Grupo de Trabalho Permanente para Arranjos Produtivos Locais), bem como do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (Política de Dinamização Regional e Política para Apoio a Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Local).

As principais constatações apontaram para uma grande desarticulação entre as iniciativas, com sobreposição de públicos-alvo e escalas de intervenção, conflitos de interesse, redundância de ações, ausência de agenda comum, além de fragilidades organizacionais generalizadas. O grau de fragmentação detectado sugere que a ação governamental dificilmente logrará êxito na redução das disparidades regionais/territoriais como pretendido, principalmente à luz da inexistência de institucionalidades capazes de mediar as tensões presentes.

DESCRIÇÃO DETALHADA

A primeira década do século XXI foi marcada pelo refluxo do receituário liberal e pela retomada dos debates sobre o papel do Estado no Brasil. Na nova agenda política, as contradições da relação global-local assumem relevância de problema estratégico segundo o discurso governamental. Voltam ao debate público temas proscritos pela supremacia da ideologia *market-oriented*, abrindo espaço para políticas ativas de estímulo ao desenvolvimento e intervenção direta nas diversas iniquidades produzidas pelo mercado.

Partindo do diagnóstico de que nas últimas décadas o Brasil negligenciou sua questão regional, a gestão do presidente Lula instituiu uma nova Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), formalizada por meio do Decreto Presidencial nº 6.047, de fevereiro de 2007. Nos documentos oficiais é ressaltado o caráter nacional da iniciativa, a fim de demonstrar seu grau de prioridade e a necessidade de convergência intra e intergovernamental. O enfrentamento dos desequilíbrios regionais é apresentado como indissociável da estratégia de desenvolvimento do país, anunciando o resgate do tema pela agenda pública, ainda que sob diferentes termos.

A proposta de pesquisa. Delimitação do problema e hipótese de trabalho

Reflexo dos debates ocorridos na década de 1990, o cenário com que se depara a PNDR é marcado pela convivência de uma ampla gama de políticas e programas de desenvolvimento regional/territorial no âmbito do governo federal. Abrigadas em órgãos distintos, tais iniciativas gozam de diferentes status, seja do ponto de vista do grau de institucionalização (diploma legal, inclusão nos instrumentos de planejamento e presença em câmaras temáticas e órgãos colegiados do governo) ou dos recursos materiais e de poder disponíveis (dotação orçamentária, estrutura administrativa, autonomia de gestão, influência e relações interinstitucionais). Simultaneamente, é possível constatar inúmeros projetos dessa natureza sendo executados por estados e municípios, entes que assumem crescente protagonismo desde a descentralização político-administrativa promovida pela Constituição de 1988. Finalmente, cabe lembrar que diversos órgãos da sociedade civil também militam na temática regional/territorial/local, de forma isolada ou articulada com o poder público.

O fato de a PNDR não representar a única política pública do governo federal formulada em prol do desenvolvimento territorial equilibrado foi sempre reconhecido por seus gestores. Ao apresentá-la para discussão pública, esses admitiram a emergência de novos determinantes no debate regional/territorial contemporâneo, abstendo-se de pleitear a revogação das demais experiências em curso. O papel reclamado para a política foi o de inovação institucional destinada a exercer uma função articuladora nesse contexto multifacetado, aproximando-se da noção de governança tal como proposta por autores como Crouch (2005:21), qual seja, ação concertada de diversos atores, governamentais ou não, que isoladamente não reuniriam os recursos necessários à consecução de seus objetivos.

Contudo, no início da gestão da presidenta Dilma Rousseff é possível perceber que a multiplicidade não apenas perdurou como chegou a acentuar-se, tendo em vista o lançamento de novos programas correlatos ao longo dos dois mandatos do presidente Lula. Em novembro de 2010, o Ministério da Integração Nacional divulgou um documento intitulado *A PNDR em dois tempos: a experiência apreendida e o olhar pós-2010*. No texto, que será discutido de forma mais aprofundada num capítulo específico, são apontados sérios entraves ao pleno funcionamento da política, razão pela qual são propostos vários ajustes em relação ao atual desenho, poucos deles de natureza estritamente técnica.

Os limitados resultados alcançados pela PNDR sugerem que a coordenação/articulação das iniciativas de recorte territorial não constitui um problema de equa-

cionamento simples, desacreditando a retórica que identifica em tal modelo um novo consenso sobre o desenvolvimento, donde sobrevivem adjetivações tais como endógeno, integrado, sustentável, responsável etc. Sobressai, portanto, a necessidade de problematização do desenvolvimento territorial, principalmente diante dos sinais de que tal conceito tornou-se um espaço de disputa de concepções diversas. Nesse sentido, algumas questões acerca dos condicionantes e determinantes do atual estado de coisas podem ser arroladas, dentre as quais é possível destacar as seguintes: Quais rupturas e continuidades podem ser apontadas na gestão do presidente Lula no que tange ao enfrentamento das desigualdades e à promoção do desenvolvimento regional? Em que medida a trajetória histórica da questão regional brasileira limitou o alcance das inovações institucionais pretendidas? Qual a origem, natureza e extensão das resistências sofridas pela PNDR? Até que ponto a política teve a seu dispor os instrumentos necessários para superar tais resistências e cumprir a missão integradora pretendida? Suas dificuldades podem ser atribuídas a problemas de concepção ou a um descompasso entre a formulação e a implementação? Qual a efetividade dos canais de interlocução e coordenação disponibilizados para a PNDR? Houve real apoio político do núcleo decisório do governo federal a suas diretrizes centrais? Quais lições podem ser deduzidas a fim de impulsionar a fase II da PNDR?

A hipótese de trabalho desta tese é que o conjunto de iniciativas federais de desenvolvimento regional/territorial abriga interesses políticos, sociais e econômicos distintos e por vezes concorrentes, tendo tal fato se constituído num grave obstáculo, ainda que não único, à consolidação da PNDR. Dissenso e conflitos de interesse estariam na raiz do padrão de atuação do governo federal, que é a unidade analítica que aqui interessa. A coexistência de agendas conflitantes seria um indicativo da presença de diferentes concepções operando sob o mesmo discurso. Somente a análise das arquiteturas institucionais associadas a tais perspectivas permitiria a identificação de hierarquias, complementaridades e disfunções institucionais presentes (Amable, 2003), possibilitando a confirmação ou refutação da hipótese aqui aventada.

A perspectiva que orienta esta pesquisa é a de que a efetividade da ação governamental em regimes democráticos depende do reconhecimento dos múltiplos interesses envolvidos no processo de formulação de políticas públicas, o que coloca em relevo a importância das institucionalidades capazes não apenas de mediar tensões existentes, mas, fundamentalmente, de integrá-las a um projeto coletivo.

OBJETIVO E RELEVÂNCIA DO ESTUDO

O principal objetivo da pesquisa foi identificar e analisar os arcabouços institucionais de um grupo representativo do universo de políticas e programas de desenvolvimento territorial em curso no âmbito do governo federal, com a explicitação das ideias, dos atores e interesses que lhes dão sustentação. Considerando que todo projeto de desenvolvimento, seja ele delimitado em âmbito nacional ou subnacional, deve despertar e colocar em movimento fatores como trabalho, capital, tecnologia, capacidade empreendedora etc., uma forma de avaliar se há modelos contraditórios em disputa é investigar as hierarquias e complementaridades institucionais, ou eventuais disfunciona-

lidades (Amable, 2003), cabendo destacar convergências, divergências e lacunas, se possível sinalizando caminhos para superação de eventuais disfunções. Nesse sentido, especial atenção será dedicada ao exame dos espaços disponíveis para interlocução interinstitucional, bem como ao comportamento do núcleo decisório do governo federal.

Cabe aqui um esclarecimento importante. O objeto de estudo é a agenda brasileira contemporânea de combate às desigualdades territoriais em suas múltiplas escalas. Trata-se, portanto, de uma investigação sobre variáveis afins à dinâmica político-institucional. Vale ressaltar que uma ampla e diversa literatura vem explorando os desdobramentos da crise do modelo keynesiano-fordista sob um ângulo que privilegia regimes produtivos de recorte regional/local, assumindo a coexistência de arranjos institucionais distintos sob as mesmas fronteiras nacionais. A temática está presente até em parte da literatura neoinstitucionalista nas ciências sociais (Schnider, 2008; Schmidt, 2006; Crouch, 2005).

Adicionalmente, vale ressaltar que a opção por privilegiar o comportamento dos atores sociais alinha-se à proposta de Markusen (2005). Na visão crítica da autora, a maior parte da literatura sobre economia regional, ciência regional e geografia econômica produzida desde a década de 1980 limitou-se a conceitualizações descritivas abstratas, atribuindo papéis causais ao que ela denomina fenômenos subteorizados, tais como aglomeração, aprendizagem, redes, em detrimento de análises sobre realidades e sujeitos concretos. Ela defende a tese de que as contribuições das escolas que priorizam contextos e processos sejam incorporadas a um enfoque de economia política que investigue o raciocínio decisório dos atores políticos, num retorno a uma geografia econômica com mais nuances institucionais, portanto capaz de recuperar categorias e dimensões que vêm sendo desprezadas, como a estratégia das firmas e dos sindicatos, o papel do Estado e o impacto das políticas públicas nas dinâmicas regionais contemporâneas. Ao limitar-se às atividades de descrição e explicação, afirma ela, os intelectuais e estudiosos acabam por omitir-se de um papel mais ativo na alteração das condições que caracterizam os atuais padrões econômicos regionais. A seu ver, o emergente oligopólio internacional que vem determinando regras de alcance global sobre relações trabalhistas, comércio global e sistemas financeiros tem acirrado a emergente desigualdade espacial do desenvolvimento, o que justifica uma agenda de pesquisas voltada para a investigação do comportamento dos atores nesse processo. Caso contrário, afirma Markusen, restará insistir na geografia da categorização, na qual conceitos como redes ou tecnologia são desincorporados de relações políticas, estimulando a visão de uma nova economia e um novo regionalismo alinhados ao receituário de organismos internacionais como o Banco Mundial e o FMI, que legitimam a transferência de poderes a instâncias locais desprovidas de recursos ou capacidade técnica para assumir novas responsabilidades no desenvolvimento, notadamente nos países mais pobres. Tal linha de estudos, conclui, não será atraente para estudiosos que se contentem em descrever e explicar a realidade, mas pode mobilizar aqueles que se interessarem pela interpretação de comportamentos e pelo aconselhamento de forças progressistas comprometidas com a paz, a proteção ambiental, a erradicação da pobreza, a estabilidade das comunidades e o fim do racismo e do sexismo (p. 72).

ASPECTOS METODOLÓGICOS E PROCEDIMENTAIS

A abordagem metodológica empregada é tributária do marco teórico-conceitual da economia política institucionalista, por identificar nas instituições um fator determinante nos resultados econômicos e sociais das políticas públicas. A literatura especializada tem apontado que o revigoramento da temática regional e a (re)descoberta da influência territorial sobre a economia têm forte relação com o debate pós-fordista sobre o desenvolvimento, razão pela qual o impacto conceitual e cognitivo dessas correntes sobre as *racionales* que embasam a ação pública é o ponto de partida da pesquisa. O interesse não se limita à identificação dessas ideias, pois se estende à melhor compreensão de sua transformação em políticas públicas específicas sob a chancela de determinadas coalizões de apoio, explicitando assim a interação entre as dimensões política e técnica. Considerando ainda que a ação governamental não é implementada por estruturas neutras, a burocracia é outra categoria priorizada, em consonância com os pressupostos teóricos institucionalistas sobre a natureza do Estado e sua relevância como categoria analítica. Coloca-se em pauta seu comportamento como ator dotado de dinâmica própria, portanto capaz de influenciar a formulação e a reformulação das políticas públicas.

Dentre o amplo leque de ações de recorte territorial executado pelo governo federal no período 2003-2010, foram selecionadas seis iniciativas para análise. São elas a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), instrumento maior de combate às desigualdades regionais no país, coordenada pelo Ministério da Integração Nacional (MI); o Programa Territórios da Cidadania, gerido pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA); os Territórios de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad), de responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS); a Política de Apoio a Arranjos Produtivos Locais, executada pelo Grupo de Trabalho Permanente de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais (GTP/APL), abrigado no Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC); além de duas ações desenvolvidas pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), a saber, o Programa de Dinamização Regional (PDR) e a Política de Apoio a Arranjos Produtivos Locais e Desenvolvimento Local.

As análises documentais e bibliográficas foram enriquecidas com depoimentos colhidos em nove entrevistas aprofundadas, sendo sete delas com gestores governamentais dos órgãos envolvidos e duas com especialistas de notório saber nos campos do desenvolvimento regional e territorial. A propósito do emprego das escalas espaciais ao longo do texto, uma das constatações da pesquisa foi precisamente a grande liberalidade no uso de expressões como sub-regional, territorial, local etc., não raro tratadas como intercambiáveis pelas políticas e pelos programas investigados. Embora as referências aos níveis macrorregional, regional, mesorregional e microrregional guardem correspondência com os critérios usados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), nas demais escalas a dimensão espacial concreta acaba sendo determinada pelo contexto ou referencial teórico e/ou perspectiva de cada uma das iniciativas.

ESTRUTURA DA TESE

A tese está estruturada em cinco partes. Após a caracterização do problema na introdução, o segundo capítulo aborda a virada institucional, expressão que vem sendo usada para descrever o resgate das instituições nos estudos sobre desenvolvimento. São apresentadas as raízes conceituais da abordagem institucionalista em diversos campos do conhecimento, discutindo sua influência num cenário contemporâneo marcado pela coexistência de escolas neoinstitucionalistas nem sempre dignas desse título. A literatura sobre regimes produtivos recebe especial atenção por caracterizar com notável precisão a variedade institucional do capitalismo realmente existente. Ao fim, alguns desdobramentos do programa neoinstitucionalista no estudo das políticas públicas são analisados mais detidamente, por constituírem o corpo central da perspectiva teórico-metodológica adotada na pesquisa.

O terceiro capítulo trata da renovada atenção dedicada à relação entre território e desenvolvimento após a crise do modelo keynesiano-fordista. Tendo o espaço como referência, acumulam-se propostas polarizadas entre a assimilação e a diferenciação, demonstrando que o papel do território no atual paradigma tecnoprodutivo segue controverso. Outro aspecto relevante discutido é a influência da nova ordem mundial sobre a reconfiguração das soberanias nacionais e os riscos representados pela retórica globalista a projetos de desenvolvimento soberanos. Concluindo, algumas reflexões são propostas aos formuladores de políticas públicas no Brasil, diante das evidências do refluxo neoliberal em todo o mundo.

O quarto capítulo se inicia com a apresentação da trajetória de nossa questão regional desde a gênese até a posse do presidente Lula, em 2003, contextualizando o momento de lançamento da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR). Na sequência, são apresentadas as principais evidências colhidas pela pesquisa quanto à natureza, estrutura e dinâmica de cada uma das iniciativas que compõem o escopo da pesquisa, com foco na identificação das economias políticas subjacentes. Considerando que as políticas e os programas analisados são parte de uma realidade bem mais complexa, o capítulo esboça um panorama geral da temática do desenvolvimento regional/territorial no país, incluindo resultados de pesquisas e estudos recentes.

Finalmente, o quinto e último capítulo traz um esforço de síntese das principais evidências colhidas, sobre as quais são traçadas considerações que incluem um balanço dos desafios enfrentados pela PNDR, a natureza e a influência da diversidade institucional presente e o grau de convergência/fragmentação da ação pública, bem como conjecturas sobre o nível de responsabilidade do governo federal na conformação do atual quadro.

JUSTIFICATIVA

Pesquisadores de políticas públicas têm reafirmado o entendimento de que conceitos abstratos são de pouca utilidade diante de problemas sociais complexos. Realidades concretas frequentemente inviabilizam até mesmo políticas

originárias de ótimas ideias e amparadas em modelos teóricos consistentes. A renovada ênfase conferida às particularidades de trajetórias nacionais tem trazido de volta ao debate categorias que no passado recente viram-se bastante desprestigiadas em função da hegemonia neoliberal. Claro exemplo são as instituições e sua influência na dinâmica social, temática que tem estimulado a criação de diversos estudos combinando teoria das organizações, sociologia econômica, psicologia comportamental e sistemas jurídicos, entre outros elementos de diferentes disciplinas. Afastadas as visões idealizadas e ascéticas sobre interações sociais e ação pública, resta admitir que assimetrias e desigualdades são dados concretos a modelar a disputa política, justificando posturas mais realistas na investigação do processo decisório nas democracias capitalistas. Diante do desgaste conceitual e do descrédito empírico da hipótese de ampla convergência liberal, programas de pesquisa voltados para o estudo das correlações e interações entre Estado, mercado e demais instituições sociais têm se tornado cada vez mais presentes nos meios acadêmicos. Sem ignorar que os desafios da globalização reduziram a eficácia dos arranjos sociopolíticos erigidos no pós-guerra, essa corrente vem se dedicando a compreender o modo pelo qual o binômio mudança/continuidade tem sido equilibrado nas sociedades desenvolvidas. Superada a fase em que as diferenças podiam ser confortavelmente classificadas como desvios em relação a best practices atemporais, maior atenção vem sendo direcionada justamente ao modo como essa diversidade, potencializada por complementaridades institucionais, propicia coesão social e diferenciais competitivos. Se de fato os desafios contemporâneos e a interdependência têm estimulado algum nível de convergência nos países ocidentais, por outro lado constata-se que os ambientes institucionais historicamente construídos mostram-se, tanto quanto no passado, indispensáveis ao equacionamento dos conflitos distributivos. A persistência de padrões próprios em meio a um cenário de turbulências coloca em relevo a influência das trajetórias nacionais (*path dependence*) na construção de opções de desenvolvimento politicamente aceitáveis, esvaziando quaisquer expectativas de cristalização de um modelo de fácil emulação. Esse é, precisamente, o enfoque desta tese, que se debruça sobre inúmeros fatores condicionantes e determinantes para o sucesso da formulação, implementação e avaliação de políticas públicas.

CATEGORIA 1**Produção do Conhecimento Acadêmico – Mestrado**

1º Lugar

TÍTULO

Políticas públicas territoriais: uma nova visão sobre o desenvolvimento

PROPONENTE

Leonardo de Moura Perdigão Pamplona

INSTITUIÇÃO

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

No século XXI a visão sobre o desenvolvimento necessária para dar conta dos desafios contemporâneos se desdobra em três agendas. A primeira é a necessidade de fortalecimento institucional do Estado, para ampliar a eficiência e a efetividade da máquina pública num contexto de crescente complexidade. A segunda consiste na necessidade de fortalecimento da democracia – ampliação do grau de legitimidade do processo decisório por meio do aprofundamento dos laços entre Estado e sociedade, com o objetivo de buscar ações mais aderentes à real necessidade emanada pela sociedade.

A terceira tem a ver com a necessidade de incorporação do conceito de sustentabilidade – redução dos desequilíbrios econômicos, sociais, regionais e ambientais. Nesse sentido, o objeto de estudo foi um conjunto de políticas de desenvolvimento regional e territorial recém-implementadas no Brasil. A análise sobre essas políticas, com base em pesquisa bibliográfica e entrevistas, se concentrou em três premissas: a integração e a articulação de políticas públicas; o relacionamento Estado x sociedade; e a participação social no planejamento do desenvolvimento. O objetivo foi verificar, na execução das políticas estudadas, a concretização dos conceitos expressos nas três dimensões da agenda do desenvolvimento no século XXI. Conclui-se pela necessidade de uma instância governamental politicamente capaz de articular forças dispersas, imprimir eficiência à execução de políticas públicas e liderar um processo de planejamento nacional; e para a necessidade de harmonização dos recortes territoriais, com o objetivo de reduzir sobreposições e facilitar o processo de planejamento, a partir das sinergias possibilitadas pela melhor organização da sociedade civil e integração dos planejamentos territoriais nas diversas escalas geográficas.

Foi elaborado, ainda, capítulo sobre as possibilidades de aproveitamento da pesquisa pelo BNDES, em especial nos aspectos social e regional.

DESCRIÇÃO DETALHADA

A contribuição teórica à dissertação focou o conceito de desenvolvimentismo, entendido de maneira sintética como processo de evolução material que ocorra de maneira equilibrada social e espacialmente. O destaque dado na dissertação foi para os aspectos institucionais, relacionados ao papel do Estado na expansão das capacidades humanas, dentre as quais uma das mais importantes é a capacidade de participação e deliberação para a coprodução de políticas públicas.

Dando sequência ao referencial teórico, foi desenvolvida, inicialmente, uma contextualização histórica acerca do arcabouço institucional do Estado brasileiro, que apontou a força persistente das oligarquias rurais patrimonialistas como força contrária a avanços institucionais. A dificuldade histórica de superação desses traços herdados da fase colonial prejudicou, no Brasil, a criação de estruturas administrativas completamente eficientes, pois as boas instituições que foram criadas tiveram de conviver em paralelo com as estruturas patrimonialistas arcaicas. As reformas administrativas se constituíram, dessa maneira, como reformas por acréscimo, o que gerou um processo de expansão descoordenada da máquina pública e, conseqüentemente, um alto grau de fragmentação e sobreposição de instituições e de políticas públicas.

O processo de redemocratização do Brasil, a partir da década de 1980, ocorreu em um contexto de crise econômica e de uma tradição política que centralizava o poder na esfera executiva, em detrimento dos poderes Legislativo e Judiciário. Esse cenário, em conjunto com as demandas da sociedade reprimidas no período anterior, trazia dificuldades de grande monta para o Estado gerenciar. As diretrizes apontadas pela literatura, nos anos 1990 (Diniz, 1995; Arretche, 1996), já indicavam a necessidade de fortalecimento institucional do Estado, por meio da efetivação de um pacto federativo e da constituição de uma arena pública que apoiasse a elaboração e a implementação de políticas públicas. Um outro ângulo histórico, relacionado à formação do Brasil contemporâneo sob a perspectiva da distribuição regional do crescimento, também foi apresentado para fins de contextualização histórica. Assim, apontou-se que se no século XXI o Brasil foi um dos países que mais cresceram, também foi um dos que mais geraram desigualdades sociais e regionais. A partir da década de 1960, apesar de em números globais o Brasil apresentar indicadores de desconcentração inter-regional do crescimento, verificou-se ampliação das desigualdades intrarregionais, especialmente no Nordeste, com investimentos concentrados na Bahia, em Pernambuco e no Ceará. Na região Norte o Pará e o Amazonas também foram polos de concentração intrarregional de investimento. Na década de 1980, o processo de desconcentração verificado ocorreu de maneira espúria, tendo regiões mais avançadas decrescido mais do que as mais atrasadas (Cano, 2008). A década de 1990, por sua vez, presenciou a retomada dos processos de reconcentração dos investimentos e desintegração nacional, com base na montagem de corredores de exportação que não conectavam as regiões brasileiras, tão somente ligando as áreas produtoras com os portos escoadores da produção para o exterior.

Naquele momento, os estudiosos do tema do desenvolvimento regional (em especial Araújo, 1999) preconizavam a necessidade da construção de uma política nacional de desenvolvimento regional, cujas premissas eram a integração de escalas territoriais e a mobilização social, sob a coordenação do Estado nacional.

Essas diretrizes teóricas contribuíram para, no início do século XXI, a definição da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), no âmbito do Ministério da Integração Nacional, que propunha, como ferramenta principal, a criação de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR) nos moldes da experiência da União Europeia.

Além da PNDR, outras experiências foram analisadas na dissertação, como o estudo da dimensão territorial para o planejamento, de iniciativa do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão; a Agenda 21, do Ministério do Meio Ambiente; o Programa Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Territórios Rurais (Pro-nat) e o Programa Territórios da Cidadania (PTC), do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Uma análise dos resultados dessas políticas indica que as novas políticas representam, ainda, mais uma inovação retórica do que uma efetiva mudança institucional, dadas as dificuldades existentes para se operarem mudanças profundas na cultura organizacional do Estado e, também, para se alterar a cultura no âmbito da sociedade civil, que não está acostumada à deliberação pública (Favareto, 2010a). Dessa maneira, parece estar ocorrendo uma incorporação de novas diretrizes que mantêm velhos valores e hábitos de ação dos agentes sociais, como um tipo de inércia institucional, no âmbito do conceito de dependência da trajetória. Assim, ainda há um longo caminho para a efetivação de políticas realmente territoriais, uma vez que é bastante complexo superar, dada a tradição, o viés setorial e o viés de política social presentes nos programas com enfoque em territórios mais pobres, o que dificulta a sua plena inserção no tecido econômico nacional.

Nesse sentido, a pesquisa de campo objetivou testar essas hipóteses levantadas junto à literatura estudada, a fim de compreender como gestores públicos federais e atores territoriais encaravam questões como o processo de integração de políticas públicas; a relação entre recortes territoriais; o processo de institucionalização de instâncias deliberativas e do planejamento do desenvolvimento nos territórios; o processo de implementação e gestão dos planos territoriais de desenvolvimento; os desafios para a superação do clientelismo e patrimonialismo; e a capacidade dos programas articulados de efetivamente transformarem as dinâmicas econômicas de áreas carentes.

A pesquisa sobre as recentes políticas de desenvolvimento territorial no Brasil, por um lado, confirmou algumas constatações apresentadas na literatura, no que diz respeito à incipiência dos resultados concretos até o momento apresentados. Por outro lado, foi possível perceber que a integração de políticas públicas e a participação social estão gradativamente sendo absorvidas pelos atores políticos e sociais, demonstrando que um caminho de evolução está sendo trilhado.

O processo de absorção de uma cultura democrática, tanto pela população em geral quanto pela classe política, ainda é incipiente, o que explica as dificuldades observadas na implementação das políticas de desenvolvimento territorial estudadas. O aparato estatal ainda carrega os vícios da tradicional forma de fazer política, ou seja, o patrimonialismo e o clientelismo, enquanto a sociedade permanece com dificuldade de enxergar caminhos pelos quais tenha o poder de ordenar o Estado para que atenda aos seus interesses.

Mesmo nas diversas áreas do Estado onde há espírito público e compromisso com o desenvolvimento ainda impera a cultura da fragmentação setorial, na qual cada agência específica compreende ser autossuficiente e sem necessidade de dialogar com seus pares em busca de ampliar a racionalidade da ação estatal. Ainda menos comum é a consulta à sociedade quanto à pertinência das formulações.

A mensagem mais importante que se pode extrair da pesquisa é a do imperativo do fortalecimento das institucionalidades, de uma maneira geral, para a efetivação de uma legítima política de desenvolvimento regional.

Do ponto de vista mais macro, deve ser fortalecida uma institucionalidade no âmbito do governo federal que tenha poder de comando para articular as diferentes partes do todo e implementar políticas públicas integradas e consistentes. Isso exige um trabalho de convergência de recortes territoriais, federais e estaduais e metodologias de intervenção que racionalizem o uso de recursos públicos e potencializem os resultados das ações implementadas.

Descendo na escala geográfica, a articulação com os demais níveis federativos é fundamental para a citada convergência. O estímulo à participação dos estados e ao processo de consorciamento entre municípios, no intuito de ampliar a escala técnica e financeira para a elaboração e a execução de projetos e a própria visão do desenvolvimento territorial, deve ser prioritário. Isso inclui as metrópoles, lócus de grande parte dos problemas sociais brasileiros, dado o processo não planejado de crescimento econômico que inchou as principais capitais do país.

Por fim, a institucionalização da participação da sociedade civil organizada no planejamento e na deliberação sobre o desenvolvimento territorial é a tarefa mais importante de todo o processo. Cada recorte deve contemplar a existência de institucionalidades capazes de conduzir um processo de discussão que englobe o poder público e a sociedade civil organizada, para identificar as grandes questões estratégicas para o desenvolvimento de cada território.

Isso significa que cada microrregião deve ter a sua Instituição Deliberativa Territorial (IDT), que indique representantes para a discussão mesorregional que, por sua vez, indique representantes para uma discussão estadual, cujos representantes discutam em uma escala macrorregional e também componham uma discussão nacional. O próprio Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) poderia ter sua representatividade e legitimidade fortalecidas com a participação de representantes oriundos das discussões microrregionais, mesorregionais estaduais e macrorregionais.

O investimento nas capacidades organizacionais e deliberativas da população, na visão da grande maioria dos entrevistados, é o caminho para um melhor ordenamento e uma melhor integração das políticas públicas, uma vez que o Estado não tem condições de conhecer profundamente as realidades locais. Além disso, sendo pressionado por uma sociedade consciente das suas necessidades, apresenta maiores possibilidades de se estruturar para oferecer políticas públicas melhores.

O desdobramento dessa construção institucional é o resgate do planejamento estratégico nacional de longo prazo, tema enfatizado em diversas entrevistas. Essa é uma diretriz constitucional ainda hoje não plenamente realizada e que deve ser concretizada com base na estruturação das capacidades, tanto da sociedade civil, quanto da burocracia pública, de se articularem em prol do desenvolvimento nacional. Em relação ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), trata-se de um dos principais agentes estatais para a promoção do desenvolvimento brasileiro. Sua missão é promover o desenvolvimento sustentável e competitivo da economia brasileira, com geração de emprego e redução das desigualdades sociais

e regionais. Por isso a escolha da instituição como objeto de estudo relacionado às políticas de desenvolvimento regional e territorial.

Se no século XX o BNDES foi apoiador fundamental da industrialização e construção da infraestrutura brasileira, a partir o fim daquele século passou a ter crescentes preocupações quanto a aspectos sociais, ambientais e regionais relacionados a seus investimentos. Um exemplo é o estabelecimento de uma Política para Atuação no Entorno de Projetos, cujo objetivo é atuar nas regiões onde ocorrem investimentos de projetos com grande potencial de impactos sociais e ambientais, de forma integrada, com base no planejamento e na pactuação territorial juntamente ao empreendedor, ao poder público e aos atores da sociedade civil interessados. Essa diretriz indica que o Banco está evoluindo em linha com as diretrizes gerais de sustentabilidade e democracia, pilares do desenvolvimentismo do século XXI apresentadas na contextualização teórica da dissertação.

Assim, analisou-se como a trajetória recente do BNDES se relaciona com os avanços no que concerne às políticas de desenvolvimento territorial apresentadas na dissertação, em busca de compreender as possibilidades de atuação do BNDES à luz das conclusões da pesquisa feita.

Para a atuação no entorno de projetos, é importantíssimo que haja clareza quanto aos recortes territoriais a serem abordados, uma vez que as áreas de impacto dos projetos financiados devem, idealmente, coincidir com as microrregiões definidas pela instância de coordenação nacional. Isso facilitaria o processo de interlocução com as instâncias deliberativas territoriais, que já deverão estar previamente constituídas. O S do BNDES pode ter um papel fundamental no fomento ao desenvolvimento institucional de prefeituras de pequenos municípios e órgãos públicos locais; e na formação e consolidação de consórcios públicos, instâncias deliberativas territoriais e redes dessas instâncias por todo o território nacional. No longo prazo, essas institucionalidades poderão ter o papel de fornecer informações atualizadas sobre as características de cada território e os impactos, existentes e potenciais, gerados pelos projetos financiados nesses locais, bem como discutir de forma mais embasada e legítima as ações necessárias e oportunas a serem apoiadas para a sua dinamização econômica e o seu desenvolvimento socioambiental.

Por fim, há um resgate necessário a ser feito no que diz respeito ao papel de formulação que o BNDES exerceu ao longo de sua trajetória. O imperativo de um planejamento estratégico nacional, que ordene e equilibre o processo de formulação e deliberação em cada recorte territorial definido, pode ter no BNDES uma importante contribuição.

A capacidade técnica e financeira do Banco, seu histórico papel preponderante na elaboração e/ou execução dos principais planos nacionais de desenvolvimento e em recentes ações governamentais, como o PAC e a PDP, além da visão privilegiada que tem sobre as dinâmicas econômicas nacionais, o credenciam como um dos possíveis articuladores do esforço de elaboração do planejamento estratégico nacional de longo prazo. Esse trabalho deverá ser feito em conjunto com os demais bancos públicos federais, bancos regionais de desenvolvimento, a rede de agências de fomento, a Esplanada dos Ministérios, com destaque natural para o Ministério do Planejamento e o Ministério da Integração Nacional, e demais instituições vinculadas ao tema.

Esse processo de planejamento, que emerge da base da sociedade com a coordenação e a ponderação de uma estrutura de gestão a nível nacional, é que pode levar a uma efetiva integração de políticas públicas para a realização de investimentos mais adequados aos objetivos de desenvolvimento do país, considerando o equilíbrio entre os diversos territórios e regiões.

Com a criação desse arcabouço institucional, o BNDES terá instrumentos para aprimorar seu papel indutor de investimentos, estimulando uma melhor alocação de projetos ao longo do território nacional. Para isso, pode usar como insumo principal os estudos de potencialidades econômicas e necessidades de infraestrutura física e social feitos no âmbito das instâncias deliberativas territoriais, vinculando médios e grandes projetos à dinamização dos chamados vazios econômicos.

Ou seja, a construção das Agendas de Desenvolvimento Territorial (ADTs), para além do seu papel atual de definir ações no entorno de projetos que chegam ao BNDES, pode ser uma ação constante de fomento da sua atuação, podendo para tanto ser construído um sistema de informações sobre grandes projetos de investimento. Esse sistema pode servir como base para o estímulo locacional adequado e, no caso do atendimento da demanda que se apresentar (atualmente a forma usual de atuação do Banco), deve ser condição para o enquadramento do projeto de financiamento. A viabilização dessa estratégia depende de uma ação vigorosa de estímulo ao fortalecimento institucional nos diversos recortes territoriais, pois as instâncias deliberativas territoriais é que deverão elaborar os planos de desenvolvimento territorial que servirão de insumo para a definição das ADTs.

Dessa maneira, poderá ser fortalecido o papel do Banco de, a partir do financiamento, integrar políticas públicas para potencializar os resultados dos projetos produtivos, em parceria com as instâncias deliberativas territoriais, e também o de estimular o crescimento das práticas de responsabilidade social das empresas (RSE), que também poderão fazer parte daquelas instâncias. Por fim, na oportunidade da defesa da dissertação, diversos desafios foram apontados como agenda de trabalho a ser aprofundada, como, por exemplo: a definição de um modelo educacional que estimule o interesse da população em participar de processos decisórios quanto ao seu futuro e amplie a representatividade e legitimidade da ação do Estado, ao tempo em que fortalece a democracia; a evolução das instituições políticas e do corpo técnico do Estado para que considerem estrategicamente as novas abordagens vinculadas à articulação de políticas públicas e participação social; e o aprofundamento e a consolidação de ações em prol da institucionalização de instâncias deliberativas territoriais, como, por exemplo, consórcios públicos aderentes aos recortes territoriais e abertos à participação da sociedade civil organizada, com o objetivo de dar continuidade ao processo de democratização do Estado brasileiro e, conseqüentemente, contribuir para uma distribuição mais equilibrada de oportunidades de crescimento e bem-estar.

JUSTIFICATIVA

A experiência brasileira apresenta inúmeras situações de sobreposição e fragmentação de políticas públicas, em grande parte não pactuadas com a sociedade

e que, apesar de despender considerável quantia de recursos, não atingem os resultados almejados de melhoria nas condições de vida das populações que vivem especialmente nas regiões menos desenvolvidas.

Com base em contextualização histórica que ofereceu panorama sobre o arcabouço institucional do Estado brasileiro e a configuração das atuais disparidades regionais, o presente trabalho analisou políticas públicas recentemente implementadas no Brasil, por meio de entrevistas com gestores públicos federais e representantes de instâncias deliberativas territoriais.

A pesquisa possibilitou uma compreensão sobre o estado da arte de questões fundamentais para a efetivação de políticas de desenvolvimento territorial e regional. Essas questões dizem respeito à integração de políticas públicas e à organização da sociedade civil com o objetivo de qualificar a demanda e melhorar a oferta dessas políticas públicas e, assim, realizar ações realmente estruturantes dos territórios.

Seus resultados apontaram para possibilidades de avanços na articulação de atores responsáveis pelo desenvolvimento territorial e regional com base em diversas políticas e programas hoje dispersos. Entende-se que essa articulação de atores e políticas públicas, aliada a um relacionamento mais intenso com a sociedade civil organizada, é condição para um desenvolvimento social, regional e ambientalmente mais equilibrado. Dessa maneira, justifica-se o alinhamento da dissertação ao Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional.



2º Lugar

TÍTULO

Caminhos do Jequitinhonha: análise do projeto de combate à pobreza rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha (MG)

PROPONENTE

Marcela de Oliveira Pessôa

INSTITUIÇÃO

Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf)

A dissertação apresentada fez uma análise cuidadosa do Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha (MG). Para tanto, foi feito longo estudo bibliográfico que compreendeu a consolidação das políticas sociais no contexto nacional, denotando o seu surgimento, o modelo de desenvolvimento a que esteve relacionado e as mudanças que começaram a ser introduzidas a partir do fim do século XX. Posteriormente foi colocada a situação vivida no Vale do Jequitinhonha, relevando os principais aspectos de sua história, as principais instituições e políticas que lhe foram influentes e os aspectos que delineiam a região por meio de um perfil contraditório composto por miséria e riqueza. Situando o Vale no contexto nacional, foi apresentada a conjuntura em que

surgiu o Instituto de Desenvolvimento dos Vales do Jequitinhonha, Mucuri e do Norte de Minas (Idene) e a proposta do PCPR gerido por essa instituição. Para a realização da pesquisa optou-se por metodologia qualitativa, que se apoiou em entrevistas e observação não participante para fazer o levantamento dos dados requeridos. Os resultados obtidos revelam aspectos positivos e negativos presentes na política analisada, pois ao mesmo tempo em que o Idene tenta superar alguns dos problemas típicos do modelo institucional brasileiro e sua relação com a sociedade civil, outros fatores que influenciam diretamente no sucesso do PCPR têm sido ignorados, o que faz com que o Projeto apresente uma série de lacunas e não alcance plenamente seu objetivo de fornecer condições para a melhoria da qualidade de vida dos seus beneficiários.

DESCRIÇÃO DETALHADA

O presente trabalho corresponde à dissertação de mestrado intitulada Caminhos do Jequitinhonha: análise do Projeto de Combate à Pobreza Rural como política pública para o desenvolvimento socioeconômico do Vale do Jequitinhonha (MG), cuja pesquisa de campo foi feita em 2011.

O trabalho apresentado ganha relevância uma vez que aborda temas contemporâneos tais como a tentativa de um novo formato para as políticas públicas brasileiras com enfoque democrático e participativo que visa à valorização das peculiaridades locais, abranger a multiplicidade dos atores sociais, abarcar as culturas tradicionais e promover a sustentabilidade das formas de vida em acordo com o meio onde se inserem. Além disso, articula esses aspectos a toda uma herança tecnocrática e personalista comum à política brasileira e que, conforme foi verificado, acabam por se tornar grandes limitações a iniciativas aparentemente inovadoras.

O Projeto de Combate à Pobreza Rural (PCPR) analisado trata-se de uma política pública implementada a partir da iniciativa do Estado com apoio do Banco Mundial e em parceria com instituições estatais e sociedade civil. Visa a combater a pobreza por meio de subprojetos de cerne produtivo, social e de infraestrutura indicados pelas próprias comunidades beneficiárias. Os subprojetos correspondem às seguintes linhas:

- Infraestrutura: barragens, poços tubulares, cisternas, eletrificação rural, construção/recuperação de estradas, pequenas pontes, armazéns comunitários etc.;
- Sistemas produtivos: casas de farinha, mecanização agrícola, unidades de beneficiamento, piscicultura, apicultura, ovinocaprinocultura, oficina de confecções etc.;
- Fins sociais: construção/reforma de escolas e postos de saúde, lavanderias comunitárias, centros sociais, melhorias habitacionais etc.

O Banco Mundial, além de ser o responsável pela proposta inicial do PCPR, é o responsável por arcar com parte dos recursos financeiros necessários para a implementação dos subprojetos nas comunidades. Há contrapartida também da socieda-

de dessas comunidades organizadas como associação de acordo com o código civil e participação de outras institucionalidades públicas, como prefeituras e as Empresas de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emater).

Dada a maleabilidade dessa articulação, o PCPR não é uma experiência exclusiva do Estado de Minas Gerais, sendo encontrado em estados do Norte e do Nordeste brasileiros, como Maranhão, Pernambuco e Ceará, entre outros. Por consequência, analisá-lo buscando estimar em que medida tem atingido os objetivos almejados serve não apenas para compreender a realidade da pobreza rural mineira, mas também a de outras regiões. Em especial, o andamento do PCPR mineiro serve de referência para os demais, visto que chegou a ser considerado pelo Banco Mundial como a iniciativa de maior sucesso entre os PCPRs implementados.

Para a elaboração deste trabalho foi feita exaustiva revisão bibliográfica que possibilitasse uma visão complexa da situação das políticas públicas nacionais até sua tradução na realidade jequitinhonhesa. Também foi possibilitada a pesquisa documental junto ao Idene, instituição responsável pelo PCPR mineiro, para esclarecer como se deu a aceção da proposta. Por fim, e mais importante, esta pesquisa primou por levantar dados junto ao público beneficiário do projeto por meio de entrevistas semiestruturadas e focalizadas e observação não participante. A expectativa foi a de dar voz à compreensão de mundo, às críticas e propostas dos grupos para os quais a política fora planejada, com o interesse de verificar em que medida o projeto os tem beneficiado, quais as reais implicações em suas realidades, os problemas observados, as opções sugeridas etc.

Visto que o Vale do Jequitinhonha corresponde a uma área maior do que sete dos estados brasileiros, houve a necessidade física e financeira de delimitar o campo de abrangência desta pesquisa para a microrregião do Médio Vale do Jequitinhonha, de acesso mais facilitado. Além disso, foram escolhidos como foco de análise os subprojetos produtivos, visto que correspondiam a empreitadas mais complexas e cujos desdobramentos poderiam ser reinvestidos em aspectos infraestruturais e sociais nas comunidades abrangidas.

Dado que também houve contato direto com os agentes responsáveis pela implementação do programa no Médio Vale do Jequitinhonha, a análise proporcionada por este trabalho também considerou suas perspectivas, críticas e proposições. Dada a valorização das perspectivas do público e dos agentes do PCPR como sujeitos da pesquisa, não apenas como objeto, além de apresentar os resultados obtidos, a dissertação tem um capítulo construído para relevar as propostas surgidas nesses dois grupos de atores visando a contribuir para o aperfeiçoamento do projeto, que serve tanto para o âmbito do Vale do Jequitinhonha quanto para as demais localidades onde incide a sua experiência. É necessário ressaltar também que os resultados desta pesquisa estarão sendo apresentados para o Idene e tem-se a expectativa de, inicialmente, levá-los também para as comunidades e os municípios que serviram de base para o levantamento dos dados.

Os resultados obtidos nesta pesquisa demonstraram que embora a iniciativa do PCPR seja otimista e construtiva, visto que pretende seguir uma proposta democrático-participativa, ainda corresponde a uma ação fragmentada. Além

de haver problemas internos à proposta do projeto de ordem financeira (recursos disponíveis), técnica (assistência, infraestrutura etc.) e sociológica (dada a pouca complexidade prevista para o empreendimento), a iniciativa também é dilapidada por não enfrentar adequadamente problemas cristalizados nas ações políticas e instituições públicas brasileiras, como o tecnocratismo e o personalismo. Aspectos fundamentais para a promoção do desenvolvimento regional a partir de bases endógenas, como o fomento ao capital social, a valorização do conhecimento local e a sustentabilidade socioambiental, têm sido abordados de forma efêmera, considerados mais pelo discurso e menos pela promoção efetiva.

Durante a implementação do PCPR, o Idene, em particular, vem tendo total aprovação pelo público abrangido, devido à tentativa de mudança no comportamento de seus agentes no âmbito microrregional. Esse comportamento baseia-se principalmente na transparência exigida pela instituição em aspectos financeiros e na gentileza no trato com as pessoas ao ajudá-las a solucionar seus problemas. Aspectos sumariamente contrastantes com o formato tecnocrático de gestão de políticas públicas de outrora, mas não suficientes para dar o salto qualitativo necessário para o projeto empreendido.

A partir de tamanhas ambições e incongruências no PCPR é possível extrair que, nestes novos tempos em que se propõe incorporar medidas democrático-participativas e sustentáveis, instituições promovedoras de políticas públicas passam por situações contraditórias, visto que adotam um discurso otimista e transformador enquanto permanecem velhas estruturas que empecilham seu aperfeiçoamento. Por fim, podemos ponderar que os resultados desta pesquisa suscitam o questionamento sobre qual é a linha invisível que divide a tentativa de se buscar a efetiva melhoria da qualidade de vida da população pobre do Brasil e a manutenção de medidas paliativas que acabam por sustentar as disparidades presentes na realidade nacional.

JUSTIFICATIVA

Uma vez que esta dissertação apresenta resultados que exemplificam como se tem processado a integração entre iniciativas do poder público e a sociedade civil visando ao desenvolvimento regional por meio de medidas que se propõem democrático-participativas, considera-se que esteja apta a concorrer ao prêmio a que se inscreve.

Este trabalho possibilita a reflexão a partir de casos concretos que trazem consigo lacunas e possibilidades sobre a transformação efetiva de práticas institucionais que objetivam a promoção da melhoria da qualidade de vida das populações abrangidas. Visto que o Projeto de Combate à Pobreza Rural analisado não se restringe ao campo pesquisado, o Vale do Jequitinhonha, permite também dar visibilidade a iniciativas flexíveis que articulem objetivos globais e ações locais.

Por fim, consideramos que relevar a perspectiva do público beneficiário e dos agentes responsáveis por uma política pública, como foi feito nesta pesquisa, é de grande valia para aperfeiçoá-la a ponto de fazê-la condizer com a realidade para qual se dirige.

CATEGORIA 2**Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional**

1 ° Lugar

TÍTULO

Rede Solidária Cata-Vidas

PROPONENTE

Rita de Cássia Gonçalves

INSTITUIÇÃO

Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento Emprego e Cidadania (Ceadec)

O Centro de Estudos e Apoio ao Desenvolvimento, Emprego e Cidadania (Ceadec), criado há 11 anos, motivou as organizações de catadores de materiais recicláveis da região de Sorocaba (SP) a formarem uma Rede Solidária de Cooperativas de Catadores de Materiais Recicláveis, até então uma iniciativa inédita no país. Uma rede não só para comercializar os recicláveis de forma conjunta, mas também para praticar um novo modelo de organização e gestão, baseado nos princípios da economia solidária. Uma gestão em rede fundamentada na autonomia dos catadores, na participação coletiva das decisões e ações desenvolvidas. A implantação da Rede Solidária Cata-Vida se propôs a resolver as sérias dificuldades que as cooperativas de catadores enfrentavam na área da venda dos materiais coletados. Com o avanço no processo de verticalização da coleta seletiva, organizado pelo Ceadec e apoiado pela Petrobras, as cooperativas que integram a Rede são protagonistas de todo o processo, que envolve a cadeia produtiva da reciclagem, começando pela coleta, a triagem, o armazenamento, o beneficiamento dos polímeros PP e PE e do óleo residual de fritura, o transporte e a venda dos materiais diretamente às indústrias. Esse processo tem garantido o fortalecimento dos empreendimentos solidários e o aumento da renda dos catadores.

Antes da criação das cooperativas, a história dos catadores da Rede Solidária Cata-Vida não se diferenciava em nada da história vivida pelos catadores de materiais recicláveis em todo o Brasil: eram pessoas desempregadas, em busca de trabalho e renda; ou trabalhavam nos lixões; ou estavam em busca de melhores condições de vida para suas famílias; ou ainda eram pessoas trabalhando nas ruas, de forma solitária e isolada, desorganizada, sendo exploradas pelos sucateiros ou donos de depósitos.

Essa história começou a ser mudada quando esses trabalhadores, apoiados por organizações não governamentais como o Ceadec na região de Sorocaba, líderes religiosos, comunitários e voluntários e representantes de instituições públicas e privadas começaram a enfrentar a difícil tarefa da organização e, depois, da autogestão de seus empreendimentos. No caso dos catadores que formam a Rede Cata-Vida, com a diferença de serem protagonistas de um processo de autogestão em rede.

Em 2001, com o apoio e a assessoria do Ceadec, foi criada a Rede Solidária das Cooperativas de Reciclagem de Sorocaba e Região, formada na época por cinco organizações dos catadores. Em 2005, mais cinco cooperativas de catadores passaram a integrar a Rede; em 2008, mais duas; atualmente, a Rede é composta por 10 cooperativas nos municípios de Sorocaba, Capão Bonito, Itararé, Itapetininga, Pilar do Sul, São Miguel Arcanjo, Piedade, Salto de Pirapora, Itapeva e Itaí e 270 catadores. Conjuntamente, as cooperativas da Rede vendem cerca de 350 toneladas por mês.

A implantação da Rede Solidária Cata-Vida se propôs a resolver as sérias dificuldades que as cooperativas de catadores de Sorocaba e região enfrentavam na área da venda dos materiais coletados. Atuando de forma isolada, as organizações eram dependentes dos atravessadores porque não acumulavam volume suficiente de materiais para venda direta a empresas recicladoras, acarretando a venda de materiais a baixos preços, gerando, em consequência, baixa renda para os catadores.

A Rede foi criada com o objetivo de buscar o fortalecimento dos empreendimentos dos catadores por meio da venda conjunta, da verticalização da cadeia produtiva, da capacitação continuada dos catadores, da educação socioambiental com a população e da articulação de políticas públicas para inclusão e remuneração dos catadores.

A Rede é gerida por uma Coordenação Regional dos Catadores, instância de representação, discussão e deliberação das cooperativas. Todas as ações são discutidas e decididas no âmbito da Coordenação Regional, que se reúne mensalmente para tomar decisões e avaliar as ações e o funcionamento da Rede. Com essa atuação em rede, houve aumento do volume de materiais coletados, possibilitando a venda por melhores preços.

Autônomas e independentes entre si, no que diz respeito à gestão administrativa, contábil e financeira, as cooperativas discutiram e implantaram, com assessoria e apoio do Ceadec, uma logística de coleta e em rede, ancorada num processo que permite o relacionamento direto com os moradores e sua adesão à coleta seletiva, o desenvolvimento de um sistema cooperativo integrado e a humanização do trabalho dos catadores em todas as suas etapas. A metodologia da Rede Cata-Vida prevê a participação comunitária no trabalho das cooperativas. As comunidades dos municípios abrangidos pelas cooperativas que integram a Rede são chamadas à participação, ao exercício ativo da cidadania. Com o simples ato de separar em casa os materiais recicláveis, ou nos geradores coletivos, e entregar esses materiais aos catadores da Rede Cata-Vida, a população é parceira desse serviço. Sem esse ato, o trabalho dos catadores seria inviável. Por meio do trabalho cotidiano dos catadores de materiais recicláveis, da Coordenação Regional e da equipe do Ceadec, a comunidade local de cada município da Rede é mobilizada para a separação do material reciclável, por meio do uso de diferentes ferramentas: mutirões de coleta seletiva; cadastramento das residências para adesão à coleta seletiva; carrinhadas pelas ruas das cidades da Rede na Semana do Meio Ambiente; ações socioeducativas com as comunidades; palestras em escolas, igrejas, centros comunitários e outros locais que agregam diferentes segmentos sociais; eventos socioambientais; exibição dos vídeos socioambientais da Rede Cata-Vida em diferentes eventos e locais; distribuição dos

materiais informativos; divulgação sistemática das ações e da importância da coleta seletiva nos meios de comunicação regionais. Todas essas ferramentas usadas ao longo da existência da Rede Cata-Vida têm fortalecido, junto aos moradores, a imagem dos catadores como agentes ambientais, valorizando a função que exercem na sociedade.

Na coleta dos materiais, feita casa a casa, e nos geradores coletivos e postos de entrega voluntária, os roteiros e cronogramas são elaborados de forma a garantir que os materiais sejam retirados pelo menos uma vez por semana. Os materiais coletados são levados para os galpões ou barracões das cooperativas, onde são separados, triados e beneficiados. Depois, são transportados para a Central de Triagem e Comercialização da Rede, em Sorocaba, com veículos da Rede, acompanhados de ficha de controle de movimentação de materiais (MMs). O controle da movimentação dos veículos e da venda dos materiais pela Rede Cata-Vida é efetuado por meio de relatórios e acompanhado também pelas cooperativas.

Os materiais provenientes das cooperativas que compõem a Rede Cata-Vida são catalogados, aferidos e armazenados na Central de Triagem e Comercialização da Rede Cata-Vida. O recebimento dos materiais na Central de Triagem é feito de forma a garantir a aferição de peso e tipo de material e a agilidade de seu carregamento na hora da venda. Todo o processo de venda é planejado e efetuado pela Coordenação Regional dos Catadores. O transporte dos materiais que saem da Central de Triagem e Comercialização é feito pelos caminhões da Rede e das empresas compradoras. O cronograma de venda é elaborado levando-se em conta o tempo usado para completar a carga dos diversos materiais, os preços cobrados, a Carta de Princípios da Rede Cata-Vida e as empresas compradoras, que retiram o material na Central de Triagem e Comercialização.

Os roteiros e cronogramas usados no transporte dos materiais das cooperativas até a Central de Triagem e Comercialização e dessa para a venda são elaborados de forma a evitar que os caminhões transitem sem carga. Os custos provenientes da movimentação e da venda dos materiais são rateados entre as cooperativas e proporcionalmente ao faturamento de cada uma.

No início, a Rede contou com a infraestrutura de equipamentos e veículos que existia nas próprias cooperativas. Com recursos próprios, o Ceadec apoiava a organização da logística, coordenava e acompanhava o trabalho das cooperativas no processo de busca de novos mercados e a negociação de melhores preços dos materiais. Além do aspecto da venda conjunta, foi iniciado um processo de fortalecimento dos empreendimentos dos catadores e de seus líderes, por meio de acompanhamento nas cooperativas e da promoção de cursos e seminários que incentivaram a prática dos princípios do cooperativismo autogestionário. Também foram buscadas novas parcerias para fortalecer esse trabalho.

Essa busca permanente por novas parcerias resultou, desde dezembro de 2003, na conquista do apoio da Petrobras, por meio do Ceadec, ao Projeto Cata-Vida em suas diversas fases. A Rede Cata-Vida foi a primeira a receber o apoio da Petrobras no país, tendo alcançado ao longo desse período avanços significativos e estruturantes.

Dessa forma, os empreendimentos solidários da Rede Solidária Cata-Vida vêm somando esforços e estabelecendo parcerias para consolidar sua atuação e garantir a sua sustentabilidade. O trabalho em Rede tem sido nos últimos 11 anos a grande diferença nessa caminhada coletiva rumo à sustentabilidade das organizações, bem como a estratégia adotada recentemente visando à verticalização da coleta seletiva. As parcerias conquistadas, destacadamente com a Petrobras, o BNDES e as prefeituras, também fazem parte dessa estratégia. No decorrer da última década, portanto, as cooperativas que compõem a Rede foram conquistando e construindo os seus espaços, garantindo uma estrutura para o trabalho dos atuais cooperados e também a possibilidade de inclusão de novos catadores às cooperativas da Rede Cata-Vida.

Entre os avanços conquistados por meio dessas parcerias, com assessoria do Ceadec, a Rede Cata-Vida iniciou há mais de quatro anos o processo de reciclagem de materiais recicláveis, com a fragmentação do papel branco e a implantação da unidade de beneficiamento do óleo residual de fritura, onde o produto é clarificado como agregação de valor.

Em 2011, a Rede também inaugurou a Divisão Polímeros Unidade de Beneficiamento do Plástico, a primeira fábrica do país administrada por cooperativas de catadores que produzirá tubos para canos de esgoto a partir dos polímeros PP e PE. Atualmente são processados os materiais PP Polipropileno (potes de margarina, potes de sorvete, caixas de bebida, tampas, utilidades domésticas, entre outros) e PE Polietileno (embalagens de detergentes, de xampus, garrafinhas de óleo automotivo, tampas, tambores para tintas, potes, entre outros).

A unidade possui três linhas de produção. Na primeira linha são efetuadas as atividades de lavagem, moagem e secagem do PP e PE. A segunda linha extrusa e transforma os polímeros em granulados que são vendidos como matéria-prima para as indústrias. Na terceira linha de produção os polímeros PP serão transformados em tubos para serem usados pela construção civil na forma de cano para esgoto. Dessa forma, a Rede concretizou o processo de verticalização da coleta seletiva, que tem fortalecido ainda mais os empreendimentos solidários dos catadores, garantido a abertura de novos mercados, a melhoria da renda e a inclusão de novos catadores nesse processo. Hoje, os catadores são protagonistas de todo o processo, que envolve a cadeia produtiva da reciclagem, começando pela coleta dos materiais, a triagem, o armazenamento, o beneficiamento, o transporte e a venda dos materiais. Não são mais apenas materiais enfardados e vendidos às indústrias de beneficiamento, são também produtos beneficiados.

O amadurecimento do trabalho em Rede e a necessidade de aprimoramento na venda dos materiais recicláveis levaram as cooperativas que integram a Rede Solidária Cata-Vida à sua formalização como Cooperativa Central de Reciclagem. Esse processo de formalização, implantado em 2011, proporcionou mais benefícios à organização em rede das cooperativas, tendo em vista as demandas existentes nas áreas contábil e financeira para a venda conjunta dos materiais recicláveis. Agora, formalizada como Cooperativa de Segundo Grau, a Rede Solidária Cata-Vida Cooperativa Central de Reciclagem é representada

oficialmente por uma diretoria executiva, formada por representantes das cooperativas de catadores e ela associadas.

A prática da Rede Cata-Vida de venda conjunta dos materiais e gestão integrada e solidária dos empreendimentos dos catadores acabou, ao longo do período de existência da Rede, conquistando o respeito e o reconhecimento por parte do poder público que, até então, em alguns casos apoiava isoladamente uma ou outra cooperativa, ou simplesmente ignorava a atuação da Rede. Municípios que não tinham abertura para o diálogo com os catadores organizados hoje reconhecem publicamente o trabalho da Rede.

Por diversas ocasiões o Ceadec foi e continua a ser chamado para participar de reuniões, debates e apresentações sobre a experiência vivida com a Rede Cata-Vida com prefeituras de diferentes regiões do estado e outras instituições interessadas na coleta seletiva. Caravanas de catadores e entidades de apoio e fomento de diversas regiões também já fizeram visitas para conhecer o trabalho dos catadores da Rede Cata-Vida, especialmente no município de Sorocaba, sede da instituição. Nessas ocasiões, sempre se apontou a possibilidade e a importância de a Rede Cata-Vida apoiar a implantação e/ou estruturação das iniciativas de organizações de catadores em outros municípios.

A Rede Cata-Vida, assessorada pelo Ceadec, também tem pautado a importância da implementação da Política Nacional de Resíduos Sólidos e tem incentivado, em cada município, por meio da articulação, da mobilização e da participação dos catadores, a adoção de políticas públicas que assegurem a implantação da coleta seletiva nas localidades com inclusão e remuneração dos catadores.

A prática da Rede Cata-Vida é uma referência para ser implantada em outras localidades porque possibilita a sustentabilidade de empreendimentos populares. O trabalho em rede é fundamental e deve ser pensado não somente no aspecto da venda conjunta, mas também no processo solidário de construção dos empreendimentos dos catadores. A atuação em rede proporciona não somente a agilidade no processo de acondicionamento, transporte e venda dos materiais recicláveis, o aumento da quantidade de materiais vendidos e da renda mensal dos catadores, mas também a abertura para novas parcerias e a melhoria da gestão dos empreendimentos. Para implantar o trabalho em rede em condições semelhantes é necessário considerar vários aspectos: o estágio de organização dos catadores; a infraestrutura existente nas cooperativas para transporte, triagem, beneficiamento e venda dos materiais recicláveis; conquistar o apoio de prefeituras, instituições públicas, empresas privadas e ONGs, em busca de parcerias que possibilitem os recursos necessários para a dotação da infraestrutura necessária tanto para as cooperativas como para a Rede: barracão; equipamentos de coleta, triagem e prensagem; espaço para a central de armazenamento e venda dos materiais de todas as cooperativas; além dos uniformes e dos equipamentos de proteção individual para os catadores. É necessário promover um trabalho contínuo de capacitação dos catadores, tanto para o resgate da autoestima e do exercício ativo da cidadania como

para garantir a gestão autônoma e solidária dos empreendimentos e qualificar o trabalho da abordagem com os moradores. O planejamento discutido e decidido pelo grupo de catadores de cada cooperativa é que deve definir o melhor sistema de coleta seletiva e os meios de coleta a serem adotados, por intermédio de um roteiro bem estruturado. A gestão da Rede deve ser feita pelos catadores de cada cooperativa integrada, representados em uma coordenação regional, responsável pela discussão, definição e execução da gestão em rede. São fundamentais o envolvimento e o comprometimento da população com a coleta seletiva.

Os itens a seguir delineiam os passos a serem seguidos para a reprodução da Rede: promoção de encontro entre as cooperativas de catadores; sensibilização e capacitação dos catadores para atuação como protagonistas do processo; discussão e construção de uma carta de princípios da rede; formação de uma coordenação regional dos catadores; formação de uma equipe de técnicos para apoio e acompanhamento dos trabalhos; elaboração de plano de ação da rede; busca de parcerias para dotar de infraestrutura as cooperativas, visando a melhorar o trabalho de coleta, triagem, armazenamento, transporte e venda dos materiais; estabelecimento de logística de transporte e de venda dos materiais para viabilizar a venda conjunta; estabelecimento de um sistema de controle para padronização das informações das cooperativas; promoção de palestras e de eventos socioambientais visando à sensibilização das comunidades locais; desenvolvimento de materiais educativos sobre a coleta seletiva para subsidiar o trabalho de educação ambiental dos catadores junto à população, por meio de mutirões para cadastramento de residências para adesão à coleta seletiva casa a casa; desencadeamento de processo contínuo de formação e capacitação dos catadores visando à emancipação e à autogestão de seus empreendimentos solidários.

JUSTIFICATIVA

Ao longo de sua existência, a experiência da Rede Solidária Cata-Vida se tornou referência no país, conquistando o reconhecimento de entidades e do poder público e auxiliando a fomentar iniciativas de organizações de cooperativas de catadores de materiais recicláveis em outros municípios.

A própria criação da Rede Cata-Vida é a representação mais significativa da sustentabilidade que as cooperativas de catadores buscam garantir em todas as etapas do trabalho que exercem nos municípios onde atuam. Com a existência da Rede, as cooperativas de catadores que antes atuavam isoladas passaram não só a vender em conjunto os materiais recicláveis coletados como também a gerir a própria Rede, por meio da formação da Coordenação Regional dos Catadores, composta por representantes das cooperativas integradas. A gestão integrada e a venda conjunta possibilitaram a otimização dos recursos, maior força para a busca de novas parcerias e a venda dos materiais recicláveis a melhores preços, gerando melhor renda para aos catadores.

O avanço da Rede Cata-Vida no ciclo da cadeia produtiva da reciclagem, com o beneficiamento do óleo residual de fritura e dos polímeros PP e PE, se tornou referência e tem atraído visitas de universidades, empresas, entidades e prefeituras de todo o país para conhecer o processo de beneficiamento dos materiais e o trabalho desenvolvido pelos catadores.

O reconhecimento ao trabalho desenvolvido também pode ser medido pelos prêmios já recebidos: a Rede Cata-Vida foi agraciada em 2006 com o prêmio EcoPET, promovido pela Associação Brasileira da Indústria do PET, além de ser reconhecida e ter sua prática classificada na 2ª edição do ODM (Prêmio Objetivos do Desenvolvimento do Milênio Brasil), promovido pelo governo federal, pelo Programa nas Nações para o Desenvolvimento (Pnud) e pelo Movimento Nacional pela Cidadania e Solidariedade, em 2007.

O Ceadec e a Rede Cata-Vida receberam também, em 2006, representantes da Associação de Empresas Recicladoras da Venezuela, que vieram conhecer a experiência da Rede para implantar projeto semelhante no país. Dessa visita, a Associação produziu um vídeo em espanhol divulgando a experiência da Rede e, posteriormente, o Ceadec foi convidado a proferir uma palestra na Universidade Federal das Forças Armadas da Venezuela. Em 2009, o Ceadec foi novamente convidado para participar de seminário de resíduos sólidos promovido por uma corporação vinculada ao Ministério do Poder Popular para Planificação e Desenvolvimento da Venezuela, o qual formalizou pedido de parcerias com o Ceadec para a reaplicação da tecnologia social.

Nesse sentido, a atuação em rede tem se destacado pelo fortalecimento dos empreendimentos solidários dos catadores e contribuído para a geração de emprego e renda para a melhoria das condições de vida da população dos municípios e beneficiando os catadores em nível regional. A venda conjunta, a gestão integrada e o processo de capacitação permanente dos catadores como a agregação de valor aos produtos coletados por meio da verticalização da cadeia produtiva explicitam o comprometimento do Ceadec e da Rede Cata-Vida com a sustentabilidade dos empreendimentos solidários dos catadores, que vem sendo praticada ao longo dos últimos 11 anos.

A experiência do Ceadec com a Rede Solidária Cata-Vida é uma tecnologia social integrante da RTS (Rede de Tecnologia Social) e do Banco de Tecnologias Sociais da Fundação Banco do Brasil e está estritamente ligada com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, pela contribuição com o fortalecimento das organizações socioprodutivas regionais e pelo fomento a políticas públicas de inclusão social e preservação e conservação do meio ambiente, buscando a melhoria da qualidade de vida na região de Sorocaba.



2º Lugar

TÍTULO

Fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura no Estado de Alagoas para potencializar o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda para as famílias em situação de vulnerabilidade socioeconômica

PROPONENTE

Dayse Souza Cahet

INSTITUIÇÃO

Secretaria de Estado do Planejamento e do Desenvolvimento Econômico (Seplande)

Com o objetivo de apoiar o desenvolvimento local, por meio do fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, o projeto busca atuar com base na inclusão socioprodutiva das famílias mais vulneráveis inscritas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) em quatro municípios alagoanos, Batalha, Maravilha, Pão de Açúcar e São José da Tapera.

A finalidade do projeto, executado pela Seplande com recursos do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, é ampliar a melhoria de condições de vida por meio do estabelecimento de vínculo de cooperação governo e sociedade, beneficiando a população de baixa renda e com dificuldade no acesso a recursos técnicos e financeiros, nos municípios descritos, localizados no Estado de Alagoas. O projeto busca ainda garantir o acesso, o gerenciamento e a valorização como um direito essencial da vida e da cidadania, ampliando a compreensão e a prática da convivência sustentável e solidária, além de obtenção de conhecimento técnico, fortalecendo, assim, o desenvolvimento local e a geração de emprego e renda.

Em linhas gerais, ao longo do projeto foi ampliada a capacidade de produção das cooperativas e associações, otimizaram-se as técnicas de confecção dos produtos, ampliou-se o faturamento, bem como a renda mensal dos trabalhadores. Tais ações, desenvolvidas em municípios que apresentam índices de pobreza com média de 57,61%, alteraram a dinâmica da economia local, ampliaram o poder de compra desses agricultores, elevaram os níveis de renda e proporcionaram a garantia dos direitos de cidadania preconizados por planos como o Brasil Sem Miséria, que estimula o rompimento de barreiras sociais, políticas, econômicas e culturais. Ademais, o projeto enquadra-se nos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio ODM Brasil.

DESCRIÇÃO DETALHADA

O Estado de Alagoas, com uma extensão territorial de 27.767 km², tem, de acordo com o censo IBGE de 2007, 3.037.103 habitantes, sendo 2.183.014 na área urbana e 854.089 na área rural, estando 42,8% do seu território inserido na região do semiárido.

A densidade populacional urbana demonstra que a atividade agrícola, principalmente o cultivo da cana-de-açúcar, base histórica da economia alagoana, vem

sofrendo constante declínio e a estagnação do desempenho econômico de Alagoas, desde o início da década de 1990, pode ser verificada pela maior parte dos indicadores de qualidade de vida.

O estado encontra-se na última posição do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), 0,667, segundo dados da Pnad-2007. Segundo essa mesma fonte, Alagoas tem a menor renda mensal per capita brasileira (R\$ 219), ou seja, 17,6% abaixo da média nordestina e 52,6% abaixo da nacional. Em termos de geração de empregos, segundo dados do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), divulgados em abril de 2008, Alagoas ocupa o último lugar, registrando, no primeiro trimestre, 16.935 contratações com carteira assinada contra 39.138 demissões, sendo, dessa forma, um dos oito estados com desempenho negativo, com um índice de 8,71.

As experiências acumuladas com estratégias e programas de desenvolvimento têm demonstrado que as ações isoladas, implementadas de forma geograficamente pulverizada, não causam os impactos necessários, objeto de transformação. Isso ocorre principalmente porque os modelos de intervenção pública em prol do desenvolvimento carecem de força suficiente para gerar iniciativas que venham se somar às ações iniciadas pelo governo.

Assim, buscou-se na região do semiárido alagoano estruturar ações voltadas para a vocação local, a exemplo da ovinocaprinocultura. A criação de ovinos e caprinos ocorre em áreas limitadas, subaproveitadas para os demais rebanhos e culturas opcionais, em razão da pobre qualidade do solo e da baixa quantidade de recursos naturais disponíveis nessas áreas. Sua importância social para as populações de baixa renda, uma vez que podem ser explorados a pele, a carne e o leite in natura para o beneficiamento, sugere que novos esforços sejam envidados na busca de seu desenvolvimento.

Acredita-se, portanto, que políticas públicas formuladas especificamente para esse segmento trariam forte impacto na qualidade de vida dos agricultores e das artesãs dos municípios, que encontram na ovinocaprinocultura, atualmente, apenas um meio de subsistência.

PÚBLICO ALVO

O projeto tem sua atuação focada nos municípios de Batalha, Maravilha, Pão de Açúcar e São José da Tapera, localizados no sertão alagoano, que têm 12.068 famílias inscritas no Bolsa-Família.

OBJETIVO GERAL

O projeto atua fomentando o desenvolvimento da Cadeia Produtiva da Ovinocaprinocultura no Estado de Alagoas com a finalidade de promover a inserção socioproductiva das pessoas em vulnerabilidade econômica inseridas no Cadastro Único dos Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico) nos municípios de São José da Tapera, Pão de Açúcar, Maravilha e Batalha.

Nesse sentido, foram definidas as metas para o atendimento aos objetivos do Programa, a saber:

META 1**Ampliar a capacidade da Cooperativa de Produtores Rurais do Sertão de Alagoas (Cafisa).**

A Cafisa foi criada em agosto de 2003, como uma opção às condições adversas por que estava passando um número expressivo de ex-assentados, para desenvolver a atividade da ovinocaprinocultura de maneira mais profissional na região, tendo em vista a aptidão comprovada do sertão para a criação de ovinos deslanados e caprinos, criando as condições para um desenvolvimento equilibrado, humano e sustentável.

Hoje a cooperativa é formada por 266 produtores de 14 assentamentos localizados nos municípios de São José da Tapera, Pão de Açúcar, Maravilha e Batalha, que desde outubro deste ano passaram a fornecer leite pausterizado, licor e iogurte de leite caprino a supermercados de Maceió. Tem como parceiros o Sebrae, o Banco do Nordeste e a Fundação Banco do Brasil.

As metas são:

- Ampliar a capacidade produtiva da Cafisa com a inserção de 120 novas famílias de produtores;
- Aquisição de equipamentos;
- Desenvolvimento da produção de adubo orgânico;
- Estratégias de capacitações técnicas e de gestão de 500 famílias;
- Capacitar os 120 novos cooperados em gestão de negócio;
- Desenvolvimento de novos produtos, manejo geral de ovinos e caprinos;
- Controle de qualidade do leite caprino.

Após as capacitações, os novos produtores receberão o kit produtivo, composto por 20 cabras, um reprodutor, uma cerca elétrica, uma máquina forrageira, um kit alimentação (sal mineral, palma adensada, sorgo forrageiro, ração concentrada) e o preparo do solo para implantação de uma barragem subterrânea. Além da produção de leite, os 120 novos cooperados, bem como as outras 500 famílias, terão sua renda incrementada por meio da produção de adubo com as fezes de ovinos e caprinos. Mais do que isso, espera-se, com a inserção de novos produtores, produzir 7.200 quilos de adubo orgânico por ano.

META 2**Fortalecer a produção da Natureza Caprina (Natucapri) em Maravilha**

A Natucapri surgiu em abril de 2006 com a união de 15 artesãs maravilhenses, que receberam capacitação promovida pela coordenação do Projeto APL Ovinocaprinocultura no Sertão de Alagoas.

As metas para fortalecer a produção da Natucapri em Maravilha são:

- Aumentar a produção de 1.800 sabonetes/mês para 4.200 sabonetes/mês;
- Ampliar a venda;

- Serão capacitadas 30 artesãs, sendo 15 (inscricas no Cadúnico e integrantes da Associação Natucapri, formada por mulheres agricultoras de Maravilha) do município de Maravilha na produção de sabonetes à base de leite caprino e 15 (inseridas no Cadúnico e integrantes da Associação do Couro) no município de Batalha para o artesanato de couro de ovinos e caprinos;
- Participação em feiras, a exemplo da Artnor (Feira Internacional de Artesanato no Nordeste), Expoagro, Feira dos Municípios, Expocabra, entre outras locais e regionais. O projeto prevê a participação do grupo em quatro feiras, por sete dias cada, incluindo despesas de locomoção e diárias, sendo necessária a ida das associadas para que seja feito revezamento nos dias das feiras.

META 3

Fortalecer a Associação dos Artesãos de Couro em Batalha

Em Batalha, a Associação dos Artesãos de Couro congrega 15 produtores de sandálias sertanejas da marca Xô Boi. O projeto pretende diversificar a cadeia produtiva da ovinocaprinocultura fomentando a organização de um curtume local, uma vez que o município tem tradição no manejo de couro. Os artesãos locais se dedicam à fabricação de sandálias masculinas e femininas de estilo artesanal, além de cintos, bolsas e acessórios, primando pela qualidade na confecção e na matéria-prima usada.

- Aquisição dos equipamentos ao longo do projeto e insumos para ampliar a produção dos artesãos, tais como: couro, cola, ferramentas, borracha, fivelas, além de máquinas de chanfrar para o corte do couro;
- Viagens de intercâmbio aos curtumes de Jussara (BA) e Soledade (PB);
- Incrementar a venda, o aprendizado de novas técnicas de manejo do couro, o desenvolvimento de novos produtos, além da troca de experiências;
- Intercâmbio com as artesãs, que serão beneficiadas com a participação em feiras de artesanato e produtos típicos da região;
- Aumento da produção de 180 peças/mês para 1.000 peças/mês;
- Aumento da renda das artesãs.

ESTRATÉGIAS DE CONTINUIDADE

Foi criado um Grupo Gestor na própria Seplande para acompanhar o projeto por meio de um sistema de monitoramento de todo o processo, podendo ser usado como referencial indicador de avaliação dos resultados. Será estimulada a mobilização e capacitação dos produtores para gerenciar seu negócio de acordo com seus objetivos e impulsionando o crescimento e a sustentabilidade da atividade.

PARTICIPAÇÃO DA SOCIEDADE

Os principais interessados são convidados a participar do processo de planejamento, execução e avaliação continuada do projeto por meio das oficinas de sensibilização

e mobilização que acontecerão durante a execução, como garantia de conhecimento e validação das atividades previstas. A metodologia é iniciada quando os produtores e artesãos conhecem o projeto, sua finalidade, e podem participar na construção das etapas de execução. Continuadamente, por meio das reuniões, o planejamento participativo será referência para a tomada de decisões e o encaminhamento de ações.

Os principais resultados do projeto têm suas bases norteadas na potencialização da venda e ampliação da renda, a saber:

1. Associação dos Artesãos de Couro de Batalha-Sertaneja

Aplicação e resultados do projeto:

A Associação dos Artesãos de Couro de Batalha apresentou, com a implantação deste projeto, evidentes sinais de desenvolvimento em sua estrutura interna e crescimento como entidade. A associação se encontrava com dificuldades para definir o seu real foco de trabalho, tendo feito inúmeras experiências em sua linha de produção: bijuterias, peças para decoração, bolsas e outros artigos foram testados pelos artesãos, mas não chegaram a se consolidar. Com a implantação do projeto na associação, um dos primeiros passos do trabalho foi identificar a real vocação da Sertaneja. Nessa avaliação, foi percebida que a necessidade da associação não seriam, naquele momento, as capacitações propostas pelo projeto original, e sim capacitações técnicas mais específicas e voltadas para produção. Com esse objetivo, foi contratada uma profissional na área de produção de calçados, que norteou, aprimorou e desenvolveu novas técnicas para a produção de peças artesanais de maior qualidade. Com isso, foram implantadas novas ferramentas e novidades da indústria calçadista, as quais foram repassadas aos associados. Com essa capacitação eles desenvolveram habilidade para criar e produzir peças, com qualidade, de alto valor agregado, estético, cultural e mercadológico.

Nas 200 horas de capacitação, o grupo aprimorou habilidades no processo de produção de calçados, tais como corte, colagem, montagem e acabamento do produto. Os produtores foram orientados ainda sobre como comprar material de qualidade e com melhor preço; como encontrar o valor do custo de cada material usado nos 20 modelos de sandálias desenvolvidos na oficina.

No rastro desse trabalho vieram todos os avanços conseguidos pela associação nos últimos meses: abertura de mercados, desenvolvimento de produtos, aumento das vendas, aumento dos lucros da associação e da renda dos associados.

Quadro geral da associação ANTES do projeto:

- A associação sobrevivia da produção de chaveiros e de apenas dois modelos de sandálias de couro;
- A capacidade mensal de produção era de 80 chaveiros e 30 pares de sandálias;
- Tinha nove associados;
- O faturamento mensal era de cerca de R\$ 900,00 (bruto);
- O faturamento anual era de cerca de R\$ 11.000;

- Dificuldades para aquisição de matéria-prima;
- Venda: três clientes fixos e vendas diretamente na associação;
- Somente dois artesãos produziam as sandálias sertanejas;
- A renda mensal por associado era de aproximadamente R\$ 20,00/mês.

Quadro geral da associação DEPOIS do projeto:

- Foram desenvolvidos mais 21 modelos de sandálias de couro com a marca-Sertaneja;
- A capacidade de produção atual é 60 pares de sandálias de couro. O número de chaveiros se manteve;
- O número de associados passou de nove para onze;
- O faturamento mensal é de cerca de R\$ 1.300 (bruto). Aumento de 45%;
- O faturamento anual pulou de R\$ 11.000 para cerca de R\$ 16.000, representando um aumento de 55%;
- Venda: em função do aumento da produção, a associação vende seus produtos por meio de um representante comercial e tem quatro pontos fixos de vendas, Maceió, Arapiraca e dois em Batalha;
- Com o aumento do número de clientes, aumentou também a capacidade de compra da associação, principalmente na aquisição de matéria-prima; Atualmente todos os associados estão envolvidos na produção dos 23 modelos de sandálias de couro;
- A renda por associado é em média R\$ 150/mês.

2. Associação Natucapi, Maravilha

Aplicação e resultados do projeto:

As ações do projeto na Natucapi, associação criada há cinco anos por agricultoras e produtoras rurais, possibilitaram avanços no trabalho desenvolvido pelo grupo, sobretudo na gestão e na comercialização do negócio, áreas fundamentais para o crescimento e desenvolvimento da associação. Nesse sentido foram feitas as seguintes capacitações:

- Relações interpessoal e intrapessoal: o objetivo dessa oficina foi desenvolver o sentimento de pertença por meio da integração do grupo, levando a um despertar para a importância da cooperação e convivência.
- Como vender mais e melhor: oficina para repasse de conhecimento com foco na prática de ações para aumento da venda; percepção das oportunidades de negócios; conceito e definição do marketing; composto do marketing; segmentação de mercado; comportamento de compra do segmento-alvo; necessidade de posicionamento do produto e da empresa no mercado; produto e serviço; tratamento de marca; logotipia; qualidade em serviço e preço; distribuição e ponto de venda; comunicação.
- De olho na qualidade: preparando o ambiente; praticando o descarte e a organização; praticando a limpeza e a higiene; praticando a ordem mantida.

- Consultoria em design: para quem será produzido (qual o público alvo?); características dos consumidores; características do produto; colocando a criatividade para fora; logística (embalagens, apresentação); qualidade e certificação.
- Formação de preços: elementos de formação de preços; importância do preço; importância do consumidor e da concorrência na formação do preço; custos e despesas; carga tributária que incide nos produtos/serviços; cálculo da lucratividade; formação de preço de venda; definição do preço de venda;
- Gestão de negócio: 1º Módulo/A empresa e o empreendedor: relação interpessoal; comunicação eficiente; atitudes empreendedoras. 2º Módulo/Planejamento estratégico: identificar oportunidades, determinar objetivos e planejar. 3º Módulo/Gestão mercadológica: requisitos básicos para se manter e crescer no mercado: mercado, clientes, fornecedores e concorrentes. 4º Módulo/Elaboração e gestão do plano de negócios: início do plano de negócios personalizado.
- Acompanhamento técnico de químico responsável; desenvolvimento de novos produtos à base de leite de cabra; melhoria na qualidade dos produtos já fabricados.

Quadro geral da associação ANTES do projeto:

- A associação sobrevivia da produção de sabonetes artesanais trabalhando com dez fragrâncias: aveia com mel, morango, canela, maracujá, aroeira, babosa, erva-doce, camomila, juá e kid bolha;
- A capacidade mensal de produção era de mil sabonetes;
- Tinha 15 associados;
- O faturamento mensal era de cerca de R\$ 250,00 (bruto);
- O faturamento anual era de cerca de R\$ 3.000,00;
- Dificuldades para aquisição de matéria-prima;
- Venda: não tinha pontos. As vendas eram feitas em feiras e eventos ao consumidor final;
- A renda mensal por associado era de cerca de R\$ 20,00;

Quadro geral da associação DEPOIS do projeto:

- Foram desenvolvidas mais quatro fragrâncias de sabonetes em barra: capim-limão, alecrim, endro e leite de cabra puro;
- Foi iniciada a fabricação de sabonete líquido;
- A capacidade de produção mensal é de 14 mil sabonetes
- O número de associados passou de 15 para 21;
- O faturamento mensal é de cerca de R\$ 2.000,00 (bruto). Aumento de aproximadamente 700% em relação ao faturamento antes da implantação do projeto;
- O faturamento anual pulou de R\$ 3.000,00 para cerca de R\$ 24.000,00, representando um aumento de aproximadamente 600% no faturamento bruto;

- Venda: em função do aumento da produção, a associação tem representantes nos municípios de Batalha, Pão de Açúcar, Santana do Ipanema, Olho d'Água das Flores e Maceió;
- Com o aumento do número de clientes, aumentou também a capacidade de compra da associação, principalmente na aquisição de matéria-prima;
- Todas as associadas estão envolvidas no processo de produção dos sabonetes;
- Desenvolvimento de planilhas para venda e gestão de estoque;
- Definição de funções para a gestão do negócio;
- A renda por associado é de aproximadamente R\$ 130,00;

3. Cooperativa de Agricultores Familiares (Cafisa), Pão de Açúcar

Aplicação e resultados do projeto:

Na Cafisa, o objetivo era ampliar conhecimento e visão sobre gestão do negócio, aumentando a capacidade de organização das informações para gerenciar a cooperativa por meio de dados concretos e planejando o alcance de metas.

Produção: havia uma ausência total de dados de acompanhamento da produção. Os laticínios apresentavam problemas variados. O de Pacu estava e ainda permanece fechado. O do assentamento Selma Bandeira apresenta problemas em sua estrutura física e o selo SIE estava e ainda permanece vencido.

Abaixo as melhorias alcançadas e o panorama atual da Cafisa:

- Controle de estoque dos produtos usados no laticínio;
- Rendimento dos produtos;
- Pedido dos produtos;
- Fornecedores atuais;
- Registro da coleta do leite;
- Registro da entrega do leite processado;
- Monitoramento in loco do funcionamento do laticínio duas vezes por mês, pois o processo produtivo necessita de acompanhamento sistemático.
- O ganho mensal dos produtores fornecedores variou em média entre R\$ 21,60 e R\$ 685,20.

O resultado é atribuído ao aumento do rebanho de alguns produtores (uns venderam suas vacas e compraram cabras), enquanto outros aumentaram sua produção de leite. Vale destacar que esse resultado é também consequência das capacitações técnicas relacionadas ao manejo.

JUSTIFICATIVA

O Estado de Alagoas é marcado por uma concentração de renda maior do que a do conjunto do país, mesmo que os índices mostrem que a desigualdade de renda vem diminuindo de forma consistente desde 1995. Durante esse período, a relação entre a fatia da renda apropriada pelos 20% mais ricos e a dos 20% mais pobres

diminuiu de 26,8 para 21,8 e a participação do 1% mais rico na renda total de 17,1 para 15,1. Apesar dessa queda da desigualdade, a situação econômica do estado faz com que sua proporção de pobres, 62,5%, seja a maior do Brasil desde 1999.

Estudos sobre a economia do Estado de Alagoas indicam que a pobreza se relaciona fortemente com a falta de condições de acesso a informação, tecnologia e crédito. Indicam ainda que a maior parte da população interiorana continua dependente do emprego agrícola, que vem nos últimos anos declinando de forma bastante acentuada.

Por conseguinte, a inclusão produtiva pode provocar o desenvolvimento e o fortalecimento da cadeia produtiva da ovinocaprinocultura, potencializando o desenvolvimento local e a geração de trabalho e renda para as famílias em situação de risco social, em especial aquelas enquadradas nos critérios de elegibilidade de programas do governo federal.

Assim, o projeto busca beneficiar a população de baixa renda e com dificuldade no acesso a recursos técnicos e financeiros, nos municípios de Batalha, Maravilha, Pão de Açúcar e São José da Tapera, localizados no sertão alagoano. A ação permitirá, além de garantir a inclusão produtiva, a dinamização econômica, a alteração do quadro de pobreza por meio do incremento na renda do trabalhador rural e a garantia do aspecto cidadão desse.

CATEGORIA 3**Projetos Inovadores para Implantação no Território**

1º Lugar

TÍTULO

Adapta Sertão – Tecnologias sociais de adaptação à mudança climática

PROPONENTE

Daniele Cesano

INSTITUIÇÃO

Rede de Desenvolvimento Humano (Redeh)

A ação está focada no território da Bacia do Rio Jacuípe, semiárido da Bahia. O Adapta Sertão se baseia em três eixos principais: (I) Fortalecimento das Unidades de Produção Familiar por meio do fornecimento de tecnologias adequadas e capacitação técnica; (II) Industrialização da produção em pequenas unidades de processamento; (III) Venda da produção.

Tanto o fortalecimento das UPF quanto a industrialização e a venda são feitos diretamente por cooperativas da agricultura familiar, que capacitam o produtor em sistemas produtivos resilientes a seca, fornecem tecnologias e ajudam o produtor a acessar o crédito Pronaf. Tornando-se mais produtivos, os agricultores conseguem vender mais produção para as cooperativas que industrializam os produtos e os vendem para mercados institucionais (Conab, PAA, PNAE etc.) e para o varejo.

Esse arranjo produtivo foi criado no município de Pintadas, na Bacia do Jacuípe, sertão da Bahia, por meio da Cooperativa Ser do Sertão (Coopsertão), que associa mais de 80 produtores. A Coopsertão hoje tem uma unidade de produção de polpa de fruta para processar uma tonelada/dia, um sistema de entrega de hortaliças para as escolas (PNAE) e consegue abastecer os estoques estratégicos e o programa de doação simultânea (PAA) de leite em pó das prefeituras de Camaçari e Lauro de Freitas, por meio de uma parceria comercial com a indústria CCLB (Cooperativa Central de Laticínios da Bahia), de Feira de Santana, onde a Coopsertão entrega o leite dos próprios produtores.

Objetivo de médio prazo: a consolidação e a expansão do Adapta Sertão para todos os 14 municípios do território da Bacia do Jacuípe, por meio do fortalecimento de mais três cooperativas da agricultura familiar.

Objetivo de longo prazo: a criação de uma cooperativa central do território para vender todos os produtos da agricultura familiar.

Resultado: aumento da renda dos produtores; benefícios para os 250 mil habitantes do território.

DESCRIÇÃO DETALHADA

A ação está focada no território da Bacia do Rio Jacuípe, no semiárido da Bahia, com uma população total de 250 mil pessoas. A Bacia é composta por 14 municípios

com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e renda média das famílias equivalente a cerca de R\$ 3.000,00 por ano. Esse é um valor que corresponde a 20%-25% dos grandes centros urbanos do Sul e Sudeste do Brasil. Essa área é caracterizada por uma alta vulnerabilidade climática, tendo já um regime de chuva menor do que várias outras áreas do semiárido, com média abaixo de 600 mm/ano. A base da economia local é a agricultura de subsistência no sequeiro (aipim, milho, feijão e hortaliças) e a agropecuária extensiva, causa principal do desmatamento da caatinga. Essa região tem um sistema de produção ainda muito atrasado, com níveis baixos de produção.

Além disso, hoje a mudança climática desafia a região do semiárido. Os cenários de mudança climática (IPCC, 2007) mostram que é muito provável que a variabilidade das chuvas aumentará em todo o sertão, agravando alguns dos problemas históricos da região, como o da seca. Relatórios científicos apontam que no sertão o déficit hidrológico irá se intensificando por meio de chuvas com menos volume de água e mais esporádicas, enquanto o aumento da temperatura irá aumentar a evapotranspiração. Uma maior intensidade e frequência do El Niño Southern Oscillation (ENSO) poderá agravar ainda mais a situação, trazendo enchentes e chuvas fortes com um grande impacto na erosão do solo. O principal efeito é a diminuição da quantidade de água disponível para uso humano, agricultura e criação de animais. A primeira área a ser afetada será a produção de alimentos e água para uso doméstico. Estudos recentes têm estimado que cultivos de subsistência como feijão, milho e mandioca poderão sofrer uma diminuição acentuada de produtividade no cenário de mudança climática, tendo graves impactos socioeconômicos, sobretudo para a segurança alimentar das comunidades mais isoladas e pobres.

Hoje o risco de perda de cultivos básicos como milho e feijão já está na faixa dos 70% se cultivados no sequeiro de regiões semiáridas. Esse aspecto é particularmente relevante por causa da baixa produtividade atual desses cultivos e pela importância que cultivos de subsistência e agropecuária têm em garantir a segurança alimentar local. É claro então que uma intensificação dos períodos secos e da variabilidade climática poderá trazer consequências devastadoras na economia local, não somente para a região semiárida, mas de reflexo para a economia do país inteiro pela série de concatenações socioeconômicas que poderão afetar a população sertaneja, ou seja, cerca de 20% da população brasileira total. Um grande número de pessoas poderá migrar para áreas urbanas e capitais, contribuindo para um crescimento exponencial de degrado urbano que está na base de seriíssimos problemas sociais e ambientais. Tudo isso de fato alimentará os índices de pobreza e migração para áreas urbanas, com um enorme custo social. Se soluções de rápida e fácil disseminação não forem adotadas, uma das consequências dessa intensificação de eventos climáticos será um aumento da precariedade da produção agrícola, da insegurança alimentar humana e animal e da desertificação da região.

O MODELO PRODUTIVO DO ADAPTA SERTÃO

O Adapta Sertão foi criado especificadamente com o objetivo de ajudar o agricultor familiar a se adaptar à mudança do clima. Por meio de parcerias com a Embrapa Semiárido, Embrapa Transferência de Tecnologia e instituições nacionais

(CNPq) e internacionais de financiamento e fomento à pesquisa, foi desenvolvido um arranjo produtivo para tornar o agricultor familiar mais resiliente à mudança do clima. Esse arranjo se baseia em técnicas agroecológicas e na combinação de cultivos irrigados e de sequeiro para produção de ração animal e produtos de subsistência (feijão, milho, hortaliças e frutas). O objetivo é tornar o agricultor familiar mais resiliente à mudança do clima, aumentando a segurança alimentar da própria família e da comunidade. Esse padrão tecnológico é disseminado pelas cooperativas de agricultura familiar, que cumprem as seguintes funções:

1. As cooperativas fornecem as tecnologias necessárias para implementar o padrão tecnológico para os produtores por meio do microcrédito Pronaf. O fornecimento acontece por meio de parcerias com fabricantes de tecnologias, tornando as cooperativas pontos de distribuição municipal ou territorial;
2. As cooperativas fornecem assistência técnica e cursos de capacitação para os produtores;
3. As cooperativas industrializam a produção em unidades industriais de processamento;
4. As cooperativas vendem a produção.

A proposta do Adapta Sertão se baseia no fortalecimento do cooperativismo na escala territorial e não somente na escala municipal (ou seja, integração do trabalho de várias cooperativas que têm o mesmo objetivo e colaboram conjuntamente). Os eixos do modelo produtivo são:

- A. Participação do produtor.** Cada sistema produtivo é implementado de forma participativa com a ajuda do agricultor familiar que indica, dentro da propriedade, a área destinada à produção de sequeiro e do lote irrigado e a área de caatinga que será preservada.
- B. Uso de irrigação e produção no sequeiro.** As áreas de sequeiro e irrigado são divididas em duas partes: uma é destinada à produção de forragens e a outra à produção de cultivos de subsistência e frutíferas. As hortaliças são produzidas somente na área irrigada. A irrigação garante uma produtividade maior, enquanto a produção no sequeiro é mais imprevisível e ligada ao regime de chuva. A preservação da caatinga é importantíssima, porque contribui para a criação de microclimas que ajudam a manter água e a umidade no local e a formação da chuva.
- C. Uso de sementes resistentes à seca.** Dentro do modelo produtivo, são usadas e testadas sementes e mudas indígenas de variedades resistentes à seca, identificadas e fornecidas pela Embrapa Semiárido (CPATSA) e Embrapa Transferência de Tecnologia (CPACT), em Petrolina (PE).
- D. Confinamento dos animais.** As áreas de forragens são dimensionadas para conseguir produzir uma quantidade de forragem suficiente para alimentar um

número definido de animais durante o ano todo, e especialmente durante o período mais seco, com silagem e feno. Isso ajuda no confinamento dos animais, diminuindo a pressão sobre a caatinga e o desmatamento.

E. Uso de águas com qualidade diferente. As águas carregadas de sais (água de cacimba) são usadas para os animais e irrigação do solo por salvação (=irrigação com déficit hídrico) somente nos períodos mais críticos e secos, com estiagens prolongadas. Por cada agricultor, vem definida uma ração balanceada para o período mais seco, com um semiconfinamento do gado, enquanto no período de seca verde prevalece o pasto, embora ainda com complementação proteica no cocho.

F. Educação ambiental. Trabalha-se a conscientização do produtor na questão ambiental, com o objetivo de se conceber um arranjo produtivo mais adequado ao clima seco e que respeite o meio ambiente com o uso de sistemas agroecológicos, mostrando que os recursos naturais do semiárido, como solos bons e água, são escassos e facilmente vulneráveis à poluição, ao uso de agrotóxicos, fertilizantes, herbicidas químicos, desflorestamento e ao degrado ambiental em geral. Por isso é necessário adotar tecnologias e técnicas que ajudem na preservação do meio ambiente, como sistemas agroecológicos. Por exemplo, mostram-se também os limites das propriedades sem a necessidade de desmatar a caatinga, enfatizando que o número de animais não é proporcional à rentabilidade do empreendimento rural, que precisa ser dimensionado na disponibilidade da matéria-prima para suprir uma alimentação balanceada para todos os animais disponíveis.

G. Integração entre programas de governo. Por meio da ação das cooperativas locais, o Adapta Sertão conseguiu integrar o microcrédito rural Pronaf para disseminar as tecnologias de produção de alimentos e a proposta agroecológica com os programas de venda de alimentos PNAE/PAA nos mercados locais e regionais. O resultado é que hoje mais de 60 produtores foram beneficiados por meio da criação de uma revenda na cooperativa Coopsertão de Pintadas, Bahia, que, além de fornecer tecnologias para eles, adquire os produtos alimentares (leite, frutas e hortaliças) para venda nos mercados locais e institucionais. Por lei (PNAE 11.947/2009), todos os municípios do Brasil devem comprar 30% da alimentação escolar da agricultura familiar (PNAE). Há também outros programas para fornecer alimentação para comunidades com insegurança alimentar (PAA, entre outros). A Coopsertão acessa os programas e abastece os mercados de Pintadas, Camaçari e Lauro de Freitas, na Bahia.

H. Uso de tecnologias de produção. Apresentam-se para os produtores também opções tecnológicas mais avançadas e financiáveis com o crédito Pronaf, como, por exemplo, recadeiras, pequenos tratores e forrageiras para trituração mecânica da ração. No nível comunitário, criam-se sistemas de armazenamento comunitário em silos e casas de ração já balanceada para guardar a produção para os períodos de estiagens (reservas estratégicas) e/ou venda nos períodos de maior lucratividade.

I. Proteção das águas. A parte de proteção da água dos açudes e recursos hídricos é também trabalhada. Proteção dos recursos hídricos é perseguida por reflorestamento seletivo dos cursos de água e barragens com plantas frutíferas. Logística para a produção (por exemplo, de leite com frigoríficos de pequeno porte) foi concebida também para aumentar a rentabilidade dos empreendimentos, melhorar a qualidade e vinculá-los aos mercados regionais. As duas maiores inovações do Adapta Sertão são a criação e disseminação de um sistema de produção de alimentos integrado para a região semiárida que torne o produtor mais resiliente à mudança do clima e a integração de programas de governo dentro de uma perspectiva decooperativismo.

VIABILIDADE ECONÔMICA DO MODELO

Até hoje foram instalados mais de 60 sistemas produtivos, dos quais 16 estão sendo monitorados desde 2009 com parâmetros técnicos, econômicos, sociais e ambientais. Os resultados parciais do monitoramento econômico dos lotes irrigados dos pilotos do município de Pintadas, Bahia, incluindo somente a venda de hortaliças e frutíferas, são muito promissores. Todos os produtores estão vendendo a própria produção de hortaliças e frutíferas, dentro do programa Compra Direta da Agricultura Familiar (CDAF), para a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) ou nos mercados locais (feira semanal do município ou do povoado). Os resultados mostram uma renda líquida mensal que chega a ser de quase um salário mínimo, mas com uma carga horária de trabalho até inferior a uma hora diária. A rentabilidade anual mínima sobre o valor investido é de 17% e chega até 127% para o produtor mais experiente. A perda de produção fica entre 10% e 20% nos cultivos irrigados, devido a doenças e pragas, enquanto na produção de cultivos de subsistência no sequeiro, segundo dados de testemunhas, é comum haver perdas entre 70% e 90%. Isso significa que a irrigação ameniza os impactos da seca na segurança alimentar, embora seja necessário provar o quanto um sistema de irrigação consegue tornar o agricultor familiar mais resiliente à mudança do clima, especialmente no caso de secas prolongadas.

Além disso, a cooperativa Ser do Sertão foi criada especificamente para atuar no município de Pintadas e implementar a estratégia descrita acima. Em três anos a Coopersertão chegou a ter um faturamento de R\$ 1,5 milhão, com um lucro líquido de 7%.

PLANO DE EXPANSÃO DO ADAPTA SERTÃO

Hoje o Adapta Sertão está atuando principalmente no município de Pintadas, por meio da cooperativa Ser do Sertão, mas planeja se expandir para todos os 14 municípios da Bacia do Jacuípe por meio das seguintes ações:

1. Criação, nas cooperativas ou associações da Bacia do Jacuípe, de três pontos de venda de tecnologias de adaptação à mudança climática para atender à demanda do território. Essas tecnologias se baseiam principalmente em tecnologia de irrigação por gotejamento, variedades e sementes resistentes à seca, fertili-

zantes orgânicos e outras tecnologias de produção de alimentos já identificadas e testadas pela capacidade de adaptação. O objetivo é que esses três pontos consigam atender à demanda de todos os 14 municípios da Bacia do Jacuípe. A componente de venda de tecnologia é essencial, pois somente por meio de canais locais de venda de tecnologia de adaptação já testada e comprovada para aumentar a capacidade adaptativa pode-se garantir a reprodutibilidade no local sem esperar necessariamente por subsídios do governo. As cooperativas são escolhidas como pontos de venda porque essas entidades já têm um conhecimento aprofundado da realidade local e já têm contatos com produtores locais ou associados para difundir e implementar o sistema produtivo proposto pela rede Adapta Sertão, facilitando o engajamento dos produtores.

2. Capacitação de 10 técnicos das cooperativas na gestão dos três pontos de venda de tecnologia. A venda de tecnologia precisa de conhecimento específico na gestão de venda. Depois é necessário capacitar a cooperativa/ associação na gestão econômica e comercial da loja, explicando o roteiro, que começa com o pedido de material, para depois passar para o pagamento, recebimento e controle da mercadoria, armazenamento, venda, contabilidade e controle do estoque. Será então necessário capacitar na gestão dos pontos de venda os técnicos das cooperativas escolhidas por meio de treinamento em módulos específicos de capacitação já desenvolvidos pela rede Adapta Sertão.

3. Instalação de 100 sistemas-piloto demonstrativos nos 14 municípios da Bacia do Jacuípe (média de sete sistemas instalados por município), beneficiando diretamente 100 famílias de agricultores familiares. O modelo da rede Adapta Sertão se baseia na implementação de modelos-piloto demonstrativos para mostrar em que consiste um modelo produtivo de adaptação à mudança climática. Esses modelos funcionam depois como campos demonstrativos para disseminar projetos semelhantes dentro do município com a ajuda das cooperativas e associações locais. Cada modelo consiste na produção em pequenos lotes irrigados. No sequeiro, propõe-se o uso de sementes resistentes à seca, com foco na produção de forragens e de alimentos básicos, hortaliças e frutas.

4. Instalação de quatro pequenas estações meteorológicas, uma em cada município, para o monitoramento das principais variáveis climáticas. O monitoramento das variáveis climáticas é importantíssimo para criar estatísticas locais que ajudem na identificação de tendências ou mudanças climáticas. Essa investigação somente é possível por meio de séries históricas significativas e por isso é fundamental começar com a gravação dos dados mais significativos.

5. Fortalecimento das cooperativas dos 14 municípios por meio da capacitação de 70 técnicos e gestores no modelo produtivo de adaptação à mudança climática proposto e na venda de alimentos. A instalação dos projetos-piloto demonstrativos é somente uma parte do modelo. É necessário capacitar as cooperativas locais na

implementação do sistema produtivo proposto, por meio dos técnicos locais (cinco por cada município) para disseminar conhecimento específico na área de adaptação à mudança do clima e aumentar a capacidade adaptativa local. Esses técnicos serão também responsáveis pelo acompanhamento dos projetos demonstrativos. Cada cooperativa será também capacitada nas estratégias de venda de alimentos pelo menos nas feiras locais e pelo programa PNAE/Conab (merenda escolar).

6. Monitoramento quantitativo e fornecimento de assistência técnica dos sistemas instalados para avaliar e validar os benefícios ambientais, sociais e econômicos e as componentes de adaptação a mudança climática. Os técnicos capacitados precisarão acompanhar os 100 beneficiários dos sistemas-piloto demonstrativos para aprender na prática a elaboração e o desenvolvimento de um projeto de adaptação à mudança do clima. Isso é para garantir que os agricultores e os técnicos assimilem todo o conhecimento necessário. Os sistemas serão monitorados com base em fatores sociais e ambientais no decorrer do projeto, por meio de indicadores específicos para avaliar e validar os vários benefícios e as componentes da adaptação à mudança climática.

7. Engajamento das cooperativas de crédito locais para o financiamento do sistema produtivo por meio de programas de crédito (por exemplo, Pronaf). No fim do projeto e com base nos resultados do monitoramento se fará engajamento das cooperativas de crédito locais para que elas se disponham a multiplicar o sistema produtivo proposto por meio do crédito Pronaf. Essa parte é indispensável para dar continuidade por meio da multiplicação dos modelos no território, independentemente de outros subsídios ou atividades que possam vir a acontecer.

RESULTADOS ESPERADOS

Aumento comprovado da capacidade adaptativa das famílias beneficiadas (estimativa de 400 famílias até 2016). Esse objetivo específico se refere também ao principal resultado esperado, que consiste no aumento comprovado da capacidade das famílias beneficiadas de adaptação à mudança. Outros resultados esperados são:

- a.** Contribuir para o Plano Nacional de Mudanças Climáticas (PNMC) por meio da criação de uma experiência que estimule a resiliência do agricultor sertanejo à mudança do clima;
- b.** Contribuir para o PAN/Plano Nacional de Combate à Seca e à Desertificação por meio de atividades econômicas não predadoras para a caatinga; contribuir para a implementação do Plano Nacional de Política para as Mulheres, do governo federal, no qual consta como prioridade a promoção da autonomia econômica e financeira das mulheres rurais e a organização produtiva daquelas que vivem em contexto de vulnerabilidade social;
- c.** Contribuir para o Programa Mais Ambiente, Decreto 7.029/09, que tem como objetivo a regularização fundiária para a manutenção da reserva legal

de todos os biomas brasileiros, inclusive da caatinga;

d. Contribuir para a implementação das Metas de Desenvolvimento do Milênio, especificamente no que diz respeito à erradicação da fome e da pobreza extrema; promoção da igualdade de gênero e autonomia das mulheres e a garantia da sustentabilidade ambiental;

e. Criar mais uma fonte de renda para as cooperativas e associações de produtores por meio da venda de tecnologia;

f. Baixar o custo de compra de tecnologia de produção para os cooperados e associados das cooperativas/associações;

g. Criar capacidade local para aumentar a produtividade dos cultivos básicos, reduzindo, assim, o risco de insegurança alimentar;

h. Criar um sistema descentralizado de assistência técnica para os produtores de um município ou território com base nas cooperativas/associações locais;

i. Desenvolvimento rural por meio da disseminação de tecnologias e de modelos produtivos de adaptação a mudança do clima;

j. Otimizar o uso de água de açudes de pequeno e médio porte na irrigação de diferentes variedades de cultivos e forragem em um modelo agroecológico que possa ser facilmente reproduzível e financiável;

k. Dar continuidade à incubação de módulos de produção viáveis para a agricultura familiar que possam ser disseminados pela rede Adapta Sertão para outras localidades do semiárido do Nordeste por meio das redes de influência às quais estão associados;

l. Desenvolver iniciativa de fomento à cadeia produtiva local que possa ser incorporada nas cooperativas de agricultores locais para o melhoramento nutricional da merenda escolar;

m. Criação de parcerias entre instituições públicas e privadas, com foco no cooperativismo agrícola.

JUSTIFICATIVA

A importância do projeto está baseada nos cenários de mudança climática (IPCC, 2007) que preveem um maior déficit hidrológico no sertão por meio de chuvas com menos volume de água e mais esporádicas, enquanto o aumento da temperatura irá aumentar a evapotranspiração e intensificar o processo de desertificação. Estudos recentes têm estimado que cultivos de subsistência, como feijão, milho e mandioca, poderão sofrer uma diminuição acentuada de produtividade nesse novo cenário. Hoje já o risco de perda de cultivos básicos como milho e feijão está na faixa dos 70% e a mudança climática pode trazer sérios problemas de insegurança alimentar, com consequências devastadoras na economia local, não somente para a região semiárida, com reflexos para a economia do país inteiro pela série de concatenações socioeconômicas que poderão afetar a população sertaneja (migração para áreas urbanas e capitais, degrado urbano, problemas sociais e ambientais, aumento dos índices de pobreza, custo social).

Embora a escassez de chuva seja o fator mais evidente e mais mencionado como causa da baixíssima produtividade do sertão, hoje existem outros fatores que

não estão apenas ligados à componente climática, mas que podem ser considerados agravantes, ou seja, baixo uso das águas. No sertão inteiro existem milhares de pequenas aguadas, açudes e poços que não são usados. Essa infraestrutura hídrica foi construída a partir dos anos 1960, mas o índice de aproveitamento na maior parte dos municípios está na faixa dos 2%. Então, em várias áreas do sertão o problema não é mais a falta de água, mas a falta de sistemas integrados de produção que ajudem o produtor a fazer um uso produtivo dessas águas.

Acesso limitado a tecnologias agrícolas modernas que ajudem o produtor a se adaptar à mudança do clima. Uma das causas principais da baixa produtividade do agricultor sertanejo é o acesso limitado a tecnologias de produção e de irrigação eficientes, modernas e que o ajudem a se adaptar à mudança do clima. Falta de assistência técnica e extensão rural. O agricultor familiar dificilmente tem acesso a assistência técnica e extensão rural e quando tem, esse serviço é centralizado em órgãos públicos que são sujeitos a cortes orçamentários. Falta de mecanismos de financiamento específicos para sistemas produtivos adequados à realidade do semiárido. A modernização tecnológica precisa de capital que o agricultor familiar dificilmente tem. Programas de crédito regionais, como o Pronaf, fornecem crédito com taxa de juro subsidiado, mas têm várias limitações.

Acesso limitado aos mercados. Por fim, as maiores dificuldades para a viabilização dos empreendimentos familiares rurais, além das limitações de recursos, decorrem, sobretudo, da desarticulação com o mercado pela venda de produtos. Foi por meio da observação dessa realidade e em contato com programas governamentais de combate à seca e organizações comunitárias que a Redeh (entidade proponente e coordenadora do projeto), junto com o Centro Clima/Coppetec/UFRJ, a Embrapa Semiárido, a Embrapa Transferência de Tecnologia, a Rede Pintadas e entidades locais de apoio, iniciou em 2005, no município de Pintadas, sertão da Bahia, uma pesquisa aplicada com o propósito de desenvolver um modelo produtivo de adaptação à mudança climática, tendo como objetivo esperado uma melhor convivência com a seca, um aumento da produção agrícola e uma diminuição da desertificação da região semiárida. Foi lançado assim, no começo de 2009, depois de quatro anos de incubação e teste em pequena escala, a rede Adapta Sertão (www.adaptasertao.net), cuja visão é a implementação em rede de um modelo produtivo que consiga garantir a segurança alimentar e a geração de renda das áreas com alta probabilidade de impacto pela mudança climática e pela desertificação. Hoje a rede conta com mais de 20 parceiros do setor público, privado e do terceiro setor, sendo já presente em quatro municípios do semiárido da Bahia.

O foco do Adapta Sertão é a implementação de estratégias produtivas que tornem o agricultor familiar mais resiliente à mudança do clima e às secas. A implementação e a disseminação são feitas por meio de cooperativas da agricultura familiar pela ligação direta que elas têm com a realidade local e a capacidade de fortalecer diretamente o agricultor familiar por meio de ações conjuntas. Uma parte muito importante do projeto é a ligação direta que foi feita entre os programas de governo atuais, e principalmente do crédito Pronaf e da venda de alimentos nos mercados institucionais (Conab, PAA e PNAE), para fortalecer tanto as cooperativas quanto os agricultores familiares.



2º Lugar

TÍTULO

Cidades Verdes

PROPONENTE

José Ribamar Félix

INSTITUIÇÃO

Secretaria das Cidades e do Desenvolvimento Urbano (Secid)

O projeto Cidades Verdes visa a implantar viveiros de mudas em assentamentos de municípios do Bico do Papagaio, contribuindo para promoção do desenvolvimento integrado e sustentável da rede composta pelas 16 cidades do Território da Cidadania Bico do Papagaio do Estado do Tocantins. Será executado a partir do Programa 1013 Desenvolvimento Urbano e ação AO 344 Adequação, qualificação e revitalização das funções sociais de zonas urbanas e rurais, do PPA desta secretaria, com uma estruturação embasada no sistema de manejo, recuperação, revitalização e reposição da flora de parques, áreas verdes, jardins, ripárias, ruas, avenidas e nascentes, melhorando a qualidade de vida da população e contribuindo positivamente para as mudanças climáticas.

DESCRIÇÃO DETALHADA

O projeto dará aporte à rede das 16 cidades integradas com recursos para implementação de um sistema adequado de controle e manejo das arborizações, dos paisagismos, mitigando, assim, problemas como poluição do ar, da água, assoreamento de galerias e elevando as cidades ao desejado nível de sustentabilidade com perfil de mecanismo de desenvolvimento limpo.

A finalidade do projeto é a inclusão produtiva e geração de renda das famílias de assentamentos localizados na zona rural dos municípios a serem atendidos, recomposição da flora local e regional no íterim das áreas urbanas degradadas pelo processo de ocupação habitacional desordenado desde a criação de cada município. A sustentabilidade das famílias se dará pelo cultivo das matrizes para arborização urbana dos municípios. Os viveiros servirão como insumos para o fortalecimento da fruticultura e da silvicultura da região e adequação dos demais produtores à legislação ambiental.

Com o projeto serão implantados três viveiros, nos quais priorizaremos as vocações de cada região para a implantação das matrizes. No sistema de manejo a ser adotado, a produção de biomassa servirá tanto para cogeração como para biofertilizar as matrizes e culturas de demais cadeias produtivas.

Os municípios de Darcinópolis, São Sebastião e Axixá sediarão os três viveiros supramencionados da seguinte forma: em São Sebastião, o viveiro será implantando no assentamento de Pingo d'Água e será fornecedor de árvores sombrias, frutíferas (matrizes de graviola, acerola, maracujá, cupuaçu, cajá e açaí) e demais cultivares típicas da região para os municípios de Esperantina, Buriti, Sampaio, Praia Norte e Carrasco Bonito.

Em Axixá, o viveiro será implantando no assentamento de Santa Juliana e será fornecedor de árvores sombrias, frutíferas (matrizes de açaí, maracujá, laranja, abacaxi, acerola, caju etc.) e demais cultivares típicas da região para os municípios de Axixá, Augustinópolis, Sítio Novo, São Miguel, Maurilândia e Itaguatins.

Em Darcinópolis, o viveiro será implantado no assentamento Amigos da Terra e será fornecedor de árvores sombrias e frutíferas, sendo abacaxi, bacuri, cajá, bacaba, murici, caju e demais cultivares típicas da região, para os municípios de Aguiarnópolis, Palmeiras e Tocantinópolis.

JUSTIFICATIVA

Grande parte dos municípios da região do Bico do Papagaio – pertencentes ao norte do Estado do Tocantins – sofreram os impactos diretos da corrida pela expansão da fronteira agropecuarista implantada no Norte do Brasil, tendo suas florestas e veredas devastadas. Diversas matrizes e variedades foram substituídas pelos campos agrícolas e pastagens, bem como ambientações ciliares rurais e urbanas tiveram que ceder para culturas e construções irregulares, expondo um cenário de desolamento e agressão ambiental.

Para contribuir com a minimização desse cenário e impulsionar o desenvolvimento integrado e ecologicamente correto da rede composta pelas 16 cidades do Território da Cidadania Bico do Papagaio do Estado do Tocantins é que o projeto Cidades Verdes foi desenhado, elaborado e proposto.

Com o projeto serão beneficiadas 265 famílias de assentamentos localizados na zona rural dos municípios a serem atendidos, sendo no mínimo 50% dessas com renda familiar per capita de até R\$ 70,00 mensais, cadastradas ou com perfil para cadastro no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico). A segurança alimentar e a geração de renda e emprego para a comunidade se darão por meio da venda das mudas e produção advinda das matrizes transplantadas e manejadas para cada lote e serão de grande relevância para os indicadores de resultado tanto do projeto como da ação supramencionada.

As famílias contempladas disporão de 20% da área do lote para desenvolver as culturas objeto do projeto.



MENÇÕES HONROSAS

CATEGORIA 1**Produção do Conhecimento Acadêmico – Doutorado****PROPONENTE**

André Ferreira

TÍTULODesenvolvimento regional: limites e possibilidades institucionais
– um estudo de caso da Região do Vale do Paraíba (RJ)

Esta tese é um estudo de caso feito na Região do Vale do Paraíba (RVP-RJ) que tem como objetivo analisar a atuação do poder público local, dos líderes empresariais e das universidades públicas no processo do desenvolvimento regional.

Na revisão da literatura destacam-se: a emergência dos estudos abordando o desenvolvimento regional, a importância do conhecimento e da inovação como motores do desenvolvimento econômico e a incorporação do desenvolvimento econômico à missão da universidade. Para atingir os objetivos estabelecidos foram feitas pesquisas exploratórias com docentes do Polo Universitário de Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense (PUVR-UFF) e com empresas escolhidas da RVP-RJ. Posteriormente foram feitas entrevistas envolvendo atores institucionais da RVP-RJ, como líderes empresariais, ocupantes de cargos públicos na administração local e pesquisadores e líderes das universidades públicas da RVP-RJ.

Dentre os resultados destacam-se a tendência de deslocamento econômico das regiões econômicas mais dinâmicas da RVP-RJ para o Estado de São Paulo e a ausência de políticas que visem a mudar o modelo de desenvolvimento econômico da RVP-RJ. Fica também evidenciada a capacidade do poder público local de atrair novos investimentos para a região, ao mesmo tempo em que não consegue estabelecer uma política de longo prazo que possa diminuir a dependência que tem a RVP-RJ do grande capital. Outro resultado é que as universidades públicas presentes na RVP-RJ, o Polo Universitário de Volta Redonda da Universidade Federal Fluminense (PUVR-UFF) e o Campus Regional do Médio Paraíba da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (CRMP-Uerj), desenvolveram trajetórias que resultaram em capacidades complementares. A articulação entre essas instituições pode gerar um importante ator no desenvolvimento regional, incorporando as capacidades de pesquisa, mais presente no PUVR-UFF, ao empreendedorismo acadêmico, evidenciado nas ações da CRMP-Uerj.

DESCRIÇÃO DETALHADA

Esta tese se propõe a analisar a dinâmica do processo de desenvolvimento econômico da Região do Vale do Paraíba Fluminense (RVP-RJ), por meio da perspectiva de instituições locais. A RVP-RJ está situada geograficamente entre os dois maiores polos econômicos do Brasil e tem protagonizado, desde meados do século XIX, um papel importante na economia nacional. Das fazendas de café, passando

pela criação da indústria de base no país (siderúrgica), até os dias de hoje, em que caminha para se tornar um importante polo automobilístico, a sua economia apresenta um forte dinamismo que tem impulsionado o desenvolvimento da região. Se por um lado essas indústrias representam um agente de transformação da economia da RVP-RJ, deve-se também considerar que elas têm características que podem comprometer a sustentabilidade do desenvolvimento local. No segmento automotivo esse fato é verificável pela facilidade de mobilidade de suas fábricas, na busca por regiões com maiores atributos locais, como salários mais baixos, terras mais acessíveis ou incentivos fiscais. No caso da indústria siderúrgica, o ponto é o seu gigantismo e conseqüentemente a forte relação de dependência das comunidades locais em relação a esse tipo de indústria. Em ambos fica caracterizada a fragilidade do enraizamento dessas empresas nas regiões em que estão localizadas. Cabe ressaltar também que outro aspecto do processo de industrialização da RVP-RJ é o seu caráter exógeno, caracterizado pela dependência do grande capital e pela influência de ações do governo federal, que ocorreram tanto por meio de investimento direto em atividades produtivas, como a criação da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), quanto por regulamentações federais, como o Novo Regime Automotivo, implantado em 1995, que levou o Estado do Rio de Janeiro a adotar incentivos fiscais tributários que estimularam a instalação de montadoras como a Volkswagen Caminhões (atual MAN LatinAmerica), PSA Peugeot-Citroën e mais recentemente a Nissan na RVP-RJ.

As questões que se colocam nesta pesquisa são: quais são a tendência de longo prazo e a sustentabilidade do atual modelo de desenvolvimento econômico da RVP-RJ? Como os atores institucionais locais pensam o desenvolvimento regional e que tipos de ações podem empreender para estimulá-lo?

Nesse contexto, o presente trabalho busca compreender a atuação e o potencial de atuação das seguintes instituições: poder público, organizações empresariais e universidades públicas da RVP-RJ na construção do processo do desenvolvimento econômico regional. Esta pesquisa também se propõe a analisar o potencial de se pensar o desenvolvimento da RVP-RJ a partir das perspectivas da região e de seus atores locais.

Como arcabouço teórico para a pesquisa empírica, foi elaborada uma revisão centrada nos temas: desenvolvimento regional, inovação e interação universidade-empresa-governo. Na seção desenvolvimento regional são abordadas a emergência da dimensão local nos estudos econômicos e as teorias do desenvolvimento regional que possuem, na concepção do autor, maior poder de explicação do processo de evolução econômica da RVP-RJ.

As teorias de desenvolvimento regional abordadas foram a Teoria do Lugar Central, de Christaller, a Teoria dos Polos de Crescimento, de Perroux e Boudeville, Aglomeração Produtiva Territorial/Setorial (com destaque para os trabalhos sobre a Terceira Itália) e Desenvolvimento Local Endógeno (Barquero e Boisier).

Na revisão sobre a interação universidade-empresa-governo, a ênfase é no modelo da Triple Helix e a crescente importância da universidade como ator

privilegiado no desenvolvimento regional. O tema inovação é abordado, devido a sua atual centralidade no processo econômico. Na revisão é analisada a importância de Schumpeter para trazer a inovação para o centro do debate econômico.

Por fim é apresentada uma revisão teórica sobre a RVP-RJ abordando o seu processo de industrialização e sua configuração econômica atual, bem como o surgimento e a evolução das universidades públicas na região.

Foram feitas pesquisas envolvendo diversos atores institucionais da RVP-RJ, como líderes empresariais, ocupantes de cargos públicos na administração local e pesquisadores e líderes das universidades públicas da RVP-RJ. As entrevistas somaram mais de 40 horas de gravação. Nessas três esferas institucionais, o objetivo foi compreender a percepção desses atores e suas respectivas instituições sobre os temas desenvolvimento regional, interação universidade-empresa-governo e inovação.

Para obtenção do capital externo, os principais atrativos da região são: (i) a sua privilegiada posição geográfica entre os dois maiores centros urbanos do país, gerando fácil acesso a grandes mercados consumidores e fornecedores; (ii) uma boa infraestrutura de transporte, principalmente rodoviário e ferroviário; (iii) os fatores de produção terra e mão de obra mais barata do que nos grandes centros metropolitanos. Com o tempo, a própria industrialização trouxe outras vantagens competitivas para a região como (iv) a qualificação da mão de obra e (v) a criação de uma infraestrutura de serviços, como comércio, saúde, lazer, serviços públicos, entre outros, concentrados principalmente na cidade de Volta Redonda, eixo central da industrialização regional.

Essas vantagens, associadas ao bom momento econômico do país, estão trazendo para a região uma nova rodada de investimento que deve dar novo impulso à economia local. Mas algumas ponderações sobre o atual modelo de desenvolvimento econômico devem ser levadas em consideração. A primeira delas é a de que não há uma perspectiva de longo prazo nas estratégias de desenvolvimento regional por parte dos atores locais. A atração de investimentos externos é, ainda hoje, a principal estratégia dos líderes públicos para alavancar a economia local e, além disso, essa atração de novas empresas não é acompanhada por ações consistentes que visem a criar encadeamentos a montante e a jusante.

A partir de meados do século XIX, tem se observado um deslocamento econômico em direção ao extremo sul do Estado do Rio de Janeiro, em direção ao Estado de São Paulo. Mas, apesar desse indicativo de mobilidade da atividade econômica, a pesquisa não revelou um movimento consistente entre os líderes políticos, empresariais e acadêmicos da RVP-RJ com o objetivo de transformar a base produtiva da RVP-RJ, seja pela articulação das instituições locais ou pela inovação. Essas ações podem representar a geração de produtos de maior valor agregado, menor exposição a crises econômicas, maior relevância dos atores locais, dentre outras. Atualmente, o desenvolvimento econômico da RVP-RJ é explicado pela atração de investimentos externos à região.

Nesse contexto, novos papéis devem ser pensados: (i) a universidade pública pode usar sua estrutura de pesquisa e geração de conhecimento para dinamizar as

atividades econômicas locais; (ii) o poder público pode atuar como um catalisador das demandas regionais e, simultaneamente, um indutor do desenvolvimento por meio de ações de estímulo à diversificação econômica e ao empreendedorismo; (iii) e para as firmas e os líderes empresariais a expectativa é que estejam mais propensas a adotar processos inovativos, que podem contribuir na sua capacidade de competição e sustentabilidade. Essas ações podem representar no longo prazo uma mudança na vulnerabilidade do desenvolvimento econômico da RVP-RJ, trazendo maior sustentabilidade à região.

As entrevistas com os quatro secretários municipais de Desenvolvimento Econômico não deixam dúvidas sobre a capacidade que eles têm de atrair investimentos para a região. A Hyundai em Itatiaia, a Nissan em Resende, o Centro de Distribuição da Droga Raia em Barra Mansa e a Fábrica de Aços Longos da CSN em Volta Redonda são alguns exemplos que confirmam essa competência.

A atração de investimentos externos à região é indiscutivelmente importante, mas deve-se aproveitar essa situação para criar condições do desenvolvimento local endógeno, no qual os atores institucionais locais possam ter uma relevância maior. Os atores locais devem ter a capacidade de criar alternativas de desenvolvimento econômico sustentável. Nesse sentido, poucas ações têm sido compreendidas.

Não há um movimento consistente entre os atores do poder público local para transformar o modelo econômico da RVP-RJ. Seja (i) pela inovação, que possa gerar produtos de maior valor agregado, menor exposição a crises econômicas, maior relevância dos atores locais, (ii) pela criação de mais empresas de base tecnológica ou (iii) pelo desenvolvimento do espírito empreendedor dos cidadãos da RVP-RJ.

Projetos incipientes têm sido elaborados, como o Prêmio Inova VR, o Conselho Municipal de Inovação Tecnológica de Volta Redonda, o Museu da Ciência, também em Volta Redonda. Nos outros municípios pesquisados, cabe registrar o apoio da Prefeitura de Resende ao Incubador Sul Fluminense do CRPM-Uerj e a ação da Prefeitura de Barra Mansa visando a estimular o empreendedorismo nas escolas primárias. Mas esses projetos não são suficientes para apoiar um processo de mudança no modelo econômico local.

O caso emblemático foi o da fábrica de massas do Grupo Umbria, que, por meio da ação da SMDE-VR, com a participação da Coordenadoria de Agronegócios, que tem como responsável um professor do PUVR-UFF, conseguiu desenvolver uma cadeia de fornecedores locais para atender a parte da demanda dessa empresa. Esse exemplo ainda é a exceção, mas é um caminho exemplar para outros projetos na região.

Uma questão importante é que o processo de mudança no modelo econômico local necessita de ações que apresentem resultados principalmente no longo prazo, incompatíveis com um calendário eleitoral que requer a cada quatro anos resultados que possam ser capitalizados nas eleições municipais pelos poderes públicos locais.

Novamente uma Agência de Desenvolvimento Regional parece ser a opção mais viável para equacionar essa questão. Ela pode acomodar os interesses políticos

de curto prazo e simultaneamente planejar o longo prazo da RVP-RJ. Não se deve vê-la como uma panaceia, uma solução para todos os males da região, mas como um instrumento que, se bem criado e gerido, pode contribuir decisivamente para o planejamento estratégico da RVP-RJ.

No caso da RVP-RJ, a Agência de Desenvolvimento do Médio Paraíba (Ademp) poderia ser um fórum privilegiado de articulação desses municípios. O seu objetivo poderia ser transformar as diferenças em fatores de complementaridade, aproveitando de forma racional as vocações e os interesses dos municípios. Até mesmo para atração de investimentos externos à RVP-RJ é mais fácil conquistar o interesse pela região como um todo do que para um município em particular.

A mudança econômica passa também pela mudança da cultura local e da identidade regional das pessoas. Um trabalho de longo prazo, que cabe principalmente ao poder público empreender. Com a crise do modelo industrial fordista, o empreendedorismo entra na pauta de discussões, principalmente na área de educação básica.

A educação e a capacitação profissional que se observam na região ainda se fazem nos moldes tradicionais, com a preocupação de formar mão de obra para as indústrias locais. O empreendedorismo é ainda incipiente e a transformação da massa crítica existente na região em empreendimentos que possam gerar produtos e processos que tenham a capacidade de transformar a dinâmica da economia local é quase inexistente. Novamente, a universidade é uma instituição potencial para apresentar novas ideias, novos produtos e negócios.

A interação universidade-empresa-governo apresentada pela Triple Helix ainda não se observa de forma estruturada na RVP-RJ. Existem casos isolados, como as ações circunstanciais entre a Prefeitura de Volta Redonda e o PUVR-UFF e a parceria entre o CRMP-Uerj e as duas montadoras localizadas na região, mas a incorporação do desenvolvimento econômico aos seus objetivos acadêmicos, conforme preconizado por Etzkowitz (2010), ainda não é uma realidade objetiva.

Uma das alternativas para ampliar a atuação da universidade na RVP-RJ seria uma parceria com a Ademp, para a qual a universidade poderia aportar seu conhecimento, sua capacidade de pesquisa e desenvolvimento de projetos. Essa parceria seria uma oportunidade para a Ademp desenvolver uma agenda de desenvolvimento que contribua para mobilizar os atores regionais.

Ainda com referência ao modelo da Triple Helix, na RVP-RJ o papel do governo, no momento, tem uma influência maior do que as universidades e as empresas no processo de desenvolvimento econômico. O principal exemplo da maior influência do poder público local é sua prerrogativa para estabelecer isenções fiscais para estimular o estabelecimento de empreendimentos nos municípios da região, que é um dos principais instrumentos usados para atração de empresas.

Conforme preconizado por Barquero (2002), um modelo de desenvolvimento econômico endógeno necessita da articulação, da capacitação e do engajamento dos atores locais. No caso da RVP-RJ isso pode ser traduzido em diversas ações, com destaque para: (i) fortalecimento e articulação das instituições da RVP-RJ (uni-

versidades, Ademp, Firjan, MetalSul, Sebrae); (ii) construção/reforço das competências regionais por meio de geração de conhecimento, espírito empreendedor, organização da sociedade civil, qualidade de vida (serviços, turismo, educação); (iii) geração de empreendimentos inovadores; (iv) revitalização das empresas regionais, implantando novos modelos de gestão e capacitando mão de obra; e (v) diversificação da economia local, incorporando novas indústrias e processos à economia local.

Mas ainda não é possível observar, de forma sistemática, que as ações citadas acima estão sendo empreendidas na RVP-RJ, ou que haja uma movimentação dos líderes locais nesse sentido. Essa fragilidade pode não somente potencializar os efeitos que eventuais crises no sistema econômico mundial podem causar à economia local como também deixar para atores externos à região o delineamento do futuro da RVP-RJ.

Esta tese trabalhou com a hipótese de que as instituições políticas, acadêmicas e empresarias presentes na RVP-RJ têm condições de estruturar um processo de desenvolvimento econômico baseado tanto na captação de investimentos externos à região como no estímulo ao desenvolvimento local endógeno, por meio do incentivo ao empreendedorismo, da capacitação das empresas locais, do incentivo à inovação e do uso da universidade pública como fonte de conhecimentos para estimular novos empreendimentos, o espírito empreendedor e a articulação entre setores da sociedade.

Essa hipótese não se revelou verdadeira para a RVP-RJ, pois não há elementos na pesquisa que comprovem essa capacidade. O que se observa é a existência das instituições necessárias para levar adiante um projeto de desenvolvimento local endógeno, que são eficazes na atração do investimento externo, mas que ainda não conseguem se articular para estruturar um projeto de desenvolvimento econômico endógeno.

JUSTIFICATIVA

Diversas regiões, depois de um período de sucesso e riqueza, sofreram com a estagnação ou o declínio econômico. As causas desse declínio estão ligadas a vários fatores, dos quais se podem ressaltar: mudanças de paradigmas tecnológicos, crescente mobilidade do capital, perda de atributos locais e acirrada competição com outras localidades pela atração de investimentos. Dentre regiões que passaram por esse processo são exemplos clássicos: Pittsburgh (siderurgia), Detroit (automobilística), Juiz de Fora (têxtil), Ilhéus/Itabuna (cacau) e Manaus/Belém (borracha). A relevância desta pesquisa é analisar em uma região específica, a RVP-RJ, que vive atualmente um momento de prosperidade econômica, quais são as perspectivas de desenvolvimento, para que se evite o erro de outras localidades que pensaram o futuro como uma repetição do passado e por isso passaram por períodos (curtos, longos e até mesmo permanentes) de estagnação e declínio econômico. Nesse sentido, este estudo busca analisar a possibilidade da Região do Vale do Paraíba Fluminense (RVP-RJ) vir a sofrer o mesmo processo de declínio econômico, semelhante ao ocorrido nessas cidades. Os achados nesta pesquisa podem ser reproduzidos para outras regiões do país.

**PROPONENTE**

Edileuza Aparecida Vital Galeano

TÍTULO

Crescimento econômico regional desigual no Brasil de 1985 a 2008: uma análise conjunta dos fatores pelo lado da oferta e pelo lado da demanda

O objetivo desta tese foi fazer uma análise do crescimento econômico regional no Brasil no período de 1985 a 2008, a partir de uma análise conjunta considerando os fatores determinantes do crescimento econômico tanto pelo lado da oferta como pelo lado da demanda. A pesquisa procurou mostrar como algumas variáveis de demanda e oferta influenciam no crescimento econômico regional desigual. A partir das premissas das teorias de Myrdal de causalção circular acumulativa, tanto de ascensão como também de descensão, procurou-se entender o processo de crescimento desigual nas regiões brasileiras. O estudo seguiu a teoria de crescimento endógeno, considerando basicamente modelos de tradição kaldoriana e de tradição no papel do capital humano no crescimento econômico, para discutir o crescimento desigual das regiões brasileiras. Considerando a ideia defendida por Kaldor de que a indústria é o motor do crescimento econômico, o estudo se iniciou, no segundo capítulo, por uma breve abordagem sobre a configuração recente da indústria nas regiões brasileiras, seguida por uma análise das disparidades regionais no nível de capital humano e nível de PIB per capita, variáveis consideradas importantes neste estudo. No terceiro capítulo, foi apresentado um estudo sobre a relação entre um maior grau de abertura comercial e as desigualdades regionais no PIB per capita para o período de 1991 a 2008. No quarto capítulo, foi apresentado um estudo regional e setorial da produtividade do trabalho nos anos 1996-2007. No quinto capítulo, foi apresentado um estudo sobre a distribuição regional do crédito e sobre a relação entre crédito e crescimento econômico regional. No sexto capítulo, procurou-se mostrar as forças da integração das variáveis de demanda agregada e oferta sobre o comportamento da produtividade do trabalho e da inovação no movimento de convergência ou não do crescimento entre as regiões nas últimas décadas, lançando luz sobre possíveis estratégias para a redução das desigualdades.

DESCRIÇÃO DETALHADA

A tese “Crescimento econômico regional desigual no Brasil no período de 1985 a 2008: uma análise conjunta dos fatores pelo lado da oferta e pelo lado da demanda” foi composta por seis capítulos.

No capítulo 1, a partir das premissas das teorias de Myrdal de causalção circular acumulativa tanto de ascensão como também de descensão, procurou-se entender o processo de crescimento desigual da economia brasileira. Foi feita uma revisão das teorias com enfoque na demanda a partir das contribuições de Kaldor e seus seguidores e também a revisão da nova teoria do crescimento endógeno, sempre direcionando para a análise regional. A teoria de crescimento econômico caminha

para mostrar que a ação de política econômica de desenvolvimento deve ser coordenada em duas frentes: a da formação de capital físico via reforço dos investimentos em progresso técnico e a da acumulação de capital humano via treinamento da força de trabalho. A coordenação das ações de políticas deve levar à igualdade entre a taxa de crescimento do estoque de capital e a taxa de crescimento do capital humano, no sentido de aumentar a produtividade.

No segundo capítulo foi feita uma análise descritiva do comportamento das principais variáveis que estejam relacionadas ao crescimento econômico das cinco regiões geográficas brasileiras. O estudo se iniciou por uma breve abordagem sobre a configuração recente das economias regionais, seguida por uma análise das disparidades regionais no nível de capital humano e nível de PIB per capita, variáveis consideradas importantes neste estudo. As desigualdades regionais têm sido sempre muito grandes no Brasil e os estudos sobre desigualdade regional feitos na década de 1990 e 2000 indicam que a disparidade regional no Brasil estacionou em um nível ainda muito alto. Os estudos empíricos apoiados no índice de Theil e na análise de convergência mostraram que houve certa desconcentração econômica entre os anos de 1985-2008. No entanto, apesar das poucas melhorias em termos de desigualdades econômicas regionais, foi observada no Brasil a permanência das disparidades de renda entre regiões.

Nos três capítulos seguintes foram apresentados estudos empíricos de variáveis consideradas importantes na economia. A primeira variável estudada foi construída a partir de variáveis do comércio internacional das regiões, importação e exportação. A variável de estudo no terceiro capítulo foi a abertura comercial. Foi apresentado um estudo sobre a relação entre um maior grau de abertura comercial e as desigualdades regionais no PIB per capita para o período de 1991 a 2008. As estimativas mostraram que o aumento da abertura comercial é uma função do nível inicial do PIB per capita das regiões. As regiões Sudeste e Sul apresentaram um nível de PIB per capita superior às demais regiões e, portanto, foram as mais favorecidas pela abertura comercial. De fato, as economias com maior PIB per capita, por terem mais renda disponível, podem ter acesso a mais bens produzidos por outros países.

No quarto capítulo foi apresentado um estudo feito com uma variável de oferta, a produtividade do trabalho. Nesse capítulo foi feita uma análise regional e setorial da produtividade do trabalho nas indústrias extrativas e de transformação nos anos de 1996-2007. Foi usado o método *shift-share* para análise das componentes da taxa de crescimento da produtividade do trabalho na indústria. Por meio dessas componentes foi possível verificar o comportamento da produtividade do trabalho no período e identificar se o crescimento na produtividade do trabalho na indústria se deu mais pela competitividade regional ou pelas mudanças na estrutura produtiva regional. Pode-se inferir que, nos anos analisados, as disparidades regionais e setoriais foram acentuadas, tendo em vista que não se identificou uma tendência à convergência no sentido de mudança na estrutura produtiva. Assim, a análise revelou que as diferenças na evolução da produtividade foram explicadas pela componente diferencial regional competitiva, que confere vantagens econômicas à maioria das regiões e dos setores. No entanto, tais vantagens competitivas locais foram

importantes a nível regional, principalmente para as regiões menos desenvolvidas, porém foram insuficientes para impulsionar o crescimento da produtividade do trabalho a nível nacional.

No quinto capítulo foi apresentado um estudo sobre a oferta de crédito, uma variável que afeta a demanda agregada. Foi apresentado um estudo sobre a distribuição regional do crédito e a relação entre crédito e crescimento econômico regional e crédito e produtividade do trabalho. A análise empírica sobre a distribuição regional do crédito destacou a grande desigualdade na distribuição de crédito em termos das regiões do país. Os resultados das estimativas mostraram que o crédito destinado às regiões Sul e Sudeste tem um efeito maior tanto sobre o crescimento do PIB como sobre o crescimento da produtividade do trabalho quando comparado às outras regiões. Considerou-se que as políticas para aumentar o crédito nos últimos anos foram importantes para sustentar a demanda agregada. No entanto, não foram destinadas de forma significativa para reduzir as desigualdades regionais.

No sexto capítulo foi apresentado o modelo de León-Ledesma (2002), com algumas adaptações, e foram estimadas as equações da produtividade do trabalho e da inovação para análise do crescimento econômico a nível regional. O objetivo foi mostrar, por meio do modelo, as forças da integração das variáveis de demanda agregada e oferta sobre o comportamento da produtividade do trabalho e da inovação no movimento de convergência ou não do crescimento entre as regiões nas últimas décadas. Em suma, o objetivo foi o de identificar os determinantes da diferença de crescimento, lançando luz sobre possíveis estratégias para a redução da acentuada desigualdade econômica regional. Por fim, foram apresentadas as conclusões do estudo. Um resultado observado na equação da produtividade do trabalho foi que os coeficientes da variável gap de produtividade foram negativos, contrariando o esperado. De acordo com León-Ledesma, as diferenças de produtividade entre a economia líder e as seguidoras deveriam abrir a possibilidade para imitação e difusão de tecnologias mais avançadas geradas pela economia líder. O coeficiente do gap de produtividade deveria ser positivo. Um coeficiente do gap de produtividade negativo indica que o país ou região pouco consegue aproveitar os efeitos positivos da imitação e absorção de novas tecnologias. Outro resultado importante diz respeito ao coeficiente de Verdoorn. Os resultados das estimativas mostraram coeficientes bem próximos a um, resultado considerado fraco, pois um coeficiente superior a um revela retornos à economia não crescentes. Considerando que a indústria seja o motor do crescimento econômico (primeira lei de Kaldor), tal resultado evidencia o enfraquecimento da indústria na economia. Quanto à inovação, os resultados obtidos por León-Ledesma evidenciam a importância da educação sobre o processo de inovação. Quanto ao efeito do gap de produtividade sobre a inovação, no caso do Brasil, os resultados mostraram que quando há redução do gap de produtividade relativo à economia líder, não se observam efeitos positivos sobre a inovação, como sugerido por León-Ledesma. Tal resultado é condizente com o fato de que a economia brasileira enfrenta um processo de enfraquecimento da indústria, setor considerado o propulsor das atividades inovadoras.

CONCLUSÕES

A discussão teórica sobre crescimento econômico envolve pelo menos duas abordagens com ênfases bem diferentes: uma analisa a dinâmica do crescimento sob a ótica da oferta de fatores de produção e outra enfatiza os condicionantes da demanda agregada como determinantes principais do crescimento econômico. O presente estudo procurou mostrar que para um modelo de crescimento ser coerente com um ciclo virtuoso de crescimento econômico, ele deve considerar fatores determinantes tanto pelo lado da oferta como pelo da demanda. Assim, procurou-se analisar o crescimento econômico regional no Brasil a partir da análise conjunta dos fatores determinantes do crescimento econômico. O objetivo foi o de identificar os determinantes da diferença de crescimento, lançando luz sobre possíveis estratégias para a redução da acentuada desigualdade econômica regional.

Kaldor enfatizou os fatores da demanda agregada para acelerar o crescimento econômico e explicou as diferentes taxas de crescimento das regiões pelas suas estruturas produtivas do setor industrial. Os teóricos da nova teoria do crescimento enfatizaram os efeitos do capital humano no crescimento de longo prazo. Conforme os autores, no longo prazo a taxa de crescimento da produtividade média do trabalho se aproxima da taxa do progresso técnico. Dessa forma, deve-se acelerar o progresso técnico para obter maiores taxas de crescimento econômico, o que também requer investimentos em capital humano.

As teorias de crescimento econômico caminham para mostrar que as ações de política econômica devem fomentar a formação do capital humano via treinamento da força de trabalho e formação de capital físico via reforço dos investimentos em progresso técnico. No entanto, no Brasil as ações de políticas para crescimento econômico com integração nacional, ou seja, desenvolvimento de forma homogênea entre as regiões, se mostraram insuficientes, principalmente após 1985.

A política adotada para aumentar a competitividade foi a abertura comercial na década de 1990, a qual também contemplava a eliminação de incentivos e subsídios por parte do governo. Acreditava-se que a competição internacional por si só iria proporcionar melhoria na qualidade e no preço dos bens no mercado interno. Com a maior abertura comercial, os processos de modernização produtiva e de ganhos tecnológicos necessários à maior integração comercial aos mercados mundiais promoveram uma realocação das atividades industriais entre as regiões brasileiras. Diante do processo da reestruturação produtiva, ficou mais evidente o processo de deseconomias de aglomeração vivido pela região mais desenvolvida do país, a Sudeste.

Teoricamente, as regiões com vantagens comparativas nos setores intensivos em pesquisa e tecnologia tendem a se beneficiar mais com abertura econômica. Dado que a Região Sudeste é a que hospeda o maior parque industrial brasileiro e onde se concentram os setores da indústria de transformação com maior teor tecnológico, o esperado seria que essa região fosse diagnosticada em termos absoluto e relativo como a maior beneficiada com a abertura econômica.

Do ponto de vista do PIB per capita, a análise empírica apresentada no Capítulo 3 mostrou que o grau de abertura comercial é função do nível inicial do PIB

per capita das regiões e, portanto, aquelas regiões com maior PIB per capita inicial tendem a ser mais favorecidas pela abertura comercial. Tal resultado é coerente com a manutenção da distância do PIB per capita entre as regiões, mesmo com o baixo crescimento das regiões mais desenvolvidas. Apesar das baixas taxas de crescimento do PIB per capita observadas no Sudeste no período de análise, essa região continuou apresentando taxas médias de crescimento do PIB per capita positivas e o maior nível de PIB per capita entre as regiões.

No entanto, a análise em torno da produtividade do trabalho na indústria de transformação na Região Sudeste mostrou um cenário preocupante. Verificou-se que a região mais desenvolvida vem apresentando taxas de crescimento da produtividade do trabalho negativas na indústria de transformação. Como destacado nos Capítulos 2 e 4, a região mais desenvolvida sofre um processo de deseconomias de aglomeração e o crescimento nas demais regiões ainda é insuficiente para compensar o decréscimo ocorrido na região mais representativa.

A análise empírica dos componentes do crescimento da produtividade do trabalho apresentada no Capítulo 4 mostrou que apesar das transformações promovidas nos processos produtivos após a abertura comercial, a estrutura produtiva da indústria se manteve relativamente rígida. Os resultados apresentados no Capítulo 4 confirmaram que foram as vantagens competitivas inerentes a cada região que explicaram, em sua maioria, o crescimento da produtividade do trabalho nas regiões. Sendo que a Região Sudeste, por sofrer deseconomias de aglomeração, não apresentou vantagens competitivas na maioria dos setores analisados. Pode-se inferir que nos anos analisados as disparidades regionais e setoriais foram acentuadas, tendo em vista que não se identificou uma tendência à convergência no sentido de mudança na estrutura produtiva. Assim, a análise revelou que as diferenças na evolução da produtividade do trabalho foram explicadas pela componente regional, que confere vantagens econômicas à maioria das regiões e dos setores. No entanto, tais vantagens competitivas locais foram importantes a nível regional, principalmente para as regiões menos desenvolvidas, porém foram insuficientes para impulsionar o crescimento da produtividade do trabalho a nível nacional.

Os resultados obtidos na análise apresentada no Capítulo 5 mostraram que o crédito é importante para aumentar a demanda agregada, sendo seu efeito sobre o PIB maior justamente nas regiões onde o crédito está mais concentrado. Destacou-se a grande desigualdade na distribuição de crédito em termos das regiões do país e seus efeitos sobre o PIB via demanda agregada e sobre a produtividade do trabalho. Os resultados mostram como o impacto da expansão do crédito sobre o PIB regional e sobre a produtividade do trabalho em cada região é diferenciado, refletindo a distribuição desigual do crédito no território nacional.

A análise empírica quanto aos determinantes da produtividade do trabalho apresentada no Capítulo 6 sugere que o país e as regiões em geral pouco conseguem aproveitar os efeitos positivos da imitação e absorção de novas tecnologias criadas pelas economias líderes. Isso pode ser devido ao fraco investimento em P&D (além de esse investimento ser concentrado nas regiões Sudeste e Sul), à fraca infraestrutura, às grandes desigualdades e ao baixo nível de educação no Brasil. A análise corroborou

a importância da educação para o crescimento da produtividade do trabalho. Os resultados apresentados neste estudo também indicam que a educação tem importância na explicação do processo de inovação. Quanto ao coeficiente de Verdoorn, os resultados das estimativas para as regiões mostraram coeficientes bem próximos a um. Esse resultado evidencia o enfraquecimento da indústria na economia.

As análises empíricas apresentadas neste estudo permitem corroborar a afirmativa de que para um modelo de crescimento econômico ser coerente com um ciclo virtuoso de crescimento, ele deve considerar os fatores determinantes do crescimento tanto pelo lado da oferta como pelo da demanda. O estudo também mostrou a importância da análise conjunta desses fatores nos trabalhos que tratam das desigualdades regionais.

O processo de desconcentração econômica e produtiva é benéfico para a diminuição das desigualdades entre as regiões. No entanto, esse processo depende de políticas governamentais com planejamento estratégico para que as regiões menos desenvolvidas consigam absorver aquela parcela da indústria que deixou as regiões mais desenvolvidas devido às questões de deseconomias de aglomeração e para a inserção de outras indústrias que poderão dinamizar a economia das regiões menos desenvolvidas (primeira lei de Kaldor). Tais políticas abrangem condições de infraestrutura básica, investimentos em P&D, capacitação do capital humano, redução dos custos fiscais e melhores condições de crédito para investimento produtivo, principalmente nas regiões menos desenvolvidas, mas que apresentam grande potencial de crescimento e desenvolvimento econômico.

Na ausência de tais políticas, a abertura comercial provoca efeitos danosos à economia: forte incremento das importações, gerando dificuldades para a balança comercial, enfraquecimento da indústria nacional e redução da participação da indústria no total do PIB. A indústria brasileira foi de certa forma prejudicada pela competição com os produtos estrangeiros, os quais tinham maior conteúdo tecnológico e eram oriundos de países com mão de obra mais qualificada, com melhores condições de absorver novas tecnologias por possuírem maior nível capital humano.

Como visto neste estudo, no processo de reorganização da indústria, uma ou outra região pode ter benefícios ou não, com maior ou menor participação no total da indústria. Porém, no agregado, o Brasil está perdendo, pois a participação da indústria no total do PIB apresentou redução ano a ano no período de análise. Já a produtividade do trabalho no agregado se mostrou estagnada, com evidente decréscimo principalmente após 2002.

As evidências empíricas apresentadas permitem concluir que no caso do Brasil a intervenção do governo por meio de políticas de desenvolvimento econômico com integração nacional ainda se faz necessária. Tais políticas devem ser planejadas de acordo com estudos setoriais para que seja possível ao governo identificar as reais necessidades de cada setor da economia nas regiões brasileiras e os respectivos instrumentos financeiros e fiscais que devem ser usados em cada situação. No planejamento estratégico de desenvolvimento econômico do governo, devem ser avaliadas criteriosamente as políticas que afetarão os fatores pelo lado da demanda e pelo lado da oferta, para que se possa atingir um crescimento contínuo, de forma equilibrada, objetivando a diminuição das desigualdades regionais, de forma a atingir um nível de crescimento sustentável.

JUSTIFICATIVA

As desigualdades no crescimento entre as regiões do Brasil afetam o desenvolvimento do país como um todo. A estabilidade macroeconômica alcançada na década de 1990 deveria ter favorecido o crescimento da indústria de forma a direcionar o país para um crescimento econômico sustentável no longo prazo. No entanto, teve efeitos pouco positivos sobre a trajetória de crescimento do país visto pelas suas economias regionais. Os estudos sobre desigualdade econômica regional feitos nas décadas de 1990 e 2000 indicam que as disparidades econômicas regionais no Brasil estacionaram em um nível ainda muito alto.

Modelos de crescimento devem explicar a trajetória das economias ao longo do tempo, considerando tanto fatores ligados à oferta como ligados à demanda agregada, e principalmente as desigualdades regionais. Mesmo considerando que estudiosos do tema, em tese, concordam com essa assertiva, a literatura econômica se desenvolveu a partir de propostas com ênfases ou em restrições de demanda ou em restrições na disponibilidade de fatores de produção como determinantes do crescimento. No mundo real, a demanda e a oferta são analisadas periodicamente, ora evidenciando tendência de crescimento econômico, ora evidenciando estagnação ou recessão.

Conforme Myrdal (1968), uma economia pode ser retratada tanto em um processo de causalção circular em descensão quanto em um processo de causalção circular em ascensão. Em um processo de causalção circular em descensão a demanda interna se reprime e as indústrias locais têm pouco incentivo para produzir. Já um processo de causalção circular acumulativo em ascensão pode ser retratado por uma situação na qual a demanda se move mais rapidamente do que a oferta, os preços se ajustam com certo atraso e as externalidades positivas, como geração de empregos e crescimento econômico, aceleram mais rapidamente a demanda do que a oferta, e essa reage para acompanhar a demanda.

A discussão teórica sobre crescimento econômico envolve pelo menos duas abordagens com ênfases bem diferentes: uma analisa a dinâmica do crescimento sob a ótica da oferta de fatores de produção e outra enfatiza os condicionantes da demanda agregada como determinantes principais do crescimento econômico. Esta tese usa as principais teorias de crescimento endógeno, tanto com ênfase em fatores ligados à oferta como também à demanda, a fim de melhor descrever a dinâmica do crescimento econômico brasileiro no período de 1985 a 2008 sob a ótica regional.

Tendo como fonte de inspiração a rica literatura sobre modelos de crescimento, o foco desta tese é na evolução do crescimento econômico das regiões brasileiras a partir de meados dos anos 1980. O início do estudo na década de 1980 tem por objetivo incluir a análise do período da abertura econômica e, portanto, discutir em que medida a abertura comercial e econômica influenciou no processo de crescimento econômico das regiões.

A presente pesquisa procura investigar a seguinte afirmativa para o caso regional no Brasil: para um modelo de crescimento ser coerente com ciclo virtuoso de crescimento econômico, ele deve considerar fatores determinantes tanto pelo lado da oferta como pelo da demanda.

Levando em conta a afirmativa acima, o objetivo desta tese é fazer um estudo do crescimento econômico regional no Brasil a partir de uma análise conjunta dos fatores determinantes do crescimento econômico tanto pelo lado da oferta como pelo da demanda. A pesquisa procura mostrar como a demanda e a oferta influenciam no crescimento econômico regional desigual. Este estudo tem a finalidade de evidenciar a importância da análise conjunta desses fatores nos modelos de crescimento econômico e na análise das desigualdades regionais. O objetivo é mostrar no estudo as forças da integração das variáveis de demanda agregada e oferta no movimento de convergência ou não do crescimento entre as regiões nas últimas décadas. Em suma, o objetivo será o de identificar os determinantes da diferença de crescimento, lançando luz sobre possíveis estratégias para a redução da acentuada desigualdade econômica regional.

**PROPONENTE**

Rosmari Terezinha Cazarotto

TÍTULO

A geografia do conhecimento na inovação do território: um estudo a partir dos polos de inovação tecnológica Vale do Rio Pardo e Vale do Taquari (RS)

O presente trabalho se propõe a analisar a emergência de novos desafios atribuídos à escala local/regional. Dentre eles destacam-se a produção e difusão de conhecimento, ciência, tecnologia e inovação e a busca por um processo de desenvolvimento integrador de múltiplas escalas. Nesse sentido analisam-se os vetores de manifestação e difusão de C&T e inovação na escala regional, enfatizando a emergência de métodos contemporâneos de transbordamentos de pesquisa da universidade para o território, segundo a natureza do conhecimento – tácito e codificado – e a modalidade de difusão – direta e indireta. Para esse propósito, a partir do método escalar, analisa-se o caso dos Polos de Inovação Tecnológica RS, resultantes da descentralização da gestão em ciência e tecnologia, na qual as universidades públicas e privadas passam a ter uma relação mais próxima com o setor produtivo local/regional apoiado pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

DESCRIÇÃO DETALHADA

Considerando-se que, hoje, ciência, tecnologia e inovação são, fundamentalmente, os vetores mais importantes para a criação de usos econômicos e sociais do território, de forma original, a tese se propõe a analisar como esses vetores se manifestam e se difundem na escala regional.

A pesquisa apresentada contribui para a compreensão do estágio atual das disparidades regionais no Brasil, pois com a intensificação do uso das técnicas e tecnologias as condições de uso do território se alteram sobremaneira e os territó-

rios desprovidos desses meios também acentuam as disparidades regionais. Contudo, com a reforma do Estado, a qual teve como marco legal a Constituição de 1988, ampliaram-se as possibilidades de inserção dos atores locais/regionais nos processos de decisão. Para esse propósito, a partir do método escalar, analisa-se uma política pública correlacionada ao tema C,T&I, o caso dos Polos de Inovação Tecnológica RS, resultantes da descentralização da gestão em ciência, tecnologia e inovação, na qual as universidades públicas e privadas passaram a ter uma relação mais próxima com o setor produtivo local/regional apoiados pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes).

A partir da experiência da regionalização das políticas territoriais de C,T&I, a tese apresenta uma proposta de intervenção no território. Passados mais de 20 anos da implantação do Programa de Apoio aos Polos de Inovação Tecnológica RS, essa política territorial de C,T&I se mantém contínua. Hoje, no RS, os Polos de Inovação Tecnológica tornaram-se um programa de Estado, e não apenas de Governo, considerando que perduram desde 1989. Incorporados ao sistema produtivo regional, tornaram-se um ativo territorial principalmente a partir da ativação de mecanismos institucionais visando à mediação de conflitos, valorização de recursos da região e inserção num projeto de desenvolvimento multiescalar de abrangência estadual. Nesse contexto, C,T&I na escala regional são resultantes de dinâmicas de aprendizagem sociais e institucionais multiescalares, pois envolvem uma pluralidade de atores em seu financiamento, produção, difusão e uso. Quais sejam: governos, universidades, empresas, produtores rurais e prefeituras. Em suma, constata-se que a geração e difusão do conhecimento, ciência, tecnologia e inovação conformam um processo de ações articuladas entre múltiplos atores de múltiplas escalas geográficas, os quais têm estratégias em comum visando ao desenvolvimento na escala regional.

Este trabalho poderá contribuir com a Fase II da PNDR, pois analisa uma experiência de descentralização e articulação multiescalar de políticas de C,T&I e essa política transcendeu aos governos, tornando-se uma política de Estado. Essa boa prática regional em C,T&I, em execução no RS, poderá contribuir para alavancar um planejamento integrador de todo o território nacional. A construção de infraestruturas científicas e tecnológicas na escala regional, no fim da década de 1980, apresentava-se enquanto estratégia de revitalização para as regiões estagnadas e os polos apontavam para tal tendência. Ou seja, despontavam enquanto modelos de reestruturação dessas áreas visando a dinamizar a competitividade econômica das regiões frente à emergente economia baseada em conhecimento. Atualmente os Polos de Inovação Tecnológica no RS encontram-se em fase incipiente, não contemplando a produção industrial de alta tecnologia. No entanto, são de significativa importância enquanto difusão territorial da ciência, tecnologia e inovação nas diferentes regiões do Estado do RS, contemplando as regiões mais afastadas da clássica concentração de infraestrutura técnica-científica-informacional na Região Metropolitana. Tal dispersão pelo território emerge por meio de um processo de geração endógena em escala local, de construção das infraestruturas por meio das próprias organizações locais, com apoio financeiro parcial por parte do estado. Os Polos de Inovação Tecnológica estudados geraram, no decorrer dos

anos, uma densa rede de cooperação institucional, a qual, vinculada às infraestruturas técnicas, regula, testa, avalia e autoriza serviços analíticos referentes à qualidade dos alimentos, da água, dos solos etc., no sentido de qualificar os produtos e processos de produção de cada região. A tese constata que a capilarização das ações de inovação é perceptível num raio de alcance local e regional no âmbito do sistema produtivo.

Para a análise dos indicadores de geração e difusão da C,T&I propostos na tese, segundo a natureza do conhecimento – tácito e codificado – e a modalidade de difusão – direta e indireta na escala regional –, fez-se uma amostra intencional da pesquisa empírica considerando como critérios os projetos mais representativos quanto à evidência da criação de novos usos econômicos, políticos, sociais e ambientais do território. A tese apresenta muitas constatações, como: implantação e testes nas propriedades agrícolas de técnicas inovadoras no cultivo de frutas, com controle ecológico de pragas e doenças; criação de um filtro para a desfluoretação da água por meio de um sistema eficiente e de baixo custo, que possibilita a adequação da qualidade da água dos poços artesianos da região ao consumo humano; criação do processo de produção, cultivo, industrialização e venda do cogumelo *Agaricus blazeimurill*, considerado um importante complemento alimentar natural; e melhoramento no padrão de qualidade do processo de produção e extração de erva-mate obedecendo às normas de conservação do ecossistema da Mata Atlântica. Dentre os projetos analisados, a consideração com o meio ambiente e a sustentabilidade ambiental foram fatores considerados determinantes para o processo de desenvolvimento.

Concluiu-se que a manifestação e difusão de C,T&I nos diferentes contextos sociais e espaciais não se dá de forma natural. É um processo que precisa ser movido a partir de um conjunto de ações entre os atores públicos e privados. O desafio é o de inserir as políticas de C,T&I no contexto de um processo de desenvolvimento integrador das múltiplas escalas de gestão e poder.

JUSTIFICATIVA

Desde já, menciona-se que este trabalho, em 2011, recebeu Menção Honrosa no 3º Prêmio Políticas Públicas e Cidadania: Avanços Práticos, da Fundação Getúlio Vargas. Considera-se o presente trabalho compatível com os objetivos propostos pelo Prêmio Nacional de Desenvolvimento Regional no Brasil, pois, partindo da preocupação com as desigualdades do nível de vida nas regiões brasileiras, se propõe a analisar a emergência de novos desafios atribuídos à escala local/regional. Considerando-se que, hoje, ciência, tecnologia e inovação são, fundamentalmente, os vetores mais importantes para a criação de usos econômicos e sociais do território e que os territórios desprovidos desses meios também acentuam as desigualdades, se propõe a analisar de forma original como esses vetores se manifestam e se difundem na escala regional. Nesse sentido, apresenta contribuições teóricas e as evidências empíricas a respeito da inovação territorial pautadas nas dinâmicas de aprendizagem sociais e institucionais multiescalares. Para esse propósito, a partir do método

escalar, analisa-se o caso dos Polos de Inovação Tecnológica RS, criados em 1989, resultantes da descentralização da gestão em ciência e tecnologia, na qual as universidades públicas e privadas passaram a ter uma relação mais próxima com o setor produtivo local/regional apoiados pelos Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes). A principal intenção da criação dos polos foi, e ainda é, a de dinamizar a competitividade das regiões frente à emergente economia baseada em conhecimento que se acelerou na década de 1980. A tese procura evidenciar a importância das articulações, da criação de estratégias institucionais nas diversas escalas de poder e gestão com vistas a criar e pôr em prática ações que se desenvolvem em conjunto, poderão ser mais promissoras. O Estado brasileiro continua sendo o ator principal da produção do território, mas ainda está faltando um planejamento nacional integrador. Destaca-se que as competências legais para a criação de mecanismos e instrumentos de ordenação das ações dos diferentes atores no sentido de buscar a integração das ações no território nacional encontram-se na Constituição federal de 1988, especificamente em seu artigo 21, inciso IX, quando infere que compete à União elaborar e executar planos nacionais e regionais de ordenação do território e de desenvolvimento econômico e social.

Face à flexibilização do Estado, a partir da década de 1980, novos atores da sociedade civil e do mercado nas escalas locais/regionais passam a ter um papel mais ativo na gestão do território, juntamente com os atores das escalas estadual e nacional. Nesse processo, o papel da inovação tecnológica que estava mais atrelada ao plano nacional e estadual é descentralizado, passando a interagir com os poderes das escalas locais/regionais. Nesse sentido, um planejamento nacional integrador das múltiplas escalas de poder e gestão possibilitará um processo de desenvolvimento mais promissor, considerando que os recursos são disputados e tem mais força quem dispõe de meios para mobilizá-los. A experiência dos Polos de Inovação Tecnológica RS poderá contribuir enquanto medida orientadora de atuação prática ou proposta de intervenção no território no que diz respeito à criação de ações multiescalares articuladas voltadas para a criação e difusão de ciência, tecnologia e inovação nos diferentes pontos do território brasileiro.

CATEGORIA 1**Produção do Conhecimento Acadêmico – Mestrado****PROPONENTE**

Deborah Werner

TÍTULO

Desenvolvimento regional e grandes projetos hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira

O objetivo desta pesquisa é analisar o processo de instalação dos grandes projetos hidrelétricos na expansão setorial recente, em que as questões socioambientais tornam-se relevantes na compatibilização dos projetos ao desenvolvimento regional. Para tanto, o estudo examina o processo de instalação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira, situado no município de Porto Velho, em Rondônia. A pesquisa foi feita a partir da análise bibliográfica e documental do setor elétrico brasileiro, considerando sua constituição e evolução histórica entre as décadas de 1930 e 2000, com o intuito de compreender a partir de que momento e por que razões a vertente ambiental passou a ser considerada como componente estratégica do planejamento setorial, aspecto evidente no caso analisado. Foram analisadas as seguintes informações: justificativa da implantação dos empreendimentos; documentos atinentes ao planejamento setorial, ao processo de licenciamento e à legislação ambiental; participação social no processo de licenciamento; e, de uma perspectiva quantitativa, as transformações verificadas no município de Porto Velho, com ênfase nas informações sobre mercado de trabalho e finanças municipais. Os resultados da pesquisa indicam que o processo de instalação dos projetos é permeado por questionamentos acerca do modelo de desenvolvimento a que eles atendem. Apesar do discurso em prol do desenvolvimento regional, tais projetos aprofundam o modo histórico de apropriação dos recursos amazônicos, vinculados aos setores primário-exportadores. Por esse aspecto, o instrumento de licenciamento ambiental torna-se limitado para promover a compatibilização dos projetos ao desenvolvimento regional sustentável, apesar de ter sido o instrumento usado no âmbito do Complexo Madeira para tratar desse aspecto.

DESCRIÇÃO DETALHADA

A dissertação de mestrado “Desenvolvimento Regional e grandes projetos hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira” teve como objetivo analisar o processo de instalação dos grandes projetos hidrelétricos no recente período de expansão do setor elétrico, em que as questões sociais e ambientais tornam-se relevantes ao processo decisório de implantação dos empreendimentos. Considerando que os recentes planos de expansão setorial concentram seus projetos hidrelétricos na Amazônia, a principal fronteira hidroenergética do país, o presente trabalho analisa o processo de instalação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, no rio Madeira,

situadas no município de Porto Velho, em Rondônia. As hidrelétricas, componentes do Complexo Madeira, irão acrescentar juntas 6.450 MW ao Sistema Interligado Nacional (SIN).

A análise do Complexo Madeira justifica-se nesta dissertação por dois motivos principais: os empreendimentos marcam a retomada da expansão do setor elétrico após a reformulação do marco regulatório de 2004; e seu planejamento pretendeu incorporar o paradigma da sustentabilidade como forma de articular a instalação dos projetos ao desenvolvimento regional. Esses dois elementos devem ser analisados à luz dos compromissos assumidos pelos empreendedores e da legislação ambiental vigente.

O histórico de expansão do setor elétrico por meio de grandes projetos hidrelétricos confronta o caráter de energia limpa e renovável atribuído à matriz energética brasileira, em virtude das consequências sociais e ambientais decorrentes da instalação daqueles projetos, o que coloca em questionamento a capacidade de esses empreendimentos contribuir para o desenvolvimento das regiões em que se inserem. No entanto, o planejamento setorial incorporou explicitamente no projeto das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau a proposta de articular a instalação da infraestrutura energética a um novo padrão de ocupação territorial, o que fornece um rico campo de análise dos projetos em questão.

A originalidade do trabalho e a relevância das conclusões auferidas relacionam-se à análise crítica desenvolvida sobre o modelo de intervenção regional engendrado pelo setor elétrico, que considera a articulação público-privada e o paradigma de sustentabilidade como meios capazes de promover o desenvolvimento regional. O estudo de caso das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau permite identificar os aspectos que diferenciam ou equiparam o período recente de expansão setorial (após o marco regulatório de 2004) ao processo de expansão predominante no período desenvolvimentista (1930-1980). Assim, com notável lastro histórico, a análise permitiu verificar em que medida os grandes projetos hidrelétricos, atualmente, são capazes de compatibilizar sua instalação com a promoção do desenvolvimento regional sustentável.

De acordo com a bibliografia adotada pela dissertação, a instalação de grandes usinas hidroenergéticas foi acompanhada do discurso que envolve a capacidade de grandes projetos de investimento promoverem o desenvolvimento regional, de modo a se configurarem em detentores do progresso e da modernidade, uma vez que vinculariam a região aos centros dinâmicos do país. No entanto, além da degradação social e ambiental verificada nas regiões receptoras de grandes projetos hidrelétricos, os recursos energéticos viriam a servir ao dinamismo econômico de regiões distantes daquelas em que se instalaram as usinas energéticas, de modo que a configuração do setor elétrico estabeleceria regiões fornecedoras e regiões consumidoras de energia, refletindo o padrão desigual de desenvolvimento regional brasileiro.

Os recentes planos de expansão setorial reforçam tal configuração ao estabelecer a Região Norte como jazida energética do país, concentrando 64% da ampliação energética via hidrelétricas na bacia Amazônica. O caso de Santo Antônio e

Jirau expressa o caráter exógeno desses empreendimentos, uma vez que, concomitantemente a sua instalação, será construída uma linha de transmissão de 2.350 km entre Porto Velho (RO) e Araraquara (SP).

Por outro lado, o planejamento das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, ao estar vinculado à Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), estaria articulado a um projeto reestruturante em termos de ocupação territorial, capaz de promover um novo ciclo de dinamismo econômico para a região ao ampliar a infraestrutura de energia e transporte fluvial. Nesse sentido, a proposta de desenvolvimento expressa no Complexo Madeira estaria relacionada à integração competitiva da região amazônica aos mercados globais, de modo que a redução nos custos de transporte e energia viabilizaria a exportação de produtos e proporcionaria o desenvolvimento de novas atividades produtivas na região, inclusive a indústria, outrora incapaz de se desenvolver em decorrência do déficit na oferta de energia.

Pelos aspectos mencionados, a análise do Complexo Madeira permite compreender o modo contemporâneo de estruturação e gestão territorial atribuído aos grandes projetos de investimento. Considerando o atual estágio das disparidades regionais no Brasil, verifica-se um aprofundamento do papel de plataforma de exportação de recursos territoriais atribuído à região amazônica, favorecendo a determinação de processos de acumulação externos a ela, o que reforça, em vez de combater, as disparidades regionais que marcam o desenvolvimento brasileiro.

No que se refere à problematização de políticas públicas ou outros mecanismos de atuação governamental, a análise das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau concentra suas considerações no modo como se articulam as políticas ambientais e do setor elétrico e atesta a preponderância conferida aos empreendedores privados no processo de intervenção regional atribuído aos grandes projetos hidrelétricos.

Nesse sentido, a pesquisa permite afirmar que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) se configura em um mecanismo de intervenção regional no escopo dos grandes projetos hidrelétricos, em decorrência da abrangência dos diagnósticos social, econômico e ambiental feitos e das medidas propostas para mitigar e compensar os impactos causados pelos empreendimentos. Uma vez que o EIA é elaborado pelos proponentes dos empreendimentos para cumprir as condicionantes estabelecidas pelo processo de licenciamento ambiental, pode-se afirmar que, em termos de política pública, a política ambiental brasileira confere protagonismo ao empreendedor no que se refere ao reordenamento territorial, ao atribuir aos projetos a possibilidade de superar as debilidades sociais e econômicas das regiões atingidas por barragens por meio de medidas de mitigação e compensação ambiental condicionadas ao licenciamento dos projetos.

Como consequência, o fato de as regiões serem marcadas por processos precários de ocupação territorial, sem que sejam garantidos direitos fundamentais, faz com que a viabilidade dos empreendimentos seja atestada sob a argumentação da superação das desigualdades regionais, o que arrefece o poder de barganha da sociedade frente aos interesses que envolvem o processo decisório de instalação dos empreendimentos hidrelétricos.

Por esse aspecto, sugere-se, a partir da análise das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, que a precariedade no processo de ocupação das regiões não seja

justificativa para a instalação dos projetos, nem tratada no âmbito do processo decisório deles, pois apenas favorece sua legitimação politicamente, sem permitir que sejam discutidos mais profundamente os danos sociais e ambientais que os projetos envolvem, de modo a arrefecer a discussão democrática a respeito do projeto de desenvolvimento a que os projetos atendem.

Outra questão verificada no caso das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau refere-se à fragilidade do processo de licenciamento. Verificaram-se no caso analisado propostas de flexibilização do arcabouço institucional referente à política ambiental brasileira, com o intuito de dar celeridade à concessão das licenças ambientais em empreendimentos considerados de interesse estratégico para o desenvolvimento do país, o que pode fragilizar o processo de licenciamento e seu órgão ambiental responsável, o Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (Ibama). No caso do Complexo Madeira, agrava-se o quadro dos questionamentos em relação à suficiência dos estudos de impacto ambiental para garantir a minimização dos riscos dos projetos à sociedade e ao meio ambiente. Por esse aspecto, evidencia-se a vulnerabilidade a que está submetido o processo de licenciamento brasileiro, diante dos interesses econômicos e políticos que envolvem o processo decisório de instalação de grandes projetos hidrelétricos no país.

Assim, a despeito do caráter inovador em termos sociais, econômicos e ambientais apresentado no discurso de viabilização do Complexo Madeira, a instalação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau seguiu o mesmo padrão que marca a história do setor elétrico nas regiões: i) a promessa de ampliação de empregos formais tem sido restrita às atividades relacionadas à fase de instalação dos empreendimentos (construção civil e serviços), ou ainda em setores relacionados ao processo de ocupação tradicional da região (extração mineral, agropecuária, pesca e extração florestal), o que compromete o potencial dos empreendimentos de promover um novo processo de ocupação territorial e dinamismo econômico para a região; ii) a elevação na arrecadação de impostos a partir da instalação dos projetos foi expressiva no setor de serviços, com destaque para aqueles relacionados às demandas ocorridas na fase de instalação dos empreendimentos, o que pode ser arrefecido após essa fase; iii) recrudescimento do processo migratório; iv) pressão sobre serviços públicos já deficitários, a partir do fluxo migratório; v) ineficiência das medidas de mitigação e compensação; vi) participação da população no processo decisório de instalação restrita; entre outros aspectos.

Com relação à participação social no processo decisório, a análise do Complexo Madeira permite algumas considerações. Verificou-se que, apesar de o arcabouço institucional restringir a participação social à discussão de impactos e medidas de mitigação de cada projeto de maneira isolada, os conflitos e as lutas socioambientais pressionaram para que o debate em torno dos grandes projetos hidrelétricos contemplasse uma discussão acerca do projeto de desenvolvimento levado a cabo pelo Estado, do qual o setor elétrico é apenas uma expressão. Nesse sentido, o debate em torno das usinas hidrelétricas do Madeira questionou o modo de apropriação do espaço amazônico, que reforçaria a inserção periférica do país, de maneira a posicionar a região como fornecedora de commodities e energia aos circuitos nacionais e internacionais de acumulação.

Portanto, no que se refere às medidas orientadoras de atuação prática ou propostas concretas de intervenção no território, propõe-se a ampliação dos espaços de participação social no processo decisório, de maneira que tal processo supere a negociação referente às medidas de mitigação e compensação e permita que a sociedade participe mais efetivamente das repercussões espaciais do planejamento energético do país, uma vez que ele não se restringe a planejar sua capacidade energética, mas expressa as escolhas acerca do projeto de desenvolvimento regional e nacional.

Em linhas gerais, recomenda-se que a instalação de grandes projetos hidrelétricos seja capaz de superar o caráter de enclave atribuído a eles e se articule a um plano nacional de desenvolvimento regional, capaz de proporcionar às regiões um dinamismo econômico interno e sustentado, bem como promover a internalização dos centros decisórios territoriais, o que requer aprimorar os mecanismos de participação social no âmbito do processo de instalação de grandes projetos de investimento. Vincula-se a isso o fato de que as medidas de mitigação e compensação e os danos sociais e ambientais relativos aos projetos devem ser apresentados de maneira transparente à população envolvida, assim como as ações de remanejamento da população e a ampliação dos serviços públicos devem ocorrer em uma temporalidade que antecede o período de instalação dos projetos, para não incorrer no cenário verificado no município de Porto Velho em decorrência da instalação dos empreendimentos.

Com relação à Fase II da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), ressalta-se que a dissertação não teve como objeto de análise a referida política. No entanto, algumas considerações podem ser feitas. A PNDR Fase II estabelece a necessidade de se elevar a PNDR a uma política de Estado capaz de articular a proposta de política regional ao projeto nacional de desenvolvimento. Para tanto, propõe-se a constituição do Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional (FNDR), cuja finalidade é suprir as regiões estabelecidas como prioritárias às ações da PNDR com recursos voltados para o financiamento de infraestrutura econômica e social, de modo a superar a carência infraestrutural das regiões excluídas do processo de desenvolvimento. Além disso, a proposta referente à PNDR Fase II destaca a possibilidade de que os recursos sejam direcionados ao treinamento e à qualificação da mão de obra, o que proporcionaria a essas regiões não a oferta de mão de obra barata, mas a oferta de mão de obra qualificada e especializada.

A dissertação “Desenvolvimento Regional e grandes projetos hidrelétricos (1990-2010): o caso do Complexo Madeira” evidenciou que as desigualdades regionais atinentes ao processo de desenvolvimento do capitalismo brasileiro se expressam na região de inserção do Complexo Madeira. Por um lado, há a possibilidade de que o projeto de infraestrutura energética contribua para a superação das carências sociais e econômicas, uma vez que mobiliza vultosos investimentos, proporciona a geração de emprego e busca articular a instalação do projeto a condicionantes sociais e ambientais, entre outras medidas. Por outro lado, a necessidade de legitimar a instalação dos empreendimentos nas regiões faz com que os empreendedores sejam os protagonistas no atendimento das demandas sociais, econômicas, políticas e ambientais.

Se por um lado evoca-se a articulação público-privada nesse modelo de intervenção, por outro tem-se que regiões vulneráveis são submetidas à instalação desses projetos como forma de superação do subdesenvolvimento, o que faz com que, diante das carências, reste a essas regiões aceitarem os projetos, a despeito das consequências sociais, econômicas e ambientais a que serão submetidas, muitas das quais ainda desconhecidas quando do processo decisório.

Como consequência, o projeto reafirma seu papel de reestruturador territorial, conforme defendido no projeto das hidrelétricas do Rio Madeira, sem contar, entretanto, com uma ampla discussão e participação social no âmbito da reordenação territorial. Considerando o caráter privado dos projetos, atributo do marco regulatório vigente no setor elétrico, pode-se inferir que o projeto de desenvolvimento estabelecido para as regiões é determinado por lógicas privadas de acumulação, na forma dos empreendimentos.

A constituição de um Fundo Nacional de Desenvolvimento Regional poderia preparar os territórios de inserção de grandes projetos de infraestrutura, a exemplo do Complexo Madeira, minimizando a vulnerabilidade social e econômica dessas regiões e promovendo a internalização do poder decisório às populações envolvidas, para que elas mesmas possam participar da negociação que envolve a instalação dos projetos com poder de barganha equitativo ao conferido ao Estado e aos empreendedores. Dessa maneira, a promoção de infraestrutura social e econômica, bem como a qualificação da mão de obra, entre outras demandas, deixaria de estar vinculada ao empreendimento proposto, como ocorreu no Complexo Madeira, e passaria a ser promovida e coordenada por uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional, por meio dos recursos oriundos do FNDR.

Nesse sentido, a vulnerabilidade social e econômica das regiões não mais seria usada como justificativa para a instalação dos projetos, nem mesmo a superação das condições de desigualdade regional serviria como barganha para a legitimação dos projetos. A população estaria consciente das profundas transformações vinculadas aos empreendimentos e mais bem preparada para discutir os benefícios e as adversidades advindos deles.

Portanto, a viabilização da PNDR vinculada à criação do FNDR torna-se premente ao processo de expansão infraestrutural que se engendra no país e, diante da capacidade de geração de novas territorialidades relacionada a esse processo, a implementação da PNDR possibilitaria coordenar as ações de instalação de grandes projetos de infraestrutura, para que eles mesmos fossem mais do que obras de engenharia e se expressassem como efetivos vetores de desenvolvimento regional.

A perspectiva foi a principal motivação para a feitura da pesquisa ora apresentada, uma vez que o Complexo Madeira expressa em seu projeto a sustentabilidade como principal atributo dos empreendimentos, o que tornaria as hidrelétricas exemplos para a expansão setorial na Amazônia brasileira. Três aspectos principais, consagrados em documentos oficiais, atestam a sustentabilidade do Complexo: i) os investimentos em hidrelétricas contribuem para a manutenção da política setorial em torno da matriz energética limpa, proveniente de fonte renovável, produzida em larga escala, competitiva e de interesse para o país; ii) usa um novo padrão tecnológico na

geração em rios de planície, as turbinas tipo bulbo, equipamentos apropriados para a operação de usinas de baixa queda, o que permite que as usinas construídas em rios de planície, características dos rios amazônicos, promovam redução significativa da área alagada; e iii) a convergência do Complexo Madeira ao plano de ocupação para a Amazônia, do governo federal, expresso no Plano Amazônia Sustentável.

Os atributos que conferem ao Complexo Madeira o caráter de sustentabilidade foram confrontados na pesquisa pelas consequências sociais e ambientais decorrentes da instalação dos empreendimentos, o que evidencia que, para além de questões técnicas, a sustentabilidade apresenta uma vertente política. Para a feitura da análise foi usada a noção de injustiça ambiental, capaz de romper com a idéia hegemônica predominante no debate, que culpabiliza igualmente todos os seres humanos pelos danos ambientais e atribui à distribuição deles um caráter democrático, ou seja, os danos e riscos repercutem igualmente sobre todos os povos.

Diferentemente do caráter democrático atribuído à crise ambiental, a noção de injustiça ambiental identifica que danos socioambientais causados por uma apropriação privada dos recursos naturais recaem sobre parcela da sociedade incapaz de usufruir das riquezas. Sob essa lógica, os benefícios de projetos desenvolvimentistas seriam apropriados privadamente, enquanto seus danos distribuídos socialmente, não para toda a sociedade, mas por grupos já vulneráveis em termos sociais. Tais aspectos do processo de desenvolvimento podem ser verificados no Complexo Madeira a partir da pesquisa feita para a dissertação.

Assim, as inter-relações entre o social, o econômico, o político e o ambiental evidenciaram-se como elementos importantes para conferir aos grandes projetos hidrelétricos a compatibilidade com o desenvolvimento regional, como pode ser verificado na análise do Complexo Madeira.

JUSTIFICATIVA

A submissão da presente dissertação ao Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida justifica-se por contribuir para o debate a respeito do desenvolvimento regional ao buscar compreender as inter-relações entre a instalação de grandes projetos hidrelétricos e o desenvolvimento regional dos territórios em que se inserem. Nesse sentido, verificou-se que, em termos da magnitude dos investimentos e das transformações sociais, econômicas e ambientais, tais projetos se configuram em intervenções reestruturantes das regiões em que se localizam.

Com relação ao modo de intervenção, a parceria público-privada tem marcado a atuação territorial do setor elétrico no recente período de expansão, como pode ser constatado na análise do Complexo Madeira, e permite a compreensão do modo como se articulam a União, os estados, os municípios e o setor privado para intervenções territoriais engendradas pela instalação de grandes projetos hidrelétricos. Nesse sentido, destacam-se as articulações entre os entes federativos como forma de compatibilizar as ações em múltiplas escalas visando à promoção do desenvolvimento regional sustentável. Isso pode ser verificado pela atuação de instituições federais, estaduais e municipais na instalação do Complexo Madeira.

A instalação das hidrelétricas do Madeira contou ainda com parcerias entre instituições públicas e privadas, como expresso nos convênios firmados com o Sistema S (Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial e Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial) para promover o aprimoramento da mão de obra local e a especialização de empresas para o fornecimento de bens e serviços durante a instalação dos empreendimentos; e na participação de instituições como a Fundação Universidade Federal de Rondônia (Unir), o Museu Paraense Emilio Goeldi e organizações não governamentais, entre outras, nos estudos de viabilidade e de impacto ambiental, bem como na implementação de medidas de mitigação e compensação.

Com relação ao potencial de transformação macrorregional e sub-regional, dois aspectos podem ser enfatizados a partir da instalação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau: a instalação dos empreendimentos está vinculada à Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA), o que revela a abrangência atribuída ao que se compreende como “regional” nos referidos projetos, uma vez que extrapola as fronteiras nacionais e se refere à integração com os países limítrofes, com o intuito de promover a integração competitiva dos países ao mercado internacional; e, por outro lado, é destacado o potencial dinamizador dos projetos para o Estado de Rondônia, marcado por um processo de ocupação desordenada do território. Portanto, o estudo de caso do Complexo Madeira permite dar visibilidade às práticas regionais em execução no país e revela o modo contemporâneo de intervenção territorial promovido por grandes projetos de investimento, a exemplo do setor elétrico. Ressalta-se a necessidade de ampliar a participação social, com o intuito de fortalecer a democracia e socializar os benefícios dos referidos investimentos.

No que se refere à identificação de projetos inovadores, com potencial de promover a dinamização econômica e inclusão produtiva, destaca-se que o planejamento das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau buscou superar o caráter setorial de instalação da infraestrutura energética e engendrar um novo processo de ocupação territorial, de modo a transformar a realidade socioeconômica e se articular ao desenvolvimento regional sustentável.

Tais potencialidades se expressam a partir da modernização da infraestrutura de energia e transporte; da geração de emprego, com ênfase no treinamento da mão de obra local, para que os benefícios dos empreendimentos permanecessem na região; da elevação dos recursos financeiros para município, estado e União, pelo uso dos recursos hídricos; das compensações socioambientais e financeiras, que permitem o aprimoramento da oferta de serviços públicos e elevam os recursos disponíveis para investimentos públicos; e da vinculação dos projetos à integração regional sul-americana de inserção competitiva no mercado internacional. Portanto, é possível identificar na instalação das hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau, a despeito das limitações apontadas na análise, um potencial transformador da realidade regional em suas múltiplas escalas.

Pelos aspectos mencionados, o estudo de caso do Complexo Madeira permite ampliar a discussão e implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional, principalmente no que se refere à necessidade de que a intervenção territorial de obras de infraestrutura, a exemplo dos grandes projetos hidrelétricos, sejam coordenadas por uma política ampla de desenvolvimento regional, atualmente restritas à política ambiental.

**PROPONENTE**

Priscila de Góes Pereira

TÍTULO

Dificuldades de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), impasses, embates e conflitos. Uma contribuição ao debate

A pujança e a exceção: os dois lados do Brasil

Atualmente, o Brasil ocupa uma posição de destaque no cenário mundial digna de registro. Sua extensão territorial soma 8,5 milhões de quilômetros quadrados e o coloca entre os cinco maiores países do planeta. A posição geográfica privilegiada, fronteiriça com 10 países na América do Sul, lhe confere vantagens logísticas numa época caracterizada pela consolidação de economias regionais. Além disso, de acordo com estimativas da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a população brasileira ultrapassa hoje a ordem dos 190 milhões, colocando o país no quinto lugar mundial, atrás apenas de China, Índia, Estados Unidos e Indonésia. Avançando um pouco mais nessa caracterização, vale mencionar que em 2008 o Produto Interno Bruto Brasileiro (PIB) correspondeu a R\$ 2,9 trilhões, tendo acumulado um crescimento de 5,1% no período (IBGE, 2009). De acordo com o ranking das maiores economias globais, divulgado pelo Banco Mundial em 2007, o Brasil ocupava o décimo lugar numa lista de 162 países. Entre os investidores, o país se destaca por ter hoje a mais diversificada base industrial da América Latina e do Caribe (RICUPERO, 2007), sendo um dos maiores produtores e exportadores de recursos minerais brutos e processados e se consolida entre um dos mais importantes fornecedores de proteína (em suas diversas formas) ao mundo. Destaca-se também o fato de o país abrigar a maior floresta equatorial do planeta; ter grandes depósitos de reservas minerais; conter aproximadamente 12% da água doce disponível para consumo humano e concentrar 20% das terras agricultáveis no mundo. Alguns números pouco conhecidos da economia brasileira merecem destacada menção. O Brasil é o primeiro produtor mundial de jatos regionais e o quarto produtor mundial de aeronaves comerciais. Sua produção de aço ocupa o oitavo lugar, com uma capacidade estimada de 27 milhões de toneladas por ano.

Esse Brasil grande economicamente, competitivo e produtor de riquezas é pouco conhecido pela maioria dos brasileiros. Isso porque o país apresenta uma outra posição de destaque no cenário mundial. O Brasil é o décimo país mais desigual dentre 126 países. Essa posição alarmante, divulgada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), por meio do Relatório de Desenvolvimento Humano, divulgado em 2006, foi motivo para comemoração, pois, em 2004, o país alcançava a quarta posição nessa mesma lista. O referido relatório constata um dos mais antigos problemas brasileiros: a desigualdade. Desigualdade essa expressa na renda pessoal, nas oportunidades de acesso aos serviços públicos, na qualidade de vida dos brasileiros e em sua diferenciação espacial interna.

Um país com destaques econômicos importantes, como os apresentados nos parágrafos acima, evidencia outra e contraditória face. A sequência das figuras a seguir ilustra parte dessa contradição.

Como as figuras 01, 02 e 03 ilustram, há um Brasil pujante e outro Brasil assolado por mazelas inaceitáveis. Dados referentes a 2006, divulgados pelo IBGE, mostram que apenas 50,99% da população brasileira, com 15 anos ou mais de idade, tem oito anos ou mais de estudo. Em 2007, constatou-se a existência de 9,1% de analfabetos brasileiros com 10 anos ou mais de idade. Também nesse ano, a instituição identificou que 8,55% das crianças entre 10 e 14 anos estão ocupadas, quando o trabalho infantil é considerado proibido no país. Em 2008, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) divulgou o relatório anual de monitoramento das metas globais para a educação. O documento avaliou a situação de 129 países e o Brasil ocupou a 80ª posição no ranking, atrás da Colômbia (79ª) e da Turquia (78ª). De acordo com o relatório, o país deve atingir a meta de universalização do ensino primário, mesmo tendo ainda meio milhão de crianças fora da escola, mas precisa superar alguns graves problemas relacionados à educação, dentre eles: a alta taxa de analfabetismo entre os adultos (0,896) e o alto índice de evasão escolar (0,805). O relatório mostrou ainda que o Brasil detém o segundo índice de repetência escolar da América Latina, com 18,7% na escola primária, e que aproximadamente 60% dos estudantes matriculados no ensino médio obtiveram desempenho considerado ruim nos exames internacionais de avaliação da educação.

No que se refere à oferta de saneamento básico, o RDH, divulgado em 2006, mostrou que o país oferece esgoto a 75% de sua população e cerca de 90% dos brasileiros dispõem de abastecimento de água potável. No entanto, o mesmo relatório aponta que os 20% mais ricos da população desfrutam desses serviços de forma comparável aos padrões vigentes nos países ricos, enquanto que os 20% mais pobres têm uma cobertura inferior ao que se observa no Vietnã. No cenário mundial o Brasil ocupa a 67ª posição no ranking de saneamento, numa lista de 149 países, que deixa de fora 24 países de Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) elevado.

Em 2008, estudo feito pela Fundação João Pinheiro, a partir de dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) de 2006, mostra que o déficit habitacional brasileiro corresponde a 14,5% relativo ao estoque de domicílios. Isso significa que há um déficit aproximado de oito milhões de moradias. A pesquisa mostrou também que em 40% dos domicílios das regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste predomina a ausência de atendimento adequado em um ou mais serviços básicos, como iluminação elétrica, rede geral de abastecimento de água, rede geral de esgotamento sanitário ou fossa séptica e coleta de lixo (Assessoria de Comunicação do Ministério das Cidades, 23/10/2008).

Os dados acima, somados ao quadro ilustrado pelas figuras 01, 02 e 03, mostram que o Brasil pujante economicamente compõe parte de uma realidade que é restrita a poucos brasileiros. Uma pesquisa divulgada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em maio de 2008 alerta que os 10% mais ricos da população brasileira abocanharam o equivalente a 75,4% da riqueza nacional, mas contraditoriamente os brasileiros pobres chegaram a pagar 44% a mais de impostos do que os brasileiros ricos.

DESCRIÇÃO DETALHADA

A relevância e a originalidade da dissertação sob análise podem ser justificadas por meio do seguinte trecho extraído dela:

Se considerarmos o percurso da PNDR de 2003 até os dias de hoje, será possível perceber que ela ainda não se viabilizou enquanto política pública. A proposta apresentada em 2003 se assemelhava mais a um conjunto de diretrizes gerais cuja finalidade era colocar na mesa alguns pontos iniciais para o aprofundamento de um debate que culminaria na consolidação dos efetivos termos de uma Política Nacional de Desenvolvimento Regional. O Decreto nº. 6.047 (de 22 de fevereiro de 2007) nem de longe expressou o resultado desse processo e, de fato, não poderia fazê-lo, porque esse processo não fora amadurecido. Dito de outra maneira: a proposta apresentada em 2003 para discussão, na prática, não ultrapassou o status de um documento propositivo.

Apesar disso, não se pode negligenciar o fato de algumas outras questões terem pegado carona na PNDR e, com isso, terem encontrado condições para avançar independentemente dela. Esse foi o caso das superintendências e da tipologia microrregional originada nos trabalhos de Galvão e Vasconcellos em 1999. O avanço dessas duas questões, independentemente dos avanços relacionados às premissas da Política, constituiu problema ainda mais grave na medida em que o FNDR não se viabilizou. O fundo asseguraria o processo de reinvenção da Sudene e da Sudam enquanto instituições de desenvolvimento regional reformuladas para atuar num novo contexto. Se isso seria suficiente para imbuir superintendências de um sentido novo, sem o fundo e fora daquele contexto, dificilmente saberemos.

O avanço da tipologia sem o fundo e descolado das premissas da Política não permitiria acreditar que hoje ela (a tipologia) fosse a referência mais citada em relação à PNDR. A tipologia deveria, a princípio, indicar áreas de prioridade para a PNDR, tendo em vista que o FNDR financiaria programas de desenvolvimento regional orientados para essas áreas. Por isso, a tipologia sem o fundo não apresentava condições de se viabilizar. O segundo objetivo da tipologia seria o de constituir um dos elementos que incidissem sobre o escopo de atuação das demais políticas setoriais. Tendo em vista que as demais premissas da PNDR seriam levadas a cabo, a decisão da alocação dos investimentos setoriais refletiria uma decisão integrada e compartilhada com outras ações de governo. Uma vez que as premissas não se consolidaram, o uso da tipologia pelas demais instituições de governo tende a se limitar ao cumprimento de uma obrigação quando essa lhe é imposta. Mesmo em face desses inconvenientes, a tipologia se sobressaiu em relação à Política.

Essa situação tem implicações contraditórias. Se, por um lado, a tipologia tende a divulgar a existência de uma PNDR, o faz para, logo em seguida, incutir-lhe ares de incoerência. Os programas mesorregionais não se adequaram às premissas da PNDR e há municípios de alta renda sendo contemplados com esses programas. Pois bem, os fundos constitucionais, apesar de alguns esforços empreendidos, ainda apresentam pouca aderência à Política.

Os estados e os municípios recorrentemente contestam a metodologia da tipologia e questionam o caráter de prioridade incidido em parcelas do território que estão sob gestão deles. Alguns estados defendem a tese de que a tipologia não reflete as prioridades do planejamento estadual e das populações que residem naquelas áreas. Ademais, a tipologia não exclui, mas também não prioriza, as áreas brancas (caracterizadas como de alta renda), fato que parece pouco coerente para uma política nacional. Há uma lista de outras questões sobre a tipologia da PNDR de extrema relevância e que precisaria ser problematizada.

Dentre elas destacam-se, principalmente, as questões relacionadas às variáveis usadas e cruzadas para conformar o espectro da tipologia. No entanto, aprofundar essas questões não faria sentido antes de questionar para que as áreas estagnadas, dinâmicas e de baixa renda são prioritárias. Para nada, ensinou a experiência do Sul Fluminense referida no início desta dissertação, uma vez que a Política não dispõe de instrumentos aderentes a ela. Mas o FNDR está sendo negociado no âmbito da reforma tributária, de maneira que, se aprovado, deverá seguir diretrizes da PNDR. Como, infelizmente, essas diretrizes têm sido reduzidas à aplicação fria de uma tipologia microrregional, seria necessário iniciar já seu processo de reformulação, de maneira que, preferencialmente, envolvesse os “tipificados” por ela, que, em tese, seriam também os possíveis beneficiários da Política.

PROBLEMATIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS

Nesse cenário, o papel do planejamento governamental e das políticas públicas é não apenas fundamental, mas decisivo para reduzir as desigualdades socioespaciais. Imbuído do espírito de construir um Brasil para todos os brasileiros, o atual governo empreendeu um conjunto de iniciativas (políticas, programas, estudos) que privilegia a escala nacional e ressalta, dentre seus objetivos, o compromisso com a redução das desigualdades sociais e regionais que pesam sobre o país. A seção seguinte aponta algumas dessas iniciativas, a saber: PNDR, Programa Bolsa Família, A Dimensão Territorial no Planejamento Governamental, o Programa Territórios da Cidadania e a Política de Desenvolvimento Produtivo.

Pelo exposto nesta síntese, e sobre o que se pode encontrar em detalhe no documento anexo, ficam evidentes as correlações desta dissertação com o desenvolvimento da Fase II da PNDR, com a orientação prática das políticas públicas no território, conforme prevê o edital de premiação.

JUSTIFICATIVA

A contemporaneidade da pesquisa com a fase II de Elaboração da PNDR.

Os dados e as análises atuais referentes a um conjunto de políticas públicas com impacto no território.

A originalidade da pesquisa em função da efervescência dos debates em torno do desenvolvimento regional e do aprimoramento dos instrumentos de ação governamental.

Outras justificativas podem ser claramente encontradas no documento em anexo.

**PROPONENTE**

Edson Luiz Cogo

TÍTULO

Avaliação dos processos de descentralização nos estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul: o marco jurídico como respaldo à participação social

Um novo modelo de gestão pública com participação social vem ganhando espaço em estados da federação, como em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, conceituado doutrinariamente como política de descentralização e/ou desconcentração do poder governamental. A alteração de paradigmas dentro de um modelo estatal centralizador e concentrador do poder é altamente complexa, mas começa-se a mudar a realidade. Os mecanismos para as políticas de descentralização foram implantados na Constituição federal de 1988, que surgiu na estrutura jurídica brasileira com uma proposta de cunho democrático e de ampla participação da sociedade, valorizando o capital social após um longo período de repressão dos direitos individuais e políticos, por força do regime de exceção implantado em 1964 e que vigorou até 1985. Parte-se de uma conceitualização teórica acerca de democracia e suas variações, iniciando-se por Estado, federalismo, políticas públicas e participação social, antes de ingressar no assunto objeto de estudo, para então fazer-se a distinção entre descentralização e desconcentração. Estabelecidos os conceitos, estudam-se os marcos jurídicos da legislação estadual, pertinente aos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul, que nas suas constituições estaduais implementaram políticas descentralizadoras de poder. No capítulo final, analisam-se criticamente os resultados da aplicação dessas legislações na atualidade, considerando a possibilidade da participação social, a partir de seus marcos jurídicos, em que, consideradas as realidades distintas vividas pelos dois estados da federação, encontrou-se uma maior possibilidade de participação no Estado do Rio Grande do Sul por meio dos Coredes e em Santa Catarina uma mais reduzida possibilidade por meio das Secretarias de Desenvolvimento Regional.

DESCRIÇÃO DETALHADA

O tema da descentralização estatal está umbilicalmente ligado ao desenvolvimento regional e, com isso, a possibilidades de crescimento da região em diversos segmentos, sejam eles econômicos, sociais ou culturais.

A pesquisa efetuada é inédita ao comparar os dois estados da federação no que diz respeito às possibilidades de possibilitar a participação social com vistas ao desenvolvimento regional. Nos estados de Santa Catarina e do Rio Grande do Sul há expressa previsão legal no sentido de participação social nas decisões da gestão pública, porém em menor ou maior escala. Em Santa Catarina existe uma legislação complementar estadual desde 2005 (com novas edições) que prevê todo o processo ao instalar as Secretarias de Desenvolvimento Regional em regiões

predeterminadas pela própria legislação, fazendo com que esses órgãos governamentais funcionem como “braços” do próprio Executivo dentro das regiões, ao passo que no Rio Grande do Sul a legislação estadual existe desde 2004, porém não está atrelada ao Executivo estadual, que criou os Coredes (Conselhos Regionais de Desenvolvimento), permitindo às regiões a tomada de decisões com vistas ao seu desenvolvimento local. Enquanto em Santa Catarina a participação é controlada pelo Executivo estadual, pois todo cargo destinado à sociedade civil passa pelo crivo do governo do estado, no Rio Grande do Sul não há esse controle, permitindo-se uma maior atuação dos integrantes da sociedade; porém não há até hoje um entrosamento entre os Coredes e o governo estadual. As SDRs funcionam com toda a estrutura dos órgãos governamentais, instaladas em prédios públicos e com apoio de funcionários públicos pagos pelo estado; têm todo o respaldo para funcionamento advindo do orçamento estadual, ao passo que os Coredes funcionam precariamente, normalmente onde trabalha seu presidente (empresas privadas e universidades, por exemplo) sem apoio estadual, os seus membros não recebem salários para trabalhar em prol da sociedade e as verbas destinadas pelo estado correspondem a índices ínfimos do orçamento estadual.

Efetuiu-se um quadro comparativo entre as duas legislações, trazendo os detalhes que elas têm em comum e os detalhes que as diferenciam.

Com relação à participação social nos dois estados da federação, analisou-se de onde vêm os representantes dos órgãos que compõem os Conselhos em Santa Catarina, em sua maioria provenientes de associações representativas de empresários, cujos interesses em jogo nem sempre são os mesmos interesses das classes menos representadas. No Rio Grande do Sul há ampla mobilização social, com participação das universidades no processo de desenvolvimento e representantes de diversos segmentos da sociedade, com representação das minorias. Percebeu-se que, mesmo com essa amplitude da participação social, no Rio Grande há uma maior possibilidade de representação na gestão pública, porém o problema é o mesmo que aflige o mundo todo quando diz respeito à divisão do poder, seja ele local ou regional, demonstrando a história daquele estado, em que chegou até mesmo a ocorrer embate judicial entre o governo do estado e os Coredes acerca da ingerência exercida pelo Executivo. Atualmente os governos procuram manter uma política de boa-vizinhança para não comprometer a democracia e para não ficarem com a imagem prejudicada perante a sociedade.

As duas situações apresentadas na pesquisa trazem ideias novas e modelos diferentes de participação social na gestão pública, servindo como um norte na implantação de políticas públicas com fins descentralizadores. Não são fins em si mesmos, mas podem servir de orientação para novas políticas de descentralização estatal. Verifica-se que a abertura para a participação da sociedade civil só tem a contribuir para o desenvolvimento regional e local, fazendo com que novas ideias surjam e afastem um pouco daquele modelo arraigado de decisões tomadas verticalmente, no qual a única participação da população é exercer o seu direito de voto nas eleições a cada quatro anos e depois é esquecida nos

quatro anos seguintes, tendo a obrigação de acatar todas as decisões tomadas pelo centro do poder.

As políticas públicas apresentadas nos dois estados são propostas que foram implementadas, porém não são equações matemáticas que trazem resultados imediatos, pois esses só serão vistos a longo prazo, mas trata-se de medidas inéditas e inovadoras no que diz respeito à divisão do poder.

O objeto da pesquisa se adéqua ao modelo sugerido de acordo com a Fase II da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (2011-2015), ou seja, o envolvimento efetivo dos atores sociais nas três esferas do poder: municipal, estadual e federal, visando à concepção e implementação de políticas públicas que contemplem uma ampla participação da sociedade, considerando aí a sua representação nos mais variados segmentos. A própria Constituição federal em seu artigo 43, contempla a promoção e o fomento do desenvolvimento regional pelos estados, que, com base nessa premissa constitucional, começaram a adotar métodos práticos para permitir a implementação de políticas nesse sentido em suas constituições estaduais e legislações. A importância do estudo mostra-se maior quando é o próprio Estado que permite aos entes federados a adoção de medidas que tratem desigualmente os desiguais, visando a equilibrar de certa forma as gritantes disparidades regionais existentes no Brasil. Uma dessas medidas tomadas e que foram estudadas neste trabalho é a gestão pública com vistas à participação social, seja por meio da descentralização ou da desconcentração do poder. À medida que é descentralizado o poder estatal, como vem ocorrendo nos dois estados já citados (recordando que se trata de um processo lento e gradual), começa-se a permitir a participação dos mais diversos atores representantes da sociedade civil organizada, representantes dos governos estaduais e federal, como já vem ocorrendo na prática, para conjuntamente refletir-se sobre tão delicado processo.

A participação social na gestão pública deve levar em consideração que toda e qualquer medida de consenso que venha a se tomar precisa ser refletida conjuntamente, de modo que não se abalem as estruturas fundamentais para o desenvolvimento da região, incluindo-se aí a questão ambiental, de vital importância nesse contexto. O desenvolvimento sustentável, no caso específico da participação social no contexto do desenvolvimento regional, é inserido dentro desse processo, de modo que a sociedade, antes de mais nada, deve observar a legislação própria e assegurar o direito ao meio ambiente sustentável para as próximas gerações, de acordo com a Constituição da República Federativa do Brasil. É impensável querer que a região se desenvolva sem se assegurarem antes os meios necessários para a garantia do meio ambiente equilibrado e sustentável.

JUSTIFICATIVA

A presente pesquisa buscou demonstrar que existem diversos ângulos de análise acerca do desenvolvimento regional, seja sob o aspecto econômico, social, cultural ou legal. No caso específico deste estudo, pretendeu-se demonstrar que

dentro de um estado de direito de cunho democrático a participação da sociedade civil organizada na gestão pública é de suma importância e naqueles estados onde isso ocorre já se veem algumas mudanças ocorridas, embora ainda seja muito cedo para fazer algum tipo de avaliação em maior profundidade. Num país de vasto território como o Brasil, marcado pelas desigualdades regionais em todos os seus cantos, onde predomina a miséria em um lado e a opulência em outro, ninguém melhor do que os próprios atores sociais, pertencentes aos diversos segmentos da sociedade civil organizada para avaliar o que é preciso mudar, o que é preciso construir, o que é preciso melhorar. Não se pode conceber em pleno século XXI que as decisões sejam tomadas em gabinetes de governo, nas capitais, direcionadas às regiões distantes, muitas vezes tomadas por pessoas que nem ao menos conhecem o local onde determinada política vai ser implementada. As regiões, por meio de seus representantes, devem refletir conjuntamente com a sociedade por meio de audiências públicas, nas quais se permite a maior e mais ampla discussão o que é melhor para si em determinado momento. Não foi à toa que se elevou em nível constitucional essa questão, quando a União permitiu aos estados-membros a possibilidade de discutir o desenvolvimento. O que vem ocorrendo em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul por meio das SDRs (Secretarias de Desenvolvimento Regional) e dos Coredes (Conselhos de Desenvolvimento Regional) são práticas que estimulam a discussão e a possibilidade de autogestão dos espaços locais com participação da sociedade civil organizada. As decisões tomadas nos respectivos conselhos com vistas ao desenvolvimento regional são postas em prática, medidas a serem tomadas, recursos a serem aplicados, por exemplo. Essa prática permite que as regiões manifestem o seu pensamento por meio de seus representantes nos respectivos conselhos com transparência e participação da sociedade civil, que é a destinatária final das políticas regionais.

CATEGORIA 2

Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional



PROponentES

Raimundo Nonato Brabo Alves e Moisés de Souza Modesto Júnior

TÍTULO

Roça sem fogo e trio da produtividade da mandioca

A queima da vegetação, na maioria das propriedades, tem sido a opção de preparo de área e a base nutricional dos sistemas de produção praticados na agricultura da Amazônia, sendo a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa na região. As queimadas sucessivas também têm sido uma das causas da redução da produtividade das culturas, principalmente da mandioca, que tem importância social e cultural significativa no Brasil, sendo a base econômica e a segurança alimentar de milhões de brasileiros, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. No Baixo Tocantins-Pará, além das queimadas, os agricultores não adotavam tecnologias para produção de mandioca e a produtividade oscilava entre 9 e 20 t/ha de raiz, muito baixa considerando o potencial da cultura. O grande desafio a ser superado era manter a atividade agrícola na mesma área, reduzindo ou eliminando as queimadas e mantendo níveis de produtividade aceitáveis do ponto de vista econômico, reduzindo ao mínimo a dependência de insumos. Como soluções para o problema foram desenvolvidas as práticas denominadas de Roça Sem Fogo, que consistem no preparo de área sem uso do fogo, usando ferramentas manuais como motosserras, machados e facões, que permitem a adoção por qualquer produtor, independentemente do seu nível econômico, e do Trio da Produtividade da Mandioca, cuja denominação foi criada para facilitar o entendimento pelos agricultores, pois sua adoção não depende de insumos, mas apenas de informação para mudança de hábito dos agricultores. Nos últimos seis anos essas práticas foram difundidas junto com agricultores e técnicos da região para mais de 3.508 pessoas nos municípios de Moju, Acará, Baião, Cameté e Abaetetuba. Foram estabelecidas parcerias com Sebrae, Banco da Amazônia, Emater, prefeituras, sindicatos e associações de agricultores, num projeto de integração entre P&D e o mercado, de modo que deverá se constituir numa eficiente rede de apropriação de tecnologias sustentáveis.

DESCRIÇÃO DETALHADA

Ainda existem entraves básicos que impedem ou dificultam o desenvolvimento da agricultura familiar no Estado do Pará, principalmente na transferência de tecnologia e monitoramento/assistência técnica, por exemplo, e no reduzido número de agricultores familiares com acesso ao financiamento de atividades produtivas ou agrícolas diversificadas. Da mesma forma, as políticas agrícolas, tais como programas para culturas específicas (monocultivo), influenciam a decisão dos produtores e, não raro, podem ser prejudiciais à adoção de tecnologias sustentáveis, pois reduzem a lucratividade relativa das propriedades de agricultores familiares.

No Estado do Pará, cerca de 90% das propriedades e 85% da mão de obra são formados por agricultores familiares, que são caracterizados pelo baixo nível tecnológico e, conseqüentemente, pela baixa produtividade.

A região do Baixo Tocantins, no Estado do Pará, abrange os municípios de Abaetetuba, Acará, Baião, Barcarena, Cametá, Igarapé-Mirim, Moju, Tailândia, Oeiras do Pará, Limoeiro do Ajuru e Mocajuba. O precário sistema de informação rural tem punido os agricultores familiares com a obtenção de colheitas muito abaixo do potencial que o ecossistema pode oferecer. É a região maior produtora de mandioca do Estado do Pará, com área cultivada de 37 mil hectares, produção de 786 mil toneladas de raízes, cuja produtividade média é de 14,7 t/ha (IBGE, 2010). A cultura da mandioca tem uma importância social e cultural significativa no Brasil por ser a base econômica de milhares de propriedades e a segurança alimentar de milhões de brasileiros, principalmente nas regiões Norte e Nordeste. Há 19 anos que o Pará vem se destacando no cenário brasileiro como o maior produtor de mandioca do Brasil (IBGE, 1992 a 2011), porém a produtividade média máxima de mandioca foi obtida em 2006, com apenas 16,17 t/ha.

Na região do Baixo Tocantins a mandioca se destaca como a principal cultura mantida pelos agricultores familiares, porém quase a totalidade dos agricultores não adota tecnologias para produção de raiz de mandioca, plantando com espaçamentos inadequados, sem controle de invasores, resultando em baixa produtividade. Esse quadro se repete ano após ano, em razão de um sistema de cultivo rudimentar envolvendo a limpeza da área com roçagem, queima e coivara da mata ou da vegetação secundária, desprezando fundamentos básicos do sistema de produção.

A queima da vegetação tem sido a base dos sistemas de produção praticados pela agricultura na Amazônia, sendo a principal fonte de emissão de gases de efeito estufa na região. As queimadas ocasionam diversos distúrbios na biodiversidade, muitas vezes invisíveis para a maioria das pessoas, mas que impactam profundamente o equilíbrio dos ciclos dos nutrientes do solo, como nitrogênio, fósforo, potássio, cálcio, magnésio e enxofre. Apesar do alto nível científico atingido em várias áreas do conhecimento, pouco tem sido transformado em tecnologias aplicadas com eficiência econômica e ambiental adequadas aos produtores. As queimadas também têm sido uma das causas da redução da produtividade das culturas, principalmente da mandioca.

Em consequência das queimadas, aliadas ao cultivo rudimentar da mandioca, a produtividade obtida pelos agricultores do Baixo Tocantins oscilava entre 9 e 20 t/ha de raiz, muito baixa considerando o potencial da cultura, pois dependia somente da força de trabalho familiar, da fertilidade natural dos solos e das cinzas das queimadas, forçando os agricultores a abandonarem a área após a colheita de um ou dois ciclos da cultura.

Os agricultores não faziam a seleção de manivas-sementes e adotavam o corte em formato bisel em suas manivas. Logo a seleção de manivas-sementes contribui para um plantio isento de pragas e o corte das manivas deve ser feito o mais reto possível e sem ferimentos, evitando-se o formato bisel, que proporciona muitas perdas na armazenagem e no plantio (TAKAHASHI, 2002). O corte reto também possibilita a produção mais uniforme e de maior número de raízes do que o formato em bisel (MATTOS e CARDOSO, 2003) e, por isso, influencia diretamente na produção de raízes. Da mesma forma

os agricultores não efetuavam o controle adequado de plantas daninhas na cultura da mandioca, que é fundamental para obtenção de alta produtividade de raiz. Pesquisa conduzida no Estado da Bahia por Carvalho *et al.* (2004) indicou que se deve manter a cultura livre de plantas daninhas por um período de 135 dias após a emergência, ou seja, cerca de cinco meses após o plantio da mandioca. Outro problema identificado era que os agricultores não plantavam a mandioca em espaçamentos adequados, sendo que para produção de raízes esses autores recomendam o espaçamento em fileira simples de 1,0m x 1,0m ou em fileiras duplas de 2,0m x 0,60m x 0,60m.

O grande desafio a ser superado era manter a atividade agrícola na mesma área, reduzindo ou eliminando as queimadas e mantendo níveis de produtividade aceitáveis do ponto de vista econômico, sem o uso de insumos, mantendo no longo prazo a vida e a fertilidade do solo. Inúmeros trabalhos de pesquisa estão em andamento ou já foram concluídos sobre a agricultura sem queima, no Estado do Pará, sobretudo tendo como foco o enriquecimento e a trituração da capoeira, que, todavia, contém em seu escopo a mecanização para triturar a capoeira (KATO *et al.*, 2004; SATURNINO e LANDERS, 1997).

Pesquisa conduzida por SANTOS (2006), em Marapanim (PA), sobre a percepção de um grupo de agricultores em relação às práticas agrícolas de corte e trituração da capoeira como alternativa sustentável de cultivo da terra sem uso do fogo, indicou várias vantagens, com destaque para o social (redução da força de trabalho), a eficiência operacional (redução do número de capinas e rapidez na colheita), o meio ambiente (rápido crescimento da capoeira, melhoria da fertilidade do solo) e o econômico (flexibilização do calendário agrícola e aumento da produtividade no segundo ano).

Percebeu-se que a maior demanda dos agricultores de mandioca é por simples informações que não dependem de capital para ser adotadas e que poderiam promover uma verdadeira revolução nos sistemas de produção dos agricultores familiares. De outro lado, os agentes de extensão, quando dispõem dos recursos necessários para suas atividades, estão assoberbados com as atividades de elaboração de projetos e supervisão do crédito rural e se preocupam em transferir informações voltadas para o uso de tecnologias de insumos, que sempre oneram o sistema de produção e frequentemente não são adotadas pelos agricultores, principalmente os descapitalizados. Como soluções para os problemas foram desenvolvidas junto com os agricultores familiares de mandioca as práticas denominadas de Roça Sem Fogo como processo de preparo de área (ALVES e MODESTO JÚNIOR, 2009) e Trio da Produtividade da Mandioca como técnica do sistema de produção (ALVES *et al.*, 2008).

A Roça sem Fogo consiste no corte da vegetação rente ao solo, usando-se ferramentas manuais, como motosserras, machado, facão e foice, seguido do inventário das espécies de valor econômico, como fruteiras e essências florestais, para preservação no roçado e posterior retirada do material lenhoso, finalizando com o picotamento da vegetação na superfície do solo, para plantio de mandioca ou espécies perenes. O Trio da Produtividade da Mandioca foi criado para facilitar o entendimento pelos agricultores e consiste na seleção de manivas-sementes, plantio em espaçamento de 1 m x 1 m e capina manual durante os cinco meses iniciais do ciclo da mandioca. Essas tecnologias podem

ser adotadas e reproduzidas por qualquer agricultor na Amazônia, independentemente do poder econômico, pois sua adoção não depende de insumos, mas apenas de informação para mudança de hábito dos agricultores, visando à execução e ao controle de práticas agrícolas e no número de operações. São conhecidas como “tecnologias de processos”, que mais promovem positivamente a produtividade de raízes de mandioca, em nível de produção familiar com menor impacto ambiental possível.

Para difundir essas tecnologias no Estado do Pará foi aprovado em 2008, com orçamento de R\$ 237.749,00, no Macroprograma4 da Embrapa, para três anos, o projeto Transferência de Tecnologia, para melhoria da competitividade, distribuição e venda de produtos da mandioca em Moju, Baixo Tocantins (PA). Também foi aprovado no Edital Nacional do Sebrae 02/2008 para Seleção de Propostas para Apoio a Projetos de Difusão de Tecnologias Sociais, parte componente do primeiro projeto, que foi denominado de Transferência de Tecnologias Agroecológicas para Produção de Mandioca no Baixo Tocantins (PA). Esse projeto, orçado em R\$ 70.230,00, foi executado paralelamente com o primeiro no período de novembro de 2009 a julho de 2010, sendo fundamental para a expansão das ações, inicialmente planejadas somente para o município de Moju, mas que foram executadas e difundidas em 22 municípios do Pará: Abaetetuba, Acará, Castanhal, Vigia, Cametá, Barcarena, Bragança, Tracuateua, Paragominas, Ipixuna do Pará, Marabá, Tailândia, Baião, Santa Izabel do Pará, Capitão Poço, Mocajuba, Garrafão do Norte, São Miguel do Guamá, Irituia, Ourém, Nova Esperança do Piriá e Belém (Outeiro).

Embora existissem resultados de pesquisa, nem as tecnologias nem as sementes das cultivares geradas, que são consideradas como principal insumo do progresso tecnológico, estavam chegando aos agricultores familiares, o que caracterizava a existência de um sério entrave no processo de transferência de tecnologia, pois não existiam multiplicadores em número suficiente para atender à demanda de um estado de dimensão continental. Esse cenário indicou a necessidade urgente de se estabelecer mecanismos formais de cooperação e parceria para condução do projeto. Foram firmadas mais de 25 parcerias com as agências de desenvolvimento (Sebrae), de crédito e de fomento (Banco da Amazônia), instituições governamentais (Adepará, Emater e Semagri), bem como sindicatos, prefeituras, universidades (UFPA e Uepa), instituições privadas de assistência técnica e extensão rural (Idam Pará), sindicatos de trabalhadores e trabalhadoras rurais, cooperativas agrícolas, associações de agricultores, produtores rurais e outras organizações voltadas para o negócio agrícola. Essa iniciativa permitiu a integração entre pesquisa, ensino, assistência técnica, crédito, cooperativas, associações, produtores rurais e empresas privadas, constituindo-se em um amplo e eficiente modelo de arranjo institucional que contribuiu com a sustentabilidade da produção de mandioca pelas comunidades assistidas e a venda de produtos derivados no Estado do Pará.

As ações de pesquisa visando à demonstração das tecnologias no campo foram executadas de forma participativa com agricultores familiares de mandioca das comunidades de Itacuruçá-Alto (Abaetetuba), Porto Grande e Vila Moiraba (Cametá), Trevo (Moju), Açaizal (Baião), Guarumã (Acará), Meratauí (Vigia), Vista Alegre (Outeiro, Belém), São Brás (Irituia) e Adonias (Ourém).

Os principais resultados obtidos foram provenientes da validação e difusão das práticas agropecuárias da Roça Sem Fogo e Trio da Produtividade da Mandioca, que podem ser reproduzidos em todos os territórios da Amazônia, que são:

A Roça Sem Fogo elimina o sistema de derruba-e-queima responsável por grande parte da dizimação da floresta amazônica, reduzindo a emissão de gases relacionados ao efeito estufa. Com a Roça Sem Fogo busca-se conseguir o maior benefício dos recursos naturais disponíveis na capoeira, tais como: produtos madeireiros (madeira, lenha e carvão) e não madeireiros (frutas, sementes e óleos), vinculados à conservação dos recursos ambientais, principalmente solo, e com mínimo input de insumos externos ao sistema.

A Roça sem Fogo pode ser usada para cultivo de culturas anuais, além de sistemas agroflorestais sequenciados com a introdução de espécies frutíferas e florestais após a colheita da mandioca ou sistemas agroflorestais simultâneos integrando cultivos anuais envolvendo a mandioca e perenes como cupuaçuzeiros, cacauzeiros, açaizeiros, castanheiras e outros com espécies madeireiras. Melhor aproveitamento da terra com ampliação do prazo de preparo de área e plantio das culturas, ampliando a possibilidade de produção de alimentos.

Redução de custos de produção de mandioca, elevação de produtividade e de renda em função do cultivo sustentável concebido pela adoção de práticas como o Trio da Produtividade da Mandioca. Os agricultores que adotaram essas práticas obtiveram produtividade média de 27 t/ha, cerca de 60% a mais do que a média estadual. O emprego dessas tecnologias em conjunto no cultivo de mandioca no município de Baião permitiu a relação benefício/custo de 1,39, significando que para cada R\$ 1 aplicado no sistema retornou R\$ 1,39 na venda da farinha de mandioca.

Com base nos resultados obtidos e nas publicações geradas pela equipe do projeto, diversos jornalistas escreveram e divulgaram mais de 30 reportagens em vários sites de importância nacional e internacional sobre as práticas da Roça Sem Fogo e Trio da Produtividade.

Para transferir as tecnologias usou-se o método de Treino e Visita desenvolvido por Daniel Benor e James Q. Harrison, em 1977, inicialmente empregado pelo Banco Mundial na África e na Ásia (MARTINS e GALERANI, 2007) e adotado e modificado para as condições do país pela Embrapa e Emater no Paraná, com grande sucesso, por ocasião do Plano Safra 1996/97 (DOMIT, 2007).

A metodologia funciona por meio da capacitação contínua de um grupo de agentes da Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), oficial e privada, denominados de Multiplicadores I (TMI). Esses multiplicadores ficam em contato direto e constante com os pesquisadores e outros especialistas, sendo informados das tecnologias disponíveis nas instituições de pesquisa. Por isso, os TMI ficam incumbidos de transferir tais conhecimentos aos técnicos de campo, denominados de Multiplicadores II (TMII), que desempenham a função de repassar as tecnologias e os conhecimentos a grupos organizados de agricultores, além de assessorar pessoas que queiram adotar as tecnologias em suas propriedades (OLIVEIRA e LIMA, 2007). O esquema operacional do Treino e Visita foi conduzido na região do Baixo Tocantins no Pará de acordo com as modificações propostas por Domit (2007), conforme esquema operacional do T&V (Figura 1),

que apresenta o envolvimento dos pesquisadores MI (técnicos da Ater), MII (técnicos de campo) e produtores, cuja espessura das setas indica a intensidade de relacionamentos e de troca de informações. (Figura 1. Esquema operacional da metodologia T&V.) Esse processo se mostrou eficiente e nos últimos seis anos o total de pessoas atingidas diretamente pelo projeto nos eventos de difusão de tecnologia, como cursos, palestras, dias de campo, seminários e *workshops*, foi de 3.508 pessoas em 22 municípios do Estado do Pará. Considerando os recursos financeiros dos projetos no valor total de R\$ 307.979,00, a relação custo/benefício ficou na proporção de R\$ 87,74 por pessoa beneficiada diretamente. As metas de instalação de Unidades Demonstrativas (UDs) foram ultrapassadas, pois estava prevista a instalação de seis unidades, porém, devido à necessidade de demonstrar as tecnologias no campo para diversas comunidades nos municípios atendidos, foram instaladas 42UDs. Da mesma forma estava previsto apenas um *workshop*, mas foram feitos quatro, sendo três de identificação de demandas e um para apresentação de resultados. Os técnicos e agricultores familiares da região do Baixo Tocantins foram capacitados por meio de nove dias de campo, 16 cursos e 26 palestras. Com relação às publicações, foram planejadas em torno de 15, porém houve um esforço bastante satisfatório da equipe do projeto, que conseguiu publicar quatro artigos em periódicos, 35 na mídia eletrônica, 13 artigos completos em congressos, 12 resumos expandidos, além de duas cartilhas, quatro folhetos técnicos, dois calendários, dois jornais, um vídeo e um prosa rural, que permitiu socializar a grande maioria das ações e dos resultados obtidos pelo projeto. Com base nos resultados obtidos e nas publicações geradas pela equipe do projeto, diversos jornalistas escreveram e divulgaram mais de 30 reportagens em vários sites de importância nacional e internacional sobre as práticas da Roça Sem Fogo e Trio da Produtividade.

JUSTIFICATIVA

O uso do fogo na agricultura é uma prática milenar que acompanha a cultura do homem, contribuindo até mesmo para sua evolução. No passado nossos ancestrais usavam o fogo para o preparo de área de modo controlado e em pequenos roçados. As dificuldades de acesso na Amazônia e a indisponibilidade de equipamentos mecânicos, aliadas à pressão de população, foram as causas da propagação generalizada do uso do fogo, provocando forte impacto nos ecossistemas da região, com degradação de solo, eliminação da biodiversidade e obtenção de baixíssimos níveis de produtividade das culturas. O problema atingiu proporções alarmantes, chegando a incluir o Brasil como quarto país na lista dos maiores emissores de gases que provocam o aquecimento global. O grande desafio era como substituir gradativamente o fogo dos sistemas agrícolas da Amazônia sem prejudicar a produtividade e a segurança alimentar, tendo como público-alvo agricultores familiares com percentual acima de 80% de analfabetismo. Só havia um caminho, que era eleger processos tecnológicos que pudessem ser adotados pela maioria dos agricultores familiares sem implicar o investimento de recursos financeiros e simplificando as informações tecnológicas, de modo a facilitar o entendimento desse perfil de agricultores, usando a difusão dos processos com conceitos pedagógicos da prática do passo a passo da Roça sem Fogo e do Trio

da Produtividade na cultura da mandioca. Esses processos têm potencial de adoção para aproximadamente 600 mil agricultores na Amazônia.

A execução do projeto objetivou atender aos objetivos e às estratégias do PNDR à medida que seus resultados elevaram a produtividade da mandiocultura, principal atividade agrícola do universo de agricultores familiares da Amazônia, simultaneamente com a mudança do processo de degradação ambiental de preparo de áreas com base na derruba e queima da floresta ou capoeira pela substituição das Roças sem Fogo. O processo do Trio da Produtividade na cultura da mandioca objetivou atender aos objetivos do plano, na concepção da geração de emprego e renda pelo aumento de produtividade da cultura, redução de área de cultivo e redução do esforço da mão de obra. Os objetivos de inclusão social são atingidos à medida que os métodos são exercitados em linguagem acessível à maioria dos agricultores familiares da Amazônia, no conceito pedagógico do aprender a fazer fazendo.

**PROPONENTE**

Virgílio Maurício Viana

TÍTULO

Programa Bolsa Floresta

Com quase cinco anos de atuação, a Fundação Amazonas Sustentável é uma organização não governamental de direito privado, que trabalha em temas de interesse público. Ela mantém parceria com 14 instituições governamentais, 12 empresas privadas e 21 instituições não governamentais. A FAS é reconhecida como de interesse público pelo Governo do Estado do Amazonas. Tem sede em Manaus e um escritório em São Paulo, focado na captação de recursos e no contato com parceiros financiadores. O enfoque de suas ações é holístico, visando a superar a pobreza e os vetores da degradação ambiental. A principal inovação da FAS é agir de forma integrada e equilibrada junto a todos os componentes do desenvolvimento humano, econômico e social, no qual a tecnologia é voltada para a realidade de populações tradicionais da Amazônia. O trabalho envolve geração de renda, educação, saúde, associativismo, conservação ambiental, desenvolvimento de negócios, microcrédito, inovações tecnológicas, água/saneamento, habitação e moradia, comunicação, desenvolvimento rural de base comunitária, comércio justo e melhoria das condições laborais. O Programa Bolsa Floresta é a espinha dorsal da estratégia de atuação da FAS. Implementado em 15 unidades de conservação estaduais da Amazônia, ele colabora eficazmente para a redução do desmatamento, a erradicação da pobreza, o apoio à organização associativista, a melhoria dos indicadores sociais e para a geração de renda baseada em atividades sustentáveis. Apoiado em quatro pilares, Renda, Social, Associação e Familiar, o Bolsa Floresta tem promovido, ano a ano, a melhoria contínua da qualidade de vida das populações ribeirinhas. São complementares ao Bolsa Floresta programas de Apoio à Produção Sustentável; à Saúde e

Educação; ao Desenvolvimento Científico e à Gestão de Unidades de Conservação, todos desenvolvidos em conjunto com 20 parceiros da FAS. Mulheres e homens ribeirinhos beneficiários reconhecem na FAS o palco onde protagonizaram as mudanças em suas vidas.

DESCRIÇÃO DETALHADA

Preservar o meio ambiente e, ao mesmo tempo, combater a pobreza extrema são os principais alvos das ações desenvolvidas pela Fundação Amazonas Sustentável. Nos locais mais isolados da Amazônia, a chamada Amazônia Profunda, a FAS alcançou 541 comunidades dispersas pelo interior da floresta, em 2011. São locais sem visibilidade alguma, que as políticas públicas não alcançam.

Por meio de uma metodologia sistematizada, o primeiro passo é aumentar a renda per capita das famílias para que elas saiam da condição de viver abaixo da linha da pobreza extrema, por meio da transferência de renda. Para isso, foi criado o Programa Bolsa Floresta (PBF). É o maior programa brasileiro de pagamento por serviços ambientais. Seu objetivo é melhorar a qualidade de vida das populações tradicionais, promover a manutenção dos serviços ambientais prestados pelas florestas e reduzir o desmatamento.

O PBF tem quatro pilares. O primeiro é a Renda, que incentiva a inserção das populações locais nas cadeias produtivas sustentáveis, por meio da produção de óleo, castanha, madeira de manejo, pesca e turismo de base comunitária. O segundo é o pilar Social, voltado para melhorias em educação, saúde, comunicação e transporte. Há o pilar Associação, destinado ao fortalecimento das associações de moradores das Unidades de Conservação (UCs) para a organização, a execução e o controle social do programa. Por último, há o pilar Familiar, que é uma recompensa mensal de R\$ 50 paga às mães de famílias moradoras das UCs que assumem o compromisso com três pressupostos: a educação, o desmatamento zero e o desenvolvimento sustentável.

O PBF atende a 34.855 pessoas em 15 Unidades de Conservação no Estado do Amazonas, uma área que totaliza 10 milhões de hectares. Isso faz dele o maior programa, em extensão, de pagamento por serviços ambientais do mundo. Depois de algumas oficinas preparatórias, por meio das quais os membros das comunidades conhecem o programa, eles passam por uma capacitação sobre mudanças climáticas. Depois, as mães das famílias interessadas em participar do PBF assinam um termo de compromisso com o programa (os três pressupostos). Em seguida, tem início o pagamento do Bolsa Floresta Familiar, aquele em que as mães recebem R\$ 50 mensais.

As famílias passam então por um processo de apoio à formação e ao fortalecimento de associações. Depois de formadas as associações, tem início o pagamento do Bolsa Floresta Associação e elas começam a desenhar seus Planos de Investimento em Renda e Melhorias Sociais. É então que começa o pagamento do Bolsa Floresta Renda e do Bolsa Floresta Social. A gestão de todos esses fundos segue o método participativo, em que todas as decisões são tomadas pelos próprios membros da comunidade. São eles também que programam as atividades, promovem os encontros dos

líderes e fazem as oficinas de avaliação e planejamento participativo. Fazem, ainda, o acompanhamento das atividades e o monitoramento de desmatamento e degradação e terminam o ciclo com a Pesquisa de Avaliação do Programa Bolsa Floresta.

O Bolsa Floresta Renda está relacionado à implementação de infraestrutura, capacitação, maquinário e organização das atividades econômicas, envolvendo diversas oportunidades de geração de renda no contexto da produção agroflorestal e extrativista. Os investimentos sem geração de renda são decididos de forma participativa, envolvendo as comunidades ribeirinhas das UCs. As ações são feitas para agregar valor à produção de peixe, cacau, borracha, castanha, entre outros. São elegíveis todas as atividades que não produzem desmatamento, estejam legalizadas e valorizem a floresta em pé. Os investimentos são direcionados para:

- a. Implantação da infraestrutura comunitária (flutuante para beneficiamento de pescado, secadores de castanha e de cacau, aviários etc.);
- b. Aquisição de equipamentos (tratores, batedeiras de açaí, geradores de energia, equipamentos para artesanato, apetrechos de pesca etc.);
- c. Capacitação (cursos de manejo florestal, filetagem de pirarucu, boas práticas para o manejo de castanha-do-Brasil, associativismo e cooperativismo, entre outros);
- d. Escoamento da produção (barcos e lanchas);
- e. Apoio à venda.

O Bolsa Floresta Social é destinado à melhoria da educação, saúde, comunicação e do transporte, que são elementos básicos para a construção da cidadania dos guardiões da floresta. As ações são prioritariamente desenvolvidas em parceria com órgãos governamentais, diretamente responsáveis por esses objetivos. Entre os principais investimentos decididos pelas comunidades estão as chamadas ambulanchas (lanchas para atendimento de emergência), reformas de escolas, construções de centros sociais, radiocomunicação e transporte comunitário.

Os R\$ 50 pagos pelo Bolsa Floresta Familiar às mães de famílias das UCs criam um ambiente de cooperação e credibilidade dos membros das comunidades beneficiadas e ao compromisso firmado pelo termo. O cadastramento e a inclusão de novas famílias no programa são feitos por meio de oficina sobre o papel da Amazônia nas mudanças climáticas e pela assinatura do mesmo modelo de termo. O controle dos membros vem sendo objeto de constante aprimoramento por parte dos próprios beneficiários.

O Bolsa Floresta Associação tem por objetivo fortalecer a organização associativa e social nas UCs. Garantir o protagonismo das associações de base local é fundamental para solidificar resultados de longo prazo. O processo de empoderamento social passa por investimentos em capacitação, desenvolvimento da liderança, organização administrativa, infraestrutura e equipamentos. A Associação de Moradores das Unidades de Conservação está presente em todas as etapas do planejamento anual e na execução do Programa Bolsa Floresta. Para tanto, são feitas oficinas periódicas. Os principais eventos são o Encontro de Lideranças das Associações das Unidades de Conservação do Programa Bolsa Floresta com membros das 15

associações, as oficinas de definição dos investimentos feitas com a diretoria da associação e líderes das comunidades e as oficinas de gestão de bens comunitários e de monitoramento do programa.

A FAS estimula fortemente o caráter participativo na definição do uso dos recursos advindos dos componentes coletivos do Bolsa Floresta Social, Renda e Associação. As associações têm total autonomia para decidir a destinação dos investimentos do programa. São feitas reuniões comunitárias denominadas de Oficinas de Definição de Investimentos, nas quais representantes de cada comunidade da UC apresentam propostas para o uso dos recursos, resultado de reuniões feitas anteriormente em suas comunidades. Os orçamentos são aprovados nas próprias oficinas, que têm caráter deliberativo, e executados diretamente pela própria FAS, com o objetivo de assegurar rapidez e boa qualidade, além de atender às normas administrativas da legislação em vigor. A exceção é o Bolsa Floresta Associação, cujo orçamento é executado diretamente pelas Associações de Moradores das UCs.

Para aprimorar a gestão do Programa Bolsa Floresta, criou-se em parceria com as associações um espaço de debate e encaminhamento denominado Encontro de Lideranças das Associações das Unidades de Conservação do Programa Bolsa Floresta. Tais encontros têm proporcionado importante evolução e amadurecimento desses grupos associados. O encontro tem quatro objetivos principais: i) estabelecer rumo diálogo direto para o aprimoramento constante do Bolsa Floresta; ii) representar uma oportunidade de formação continuada dos líderes; iii) permitir o contato direto dos líderes com gestores públicos e tomadores de decisões de primeiro escalão, contato esse que seria muito difícil em outras circunstâncias; iiiii) dar poder aos líderes para a interlocução com outras instituições, incluindo a formulação de projetos no próprio encontro. O evento acontece duas vezes por ano, quando são avaliados os avanços do programa e são debatidas as melhorias necessárias, visando a seu aperfeiçoamento contínuo. Para a FAS, a troca de experiências é fundamental para aprimorar a gestão do Bolsa Floresta em parceria com as associações, de forma que o programa possa refletir os anseios dos beneficiários.

O Programa Bolsa Floresta conta ainda com cinco programas de apoio nas áreas de saúde, educação, produção sustentável, gestão, fiscalização e monitoramento do desmatamento e desenvolvimento científico, como será mostrado a seguir. Eles têm como função a realização de ações de caráter estruturante do sistema, propiciando mudanças duradouras e de longo prazo. Esses programas são implementados em conjunto com os parceiros da FAS. O objetivo é definir a estratégia e o desdobramento de cada ação, assim como suas respectivas e necessárias parcerias.

Os Programas de Apoio à Produção Sustentável em UCs estimulam atividades que permitam o desenvolvimento de cadeias produtivas florestais madeireiras e não madeireiras, como peixe, extração de óleos vegetais, borracha, extração de castanha, produção de mel, entre outras. Sendo assim, as atividades atendem à necessidade de aumento da eficiência do processo produtivo sustentável por meio do desenvolvimento e de novos patamares tecnológicos, de modo a garantir elevação de escala e melhoria de renda das famílias produtoras. Por outro lado, a competi-

tividade das etapas de coleta, beneficiamento e venda das cadeias produtivas deve ser aprimorada.

Os Programas de Apoio em Saúde e Educação estão voltados para parcerias com o governo do estado, com as prefeituras municipais e instituições de pesquisa, visando ao alcance dos objetivos de desenvolvimento do milênio da Organização das Nações Unidas (ONU). Um dos destaques é o Programa de Núcleos de Conservação e Sustentabilidade (NCS), implementado em parceria com a Secretaria de Educação do Estado do Amazonas (Seduc). Os núcleos são centros de educação diferenciados com a missão de educar e gerar conhecimento para a melhoria da qualidade de vida dos povos e das comunidades tradicionais da UCs do Amazonas. Servem de apoio à implementação do Bolsa Floresta ao promover a conservação ambiental e o uso sustentável dos recursos naturais, por meio de uma educação apropriada ao contexto local e aos potenciais naturais e socioculturais dessas regiões. Funcionam como polo aglutinador e disseminador de novas tecnologias e iniciativas nas UCs. Buscam também fortalecer e incentivar a formação de novos líderes comunitários. Os Núcleos de Conservação e Sustentabilidade permitem que os alunos possam concluir o ensino formal sem que seja necessário se deslocar para as sedes dos municípios, localizadas frequentemente a muitas horas de distância em transporte fluvial, o que leva muitos jovens a abandonar a escola. A estrutura básica dos NCS conta com seis unidades, Escola, Casa Familiar da Floresta, Casa do Professor, Posto de Saúde, Base Operacional do Programa Bolsa Floresta e Laboratório Multiuso. Os NCS permitem que 48 projetos complementares ao ensino formal estejam em execução. Foram aprovados 228 alunos nas Escolas dos NCS em 2011. A parceria com a Fapeam permitiu que 11 projetos de pesquisa relacionados a temas como plantas medicinais, hortas comunitárias, resíduos sólidos, compostagem, turismo comunitário, entre outros, fossem desenvolvidos naquele mesmo ano.

Os Programas de Apoio à Fiscalização e Monitoramento são projetos de fiscalização voltados para assegurar agilidade, tecnologia e inovação ao processo de fiscalização das UCs envolvidas nas iniciativas de redução do desmatamento. Por outro lado, o projeto de monitoramento ambiental está focado em avaliar a dinâmica de emissões e sequestro de carbono florestal nas UCs, decorrentes da atividade humana. Isso implica a necessidade de desenvolvimento de uma metodologia adequada de monitoramento que seja capaz de gerar análises precisas e em escala compatível com as atividades observadas nas Unidades de Conservação.

Os Programas de Apoio ao Desenvolvimento Científico são voltados principalmente para trabalhos e estudos referentes aos estoques e à dinâmica de carbono da floresta nas UCs. Tais estudos são fundamentais para a construção dos parâmetros e das premissas conceituais e operacionais para o mercado de serviços e produtos ambientais. Essas atividades serão implementadas em colaboração com as atividades da Secretaria de Desenvolvimento Sustentável SDS/Ceclima e Fapeam.

Os Programas de Apoio à Gestão de Unidades de Conservação que a FAS oferece, além de colaborar para a implementação dos Planos de Gestão das UCs pela Secretaria de Desenvolvimento Social/Ceuc, implicam estabelecer um mecanismo de

fortalecimento do sistema de cogestão entre o governo e as entidades não governamentais de interesse público implementado no Amazonas. Esse sistema é mais um dos avanços significativos que o estado vem fazendo para aumentar a eficiência e a efetividade da UCs do Amazonas. A FAS pretende estabelecer parcerias com gestores e cogestores dessas unidades e organizações de ampla representatividade junto às populações tradicionais das UCs do Amazonas.

As ações aqui descritas estão em alinhamento direto com a política nacional de combate à pobreza extrema, de sustentabilidade ambiental, saúde e educação. A FAS surgiu em dezembro de 2007 da parceria entre o Governo do Estado do Amazonas e o Bradesco. A iniciativa logo conquistou parcerias fundamentais para o desenvolvimento estratégico e o sucesso do trabalho. O governo federal, por meio do BNDES, se aliou a partir do Fundo Amazônia. A Coca-Cola tornou-se mantenedora. Projeto a projeto, novos parceiros foram chegando, como HRTOil&Gas, Samsung, Marriot, Schneider Electric e Google. Vieram também os parceiros institucionais, como PwC, SDS, Bain&Company, Norad, Afeam, Banco Mundial, Bradesco Asset Management, Seduc Amazonas, NEOGAMABBH, ADS, Fapeam, Ipaam, CNS, Idam, ILED, FVS, Age, Care Brasil, Ufam, Coiab, Ministério do Meio Ambiente de Moçambique, Imazom, Idesam, INPA e Cifor.

O conjunto dessas parcerias possibilitou que a FAS alcançasse em 2011 marcas inéditas no terceiro setor na Amazônia. Foram 34.855 pessoas beneficiadas, reunidas em 7.989 famílias. Estão em ação sete Núcleos de Conservação e Sustentabilidade, garantindo a preservação da mata de pé. As populações ribeirinhas contam com 76 ambulâncias para atendimentos de emergência. São 332 projetos de geração de renda, 83 oficinas de planejamento participativo, o que representa um aumento de 104% dos participantes convidados, desde o início em 2008. Comparando as UCs estaduais sem Bolsa Floresta e as com Bolsa Floresta, o desmatamento foi de 0,036% nas primeiras e de 0,011% nas últimas. Nas UCs com Bolsa Floresta, houve 39 queimadas, contra 62 nas UCs sem o programa.

Em 2011, foram investidos R\$ 9,88 milhões nas 15 Unidades de Conservação, sem contar as demais despesas. Além da mudança cultural provocada, no sentido da preservação da Floresta Amazônica por meio da inovação dos meios econômicos de sobrevivência, a FAS desenvolveu uma tecnologia social capaz de ser reproduzida e reaplicada em outras realidades sociais, no Brasil e no mundo, e capaz de ser adotada como política pública. A conquista das parcerias com as secretarias do governo estadual, com o governo federal, a Universidade Federal do Amazonas e com o Governo de Moçambique resumem essa tendência.

A execução financeira da FAS alcançou R\$ 25 milhões em 2011, atingindo uma marca de 98,4% do seu orçamento para aquele ano. O Conselho de Administração é composto por 13 membros, que ocupam uma instância decisória e de natureza deliberativa. É responsável por definir diretrizes técnico-financeiras, aprovar programas e indicar membros do Conselho Consultivo e Conselho Fiscal. A Diretoria é uma instância de orientação e apoio à Superintendência. A Superintendência é responsável pela supervisão e execução de programas e projetos nos aspectos técnico, administrativo e financeiro. Há um

Conselho Consultivo, que apoia o Conselho de Administração, a Diretoria e a Superintendência e o Conselho Fiscal, que se ocupa de acompanhar e avaliar a execução financeira. O Ministério Público do Estado supervisiona a FAS. Os relatórios da Fundação são publicados todos os anos e estão permanentemente disponíveis no *website*.

A Fundação Amazonas Sustentável preza conceitos como participação, governança e transparência, abrangência, eficácia e eficiência, resultados concretos, inovação e vanguardismo, monitoramento e avaliação. Seu dinamismo a coloca na constante luta por novos parceiros e pelo fortalecimento institucional.

Com pragmatismo, a FAS trabalha para obter resultados concretos com o objetivo de fazer a floresta valer mais de pé do que derrubada. Monitora com indicadores os resultados alcançados para a melhoria da qualidade de vida das comunidades e de conservação ambiental. A Fundação se preocupa com seu efeito multiplicador, fundamental para que os resultados possam inspirar beneficiários a empreender outras iniciativas alinhadas à missão da FAS. Busca novas soluções tecnológicas e gerenciais, que ainda não tinham chegado até regiões isoladas do Amazonas e são levadas para comunidades nas quais a FAS atua. Essas inovações envolvem novos produtos e serviços, além da aplicação diferenciada de tecnologias já conhecidas, como é o caso do *Google Street View*, que nessas regiões ajuda a monitorar queimadas e desmatamento. Promove a gestão de pessoas, por meio da realização profissional e pessoal de seus colaboradores, apoiando inclusive a formação continuada de seus profissionais.

A Mensuração de Resultados é feita por meio de indicadores e avaliações feitas por terceiros, além do testemunho de beneficiários dos projetos. A FAS mensura o impacto socioambiental direto de seus programas. As avaliações consideram a inserção social, o respeito à diversidade cultural, a equidade de gênero e a conservação ambiental. A eficiência nos processos garante a transparência nos fluxos de recursos e na gestão dos processos, visando a sua melhoria contínua. O desafio da FAS é obter melhores resultados com menos recursos. A Fundação Amazonas Sustentável busca alinhar as tendências nacionais e internacionais aos sonhos e anseios dos guardiões da floresta.

JUSTIFICATIVA

Durante 2011, a FAS contratou o Instituto Action para fazer uma pesquisa de opinião sobre o Programa Bolsa Floresta (PBF), que teve por objetivo identificar a percepção e a satisfação dos envolvidos no projeto com os resultados dele e com as ações da Fundação na Reserva de Desenvolvimento Sustentável Uatamã. Foram entrevistados representantes de 151 das 363 famílias residentes na RDS Uatamã, onde estão incluídas famílias cadastradas ou não no programa.

Criada em junho de 2004, a RDS do Uatumã ocupa 424.430 hectares, situa-se nos municípios de Itapiranga e São Sebastião do Uatumã, nordeste do Estado do Amazonas, sendo gerida e administrada pelo Centro Estadual de Unidades de Conservação (Ceuc), autarquia da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Susten-

tável do Amazonas (SDS). No item qualidade de vida, a pesquisa indica que para 58% das pessoas entrevistadas a vida melhorou; para 30,5% ficou na mesma (não houve mudança); para 10% a vida piorou, enquanto que 1,5% não soube responder.

Quando perguntados se o PBF deve continuar, 94% disseram que sim; 5% não souberam responder e 1% afirmou que não. Na questão sobre como pessoas avaliam sua permanência e de sua família nos próximos anos, 72% acham que será melhor, 13% das pessoas não souberam responder, 8% acreditam que ficará pior e 8% também que permanecerá igual.

Além dos efeitos de curto prazo, diretamente relacionados à transferência de renda para as famílias abaixo da linha da pobreza extrema, pode-se conferir que, nos quase cinco anos de atuação da Fundação, suas ações começam a atingir os efeitos de médio prazo. Cruzando os dados da pesquisa da Action com os números apresentados anteriormente acerca dos investimentos feitos pela FAS em todas as suas Unidades de Conservação (UCs), os efeitos de médio prazo, provocados pelos investimentos em associativismo, renda e no campo social, começam a ganhar visibilidade por meio das manifestações desses grupos que são diretamente relacionadas às oportunidades que se abrem. São resultados de geração de renda e trabalho traduzidos em 332 iniciativas de produção de:

- Castanha: melhoria do manejo primário e equipamentos, apoio à venda e certificações;
- Cacau: melhoria do manejo primário, apoio ao beneficiamento, apoio à venda e certificações;
- Borracha: organização do suprimento e desenvolvimento de selos de origem;
- Pirarucu: melhoria do manejo primário, infraestruturas, apoio à venda;
- Óleos: melhoria do beneficiamento, apoio à venda;
- Turismo: infraestrutura e capacitação;
- Cantinas: capital de giro, capacitações, infraestrutura e logística;
- Açai: aquisição de equipamentos;
- Avicultura: infraestrutura, capacitação, apoio à venda.

O objetivo é que o índice de detecção da melhoria de vida avance dos 58% para os 100% dentro de um prazo menor que o já praticado, por meio do aprimoramento constante das ações. Para isso, os beneficiários do PBF participam de uma pesquisa de avaliação do programa ao fim de cada ciclo de implementação. Só assim pode-se promover o envolvimento e a permanência de todos.

O que dizem os beneficiários do programa? José Roberto Nascimento da Silva, presidente da Associação das Comunidades Sustentáveis da RDS do Rio Negro (ACS): “Antes do Bolsa Floresta a comunidade vivia uma situação trágica. Fazíamos exploração madeireira de forma desorganizada e ilegal. Hoje podemos trabalhar tranquilos, de maneira sustentável. Além disso, a comunidade está se conscientizando ambientalmente. Sem o apoio do Bolsa Floresta Associação seria impossível visitar todas as 19 comunidades da Reserva, que estão localizadas muito longe umas das outras.”

Iracly Cleide Ferreira, presidente da Associação da RDS Uatamã: “Sou muito feliz por ser mulher e estar à frente de uma associação. Muitas vezes nos perguntamos se somos capazes de liderar uma comunidade composta de homens, mulheres e crianças, mas nós mulheres somos capazes, sim. Eu sou muita grata por esta oportunidade. Senão fosse o Bolsa Floresta, não teríamos chegado até aqui.”

Helenilson Silva Pinto, vice-presidente da Associação Florest Maués: “O programa tem melhorado muito a qualidade de vida dos moradores. Sem ele não teríamos a quem pedir socorro. O programa permite que a gente realize projetos de melhoria de renda, como a produção de mel, avicultura e, sobretudo, com a melhoria da produção de guaraná na Reserva.”

Esses são exemplos de líderes que se formaram dentro do PBF. Pessoas que antes da ação da FAS produziam ilegal e desorganizadamente. Tinham renda extremamente baixa e trabalhos que devastavam a Floresta Amazônica. As políticas públicas não as alcançavam. Hoje têm suas vidas transformadas e são exemplos para as pessoas que habitam a mesma floresta. Houve uma verdadeira mudança cultural, de suma importância para a sustentabilidade do planeta, e hoje elas protagonizam suas próprias conquistas.



PROONENTE

Michinori Konagano

TÍTULO

Camta/Safta - Uma história de evolução da tecnologia social no desenvolvimento sustentável da Amazônia

A experiência iniciou-se em 1929, às margens dos rios Acará e Tomé-Açu/Pará, com a chegada dos imigrantes japoneses, que organizaram a primeira cooperativa na Amazônia, transformada em 1949 na atual Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu (Camta). Inicialmente cultivaram hortaliças, cacau, arroz e juta, depois introduziram, na década de 1930, a pimenta-do-reino, que elevou Tomé-Açu, após a Segunda Guerra Mundial, o maior polo de produção nacional e o Brasil ao topo da exportação mundial. A região alcançou prosperidade e riqueza com a pimenta-do-reino, apelidada de “Diamante Negro”, fase que entrou em crise na década de 1960, com o surgimento da doença fusariose, dizimando os extensos monocultivos. Superando as adversidades, plantaram-se frutíferas e florestais nativas nas áreas decadentes, culminando no desenvolvimento do Sistema Agroflorestal de Tomé-Açu (Safta), totalizando atualmente 6.500 hectares, produzindo 4.500 toneladas de matérias-primas agroflorestais, processadas na Agroindústria Camta, gerando em 2011 uma renda de R\$ 28,5 milhões. Esse modelo de agricultura sustentável transformou-se em tecnologia social no Brasil e expandiu-se até a região norte de La Paz, na Bolívia, por meio de parcerias, compondo 20 projetos socioambientais, implantados em regiões distintas da Amazônia.

DESCRIÇÃO DETALHADA

1) Processo inicial no desenvolvimento da tecnologia social

O Safta/Camta iniciou-se como uma tecnologia social a partir de 2001, motivado por um processo de violência no campo, que promovia roubos, assaltos e invasões de terras, principalmente das famílias de japoneses, que começavam a recuperar sua economia com a produção dos sistemas agroflorestais, elevação do preço da pimenta-do-reino e trabalhos eventuais no Japão. A Camta, diante dessa situação de violência, atingindo os cooperados, concluiu que os demais agricultores não associados estavam em dificuldades econômicas por falta de conhecimentos das tecnologias agroflorestais. Esses agricultores familiares, que aprenderam a cultivar trabalhando nas propriedades dos japoneses com monocultivos, inclusive a pimenta-do-reino, estavam vendendo suas terras, provocando êxodo rural e desemprego na região. Perante esse cenário, Michinori Konagano, diretor da Camta e secretário Municipal de Agricultura, tomou a iniciativa, promovendo em sua própria fazenda, de 200 hectares, capacitações, estágios, treinamentos, e dedicou-se também a incansáveis visitas aos produtores familiares, ensinando as tecnologias agroflorestais cooperativistas, distribuindo mudas e insumos nas comunidades. Esses trabalhos formaram a base principal para a Camta transformar o Safta/Camta em tecnologia social, iniciando-se a transferência das tecnologias agroflorestais para os agricultores familiares, por meio de parcerias, implantando a primeira unidade do Projeto Socioambiental na Comunidade da Quarta Região em Tomé-Açu (Pará).

2) Metodologia de estabelecimento e transferência da tecnologia social

A Camta estabeleceu parceria com a Sociedade de Pesquisa de Vida Silvestre (WRS), ONG do Japão, para transferir e transformar o Safta/Camta em tecnologia social, implementando a primeira unidade do Projeto Socioambiental na Comunidade da Quarta Região. Esse processo começou com o estabelecimento de Parcelas Demonstrativas Comunitárias (PDC), que funcionam como uma escola agrícola, transferindo tecnologias do Safta/Camta, aliadas aos saberes locais, praticando coletivamente as técnicas agroflorestais com linguagem simples, usando as ferramentas do treinamento Aprender Fazendo e Intercâmbio entre Comunidades. A coordenação é feita por técnicos da Camta ou instrutores locais que são produtores devidamente capacitados, expandindo-se na segunda etapa para todos os produtores pela implantação de Parcelas Familiares Sustentáveis (PFS) em cada propriedade.

A implantação faz-se dentro do planejamento conjunto da Camta e a comunidade, seguindo-se as três etapas principais:

1ª Etapa – Parcela Demonstrativa Comunitária (PDC), composta de um viveiro para produção de mudas e 0,5 hectare de sistema agroflorestal, implantada na área da comunidade. Os trabalhos são coletivos e feitos uma vez por semana, em áreas degradadas, iniciando-se com delimitação do espaço, preparo da terra sem queima, coleta de solo para análise, seguindo-se o planejamento agrônomico, com espaçamentos adequados para as seguintes culturas: ca-

cacueiros e bananeiras 4 metros entre linhas e 4 metros entre plantas; pimenta-do-reino 4 metros entre linhas e 2 metros entre plantas; açaí 16 metros entre linhas e 8 metros entre plantas; essências florestais 20 metros entre linhas e 20 metros entre as plantas, seguindo-se o alinhamento na direção leste oeste.

2ª Etapa – Parcela Familiar Sustentável (PFS), implantada nas propriedades dos participantes nos trabalhos comunitários, com o plantio das mudas produzidas no próprio viveiro, reproduzindo o modelo agroflorestal da PDC, expandindo-se para todos os produtores familiares da comunidade, atendidas no Projeto Socioambiental da Camta.

3ª Etapa – A Camta dá assistência técnica semanalmente nos dias programados de trabalhos coletivos na PDC e periodicamente, a cada seis meses, avaliam-se os resultados, monitorando o progresso, para definir futuros investimentos nas comunidades.

3) Sustentabilidade e atuação do Safta na recuperação de áreas degradadas da Amazônia

O Safta/Camta é feito por meio de plantios consorciados, combinados numa sequência harmônica de cultivos para a segurança alimentar, garantindo a sustentabilidade com tecnologias de manejo, genética e fertilização. A geração de renda na cadeia produtiva sucessional do Safta funciona na ordem seguinte:

1. Renda de curto prazo (2 a 12 meses), mediante cultivos temporários e semi-perenes de colheita rápida, nos espaços entre as culturas frutíferas e florestais, como hortaliças, arroz, milho, feijão, melancia, abóbora, maracujá e banana, que promovem o sombreamento inicial dos cacueiros, dentre outras.

2. Renda de médio prazo (1 a 5 anos), produção de cultivos, perenes e semi-perenes, como, cacau, açaí, pimenta-do-reino e outras.

3. Renda de longo prazo (6 a mais de 50 anos), fazendo-se na sequência colheitas dos cultivos perenes, que promovem estabilidade econômica aos produtores, com produtos de árvores nativas da Amazônia como andiroba, castanha-do-pará, seringueira, bacuri, mogno, ipê, promotoras do sombreamento definitivo dos cacueiros, transformando as áreas degradadas em agroflorestas exuberantes altamente produtivas e sustentáveis. Essas técnicas promovem a transformação dos monocultivos migratórios de subsistência em policultivos sustentáveis agroflorestais, contemplando um aprendizado na sequência de todas as fases das culturas, conjuntamente nas comunidades, fechando-se a cadeia produtiva na comercialização da Camta.

4. A evolução da tecnologia social e abrangência de territórios envolvidos e a contribuição na melhoria nas condições sociais, econômicas e ambientais.

O Safta/Camta está beneficiando comunidades em regiões distintas na Amazônia, com os seguintes números de famílias: Quarta Região, 52, Ubim, 30, Água Azul, 55, Breuzinho, 20, Maçaranduba, 103, Nova Betel, 25, Água Branca, 14, Marupaúba, 80, Acará, 19, Moju, 58 e Santa Bárbara, 50. Na região do baixo Tocantins, são atendidas 391 famílias, com tecnologias agroecológicas de certificação orgânica IMO (Instituto de Mercado Ecológico) para a cultura do açaí nas cidades de Cametá, Baião e Igarapé-Mirim, totalizando-se 897 famílias no Pará. Esse projeto expandiu-se para Manicoré-Amazonas e a cidade de Mazagão, no Amapá, extrapolando a divisa. Por meio da consultoria internacional, está atuando na Amazônia boliviana, região norte de La Paz, municípios de San Buenaventura e Ixiamas, completando 20 projetos socioambientais.

O Safta proporciona benefícios pela transformação da monocultura pimentado-reino, na qual as pessoas trabalhavam sob o sol escaldante, em ambientes de trabalho confortáveis abrigados na sombra das plantas frutíferas e florestais. Esses benefícios são comprovados nas teses científicas (YAMADA, 1999; YAMADA e OSAQUI, 2006), comparando 25 hectares de coberturas com Safta, que empregam 20 pessoas, a 1.000 hectares de pastagens para bovinos de corte, composta por extensos monocultivos, que empregam apenas quatro vaqueiros, no sistema de produção tradicional da Amazônia.

As comunidades atendidas pelo projeto socioambiental da Camta praticavam agricultura de subsistência com monocultivos migratórios, principalmente a mandioca, promovendo degradação ambiental, combinados com atividades de extrativistas de caça e pesca, resultando na situação de extrema pobreza, característica marcante dos povos da floresta amazônica.

5. Principais dificuldades e soluções na reaplicação da tecnologia social em territórios diferentes da sua região de origem. O Safta está sendo implantado nos municípios de Manicoré (AM) e Mazagão (AP), na Amazônia brasileira, e também na região norte de La Paz, na Amazônia boliviana, ambientes diferentes da região de sua origem, o Nordeste do Pará. As principais dificuldades são as questões culturais relacionadas ao associativismo e costumes extrativistas dessas localidades, além do sistema de criação de pequenos animais, principalmente suínos de forma extensiva, danificando assim as plantações novas. As capacitações e os treinamentos na região de origem das comunidades e na Camta no Pará resultam em maior união e organização das comunidades. Os animais, que passaram a ser criados semiconfinados, alimentados com frutos da floresta nativa, melhoraram as condições de higiene e saúde, produzindo adubo orgânico, e animais chegando ao peso de abate mais rápido. Além disso, o consórcio de cultivos mediante o Safta é uma fonte estratégica na diversificação da produção e renda, recuperação ambiental, reduzindo os riscos dos monocultivos, aumentando a segurança alimentar, contribuindo nos aspectos sociais, econômicos e ecológicos das regiões tropicais.

6. Principais resultados e impactos sociais, econômicos e ambientais da aplicação da tecnologia social Safta/Camta – a) Impacto social: A produção da Camta está

sendo fornecida por 138 associados nipo-brasileiros; processada na agroindústria projetada para absorver inicialmente a produção local, ampliou-se em 2002, gerando 10 mil empregos diretos e indiretos. Atualmente, absorve a produção de 2.800 produtores de agricultura familiar do Vale do Acaraú e Baixo Tocantins, beneficiando os produtores com preços justos, sem atravessadores, prestando assistência técnica, melhorando as condições de renda e a qualidade de vida das comunidades; b) Impacto econômico: A Camta fecha o ciclo produtivo na Agroindústria de Frutas Tropicais, implantada em 1987, processando 8 mil toneladas de frutas por ano, com capacidade para armazenamento de 2 mil toneladas de polpas congeladas. Atualmente produz 14 sabores de frutas 100% naturais, amêndoas de cacau, pimenta-do-reino e óleos vegetais nobres da Amazônia. A venda em 2011 registrou faturamento de R\$ 28,5 milhões, inserindo as comunidades nas vendas para vários estados do Brasil e exportou para Japão, Estados Unidos, México, Alemanha e Argentina; c) Impacto ambiental: O Safta da Camta já alcançou 6.500 hectares, somando-se com o projeto socioambiental, formando agroflorestas que, cultivadas por 25 anos, atingem mais de 70% da biomassa de uma floresta primária (YAMADA, 1999; YAMADA e OSAQUI, 2006), conservando os recursos hídricos, protegendo o solo e a biodiversidade da Amazônia.

7. Garantia dos produtos e da continuidade para a evolução da tecnologia social. A Camta garante a qualidade dos produtos por meio do laboratório de análises físico-químicas e pelas certificadoras do Instituto de Mercado Ecológico (IMO) para o açaí orgânico das comunidades ribeirinhas do Baixo Tocantins e atende ao mercado judaico por meio da Kosher Supervision of American (KSA). A Camta coordena estudos, divulgação e transferência da tecnologia do Sistema Agroflorestal-Safta, fortalecido por meio das parcerias, para os associados e agricultores familiares a nível municipal, regional, nacional e internacional. O Departamento de Assistência Técnica Agrícola e Educacional da Camta, composto por um diretor executivo, um engenheiro agrônomo e seis técnicos agrícolas, promove a divulgação e a extensão, por meio de parcerias que garantem autonomia, perenidade e reaplicabilidade da tecnologia Safta. Essa tecnologia despertou o interesse de produtores, técnicos e pesquisadores de todas as regiões do Brasil e de outros países, principalmente do Japão, que estabeleceu um acordo triangular entre Brasil, Japão e Bolívia, incluindo a partir de 2011 a Camta na consultoria internacional para implantação de sistema agroflorestal nas comunidades localizadas ao norte de La Paz, na Bolívia.

8. Interações da Camta/Safta com as políticas públicas implementadas no Brasil. A Camta participou de reuniões em Brasília no Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e na Câmara Setorial do Cacau, contribuindo para a elaboração de programas para estabelecimento de agricultura sustentável a nível nacional. Regionalmente tem contribuído principalmente com as políticas de financiamentos para produtores familiares, que recentemente estão acessando uma linha de crédito especial (Pró-Floresta) e implantando cultivos baseados no Safta.

9. Participação de especialistas e assessorias técnicas especializadas no tema da tecnologia social ou em outras áreas de conhecimento. A Camta promove a difusão e o aprimoramento da tecnologia do Safta por meio mídia e formaliza parcerias com órgãos governamentais como: Jica (Agência de Cooperação Internacional do Japão); Embrapa (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária); UFRA (Universidade Federal Rural da Amazônia); UFPA (Universidade Federal do Pará); Unicamp (Universidade de Campinas); UFPR (Universidade Federal do Paraná); Ceplac (Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira); Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio a Micro e Pequenas Empresas. Mais recente a Tuat (Universidade de Agricultura e Tecnologia de Tóquio) e a Camta estão implantando três polos para estudos com unidades de sistemas agroflorestais em Tomé-Açu (2012), Santa Bárbara (2012) e Igarapé-Açu (2013). Essas pesquisas serão feitas envolvendo intercâmbios entre as comunidades das três cidades com os produtores da Camta e promoverão intercâmbio dos professores das universidades do Brasil e Japão. Essas entidades estão conjuntamente fazendo estudos científicos, visando a melhorar a aplicação da tecnologia social, com maior produtividade, agregando valores aos produtos dos sistemas agroflorestais, por meio de certificações e créditos de carbono.

JUSTIFICATIVA

A Camta, desde as comemorações, em 2009, dos 80 anos de imigração japonesa na Amazônia, preocupada com as mudanças climáticas globais, enfatizando desmatamentos da floresta amazônica, decidiu fazer divulgação intensa de sua agricultura sustentável, resultante das experiências dos produtores nipo-brasileiros, pesquisando vários sistemas de cultivos na Amazônia. As pesquisas culminaram no desenvolvimento do Safta, objeto de estudo das universidades, entidades de pesquisas do Brasil e do mundo, tornando-se uma solução comprovada na Amazônia e referência viável para outros biomastropicais do planeta.

A candidatura deste projeto, intitulado “Camta/Safta – Uma história de evolução da tecnologia social no desenvolvimento sustentável da Amazônia”, neste renomado Plano Nacional de Desenvolvimento Regional (prêmio), tem o objetivo de demonstrar uma prática inovadora no gerenciamento para a sustentabilidade econômica, social e ecológica na Amazônia. A evolução prática na expansão da tecnologia social supracitada proporciona a inclusão, melhorando a qualidade de vida dos agricultores familiares, que praticavam agricultura de subsistência, com monocultivos migratórios, promovendo degradação ambiental, combinados com atividades extrativistas de caça e pesca, resultando na situação de extrema pobreza, característica marcante dos povos da floresta amazônica. O Safta/Camta está expandindo-se para todo o Brasil, ultrapassando as fronteiras, chegando até a região norte de La Paz, na Bolívia, fortalecido por meio de parcerias, totalizando 20 projetos socioambientais, contribuindo para a conservação dos recursos hídricos, protegendo o solo e a biodiversidade da Amazônia.

CATEGORIA 3

Projetos Inovadores para Implantação no Território

**PROPONENTE**

Gilberto Coutinho Machado Filho

TÍTULO

Heveicultura consorciada com abacaxi e ovinocultura em pequenas propriedades da região de Gurupi (TO)

A proposta consiste na implantação de um sistema agroflorestal composto pelo consórcio de seringueira, cultura do abacaxi e ovinocultura em 60 pequenas propriedades rurais da região circunvizinha de Gurupi, abrangendo seis municípios da região sul do Tocantins, além de iniciar a organização de uma associação de venda do produto da borracha, implantar a heveicultura com o consórcio com outras culturas e acompanhar a evolução do projeto durante 36 meses. O seringal será instalado mediante um trabalho conjunto com os agricultores, permanentemente assistido e orientado por uma equipe técnica. O projeto baseia-se no plantio de seringueiras, no qual estará integrada a cultura do abacaxi nos primeiros dois anos e posteriormente será integrada a pastagem com a criação de ovinos de corte. Esse sistema busca diversificar a produção agrícola e aumentar a rentabilidade e eficiência de uso da terra, melhorando assim o uso do solo, da água e do ambiente. A estimativa é que cada família envolvida no projeto alcance uma renda anual bruta de R\$63 mil no terceiro ano por alqueire goiano (48.400 m²).

O projeto de integração lavoura-pecuária-floresta iniciará um processo de qualificação profissional e de aumento da expectativa de renda da população local, contribuindo para o desenvolvimento socioeconômico e sustentável da região, além de proporcionar aos pequenos agricultores uma melhor qualidade de vida, contribuindo também para as políticas de desenvolvimento voltadas para a região. A produção obtida no decorrer dos primeiros três anos deverá ser vendida *in natura*. No caso da produção de abacaxi, as frutas serão vendidas na Ceasa de Gurupi e nas feiras livres e no comércio das cidades da região e também por meio do projeto Aquisição de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar, assim como os ovinos, que serão vendidos na região ou nos frigoríficos próximos. A implantação dos seringais deverá ocorrer ao longo de aproximadamente seis meses.

DESCRIÇÃO DETALHADA

A ideia de execução do projeto surgiu com base nas diversas dificuldades enfrentadas pelos assentados e pequenos produtores da região circunvizinha de Gurupi (TO), região composta pelos municípios de Aliança, Cariri, Dueré, Gurupi, Peixe e Sucupira. A falta de emprego e qualificação profissional é o principal problema da região, o que obriga boa parte da população, principalmente jovens, a migrar para outras regiões. A população jovem (de 16-20 anos) diminui a cada ano. Na zona

rural a falta de apoio e perspectiva de renda obriga pequenos produtores rurais a deixarem o campo e partirem em busca de melhores condições de vida em centros urbanos. Assim como nas demais localidades do país, os pequenos produtores sofrem com inúmeras barreiras que limitam a produção. As dificuldades são inúmeras, o esgotamento da terra, a baixa produtividade, a falta de qualificação e de informações técnicas, o que torna essas pequenas propriedades inviáveis economicamente.

Uma das alternativas para o aumento de rentabilidade da propriedade é o Sistema Agroflorestal (SAF). A proposta deste projeto se baseia na integração de culturas com animais que busca aumentar a eficiência de uso da terra, diversificar a produção agrícola e melhorar o uso do solo, da água e do ambiente. Esses sistemas possibilitam agregar valor às áreas de produção nas pequenas propriedades e nos assentamentos, melhorando assim as condições de produção, a qualidade de vida dos produtores e aumentando a produção agrícola nos municípios abrangidos, além de atender à demanda do comércio local, que é obrigado a buscar produtos em outras regiões.

O plantio de seringueiras é uma excelente alternativa de renda para produtores rurais. A heveicultura é a única cultura que garante R\$ 3 mil líquidos por alqueire goiano por mês, sendo que o consumo mundial de borracha está num ritmo de 6% ao ano, enquanto que o ritmo de plantio está na casa de 4,5%. Portanto, o déficit de borracha está evidente para os próximos anos, já que esse ritmo vem dessa forma há vários anos. Uma das grandes vantagens de se plantar seringueira é que há grande capacidade de trabalhar em consórcio com outras culturas, principalmente as semiperenes. Outra é devido ao seu grande período de exploração econômica, por causa do seu longo tempo de vida. Além disso, a seringueira tem característica típica de uma floresta tropical, protegendo o meio ambiente. Porém, em longo prazo a atividade florestal em sistema de monocultura pode se tornar uma opção pouco viável do ponto de vista socioeconômico, quando comparada com outras atividades agrícolas que oferecem retornos em curto prazo.

O consórcio com outra cultura agrícola nos primeiros dois anos de implantação do seringal surge como alternativa para o desenvolvimento sustentável do projeto, proporcionando a diversificação da produção, possibilidade de obtenção de renda com o cultivo de espécies agrícolas durante o período de crescimento da floresta e ao mesmo tempo gerando emprego durante esse período, além de trazer diversos benefícios ambientais, como maior proteção do solo, regulação do regime hídrico. Ao fim desse período se inicia o processo de formação da pastagem para que haja a introdução da ovinocultura no sistema.

O abacaxi é cultura de boa adaptabilidade em se tratando de consórcio principalmente com a seringueira e tem mostrado resultados, principalmente pelo fato de ser uma cultura de ciclo curto e por ter a sua plantação associada com solos arenosos, como a maioria dos solos tocantinenses, com grande ênfase na região de execução do projeto. Por apresentar tais características o abacaxi foi a cultura escolhida para ser consorciada durante os primeiros dois anos de implantação do projeto.

Outros consórcios potenciais de plantio de culturas agrícolas ou frutíferas nos primeiros anos ou em anos posteriores também deverão ser analisados durante as visitas técnicas.

cas. Pode-se citar a consorciação entre espécies frutíferas como mamão, banana, durante os três primeiros anos de cultivo da espécie arbórea, ou ainda culturas anuais, como milho soja, arroz, feijão, hortaliças, batata-doce, melancia e amendoim, dentre outras.

Por volta do 24º mês após a implantação do projeto, espera-se já dispor de ambiente favorável à formação de pastagem e a introdução da ovinocultura no sistema, na qual haverá a associação de árvores, pastagem e ovinos na área, manejados ao mesmo tempo. A ovinocultura representa uma excelente alternativa para a produção de carne, pele e esterco, sendo componente importante na composição de sistemas. Há, porém, muitas variações possíveis, dependendo do interesse de cada proprietário, podendo ser aplicadas para produção de leite ou carne, apenas para engorda ou para recria e produção de madeira e ser usada em pequenas, médias ou grandes propriedades.

PASSOS PARA IMPLANTAÇÃO E ESTABELECIMENTO DO PROJETO

A divulgação e a seleção dos participantes do projeto serão feitas por meio das instituições parceiras. O Senar-TO ficará encarregado de fazer cursos de capacitação de trabalhadores rurais na produção de seringueira e SAFs, além de organizar reuniões motivacionais e de divulgação. Nessas reuniões serão agendadas visitas técnicas às propriedades que demonstraram maior interesse.

Para que ocorra a implantação do projeto, primeiramente é necessário o planejamento de implantação nas propriedades. Deverão ser feitas visitas por uma equipe de técnicos, nas quais serão feitos os levantamentos de informações técnicas como topografia, análise de solos, de água etc. e posteriormente deverão ocorrer reuniões com a presença da comunidade envolvida e técnicos, nas quais serão discutidas as informações necessárias para a elaboração do planejamento de implantação do projeto nas propriedades selecionadas. O público-alvo do projeto são as pessoas que vivem em pequenas propriedades rurais e da agricultura familiar.

Introdução da seringueira

Para que se conheçam as características físicas e químicas da área onde será implantado o projeto, é fundamental que se faça a análise de solo. A análise deve ser feita em média três meses de antes do plantio nos perfis de 0 a 20 cm e 20 a 40 cm de profundidade.

Durante o preparo do solo deverá ser feita a demarcação das linhas onde serão plantadas as mudas. Logo em seguida fazer a passagem de grade aradora uma ou duas vezes, conforme a necessidade, na área demarcada. Passar a grade niveladora uma vez na área demarcada. Em áreas de pastagem é necessário fazer a dessecação da área com glyphosate. Logo após serão feitas covas com espaçamento pré-determinado. A correção do solo deverá ser feita mediante a interpretação dos resultados das análises de solo e a exigência da cultura. Em sistemas de integração, as recomendações são feitas tomando-se como critério a espécie mais exigente e a produção desejada. As recomendações de adubação são baseadas na análise de solo.

O plantio da seringueira será feito em áreas planas, de preferência degradadas por processos naturais ou induzidos pelo homem, sendo dispostas as linhas

no sentido dos ventos e no sentido norte/sul para receber uma grande quantidade de sol e evitar o autossombreamento, escolhendo-se áreas com baixa umidade e de temperaturas elevadas que dificultam a infestação de pragas e doenças, solos com grande teor de areia com boa profundidade e bem drenados. As mudas serão plantadas em covas, que terão as dimensões de 0,40 x 0,40 x 0,60 m. As plantas terão um espaçamento de 3 metros uma das outras e a linha com 14 metros de distância da outra será usada, assim proporcionando melhor organização do seringal e facilitando a consorciação com outro tipo de cultura, além de diminuir a incidência de doença. As mudas plantadas serão de um tamanho capaz de resistir às condições do ambiente de cerrado, de preferência a mudas com mais de oito lançados foliares, diminuindo com isso a perda pelo período de adaptação e facilitando o desenvolvimento mais rápido.

A mão de obra usada será dos próprios assentados e suas famílias. Na primeira etapa do projeto o tamanho mínimo da área será de 1 hectare e máximo de 5 hectares.

O cálculo usado para saber a quantidade de planta por alqueire goiano é o total da área dividido pelo espaçamento da cultura (14 x3): $48.400/42 = 1.152$ árvores por alqueire.

A escolha das mudas de seringueiras deverá ser feita com bastante cuidado em viveiros idôneos. O plantio deverá ser feito pelos próprios produtores, acompanhado por profissionais das instituições parceiras conhecedores da cultura.

Cultura do abacaxi

A introdução da cultura do abacaxi ocorrerá logo em seguida do plantio da seringueira. O cultivar de abacaxi recomendado é o pérola, mais indicado para a região. O plantio será feito em sulcos, que serão abertos a 2 m de distância das mudas de seringueira. Os sulcos terão de 10 a 15 cm de profundidade, as mudas de abacaxi serão dispostas em duas entrelinhas duplas com espaçamento de 1 m entre as entrelinhas e 0,30 m entre plantas.

Os tratos culturais, como controle de pragas e plantas daninhas, serão feitos à medida que se fizerem necessários, com uso de diferentes métodos e tecnologias de aplicação de defensivos agrícolas. A colheita será manual, feita pelos próprios agricultores e parentes. A estimativa é colher 14.520 mil pés de abacaxi por alqueire goiano com o valor médio (com base nos anos de 2011 e 2012) de R\$ 3 (fruto), assim dando uma receita bruta anual de R\$ 43.560/alqueire.

As frutas serão vendidas no Ceasa de Gurupi, nas feiras livres e no comércio das cidades da região e também por meio do projeto Aquisição de Produtos Alimentícios da Agricultura Familiar Compra Direta Local do Ruraltins (Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins). Os produtores deverão buscar vender seus produtos em conjunto na associação que será criada pelos agricultores familiares.

Introdução da ovinocultura no sistema

A formação da pastagem deve ocorrer conforme as recomendações técnicas feitas pelos profissionais responsáveis por acompanhar essa etapa, com base na realidade de cada propriedade.

Um dos aspectos mais importantes no manejo das pastagens é a determinação da carga animal que permanecerá no pasto. A lotação pode ser estimada de 10 a 15 animais/ha, podendo ser maior ou menor conforme as condições do pasto.

O sistema de pastejo rotacionado é o ideal por permitir um melhor aproveitamento da forragem, controlar a intensidade e a uniformidade de pastoreio e também facilitar o controle de verminose, pois o período de descanso diminui o nível de infestação de larvas. Os períodos de descanso variam entre 35 e 42 dias, de acordo com o tipo de pastagem.

A raça indicada para ser usada é a Santa Inês, pois apresenta características ideais para adaptação ao projeto. Com pelos curtos e sedosos, de grande porte, com peso médio entre 80 e 120 kg, com excelente qualidade de carne e baixo teor de gordura, pele de altíssima qualidade, rústicos e precoces, adaptável a qualquer sistema de criação e pastagem em todo o país.

Os animais serão adquiridos com recursos próprios dos produtores. O manejo dos carneiros ocorrerá conforme as recomendações zootécnicas informadas pela assistência técnica responsável por acompanhar essa etapa do projeto. Os ovinos poderão ser vendidos no comércio local ou no frigorífico localizado no município de Alvorada.

O látex será extraído manualmente pelos próprios agricultores, com a verificação da produtividade da planta individualmente e por parcelas, além dos testes necessários para buscar melhorias da cultura e a relação dos resultados com as ocorrências de doenças. Após o início da produção de látex, é recomendado que se crie uma associação de produtores, para que o produto seja vendido para a indústria de borracha, com o objetivo de obtenção de melhores preços.

Quanto à geração de emprego, o projeto também contém um importante papel nesse quesito, pois a integração do sistema agroflorestal vai gerar inúmeras vagas de emprego diretamente e indiretamente na região. O processo de qualificação profissional será de responsabilidade do Sebrae e Senar-TO, além de serem responsáveis pelo encaminhamento desses profissionais aos postos de trabalhos que irão surgir nas propriedades previamente cadastradas no projeto. Após a execução do projeto os trabalhadores passarão por treinamento conforme a necessidade de atualização das técnicas de produção envolvidas no sistema.

Na execução do projeto, poderá ser criado um consórcio intermunicipal com a finalidade de constituir e gerir as propriedades.

O projeto contribuirá com qualificação profissional de produtores rurais e de pelo menos 300 estudantes do IFTO e da UFT que passarão a acompanhar o trabalho de assistência técnica periódica, podendo vivenciar na prática os desafios e contribuir com superação dos eventuais problemas, além de vivenciar as oportunidades e necessidades de convívio profissional, social, participativo e compartilhado.

Os impactos com relação ao meio ambiente serão inúmeros, devido à redução de pragas das diferentes espécies cultivadas e conseqüente redução da necessidade de defensivos agrícolas, bem como a redução da erosão e maior biodiversidade, em comparação com os monocultivos.

Para implantação das 60 unidades demonstrativas, a mão de obra usada será local e com formação nos cursos profissionalizantes oferecidos pelas instituições parceiras do projeto. Para que os agricultores familiares obtenham sucesso no projeto é indispensável o apoio das seguintes instituições: Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senat-TO), Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas (Sebrae-TO), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário (Seagro-TO), Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec), Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins (IFTO), além do apoio das secretarias municipais de Agricultura.

Com base no preço médio recebido pelo produtor por sua produção de abacaxi, ovino e látex, foi calculada a estimativa de sustentabilidade financeira do projeto. A preços médios de 2010-2011, no terceiro ano de execução do projeto a receita bruta está estimada em R\$ 63 mil; no sétimo ano, em cerca de R\$ 99 mil. Estima-se que no decorrer do projeto, no quinto ano de implantação, descontando a margem de lucro, todo o investimento será recuperado.

A metodologia adotada pelo projeto o torna inovador, pois se trata de um projeto que integra heveicultura, a cultura do abacaxi e a ovinocultura com amparo da assistência técnica das instituições de pesquisa locais, como o IFTO e a UFT, trazendo benefícios à população da região e aos estudantes dessas instituições, que irão acompanhar na prática o trabalho de execução desse projeto. O projeto contribui com Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável (PDRS) e surge da parceria entre várias instituições que buscam o desenvolvimento local, com base na exploração das potencialidades locais. O projeto funcionará como ferramenta de descentralização das políticas públicas.

O fato de promover a diversificação e expansão da atividade econômica, com base na exploração das potencialidades regionais, estimulando a realização de novos empreendimentos, gerando postos de trabalho, criando expectativa de renda, fixando a população na região e os pequenos produtores no campo, faz com que projeto contribua para a política nacional, estadual e municipal de desenvolvimento.

JUSTIFICATIVA

Os benefícios sociais estarão presentes na melhor distribuição da renda, produção de alimentos, geração de tributos, de empregos diretos e indiretos, além da maior possibilidade de fixação do homem no campo.

Para implementação das 60 unidades demonstrativas são suficientes os recursos humanos. Para dar assistência técnica aos agricultores é necessário o apoio do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-TO), Serviço de Apoio as Micros e Pequenas Empresas (Sebrae-TO), Universidade Federal do Tocantins (UFT), Secretaria da Agricultura, Pecuária e Desenvolvimento Agrário (Seagro-TO), Agência de Defesa Agropecuária do Tocantins (Adapec), Instituto de Desenvolvimento Rural do Tocantins (Ruraltins) e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocan-

tins (IFTO), além do apoio das Secretarias Municipais de Agricultura. Os benefícios com relação ao meio ambiente serão inúmeros, devido à redução de pragas das diferentes espécies cultivadas e consequente redução da necessidade de defensivos agrícolas, bem como a redução da erosão e maior biodiversidade, em comparação aos monocultivos.

O sucesso e a expansão do projeto estão alicerçados na excelência da equipe de pesquisadores da Universidade Federal do Tocantins (UFT) e do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Tocantins, sendo responsáveis por tornar realidade os benefícios do sistema de integração lavoura-pecuária-silvicultura, que são: econômicos, pela diversificação de produtos e obtenção de maiores rendimentos por área; ecológicos, devido à redução de pragas das diferentes espécies cultivadas e consequente redução da necessidade de defensivos agrícolas, bem como a redução da erosão e maior biodiversidade, em comparação aos monocultivos; agrônômicos, por meio da recuperação e manutenção das características produtivas do solo; e sociais, dadas a distribuição mais uniforme da renda, produção de alimentos, geração de tributos, de empregos diretos e indiretos, além da maior possibilidade de fixação do homem no campo.

Acredita-se que a partir dos três primeiros anos será dada continuidade no projeto e que ele possa se expandir, deixando de ser demonstrativo. Para que isso ocorra é indispensável o acompanhamento e o apoio técnico das instituições parceiras. As pesquisas feitas pelas instituições são de fundamental importância para que o projeto cresça e obtenha sucesso.



PROPONENTE

Arlei Rosa dos Santos

TÍTULO

Pólen no Bico do Papagaio: produção de pólen apícola em áreas de assentamento

O projeto ora apresentado constitui-se em uma opção para dinamização econômica em assentamentos agrícolas dos municípios de Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção e Santa Maria, na mesorregião do Bico do Papagaio, no Estado do Pará, potencializando a produção apícola já existente no território e implementando a proposta inovadora de produzir o pólen apícola e introduzi-lo na alimentação escolar por meio do Programa de Aquisição de Alimentos do governo federal.

O projeto em questão tem como objetivos implementar a produção de pólen apícola nos assentamentos desses municípios, desenvolver a economia desse território de forma articulada com as políticas públicas e iniciativas privadas, articular uma rede de cooperação voltada para a garantia de assessoria técnica ao produtor e construir espaço, denominado Espaço Abelha, como forma de dinamizar a eco-

nomia e articular esforços para o desenvolvimento territorial sustentável por meio da produção do pólen apícola.

A proposta está estruturada metodologicamente a partir de três momentos diferenciados: capacitação dos produtores rurais assentados, implementação de novos apiários e adequação dos já existentes e a construção do Espaço Abelha. Espera-se desenvolver a economia e dinamizar a produção nesses territórios, aproveitando o potencial existente e diversificando a produção a partir do pólen e sua inserção na alimentação escolar.

DESCRIÇÃO DETALHADA

O desenvolvimento econômico e social em áreas de assentamento agrário no Brasil constitui-se historicamente um desafio. A tarefa de produzir, buscando tirar da terra o necessário para garantia de dignidade e de condições adequadas de vida, torna-se por vezes quase impossível, dadas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais assentados no acesso a recursos financeiros (créditos, refinanciamentos) e assessoria técnica necessária tanto para produção propriamente dita quanto para suas formas de venda.

Para assegurar o desenvolvimento nessas áreas é essencial o processo de dinamização da economia com implementação de projetos sustentáveis em âmbito econômico, social e ecológico. Dinamizar a economia implica garantir produtividade e venda da produção, identificando os potenciais de cada região (macrorregião, microrregião, sub-região, mesorregião) e elaborando estratégias para assegurar o desenvolvimento sustentável.

No que diz respeito aos territórios brasileiros pode-se falar em desenvolvimento regional desigual, sendo essenciais ações integradas que se voltem para a redução de tais desigualdades. É dentro dessa necessidade que se elaborou o Projeto Pólen no Bico do Papagaio: produção de pólen apícola em áreas de assentamentos rurais que têm como local de execução os projetos de assentamentos agrários localizados em municípios da mesorregião do Bico do Papagaio.

De acordo com dados do Ministério da Integração Nacional (<http://www.mi.gov.br/programas/programasregionais>), a mesorregião do Bico do Papagaio abrange 66 municípios, sendo que, desses, 16 localizam-se no Estado do Maranhão, 25 no Pará e 25 no Piauí. Trata-se de uma mesorregião que tem como atividades econômicas predominantes a agropecuária e a extração mineral e vegetal, desenvolvidas principalmente para a garantia de subsistência.

As iniciativas que busquem o desenvolvimento dessa mesorregião precisam estar pautadas nesse potencial agrícola e extrativista, bem como considerar as peculiaridades das oito microrregiões existentes e as ações que já estão sendo implantadas com esse objetivo. Nesse sentido cumpre destacar o projeto Desenvolvimento Sustentável da Apicultura, que visa a desenvolver práticas apícolas voltada para a produção de mel e cera em assentamentos rurais na região. Todavia, é preciso considerar que a produção apícola engloba, além da produção de mel e cera, outros produtos, como própolis, geleia real e pólen, o que significa que um território que

produz mel e cera tem enorme potencial para diversificação, fortalecimento e ampliação da produção.

A dinamização econômica em territórios rurais preconiza enfatizar a melhoria da qualidade e agregação de valor aos produtos locais e, nesse sentido, estimular e apoiar as atividades produtivas já existentes (mel e cera) nessa microrregião e ainda diversificar a oferta de produtos, fortalecer a base produtiva e contribuir para a redução das desigualdades regionais.

Considerando a vocação para a prática apícola nessa microrregião e a possibilidade de implementar práticas diversificadas para novos arranjos produtivos, tem-se na produção de pólen apícola uma opção concreta e inovadora para o desenvolvimento econômico territorial. O pólen apícola tem sido considerado um dos alimentos mais completos para a nutrição e reposição proteico-vitamínica, visto ser composto de água, glicídios, lipídeos, protídeos, sais minerais, dentre outras substâncias, sendo rico em vitaminas do complexo B, além de vitaminas A, C, E, ácido pantotênico, aminoácidos, entre outros. A produção e venda desse produto pode dinamizar a economia dessa microrregião, significando a possibilidade de trabalho e renda configurados em uma alternativa saudável e ecológica de construção de cidadania e garantia de qualidade de vida.

Dessa forma, considerando a necessidade de desenvolverem-se os territórios brasileiros, é fundamental dinamizar os arranjos produtivos existentes, fomentando suas potencialidades por meio de práticas diversificadas para além das experiências já existentes, propiciando aos trabalhadores rurais assentados oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

A proposta que se apresenta considera como lócus os municípios de Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção e Rio Maria, no Estado do Pará, e volta-se para a produção e venda do pólen apícola em áreas de assentamentos rurais, como estratégia para o desenvolvimento sustentável e para a redução das desigualdades regionais.

De acordo com dados do Incra, existem nesses municípios 65 projetos de assentamento agrário (PAs) e 6.767 famílias assentadas (INCRA, 2011, online), sendo ainda insuficientes as ações voltadas para implementação de uma extensão agrária capaz de garantir o acompanhamento técnico dos produtores, capacitando-os e auxiliando em suas atividades produtivas.

São necessárias intervenções que propiciem de fato a capacidade de autossustento das famílias, para assegurar sua permanência no campo de forma digna tendo por base dessa o exercício de direitos essenciais preconizados na Constituição, como saúde, educação segurança alimentar, entre outros.

Entretanto, não se trata tão somente de insuficiência de ações de capacitação, assistência técnica e extensão rural. O que fica evidenciado é a falta de estruturas organizativas que envolva todos na tentativa de fazer prosperar as práticas de produção. É preciso orientar, instruir, capacitar o produtor, acompanhando, coordenando, avaliando a produção até sua efetiva venda, fechando assim o ciclo produtivo. Dessa forma, possibilita-se a devolução aos produtores dos frutos econômicos de seus

trabalhos, à sociedade uma produção saudável a preços acessíveis e ao Estado o cumprimento de políticas públicas conforme lhe é preconizado. E é nesses pressupostos que se sustenta o projeto ora apresentado.

Objetivo geral: implementar a produção de pólen apícola em assentamentos rurais em quatro municípios do Estado de Pará, localizados na mesorregião do Bico do Papagaio, visando à dinamização da economia e à diversificação produtiva.

Objetivos específicos: desenvolver a economia dessa microrregião de forma articulada com as políticas públicas e iniciativas privadas por meio da produção e venda do pólen apícola em áreas de assentamentos agrícolas.

Articular uma rede de cooperação voltada para a garantia de assessoria técnica ao produtor para a produção e venda do pólen apícola.

Construir o Espaço Abelha como forma de dinamizar a economia e articular esforços para o desenvolvimento territorial sustentável por meio da produção de pólen apícola.

O projeto destina-se inicialmente a produtores rurais assentados nos municípios de Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção e Santa Maria, localizados no Estado do Pará, em uma das microrregiões que compõem a mesorregião do Bico do Papagaio.

Capacitação de 256 produtores em práticas apícolas com enfoque na produção de pólen apícola.

Implementação e desenvolvimento de 256 pequenos apiários (com média de 10 colmeias em cada apiário).

Construção do Espaço Abelha para processamento, armazenamento e venda do pólen apícola.

Objetivando a dinamização econômica nas áreas de assentamento agrário dos municípios referidos e considerando que a geração de trabalho e renda é fundamental para o desenvolvimento territorial, o projeto Pólen no Bico do Papagaio estrutura-se a partir de duas diretrizes básicas: a necessidade de produzir e desenvolver a produção de alimentos de forma sustentável nas dimensões econômica, social e ambiental e a garantia da venda sistemática e rentável dessa produção.

Metodologicamente identificam-se a partir dessas diretrizes três momentos diferenciados para a implementação do projeto: capacitação dos produtores rurais assentados, implementação dos apiários e construção e desenvolvimento do Espaço Abelha.

Capacitação dos produtores rurais assentados

Nessa primeira etapa da implementação do projeto serão identificados os produtores rurais com disposição para desenvolver a produção de pólen apícola e em seguida será desenvolvida a capacitação em práticas de apicultura com enfoque na produção de pólen, inicialmente para 256 produtores. Para a identificação

dos produtores e realização da capacitação serão buscadas parcerias com os seguintes órgãos: Secretaria de Estado de Agricultura do Pará, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-PA), sindicatos rurais e secretarias municipais responsáveis pelas políticas públicas de agricultura, educação e assistência social. A capacitação será implementada de forma integrada com as demais etapas do projeto, sendo necessária a integração com as políticas públicas existentes nos municípios e estados, bem como a alocação de recursos em órgãos públicos e empresas do setor privado.

Quadro Resumo Capacitação de Produtores em Práticas de Apicultura

Ações Período Parceiros

- Identificação de Produtores Rurais
1 mês
Sindicatos rurais
Secretarias municipais
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Associações comunitárias
- Sensibilização para a prática da atividade apícola
1 mês
Sindicatos rurais
Secretarias municipais
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-PA)
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Associações comunitárias
- Capacitação para produtores
3 meses
Sindicatos rurais
Secretarias municipais
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-PA)
Secretaria de Estado da Agricultura do Pará
Empresas e instituições bancárias privadas
Associações comunitárias

Implementação dos apiários

Essa etapa do projeto compreende a estruturação das áreas de assentamento para a produção do pólen apícola com vistas ao fortalecimento e à diversificação da base produtiva dos municípios identificados e o consequente desenvolvimento territorial. Dessa forma, por meio de parcerias com o Ministério do Desenvolvimento Agrário, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

(Pronaf), que financia projetos com vistas à geração de renda, e da Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater), que visa a assegurar o acesso.

- Aquisição dos instrumentos e materiais necessários
2 meses
Ministério do Desenvolvimento Agrário, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)
Secretarias municipais ligadas à agricultura e assistência social
Empresas e instituições bancárias privadas
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
- Instalação de novos apiários
3 meses
Ministério do Desenvolvimento Agrário, Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão (Pnater)
Empresas e instituições bancárias privadas
Sebrae-PA
Secretarias municipais
- Adequação dos apiários para a coleta de pólen
1 mês
Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar-PA)
Secretarias municipais
Sebrae-PA
- Construção e desenvolvimento do Espaço Abelha

Descoberto pelo reverendo Lorenzo Lorraine Langstroth em 1851, o espaço abelha na cultura racional constitui-se em um espaço usado pelas abelhas que comporte o livre acesso nas entrâncias da colmeia de até duas abelhas por vez, de modo que todo espaço inferior a 4,7mm e superior a 9,7 mm é inutilizado, quer seja com própolis ou com a feitura de novo favo em cera. Para a venda sistematizada, duradoura e rentável da produção de pólen os produtores precisam encontrar formas de organizar-se, agregando valor ao produto, tornando-o competitivo no mercado e assim dinamizando a produção. Nesse sentido são necessárias articulações que garantam o alcance desse objetivo e assim contribuam para a redução das desigualdades regionais e integrem os assentamentos rurais dessa região em uma atividade produtiva que irá dinamizar a economia.

O Espaço Abelha compreende, dessa forma, a estrutura física e legal/institucional para o processamento e a venda do pólen. O ordenamento legal/institucional configura-se como uma organização que integra os produtores por meio de assessoria técnica no processamento e armazenamento do pólen, viabilização de convênios com órgãos públicos para a inserção do produto no mercado e estratégias para colocação de um produto competitivo no mercado. Tal organização se constituirá por meio da articulação com Associações de Dinamização Econômica (ADE), sindicatos e secretarias municipais

responsáveis pela execução das políticas públicas de agricultura e assistência social. Por meio do Espaço Abelha serão firmados convênios com as administrações municipais (conforme previsto no Programa de Aquisição de Alimentos regulamentado pela Lei 10.696 de 02/07/2003) para destinação de parte da produção apícola para a merenda escolar. Serão desenvolvidas também estratégias de marketing para inserção do pólen na alimentação e ainda a logística de venda do produto. A estrutura física compreende um espaço de uso coletivo para os produtores beneficiarem e armazenarem corretamente o pólen apícola e até sua venda. Para a construção desse espaço serão buscadas parcerias com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Ministério do Desenvolvimento Social (MDS), secretarias estaduais e municipais de Agricultura e Assistência Social, Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), bem como empresas e instituições bancárias.

Quadro Resumo Construção e Desenvolvimento do Espaço Abelha

Ações Período Parceiros

- Integração dos produtores de pólen
2 meses
Associações comunitárias
Sindicatos rurais
Secretarias municipais de Agricultura e Assistência Social
- Ordenamento jurídico/institucional
2 meses
Associações comunitárias
Empresas de orientação jurídica
- Construção e adequação da estrutura física do Espaço Abelha
6 meses
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)
Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
Ministério do Desenvolvimento Social (MDS)
Secretarias estaduais e municipais de Agricultura e Assistência Social
Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)
Empresas e instituições bancárias privadas.

Cronograma para implementação do projeto

- A. Identificação dos produtores rurais
- B. Sensibilização para a prática da atividade apícola
- C. Capacitação para produtores
- D. Aquisição de instrumentos e materiais
- E. Instalação de novos apiários

- F. Adequação de apiários já existentes para coleta do pólen
- G. Integração dos produtores
- H. Ordenamento jurídico/institucional do Espaço Abelha
- I. Construção e adequação da estrutura física do Espaço Abelha

JUSTIFICATIVA

Considerando a realidade macroeconômica brasileira, pode-se falar em desenvolvimento regional desigual, sendo essenciais ações integradas que se voltem para a redução de tais desigualdades. O desenvolvimento econômico e social em áreas de assentamento agrário no Brasil constitui-se historicamente um desafio e a tarefa de produzir, buscando tirar da terra o necessário para garantia de dignidade e de condições adequadas de vida, torna-se por vezes quase impossível, dadas as dificuldades enfrentadas pelos trabalhadores rurais assentados no acesso a recursos financeiros (créditos, refinanciamentos) e assessoria técnica necessária tanto para produção propriamente dita quanto para suas formas de venda.

Para assegurar o desenvolvimento nessas áreas é essencial o processo de dinamização da economia, com implementação de projetos sustentáveis em âmbito econômico, social e ecológico.

Considerando o estabelecido pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (instituída pelo Decreto 6.047 de 22 de fevereiro de 2007), que tem como objetivos a redução das desigualdades de nível de vida entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento, existem territórios selecionados que necessitam ser foco de ações voltadas para o desenvolvimento dadas as condições apresentadas e a mesorregião do Bico do Papagaio é considerada um desses territórios diferenciados. De acordo com dados do Ministério da Integração Nacional, essa mesorregião abrange 66 municípios, sendo que, desses, 16 localizam-se no Estado do Maranhão, 25 no Pará e 25 no Piauí. Trata-se de uma mesorregião que tem como atividades econômicas predominantes a agropecuária e a extração mineral e vegetal, mas que se volta prioritariamente para a economia de subsistência. Em relação ao Estado do Pará, tem-se o PIB *per capita* e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) abaixo da média nacional (dados de 2008).

Dessa forma, considerando a necessidade de desenvolverem-se os territórios brasileiros, é fundamental dinamizar os arranjos produtivos existentes, fomentando suas potencialidades por meio de práticas diversificadas para além das experiências já existentes, propiciando aos trabalhadores rurais assentados oportunidades de desenvolvimento econômico, social e ambiental sustentável.

A proposta que se apresenta considera como lócus os municípios de Conceição do Araguaia, Floresta do Araguaia, Redenção e Rio Maria, no Estado do Pará, e volta-se para a produção e venda do pólen apícola em áreas de assentamentos rurais, como estratégia para o desenvolvimento sustentável e para a redução das desigualdades regionais. De acordo com dados do Incra, existem nesses municípios 65 projetos de assentamento agrário (PAs) e 6.767 famílias assentadas (INCRA, 2011, online), sendo ainda insuficientes as ações voltadas para implementação de

uma extensão agrária capaz de garantir o acompanhamento técnico dos produtores, capacitando-os e auxiliando em suas atividades produtivas.

Os objetivos do Prêmio Celso Furtado 2012 convergem com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional ao buscar identificar medidas concretas para redução das desigualdades entre as regiões brasileiras e a promoção da equidade no acesso a oportunidades de desenvolvimento. Dessa forma, a proposta aqui apresentada configura-se como uma alternativa inovadora para o alcance desses objetivos.

A estrutura do projeto ora apresentado privilegia a formação de parcerias entre órgãos públicos e privados para o financiamento das ações, buscando assim articular iniciativas e alocar recursos em diferentes esferas, garantindo as condições para a diversificação da base produtiva, dinamização da economia e consequente redução das desigualdades.

A partir do exposto é possível verificar que a presente proposta está alinhada com os objetivos do Prêmio Celso Furtado, atendendo, consequentemente, à Política Nacional de Desenvolvimento Regional.

**PROPONENTE**

Marilise Doege Esteves

TÍTULO

Projeto Jequitibá – Projeto de unidade referencial comunitária da agricultura familiar

○ Projeto Desenvolvimento da Unidade Referencial Comunitária de Agricultura Familiar do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá aponta as ações coletivas a serem desenvolvidas a curto e médio prazo, ações que objetivam promover o desenvolvimento sustentável da comunidade. O projeto visa a diversificar as fontes de renda, bem como proporcionar espaço de participação das famílias nos diferentes níveis e organizações afins, proporcionando-lhes a construção do conhecimento, o acesso às informações e as oportunidades para potencializar a qualidade de vida das famílias e da comunidade como um todo.

○ projeto foi elaborado pela equipe de assessores técnicos da Emater/Ates e por professores do Instituto Federal de Rondônia, com participação dos agricultores e apoio do Incra. Está fundamentado em consonância com a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (Pnater) e metodologias do Programa de Assessoria Técnica, Social e Ambiental à Reforma Agrária Ates e as políticas públicas para educação profissional, científica e tecnológica (EPCT/Setec/MEC).

A proposta do projeto Unidade Referencial Comunitária da Agricultura Familiar foi estruturada visando a atender ao objetivo proposto pelo Incra nos projetos de assentamento, possibilitando o alcance da transformação anunciada sobre a reali-

dade dos assentados. O PAF Jequitibá é um assentamento novo, criado em 2007, e é diferenciado dos demais assentamentos tradicionais, pois sua finalidade está no manejo comunitário da floresta.

O PAF Jequitibá localiza-se na Zona 2.1 do Zoneamento Socioeconômico-Ecológico do Estado de Rondônia (ZSEE), segundo a aproximação que caracteriza áreas com usos controlados, áreas com potencialidades naturais, sobretudo a florestal (exploração madeireira e não madeireira). Apresenta como diretriz prioritária o ordenamento do aproveitamento dos recursos naturais.

DESCRIÇÃO DETALHADA

A atual realidade do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá (PAF) dificulta a progressão econômica, social e ambiental das famílias. As condições de moradia são, em sua maioria, precárias e o acesso às políticas públicas é dificultado principalmente devido à falta de documentação das propriedades. Esse fator impossibilita o acesso a créditos rurais, o que prejudica a diversificação produtiva e investimentos na produção.

Este projeto apresenta uma proposta a ser implementada pelos técnicos da Emater/Ates-RO e os agricultores familiares da Agrovila Boa Esperança por meio de práticas, sistemas e conceitos agroecológicos, visando a estabelecer um modelo sustentável, por meio do uso de compostagens, biofertilizantes, adubos verdes, rotação de culturas, consórcios (sistemas agroflorestais [SAFs] e outros consórcios, como mandioca e milho/feijão), controles biológicos, sistema de práticas de criação de pequenos animais, entre outras práticas que usam baixa dependência de insumos externos e oportunizam os saberes locais numa articulação de trabalho comunitário.

A área em que se propõe a instalação da Unidade Referencial se constitui de 10 hectares e está localizada no Polo Produtivo e Agrovila do PAF Jequitibá, destinado às atividades comunitárias de 70 famílias assentadas. Atualmente, essa área está ociosa, com pastagem em processo de formação de capoeira. A proposta do projeto está pautada na diversificação de sistemas produtivos, com áreas destinadas a olericultura, cultivos de agricultura anuais e perenes, caprinocultura, ovinocultura, suinocultura, avicultura e sistemas de consórcios, a exemplo dos SAFs.

A implantação e a condução das ações terão como principais atores os agricultores familiares da agrovila Boa Esperança e técnicos da Emater/Ates-RO, em parceria com instituições de pesquisa e ensino, como o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), instituições estaduais, como Seagri e Sedes, e associações como a Aromaf. Pretende-se a adoção do fazer para aprender, de modo que essas famílias sejam produtores experimentadores, promovendo a adoção das práticas feitas na Unidade Demonstrativa em seus respectivos lotes.

Enquanto exercem atividades agrícolas, como o cultivo de culturas anuais (arroz, feijão, milho, mandioca, entre outras) e cultivo de culturas perenes (banana, caju etc.), os moradores também atuarão na instalação, manejo, colheita, pós-colheita e nas decisões relacionadas ao destino dessa produção. Essas atividades agrícolas

buscam atender, com prioridade máxima, à demanda alimentar dos agricultores e também dos animais existentes.

Os SAFs consistem no plantio consorciado de frutíferas e essências florestais, promovendo sistema de plantio heterogêneo, evitando problemas de pragas e doenças que ocorrem em sistema de monocultivo. Essa forma de cultivo representa produção de curto prazo (cultivos anuais na fase da instalação, primeiro ano), médio (fruteiras) e longo (essência florestal), que terão o mesmo destino dos outros sistemas de cultivo citados anteriormente.

A caprinocultura representa a forma alternativa de produção de leite e carne que proporcionará fontes de proteínas, vitaminas e lipídeos. Além disso, irá fornecer esterco para a produção de compostos e biofertilizantes. Essa alternativa de proteína e leite foi escolhida diante da impossibilidade imposta pelas legislações ambientais de estabelecer, no polo produtivo, a pecuária leiteira com animais de grande porte.

A Unidade Demonstrativa propõe também a produção de suínos e aves, principalmente como fonte alternativa de proteína. Esses animais proporcionarão a diversificação das atividades pecuárias, usando pequenas áreas e integrando a produção vegetal com a produção animal, como forma de verticalizar a obtenção de produtos. Além disso, tornará disponível lipídio (banha), no caso da suinocultura, e produção de resíduo, como esterco de suíno e de ave, para ser usado na produção de fertilizantes orgânicos.

Quanto ao aspecto ambiental, será considerada a legislação existente, evitando a contaminação da água, do solo e do ar com produtos agroquímicos (fertilizantes químicos, agrotóxicos), uso de sementes transgênicas, erosão do solo, queimada, perda da biodiversidade (produção em pequenas áreas, não necessitando de grande extensão de área desmatada), entre outras práticas que prejudicam seriamente o meio ambiente. O projeto visa, portanto, a garantir a segurança alimentar das famílias do assentamento e permitir a venda do excedente, proporcionando benefícios à sociedade, uma vez que oferecerá alimentos de qualidade.

PERFIL SOCIAL

O Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá está localizado no município de Candeias do Jamari (RO), criado pelo Incra por meio da publicação da Portaria nº 37, de 18 de julho de 2007. O assentamento tem características diferenciadas dos tradicionais por prever o manejo florestal comunitário como principal forma de sustento de seus beneficiários.

A área em que se encontra o PAF Jequitibá é classificada, de acordo com a 2ª Aproximação do Zoneamento Socioeconômico de Rondônia, como subzona 2.1, destinada à exploração florestal, sob regime de manejo sustentável. Na área, aproximadamente 138 mil hectares estão destinados para o assentamento de 516 famílias, perfazendo lotes de 200 hectares para cada família, sendo 190 hectares destinados à exploração de manejo florestal comunitário e 10 hectares para agricultura familiar. Até o momento a Emater/RO identificou e cadastrou 269 famílias, sendo dessas 147 assentadas legalmente pelo Incra. O restante das famílias é qualificado como famílias ocupantes e aguarda regularização.

O perfil do público está representado por agricultores, homens e mulheres, assentados da reforma agrária. Essas famílias têm enfrentado dificuldades de toda ordem para permanecer em suas pequenas propriedades. As condições de moradia são em sua maioria precárias, estando as famílias habitando em barracos feitos com folhas de coqueiro, lona, madeira e outros materiais, sem água tratada e energia elétrica em sua maioria.

As famílias que serão contempladas pelo Projeto Unidade Referencial deverão atender aos seguintes requisitos: residir na área destinada ao polo produtivo do assentamento e firmar um termo de cooperação para trabalho comunitário. A relação de beneficiários será elaborada pelos próprios assentados da Agrovila Boa Esperança em conjunto com os técnicos da Emater/Ates. Será levada em consideração a participação dos agricultores nas atividades de Ates já desenvolvidas e o perfil para trabalho comunitário.

O Projeto de Unidade Referencial pretende também, e de forma indireta, servir de modelo para a sensibilização das demais famílias, para que adotem o modelo em suas propriedades individuais ou até mesmo de forma comunitária, fortalecendo a economia do assentamento, assim como garantindo a inserção de novos hábitos alimentares das famílias, além de minimizar o êxodo rural, gerando receita financeira acima da média nacional para agricultura familiar, que se estima em R\$ 16 mil ao ano (Censo IBGE, 2007). Serão atendidas pelo projeto, prioritariamente, 45 famílias: 20 residentes na agrovila, que diretamente estarão responsáveis pela implantação e manutenção da unidade, e 25 estrategicamente situadas em diversas áreas do assentamento, as quais serão agentes multiplicadores do projeto nas suas respectivas localidades. Essas famílias possuem propriedades com áreas de 10 hectares destinados à agricultura familiar de subsistência e com renda de até um salário mínimo por mês.

O projeto buscou congregiar instituições representativas do setor produtivo, de pesquisa, inovação e extensão, bem como as organizações sociais representativas do assentamento, sendo elas: Incra-RO (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), Emater-RO (Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural e Social), Secretaria de Estado de Agricultura (Seagri), na distribuição de sementes e equipamentos, Instituto Federal de Rondônia (em cooperação técnica e parceria na elaboração, transferência de tecnologia e execução do projeto) e Associação Rondoniense de Manejo Florestal (Aromaf), no conhecimento local, que está diretamente ligada ao polo produtivo do assentamento. Pretende-se em parceria e cooperação técnica promover a consolidação do Projeto de Unidade Modelo do PAF Jequitibá como instrumento de desenvolvimento e promoção social.

A elaboração do projeto em parceria com o Instituto Federal de Rondônia deu-se baseada na Lei nº 11.892/2008, a qual cria os institutos federais de educação, espaços onde o ensino agrícola atua como importante instrumento de inclusão, propiciando a implementação de políticas públicas, promovendo a inovação, a transferência de tecnologia e a atuação no território de modo inclusivo, promovendo também o acesso ao conhecimento gerado nos institutos às populações tradicionalmente afastadas dessa possibilidade até então.

Nesse contexto a ressignificação do ensino agrícola nos institutos tem papel importante. É um processo que demanda ações integradoras entre o conhecimento ge-

rado no instituto e a demanda da comunidade rural, especialmente no que se refere à implementação da agricultura familiar. A parceria visa à aplicação de tecnologias que melhorem a vida no campo, promovendo a geração de renda e aumentando as possibilidades de manterem-se as famílias em suas propriedades; uma ação que impacte positivamente na comunidade e que aumente as chances de permanência dessa população no campo, com uma vida digna e com sustentabilidade, o que infere diretamente na questão do êxodo rural.

A Emater-RO será responsável pelo acompanhamento de todo o projeto e diretamente pela implantação da Unidade Referencial. O IFRO (Instituto Federal de Rondônia) realizará o curso de Formação Inicial e Continuada (FIC), de 180 horas, em três de seus campi, a partir de abril até junho de 2011. Como a pedagogia aplicada é a Pedagogia da Alternância, tanto o IFRO como a Emater trabalharão conjuntamente na transferência de tecnologia e na validação dos saberes.

O IFRO será responsável pelo processo de formação e transferência de tecnologia, dando oportunidade aos beneficiários de acesso ao conhecimento gerado na instituição, bem como implementará as políticas inclusivas dessa modalidade de educação, num diálogo ativo e de resultados com a comunidade. Durante a realização dos módulos de capacitação o IFRO colocará à disposição dos beneficiários a estrutura física de três campi, seus professores e técnicos, alunos que eventualmente façam parte do projeto como bolsistas. A estrutura física dos campi é composta por auditório, refeitório e salas de aula para as oficinas; laboratório de solo, de alimentos; agroindústria, laticínio e demais espaços de aprendizagem. O IFRO oferecerá também o transporte (ônibus) e alimentação/assistência estudantil.

A implantação da unidade referencial será dividida em três etapas, que consistem na sensibilização/mobilização da comunidade, capacitação/formação dos beneficiários e implantação/construção dos sistemas produtivos propostos.

Na primeira etapa do projeto será desenvolvido o processo de sensibilização/mobilização, que consistirá em proporcionar aos agricultores a descoberta da importância da unidade referencial para a agricultura familiar, como elemento estratégico para o desenvolvimento socioeconômico do assentamento. Essa etapa é considerada fundamental, pois tem como função principal motivar, envolver e comprometer os agricultores para a realização do projeto. Serão apresentados os objetivos, a importância da capacitação teórica, da participação comunitária nas atividades práticas que serão exigidas para construção e manutenção da unidade produtiva.

Na segunda etapa será desenvolvido o processo de formação dos beneficiários do projeto, por meio do IFRO.

CAPACITAÇÃO

A capacitação das famílias participantes será feita em parceria com o IFRO e Emater-RO e para tanto serão usados recursos humanos e físicos.

Para atender à demanda da comunidade em relação aos sistemas de produção que serão implantados na unidade produtiva, é necessária a realização de um curso em local que tenha estrutura suficiente e que esteja em plena atividade, além

de poder contribuir com a troca de tecnologias. Em relação a esses requisitos é que se idealizou a realização de um curso de Formação Inicial e Continuada (FIC) nos campi do IFRO.

A formação objetiva promover acesso ao conhecimento técnico e científico por meio de tecnologias e práticas ofertadas nos campi do IFRO.

Essa etapa dará oportunidade aos beneficiários de contato com professores e estudantes, com a tecnologia e inovação produzidas nos campi, atualização de laboratórios adequados e a vivência de boas práticas. A realização dessa etapa se dará em três módulos, em três campi distintos, conforme a temática de cada módulo. Será estabelecida como diretriz metodológica uma relação entre os saberes do trabalhador rural e as tecnologias disponíveis no instituto, aplicada a metodologia Arap (Avaliação e Reconhecimento de Aprendizagem Prévia) e a Pedagogia da Alternância, possibilitando assim a troca entre os ambientes, integrando os saberes e conhecimentos. Essa etapa representa importante passo na consecução das diretrizes dos institutos federais, promovendo acesso ao conhecimento a uma população não tradicional aos institutos por meio da formação inicial e continuada, que consiste em um instrumento inclusivo, promotor da aprendizagem contínua, ou seja, os beneficiários, após cada módulo da capacitação no campus, estarão colocando em prática o conteúdo e as tecnologias adquiridas, praticando, aprendendo constantemente e já aplicando em seu ambiente produtivo.

O primeiro módulo será realizado no Campus Ji-Paraná, na primeira semana de abril. Nesse módulo será abordado o tema principal, que é a agroecologia, e demais temas decorrentes, como economia solidária, administração rural e associativismo, sendo que no fim os alunos apresentarão um trabalho de conclusão e avaliação do módulo estudado. Retornando ao assentamento, as pessoas envolvidas começarão a trabalhar na unidade onde começará o trabalho prático, com a limpeza das áreas. Em maio acontecerá o segundo módulo, no Campus Ariquemes, com ênfase no tema referente aos Sistemas Agroflorestais (SAFs), sendo que serão abordados ainda: agricultura perene e anual, aquicultura e sistemas de forrageiras. O terceiro módulo acontecerá em junho no Campi Colorado do Oeste, onde o principal objetivo da capacitação é dar ênfase à horticultura orgânica. Entretanto, temas como avicultura, suinocultura, fruticultura e caprinocultura serão abordados, bem como um breve relato sobre as novas tendências para a agricultura familiar. Nesse módulo, os alunos apresentarão os trabalhos sobre o andamento do desenvolvimento da unidade. No fim desse módulo será feita a avaliação e consequente conclusão do curso FIC.

Terminando os trabalhos referentes à formação FIC, dar-se-á o início da terceira etapa do projeto, a do desenvolvimento da unidade no assentamento. A terceira etapa terá o desenvolvimento da unidade por meio de trabalhos feitos coletivamente, iniciados segundo o cronograma de execução para implantação/execução da Unidade Referencial com o acompanhamento dos técnicos da Emater/Ates. Nesse momento estarão participando também os professores/pesquisadores do IFRO, que farão o acompanhamento a distância dos trabalhos na unidade.

Todas as etapas estarão focadas em ações coletivas e serão abordadas de forma contínua, durante toda a execução do projeto. O projeto proposto terá a função de disse-

minar a implantação de outras unidades em toda a extensão do assentamento. Além disso, servirá de modelo para propriedades particulares, em áreas de assentamento ou não.

A área destinada para implantação da Unidade Referencial equivale a 10 ha, localizada no polo produtivo do PAF Jequitibá, espaço destinado à exploração agrícola comunitária das famílias assentadas. A divisão da área para implantação do projeto ocorrerá do seguinte modo:

- 2 ha destinados ao cultivo de hortaliças;
- 3 ha destinados a cultivos agrícolas, incluindo forrageiras;
- 0,25 ha destinados à criação de aves;
- 0,25 ha destinados à criação de suínos;
- 2,5 ha destinados a pecuária de animais de pequeno porte (carneiros e cabras);
- 2,0 ha destinados à implantação de Sistemas Agroflorestais (SAFs).

MOBILIZAÇÃO NA COMUNIDADE

A comunidade está envolvida e comprometida com os objetivos do projeto. As propostas apresentadas aqui são sugestões da própria comunidade, que participa das atividades cotidianas da Emater/Ates. No entanto, em janeiro, ainda serão feitas reuniões e uma assembleia, onde todos assinarão um termo de compromisso/participação no projeto.

Vale destacar que no Estado de Rondônia a aplicação da agroecologia (e seus conceitos sustentáveis) encontra-se em fase inicial, uma vez que as propriedades que praticam a agricultura familiar ainda são em número pouco expressivo, pois a cultura do sistema convencional de produção com o uso maciço de agrotóxico e produtos agroquímicos predomina. Basicamente essa atividade do ponto de vista sustentável é inviável, inclusive a segurança alimentar é amplamente afetada, sendo prejudicial à saúde. Experiências mostram que no sistema de agroecologia é possível aumentar a receita líquida na propriedade, de modo sustentável e gradativamente. Esse sistema agroecológico está tornando disponíveis alimentos de qualidade aos consumidores, o que reduz muito a questão de problemas de saúde enfrentados pela população.

RESULTADO E IMPACTOS ESPERADOS

- Agricultores formados e capacitados em práticas de manejo agroecológicas aptos a atuarem nos sistemas produtivos (olericultura, fruticultura, sistemas agroflorestais).
- Capacidade das famílias para gerir e administrar suas propriedades e organizados em grupos formais por meio de associações e cooperativas.
- Aptidão para desenvolver práticas de pecuária de aves e suínos.
- Agricultores formados e capacitados para o desempenho de práticas de pecuária leiteira usando caprinos no sentido de melhorar a segurança alimentar e nutricional das famílias.
- Aptidão para desenvolver cultivos orgânicos diversificados com aproveitamento dos recursos naturais existentes.

JUSTIFICATIVA

A atual realidade do Projeto de Assentamento Florestal Jequitibá (PAF) dificulta a progressão econômica, social e ambiental das famílias. As condições de moradia são, em sua maioria, precárias e o acesso às políticas públicas é dificultado principalmente devido à falta de documentação das propriedades. Esse fator impossibilita o acesso a créditos rurais, o que prejudica a diversificação produtiva e investimentos na produção.

Este projeto apresenta uma proposta a ser implementada pelos técnicos da Emater/Ates-RO e os agricultores familiares da Agrovila Boa Esperança por meio de práticas, sistemas e conceitos agroecológicos, visando a estabelecer um modelo sustentável, por meio do uso de compostagens, biofertilizantes, adubos verdes, rotação de culturas, consórcios (sistemas agroflorestais [SAFs] e outros consórcios, como mandioca e milho/feijão), controles biológicos, sistema de práticas de criação de pequenos animais, entre outras práticas que usam baixa dependência de insumos externos e dão oportunidade aos saberes locais numa articulação de trabalho comunitário.

A área em que se propõe a instalação da Unidade Referencial se constitui de 10 hectares e está localizada no Polo Produtivo e Agrovila do PAF Jequitibá, destinado às atividades comunitárias de 70 famílias assentadas. Atualmente, essa área está ociosa, com pastagem em processo de formação de capoeira. A proposta do projeto está pautada na diversificação de sistemas produtivos, com áreas destinadas a olericultura, cultivos de agricultura anuais e perenes, caprinocultura, ovinocultura, suinocultura, avicultura e sistemas de consórcios, a exemplo dos SAFs.

A implantação e a condução das ações terão como principais atores os agricultores familiares da Agrovila Boa Esperança e técnicos da Emater/Ates-RO, em parceria com instituições de pesquisa e ensino como o Instituto Federal de Rondônia (IFRO), instituições estaduais, como Seagri e Sedes, e associações como a Associação Rondoniense de Manejo Florestal (Aromaf). Pretende-se a adoção do fazer para aprender, de modo que essas famílias sejam produtores experimentadores, promovendo a adoção das práticas realizadas na Unidade Demonstrativa em seus respectivos lotes.

A implantação da olericultura proporcionará a organização dos moradores visando à disponibilidade de produtos diversificados para atender à demanda nutricional diária de sais minerais e vitaminas das famílias, visando a suprir a necessidade alimentar do organismo humano; no caso do excedente, quando existir, será destinado à venda.

Enquanto executam atividades agrícolas, como o cultivo de culturas anuais (arroz, feijão, milho, mandioca, entre outras) e cultivo de culturas perenes (banana, caju etc.), os moradores também atuarão na instalação, manejo, colheita, pós-colheita e nas decisões relacionadas ao destino dessa produção. Essas atividades agrícolas buscam atender, com prioridade máxima, à demanda alimentar dos agricultores e também dos animais existentes.

Os SAFs consistem no plantio consorciado de frutíferas e essências florestais, promovendo sistema de plantio heterogêneo, evitando problemas de pragas e doenças que ocorrem em sistema de monocultivo. Essa forma de cultivo representa produção de curto prazo (cultivo de culturas anuais na fase da instalação, primeiro ano), médio (fruteiras) e longo prazo (essência florestal), que terão o mesmo destino dos outros sistemas de cultivo citados anteriormente.

A caprinocultura representa a forma alternativa de produção de leite e carne que proporcionará fonte de proteínas, vitaminas e lipídios. Além disso, irá fornecer esterco para a produção de compostos e biofertilizantes. Essa alternativa de proteína e leite foi escolhida diante da impossibilidade imposta pelas legislações ambientais de estabelecer, no polo produtivo, a pecuária leiteira com animais de grande porte. A Unidade Demonstrativa propõe também a produção de suínos e aves, principalmente como fonte alternativa de proteína. Esses animais proporcionarão a diversificação das atividades pecuárias, usando pequenas áreas e integrando a produção vegetal com a produção animal, como forma de verticalizar a obtenção de produtos. Além disso, tornará disponível lipídio (banha), no caso da suinocultura, e produção de resíduo, como esterco de suíno e de ave, para ser usado na produção de fertilizantes orgânicos.

Quanto ao aspecto ambiental, será considerada a legislação existente, evitando a contaminação da água, do solo e ar com produtos agroquímicos (fertilizantes químicos, agrotóxicos), uso de sementes transgênicas, erosão do solo, queimada, perda da biodiversidade (produção em pequenas áreas, não necessitando de grande extensão de área desmatada) entre outras práticas que prejudicam seriamente o meio ambiente. O projeto visa, portanto, a garantir a segurança alimentar das famílias do assentamento e permitir a venda do excedente, proporcionando benefícios à sociedade, uma vez que oferecerá alimentos de qualidade: inclusão produtiva x tecnologia e inovação.



PROPOSTAS INSCRITAS

CATEGORIA 1**Produção do Conhecimento Acadêmico – Doutorado****PROPONENTE**

Adriana Roesse

TÍTULO

Planejamento regional ascendente e regionalização:
atores e estratégias da organização dos fluxos de utilização dos
serviços de saúde

Objetiva analisar as estratégias e a configuração de poder que se estabelecem no planejamento relativo à regionalização, compreendido no espaço geográfico dos municípios que compõem a Associação dos Secretários e Dirigentes Municipais de Saúde (Assedisa) Centro-Sul no Estado do Rio Grande do Sul, sob a ótica de atores institucionais e da gestão governamental. Possui abordagem qualitativa e a identificação das categorias empíricas foi feita por meio da análise temática e, após, partiu-se para a análise estratégica proposta por Matus e Testa, além dos fixos e fluxos propostos por Milton Santos. Pela análise dos resultados foram apontados o financiamento em saúde, especialmente, em média complexidade, e a organização do sistema como os principais problemas enfrentados pelos atores municipais no processo de descentralização em saúde. Por outro lado, observou-se a dificuldade que esses tinham de aceitar sua responsabilidade, além da gestão da atenção básica, e o receio do aumento da responsabilidade pela assinatura do Pacto de Gestão, pois os mesmos já vinham repassando além do mínimo constitucional. A discussão de fixos e fluxos que perpassam o território de saúde demonstra as dificuldades que os atuais recortes espaciais e desenhos de redes engessados vinham impondo aos municípios. Dessa forma, esses usavam a capacidade instalada de Porto Alegre para consultas e procedimentos especializados, além dos serviços do Consórcio Intermunicipal Centro-Sul, e focavam a média complexidade na região, em alguns hospitais regionais. Já a Programação Pactuada e Integrada, a regulação em saúde e as análises oriundas do Pacto de Gestão foram consideradas mecanismos que apontavam para a efetivação dos fluxos. Tanto os fixos quanto os fluxos influenciam e são influenciados pelo jogo político, sendo que nesse ocorre a distribuição do poder político. Conclui-se a necessidade de se repensar a consolidação da microrregião, a partir da análise situacional, local e regional, bem como a reorganização do Sistema de Saúde.

**PROPONENTE**

Airton Cardoso Cançado

TÍTULO

Fundamentos teóricos da gestão social

O objetivo geral desta tese é apresentar uma primeira aproximação dos fundamentos teóricos de delimitação da Gestão Social enquanto campo do conhecimento científico dentro do campo da administração. Os objetivos específicos foram: 1) identificar e analisar a produção acadêmica em Gestão Social; 2) identificar e analisar as correntes de pensamento em Gestão Social e as categorias teóricas que a sustentam como área do conhecimento científico; 3) demarcar o campo científico da Gestão Social com base em critérios teóricos e de cientificidade. Este trabalho é eminentemente teórico, a metodologia é de caráter interpretativo e usou o método da Análise de Conteúdo. Foram identificados 225 trabalhos (40 teses/dissertações, 55 artigos em periódicos e 130 artigos em eventos), classificados em Categorias para Análise de Conteúdo. A análise qualitativa buscou identificar as Categorias Teóricas Fundantes da Gestão Social: Interesse Bem Compreendido, Sustentabilidade, Solidariedade, Esfera Pública, Democracia Deliberativa, Ação Racional Substantiva, Comunidades de Prática, Dialogicidade, Intersubjetividade, Interorganizações e Emancipação. A partir dessas categorias foram construídos os fundamentos teóricos que podem delimitar o campo de conhecimento científico da Gestão Social. Em um esforço de síntese, podemos definir Gestão Social como: um processo dialético de organização social próprio da esfera pública, fundado no interesse bem compreendido, e que tem por finalidade a emancipação do homem. Essa delimitação foi apresentada na perspectiva da dialética negativa adorniana. A partir dessa proposta foram feitos testes de cientificidade para a Gestão Social a partir dos critérios de demarcação dos autores: Popper, Kuhn, Lakatos, Feyerabend, Chalmers, Santos e Demo. A perspectiva teórica só não atendeu aos critérios de Kuhn e Lakatos. O pressuposto foi confirmado: a Gestão Social constitui um campo de conhecimento científico com fundamentos teóricos específicos.

**PROPONENTE**

Aléx Fabiano Ribeiro de Magalhães

TÍTULO

Desenvolvimento de tecnologias de tratamento de águas brancas e pretas da Região Amazônica para consumo humano

Por meio de informações do Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento, verificam-se baixos índices de atendimento por água potável na Região Norte do Brasil, que chega a um percentual menor do que 40% no Estado de Rondônia (SNIS, 2005). De maneira a disponibilizar tecnologias para tratamento

das águas brancas e pretas da Região Amazônica para o atendimento à população não atendida por sistemas de abastecimento de água potável, este estudo desenvolveu novas tecnologias, aptas para o tratamento dessas águas.

Metodologia: para o desenvolvimento da tese de doutorado, foram implantadas unidades em escala piloto em Manaus (AM), para tratamento das águas pretas, e em Careiro da Várzea (AM), para tratamento das águas brancas da Região Amazônica, sendo a eficiência das unidades-piloto monitorada por intermédio dos parâmetros de pH, turbidez, cor aparente, cor verdadeira e coliformes termotolerantes.

Resultados e conclusão: após todo o trabalho feito, tanto na Primeira como na Segunda Fase da pesquisa, disponibilizou-se uma tecnologia para o tratamento das águas brancas da Amazônia composta pelas fases de pré-filtração dinâmica com taxa de aplicação de $2,4 \text{ m}^3/\text{m}^2.\text{d}$, pré-filtração vertical ascendente em camadas com taxa de aplicação de $4,3 \text{ m}^3/\text{m}^2.\text{d}$, filtração lenta com taxa de aplicação de $1,7 \text{ m}^3/\text{m}^2.\text{d}$ e injeção de solução coagulante de sulfato alumínio ferroso com dosagem de 30 mg/L , posicionada na tubulação de saída do pré-filtro dinâmico. Também foi disponibilizada uma tecnologia para o tratamento das águas pretas da Amazônia composta pelas fases de pré-filtração dinâmica com taxa de aplicação de $2,4 \text{ m}^3/\text{m}^2.\text{d}$, pré-filtração vertical ascendente em camadas com taxa de aplicação de $4,3 \text{ m}^3/\text{m}^2.\text{d}$, filtração lenta com taxa de aplicação de $1,7 \text{ m}^3/\text{m}^2.\text{d}$ e filtração em carvão ativado granular com taxa de aplicação de $6,1 \text{ m}^3/\text{m}^2.\text{d}$, sendo essa última posicionada após o filtro lento.

**PROPONENTE**

Alexandre Magno de Melo Faria

TÍTULO

Destramando o tecido do desenvolvimento

A cotonicultura em Mato Grosso passou por uma transformação estrutural no fim do século XX. Desde sua implantação na década de 1930 até meados da década de 1990 a cotonicultura foi feita por empreendimentos familiares em áreas abaixo de 30 hectares. Alterações no ambiente econômico-institucional criaram condições de aplicação de capitais a partir de 1997, conjugada com inovações tecnológicas e difusão de conhecimento técnico. Houve uma forte elevação da escala de produção, com expansão da produtividade da terra e do trabalho. No início do século XXI, o capital agrário se tornou hegemônico na cotonicultura e expurgou o campesinato desse ramo produtivo. O Estado de Mato Grosso se tornou em 1998 o maior produtor brasileiro de algodão, com relevantes impactos na economia regional. Contudo, a forte mecanização de todas as fases do processo de trabalho e a ausência da indústria de insumos e de agroindustrialização da fibra de algodão em Mato Grosso não criaram condições de absorção de força de trabalho na mesma magnitude do crescimento econômico, com a renda sendo assimetricamente distribuída. O modelo tecnológico

usado pelo capital agrário tem gerado forte homogeneização do ambiente, causado desequilíbrios ecológicos capazes de elevar a aplicação de capital constante na forma de agrotóxicos e fertilizantes. Os resultados indicam uma estrutura socioproductiva incapaz de vincular desenvolvimento econômico com desenvolvimento social, pautada em concentração e centralização do capital, baixa geração de empregos, reduzida distribuição de renda e desestruturação de ecossistemas, além de depender de incentivos fiscais e crédito do governo federal. Esse arquétipo não se apresenta como uma trajetória compatível com as necessidades de mudança coletiva estrutural que contemple uma nova racionalidade produtiva e de consumo e que seja ampliada socialmente sem comprometer a estrutura e a funcionalidade dos ecossistemas que dão suporte aos projetos tecnoeconômicos.

**PROPONENTE**

Allan Sarmiento Vieira

TÍTULO

Modelo de simulação quali-quantitativo multiobjetivo para o planejamento integrado dos sistemas de recursos hídricos

O uso de modelos matemáticos no planejamento e gerenciamento de recursos hídricos não pode mais se restringir a um simples balanço entre a oferta e a demanda ou a uma simples estimação da poluição, mas deve considerar as não linearidades dos processos e determinar, a partir de uma análise integrada, o atendimento aos usos múltiplos e o enquadramento dos níveis de concentrações numa bacia hidrográfica. Tais simplificações, se não forem bem trabalhadas, dependendo da aplicabilidade, podem comprometer o processo de tomada de decisão e conseqüentemente a busca pela sustentabilidade. Assim, o objetivo desta pesquisa foi desenvolver um modelo de simulação que incorpore tais simplificações e, além disso, promova, aos níveis de prioridades, uma análise integrada e multiobjetiva dos aspectos quali-quantitativo dos sistemas de recursos hídricos. O modelo proposto usa técnicas de programação linear que permite otimizar mensalmente os usos múltiplos nos reservatórios e rios, considerando variáveis relacionadas aos aspectos hidroclimáticos, hidráulicos, demandas e níveis de concentrações estabelecidos pelo Conama 357/05. Para avaliar o desempenho do modelo desenvolvido foi proposta uma análise sistêmica de dois reservatórios em série localizados no sertão do Estado da Paraíba, donde foram idealizados quatro cenários. Os resultados demonstraram que todas as restrições físicas e operacionais do sistema foram satisfeitas e que o atendimento das demandas para irrigação de culturas sazonais no açude São Gonçalo para os cenários II e III apresentou índices de sustentabilidade preocupantes. Isso ocorreu porque os níveis de concentrações a serem diluídos tinham maiores prioridades. Portanto, o novo modelo de simulação mostrou-se eficiente por atender todas as restrições impostas e eficaz por conseguir avaliar de forma integrada os aspectos quali-quantitativos da água, tornando-se uma ferramenta imprescindível para os gestores públicos na busca de soluções que promovam a equidade social.

**PROPONENTE**

Ana Angélica dos Santos Faro

TÍTULO

Preparação, caracterização e comportamento mecânico de compósitos híbridos à base de resina epóxi/fibra visando à produção de juntas por enrolamento filamentar

As junções representam uma descontinuidade na homogeneidade do material que resulta em tensões localizadas, onde frequentemente se inicia a falha, tornando-se inevitável sua introdução em sistemas de tubulação. O uso extensivo de materiais compósitos em sistemas de tubulação ainda é limitado. E isso se deve à necessidade do estudo de materiais considerando as fibras usadas e seus arranjos, da resina a ser empregada, do comportamento mecânico dos materiais empregados e das técnicas de processamento, além do desenvolvimento de juntas para conexões das tubulações de compósito e o comportamento da junção até a falha. Este trabalho visa a preparar, caracterizar e avaliar o desempenho de compósitos híbridos à base de resina epóxi/fibra usando como carga pó de coco e avaliar a viabilidade de produção de juntas por enrolamento filamentar. Foram produzidos corpos de prova poliméricos a partir de dois sistemas à base de epóxi (DGEBA) com diferentes ciclos de cura contendo diferentes porcentagens de carga. Em seguida, foram produzidos compósitos híbridos unidirecionais resina/carga/fibra de vidro e resina/carga/fibra de carbono. A caracterização dos materiais e o efeito da adição da carga foram obtidos por meio de ensaios mecânicos de tração, análises térmicas (calorimetria diferencial de varredura, termogravimetria e análise dinâmico-mecânica), infravermelho com transformada de Fourier, microscopia óptica e eletrônica de varredura. Por fim, foram feitos ensaios hidrostáticos de pressão interna das juntas em conexão de tubos compósitos. A presença da carga nos sistemas epóxi modifica as propriedades mecânicas e viscoelásticas e os modos de falha, porém não afeta o perfil de degradação nem o ciclo de cura das resinas. O compósito híbrido com fibra de carbono e resina de cura ambiente apresentou melhoria nas propriedades de tração, em torno de 37,5%, devido à adição de 10% de carga, o que não foi verificado para os demais compósitos.

**PROPONENTE**

Ana Zuleide Barroso da Silva

TÍTULO

Construção de governança nos espaços protegidos fronteiriços Brasil-Venezuela

Os espaços transfronteiriços são hoje cenários do complexo entrelaçamento de circunstâncias e processos cujas origens, manifestações e consequências expressam vínculos entre realidades locais e injeções nacional e internacionalmente definidas e que suscitam, por sua vez, desafios de distintas naturezas no

campo das áreas ambiental, indígena e de segurança. O pano de fundo da tese analisa: (i) como as políticas e ações concebidas pelos Estados brasileiro e venezuelano nas áreas ambiental, indígena e de segurança repercutem nos espaços transfronteiriços; (ii) como as iniciativas desenvolvidas localmente se articulam com as políticas governamentais definidas no âmbito nacional e, por fim, (iii) como se ensejam essas iniciativas de cooperação bilateral visando à resposta a desafios e à gestão de problemas nos espaços fronteiriços. O objetivo almejado é analisar as políticas e ações nas áreas ambiental, indígena e de segurança implementadas nos espaços protegidos fronteiriços, Brasil e Venezuela, e suas consequências para a cooperação bilateral nos espaços transfronteiriços e avaliar as formas nascentes de construção de governança existentes nesses espaços. A metodologia adotada amparou-se em pesquisa bibliográfica, documental e de campo, analisando as experiências internacionais de gestão de espaços protegidos transfronteiriços e as políticas do Brasil e da Venezuela voltadas para os respectivos espaços em suas fronteiras comuns, para, em seguida, caracterizar e analisar ações cooperativas empreendidas localmente, assumindo-as como substratos de formas nascentes de governança. O estudo revela que a fronteira entre Brasil e Venezuela constitui um grande mosaico, tanto pela geografia física como política, pois são espaços protegidos com diferentes finalidades como Terras Indígenas, Parques Nacionais entre outros, espaços onde populações locais, entidades governamentais e não governamentais interagem na busca por maior simetria entre as políticas locais.

**PROPONENTE**

Andyara Lima Barbosa

TÍTULO

Modelos relacionais para a organização e o desenvolvimento regional do turismo

O modelo de gestão descentralizada e participativa do turismo instaurado pelo Ministério do Turismo deve viabilizar os relacionamentos entre as diversas esferas da gestão pública e as diferentes escalas de representação da iniciativa privada e do terceiro setor. Nesse sentido, este estudo pesquisou a existência, a forma e a modelagem dos relacionamentos experienciados no Vale do Contestado em Santa Catarina e na região das Hortênsias e na Costa Doce no Rio Grande do Sul. Para tanto, usou o método científico em sua modalidade empírico-analítica inspirada no Princípio da Epistemologia Dinâmica, do enfoque indutivo com metodologia não experimental qualitativa. O procedimento adotado foi o de estudos de casos múltiplos que envolveu a coleta de dados secundários por meio da revisão bibliográfica sobre as principais temáticas atinentes ao tema e documental no que se refere às regiões pesquisadas; além de pesquisa empírica aplicada por meio da observação direta e extensiva desenvolvida por meio da aplicação de entrevistas

semiestruturadas. A apresentação dos resultados da pesquisa se faz de maneira descritiva e a interpretação e análise dos dados se deu por meio da identificação numérica de respostas/situações coincidentes, por meio da identificação de respostas/situações similares e/ou equivalentes e da comparação, levando-nos a constatar que os relacionamentos existentes para a organização do turismo no lócus regional se dão de maneira fácil, consensual, custeada basicamente pelas municipalidades e, em dois dos casos estudados, são anteriores aos processos de regionalização instaurados pelo MTur. Carecem, contudo, de estruturação/modelagem em termos da macrorredes e de funcionalidade, além do incentivo à especialização dos talentos humanos em termos de educação continuada nas áreas de pesquisa, marketing e planejamento.

**PROPONENTE**

Benedita Marta Gomes da Costa

TÍTULODa bancada ao *bureau*: análise do desenvolvimento da biotecnologia no Nordeste brasileiro sob o enfoque de sistema regional de inovação

O ponto de partida do presente trabalho consistiu em investigar o desenvolvimento da biotecnologia no Nordeste brasileiro na perspectiva de um Sistema Regional de Inovação. A análise ocorreu mediante a eleição de quatro dimensões: infraestrutura física, capital humano, produção científica e financiamento. A localização da infraestrutura física ocorreu mediante pesquisa bibliográfica, documental e entrevistas com coordenadores de pesquisas em biotecnologia. Com relação ao capital humano, a análise incidiu sobre a formação de recursos em biotecnologia, destacando-se os cursos de pós-graduação e grupos de pesquisas na área. Para mensurar a dimensão produção do conhecimento delimitamos como foco dessa categoria a colaboração científica entre pesquisadores na área de biotecnologia. Quanto à dimensão financiamento as informações foram coletadas junto a relatórios disponibilizados nos sites de agências financiadoras de âmbito nacional e estadual. Os dados foram analisados mediante a complementaridade de metodologias (quantitativas e qualitativas). Para subsidiar as análises revisitamos as políticas de integração na área de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I). A análise possibilitou verificar que as políticas na área CT&I desempenham papel essencial para o desenvolvimento da biotecnologia na região. Os dados revelam que práticas voltadas para a formação em recursos humanos e produção do conhecimento apresentam-se como fatores que possibilitam a emergência de um SRI em biotecnologia na região. Como limitações, verificamos a baixa imersão entre atores regionais e heterogeneidade nos indicadores socioeconômicos; atrelado a esses o financiamento à inovação na região apresenta baixo dinamismo. De forma geral, concluímos que o desenvolvimento de um SRI em biotecnologia, tomando-

se como base a atual dinâmica regional, depende de uma efetiva mudança de comportamento dos agentes sociais envolvidos, tanto nas dimensões nacional e regionais como pública e privada.

**PROPONENTE**

Bruno Leonardo Barth Sobral

TÍTULO

Ciclo de investimentos e o papel das estratégias de grandes agentes econômicos: o caso da periferia da Região Metropolitana do Rio de Janeiro 1995-2010

O trabalho discute o papel de grandes investimentos sobre o território e a capacidade de formação de centralidades econômicas organizadoras de um espaço metropolitano dinâmico. Diante das intersetorialidades e assimetrias competitivas, investigam-se as oportunidades e os desafios para a consolidação de complexos logístico-produtivos em um contexto urbano-regional específico. Nessa perspectiva, ganha evidência a carência de uma maior coordenação política para o uso e aproveitamento mais adequado de recursos territoriais.

Para o tratamento das questões levantadas, a Região Metropolitana do Rio de Janeiro (RMRJ) foi escolhida como estudo de caso. Diante do recente ciclo de grandes investimentos em sua periferia, o estudo busca servir como ponto de partida para um debate mais amplo sobre a estrutura de planejamento público a ser fortalecida.

O trabalho está organizado de forma a apresentar um quadro de referência dos principais determinantes (teóricos, macrossetoriais e históricos) e, posteriormente, analisar os problemas concretos da dinâmica recente fluminense por meio de um diagnóstico estrutural e um balanço do ciclo de investimentos na periferia da RMRJ. Para isso, foram feitas uma resenha bibliográfica, uma pesquisa de dados secundários em diversas bases estatísticas e uma ampla pesquisa de campo com mais 600 entrevistas com representantes dos empreendimentos e especialistas técnicos.

Como principais resultados, identificou-se o exercício descoordenado de forças poderosas no território, ocasionando pressão sobre recursos escassos e subutilização de recursos disponíveis. Ao invés da maior integração socioeconômica, tendem a se configurar lógicas de acumulação desencontradas que se sobrepõem com pouca interpenetração em um tecido urbano esgarçado.

Conclui-se que um plano de desenvolvimento não deve ser encarado como sinônimo do somatório de planos de negócios das corporações envolvidas nos projetos, sendo preciso consolidar um planejamento público indutor.

**PROPONENTE**

Carla Maria Schmidt

TÍTULO

Criação e apropriação de valor no sistema agroindustrial do vinho do Vale do Vinhedos

O que motivou a realização desse trabalho foi estudar o impacto da formação de uma rede inserida no sistema agroindustrial do vinho, no Vale dos Vinhedos (RS). Essa é uma região rural formada por vinícolas, produtores de uva, hotéis, pousadas, restaurantes e artesanatos. Dentro desse sistema ocorrem várias ações coletivas, destacando-se a obtenção do Selo de Indicação de Procedência dos vinhos finos da região, em 2002. Essa certificação afeta vários atores, sendo que se desconhecia o impacto da ação para os diferentes agentes envolvidos. Assim, este estudo identificou como a rede do Vale dos Vinhedos possibilita a criação de valor para os atores coletivos nela inseridos. Os dados empíricos foram obtidos por meio de entrevistas e questionários feitos com produtores e vinícolas. Para a análise dos dados, usaram-se os métodos econométrico e descritivo. Os principais resultados apontam para um cenário de criação de valor na rede vitivinícola. O selo de Indicação de Procedência possui impacto positivo sobre a venda de vinhos finos das vinícolas, além de influenciar de forma positiva a venda de vinhos comuns dessas firmas, o que conduz a um contexto de formação de externalidades. Também se comprovou que a certificação apresenta influência positiva sobre a renda por hectare dos produtores de uva da região. Ainda cumpre destacar que a rede possibilita criação de valor para outros atores envolvidos, como hotéis, restaurantes, comércios, pousadas e artesanatos, uma vez que promove geração de externalidades positivas, como: aumento do número de turistas; geração de empregos; reconhecimento da região em todo o país e no exterior; fortalecimento dos diversos estabelecimentos comerciais e valorização dos imóveis rurais. Este estudo apresenta relevante contribuição, principalmente se considerado que o Vale dos Vinhedos serve de modelo para outras regiões do país, uma vez que é pioneiro em termos de certificação geográfica no Brasil.

**PROPONENTE**

Carlos Eduardo de Oliveira Dantas

TÍTULO

Previsão de controle de inundação em meio urbano com suporte de informações espaciais de alta resolução

A pesquisa tem como objetivo geral aprimorar a previsão e o controle de inundações com suporte de informações espaciais de alta resolução para o planejamento territorial, com foco na proteção das cidades. De forma in-

tegrada a esse objetivo, são abordados os avanços decorrentes do uso de informações espaciais mais precisas na modelagem dos processos hidrológicos e hidrodinâmicos por ocasião de eventos de cheia, bem como o ganho da qualidade potencializado pelas informações de alta resolução espacial no aprimoramento de projetos, no monitoramento, no planejamento de obras de contenção de cheias e nas intervenções urbanas para minorar a ocorrência de inundações. O trabalho usa o mapeamento digital a laser, a partir de dados LiDAR, e as ortofotos digitais, geradas após as inundações ocorridas em junho de 2010, para a região mais atingida no Estado de Pernambuco, gerando produtos cartográficos de alta precisão. A partir do histórico de precipitações na bacia foi feito um estudo de regionalização e classificação das chuvas intensas, buscando definir padrões da distribuição de chuvas que geram as inundações na bacia. Com base nessas abordagens, as informações espaciais são usadas em modelos hidrológicos e hidrodinâmicos, juntamente com os dados hidrológicos levantados, na composição de modelo para alerta de cheias e geração de cenários de inundação em cidades da bacia hidrográfica do rio Una, em Pernambuco. Como resultado, demonstra-se que a determinação de padrões de precipitação explica adequadamente a ocorrência dos principais eventos de cheia, possibilitando a previsão e o acompanhamento das inundações a partir da previsão meteorológica e do monitoramento pluviométrico.

**PROPONENTE**

Christiano Modesto Penna

TÍTULO

Formação de clubes de convergência no Brasil:
uma abordagem do processo de convergência com enfoque
em modelos não lineares

Esta tese versa sobre o processo de convergência dos PIBs estaduais per capita. No primeiro capítulo são discutidos modelos teóricos capazes de prever convergência. É feita uma análise da evolução teórica por trás desses modelos e observa-se que, cada vez mais, a questão tecnológica foi ganhando peso na análise. O segundo capítulo apresenta os principais testes de convergência. São vistos, principalmente, os conceitos de beta-convergência e sigma-convergência. Posteriormente, diversas técnicas econométricas são associadas a esses conceitos. No último capítulo um levantamento dos estudos feitos para o caso brasileiro é feito e se fazem testes da hipótese de convergência principalmente com base em modelos não lineares. Os resultados sugerem que é preferível analisar o processo de crescimento e convergência no Brasil com base em modelos desse tipo e, em linha com a literatura nacional, sustentam que há a formação de dois clubes de convergência.

**PROPONENTE**

Cid Olival Feitosa

TÍTULODo antigo norte de Goiás ao Estado do Tocantins:
elementos de uma economia em formação

Este trabalho tem como objetivo analisar as transformações socioeconômicas do espaço que abriga o Estado do Tocantins, outrora norte goiano. Para tanto, recupera historicamente alguns elementos da antiga região norte de Goiás, buscando captar, a partir do inter-relacionamento entre as economias goiana e brasileira, os fenômenos peculiares à região. Investiga os elementos que possibilitaram a integração do norte goiano à dinâmica produtiva nacional, bem como a sua elevação à condição de Estado do Tocantins. Faz uma análise dos principais aspectos envolvidos na criação desse novo ente federativo e na edificação da sua capital, Palmas, apresentando a configuração atual da economia tocantinense. Metodologicamente, o espaço correspondente ao antigo Estado de Goiás foi dividido em duas regiões, norte e sul, com a finalidade de delimitar a região de estudo e compreender a estrutura e a dinâmica socioeconômica propostas na problemática da pesquisa. O procedimento metodológico adotado consistiu também na tentativa de balancear uma revisão bibliográfica e dados quantitativos sobre a estrutura produtiva regional. Para que isso fosse possível, houve a necessidade de organizar novas bases estatísticas, algumas das quais inéditas, reunindo informações que pudessem compor, em retrospecto, a região do atual Estado do Tocantins. No fim, concluiu-se, principalmente, que, apesar das peculiaridades espaciais e temporais, a região em análise esteve condicionada aos determinantes do desenvolvimento econômico brasileiro, cuja atuação do Estado foi imprescindível para as mudanças socioeconômicas verificadas ao longo do tempo. Essas transformações tiveram como fundamento não a elevação do antigo norte de Goiás à condição de Unidade da Federação, mas o movimento de expansão do capital, que passou a incorporar essa área do território brasileiro.

**PROPONENTE**

Cleverson Alexander Reolon

TÍTULOOs espaços de comando do capital e de
produção industrial do Brasil

Buscou-se analisar a dimensão espacial do processo de reestruturação produtiva no Brasil. Além da revisão bibliográfica, foi efetuado amplo tratamento empírico de informações, com objetivo de examinar a dinâmica da redistribuição espacial dos empregos e dos estabelecimentos dos grupos de atividades industriais extrativa, industriais de transformação tradicional e tecnológica e de comando do capital, entre 1995 e 2005. Dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais) foram usados para tanto.

Conclui-se que a desconcentração espacial das atividades industriais ocorrida entre meados de 1960 até os anos de 1980 diferencia-se da redistribuição espacial em curso. Se, no primeiro momento, o governo federal teve papel decisivo no processo, inclusive criando economias de localização em áreas remotas do centro dinâmico do país, orientando novos investimentos, a redistribuição recente parece ser, empresarialmente, muito mais espontânea, isto é, menos condicionada por estímulos, embora ainda esteja a reboque das condições normativas e mesmo técnicas propiciadas pelo Estado. Os resultados das análises empíricas revelam que as áreas de antiga tradição industrial estão, de fato, perdendo atratividade sobre os novos investimentos. A dinâmica da redistribuição espacial da indústria é, todavia, muito complexa, variando conforme os grupos de atividades. Verificou-se concentração dos empregos e dispersão dos estabelecimentos industriais extrativos no Sudeste. Quanto à indústria de transformação, constatou-se desconcentração espacial orientada a certos pontos ou áreas do território nacional. Alerta-se, no entanto, que a desconcentração das atividades do grupo industrial tradicional denota ser, do ponto de vista geográfico, mais ampla do que a do grupo industrial tecnológico em geral, restrita ao Centro-Sul. Diferentemente das atividades industriais, as atividades de comando concentraram-se ainda mais em espaços já consolidados ou em vias de consolidação.

**PROPONENTE**

Cristina Toth Sydow

TÍTULO

Os Arranjos Produtivos Locais e o processo de coordenação intergovernamental: o papel dos governos dos estados como articuladores de políticas públicas

Uma das grandes questões do federalismo brasileiro é o papel dos estados no campo das políticas públicas. Se por um lado o papel dos estados nas políticas públicas para sistemas de *welfarestate* ainda passa por indefinições e a literatura que discute seu papel na participação da formulação e execução de políticas nas áreas de saúde, educação, assistência social e habitação é bastante restrita, o cenário aparenta ser bastante distinto no que tange às políticas de desenvolvimento econômico, por possuir significativa vantagem frente aos municípios e ao governo federal. A presente tese busca mostrar que o papel dos estados tem ampliado e se especializado mais em funções relativas à infraestrutura e ao desenvolvimento regional. Por meio do trabalho de análise, planejamento e capacidade de articulação com vários atores das agências de desenvolvimento estaduais e secretarias de desenvolvimento econômico, os estados podem visualizar de forma privilegiada suas particularidades e semelhanças nas atividades produtivas, de logística e de necessidades específicas, e assumem uma gama de ações de formulação, execução e implementação de políticas que envolvem articulação com os demais entes da federação, setor privado e sociedade civil e novas arquiteturas socioinstitucio-

nais para a criação, o desenvolvimento e a manutenção de instrumentos de apoio. Nesse ambiente institucional advém o estudo de mecanismos de associativismo territorial, notadamente os Arranjos Produtivos Locais, crescentemente usados como instrumentos de desenvolvimento regional pelos estados, com o apoio do governo federal. De natureza associativista e voluntária, os Arranjos Produtivos Locais são instrumentos que podem ser aproveitados e incrementados pelos estados, uma vez que a territorialidade na qual estão inseridos possui vocação produtiva preexistente e intervenções em direção ao incentivo, à capacitação e à profissionalização são algumas das possibilidades de ação dos estados.

**PROPONENTE**

Daniel Duarte Pereira

TÍTULO

Cariris paraibanos: do sesmarialismo aos assentamentos de reforma agrária. Raízes da desertificação?

No Cariri Paraibano, nos Projetos de Assentamentos Eldorado dos Carajás e Novo Mundo, Feijão, Serrote Agudo e Pinheiros, localizados, respectivamente, em Camalaú, Sumé, Prata e Coxixola, foi conduzida uma Pesquisa-Ação com ênfase no processo de desertificação. A não precaução ambiental tem levado a fortes expressões de agriculturização e pecuarização e a acentuação da degradação ambiental. Foram implantadas Unidades de Manejo da Caatinga com Sistemas Agroflorestais, tendo como base a vegetação de caatinga enriquecida com o milho, o feijão, o algodão, o capim buffel, a mamona, o sisal, a palma e o mandacaru, procurando-se obter coeficientes agroecológicos. As Áreas Testemunhas, com vegetação de caatinga quando comparadas com Áreas Antropizadas por palma e as consideradas Degradadas, apresentaram os melhores valores para Capacidade de Campo, Água Disponível no Solo, Ca, SB, CTC e MO, valores medianos para MG, Al e H e valores baixos para P, K e pH. Em todas as áreas (Testemunhas, Antropizadas e Degradadas) os valores de Ca e Mg e as SBs e CTCs e os V% apresentaram-se altos. Os assentados responderam 50% positivamente e 37,5% de forma mediana ao manejo da caatinga como resposta ao desmate/desflorestamento. São gastos 26 dias para manejar 1,0 ha de caatinga permitindo uma economia de 17% para a modalidade plantio de palma e podem ser obtidas 296 a 351 unidades de produtos florestais e até 1.302 kg/MS/ha no estrato herbáceo, resultantes de uma diversidade florística de 24 espécies e 14 famílias botânicas. As culturas de palma, sisal e mandacaru foram consagradas como adequadas para os Sistemas Agroflorestais propostos, mesmo obtendo-se valores expressivos de produção de milho plantado dentro da caatinga. Ficou explicitado que assentados, técnicos e pesquisadores necessitam de uma melhor adequação às propostas agroecológicas e que intervenções sociais, econômicas e institucionais podem contribuir para a criação e viabilização de planejamento ambiental capaz de corrigir/mitigar a vulnerabilidade de ambientes e populações e a ocorrência do processo de desertificação em assentamentos.

**PROPONENTE**

Danilo Jorge Vieira

TÍTULO

Um estudo sobre a guerra fiscal no Brasil

A tese examina a evolução das políticas estaduais de atração de investimentos no contexto de maiores restrições derivado do regime fiscal estabelecido no país após o Plano Real. O objetivo foi verificar a dinâmica assumida pelas disputas subnacionais por inversões produtivas nesse mencionado momento de redesenho e de fixação de novos parâmetros para a gestão das finanças públicas, cujos pilares foram definidos no bojo da renegociação da dívida dos estados (Lei 9.496/1997) e consolidados posteriormente pela Lei Complementar nº 101/2000 (a LRF, Lei de Responsabilidade Fiscal). A pesquisa teve como base a análise qualitativa dos principais programas de incentivo de quatro estados selecionados: RJ, PE, PR e BA. A avaliação dessas estratégias subnacionais foi baseada no acompanhamento das normas legais promulgadas para discipliná-las, a fim de averiguar em que medida o reordenamento das finanças públicas influenciou a sua operação prática. A investigação demonstrou que a nova institucionalidade orçamentária conformada no país exigiu ajustes nas estratégias de fomento locais, fazendo com que elas abrandassem seus elementos sistêmicos e genéricos a favor de ações mais dedicadas a subsidiar empreendimentos específicos, selecionados por decisões *ad hoc* para o acolhimento de vantagens diferenciadas e individualizadas. O estudo concluiu que as reformas liberais implementadas no Brasil na esteira do Plano Real incitaram práticas de fomento produtivo crescentemente concorrenciais e agressivas. As mudanças liberalizantes inicialmente exacerbaram os problemas de coordenação, fazendo ressurgir a guerra fiscal entre os estados. A reestruturação das finanças estaduais, desdobrando na constituição de um regime fiscal compromissado com a solvência orçamentária intertemporal, suscitou novos ajustes que acentuaram as características concorrenciais das estratégias de fomento dos estados, exasperando e rotinizando a guerra fiscal do país.

**PROPONENTE**

Denílson da Silva Araújo

TÍTULO

Dinâmica econômica, urbanização e metropolização no Rio Grande do Norte (1940-2006)

A tese tem como objeto de estudo a economia e a sociedade do Estado do Rio Grande do Norte e analisa a dinâmica econômica e o processo de urbanização ocorridos neste território no período de 1940 a 2006. A metodologia empregada para a consubstanciação desta tese foi uma rigorosa análise científica sobre

a realidade das estruturas da formação econômica do Nordeste e do Rio Grande do Norte e como ambas as economias se fundamentaram historicamente. Pode-se assim afirmar que foi usado um método que combina estruturalismo e marxismo respeitando as singularidades de ambos. Com esses propósitos, a tese sustentada é que por fazer parte de uma região subdesenvolvida, a supremacia das frações de capital mercantil sobre os demais agentes econômicos e sociais determinou e condicionou a estrutura e a dinâmica econômica e urbana do estado. Entretanto, cabe ressaltar que tanto a região Nordeste quanto o Rio Grande do Norte, em particular, passaram por substanciais transformações econômicas no período que data de meados de 1940 aos anos mais recentes. Sob o ponto de vista do processo de urbanização do estado, fatores externos à economia nacional e norte-rio-grandense (como a Segunda Guerra, por exemplo) exerceram forte influência sobre o mesmo. Ademais, observou-se que o posterior desenvolvimento capitalista industrial não foi suficiente para absorver em sua dinâmica a maioria da população potiguar, posto seu rápido crescimento vis-à-vis a insuficiente incorporação de força de trabalho nos setores mais dinâmicos da economia do estado. Enfatizamos ainda que no Nordeste em geral e no Rio Grande do Norte em particular o ritmo e a potência da penetração do capital industrial em suas estruturas e dinâmicas produtivas, urbanas e econômicas foram insuficientes, possibilitando a manutenção do domínio em importantes atividades econômicas dos agentes mercantis no novo contexto socioeconômico e político produzido.

**PROPONENTE**

Dinison Pedrosa Júnior

TÍTULOPolíticas regionais e instituições:
bases para um novo modelo de intervenção

Este trabalho tem por objetivo propor uma nova forma de intervenção governamental no mais importante problema regional brasileiro, o do Nordeste. A tese propõe um redesenho na Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene), órgão criado em 1959 pelo economista paraibano Celso Furtado. Com esse intuito, o trabalho está dividido em quatro partes. Na primeira é feita uma análise sobre a origem e atuação da Sudene. Observa-se, então, que a criação do órgão, tarefa delegada pelo presidente Juscelino Kubistchek a Furtado, contou com a oposição de setores retrógrados da própria região. Com o golpe de 1964, o qual exilou Celso Furtado, a instituição passou por uma mudança de ênfase na forma de agir. Privilegiou-se a concessão de incentivos fiscais e financeiros às empresas que instalassem indústrias na região. Na segunda parte do trabalho observa-se até que ponto a Sudene alcançou seu principal objetivo, a saber, desenvolver a região Nordeste. Assim constata-se, por meio de informações sobre condições de vida e progresso econômico, que o problema regional, definido como sendo

a existência de significativa disparidade entre regiões de um mesmo país, ainda persiste. Na terceira parte buscam-se na literatura econômica elementos de composição de uma intervenção voltada para o desenvolvimento regional. É com base nessas reflexões que a quarta e última parte deste trabalho esboça uma proposta de instituição que, em teoria, representaria uma mudança na forma como a Sude-ne atua na região. Conceber uma política de desenvolvimento regional baseada apenas em incentivos fiscais é repetir erros.

**PROPONENTE**

Douglas Ladik Antunes

TÍTULO

Cipozeiros em movimento: cultura material, conflitos territoriais e relação educativa em design

O presente trabalho apresenta a trajetória de pesquisa-ação com o grupo de cipozeiros que se articulam no Movimento Interestadual de Cipozeiros e Cipozeiras (MICI) do Paraná e de Santa Catarina. Apresento temas correlacionados à formação da identidade coletiva dos cipozeiros e suas formas de ação, na articulação para a defesa de seus direitos fundamentais. São enfocados então, desde o início da pesquisa em design, em 2006, algumas premissas dessa área quando relacionada às comunidades tradicionais, levando à reflexão sobre sua forma de atuação em contextos cujas problemáticas locais apresentam complexidade *sui generis*. Assim, são objetivos do trabalho: a) estudar a cultura material dos cipozeiros da região nordeste de Santa Catarina e sudeste do Paraná; b) compreender os conflitos territoriais declarados no mapeamento situacional dos cipozeiros na região e estudar a formação da rede social em torno de seu movimento social; e c) estudar e analisar as novas estratégias de articulação local e sua relação com ações pedagógicas da pesquisa na área de design.

Metodologicamente, este trabalho se fundamenta no método etnográfico, para a compreensão das categorias nativas e na realização do mapeamento social dos cipozeiros na região em estudo. Os resultados das pesquisas em design e a investigação sobre os conflitos locais demonstram a gravidade do processo de desterritorialização dos cipozeiros, vinculada à restrição do livre acesso ao território tradicionalmente ocupado, à restrição do livre acesso aos recursos naturais, de uso histórico pelos cipozeiros, e às formas de repressão que representam a usurpação de seus direitos fundamentais, bem como a exploração do trabalho artesanal. Considero, portanto, que tal problemática remete ao repensar a ação em design, em outras palavras à práxis do design, bem como as formas de ação, articulação e formação política levam ao repensar e ao ressignificar os artefatos pelos cipozeiros em sua cultura material em seu território.

**PROPONENTE**

Ecio Rodrigues

TÍTULOVantagem competitiva do ecossistema na Amazônia:
o cluster florestal do Acre

Partindo de duas hipóteses – primeira, que o ecossistema florestal original da Amazônia, apesar de não possuir maior viabilidade no curto prazo, adquire maior competitividade no médio e longo prazo do que qualquer alternativa de ocupação social e produtiva da região que pressuponha sua substituição por monocultivos, quer sejam de grãos ou de forrageiras para pecuária bovina; e segunda, que essa maior competitividade somente será alcançada por meio de um esforço conjunto dos agentes econômicos e públicos que atuam na região – o presente documento de tese pretende contribuir para aceitação dessas hipóteses apresentando resultados oriundos de um amplo e diverso levantamento de literatura sobre o ecossistema amazônico e a teoria da vantagem competitiva, reforçado por estudo de experiências exitosas, algumas ainda em andamento, outras já concluídas, que corroboram a possibilidade concreta de conquista de vantagem competitiva por meio do aproveitamento da diversidade biológica existente no ecossistema amazônico. Dividida em 10 capítulos, a tese discute a necessidade de uma mudança na forma de se visualizar o desenvolvimento regional da Amazônia no sentido de se valorizar o ecossistema, e não de sua substituição (Cap. I), tendo em vista os avanços que os países associados à ONU obtiveram nas discussões acerca da sustentabilidade do planeta, em especial no que se refere à Convenção do Clima (Cap. II). Um diagnóstico da formação econômica da Amazônia é apresentado no Cap. III. O planejamento da ocupação da região com base na teoria da vantagem comparativa a custos dos fatores de produção é discutido no Cap. IV e no Cap. V se introduzem os preceitos da teoria das vantagens competitivas e sua adequação à realidade ecossistêmica da Amazônia. Os últimos capítulos se dedicam ao exercício de se colocar a teoria em prática para o caso da realidade econômica, social e cultural vivenciada no Acre, na condição de um grande e especial projeto piloto de sustentabilidade da ocupação da Amazônia.

**PROPONENTE**

Ederson Augusto Zanetti

TÍTULOIndicadores para o monitoramento do manejo florestal sustentável:
a Amazônia brasileira no cenário internacional

A economia verde está baseada na contribuição das cadeias produtivas e de prestação de serviços para o desenvolvimento sustentável. Para demonstrar esse comprometimento, o setor florestal em todo o mundo está buscando elaborar Critérios & Indicadores (C&I). É preciso avaliar o comportamento dos empreendimentos

florestais em relação a esses C&I e também a contribuição dessa prática para o desenvolvimento sustentável da Amazônia brasileira. Este trabalho trata do tema dos indicadores para monitoramento do MFS na Amazônia brasileira, previsto no Código Florestal, incluindo o comportamento dos empreendimentos e da prática para o desenvolvimento sustentável da região. Para este trabalho foram selecionados três princípios de MFS com dois critérios cada: 1) Ambiental – considerações ambientais e biodiversidade cultivada; 2) Social – política florestal e instrumentos legais e instituições; 3) Econômico – aspectos socioeconômicos e aspectos internacionais. Esses critérios foram avaliados segundo quatro indicadores: histórico, objetivos, situação atual e problemas. A análise de 20 países tropicais mostrou a seguinte ordem de classificação do avanço do MFS: Brasil (68 %); Índia (67 %); Malásia (63%); Gabão (60%); Congo (58%); Mianmar (55%), Tailândia (51%), Costa do Marfim (49%); Camarões (46%); Nigéria (42%), Gana (42%); RDC (42%); Colômbia (41%); Venezuela (39%), Indonésia (36%); PNG (34%); Peru (31%); Bolívia (31%); Equador (30%); Filipinas (24%). O principal problema em todos os países tropicais é a falta de infraestrutura, que determina um elevado número de doenças infecto-contagiosas na população. Na Amazônia brasileira o resultado foi de 50% de conformidade (7º lugar) com esses critérios de monitoramento amplos. Na Amazônia brasileira, as políticas florestais e os instrumentos legais limitam a inclusão social e econômica da atividade, principalmente pelo uso de uma única prática silvicultural: corte seletivo e regeneração natural, que não deve ser confundida com o MFS.

**PROPONENTE**

Édio Polacinski

TÍTULO

Prospectivas estratégicas de Godet:

processo de aplicação para Arranjos Produtivos Locais

A capacidade para antecipar ameaças ou oportunidades, com o intuito de atingir os objetivos estratégicos de uma organização, tornou-se uma necessidade para a maioria dos agentes sociais, econômicos, políticos e institucionais. Da mesma forma, percebe-se que a prospectiva estratégica vem ganhando cada vez maior espaço, nos mais variados tipos de organizações, por tratar-se de uma metodologia eficaz para compreensão do futuro e definição de rumos e estratégias organizacionais. Assim, nesse contexto, destaca-se que a presente pesquisa buscou desenvolver um processo de aplicação da metodologia de prospectiva estratégica, preconizada por Michel Godet, autor referência no tema, para Arranjos Produtivos Locais (APLs). Ressalte-se que, apesar da busca exaustiva, não foi possível encontrar, na literatura, estudos que apresentassem um processo de aplicação da referida metodologia especificamente voltados para APLs, o que representou uma lacuna a ser preenchida, bem como veio a caracterizar a originalidade da tese. Isso posto, observe-se que por meio de uma pesquisa de natureza qualitativa e aplicada, que usou para o desenvolvimento de seu processo a técnica de pesquisa-ação,

foram coletadas as informações necessárias junto ao Observatório de Desenvolvimento Industrial de Santa Catarina (ODI/SC), que desenvolveu ações desse tipo para o APL de Tecnologia de Informação e Comunicação de Santa Catarina (APLTIC/SC). Acredita-se que a pesquisa oportuniza promover uma reflexão, do ponto de vista teórico e prático, acerca do desenvolvimento regional no Brasil, uma vez que com base na tropicalização da metodologia francesa de prospectiva estratégica caracteriza-se o viés teórico e, a partir da aplicação em três municípios, Florianópolis, Blumenau e Joinville, caracteriza-se o viés prático. Convém ressaltar que a aplicação é voltada para o setor de TIC, que representa um dos setores que mais crescem e oferecem oportunidades de desenvolvimento para diversos países em nível mundial.

**PROPONENTE**

Eloina Maria Ávila Monteiro

TÍTULO

Análise de indicadores financeiros para decisão de investimentos em projetos de qualidade de vida no trabalho: os impactos nas indústrias metalúrgicas do Estado do Pará

A pesquisa tem o objetivo de analisar o impacto das ações de qualidade de vida no trabalho na produtividade do trabalhador e no faturamento das indústrias metalúrgicas do Estado do Pará de 2005 a 2009. Usou-se a análise quanti-qualitativa, com o uso da análise estatística descritiva uni e multidimensional e análise inferencial a esse, assim como a análise qualitativa. Participaram da pesquisa 85% das empresas metalúrgicas ativas, de tamanho pequeno, médio e grande. Os resultados identificaram que: (I) a QVT tem impacto positivo na produtividade do trabalhador, bem como no faturamento empresarial; (II) uma variação de um ponto absoluto na satisfação do gestor leva a um aumento médio de 0,704% no faturamento da empresa e de 0,382% na produtividade do trabalhador; (III) uma variação de um ponto absoluto na satisfação do funcionário leva a um aumento médio de 0,132% de aumento no faturamento da empresa; (IV) uma variação de um ponto absoluto no investimento de QVT dos funcionários gera um aumento de 0,256% no faturamento da empresa e de 0,14% na produtividade do funcionário. Na análise qualitativa chegou-se à conclusão de que: (I) existe uma relação direta entre QVT e produtividade; (II) a satisfação gera melhor desempenho e como consequência melhor produtividade; (III) a QVT é geradora de satisfação; (IV) saúde e segurança no trabalho, educação e participação dos funcionários são pontos estratégicos importantes para o aumento da QVT; (V) ainda há carência de investimentos em ginástica laboral, na alimentação, em lazer e previdência privada; (VI) a percepção do trabalho está condicionada à QVT dentro das empresas. A pesquisa chegou à conclusão de que a QVT tem um impacto positivo tanto na produtividade do trabalhador quanto no faturamento das empresas estudadas. As empresas podem investir em QVT com a segurança de que terão retornos positivos referentes ao aumento da produtividade e do faturamento empresarial.

**PROPONENTE**

Fábio Albergaria de Queiroz

TÍTULOHidropolítica e segurança:
as bacias Platina e Amazônica em perspectiva comparada

Quase toda água disponível no planeta, cerca de 97,5%, é salgada. Dos 2,5% de água doce tecnicamente disponíveis, uma quantidade ínfima encontra-se acessível ao uso humano e, ainda assim, desigualmente distribuída, condição essa que, ao estabelecer uma inegável relação de interdependência, faz dos recursos hídricos uma importante referência. A partir desse ponto referencial é que se busca verificar em que medida duas das principais estruturas hidrográficas do mundo, as bacias Platina e Amazônica, influenciaram, e influenciam, a conformação da agenda multitemática do Brasil no âmbito do chamado Complexo Regional de Segurança da América do Sul. Para executar essa tarefa, o estudo recorre ao auxílio do método comparado, definido como sendo a análise sistêmica de pequeno número de casos. A escolha se deve ao fato de na grande área das ciências sociais, em sentido amplo, e no caso das relações internacionais, mais especificamente, tal método se apresentar como um instrumento mais adequado para se buscar inferências e, por conseguinte, produção de conhecimento, dado que, frequentemente, o pesquisador da área lida com situações em que há muitas variáveis e pequeno número de casos. Para tanto, ele permite explorar similaridades e diferenças entre os objetos de estudo como base para testar a hipótese levantada. Como resultado, as inferências obtidas permitiram verificar a disposição das unidades e subunidades de análise, os padrões comportamentais entre os estados ribeirinhos e as medidas de emergência tomadas por esses atores para lidar com os problemas identificados para a construção de suas respectivas agendas de desenvolvimento.

**PROPONENTE**

Fábio Robson Casara Cavalcante

TÍTULOAnálise da desigualdade regional no Estado de Rondônia
à luz da teoria institucionalista de Douglas North

Este trabalho foi construído a partir de um questionamento central que procurava entender o porquê de uma região como a do município de Guajará-Mirim, que era considerada a cidade mais bonita do Estado de Rondônia durante as décadas de 1970 e 1980, se vê, hoje, apática, cega de um projeto de desenvolvimento local definido, enquanto os municípios da BR-364, criados a partir da década de 1980, apresentam, em geral, uma situação bem diferente. Diante de tal aspecto, se pretendeu verificar se a teoria institucionalista de Douglass North seria

adequada para explicar a desigualdade regional no Estado de Rondônia. Assim, procurou-se testar se o contexto histórico, atrelado às mudanças institucionais, estaria interferindo ou não no desempenho institucional das mesorregiões do Estado de Rondônia (Madeira-Guaporé e Leste Rondoniense). Com isso, ficou demonstrada a existência de duas mudanças institucionais em Rondônia, as quais impactaram, de forma distinta, as respectivas mesorregiões. A primeira decorrente da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré (EFMM), que impactou a porção mesorregional Madeira-Guaporé, e a segunda decorrente da BR-364, que mudou o eixo de desenvolvimento regional para a porção Leste Rondoniense. Desse modo, com base em North e Putnam, foram calculados os índices de desempenho institucionais a partir de quatro parâmetros: capacidade institucional, gestão ambiental, economia regional e qualidade de vida. Dessa forma, concluiu-se que a história econômica interferiu no desempenho institucional mesorregional em Rondônia, comprovando o poder Path Dependence. Pela aplicação de questionários para a determinação do capital social ficou também demonstrado que a cultura da sociedade, nas duas mesorregiões pesquisadas, foi moldada pelo processo de formação histórico-econômico, evidenciando a coerência desse resultado com o pensamento teórico do institucionalismo de Douglas North.

**PROPONENTE**

Fernanda Faria Silva

TÍTULOCentralidade e impactos regionais de política monetária:
um estudo dos casos brasileiro e espanhol

A partir da consideração de que a moeda não é neutra no espaço e, por isso, exerce um importante papel na conformação e na perpetuação das desigualdades regionais, este trabalho pretende analisar de que forma se processa o impacto regional da política monetária nas regiões brasileiras e espanholas, a partir de um foco ainda pouco explorado pela literatura econômica, qual seja, o papel que a centralidade exerce em termos de atenuar ou reforçar a ação dos mecanismos de transmissão monetária. Após ter sido feita a reconstituição histórica da conformação dos padrões de centralidade para ambos os países analisados, seguida de uma categorização recente desses padrões, partiu-se para a investigação empírica sobre os efeitos regionais da política monetária e a análise das fontes de assimetria na transmissão desses choques. Foi constatado que os choques monetários se propagam de uma forma mais intensa nos estados e nas comunidades autônomas mais periféricas, caracterizadas por estruturas econômicas mais frágeis, por maior dependência com relação à dinâmica das regiões centrais e potencial de instabilidade, o que faz com que a preferência pela liquidez dos agentes seja maior nessas localidades. Foi identificado que uma das consequências desses impactos seria a existência de taxas de juros espacialmente

diferenciadas. Ademais, foi verificado que as características estruturais e financeiras das regiões são importantes para explicar as assimetrias na transmissão dos choques monetários. Finalmente, ressalta-se que a maior contribuição deste trabalho está no entendimento de que a construção do espaço é um elemento importante para entender os impactos da política monetária e que, nesse sentido, a centralidade exerce um papel fundamental ao potencializar e reforçar tais impactos, acentuando as diferenças regionais.

**PROPONENTE**

Fernando Antonio Gonçalves Alcoforado

TÍTULO

Os condicionantes do desenvolvimento do Estado da Bahia

Objetivo do trabalho: demonstrar que o desenvolvimento econômico e social do Estado da Bahia não vem se viabilizando pela falta de um projeto político progressista que contribua para usar na plenitude as forças impulsionadoras de seu desenvolvimento e para neutralizar suas forças restritivas.

Metodologia empregada: foi usado o método dedutivo, que torna explícitas verdades particulares contidas em verdades universais. A técnica usada consistiu em construir estruturas lógicas, por meio do relacionamento entre antecedente e conseqüente, entre hipótese e tese, entre premissas e conclusão. O cerne da dedução é a relação lógica que se estabelece entre proposições, dependendo o seu vigor do fato de que a conclusão deve ser sempre verdadeira, desde que as premissas também o sejam. Foram executadas as atividades seguintes: i) Análise do processo de globalização da economia mundial; ii) Análise da experiência desenvolvimentista no século XX em países selecionados; iii) Análise da evolução da economia brasileira do século XVI ao século XX; iv) Análise das desigualdades sociais e regionais do Brasil no século XX; v) Análise das características do território e da sociedade no Estado da Bahia; vi) Análise da evolução da economia do Estado da Bahia do século XVI ao século XX; vii) Análise do desenvolvimento econômico do Estado da Bahia e de suas regiões de 1990 a 2000; viii) Análise do desenvolvimento social e ambiental do Estado da Bahia e de suas regiões no período recente; ix) Avaliação das políticas de desenvolvimento implementadas no Estado da Bahia nos últimos 50 anos; x) Comprovação da hipótese da tese de doutorado.

Resultados: ficou demonstrado que o desenvolvimento econômico e social, que significa transformação, mudança, progresso, criação e distribuição de riqueza, não vem ocorrendo no Estado da Bahia desde a época colonial, porque a grande maioria de sua população sempre ficou à margem dos frutos das atividades econômicas existentes.

**PROPONENTE**

Fernando do Nascimento Lock

TÍTULOEstrutura e uso de informações orçamentárias governamentais:
o caso do Conselho Municipal de Educação de Santa Maria (RS)

A tese teve como objetivo explicitar a dificuldade de entendimento dos dados orçamentários governamentais, por parte dos atores do desenvolvimento, tomando-se como base os conselheiros municipais de educação de Santa Maria (RS), com a finalidade de apresentar sugestões para a elaboração de um modelo comunicacional de transformação dos dados em informação qualificada para a sociedade, de um modo em geral, e para os conselheiros, de um modo específico. Trata-se de uma pesquisa qualitativa e exploratória. O procedimento técnico foi o estudo de caso e o método de abordagem é o método indutivo, no qual o estudo dos fenômenos foi direcionado para planos mais abrangentes, empregando-se a Grounded Theory. Constatou-se que o planejamento, os resultados apresentados pela contabilidade orçamentária, a classificação das despesas e os demonstrativos orçamentários governamentais, de uma maneira geral, não possuem os requisitos necessários para servir de fonte de informações para a sociedade, pois a sistemática adotada leva a perda de referência e impossibilita a avaliação da execução das promessas eleitorais e/ou do Plano Plurianual. Evidenciou-se que o Demonstrativo da Execução das Despesas por Função/Subfunção é o que mais se aproxima de apresentar a área governamental em que estão sendo aplicados os recursos. As entrevistas e observações em campo indicam que não há entendimento dos dados orçamentários por parte dos atores do desenvolvimento, os quais têm interesse e necessidade de receber informações sobre a execução orçamentária, porém a linguagem técnica e os formatos usados nos demonstrativos causam desinteresse, e não entendimento dos dados gerados pela contabilidade. Concluiu-se que para minimizar as deficiências e dificuldades e suprir as necessidades expostas é necessário que seja adotada a sugestão de elaborar demonstrativos adaptados às necessidades e culturas regionais e/ou locais.

**PROPONENTE**

Francisca Diana Ferreira Viana

TÍTULOAtividade turística e desenvolvimento econômico no
Nordeste do Brasil

A partir dos anos 1990 intensificou-se, na Região Nordeste do Brasil, o volume de investimentos destinado à alavancagem do turismo, principalmente com a criação do Programa de Desenvolvimento do Turismo no Nordeste (Prodetur/NE). O resultado desses investimentos foi uma substancial melhoria nos indicadores que caracterizam a atividade turística na região. No entanto,

a despeito dessa melhoria, a contribuição da principal atividade que caracteriza o turismo – alojamento e alimentação – ao PIB regional apresentou uma queda. Nesse contexto, o objetivo deste estudo foi responder ao questionamento: o turismo consegue atender às expectativas que lhes vêm sendo atribuídas? Ser um instrumento de desenvolvimento para a Região Nordeste do Brasil? Para responder a essa pergunta aplicou-se como metodologia a construção teórica do *Cost Disease* e constatou-se que a atividade de alojamento e alimentação, usada como *proxy* para o turismo, possui um *gap* de produtividade em relação aos demais setores da atividade econômica. Esse *gap* estaria associado à baixa capacidade que essa atividade possui de absorver melhoras tecnológicas. Tal resultado levou à conclusão de que o turismo possui uma capacidade limitada de ser um instrumento de desenvolvimento para o Nordeste, sendo, portanto, necessária a continuidade de programas de investimento como o Prodetur/NE, que fortalecem não somente a interação entre as atividades que caracterizam o turismo, mas possibilitam a dinamização da estrutura produtiva nordestina. Foi objetivo também deste trabalho avaliar os impactos econômicos advindos da implantação do Prodetur/NE II. Para isso, fez-se uso de um modelo de equilíbrio geral computável (Imagem-B). Os resultados apontaram que no curto prazo (fase de construção) o Prodetur/NE II levaria a um aumento do PIB e do emprego da região de 0,089% e 0,061% respectivamente. Já no longo prazo (fase de operação), o aumento seria de 1,26% para o PIB e 1,15% para o emprego.

**PROPONENTE**

Francisco Ricardo Duarte

TÍTULO

Território em rede: redes sociais e difusão do conhecimento no Geoparque Araripe (CE)

O presente texto, parte de minha tese de doutorado, descreve e analisa o processo de constituição do Geoparque Araripe, localizado no sul do Estado do Ceará, sendo o único geoparque do continente latino americano, até agosto de 2012, a fazer parte da GGN (Global Geoparks Network, ou Rede Global de Geoparques), ligada à Unesco. Portanto, o presente estudo tem como objetivo geral caracterizar o Geoparque Araripe em seus aspectos físico, geológico e socioeconômico. E como objetivo específico analisar a interação do Geoparque Araripe, por meio do seu escritório gestor, com os diversos atores presentes no seu território e fazer um mapeamento das entidades envolvidas nos processos de produção, preservação e difusão do conhecimento. Após a introdução, é feita uma caracterização do Geoparque Araripe, procurando definir o conceito de geoparque, a rede global de geoparque, descrição dos geossítios que compõe o Geoparque Araripe, bem como os problemas e desafios enfrentados pelo mesmo em seu processo de consolidação. Logo após, procurou-se fundamentar a

tese na literatura, especialmente em tópicos relacionados às seguintes temáticas: redes sociais, território e conhecimento. Em seguida, são apresentados os procedimentos metodológicos usados na tese, justificando-se a opção pela análise de redes sociais. Para tanto, foi feito um mapeamento das instituições parceiras do Geoparque. Em um segundo momento, foi aplicado um questionário a 37 instituições que atuam dentro da área do Geoparque Araripe. O resultado desse questionário foi tabulado por meio do uso do software de análise de redes sociais Gephi beta 0,8. Como principais resultados da pesquisa podem ser citados: a) grande maioria das organizações ligadas ao Geoparque Araripe é pública, em suas diferentes escalas: municipal, estadual e federal, fazendo-se notar também a participação efetiva de inúmeras ONGs que atuam na questão ambiental; conclui-se também a grande importância que tem a Urca (Universidade Regional do Cariri).

**PROPONENTE**

Geovany Jessé Alexandre da Silva

TÍTULO

Cidades sustentáveis: uma nova condição urbana.

Estudo de caso: Cuiabá (MT)

Objetivo geral: fazer estudos sobre a sustentabilidade urbana e sua aplicação em Cuiabá, capital do Estado de Mato Grosso, Brasil.

Objetivos específicos: revisar literatura específica; analisar metodologias de estudos urbanos e regionais integrados; avaliar estudos de caso em realidades urbanas distintas; aplicar em estudo de caso específico para Cuiabá (MT).

Metodologia: o trabalho se sustenta sobre algumas etapas metodológicas inseridas no contexto da abordagem sistêmica integrada, desenvolvidas por meio de pesquisas junto ao Laboratório de Sustentabilidade Aplicada à Arquitetura e Urbanismo (LaSUS) da FAU-UnB. Assim, transcorreram-se as seguintes fases:

1. Fundamentação teórica – Pesquisa sobre as cidades e os projetos urbanos progressos a partir do século XX;
2. Estudos de caso com experimentos urbanos sustentáveis analisados por escalas propostas das últimas décadas, a partir das recentes pesquisas científicas; foram adotadas as escalas de análise de sistemas urbanos (macro, meso e micro) seguindo-se os seus respectivos contextos e áreas de influências;
3. Procedimento metodológico norteador (abordagem sistêmica): viés investigativo (qualitativo e quantitativo); viés propositivo (dedutivo e indutivo), ambos geradores do produto de análise urbana.
4. Respostas e apontamentos para o futuro:
 - 4.1 Quantitativos: estudos sobre a dispersão urbana em Cuiabá (MT); análise de 12 parcelas urbanas de 25 ha em Cuiabá (MT).

4.2 Qualitativos: quadro de efeitos do espalhamento urbano em Cuiabá (MT) – social, econômico, ambiental, político, de gestão e urbano.

Resultados: a presente pesquisa é resultante da tese de doutorado apresentada ao PPG-FAU-UnB (Programa de Pós-Graduação, Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade de Brasília), intitulada “Cidades sustentáveis: uma nova condição urbana. Estudo de caso: Cuiabá (MT),” sob a orientação da Prof. Marta Romero. Para tanto, buscou-se a compreensão dos fenômenos urbanos das últimas décadas, associando-se as teorias e os métodos de análise urbana aplicada à sustentabilidade como foco de pesquisa geradora do produto.

**PROPONENTE**

Gilberto César de Noronha

TÍTULOViagem aos sertões enunciados:
configurações do oeste de Minas Gerais

O trabalho investiga as relações dos homens com o espaço considerando-o não apenas um suporte da memória, mas uma noção que nos possibilita tomar consciência do mundo ao transformá-lo em lugar, paisagem, território, região. Partiu-se das formas de enunciação de uma [sub]região do Brasil, o Oeste de Minas Gerais, em busca das relações políticas, sociais e históricas nele e por meio dele tecidas. Por meio de fontes diversas (cartas geográficas, jornais, documentos oficiais de governo, obras literárias, literatura de viagem e relatos de memória, produção especializada das ciências humanas e sociais, arquivos privados e eclesiásticos), investigaram-se tanto as condições espaciais de socialização quanto as condições sociais de diferenciação do espaço na sua constituição histórica como [sub] região de Minas Gerais.

Os resultados são apresentados em três capítulos. Primeiro, pela discussão dos critérios de seleção das fontes. Depois, pela análise das tramas sociais e políticas instituintes e instituídas na produção das fontes que enunciam as relações dos homens com o oeste de Minas, desde o século XVIII até as percepções atuais de políticas de desenvolvimento regional. Por fim, assume-se outra escala de análise como estratégia teórico-metodológica para se apreender as dinâmicas do processo de identificação e diferenciação social no Brasil transitando entre as especificações (condensadas na categoria oeste de Minas) e as generalizações (condensadas na categoria sertão). É quando se conclui que diferentes formas de representação do espaço podem implicar diferentes posicionamentos sociopolíticos. Nesse sentido, os resultados da pesquisa sugerem que as políticas nacionais de desenvolvimento regional devam não apenas discutir questões teórico-metodológicas envolvidas nas narrativas da história de apropriação do espaço, mas também retomar criticamente nossa produção cultural vinculada ao projeto incompleto da modernidade.

**PROPONENTE**

Gilberto de Souza Marques

TÍTULOEstado e desenvolvimento na Amazônia:
a inclusão amazônica na reprodução capitalista brasileira

A tese analisou as principais políticas de desenvolvimento implementadas pelo governo federal na Amazônia no decorrer do século XX. Procurou-se compreender como essas políticas estabeleceram formas determinadas de ocupação do território amazônico e um modelo de desenvolvimento vinculado ao processo de acumulação de capital nacional. Para tal, recorremos às principais políticas e planos de desenvolvimento elaborados e à ação da principal instituição regional de desenvolvimento, a Sudam (Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia).

Resultados e conclusões: a Amazônia viveu uma crise em sua economia quando a produção de borracha entrou em decadência a partir de 1911. As ações estatais federais em relação à região se mantiveram em proporções modestas até os anos 1950. Desde então, a ação estatal começou a mudar e foi intensificada na década de 1960 e, principalmente, nos anos 1970, com os governos militares. Constituiu-se, então, um projeto nacional para a Amazônia que a colocou como produtora de produtos naturais, destacadamente minerais, e voltados para o mercado internacional. Reconfigurou-se não apenas a ação estatal, mas o próprio território regional, com importantes implicações econômicas, sociais e ambientais. Com os grandes projetos, as decisões importantes sobre o desenvolvimento amazônico foram tomadas fora da região, na associação entre Estado brasileiro e grande capital privado nacional e multinacional. Respondia-se assim às necessidades da acumulação capitalista brasileira. Nesse processo, a Sudam e a burguesia regional foram deslocadas do centro de decisões sobre a Amazônia, ficando à margem. Assim, diferentemente da ideia comum, não acreditamos que devamos buscar a crise do modelo de desenvolvimento e planejamento amazônico e da própria Sudam somente nos anos 1980-1990. Suas razões explicativas estão assentadas principalmente no projeto nacional definido para a Amazônia nas décadas anteriores, particularmente nos anos 1970, quando aparentemente a Sudam estava em seu auge.

**PROPONENTE**

Gilson Jacob Bergoc

TÍTULO

A incorporação do espaço norte do Paraná ao espaço nacional

A pesquisa demonstra que a rede de infraestrutura, principalmente a rodoviária e a de energia, estruturada entre 1950 e 2000 foi responsável pela inserção norte-paraense no processo de desenvolvimento capitalista nacional, inclusive como parte dos requisitos de reprodução da sociedade de elite. Esse processo teve início com a coloni-

zação do estado paranaense a partir de 1930, no contexto das transformações econômicas e sociais ocorridas ao longo do século XX. Para cumprir o objetivo de interpretar o processo de produção do espaço regional paranaense e identificar as relações entre a implantação da infraestrutura e os processos migratórios, os aspectos econômicos e sociais a esses relacionados, foram estudados: o histórico da implantação da infraestrutura rodoviária e de energia, aspectos demográficos, econômicos e políticos, as ações do estado e dos grupos dominantes, sistematizados por micro e mesorregiões, região metropolitana e outros recortes espaciais, conforme a necessidade de análise. Como resultado, conclui-se que após quatro décadas e várias políticas e programas implantados no Paraná existe em curso um processo de reversão da tendência de desintegração do estado. O interior, incluindo o norte do estado, está integrado ao espaço paranaense e nacional, com concentração da industrialização, população, renda e riqueza em Curitiba e Região Metropolitana, assegurando a hegemonia dos grupos dominante estaduais. No fim do século XX o Paraná está, de fato, articulado à produção e reprodução capitalista e à sociedade de elite.

**PROPONENTE**

Gilton Alves Aragão

TÍTULO

Desigualdade na Bahia: uma análise estrutural dos condicionantes socioeconômicos, políticos e culturais da desigualdade no Estado da Bahia no período de 1946 -2006

O estudo do processo da desigualdade no Estado da Bahia de 1946 a 2006, mediante uma análise interdisciplinar dos condicionantes socioeconômicos, políticos e culturais dessa desigualdade, constitui o tema que caracteriza a presente tese. Amparada em um referencial teórico, proveniente das correntes marxista e da Cepal e acrescido de relevantes concepções acerca do desenvolvimento regional, apresenta, inicialmente, um panorama do processo capitalista mundial; detém-se na sociedade brasileira, focaliza o Nordeste brasileiro e destaca que o processo de industrialização caracterizou-se pela desigualdade, legitimada pelo planejamento econômico adotado. Em seguida, concentra-se na análise de três tipos de condicionantes dessa desigualdade na Bahia. No primeiro, no âmbito socioeconômico, os aspectos referentes ao comportamento dos principais setores, as estratégias governamentais adotadas e o papel das empresas e dos empreendimentos associativos. No segundo, no âmbito dos condicionantes políticos, aborda a divisão da sociedade baiana em grupos e estratos sociais organizados e o papel de cada um deles no estabelecimento de medidas voltadas para o atendimento de seus interesses. No terceiro, em termos culturais, aborda a forma de engajamento da maioria da população no processo político e a existência de segregações sociais que resultam na negação de oportunidades que poderiam reduzir a desigualdade. Em seguida, mostra a discussão dos resultados; apresenta a conclusão; e, por fim, as referências bibliográficas, que fundamentaram a pesquisa para a elaboração desta tese.

**PROPONENTE**

Helena Lúcia Zagury Tourinho

TÍTULOEstrutura urbana de cidade médias amazônicas:
análise considerando a articulação das escala
interurbanas e intraurbanas

A tese defende a existência, na Amazônia, de articulação entre as estruturas espaciais interurbanas, de cunho regional, e as estruturas intraurbanas, consideradas na dimensão interna da cidade. Para isso, discute conceitos de sistema e de estrutura (em geral e espacial) e constrói arcabouço teórico para análises multiesca-lares de estruturas espaciais urbanas. Nesse arcabouço, os meios de acessibilidade interurbana (hidrovias, ferrovias, rodovias e aeroportos) são vistos como objetos técnicos que mediam os sistemas e estruturas espaciais das escalas inter e intraur-bana; e as cidades médias, pelos papéis que desempenham de conexão entre o espaço rural e das cidades pequenas com o resto da rede urbana regional, são tomadas como campo privilegiado de análise. Analisa conceitos de cidade média e, com base em critérios funcionais e populacionais adaptados à realidade regio-nal, estuda 21 cidades médias amazônicas. Na esfera interurbana, verifica como as políticas de ocupação regional, e a implantação dos meios de acessibilidade interurbana que as acompanharam, contribuíram no aparecimento, na ascensão e na configuração diferenciada dos espaços polarizados pelas cidades estudadas. No âmbito intraurbano, relaciona os meios de acessibilidade interurbana com as configurações espaciais: a) dos vetores de crescimento dos tecidos urbanos, ob-tidos por série histórica de imagens de satélite; e, b) das estruturas intraurbanas, apreendidas mediante mapeamento do sistema viário básico, das nucleações prin-cipais de comércio e serviços, de estratos de densidades demográficas e de renda. Constatada a vinculação entre os meios de acessibilidade interurbana e as estru-turas intraurbanas, a tese classifica as cidades médias estudadas em sete modelos de estrutura intraurbana. Conclui alertando para a necessidade de considerar essa relação nas políticas de ordenamento territorial e de desenvolvimento regional e apontando alguns desdobramentos para pesquisas futuras.

**PROPONENTE**

Jaime Quintanilha Gomes

TÍTULOEmpoderamento como suporte ao desenvolvimento:
um estudo de caso

A compreensão de uma gestão local que equacione e reequilibre os aspectos sociais, ambientais e econômicos, partindo da base de uma localidade específica, é uma das condições para a consecução do desenvolvimento regional sustentável.

Neste trabalho procurou-se organizar alguns dos elementos constituintes de empoderamento humano, como a participação e a organização comunitária, retroalimentando a própria comunidade e objetivando potencializar o desenvolvimento regional por meio de ações participativas localizadas, a partir de uma pequena comunidade degradada ambiental, social e economicamente. Como estratégia de desenvolvimento local, buscou-se constituir uma transformação da perspectiva dos atores sociais, criando coletivamente propostas de ações alternativas que dissessem respeito à melhoria da sua qualidade de vida. Por meio da investigação-ação-participação facilitou-se a construção da organização comunitária; facilitou-se também a construção de estratégias e manutenção de atividades sustentáveis para o Passo do Onze, na Rua Marcílio Dias, em Bagé, centrados na participação, bem como se estimulou uma maior integração social nesta localidade por meio de uma conscientização de sua importância estratégica como ecossistema essencial para a recuperação do arroio Bagé. Essa efetivação da investigação-ação-participação deu-se com o uso de técnicas como entrevistas e oficinas de devoluções que provocaram e proporcionaram um envolvimento social, estimulando o empoderamento das pessoas. E isso veio a promover uma nova perspectiva de transição ambiental, social e econômica, no sentido de criar um fundamento para o desencadeamento do desenvolvimento regional, partindo dessa base local.

**PROPONENTE**

João Augusto Pereira Neto

TÍTULO

Estoque de carbonos em sistemas agroflorestais de cacauero como subsídios à política de serviços ambientais

Objetivo: investigar o carbono estocado no tempo e criar a metodologia para o mecanismo de compensação de sistemas agroflorestais de cacauero da BR-230 para sustentabilidade da atividade produtiva. Além disso, analisar a remuneração de estoque de carbono para os SAFs para avaliar se a atividade é rentável economicamente, entender a dinâmica do carbono estocado no tempo para os SAFs para classificar a relevância da atividade dentro da qualidade serviço ambiental, definir a partir do carbono estocado um referencial metodológico para a Redução de Emissões por Desmatamento e Degradação (REDD) em atividades produtivas na Amazônia e dimensionar a externalidade socioambiental positiva a partir do mercado de cacau do Estado do Pará e do carbono estocado de SAFs para os agricultores da BR-230 para a busca da sustentabilidade da atividade com uma compensação financeira a partir de um subsídio econômico.

Metodologia: o modo de procedimento leva em consideração o serviço ambiental carbono estocado nas espécies dos SAFs de cacauero da BR-230 que junto com o valor do carbono estocado e a produtividade da atividade compõem o benefício socioambiental. Com o benefício socioambiental e junto com o benefício margi-

nal privado e o custo marginal privado, que são encontrados a partir da econometria do mercado de cacau para o Estado do Pará, é dimensionado o custo marginal social, que é um subsídio (externalidade socioambiental positiva) econômico para os produtores rurais de cacau da BR-230, internalizando a externalidade positiva a partir das falhas de mercado. Com a externalidade socioambiental positiva e o carbono estocado, dimensiona-se a compensação financeira para os produtores rurais de cacau da BR-230 ou Rodovia Transamazônica.

Resultados e conclusões: foi estabelecida uma metodologia para a fixação e quantificação do carbono estocado para dimensionar o benefício socioambiental para os SAFS de cacau da BR-230 com a valorização da produtividade da cultura, o valor do carbono estocado e o carbono estocado no tempo com a consequência.

**PROPONENTE**

Joelson Gonçalves de Carvalho

TÍTULOQuestão agrária e assentamentos rurais no Estado de São Paulo:
o caso da região administrativa de Ribeirão Preto

O objetivo do trabalho é o de qualificar a questão agrária na região de Ribeirão Preto, onde a capitalização do setor agropecuário consolidou essa região como um dos polos agroindustriais mais importantes do Brasil. Metodologicamente, foram entrevistados 13 agentes representativos da questão agrária regional e mais 11 assentados escolhidos aleatoriamente. Foram duas visitas de campo à região, em 2011, além do uso de dados secundários (IBGE, Incra, Itesp, CPT, Nera/Unesp etc.).

Os resultados extraídos dos estudos de caso podem ser divididos em seis itens: educação, habitação, alimentação, saúde, assistência técnica e trabalho e renda. Nos quatro primeiros, houve patente melhoria. Na assistência técnica os assentamentos do Itesp contam com a oferecida pela própria fundação. Nos assentamentos organizados pelo Incra, o foco da produção é agroecológico, mas *in loco* percebeu-se que a experiência ainda é muito recente e limitada, embora promissora. Já no que se refere ao item trabalho e renda, em que pese ter havido melhoria das condições de trabalho, a renda agrícola familiar nos assentamentos do Itesp variou de 1,2 a 4,5 salários mínimos mensais. Já nos assentamentos de Ribeirão Preto e Serra Azul, a maior renda agrícola familiar registrada foi de aproximadamente três salários mínimos mensais. A conclusão mais evidente é que os assentamentos pesquisados certamente foram importantes na melhoria das condições de vida de seus beneficiários. Todos os assentados rurais pesquisados têm condições de satisfazer suas necessidades básicas e de sua família, nem que para isso se vejam impelidos à busca de renda fora das atividades agrícolas. Sob o ponto de vista acadêmico, sugerem-se pesquisas que avaliem a interação urbano-rural na troca mútua de sinergias sociais, econômicas e culturais, nesses e em outros assentamentos, para que os mesmos sirvam de instrumentos norteadores de políticas de reforma agrária.

**PROPONENTE**

Jorge Chiapetti

TÍTULO

O uso corporativo do território brasileiro e o processo de formação de um espaço derivado: transformações e permanências na região cacauceira da Bahia

Este trabalho tem a preocupação de demonstrar como, histórica e geograficamente, a formação socioespacial da região cacauceira, no sul da Bahia, se processa de forma derivada, exatamente do uso corporativo e seletivo do território brasileiro. Discutimos a crise da produção de cacau, mais especificamente o caráter multidimensional das transformações ocorridas na região, decorrentes do processo de globalização. A partir dessa análise, mostramos que o movimento de reestruturação produtiva no lugar se vincula ao desenvolvimento do modo capitalista de produção, o qual cria e recria mecanismos ideológicos de crenças na modernização que, afinal, garantem a sua própria reprodução.

**PROPONENTE**

José Antônio Herrera

TÍTULO

Desenvolvimento capitalista e realidade da produção agropecuária familiar na Amazônia paraense

O atrelamento do Brasil aos países desenvolvidos fez com que suas atividades econômicas fossem mais influenciadas por demandas externas do que pelas necessidades internas, contribuindo para participações regionais desiguais. Exemplo, a Amazônia é integrada à economia nacional e o capital aproveita as assimetrias das trocas não leais e desiguais para se expandir no território, alterando as relações sociais e os meios de produção, estabelecendo mecanismos de geração de lucros facilitados no uso dos recursos naturais. Com a exploração mais intensa, degradam o meio ambiente e agravam os problemas sociais. A imposição do capital nas relações, apesar de transformar a produção agropecuária familiar, não a eliminou e essa apresenta diferentes formas de produção e de relações sociais. Partindo dessa premissa, estudou a integração da Amazônia à economia nacional como resultado da expansão do desenvolvimento capitalista brasileiro, compreendendo como ocorre a interferência do capital no espaço agrário amazônico, principalmente na produção agropecuária familiar no sudoeste paraense. O estudo foi em três municípios que apresentavam diferentes formas de ocupação: Pacajá, área de colonização antiga; Anapu, área de projetos de desenvolvimento sustentável (PDS); e Senador José Porfírio, área de projeto de assentamento do Incra. Fez-

se o estudo da integração da região à economia nacional, da estruturação do espaço agrário amazônico e da interferência do capital na realidade vivenciada por 150 famílias no ciclo 2007-08. Como procedimentos metodológicos foram usados parâmetros qualitativos (leitura da realidade) e quantitativos (estatística). O fulcro é entender como o desenvolvimento capitalista se aproveita das adversidades para se apropriar dos meios de produção no espaço agrário amazônico, compreendendo as diferentes formas de produção que os produtores agropecuários familiares estabelecem para permanecer em meio às interferências do capital.

**PROPONENTE**

José do Egypto Vieira Soares Filho

TÍTULO

A reestruturação produtiva e a evolução industrial no Pará (1980-2010)

Esta tese trata da evolução industrial no Estado do Pará, aliada ao fenômeno da reestruturação produtiva no período de 1980 a 2010. A investigação dessa temática, com a averiguação das suas contradições, foi amparada por consistente referencial teórico que explica como uma economia industrial primária exportadora e periférica pode evoluir e se consolidar em uma economia industrializada produtora de bens manufaturados com robustos encadeamentos locais. Configura-se como uma pesquisa de história econômica, cujo instrumento metodológico adotado foi o histórico, o comparativo e o estatístico, com uso de amplo levantamento bibliográfico, documental e quantitativo, junto às instituições públicas e privadas, e ainda a obtenção de dados secundários que embasaram as análises e conclusões sobre a evolução das atividades industriais paraenses. Delineou-se uma função evolutiva composta de variáveis e indicadores, que possibilitou descrever e explicar as contradições existentes na trajetória da economia industrial no período proposto. Os resultados evidenciaram uma frustrante endogenia na socioeconomia local, pela ausência de possíveis efeitos a montante e a jusante que possibilitassem encadeamentos dinâmicos num processo verticalizado de produção com elevado valor agregado e de expressivo conteúdo tecnológico, indutores do desenvolvimento local. Constatou-se ainda que o sistema produtivo paraense ocupa um *ranking* histórico pífio frente ao PIB brasileiro de magnitude relativa abaixo de 2%, sendo fortemente gerado pelo setor terciário da economia, comércio e serviços, tendo pelo aspecto industrial a influência marcante do setor exportador, paradoxalmente de base primária mineral, cujos produtos (insumos) revelam-se de baixíssimo nível de agregação de valor, desprovidos da devida e necessária transformação industrial.

**PROPONENTE**

José Ivan Caetano Fernandes

TÍTULOCompetitividade e desenvolvimento regional:
uma aplicação ao agronegócio da soja nos estados de Mato Grosso e Bahia

A proposta tem como objetivo geral analisar a competitividade do agronegócio da soja nas novas fronteiras agrícolas do cerrado brasileiro: Mato Grosso e Oeste da Bahia. Visa a identificar, correlacionar e analisar os fatores que determinam a competitividade setorial e regional. A pesquisa está fundamentada principalmente em dados qualitativos. Analisou a existência e a forma de atuação dos fatores de competitividade setorial e regional e fez a comparação entre as duas regiões para identificar o potencial competitivo das mesmas. Ouvia os agentes do agronegócio da soja das regiões: unidades produtoras, processadoras e instituições de apoio privadas, públicas e mistas. Abordagens teóricas e a pesquisa de campo foram as bases metodológicas para a identificação e análise dos fatores. O modelo de análise usado indica que o desempenho competitivo de uma empresa, setor ou região depende de um conjunto de fatores internos à empresa, estruturais, sistêmicos e territoriais. O agronegócio da soja nas regiões estudadas é o principal vetor de desenvolvimento regional, respondendo por transformações socioeconômicas e vantagens competitivas. O modelo de desenvolvimento das regiões possui fatores e características semelhantes, porém a ação conjugada dos atores tem sido um elemento crucial para o território. As duas áreas apresentam vantagens e desvantagens locais, mas dinâmicas diferentes. Mato Grosso, por possuir maior disponibilidade de fatores naturais, ter iniciado primeiro e contar com instituições de apoio mais desenvolvidas, apresenta maior eficiência coletiva. Os fatores vinculados ao território passaram a ser cada vez mais importantes para a competitividade setorial e regional, porém atuam de forma desigual em função da eficiência coletiva dos atores. O estudo propõe maior competitividade setorial e regional.

**PROPONENTE**

José Mauricio Pereira Pinto

TÍTULOO discurso do desenvolvimento sustentável na
lei de educação ambiental no Brasil

Diante da crise ambiental, o discurso do desenvolvimento sustentável surge como uma das forças ideológicas de maior relevância no cenário mundial, com repercussão sobre variados setores, entre eles o da educação. Assim, este trabalho tem o objetivo de analisar o discurso do desenvolvimento sustentável na lei de educação ambiental do Brasil, por meio de pesquisa exploratória e com fundamento na teoria da análise do discurso, a partir da concepção de Foucault. A pesquisa revela que o discurso da susten-

tabilidade constitui uma formação discursiva inserida na formação ideológica capitalista, tendo sido capaz de, nos últimos anos, influenciar correntes de pensamento na educação e determinar o discurso da lei de educação ambiental brasileira. Contudo, a análise do discurso da lei aponta elementos que podem ser usados tanto em uma perspectiva reformista da sociedade quanto em uma perspectiva transformadora, acentuando, assim, a complexidade do debate acerca da natureza da educação ambiental.

**PROPONENTE**

June Alisson Westarb Cruz

TÍTULO

A relação entre estrutura de redes sociais e desempenho:
um estudo de caso de associações de carrinheiros no Paraná

A formação de parcerias em redes entre a iniciativa privada, o governo e a sociedade civil organizada tem chamado a atenção para pesquisas na área de estratégia, principalmente a associação entre a formação de parcerias e o desempenho organizacional, cuja foco principal é compreender a associação entre ações em parceria e desenvolvimento regional. Nesse sentido, os estudos de redes organizacionais surgem por meio de uma série de questionamentos, dentre eles o entendimento de como a estrutura de redes afeta o desenvolvimento de seus atores. Sendo assim, o objetivo da presente pesquisa consistiu em identificar a relação entre a estrutura de redes de cooperação (atores públicos, privados e da sociedade civil) mensuradas por indicadores da rede e a geração de renda dos carrinheiros de materiais recicláveis participantes de organizações integrantes da Rede de Organizações de Materiais Recicláveis da cidade de Curitiba, no Estado do Paraná, de 2007 a 2011. Como resultado foi possível identificar os atores da rede no período proposto (65 atores em 2007 para 102 atores em 2011), bem como a dinâmica estrutural da rede e a associação entre a variável de desempenho (renda ajustada) e as variáveis de motivação estudadas, bem como sua persistência no tempo e seus impactos no desenvolvimento regional.

**PROPONENTE**

Junior Ruiz Garcia

TÍTULO

Valoração, cobrança pelo uso da água e a gestão das bacias
hidrográficas do Alto Iguaçu e afluentes do Alto Ribeira:
uma abordagem econômico-ecológica

Em 1997, o Brasil instituiu a Política Nacional de Recursos Hídricos, reconhecendo o valor econômico da água e autorizando a cobrança pelo seu uso. Porém, a precificação da água não se mostrou uma tarefa trivial. A definição

do preço da água tem sido feita de maneira arbitrária. Além disso, a gestão hídrica tem tratado de maneira isolada os componentes do ecossistema. O problema de pesquisa é que os procedimentos convencionais de valoração econômico-ambiental dos recursos naturais não fornecem resultados consistentes para subsidiar políticas ambientais que levem na devida medida os critérios de sustentabilidade. A hipótese de trabalho é que somente a adoção de procedimentos metodológicos transdisciplinares será capaz de subsidiar políticas ambientais. O objetivo geral é aplicar nas bacias hidrográficas do Alto Iguaçu e Afluentes do Alto Ribeira, localizadas na Região Metropolitana de Curitiba, novos procedimentos de valoração econômico-ecológica dos serviços ecossistêmicos responsáveis pela disposição de água de qualidade, visando a subsidiar a elaboração de uma política de precificação da água e de esquemas de Pagamento por Serviços Ambientais. O desenvolvimento da pesquisa contará com auxílio das técnicas disponíveis no âmbito do Sistema de Informações Geográficas modelagem espacial e geoprocessamento e do InVESTModel. Esse ferramental possibilitará identificar e mensurar o *trade-off* entre a recuperação da qualidade dos ecossistemas e o provimento de alguns bens e serviços ecossistêmicos na área do Coalhar. Por exemplo, a nova organização do espaço poderia elevar a disponibilidade de água em 878 milhões de m³ ao ano, reduzir o consumo de água em 330 milhões de m³ ao ano, reduzir a perda de solo em quase 80 milhões de toneladas ao ano e elevar o estoque total de carbono em 36 milhões de toneladas etc. Logo, a gestão de bacias hidrográficas não pode considerar de maneira isolada os componentes do ecossistema, mas o ecossistema como um todo.

**PROPONENTE**

Karlos Eduardo Arcanjo da Cruz

TÍTULOProblemas do saneamento básico nacional:
déficit de atendimento, subsídios cruzado e ineficiência

Objetivo: existe uma parcela considerável da população que não desfruta dos serviços de saneamento básico adequados, seja pelo déficit na infraestrutura de atendimento, ou pela incapacidade de pagamento, ou mesmo pela considerável ineficiência na gestão de determinados serviços do setor. Este trabalho tem por objetivo verificar os efeitos desses problemas para a sociedade e quantificá-los, para ser possível direcionar políticas públicas no sentido de atenuar as desigualdades existentes no acesso ao serviço.

Metodologia: a análise desses problemas é aprofundada sob a forma de três ensaios. No primeiro, é verificada a relação existente entre o déficit de atendimento e as internações por infecções gastrointestinais, por meio de regressão linear. No segundo, verificam-se os problemas oriundos do uso de subsídios cruzados. Por últi-

mo, é mensurada a eficiência dos governos estaduais brasileiros por meio da análise envoltória de dados.

Resultados: o resultado indica que existe uma associação entre o déficit de cobertura por redes coletoras de esgotos e o surgimento de doenças. Verifica-se também uma associação negativa da escolaridade e da renda per capita com o surgimento dessas mazelas. No segundo ensaio, verifica-se que, muitas vezes, o subsídio cruzado não atinge o seu objetivo, que é o de permitir que os menos favorecidos tenham acesso aos serviços. No terceiro ensaio, é identificado que, seguido pelo Norte, os estados do Nordeste são os mais ineficientes na gestão do saneamento básico.

Conclusão: desse modo, a baixa cobertura do saneamento básico no Nordeste soma-se a alta ineficiência de seus estados, o que faz com que essa seja a região que possui a maior taxa de mortalidade de menores de 5 anos. Além disso, renda per capita, educação e médicos por grupo de habitantes, que contribuem para a atenuação dessa mortalidade, também apresentam as menores taxas nas regiões Norte e Nordeste. Isso agrava ainda mais os problemas de desigualdade social existentes no Brasil.

**PROPONENTE**

Luis Fernando Valverde Salandía

TÍTULO

Desafios metropolitanos à gestão pública de apropriação do espaço urbano no leste metropolitano do Rio de Janeiro

A tese visou a avaliar as condições de articulação dos municípios do leste metropolitano para promover a gestão pública do espaço urbano. Considera-se como premissa que a articulação de políticas urbanas é fundamental num contexto de conurbação. Porém, as articulações em curso nesse recorte espacial ainda não internalizaram essa importância. A metodologia de análise focaliza políticas públicas de ordenamento territorial e de desenvolvimento urbano, seus instrumentos e demandas sociais apresentadas em fóruns regionais como componentes do objeto de investigação, colocando em causa as perspectivas de municípios metropolitanos brasileiros para promover a gestão social da valorização da terra. Foi considerado o ordenamento territorial e administrativo vigente, em especial o Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento do Leste Fluminense, englobando municípios que se defrontam com os impactos da implantação do Complexo Petroquímico do Estado do Rio de Janeiro (Comperj). Como resultado identificaram-se caminhos possíveis para a efetivação de políticas públicas regionais que condicionam a apropriação do espaço urbano, com ênfase nos instrumentos de gestão social da valorização da terra, que no atual cenário de desenvolvimento econômico regional podem contribuir para garantir o direito à cidade e responder aos desafios da precarização socioterr-

torial e da desigualdade intrametropolitana, resultado da reprodução desigual do espaço urbano. O caráter limitado das experiências em andamento aponta para caminhos de pesquisa que permitam a verificação futura das possibilidades de enfrentamento da precarização territorial no atual cenário associado ao Comperj. Concluímos que a gestão social da valorização da terra num contexto metropolitano demanda articulações supramunicipais, envolvendo os três níveis de governo e controle social. Concluiu-se que é fundamental que o conjunto de instrumentos de política urbana, ao alcance dos municípios, seja aplicado numa ótica territorial mais ampla, contemplando seus impactos por meio do monitoramento.

**PROPONENTE**

Luzia Conceição Costa Becker

TÍTULO

Tradição e modernidade:

o desafio da sustentabilidade do desenvolvimento na Estrada Real

O objetivo da tese é analisar o processo de modernização e desenvolvimento de regiões periféricas no Brasil pela via turística. Por meio de diferentes fontes e métodos de pesquisa, historiografia e etnografia o trabalho reconstitui a história da política de turismo nacional, estadual e municipal, considerando o tema do desenvolvimento sustentável do território. Sob o imperativo normativo da sustentabilidade, analisa-se o turismo como política pública e vetor de desenvolvimento local e regional e discutem-se políticas públicas de turismo no Brasil, tomando, como estudo de caso, o município de Conceição do Mato Dentro e o Projeto Estrada Real, o seu contexto. Observa-se que a história de auge e decadência da mineração na Serra do Espinhaço, Região Sudeste do país, virou tema de roteirização e reordenação de parte do território mineiro para o uso turístico, dado o seu patrimônio histórico-cultural e natural. Questiona-se aqui se os 162 municípios integrantes do território da Estrada Real virão a superar sua condição periférica no processo de regionalização e interiorização do desenvolvimento pela via turística no Estado de Minas Gerais. A análise dos processos de formulação e implementação, bem como a avaliação dos resultados da política de turismo, revelam os desafios tanto do Estado quanto da sociedade para promover a geografia da igualdade no Brasil contemporâneo. Do macro para o micro, a análise evidencia a tensão entre o valor de uso e o valor de troca dos territórios turísticos e a iminente perda do poder de regência desses pelas comunidades tradicionais e locais. Os seis capítulos da tese revelam ainda os paradoxos da antinomia não superada no país como um todo, talvez insuperável, pois constitutiva dele entre tradição e modernidade. No contexto da globalização, tais paradoxos denunciam o município de Conceição do Mato Dentro como caso paradigmático que problematiza a sustentabilidade do desenvolvimento territorial da nação brasileira.

**PROPONENTE**

Luzineide Dourado Carvalho

TÍTULO

Ressignificação e reapropriação social da natureza: práticas e programas de convivência com o semiárido no território de Juazeiro (BA)

O objetivo principal do estudo foi analisar a transição paradigmática da concepção moderna de natureza (dominação e externalidade) diante de uma contemporânea emergência de outro/novo naturalismo (interação natureza e cultura); de compreender a mundaneidade das zonas Áridas, Semiáridas e Subúmidas Secas e as novas orientações internacionais para o uso, prevenção e combate aos processos de desertificação e suas repercussões no Brasil; de revisitar a categoria semiárido, compreendendo-a pelas dimensões físico-material, política e simbólico-cultural, intencionando revelar esse território de forma complexa e relacional; de discutir a emergência e as manifestações da ideia de convivência, avaliando sua base ideológico-filosófica, suas articulações e mobilizações para tornar-se uma identidade de projeto de desenvolvimento territorial; e de mapear, no território de Juazeiro, as formas de reapropriação social da natureza no que permeiam o acesso e uso da água, terra e biodiversidade da caatinga pela população rural. Com a discussão central sobre a relação natureza e cultura na contemporaneidade, o estudo tomou como base empírica a natureza semiárida e as compreensões que tem recebido segundo diferentes racionalidades dentro da formação histórico-geográfica e de desenvolvimento do território semiárido brasileiro. Destacou-se a contemporânea proposta de convivência com o semiárido brasileiro, avaliando como essa ideia-projeto inova, impulsiona e direciona a sociedade civil, os movimentos sociais e o próprio Estado a redirecionar as ações, práticas e os programas de intervenção considerando as características climáticas, a cultura e as especificidades dos contextos semiáridos. Avaliou-se também como a convivência atua mobilizando e articulando as bases populares, por meio das redes sociais.

**PROPONENTE**

Magda Fonseca Queiroz Mota

TÍTULO

A participação da sociedade civil organizada nos caos de transposição de bacias: experiências no Brasil e na Espanha

O presente trabalho investiga a participação cidadã nos processos que envolvem a participação da sociedade civil organizada, analisando a experiência do Comitê de Bacia Hidrográfica do Rio São Francisco (CBHSF) nas questões relativas à transposição e/ou revitalização. Nesta abordagem, procuraremos apre-

sentar os aspectos institucionais, o quadro atual e as proposições, reconhecendo os desdobramentos da experiência espanhola de gestão de água e transposição ocorrida na experiência de transposição no caso da bacia Tejo-Segura. É estabelecer ainda um quadro de análise a partir da experiência de gestão em Portugal por meio do movimento ProTejo, sendo esse caso estudado apenas como exemplo ilustrativo. Será abordada também a atuação das instituições públicas na gestão das águas que favorece sua inserção sustentável no desenvolvimento socioeconômico. Para tanto usaremos dois indicadores de desempenho institucional, como descreve Putnam. Como é claro que esse não depende somente de fatores institucionais, formais, como a lei e a organização administrativas, também se faz referências a fatores dinâmicos, como as circunstâncias socioeconômicas e a qualidade da administração, resumidas na noção de governabilidade. Foram elaborados questionários e entrevistas e acompanhamento dos processos de participação, com enfoque sobre as ONGs ambientalistas dentro do comitê da bacia do rio São Francisco. Conclui-se que diante de mudanças institucionais, nas formas de mobilização, estratégias de atuação, os espaços ofertados pelo Estado não são garantia de efetiva participação, dadas as condições desiguais, a negociação entre os diferentes segmentos envolvidos, a ausência de um desenho metodológico que avance a participação além da simples constituição legal de espaços formais.

**PROPONENTE**

Marcel de Moraes Pedroso

TÍTULOInteligência decisória e análise de políticas públicas:
o caso das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs)

A tese proporciona uma contribuição ao campo de análise de processos decisórios em políticas públicas, mais especificamente sobre a tomada de decisão para implantação das Unidades de Pronto Atendimento (UPAs). A pesquisa visa a estabelecer bases teórico/metodológicas para construção de processos decisórios estruturados por um conjunto de regras para decidir que incorporem as preferências dos decisores, promovam a capacidade de adaptação e aprendizagem por meio de artefatos sociais e tecnológicos com uso intensivo de informações geográficas. Com esse intuito, revisa diferentes abordagens do paradigma da racionalidade limitada em três modelos de análise: múltiplos fluxos, equilíbrio pontuado e coalizões de defesa; sumariza e diferencia os usos da informação geográfica nesses modelos, bem como discute e propõe a metodologia de análise multicritério de decisão espacial-constructivista.

O desenho metodológico da pesquisa combina a análise de dados qualitativos e quantitativos, operacionalizados por três componentes: (i) componente

estrutura narrativa; (ii) componente estudo de caso; e (iii) componente análise contrafactual. O componente estudo de caso é composto por três unidades de análise: modelos atual, racional e construtivista. Dentre as principais contribuições do trabalho, destacam-se: (i) resgate dos eventos principais do processo de construção do programa UPAs e sua ascensão à agenda da segunda fase do PAC; (ii) construção de estudo de caso que resultou na descrição dos arranjos espaciais e no mapeamento das decisões geradas pela aplicação dos modelos de tomada de decisão nas dez UFs pesquisadas; (iii) definição e cálculo dos Índices de Inteligência Decisória das UFs relativos a cada um desses modelos; (iv) comparação entre as decisões sobre a localização das UPAs resultantes dos três processos decisórios analisados e a realização de testes de associação entre os IIDs e os arranjos espaciais decorrentes da aplicação dos modelos contrafactuais.

**PROPONENTE**

Marcos Daniel Schmidt de Aguiar

TÍTULO

Condições de vida, políticas públicas e efeitos no desenvolvimento rural:
uma análise do programa RS Rural no contexto das desigualdades regionais do Rio Grande do Sul

Esta pesquisa procura captar efeitos no desenvolvimento de comunidades escolhidas nas regiões do Litoral Norte, Campanha e Vale do Taquari a partir de projetos financiados pelo Programa RS Rural. Para tanto, são tomadas a ideia de desenvolvimento humano em suas diversas dimensões e a metodologia proposta por Kageyama (2008) para identificar simultaneamente fatores condicionantes, características e efeitos no desenvolvimento, o que foi feito por meio de um Índice de Condições de Vida (ICV) que aproxima ambas as ideias e de uma análise multidimensional dos investimentos feitos junto aos beneficiários. Reflexões em torno do paradigma de desenvolvimento são usadas para compreender a complexidade do meio rural quando se tem um quadro de desigualdades regionais na execução de políticas públicas. Da mesma maneira, recorre-se a pressupostos da geografia e estudos em economia regional do Rio Grande do Sul, que revelam diferenças e disparidades na origem e na atualidade do desenvolvimento rural gaúcho. Por fim, detectam-se homogeneidades e heterogeneidades entre as regiões e os lugares analisados no que tange às condições de vida dos beneficiários do RS Rural. A pesquisa também evidenciou que o programa trouxe significativas melhorias para as populações beneficiadas e disparidades regionais detectadas neste momento podem levar a um processo mais rápido de desenvolvimento sustentável numa das localidades estudadas.

**PROPONENTE**

Maria Arlinda de Assis Menezes

TÍTULO

Educação profissional, agricultura familiar e desenvolvimento regional e urbano: o Instituto Federal de Educação baiano Campus Catu

A presente tese é o resultado de inquietações que surgiram no âmbito do trabalho da autora e durante a dissertação de mestrado intitulada “Bolsa Família: análise do programa nos municípios de Aramari e Alagoinhas (BA)”. Ao lidar com populações de baixa renda cujo acesso a educação, saúde, lazer, segurança, é restrito, bem como por trabalhar em um instituto federal de educação, que forma técnicos agropecuários, um questionamento aflorou: caso a interação entre esse espaço de formação e a comunidade de agricultores familiares fosse uma realidade, em que medida isso possibilitaria transformações significativas, gerando desenvolvimento local regional? Dessa forma, este trabalho apresenta a história desse instituto federal, especialmente do Campus Catu, e de seu contexto sócio-histórico e, para alcançar seu objetivo, traça o perfil da agricultura familiar, sua origem e diferenças existentes territorialmente dentro do país. A pesquisa de campo uniu essas duas vertentes: a investigação sobre a situação da agricultura familiar na região Litoral Norte Agreste de Alagoinhas, na qual o campus se insere, e sobre o papel do instituto, dos docentes e de alguns técnico-administrativos, a depender da área de atuação. Os altos investimentos do governo federal na educação profissional têm, dentre seus objetivos, a colaboração para o desenvolvimento da nação. Esse alcance, tendencialmente, só será possível a partir desse setor específico se cada parte constituinte atuar enxergando a realidade, a comunidade que está a sua volta. Quais as alternativas que são colocadas para aqueles que ficaram à margem do progresso econômico, que, na maior parte das vezes, traz intrínsecas outras necessidades do ser humano? Como as diferentes liberdades estão chegando para as pessoas de uma mesma nação e que vivem realidades tão distantes? Essas questões perpassam pela política, pelas políticas públicas, pela atuação da sociedade civil, pelas instituições de ensino, que não devem desagregar ensino.

**PROPONENTE**

Maria da Conceição Alves Rodrigues

TÍTULO

Saberes e práticas em experiências de construção da sustentabilidade no meio rural nordestino

Este trabalho tem como objetivo analisar as relações de saberes que se articulam em projetos de construção do desenvolvimento rural sustentável para o semiárido paraibano, analisando as práticas cotidianas dos agricultores e sua relação com as

práticas tecnológicas difundidas por ONGs. Tomamos como objeto empírico a comunidade rural de Lajedo de Timbaúba, município de Soledade (PB), localizada na microrregião do Curimataú paraibano. Trata-se de uma comunidade onde se registra um dos primeiros casos de planejamento do desenvolvimento rural sustentável na Paraíba. A análise centrou-se nas vivências dos agricultores em experiência de sustentabilidade, procurando compreender como eles se apropriam de novos conhecimentos e com esses interagem. Em termos metodológicos, considerou-se factível situar a interação de saberes entre os agricultores e os técnicos das ONGs, situando a análise conforme questionamento de Paulo Freire (2006): extensão ou comunicação? Para o entendimento das práticas cotidianas dos agricultores, recorreu-se à contribuição teórica de Michel de Certeau (2008), no sentido de discernir um movimento de microrresistências, de inversão/rejeição/modificação pelos agricultores em relação aos saberes externos. Ainda do ponto de vista teórico, recorrendo ao imaginário social de Cornelius Castoriadis (1982), considerou-se o modo de viver dos agricultores pesquisados, tendo como referência a experiência na produção material e simbólica de suas vidas. Por isso, fez-se imprescindível não dissociar as relações de saberes entre agricultores e técnicos de ONGs dos conceitos de sustentabilidade, desenvolvimento rural sustentável e extensão rural. O estudo revelou que os saberes externos, proporcionados pelas propostas de alternativas de convivência com as secas na perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, quando postos na relação cotidiana dos agricultores, são constituídos em estratégias de sobrevivência inseridas na sua própria idiossincrasia.

**PROPONENTE**

Maria Odete Alves

TÍTULO

Mercado, arame e estado: recursos comuns e resistência em Lagoa dos Cavalos, no sertão do Ceará

O Semiárido, como região com identidades, características e também experiências singulares, é o tema e o foco da tese. Acredita-se que o entendimento de tais experiências é relevante para instruir políticas de abrangência regional. Trata-se do caso da comunidade rural Lagoa dos Cavalos, no Baixo Jaguaribe (CE). Formada por terras de herança fragmentadas, o processo de organização local iniciado nos anos 1980 permitiu aos moradores combinar formas preexistentes de uso comunal dos recursos com novas formas coletivas associadas a práticas de convivência com o Semiárido. As questões de pesquisa buscaram compreender os fatores que, na história do grupo, teriam influenciado o processo de organização local, a decisão de explorar e gerir coletivamente os recursos locais e a persistência dessa combinação de formas de uso e gestão dos recursos. As análises apoiaram-se na teoria dos recursos comuns e em aportes oriundos do conceito de ação coletiva e da teoria da reciprocidade, sem abrir mão de referenciais complementares na medida da necessidade. Adotou-se um conjunto de procedimentos em várias etapas, combinando o uso de fontes testemu-

nhais, documentais, bibliográficas e a observação simples. A etapa de campo foi feita em dois momentos: uma fase exploratória e outra de entrevista não estruturada, com atores selecionados a partir da técnica de amostragem probabilística não intencional. A análise de todas as informações contou com o auxílio da técnica de triangulação de dados. Os resultados mostram a existência de diversos arranjos institucionais assentados sobre relações sociais que estimulam e fortalecem valores humanos e éticos entre os usuários dos recursos comuns, garantindo a persistência da ação coletiva e dando sustentabilidade à combinação das duas formas de gestão dos recursos e, dessa forma, minimizando os problemas decorrentes da fragmentação fundiária.

**PROPONENTE**

Marise Tissyana Parente Carneiro Adeodato

TÍTULO

A razão e os limites das políticas
nacionais de desenvolvimento urbano:
uma análise comparativa das proposições de 1975 a 2004

A presente tese buscou compreender fundamentos e práticas da atuação do Estado sobre o urbano por meio das Políticas Nacionais de Desenvolvimento Urbano (PNDUs) elaboradas em dois momentos: uma no período militar, autoritário e centralizador, a PNDU de 1975, e outra na condição democrática, após a Constituição Cidadã de 1988, a PNDU de 2004, que assume a descentralização e tem o município como ente federativo. A questão regional, territorial e metropolitana, juntamente com a questão federativa, é ponto de relevante interesse na pesquisa, uma vez que é a base para compreensão da organização territorial e política do Estado e das PNDUs, sendo um dos eixos comparativos das políticas urbanas em estudo.

Metodologicamente, analisaram-se comparativamente fundamentos, razões e concepções de cada PNDU em seus contextos específicos, seus instrumentos institucionais, financeiros, legais e técnicos, bem como seus planos e programas implementados, de modo a constatar limitações que se impõem a essas políticas. Para isso, a pesquisa baseou-se em dados oficiais e pesquisas anteriores sobre essas políticas para investigar como foram concebidas e desenhadas pelo Estado e se foram transpostas ou não em propostas e ações efetivas. As constatações apontam para descontinuidades e continuidades, distinções e semelhanças entre as duas propostas. O autoritarismo, o centralismo e a ditadura de 1975 contrastam com a democratização e abertura à participação social e liberdades políticas em 2004. As proximidades se apresentam em propostas governamentais que pouco se efetivam na prática, políticas urbanas sem implementação, antigas ideologias que se revestem de novos discursos, mas se mantêm sobre problemas que parecem crônicos: o clientelismo e o patrimonialismo. Esse é o cenário sob o qual se pode observar as PNDUs, sem, no entanto, esquecer-se que as cidades e regiões, bases sobre as quais atuam as políticas de desenvolvimento urbano, são formas que refletem aspectos estruturais da sociedade.

**PROPONENTE**

Marta Cocco da Costa

TÍTULO

Violência contra mulheres rurais, agendas públicas municipais e práticas profissionais de saúde: o visível e o invisível na inconsciência do óbvio

Os objetivos gerais incluíram: conhecer e analisar, em cenários rurais da metade sul do Rio Grande do Sul, as representações sociais da violência contra mulheres na perspectiva de gestores municipais, profissionais da saúde e as influências dessas na implementação de decisões políticas e técnicas em ações de saúde; analisar as agendas públicas locais de saúde direcionadas ao enfrentamento dessa problemática, na perspectiva de gestores e dos planos municipais de saúde; analisar, por meio do domínio epistemológico das relações de gênero e das representações, as formas concretas de atenção integral às mulheres rurais vítimas de violência. O estudo, de cunho qualitativo, englobou 56 participantes: gestores, profissionais e trabalhadores dos serviços de saúde, que atuam em áreas rurais. A geração das informações abarcou: questões-estímulo de evocações, entrevista semiestruturada e busca documental, analisadas pela modalidade temática e com auxílio do software Nvivo e o software Evoc. As evocações dos participantes reconhecem essa problemática em cenário rural considerando-a destino de gênero que advém do consentimento/resignação, culpa/medo, o que resulta em naturalização e banalização social. Na dimensão política, o resultado do não reconhecimento da violência como problemática da e de saúde foi a constatação da inexistência de agenda local direcionada à violência contra as mulheres rurais, a desresponsabilização e o descompromisso da gestão local frente a esse fenômeno. Nas práticas dos profissionais da saúde, em particular as rurais, essa problemática apareceu invisível e não reconhecida. Desvelar a violência contra as mulheres rurais no interior dos serviços de saúde é fundamental para compreendê-la, exigindo transformação de saberes e práticas, reconhecimento e responsabilização de serviços coletivos de atenção em saúde e de profissionais, para além do técnico, como cidadãos comprometidos com deveres de cidadania na luta pela integralidade da atenção.

**PROPONENTE**

Mauro Sérgio Boppré Goularto

TÍTULOParticipação e *accountability* no controle social do orçamento público: o caso do Conselho de Desenvolvimento Regional de Itajaí

Este estudo trata-se de uma pesquisa qualitativa-interpretativa acerca do controle social compartilhado exercido pelo Conselho de Desenvolvimento Regional (CDR) de Itajaí no processo de alocação e aplicação das verbas do orçamento regionalizado. Foram usados dados quantitativos com o intuito de corroborar os levantamentos qualitativos. O objetivo geral dessa pesquisa foi avaliar a eficácia política do controle social compartilhado exercido pelo CDR de Itajaí no processo de alocação

e aplicação das verbas do orçamento regionalizado de 2008 a 2010. A pesquisa estabelece a relação entre duas dimensões-chave para o controle social: participação e *accountability*. A imbricação dessas duas dimensões-chave possibilitou o aprofundamento e a expansão do conhecimento acerca do controle social compartilhado do orçamento público exercido pelo CDR de Itajaí.

O método usado nesta pesquisa foi o estudo de caso único e exploratório com enfoque holístico. Foram usados três procedimentos para a coleta de dados: observação participante, análise de documentos e entrevistas em profundidade. A pesquisa revelou que a experiência do CDR de Itajaí aponta para um salto na institucionalização da democracia, mas na prática ainda tem um longo percurso antes de se constituir em uma realidade em termos de eficácia política do controle social compartilhado. Existe a necessidade do desencadeamento de ações mobilizadoras concretas de grupos e entidades da sociedade civil organizada para o fortalecimento da participação no CDR de Itajaí. Além disso, atuação do CDR de Itajaí no período estudado em pouco alterou a lógica do investimento público na região. É preciso que o CDR se constitua em uma arena de debates caracterizada pelas tensões e pelos conflitos da região capazes de produzir uma dinâmica transformadora dos processos histórico-sociais.

**PROPONENTE**

Monica Bahia Schlee

TÍTULOA ocupação das encostas no Rio de Janeiro:
morfologia, legislação e processos socioambientais

A presente pesquisa faz uma reflexão sobre a situação atual da ocupação das encostas em cidades brasileiras, identifica padrões morfológicos, processos e lógicas que lhes deram origem e investiga a influência da legislação na formação e transformação da paisagem urbana em encostas, bem como na gênese dos conflitos socioambientais decorrentes dessa urbanização. A ocupação das encostas em cidades das regiões Sudeste, Nordeste e Sul do Brasil apresenta implicações críticas para a sustentabilidade urbana e a resiliência do ambiente natural nessas regiões. Este trabalho incorpora uma leitura sistêmica da paisagem urbana, fundamentando-se em contribuições da ecologia da paisagem, morfologia urbana e arquitetura da paisagem, e se desenvolve em três escalas complementares de análise do suporte geobiofísico e do suporte construído. O primeiro nível de análise corresponde à contextualização do Rio de Janeiro, em comparação com outras cidades brasileiras, Florianópolis, Vitória, São Paulo e Belo Horizonte, à luz dos aspectos geobiofísicos, paisagísticos, de regulação da ocupação e de proteção das encostas. O segundo nível refere-se à caracterização da ocupação nos maciços e morros isolados no contexto intraurbano do Rio de Janeiro. O terceiro nível diz respeito à ocupação das encostas no Maciço da Tijuca, com foco em

três áreas de maior detalhamento, localizadas em áreas sujeitas a intensa pressão urbana decorrente da progressiva valorização imobiliária em bacias hidrográficas localizadas respectivamente em suas vertentes sul, leste e oeste. Defende-se a tese de que os espaços livres localizados nas encostas são fundamentais para fortalecer a proteção das florestas urbanas e estruturar zonas de amortecimento no Rio de Janeiro. Argumenta-se que o aumento da multifuncionalidade, flexibilidade, adaptabilidade e conectividade de espaços livres influencia a capacidade de suporte, a sustentabilidade e a capacidade regenerativa dos sistemas paisagísticos nas encostas urbanas brasileiras.

**PROPONENTE**

Nádia Cristiane Steinmacher

TÍTULO

Modificação de resíduo industrial cervejeiro para aplicação em alimento funcional

Com o aumento de políticas para reduzir a poluição ambiental, a maioria das indústrias vem se preocupando com fatores como reciclagem ou reaproveitamento dos resíduos gerados. O processo de cervejaria é característico por produzir grande volume de resíduo, denominado bagaço de malte, usado principalmente para alimentação animal. Esse resíduo obtido após liquefação e sacarificação do malte no processo cervejeiro é composto essencialmente por material hemicelulósico. O objetivo do trabalho foi modificar enzimaticamente esse resíduo, associando a hidrólise com hemicelulases a um processo inovador de conversão em extrusor. Também, comparar o efeito dos tratamentos em pães, além de melhorar as características desses por meio da otimização do processo de panificação. Foram usados dois tipos comerciais de enzimas (Pentopan Mono BG® [EP] e Celluclast BG® [EC]) nas concentrações de 0,5, 1, 1,5, 3 e 5% em relação ao teor de hemicelulose do bagaço e um extrusor monorroasca. Foram feitas avaliações da modificação do bagaço de malte. Pães foram elaborados com farinhas compostas contendo 12% de bagaço de malte tratado (BT) ou não tratado (BNT). Também foram testadas formulações contendo BNT com posterior adição direta das enzimas nas mesmas concentrações empregadas na extrusão reativa. Com base nas características dos pães resultantes e na produção de maior quantidade de resíduos de xilose, um tratamento foi selecionado e o produto obtido foi aplicado em processo de otimização do processo de panificação. Foi aplicada a metodologia de superfície de resposta para avaliar os efeitos do tipo de mistura (forma lenta ou rápida de mistura da farinha de bagaço de malte), da quantidade de água adicionada à massa e do tempo de fermentação nas características dos pães. O processo biorreativo foi efetivo na modificação das arabinoxilanas, possibilitando a aplicação desse produto em alimentação humana, originando um pão funcional.

**PROPONENTE**

Orlando de Oliveira Silva

TÍTULO

Aproveitamento do bagaço de abacaxi para produção biotecnológica de xilitol

Bagaço de abacaxi proveniente de uma agroindústria de sucos foi coletado e caracterizado por sacarificação quantitativa quanto aos teores dos açúcares monoméricos glicose (29,9%), xilose (27,63%), arabinose (5,48%) e de lignina (15,1%), que compõem a fibra. O bagaço foi usado para obtenção de hidrolisado hemicelulósico por hidrólise ácido diluído. A determinação das condições de hidrólise foi feita por superfície de resposta, com dados levantados por ensaios em reator de bancada, seguindo planejamento experimental (23 + 1) esférico, considerando os fatores temperatura (120 a 160 °C), tempo de reação (20 a 40 minutos) e concentração de H₂SO₄ (2 a 4%). A condição de hidrólise a 140 °C, 20 minutos e 2% de ácido foi selecionada como uma das melhores para executar a hidrólise do bagaço em reator-piloto (100 L). O hidrolisado hemicelulósico foi concentrado quatro vezes em relação ao seu teor inicial de açúcares, destoxificado pela combinação de neutralização com CaO e adsorção com carvão ativado. O hidrolisado foi caracterizado quanto aos teores de glicose (21,3 g L⁻¹) e xilose mais frutose (64,01 g L⁻¹), tratado por aquecimento a 60°C por 120 minutos, suplementado com nutrientes ([NH₄]₂SO₄ 1 g L⁻¹, MgSO₄ 7H₂O 1,1 g L⁻¹ e extrato de levedura 5g L⁻¹) e fermentado em biorreator (Vmeio = 1,0 L; X₀ = 1 g L⁻¹; pH = 6,0; 30 °C; 2,5 vvm; 200 rpm por 120 h), por *Debaryomyces Hansenii* UFV-170, resultando em 28 g L⁻¹ de xilitol, produtividade volume-trica de 0,24 g L⁻¹ h⁻¹ e μ_{max} igual a 0,034 h⁻¹. O bagaço de abacaxi proveniente de agroindústria de sucos é uma possível matéria-prima para obtenção de hidrolisado hemicelulósico por hidrólise ácido diluído e excelente substrato para produção de xilitol por fermentação com *Debaryomyces Hansenii* UFV-170.

**PROPONENTE**

Paulo Antonio de Souza Chacon

TÍTULO

Aquisição de tecnologia e esforço inovativo: um olhar crítico sobre o balanço de transações correntes e os fluxos tecnológicos

O Balanço de Transações Correntes (BTC) tem apresentado contribuição desfavorável para o Balanço de Pagamentos. O trabalho chama atenção para a importância de itens parcelares do BTC, em especial o Balanço de Serviços (BS), uma de suas parcelas, na qual se lida com Transferência de Tecnologia. O fato tem se constituído numa das razões para o déficit citado. Tal ocorre não só pelo resultado líquido que expressa, relativamente ao total registrado pelo BS, mas pela importância do tema que abraça. O objetivo do trabalho é analisar o BTC, especialmente

as subcontas em serviços que explicitam fluxos tecnológicos. Observar o montante e a pauta das aquisições tecnológicas, sob a forma mais desagregada possível, monitorando, via indicadores de inovação, os impactos explicitados e absorvidos no/pelo processo de inovação tecnológica. A importância da tecnologia e de seu corolário lógico – inovação – tem sido largamente destacada. Enxergar a inovação tecnológica tendo por mira o BTC pode ser uma alternativa para propor ajuste às políticas públicas, facultando-lhes melhor impacto.

A metodologia adotada segue a recomendada pela OECD (Organização para Cooperação Econômica e Desenvolvimento), que em 1990 formatou o balanço de pagamentos tecnológicos. Essa metodologia é crível e fidedigna, sendo reproduzida em vários países do mundo e usada nas comparações internacionais. Serão monitorados o comércio de técnicas (*know-how*), técnicas amparadas por direitos de propriedade industrial, serviços com conteúdo técnico e P&D industrial, conforme disponibilizadas nas bases de dados afins. Os resultados (e as tendências) expressam crescentes gastos com aquisição de tecnologia. O tipo contratual fornecimento de tecnologia prepondera na opção nacional, que também evidencia gastos com aluguel de máquinas. Esse quadro não tem encontrado respaldo nas evidências de capacitação e aprendizado por parte dos setores industriais adquirentes de tecnologia, fato que pode constituir restrição externa para o crescimento no longo prazo com equilíbrio regional.


PROPONENTE

Pedro Henrique Triguis Schimit

TÍTULO

Modelagem e controle de propagação de epidemias usando autômatos celulares e teoria de jogos

Estuda-se o espalhamento de doenças contagiosas usando modelo suscetível-infectado-recuperado (SIR) representado por equações diferenciais ordinárias (EDOs) e por autômatos celulares probabilistas (ACPs) conectados por redes aleatórias. Cada indivíduo (célula) do reticulado do ACP sofre a influência de outros, sendo que a probabilidade de ocorrer interação com os mais próximos é maior. Efetuam-se simulações para investigar como a propagação da doença é afetada pela topologia de acoplamento da população. Comparam-se os resultados numéricos obtidos com o modelo baseado em ACPs aleatoriamente conectados com os resultados obtidos com o modelo descrito por EDOs. Conclui-se que considerar a estrutura topológica da população pode dificultar a caracterização da doença, a partir da observação da evolução temporal do número de infectados. Conclui-se também que isolar alguns infectados causa o mesmo efeito que isolar muitos suscetíveis. Além disso, analisa-se uma estratégia de vacinação com base em teoria dos jogos. Nesse jogo, o governo tenta minimizar os gastos para controlar a epidemia. Como resultado, o governo realiza campanhas quase periódicas de vacinação.

**PROPONENTE**

Renilson Rodrigues da Silva

TÍTULO

Aglomerações populacionais na Região Norte do Brasil de 1980 a 2000: uma abordagem por meio da Nova Geografia Econômica

O objetivo geral da tese é analisar o crescimento populacional desigual dos municípios que compõem a Região Norte do Brasil e quantificar os determinantes desse crescimento de 1980 a 2000. Usando os conceitos da Nova Geografia Econômica (NGE) em nível de município, são propostas e estimadas duas equações para explicar o crescimento populacional, uma para a população rural e outra para a urbana. Essas equações visam a testar as hipóteses de que o isolamento geográfico é um determinante da condição econômica da Região Norte e de que as aglomerações populacionais atuam como indutores do crescimento. A variável dependente é a taxa de crescimento populacional. As variáveis explanatórias são: latitude, longitude, altitude e proximidade às capitais, IDHs, salários, participação dos setores rural e urbano no emprego e o potencial de mercado. Essa última variável é mensurada por meio de um índice de acessibilidade. No entanto, para sua criação, é necessário compatibilizar os dados dos censos demográficos, exigindo o desenvolvimento de uma metodologia específica, proposta também nesta tese, por meio de ponderações e uso de Polígonos de Voronoi. As estimativas foram feitas pelo método de econometria espacial. Constatou-se a validade das hipóteses formuladas na tese. Primeiramente, os municípios mais pobres têm no fator isolamento geográfico um dos determinantes da sua condição econômica. As dificuldades de acesso impedem esses municípios de escoar sua produção, basicamente oriunda da agropecuária, aos mercados potenciais. Evidenciou-se a segunda hipótese, de que houve redução nos custos de transportes, que culminou na melhoria da acessibilidade e na formação das aglomerações populacionais. Consequentemente, as grandes aglomerações populacionais passaram a demandar produtos da própria região, gerando crescimento e melhorando as condições socioeconômicas de seus vizinhos, atuando como indutores de crescimento.

**PROPONENTE**

Roberta do Espírito Santo Luzzardi

TÍTULO

A substituição da bataticultura pelo fumo nas comunidades de Boa Vista e Boqueirão no município de São Lourenço do Sul (RS)

A presente pesquisa analisa o processo de substituição da cultura da batata pelo fumo e decorre da importância de compreender o motivo da cultura do fumo aparecer como uma das principais estratégias de reprodução social adotadas pela agricultura familiar como forma de manter-se no campo no município de São Lourenço do Sul (RS). Tem como objetivo geral identificar e caracterizar o processo de substituição do

sistema de produção de batata para a fumicultura. Os objetivos específicos são: determinar quais os elementos econômicos que interferiram ou interferem na substituição da cultura da batata pela cultura do fumo; determinar quais os elementos socioambientais que interferiram ou interferem na substituição da cultura da batata pela cultura do fumo e compreender a racionalidade do agricultor familiar inserido nessa realidade. A metodologia está baseada em visitas à região a ser pesquisada. O universo de estudo foi constituído pelos agricultores produtores de fumo das colônias Boqueirão e Boa Vista do município de São Lourenço do Sul (RS) que produzem ou produziram a cultura da batata. Os dados primários foram obtidos por meio da técnica da entrevista, com base em um questionário estruturado de caráter semiaberto. Conclui-se que: os motivos da substituição da bataticultura pelo fumo na realidade estudada são a falta de mercado para a venda da batata, fatores ambientais desfavoráveis para o cultivo da mesma, a subordinação dos agricultores familiares à fumicultura e a falta de políticas públicas que incentivem a diversificação das culturas nas propriedades familiares. No aspecto social, levanta-se o alto grau de dependência desses agricultores à cultura fumageira, na qual se percebe que os mesmos encontram-se descapitalizados, assujeitados e, em alguns casos, endividados.

**PROPONENTE**

Roberto de Souza Miranda

TÍTULO

Ecologia política da soja e processamento de territorialização no sul do Maranhão

A expansão da soja no Sul do Maranhão tem sido um processo marcado por contradições, mobilizações e conflitos, apreendidos pela análise das disputas entre diferentes estratégias políticas orientadas por atividades agrícolas que articulam atores e ambientes, a que chamamos de projetos territoriais. Esses projetos informam padrões de distribuição do poder entre diferentes grupos sociais que mobilizam instituições para implementar modelos agropecuários e que se esforçam para legitimar suas intencionalidades, ancoradas em objetivos sociais mais gerais, conseguindo assim a adesão ou a simpatia de um espectro mais amplo da sociedade, extrapolando inclusive as fronteiras regionais. O que se denomina de projeto territorial sojícola será confrontado com outros dois projetos territoriais que, entre 1977 e 2010, apresentaram graus variados de mobilização institucional: o projeto pecuário e o projeto agropecuário familiar. A avaliação dos diferentes graus de institucionalização e de legitimação dos projetos territoriais foi orientada pelo uso das escalas de fatores socioambientais: a local, a regional, a nacional e a global. A ecologia política complementa a noção de projetos territoriais porque possibilita a análise dos conflitos e dos processos de mudança ambiental relativos às reconversões produtivas vivenciadas no mundo rural. O estudo dos conflitos socioambientais partiu da análise intensiva de casos históricos nos Gerais de Balsas, a fim de elucidar como os atores sociais em disputa estavam ligados entre si

por modos específicos de dependência recíproca, pautados num equilíbrio móvel de tensões, que resultaram em processos de territorialização, compreendidos enquanto transformações nas formas de apropriação do espaço e seus recursos naturais, que são constantemente estruturadas, desestruturadas e reestruturadas pelas práticas dos grupos sociais e as relações de interdependência, que os ligam uns aos outros pelas redes de interesses referentes à figuração social.

**PROPONENTE**

Robson Dias da Silva

TÍTULO

Estrutura industrial e desenvolvimento regional no Estado do Rio de Janeiro (1990-2008)

O objetivo principal deste trabalho é analisar a relação entre a dinâmica industrial e o desenvolvimento regional no Estado do Rio de Janeiro entre a década de 1990 e fins dos anos 2000. Busca-se compreender o papel da indústria enquanto setor estruturador das dinâmicas econômicas regionais e municipais dentro do território fluminense e em que medida a trajetória setorial responde pela ruptura e/ou permanência de processos territoriais, tais como especialização ou diversificação produtiva. O caminho metodológico trilhado faz uso da análise histórico-estrutural, lançando mão da análise de um conjunto de indicadores econômico-estatísticos sobre o desempenho da economia estadual e, particularmente, da produção industrial. O estudo conclui que a recente trajetória da indústria fluminense vem se mostrando incapaz de alterar certos perfis regionais históricos (a exemplo da desestruturação do espaço metropolitano) e efetivar um processo dinâmico regionalmente mais coeso e setorialmente mais integrado. Por outro lado, a forte expansão de setores ligados à extração mineral (petróleo e gás natural) e alguns poucos setores manufatureiros mostra efeitos consideráveis sobre a taxa de expansão do produto interno estadual, bem como expõe ao estado e, especialmente, às regiões produtoras uma agenda de desafios cujo eixo central está cerrado na capacidade de efetivação das potencialidades setoriais em dinâmicas regionais socialmente includentes.

**PROPONENTE**

Rodrigo Rodrigues

TÍTULO

Governo local e Estado de bem-estar: regimes e resultados da política social no Brasil

O objetivo desta tese foi desenvolver um esquema analítico que descrevesse os principais traços institucionais e condicionantes das variações territoriais do sistema de proteção social a nível subnacional no Brasil. Tanto municípios como estados

constituem as unidades de análise. Para isso, foi analisada a nível sub-regional a evolução histórico-institucional: (a) da capacidade fiscal e administrativa do Estado; (b) os diversos perfis subnacionais demográficos e de desenvolvimento econômico; (c) o efeito do desenho e da implantação das políticas sociais na geração de variedades sub-regionais de bem-estar.

Quanto às fontes, foram usados predominantemente dados oficiais tanto censitários como de *surveys*. Entre eles estão incluídos os censos (demográfico, agropecuário etc.), os Anuários Estatísticos do IBGE, além de dados do Ipea, Datasus, STN e Inep, entre outros. Quanto à metodologia, foi empregado um amplo conjunto de métodos que incluem o estudo de caso, a análise comparativa histórico-institucional, o exame documental, as análises espacial, de cluster, Anova e regressão logit multinomial.

Os resultados sugerem a existência de três regimes sub-regionais de bem-estar que correspondem a estruturas de governo, demografia, produção econômica e de mercado de trabalho. Cada regime apresenta concentração espacial em determinadas regiões do país, revelando uma especialização territorial ou sub-regional do fornecimento de políticas sociais no país que nem sempre coincide com os limites administrativos definidos oficialmente.

As principais conclusões sugerem que o processo de descentralização política e fiscal vivido nas últimas décadas no país interagiu com as desigualdades regionais em termos econômicos e sociodemográficos de modo a gerar diferentes resultados em termos de provisão de bem-estar à população brasileira. Do ponto de vista territorial, ainda existem desafios para a integração de todas as regiões num mesmo sistema unificado de proteção social.

**PROPONENTE**

Ronaldo Sérgio da Silva

TÍTULO

Políticas públicas, rede de transporte e desenvolvimento regional no Estado do Amazonas

Neste trabalho buscamos compreender o Estado do Amazonas por nele haver uma demanda de políticas de transporte adequada à sua posição geográfica, à sua extensa dimensão territorial e às exigências de seu desenvolvimento. Tais políticas deveriam contemplar o aproveitamento da sua rede de transporte, que é responsável pela conexão de curta, média e longa distância nas ligações viárias internas, naquelas que ligam o estado às demais regiões do país e, até mesmo, aos países com que o Amazonas tem fronteiras. A análise de mais de um modal da rede de transporte existente no Estado do Amazonas visa a ampliar o campo de estudo e também a evitar um viés sobre um determinado modal de transporte que caracterize um enfoque unilateral, concordando com Almeida e Ribeiro (1989). Portanto, este trabalho surge, também, como uma oportunidade de aprofundamento teórico

e conceitual das questões do desenvolvimento regional e das políticas públicas de transportes para o Amazonas. A pesquisa sobre rede de transporte no Estado do Amazonas foi orientada pelos estudos críticos feitos por autores como Egler (2008), Offner (1993), Silveira (2003), Joignaux et al. (2007) e Joignaux (2004 e 2005), que, embora não tratem do tema Amazonas, produziram textos que são relevantes para o entendimento dos modais de transporte em sua relação com o território. Escolhemos analisar as microrregiões do Madeira e do Purus, por terem os três modais usados no Amazonas na maioria dos seus municípios. Sinteticamente, concluímos que as microrregiões selecionadas atenderam ao principal propósito dos pioneiros da promoção dos transportes no Brasil na interligação das distantes e isoladas províncias com vistas à constituição de uma nação-Estado quando em seus territórios foram implantadas as rodovias federais BR-319 e BR-230 e também aeroportos nos municípios. Os programas e projetos de transportes não exibiram um conjunto de ações com os mesmos propósitos e nem uma sobreposição das ações e das políticas.

**PROPONENTE**

Rozane Marcia Triches

TÍTULO

Reconectando a produção ao consumo:
a aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar
para o Programa de Alimentação Escolar

Na última década o Estado tem formulado e implementado políticas de segurança alimentar e nutricional com proposições de reaproximação entre produção e consumo na tentativa de enfrentar as problemáticas alimentares. Uma dessas ações é a revisão do Programa de Alimentação Escolar (PAE) e suas formas de aquisição pública, incentivando compras de produtos de agricultores familiares. O objetivo foi identificar e analisar a dinâmica e a construção social de práticas econômicas contemporâneas e heterogêneas de consumo e produção de alimentos por meio do PAE. Usou-se o estudo de caso de Rolante (RS) com abordagem qualitativa de coleta e análise de dados. Constatou-se que essa construção ocorreu a partir de uma revisão do modelo de desenvolvimento perseguido, não mais voltado para a industrialização e urbanização, mas para o rural. Essa revisão centrou-se nos gestores da época com forte influência de extensionistas da Emater, que se mobilizaram para viabilizar novos canais de venda, como o mercado institucional da alimentação escolar. Os consumidores se agregaram a esse movimento buscando a melhoria na qualidade dos alimentos. As interfaces foram facilitadas pelo uso dos conselhos gestores para negociação e governança. A mudança nas regras jurídicas dos processos de aquisição pública ocorreu a partir da contestação pelas regras morais e pelo poder do gestor. A participação do agricultor nos trâmites licitatórios estava relacionada à tomada de decisão pautada na garantia de sua

autonomia e as interfaces de conhecimento foram fundamentais para transpor as barreiras de entrada determinadas pelas exigências de formalização das agroindústrias. A construção social desse mercado foi amparada pelos significados e pelas regras específicos daquele local e a proximidade amparou a confiança do consumidor e o comprometimento do produtor. A institucionalização dessa prática foi favorecida pelos seus resultados, pela intersectorialidade e pelas intervenções junto ao consumidor.

**PROPONENTE**

Rut Maria Friedrich Marquette

TÍTULO

A dinâmica entre a tradição e a modernidade no contexto de Santana do Livramento (RS) e suas inflexões sobre a sociedade e o desenvolvimento local e regional

Objetivou-se investigar a dinâmica entre a tradição e a modernidade no município de Santana do Livramento (RS) de 1970 a 2010. É um município essencialmente tradicional, imerso em um contexto de modernidade, retratado pela movimentação de pessoas e mercadorias e pela situação de fronteira possibilitando a inclusão de *free-shops* na Intendência de Rivera (Uruguai), sua cidade gêmea. É uma pesquisa de cunho quantitativo e qualitativo, para a qual foi usado um aporte teórico que contemplasse a obtenção dos dois tipos de dados, privilegiando as entrevistas semiestruturadas e técnicas estatísticas. Foram entrevistadas 33 pessoas, em sua maioria representantes institucionais, todos selecionados pela técnica denominada bola de neve. O trabalho de campo exigiu diversas inserções em campo e incluiu uma visita preliminar em 2009. Os dados quantitativos foram obtidos com recursos da internet e deslocamentos para Porto Alegre à procura de anuários antigos e sem digitalização online. O período analisado contemplou o contexto histórico nacional, caracterizado pela redemocratização do estado, pela flexibilização dos mercados, pela abertura dos portos, pela implantação do Mercosul, pela hiperinflação na década de 1980 e pelo plano de estabilidade monetária de 1994. No âmbito do desenvolvimento, consideraram-se as implicações socioeconômicas e demográficas do fechamento das indústrias de transformação da carne e da lã, dos *free-shops*, do cultivo de citros e de uvas, do comércio, do turismo e da implantação de três parques eólicos na região. Os valores tradicionais estão presentes nas inter-relações sociais da vida cotidiana, na família e no trabalho dos santanenses, os quais enfatizam a hierarquia, revelam vieses do clientelismo e do caudilhismo e atendem aos interesses da hegemonia. Entre os depoimentos, foi revelado que a ideia de desenvolvimento vincula-se, sobretudo, ao progresso e à modernidade, ignorando que o mesmo pode advir de segmentos endógenos.

**PROPONENTE**

Sebastião Pinheiro Gonçalves de Cerqueira Neto

TÍTULODo isolamento regional à globalização:
contradições sobre o desenvolvimento do Extremo Sul da Bahia

O principal objetivo da tese foi oferecer uma contribuição para se entender a trajetória geográfica do Extremo Sul da Bahia. Dentro do escopo principal se fez uma ramificação produzindo outros objetivos, como estudar a histórica relação entre o Sul e o Extremo Sul da Bahia; compreender as transformações espaciais causadas pelas empresas do eucalipto; verificar a relação do Extremo Sul da Bahia com o poder central do estado; investigar de que forma o turismo influencia no desenvolvimento da região; e refletir sobre a inserção da região no processo de globalização.

Metodologia: a tese evitou as armadilhas do ecumenismo interdisciplinar, valorizando a visão do geógrafo; ainda que ciente de que a geografia não é um departamento isolado do conhecimento científico (ANDRADE, 1998:23). A pesquisa foi amparada em técnicas e métodos aplicados em trabalhos de campo e nas atividades de gabinete.

Resultados: o que se pode afirmar sobre a trajetória geográfica do Extremo Sul da Bahia é que a região saiu de uma posição de periferia e se transformou numa região autônoma. A região se encontra em grande efervescência econômica com a implantação e continuidade de grandes projetos no turismo, na cultura do eucalipto e cana-de-açúcar. Prevê-se com isso o inchaço das cidades-polo e maior urbanização das cidades menores. Quanto à dinâmica de municípios e distritos, há uma tendência que de que alguns distritos se emancipem. Ainda que não haja um projeto para que a região seja uma unidade federal, é possível que ela esteja na rota da crise do federalismo.

Conclusão: no campo teórico, a maior contribuição desta pesquisa está na possibilidade de oferecer aos estudos sobre a geografia do Brasil como suas regiões se movimentam. O objeto de estudo da geografia não é estático; assim, os resultados desta pesquisa são efêmeros diante da atual velocidade dos meios que modificam o espaço.

**PROPONENTE**

Silvestre Labiak Junior

TÍTULOMétodo de análise dos fluxos de conhecimento em
sistemas regionais e inovação

Muitos países têm se dedicado ao desenvolvimento, à análise e às pesquisas voltadas para os Sistemas Regionais de Inovação (SRI). Esta tese está estruturada em construtos relacionados aos SRI e fluxos de conhecimento.

Objetivo: desenvolver um método conceitual de análise dos fluxos de conhecimento existentes em SRI. Aplicar o método de numa escala piloto no SRI de Curitiba e aplicar na íntegra no SRI Sudoeste do Paraná.

A metodologia proposta para o desenvolvimento desta pesquisa científica está baseada na triangulação entre métodos de pesquisa (DENZIN, 1970; FLICK, 1998; MINAYO et al., 2005), caracterizando a interdisciplinaridade como sendo a abordagem central dessa metodologia (MINAYO et al., 2005). Nesta abordagem, a pesquisa qualitativa pretende trabalhar com uma diversidade de informações, dentre elas: estudo de caso, experiência pessoal, entrevistas, ferramentas e textos variados. Primeiro passo: levantamento da base conceitual sobre os habitats de inovação, identificando a relevância dos mesmos no desenvolvimento da cultura do empreendedorismo inovador e nos fluxos de conhecimento. Discorre ainda sobre o conceito de fluxo de conhecimento, sua importância na gestão do conhecimento e no desenvolvimento de regiões inovadoras. Segundo passo: construção do método de análise dos fluxos de conhecimento em SRI. Terceiro passo: aplicação de pesquisa quanti-qualitativa com entrevista orientada e aplicação do método. Quarto passo: a identificação, o mapeamento e a análise dos fluxos em SRI, a análise da aplicação da gestão do conhecimento (GC) em SRI, a identificação dos fatores que causam o funil no fluxo de conhecimento.

Conclusão: o método possibilita uma análise quanti-qualitativa e o mapeamento do fluxo de conhecimento em SRI, pois considera a energia de conhecimento presente nos atores do sistema e a percepção dos mesmos em relação ao compartilhamento e conhecimento entre os seis grupos de atores que formam uma hélice sêxtupla nos SRI do Brasil.

**PROPONENTE**

Soraia Aparecida Cardozo

TÍTULO

Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990

A tese propõe-se a examinar em que medida a guerra fiscal interfere na dinâmica do processo de desconcentração da atividade industrial no Brasil, com o intuito de responder à seguinte questão: qual é a capacidade dos incentivos fiscais e financeiros estaduais de alterar a divisão inter-regional do trabalho e mudar especializações produtivas regionais? O trabalho está pautado em uma ampla pesquisa feita nos estados selecionados, que contou com entrevistas nas secretarias estaduais responsáveis pela elaboração e implementação das políticas de atração de investimentos, assim como coleta de dados primários acerca das empresas incentivadas e do volume de incentivos fiscais oferecidos às empresas. Os dados que subsidiaram nossa análise ilustram que a guerra fiscal não necessariamente contribuiu para a desconcentração regional da atividade industrial e, além disso, muitas atividades

contempladas pelos incentivos fiscais e que apresentaram desconcentração espacial foram influenciadas também por outros condicionantes, situação verificada principalmente para as atividades produtoras de bens de consumo não duráveis. As atividades industriais classificadas como produtoras de bens de capital e bens de consumo duráveis foram demasiadamente beneficiadas pelos incentivos fiscais, entretanto sua desconcentração restringiu-se aos estados das regiões Sul e Sudeste, com exceção daquelas atividades desenvolvidas na Zona Franca de Manaus, das montadoras nos estados da Bahia e de Goiás, assim como da montagem de produtos de informática também na Bahia. Os estados que apresentam uma estrutura produtiva menos diversificada e menos complexa incorrem em grandes dificuldades para atração de empresas produtoras de bens mais complexos e de maior conteúdo tecnológico. As fragilidades das políticas descentralizadas como indutoras do processo de desconcentração revelam-se também quando constatamos que as UFs têm capacidade extremamente diferenciada de atração de investimentos.

**PROPONENTE**

Taisa Dias

TÍTULO

Governança pública: uma concepção teórico-analítica aplicada no Governo do Estado de Santa Catarina a partir da implantação das Secretarias de Desenvolvimento Regional

Este trabalho, que aproximou a ciência econômica, a ciência política e a administração pública, trata-se de um estudo de caso desenvolvido a partir da aplicação de uma matriz de elementos de governança pública, em que, cabe destacar, governança pública é entendida como um movimento da administração pública do Estado neodesenvolvimentista que se pauta na abordagem substantiva da economia (POLANYI, 1980), no paradigma paraeconômico e na ideia de multidimensionalidade social (GUERREIRO RAMOS, 1989) para que o processo de desenvolvimento se dê por meio da cooperação entre Estado, mercado e sociedade civil. Essa matriz de elementos se traduz em: coprodução do desenvolvimento regional por meio da cooperação entre Estado, mercado e sociedade civil (E1); coordenação estatal do processo de cooperação, tendo o Estado um papel de mediador das relações (E2); delegação da autoridade estatal em três direções: *downward*, *outward* e *upward*, reconhecendo o potencial e incentivando o papel das redes (E3); ênfase na eficiência e na eficácia, associando-as a mecanismos de democracia deliberativa e democracia direta para a busca de resultados responsivos (E4); e planejamento com vistas à equidade e ao desenvolvimento regional (E5). A pesquisa foi guiada pelo pressuposto de que a experiência de descentralização administrativa implantada no Governo do Estado de Santa Catarina a partir de 2003 (e que criou as Secretarias de Desenvolvimento Regional [SDR]) se desenvolve permeada pelos elementos de governança pública e seus resultados. Confirmando a hipótese,

apontam a presença dos elementos em graus diferentes para cada uma das nove SDRs pesquisadas e, mesmo considerando o estágio embrionário da implantação do modelo, denotam que a experiência da administração pública catarinense se confirma como destacada iniciativa que coloca o agente público voltado para a coordenação da interação social com foco no desenvolvimento regional, na co-produção e na melhoria da democracia.

**PROPONENTE**

Túlio de Souza Muniz

TÍTULO

A mão do mar: a emergência do dispositivo pós-colonial.
Um estudo comparado de maritimidade Portugal-Brasil

Este trabalho tem por objetivo central compreender como uma modalidade de pesca artesanal surgida no Ceará nos anos 1950 teve impacto significativo em toda a economia regional nordestina e na economia nacional, inserindo o Brasil no mercado internacional da pesca industrial, bem como estabeleceu, no Brasil, uma extensão de práticas e saberes presentes no cotidiano de pescadores artesanais de determinadas zonas em Portugal. Para fortalecer tais reflexões, foram feitas pesquisas de campo e de fontes escritas acerca da historicidade do estabelecimento da pesca da lagosta no Brasil e as alterações causadas na vida das populações marítimas do Nordeste (focando no Litoral Leste do Ceará) e seus impactos na economia nacional, ao que se acrescentou um estudo comparativo entre pescadores artesanais do Ceará e da região do Centro-Norte em Portugal. Revelaram-se, assim, múltiplos aspectos quanto ao repassar de saberes a cada geração, o diálogo inter-regional e intercontinental que se reflete nas práticas de trabalho, de religiosidade, de organização comunitária de populações marítimas, tanto no Brasil quanto em Portugal. Apontou-se, então, para a necessidade do fortalecimento de políticas estatais de cariz econômico e, sobretudo, educativo e pedagógico, visando a potencializar o setor da pesca nacional.

**PROPONENTE**

Vandemberg Salvador de Oliveira

TÍTULO

Externalidades e (in) sustentabilidade na construção de barragens no Baixo São Francisco

O Brasil, na busca pela independência energética, fez sua escolha pela energia elétrica. Essa escolha definiu um projeto político-econômico de produção de energia, iniciado em 1957, que já trazia no seu discurso a melhoria

da qualidade de vida da população e o desenvolvimento econômico do país. Dispersas por todo o território brasileiro, as barragens representam o potencial de produção hidrelétrica do Brasil, que está entre os cinco maiores do mundo. O problema é que a construção de grandes barragens e usinas hidrelétricas tem produzido fortes repercussões culturais, sociais, políticas e econômicas, além das ambientais. Quando as barragens são construídas em regiões habitadas causam as chamadas migrações compulsórias, um dos seus mais graves problemas. Nas avaliações tradicionais sobre construção de barragens é considerado apenas o caráter eminentemente econômico do projeto, porém nunca foram considerados na construção das barragens os custos das externalidades negativas ambientais, sociais e culturais. Existe uma grande dificuldade de avaliação dos impactos negativos provocados pelas barragens, especificamente quando se trata da valoração das externalidades negativas.

Considerando a relevância na atualidade de temas como a questão energética mundial, os modos de produção de energia em larga escala e o uso das águas do rio São Francisco, o objetivo geral da tese foi analisar o desenvolvimento e a sustentabilidade socioambiental no Baixo São Francisco a partir dos efeitos das externalidades negativas causadas pelas barragens, bem como refletir acerca das interações entre o desenvolvimento regional, a sustentabilidade socioambiental e os efeitos das externalidades negativas, na busca de modelos científicos adequados para a identificação, mensuração, avaliação e, principalmente, a internalização das externalidades negativas, já que nos projetos de barragens não consta o uso dos métodos clássicos de valoração econômica para os custos externos.

**PROPONENTE**

Vladimir Fernandes Marciel

TÍTULO

Dando voltas: efeitos econômicos da implementação de uma nova rodovia. O caso do Rodoanel Metropolitano de São Paulo

O objetivo da tese é estudar o Rodoanel Metropolitano e seus efeitos sobre o uso do solo. A motivação para escolha é a importância e a magnitude do Rodoanel como investimento em transporte viário num momento em que o país enfrenta gargalos de infraestrutura. Composto por quatro fases de implantação, o traçado planejado tem extensão de aproximadamente 170 quilômetros. Quando completado, interligará dez rodovias que chegam a São Paulo.

Constituem-se objetivos específicos desta tese: discutir os elementos de economia de transportes, economia urbana e planejamento urbano pertinentes a sistemas radioconcêntricos de circulação e o papel do anel viário por meio de alguns exemplos internacionais; estudar o projeto do Rodoanel Metropolitano na perspectiva do planejamento de transportes em São Paulo e avaliar os efeitos do

trecho oeste do Rodoanel sobre os preços da terra residencial. Cada um desses objetivos será consubstanciado em um capítulo específico, cujos resultados são: discussão de questões pertinentes ao debate do planejamento e da economia urbana que envolve anéis viários; análise do projeto do Rodoanel como parte de um longo processo de planejamento do sistema viário da RMSP e avaliação de alterações do preço imobiliário de residências situadas em torno das alças de acesso do trecho oeste do Rodoanel. Dessa forma foi possível inferir os efeitos do Rodoanel em termos de políticas públicas urbanas e contribuir para melhor gestão do território da metrópole.

CATEGORIA 1

Produção do Conhecimento Acadêmico – Mestrado

**PROPONENTE**

Adrian Rovetta da Silva

TÍTULO

O papel das políticas públicas no desenvolvimento sustentável do arranjo produtivo moveleiro em Ubá (MG)

Visto que a literatura reserva um espaço importante para políticas públicas no processo de desenvolvimento de Arranjos Produtivos Locais, a pesquisa visou a entender qual teria sido esse papel na história do APL Moveleiro de Ubá (MG), à luz das teorias sobre competitividade industrial, vantagens competitivas sustentáveis e desenvolvimento local. O estudo desse caso elaborou preliminarmente a proposição de um modelo de desenvolvimento de arranjos produtivos e qual deveria ser o papel das políticas públicas nesse processo. Entre os principais objetivos destacam-se a análise das mudanças estruturais, normativas e processuais pelas quais passou o APL; um inventário de políticas públicas de desenvolvimento do APL Moveleiro de Ubá (MG) e região; e a compatibilidade das políticas públicas com os fatores determinantes do desenvolvimento sustentável da atividade produtiva. Usando princípios do método Delphi, a pesquisa ouviu alguns dos principais líderes envolvidos em projetos ligados ao desenvolvimento do APL e levantou outras evidências em Planos Plurianuais, pesquisas de diagnóstico setorial e relatórios de órgão da administração pública. Apoiadas pela análise de conteúdo e em estatística elementar, as conclusões de cada fase da pesquisa foram confrontadas considerando, entre outros fatores, a característica da implementação dessas políticas e sua aderência às proposições apontadas na revisão de literatura. A principal conclusão deste trabalho foi que somente a partir de 2003 as políticas públicas começaram a desempenhar o papel de “financiadoras” da ação empreendedora local, quando de fato deveriam ser “fertilizadoras” do ambiente empresarial, de acordo com o modelo proposto. Por fim, fizeram-se algumas importantes recomendações para futuras pesquisas e políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento local.

**PROPONENTE**

Aldeci da Silva Dias

TÍTULO

Elementos constitutivos que interferem na aplicação da responsabilidade penal ambiental em área da marinha no bairro do Perpétuo Socorro, Macapá (AP)

Este trabalho procurou analisar quais são os elementos constitutivos que prejudicam a aplicação da Lei de Responsabilidade Penal Ambiental em Área de Ma-

rinha. O recorte espacial é o bairro Perpétuo Socorro, determinado parcialmente como área de marinha por força de lei. Trabalha com a hipótese de que é possível tornar efetivo o direito penal ambiental, a partir da identificação dos entraves que dificultam sua efetiva aplicação em terrenos de marinha. Para tanto, este trabalho está dividido em três capítulos. O primeiro teve como preocupação contemplar os aspectos filosóficos e teóricos da sanção penal, partindo de uma discussão da proteção constitucional e suas respectivas responsabilidades. O segundo aborda os aspectos relevantes da área de marinha e sua função social como manejo de políticas de urbanização, em que sua definição de referência de medição é criticada por não atender às inovações da tecnologia moderna e, assim, não mais se adequar aos padrões contemporâneos de exatidão. Analisa o Plano Diretor da Cidade de Macapá, por ser um dos instrumentos importantes na elaboração de diretrizes do planejamento urbano. O último analisa a possibilidade da eficácia da responsabilidade penal ambiental, a partir da Lei 9.605/1998, caracterizando o bairro dentro de um contexto e de um espaço que sofre com o dano ambiental.

A abordagem do estudo foi fundamentada na pesquisa qualitativa, em que se buscou a compreensão interpretativa das coisas, com amparo nas legislações sobre a proteção do meio ambiente. O método de abordagem do tema, considerando as diferentes formas de discutir e analisar o objeto, foi possível a partir do método dedutivo. O trabalho conclui que os limites impostos que determinam a dificuldade de aplicar a responsabilidade penal ambiental perpassa por ausência de uma ação conjunta entre os poderes, resultado da discussão da dominialidade da área, e assim restando à União o serviço de cobrar os moradores.



PROPONENTE

Aldo Manoel Branquinho

TÍTULO

A (re) pecuarização do semiárido nordestino:
reconversões produtivas entre agricultores familiares do Pajeú (PE)

O objetivo deste trabalho é analisar as dinâmicas de mudança social vivenciadas pela agricultura familiar do semiárido nordestino engendradas pelo processo de (re) pecuarização que se estabeleceu na passagem da década de 1970 para a década de 1980, com a crise dos ciclos do algodão e do sisal. A pesquisa enfocou principalmente os processos sociais, políticos e econômicos que vêm consolidando o avanço do criatório de animais em detrimento da agricultura, em especial das lavouras temporárias e de autoconsumo na microrregião do Pajeú, no Estado de Pernambuco. Apoiada no pressuposto de que a mudança social relaciona-se diretamente com alterações nas posições (que implica mudanças de status) de alguns grupos sociais em relação a outros e amparada numa ferramenta teórico-metodológica que articula as noções de reconversão produtiva (Bourdieu), de mudança figuracional (Elias) e de processos de territorialização, esta pesquisa

empenhou-se, especificamente, em analisar essas transformações engendradas por famílias de agricultores na área do Sítio Santo Izidro, no município de São José do Egito (PE), e no Assentamento da Barriguda, no município de Tuparetama (PE), que em certo momento, incentivadas por políticas de modernização institucional, desenvolvimento regional e por processos de racionalização produtiva, abandonaram o projeto territorial que se apoiava na combinação cotonicultura/sisalicultura/culturas alimentares/pecuária/moradia para se dedicar quase que exclusivamente à pecuária e, enfim, instituir uma nova dinâmica de territorialização.

**PROPONENTE**

Alexandre de Araújo Castro

TÍTULO

Um modelo cooperativo de avaliação dos antecedentes do empreendedorismo cooperativo

Estudiosos de competitividade das organizações têm atrelado o intraempreendedorismo ao processo de formação de vantagens competitivas e à inovação. Além disso, pesquisas constataam um desempenho superior entre as empresas que desenvolvem o empreendedorismo interno. No Brasil, entidades como o Sebrae e o Instituto Brasileiro de Qualidade e Produtividade (IBQP) têm no empreendedorismo um elemento vital para vencer o desafio de aumentar a produtividade de forma sustentável, ampliando postos de trabalho, gerando o aumento da renda e o desenvolvimento econômico-social do país. Assim, a disseminação da mentalidade e de atitudes empreendedoras no ambiente corporativo tornou-se um conceito importante nas organizações públicas, privadas e do terceiro setor, que buscam manter-se competitivas e eficientes no mercado em rápida mutação. Entretanto, para que o intraempreendedorismo ocorra, é necessária a presença de indivíduos com características empreendedoras, interagindo com um ambiente organizacional que favoreça iniciativas empreendedoras. Então, ações, programas e práticas para desenvolver o empreendedorismo interno devem considerar o desenvolvimento das competências empreendedoras individuais em conjunto com o desenvolvimento de um ambiente organizacional propício ao empreendedorismo. Apesar disso, pesquisamos a literatura científica ligada ao tema e não encontramos nenhum modelo de avaliação, ou tampouco pesquisa empírica, que identificasse o grau de presença dos antecedentes do empreendedorismo interno de uma organização, por meio da avaliação dessas duas dimensões simultaneamente. Assim, criamos um modelo inédito de avaliação desses antecedentes do intraempreendedorismo, conjugando duas ferramentas de avaliação das características empreendedoras individuais e organizacionais. A aplicação do modelo proposto propiciará às organizações maior êxito na busca do intraempreendedorismo, pois, por meio de um diagnóstico preciso dos fatores antecedentes, poderão adotar ações mais efetivas para estimular o empreendedorismo internamente.

**PROPONENTE**

Alexandre Gomes Galindo

TÍTULO

Análise das dinâmicas relacionadas com o desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação de Fortaleza (CE)

O objetivo geral do trabalho foi analisar os principais elementos envolvidos no desenvolvimento do Arranjo Produtivo Local de Tecnologia da Informação de Fortaleza (CE) e como eles se relacionam. Especificamente a pesquisa visou a: i) descrever o APL de TI de Fortaleza (CE), mediante suas características e a identificação dos seus principais *stakeholders*; ii) identificar os principais desafios vinculados ao setor; iii) fazer a modelagem sistêmica e simulação das dinâmicas relacionadas com o desenvolvimento do respectivo APL; e iv) gerar proposições baseadas nas evidências obtidas pelo estudo.

Sob o aspecto metodológico, o presente estudo se caracterizou como uma pesquisa exploratória fundamentada na integração de elementos vinculados aos paradigmas funcionalista e interpretativista dos estudos organizacionais, usando procedimentos de coleta de evidências mediante *survey*, pesquisa bibliográfica e documental, análise de conteúdo, além de consulta com especialistas, tanto sob a perspectiva quantitativa quanto qualitativa. Vale destacar que, mesmo sendo de natureza exploratória, a pesquisa também usou procedimentos experimentais, sob a perspectiva da modelagem e simulação computacional das dinâmicas examinadas.

Considerando os resultados encontrados, concluiu-se haver necessidade: 1) de maior estreitamento das relações entre o setor empresarial e esfera pública, visando a promover o efetivo alinhamento das iniciativas voltadas para o fortalecimento do setor; 2) da institucionalização de um ambiente participativo capaz de ancorar planos estratégicos e operacionais de indução do desenvolvimento; e 3) de ações imediatas para mobilização de equipes capazes de instrumentalizar estudos e projetos de governança local, voltados para a geração de externalidades positivas que propiciem aumento da competitividade do setor e, ao mesmo tempo, induzam a redução das assimetrias regionais relacionadas com a tecnologia da informação, tanto no Estado do Ceará quanto na região Nordeste.

**PROPONENTE**

Amanda Guareschi

TÍTULOA operacionalização da política de segurança alimentar:
o caso do Programa de Aquisição de Alimentos em Tenente Portela (RS)

Esta dissertação discute, a partir do estudo do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no município de Tenente Portela (RS), as formas de interação entre os atores sociais e as políticas públicas e, também, os mecanismos de go-

vernança usados na operacionalização do PAA. O seu objetivo principal consiste em analisar as interfaces e os descompassos entre os dispositivos e os atores que regulamentam o PAA. A pesquisa, que deu origem ao estudo, usou dados secundários, técnicas qualitativas de coleta de dados com base em entrevistas semiestruturadas e observação direta, bem como a consulta a trabalhos já existentes sobre a temática. Com relação às referências teóricas, usa-se a perspectiva do Estado na sociedade de Marques, a fim de analisar o papel do Estado na criação de espaços de atuação entre os atores locais e as políticas públicas. E, à luz de autores como Steiner, Abramovay, Granovetter e Morgan e Sonnino, tem-se a concepção de mercados institucionais como sendo construções sociais. O presente trabalho mostra que, usando a história e os costumes locais e as relações de proximidade, os atores sociais, a saber, gestores, produtores e representantes dos consumidores, criam soluções para operacionalizar o PAA, adaptando a política pública à realidade local. A conclusão sugere que o mercado institucional criado pelo PAA tem a capacidade de, por um lado, promover a segurança alimentar e nutricional e, por outro lado, construir e/ou fortalecer os mercados para a agricultura familiar.

**PROPONENTE**

Ana Claudia Perpétuo de Oliveira da Silva

TÍTULO

É preciso estar atento:

a ética no pensamento expresso dos líderes de bibliotecas comunitárias

Este estudo responde ao objetivo principal de investigar os fundamentos éticos mobilizadores dos líderes das bibliotecas comunitárias para a criação e manutenção desses espaços. É uma pesquisa qualitativa que se fundamenta na sociologia do conhecimento, tem como suporte teórico o processualismo histórico e o construcionismo social e como suporte metodológico a teoria das representações sociais. Foram entrevistados líderes de bibliotecas comunitárias de todas as regiões do Brasil, presencialmente e a distância. Como instrumentos de pesquisa foram usados entrevista, questionário e diário de entrevista. Para coleta, tratamento e análise das narrativas resgatadas nas entrevistas usou-se o Discurso do Sujeito Coletivo (DSC). Por meio do estudo, foi possível levantar algumas características desse líder, verificar as atividades que desenvolve nas bibliotecas comunitárias, relacionar sua ação com a ineficiência das bibliotecas públicas, o que, paralelamente, revelou alguns aspectos da prática dos profissionais formais, os bibliotecários que atuam nesses estabelecimentos. O estudo concluiu que, para a criação e manutenção dessas bibliotecas, os líderes de bibliotecas comunitárias têm alguns fundamentos éticos mobilizadores, com destaque para a ética do cuidado, da alteridade e a questão do dever, com o sentimento de responsabilidade, contribuição e retribuição social.

**PROPONENTE**

Ana Paula Camilo Pereira

TÍTULO

Transporte aéreo regional no Estado de São Paulo

O presente trabalho propõe-se a uma reflexão sobre o transporte aéreo regional no Estado de São Paulo. Considera-se, para isso, que as cidades constituem elos entre os setores de produtividade e consumo, por representar nós de rede urbana, além de definir a desconcentração urbano-industrial no estado. Assim, as cidades estão inseridas em uma rede de relações sociais e econômicas e têm importante função na organização da circulação do território e na produção do espaço urbano. O modal aéreo possibilita uma maior fluidez territorial, o que torna mais flexível a superação do espaço pelo tempo, requerendo infraestruturas adequadas, ou seja, os fluxos demandam fixos produtivos que balizem seu movimento, assim como necessitam de planejamento, regulamentação e organização do seu mercado. A pesquisa se divide, para tanto, entre a contextualização da temática: apresentando o tema, a problemática e os recortes espacial e temporal; e a metodologia, apresentando os procedimentos adotados. Nesse sentido, apresentamos uma análise geoeconômica dos fluxos aéreos no interior do Estado de São Paulo, tendo como principal referencial uma abordagem evolucionista do setor no Brasil. Em seguida, relatamos como o modal tem se desenvolvido, considerando a processualidade dos fatores relacionados à dinâmica dos fluxos aéreos de passageiros entre os aeroportos na interface do interior com a capital paulista, em constante crescimento. Por fim, uma análise sobre o mercado de transporte aéreo focando as companhias aéreas que operam no estado, assim como suas estratégias e vantagens competitivas, que refletem o processo de duopolização e o processo de desregulamentação no setor. Em síntese, o setor aéreo tem se revelado atualmente, dada a sua dinâmica territorial de promover a circulação aérea, processando-se como um meio inovador na velocidade das ações no espaço, gerando a intensificação das interações espaciais, a integração territorial e o desenvolvimento econômico regional.

**PROPONENTE**

Ana Paula Debastiani Vasco

TÍTULOAutogestão e sustentabilidade na Cresol de Dois Vizinhos (PR):
uma possibilidade alternativa

Este trabalho está vinculado a uma problemática conjunta de pesquisa que visa a entender se a gestão de programas ou políticas públicas desenvolvidas por organizações não governamentais (ONGs) ou órgãos públicos de Dois Vizinhos se alinha aos preceitos do desenvolvimento da agricultura familiar, numa perspectiva

sustentável. Para tanto, foi feito um diagnóstico socioeconômico e ambiental na comunidade Fazenda Mazurana, com o objetivo de entender a dinâmica das ações dessas organizações na situação de vida dos agricultores familiares da comunidade. Especificamente esse trabalho concentrou-se na Cooperativa de Crédito Rural Cresol. Entende-se que há evidências teóricas e contextuais que permitem apontar a economia solidária como uma proposta alternativa para a agricultura familiar. Esse modelo de organização preconiza um processo econômico-social autogestivo. Nesse sentido, buscou-se entender como os agricultores cooperados compreendem e participam da autogestão, visando a identificar como esse modelo tem conduzido, ou não, as famílias agricultoras a práticas sustentáveis. A esse respeito identificaram-se as boas/razoáveis condições dos cooperados da Cresol, resultado principalmente do Programa Água Limpa, acessado pela comunidade via Prefeitura Municipal, e, ao que pareceu, das estratégias montadas pelos próprios agricultores. Verificaram-se algumas tendências dos rumos da organização no caso ilustrativo da Cresol de Dois Vizinhos (PR) que podem apontar para orientações do Sistema Cresol.

**PROPONENTE**

Angel dos Santos Fachinelli

TÍTULO

Transformações da estrutura produtiva da Região Sul e restante do Brasil

Este trabalho tem por objetivo analisar e comparar a estrutura produtiva da Região Sul e Restante do Brasil. Para atingir os objetivos usou-se o sistema de insumo-produto inter-regional dos três estados da Região Sul e Restante do Brasil para os anos de 1999 e 2004, em conjunto com as informações contidas na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (Pnad) de 1999, 2004 e 2008. O estudo usou técnicas de agregação de setores, multiplicadores, índice de Rasmussen\Hirschman, índice puro de ligação, campo de influência e o método de *Shift-Share*. Os resultados mostraram maior efeito transbordamento no sentido estados da Região Sul para o Restante do Brasil e também o aumento da dependência desses estados em relação ao Restante do Brasil maior do que entre os estados da Região Sul. As principais mudanças em relação a aumento produtivo, empregos e salários no período foram para os setores material de transporte, madeira e mobiliário e comunicações nas quatro regiões. Os setores extrativa mineral, material de transporte e celulose, papel e gráfica foram identificados como absorvedores e criadores de novos postos de trabalho em 2004 comparado a 1999. Nos resultados observou-se também queda da participação dos macrossetores agropecuária e serviços nas regiões. Os estados do Paraná, de Santa Catarina e Restante do Brasil apresentaram queda dos multiplicadores de salários nas categorias formal e informal para a maioria dos setores, fato não observado no Rio Grande do Sul. Os maiores multiplicadores de emprego tanto

para a categoria formal quanto informal foram para os setores ligados à indústria. Os resultados obtidos por meio do método *shift-share* identificaram mudanças setoriais na variação teórica do Paraná para os setores construção civil e comércio, em Santa Catarina os setores da agropecuária, o têxtil e de vestuário e comércio e no Rio Grande do Sul os setores foram indústria alimentar e comércio. Destacaram-se no Paraná e em Santa Catarina transporte e administração pública e no Rio Grande do Sul, agropecuária.

**PROPONENTE**

Antonio Pereira da Silva Marinho

TÍTULO

Planejamento subnacional:

o caso específico de pequenos municípios no Estado de Sergipe

O presente estudo representa um olhar sobre os pequenos municípios sergipanos, entendido como tal aqueles que pelas estimativas do IBGE para o ano de 2009 tinham população igual ou menor do que 20 mil habitantes. Considerando que esses pequenos entes federativos representam 70% do quadro municipal brasileiro, tendência seguida pelo Estado de Sergipe, decidiu-se investigar o perfil do planejamento nesses espaços, face às novas atribuições decorrentes da autonomia ensejada pela Constituição de 1988, cognominada municipalista. O recorte de pequenos municípios depende da natureza do estudo. No caso da presente dissertação, usou-se o limite de 20 mil habitantes, considerando a não obrigatoriedade de elaboração de plano diretor, principal peça do planejamento municipal nessas pequenas unidades político-administrativas. As conclusões resultantes deste estudo fundamentam-se em pesquisa de campo feita pelo autor. Foram visitados 14 municípios, espalhados por todos os oito territórios definidos pela Secretaria de Planejamento do Estado de Sergipe. A análise dos resultados da pesquisa confirma a hipótese inicialmente levantada, qual seja a precariedade no planejamento da maioria desses pequenos subespaços. Não existe planejamento estratégico em nenhum deles. A maioria fica restrita à elaboração do receituário básico: plano plurianual, lei de diretrizes orçamentárias e lei orçamentária anual, sempre com o apoio decisivo de consultorias externas. Isso sugere que a elaboração dessas peças segue um padrão pré-definido. Consequentemente, as peculiaridades que poderiam aflorar deixam de ser contempladas, haja vista que uma significativa base de informações oficiais, acessível a todos, não é suficientemente explorada. Vislumbra-se então a premente necessidade da implementação de políticas específicas voltadas para o planejamento desses pequenos municípios, elo significativo no processo de desenvolvimento regional.

**PROPONENTE**

Autenir Carvalho de Rezende

TÍTULO

Clusterização e localização da indústria de transformação no Brasil entre 1994 e 2009

O trabalho trata do estudo do comportamento espacial da indústria de transformação no Brasil entre 1994 e 2009. Usaram-se como objeto de estudo os clusters industriais. Dessa forma, objetivou-se verificar a localização espacial da indústria de transformação brasileira em seus aspectos de clusterização e concentração entre o referido período. Recorreu-se às bases de dados da Relação Anual de Informações Sociais (Rais), especificamente às variáveis número de emprego e número de estabelecimento para a aplicação dos índices necessários à identificação dos clusters industriais existentes em cada uma das 22 divisões da indústria de transformação (conforme classificação CNAE/95). De maneira geral, os resultados confirmaram a existência de uma grande concentração industrial nas regiões Sul e Sudeste do Brasil, com maior ênfase para alguns setores específicos da indústria, como por exemplo a fabricação de máquinas e equipamentos e a fabricação e montagem de veículos automotores, rebocues e carrocerias. Contudo, foi possível constatar uma boa clusterização fora desse perímetro, o que indica relativa desconcentração industrial, com destaque para alguns estados da Região Nordeste e Goiás. Nesse caso, é claramente perceptível a dificuldade que essas regiões vêm apresentando na atração de indústrias que dependem de maiores níveis de tecnologia, ao mesmo tempo em que apresentam um relativo bom desempenho dos setores mais básicos da indústria, como é o caso da confecção de artigos do vestuário e acessórios.

**PROPONENTE**

Beatriz Barreto Brasileiro Lanza

TÍTULO

Dinâmica de relacionamento entre atores de projetos governamentais: o caso do m-Gov do Paraná

Entre 2000 e 2010 o Governo do Estado do Paraná introduziu a telefonia celular na sua comunicação com o seu público, assunto do presente estudo. Usou-se o Método Histórico de Mason pelas vantagens oferecidas na compreensão de fenômenos contemporâneos relacionados ao uso da Tecnologia da Informação (TI). Para identificar os eventos relevantes, atores, papéis, aspectos de colaboração, configuração e densidade das relações, usou-se a Teoria de Redes. Apesar de mais de uma década de projetos de Governo Móvel (m-Gov) no Brasil e dos números de telefones celulares – hoje passam dos 256 milhões de aparelhos – eles ainda são pouco usados na prestação de serviços públicos em massa. Estudos apontam que a razão disso pode ser a dificuldade de estabelecer relacionamento entre os

múltiplos atores do m-Gov. O resgate da história do m-Gov do Paraná busca: 1) oferecer subsídios aos gestores do governo eletrônico sobre a relevância dos relacionamentos na construção de projetos corporativos complexos, como são os de m-Gov; 2) instrumentalizar políticas públicas, estratégias governamentais e debate acadêmico voltado para o uso de telefone celular como canal de relacionamento e prestação de serviços. O mérito desta pesquisa está, em particular, no resgate da história de um projeto de referência e importante tanto para a academia como para o governo. A principal contribuição deste estudo é ampliar o conhecimento sobre a aplicação e o uso de forma corporativa de tecnologias móveis pelo governo a serviço da sociedade.

**PROPONENTE**

Beatriz Tamaso Miotto

TÍTULO

Integração econômica e rede urbana de Santa Catarina: transformações no período da desconcentração produtiva regional (1970-2005)

A dissertação tem como objetivo central analisar a rede urbana de Santa Catarina nos anos pós-1970, sob a égide do processo geral de desconcentração produtiva regional no Brasil. O tema é importante não apenas pelo fato de não terem sido escritos muitos estudos gerais sobre a rede urbana catarinense nas últimas décadas, mas também porque essa abordagem permite entender de forma ampla a articulação intra e inter-regional do território catarinense à economia nacional. O estudo está pautado, em primeiro lugar, no resgate do período de formação da rede urbana e integração do estado ao desenvolvimento brasileiro (que se estende até o início dos anos 1970). Tal período estabeleceu um padrão de (des) integração cuja tônica era a articulação mais forte com espaços extrínsecos do que entre as ilhas do chamado arquipélago regional catarinense. Em segundo lugar, examinaram-se as transformações da estrutura econômica em direção à desconcentração produtiva regional no Brasil, que tiveram importantes implicações para a articulação da rede urbana do estado. Esses desdobramentos são discutidos na terceira parte do estudo, que descreve e qualifica as transformações da rede urbana de Santa Catarina a partir dos anos 1970. Para tanto se usaram os estudos sobre as Regiões de Influência das Cidades (IBGE) e a evolução populacional que, em consonância com as mudanças econômicas, forjaram um novo padrão de (des) integração. O sentido dessas mudanças foi, cada vez mais, a concentração na porção leste do território, onde, por um lado, passa a apresentar aglomerados produtivos e urbanos praticamente contíguos, dando maior complexidade à rede urbana litorânea. Por outro, subsistemas regiões (como o Planalto Serrano, o Meio e o Extremo Oeste) que continuam relativamente desintegradas, com uma rede urbana frágil e um quadro dramático de expulsão de população.

**PROPONENTE**

Bianca Cristina Aléssio Tombini

TÍTULODesenvolvimento e sustentabilidade no Oeste Catarinense:
contradições, conselhos e alternativas

A presente dissertação teve como objetivo analisar a relação entre desenvolvimento regional e sustentabilidade, a partir do estudo da região Oeste Catarinense. Para isso, fez-se uma pesquisa bibliográfica acerca das principais teorias de desenvolvimento local, bem como uma análise histórica da região em estudo. Observou-se que o processo de desenvolvimento e os impactos dele decorrentes são fortemente influenciados pelas especificidades sociais, econômicas, culturais e geográficas de cada território. A região Oeste Catarinense desenvolveu-se apoiada no setor agropecuário como principal atividade econômica. Foi principalmente ao redor dessa atividade que, historicamente, atores hegemônicos e periféricos, de forma planejada ou simplesmente levados pela esteira da história, definiram suas estratégias e conduziram o processo de desenvolvimento regional. A estratégia dominante priorizou o crescimento econômico, o que causou graves problemas ambientais e sociais. A partir da década de 1980, surgiram na região diversos movimentos sociais (Movimento dos Sem Terra [MST], Movimento dos Atingidos por Barragens [MAB] e Movimento das Mulheres Agricultoras [MMA]) que buscavam amenizar as contradições desse processo de crescimento. Impulsionados por esses movimentos e apoiados pelo surgimento de uma gama de instituições locais e programas federais de apoio aos agricultores familiares e ao desenvolvimento local, a estratégia dos atores periféricos regionais passou a ser a adoção de novas alternativas para garantir sua reprodução social, a exemplo da participação em associações de produtores, cooperativas horizontais e intermediárias, inovações no âmbito da agricultura familiar (como a produção agroecológica e as pequenas agroindústrias familiares), busca por novos canais de venda, entre outras. Concluiu-se que cada território possui um potencial de desenvolvimento endógeno e que dos próprios atores locais podem emanar respostas criativas a problemas do presente e, por esse motivo, o processo de desenvolvimento torna-se mais adequado às especificidades locais.

**PROPONENTE**

Bruno Dantas Muniz de Brito

TÍTULO

Turismo de resorts e o desenvolvimento do litoral sul da Paraíba

O contexto em que vem se desenvolvendo a atividade turística no litoral sul da Paraíba destaca-se pela chegada de grandes empreendimentos hoteleiros instalados na localidade. Este estudo tem por objetivo analisar as implicações do turismo de resort no desenvolvimento do distrito de Jacumã. A metodologia da pesquisa compreendeu uma pesquisa hemerográfica junto aos principais portais de notícia do estado

que repercutem sobre as ações efetuadas pelo turismo na área de estudo, além de entrevistas com agentes envolvidos no desenvolvimento do turismo na localidade. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo.

Os resultados obtidos com base nas categorias de análise Desenvolvimento Turístico de Jacumã e Turismo de Resorts em Jacumã demonstram que o turismo de resorts não trouxe relevante nível de desenvolvimento local, haja vista que os problemas encontrados na infraestrutura de Jacumã não foram mitigados ou mesmo discutidos em busca de uma solução. O estudo conclui que apesar de se constatar o crescimento do turismo na região, os discursos apresentados pelos agentes hegemônicos locais assumem um viés cíclico, pois, se percebe o despertar para o turismo, existe a consciência de que é necessária a mudança do panorama atual. No entanto, não existem ações a médio ou longo prazo por parte do *trade* local que possam solucionar os entraves e as dificuldades vividas pela população e necessárias para ampliar o desenvolvimento. Nesse sentido, acredita-se que os interesses estão basicamente ancorados na perspectiva de crescimento, e não do desenvolvimento local por meio do turismo.

**PROPONENTE**

Carla Renata Santos dos Santos

TÍTULOAgricultores colhedores de licuri no semiárido da Bahia:
a experiência das tecnologias sociais no município de Caldeirão Grande

Pensar em desenvolvimento regional remete à reflexão sobre a participação da sociedade local no planejamento continuado do território e na distribuição dos frutos do processo de desenvolvimento, que deve ser vista como uma ação complexa de mudanças e transformações políticas, econômicas e sociais. Essas mudanças devem estar imbricadas com a estruturação/reestruturação da base local de produção, na qual, a partir da revisitação do território, sejam identificadas potencialidades, de forma a descobrir novas formas produtivas, nas quais o uso da criatividade permita a adaptação ao contexto atual de globalização, à superação de desafios na organização da produção, melhoria tecnológica dos processos produtivos, geração de emprego e renda e inclusão socioproductiva. Assim, a dissertação objetivou o diálogo acerca da organização do trabalho e produção do licuri, tendo com foco de diagnóstico as relações e as práticas cotidianas de trabalho dos agricultores extrativistas de Caldeirão Grande (BA), identificando elementos transformadores para a construção de uma cultura tecnológica social, a partir da construção de três tecnologias sociais (TS) reaplicáveis, para o fortalecimento da cadeia produtiva do licuri. A pesquisa foi de abordagem qualitativa, de caráter exploratório e descritivo, tendo como principais instrumentos de coleta de dados observação participante, história de vida, entrevista semiestruturada e diário de campo. À guisa de conclusão, as propostas de TS construídas coletivamente com a comunidade apontam para um horizonte consistente de transformação da vida dos

agricultores da região, constituindo-se em uma estratégia de desenvolvimento a partir do licuri, um fruto típico do semiárido e disponível na localidade, de forma a estimular o sistema produtivo, gerando renda, por meio de sistema de produção ligado ao uso e manejo da agrobiodiversidade, e incentivando a organização, autonomia, o protagonismo dos agricultores, resgatando e valorizando saberes tradicionais.

**PROPONENTE**

Carolina Prestes Turcato

TÍTULO

O desenvolvimento sustentável na construção do coletivo por meio das interações em redes: o caso da cadeia-rede Justa Trama

A presente pesquisa busca compreender qual é o papel dos relacionamentos na dinâmica da cadeia-rede de produção sustentável de algodão agroecológico, considerando-se as diferentes dimensões envolvidas em todo o seu processo, desde o plantio até o consumidor final. Com o objetivo geral de analisar os relacionamentos entre os atores (humanos e não humanos) na cadeia-rede Justa Trama e quais são as lógicas que governam a cadeia, a partir de uma perspectiva de quatro dimensões do desenvolvimento sustentável (ambiental, social, econômica e cultural) em todo o processo produtivo, desde o plantio até o consumidor final. Por meio da metodologia proposta pela teoria ator-rede e de rizomas, o princípio cartográfico, no qual o pesquisador busca descrever e mapear os fenômenos e as dinâmicas compreendidas por meio de suas percepções. Teorias do desenvolvimento sustentável, complexidade, ator-rede e rizomas são contempladas para a construção de um framework que possibilite a análise proposta. Como principais resultados têm-se a compreensão dos diferentes atores humanos e não humanos e as transformações que eles produzem, por meio dos seus relacionamentos, sendo as três principais os ideais de cooperação, solidariedade e sustentabilidade, por meio de uma visão holística e de construção de um novo mundo. Foram identificados os principais mediadores, os nós (ações) e a translação da caminhada. Observaram-se diferentes graus de prioridade sobre as quatro dimensões do desenvolvimento sustentável em todos os atores da cadeia-rede estudada.

**PROPONENTE**

Cecília Heidrich Prompt

TÍTULO

Arquitetura de terra em unidades agrícolas familiares: estudo de caso no Oeste Catarinense

As unidades agrícolas familiares são responsáveis pela produção da maior parte dos alimentos da cesta básica brasileira e abrigam a maioria da população rural

do país. Observa-se, entretanto, um quadro de precariedade no meio rural, que tem como consequência extrema a migração das famílias para as cidades. Um dos meios para o incremento da qualidade de vida no campo é a redução do déficit habitacional, com a construção de moradias que possibilitem a permanência das famílias. O uso de materiais locais e naturais, muitas vezes disponíveis nas propriedades, pode viabilizar a construção de moradias mais adequadas ao modo de vida rural. No Oeste Catarinense, existe um grupo de nove famílias que optou por construir suas moradias usando a terra como principal matéria-prima. A pesquisa lança um olhar sobre essa experiência e tem como objetivo verificar se essas moradias autoconstruídas são adequadas ao seu contexto sociocultural. O trabalho tem como base um referencial teórico que faz a triangulação entre os temas agricultura familiar, habitação rural e arquitetura de terra e usa métodos baseados na etnografia. A partir da descrição das edificações, é exposta a apropriação das técnicas e do espaço construído pelas famílias. Finalmente, é feita uma reflexão a respeito da satisfação dos usuários, com base nas suas percepções a respeito de conforto e segurança. Os resultados demonstram que as tecnologias usadas são adequadas e possibilitam a permanência das famílias no campo. Este trabalho contribui para o aprofundamento da realidade rural da região, com foco na habitação, assim como para a área das investigações sobre arquitetura de terra.

**PROPONENTE**

Christiano Henrique da Silva Maranhão

TÍTULOTurismo, capital e produção do espaço:
uma leitura a partir do município de Natal (RN) de 1980 a 2012

Esta dissertação surge da percepção do turismo como uma atividade com significativo poder de transformação dos espaços sicionaturais, observando de maneira relacionada uma baixa participação do residente nos direcionamentos da atividade turística no município de Natal. Diante desse panorama, busca-se saber de que forma a ação mobilizadora do capital social constituído em Natal tem contribuído para redirecionar o processo de produção espacial, inerente ao processo de desenvolvimento do turismo no município.

Metodologicamente, este estudo se caracteriza como descritivo-exploratório quanto aos seus objetivos e, no que se refere ao tratamento do objeto, classifica-se como qualitativo. O instrumento usado para a coleta das informações foi a entrevista estruturada, com questões abertas. Para a interpretação e compreensão dos dados usa-se: análise de conteúdo, análise temática e a metodologia do discurso do sujeito coletivo. Os resultados evidenciam que ainda inexistem no município de Natal um nível de organização social expressivo ligado ao turismo, capaz de redirecionar a produção espacial voltada para o desenvolvimento da atividade. É pertinente dizer que os agentes sociais de Natal apresentam difi-

culdades quanto ao incentivo à confiança, à cooperação espontânea e à participação cívica, o que dificulta uma articulação social na realidade natalense. É oportuno relatar que o turismo em Natal não é inclusivo, fato que fomenta uma segregação socioespacial expressiva, valorizando primordialmente a ação dos agentes hegemônicos (Estado e mercado), deixando para a participação da sociedade pífias oportunidades. Nota-se que as ações voltadas continuam sendo encaminhadas em um contexto de notória ausência de participação popular. Por isso, afirma-se que o capital social constituído em Natal ainda não contribui para um redirecionamento mais justo da produção espacial voltada para o desenvolvimento do turismo do município.

**PROPONENTE**

Claudia Bueno Rocha Vidigal

TÍTULOÍndices de bem-estar econômico:
uma proposta para os estados brasileiros

O presente estudo teve por objetivo a construção de um Índice de Bem-Estar Econômico (IBEE) para as unidades da federação brasileira, considerando os anos de 2002 e 2008. Especificamente, buscou-se verificar os níveis de bem-estar econômico e de seus subcomponentes, além de compará-los entre os estados brasileiros. Ademais, fez-se a proposta de analisar comparativamente os resultados do IBEE em relação aos valores apresentados pelo PIB per capita. Por fim, objetivou-se a estimação do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) a partir da substituição da variável renda que o compõe pelos valores obtidos no cômputo do IBEE, de forma a avaliar possíveis diferenças entre o IDH calculado de maneira convencional e o IDH modificado (IDH-M). O índice proposto foi composto por quatro dimensões distintas: fluxos de consumo, riqueza real/legado intergeracional, equidade e seguridade econômica. Os principais resultados demonstraram que, independentemente da ponderação usada, Santa Catarina foi o estado brasileiro que apresentou o maior bem-estar econômico em relação aos demais. Por outro lado, Alagoas foi o estado com pior desempenho, ocupando a última posição do *ranking* em todas as análises. A comparação entre o PIB per capita e o IBEE mostrou que, com exceção do Distrito Federal, todos os estados apresentaram o índice de bem-estar superior ao PIB per capita. A análise do IDH e do IDH-M permitiu observar que todas as unidades da federação apresentaram estimativas do índice modificado inferiores ao IDH, sugerindo uma possível superestimação ao ser usada a renda per capita para estimação do acesso a recursos econômicos. Dessa forma, a partir da necessidade de construção de uma medida sintética de bem-estar econômico, o IBEE apresenta-se como um índice capaz de mensurar de maneira mais adequada os distintos aspectos associados a um padrão de vida decente.

**PROPONENTE**

Claudio Jorge Gomes da Rocha Júnior

TÍTULO

O processo de transição de empreendimentos rurais tradicionais para as agroindústrias associativas no Estado de Pernambuco: desafios para construir competências empreendedoras

O presente trabalho procura identificar as dificuldades e potencialidades dos agricultores estudados para se construírem os atributos denominados competências empreendedoras, que são descritos na literatura como essenciais para negócios de sucesso. O que falta para o êxito dos produtores familiares que antes lidavam com a rotina exclusiva do campo e agora administram pequenas fábricas rurais? A fundamentação teórica está baseada no empreendedorismo rural, com destaque para competências empreendedoras. Foi produzida uma pesquisa qualitativa com análise de conteúdo na qual se busca examinar a compatibilidade das estratégias adotadas pelas empresas de apoio à agricultura familiar com a realidade dos agricultores que ingressaram no empreendedorismo por meio da agroindustrialização da produção. Foram entrevistados nove agricultores líderes de três agroindústrias associativas das regiões Agreste e Sertão de Pernambuco e 12 técnicos de nove instituições de apoio à agricultura familiar. Embora o empreendedorismo rural apresente uma real possibilidade de melhorar a renda do agricultor, pode ir mais além, pois contribui para reorganizar a divisão de tarefas no campo. Em uma das três agroindústrias pesquisadas os agricultores têm grandes deficiências nas competências empreendedoras que resultaram em impactos negativos para as fábricas. No estudo estão contidas sugestões para os agricultores empreendedores superarem as adversidades, bem como auxiliar os técnicos de campo a transpor suas deficiências. Por fim, esperamos contribuir para a solução de alguns dos desafios de nosso país em profissionalização do agricultor familiar.

**PROPONENTE**

Cleidson Nogueira Dias

TÍTULO

Gestão de redes interorganizacionais para o desenvolvimento local e regional: o caso do Ministério da Integração Nacional e os institutos federais de educação, ciência e tecnologia

Esta pesquisa estudou a importância da gestão de redes interorganizacionais na implementação de políticas públicas para o desenvolvimento local e regional. Para tanto, quanto aos aspectos metodológicos, o método científico usado foi a análise de conteúdo, aplicada em dois relevantes casos de políticas públicas com vistas ao desenvolvimento regional brasileiro. Procedeu-se à análise de conteúdo, apoiando-se em procedimentos estatísticos e interpretativos. No primeiro caso, o questionário da

pesquisa foi aplicado ao corpo gerencial da antiga Secretaria de Programas Regionais (SPR) do Ministério da Integração Nacional (MI). O segundo centrou-se na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, especificamente nos diretores gerais de todos os campi dos institutos federais do Brasil. Os resultados, além de avaliar as políticas públicas estudadas, segundo as óticas dos dirigentes que as implementam, apontaram para alguns dos principais fatores impulsionadores do desenvolvimento local e regional, cujo destaque está para o conhecimento do território, as redes de cooperação, a capacitação profissional e o fomento a Arranjos Produtivos Locais (APLs). E, ainda, mostraram que a grande maioria da cúpula gestora das políticas estudadas indicou que as redes de cooperação são extremamente importantes para o desenvolvimento das regiões brasileiras. Evidencia-se diante disso que a articulação dos atores sociais de uma localidade é uma estratégia fundamental em ações de desenvolvimento regional. Ademais, o processo de planejamento tende a ser mais efetivo a nível local, considerando a proximidade dos problemas e a representatividade dos atores nele envolvidos. A cooperação pressupõe uma complementaridade necessária aos seus desafios territoriais e quanto mais profundas e amplas as ligações com a causa e com as pessoas, mais sólidos serão os pilares das articulações interorganizacionais.

**PROPONENTE**

Cristianne Maria Barbosa Carneiro

TÍTULO

Verso e reverso do trabalho informal:
uma análise do aparato legal que (des) ampara os
trabalhadores do shopping Terceirão em João Pessoa (PB)

O presente estudo tem o propósito de analisar o trabalho informal que é exercido no interior do Shopping Popular Dorgival Terceiro Neto (Terceirão), construído pelo poder público no município de João Pessoa, verificando especificamente seus aspectos legais. Essa medida teve como intuito transferir os ambulantes que viviam nas vias públicas do centro da capital para venderem seus produtos em um espaço sistematizado. Posteriormente, nos anos seguintes, foram construídos mais quatro grandes shoppings populares. O referencial teórico em que nos apoiamos para fazer este estudo é o da teoria social crítica. O estudo reveste-se de importância acadêmica e justifica-se por contribuir teoricamente com reflexões acerca de uma temática contemporânea, que é o trabalho informal. A pesquisa teve como objetivo geral a apreensão das bases legais desse tipo de organização, verificando até que ponto existe proteção para esses trabalhadores, que foram transferidos das vias públicas para os espaços públicos denominados de shoppings populares. Este estudo teve um segundo objetivo, que foi verificar em que medida a construção dos shoppings populares contribuiu para o desenvolvimento regional por meio da redução das desigualdades sociais.

A metodologia usada na pesquisa apoiou-se na abordagem teórico metodológica crítico dialética. Os resultados obtidos na pesquisa indicam que embora o traba-

lhador tenha sido retirado das ruas e se organizado num espaço público, ele continua desamparado e desprotegido. No entanto, conclui-se, neste estudo, a importância do trabalho exercido dentro dos shoppings populares para o aumento da renda e da qualidade de vida dos trabalhadores informais e que mesmo esses estando desprotegidos legalmente contribuem, inegavelmente, para o desenvolvimento local/regional.

**PROPONENTE**

Daniel Rodrigues Brasil

TÍTULO

O mar virou sertão:

a transposição do rio São Francisco e a comunidade quilombola de Santana

O objetivo geral deste trabalho é analisar a inter-relação entre as políticas destinadas às comunidades remanescentes de quilombos e imperativos de desenvolvimento do Estado brasileiro, com foco no Programa Brasil Quilombola e no Programa de Aceleração do Crescimento, respectivamente. A comunidade quilombola de Santana, no município de Salgueiro (PE), e a transposição do rio São Francisco são os protagonistas dessa trama, que revela uma contradição velada entre a orientação dos imperativos de desenvolvimento no Brasil e a das políticas públicas para comunidades remanescentes de quilombos. No plano nacional, esse cenário desvenda a insustentabilidade dessas políticas, particularmente no tocante à participação dos sujeitos afetados no processo decisório exclusivo.

A argumentação que referenda essa conclusão tem três dimensões. A primeira diz respeito ao histórico de invisibilização e incipiente assunção de direitos dos remanescentes de quilombos na contemporaneidade. A segunda, à abrangência nacional do potencial conflito emergente do rearranjo de forças sociais, que essa assunção de direitos provoca, dentro do contexto de uma modernidade pouco inclusiva. A terceira concerne à forma como as dimensões anteriores se traduzem em um microcosmo: a comunidade quilombola de Santana, que hoje é atravessada pelas obras da transposição do Rio São Francisco.

**PROPONENTE**

Daniela Franco Cerqueira

TÍTULO

Incentivos fiscais e investimentos na indústria de transformação no Estado da Bahia (1994 a 2004): internacionalização produtiva e subdesenvolvimento

Este trabalho pretende contribuir para a caracterização dos investimentos feitos na indústria de transformação baiana entre 1994 e 2004, identificando os reflexos dessas inversões sobre a economia do estado e sobre as condições de vida da sua

população. Para tanto, foram selecionados os setores de atividades que mais receberam inversões no período e alguns indicadores do mercado de trabalho.

Os resultados mostram que, no período, houve um aprofundamento das características estruturais da economia baiana, como a dependência tecnológica, os baixos encadeamentos produtivos, a ampliação dos centros de decisão externos ao estado, a pequena capacidade de incorporação de mão de obra e o aumento da concentração de renda. Isto é, os aspectos que evidenciam o subdesenvolvimento desse estado se intensificaram. Desse modo, o padrão de crescimento via inserção na globalização e com base nas decisões de investimento privado não se constituiu em alternativa para superar o subdesenvolvimento. Ao contrário, a internacionalização produtiva da economia baiana, na medida em que significou uma maior integração produtiva com o exterior em detrimento de sua relação com outras regiões do Brasil, transfere para fora do país as decisões produtivas que anteriormente estavam circunscritas ao espaço nacional, colocando o estado numa posição ainda mais subordinada, visto que diminuiu a sua capacidade de interferência no ritmo e na expansão dos investimentos. Além disso, a internacionalização produtiva pode colocar em risco o projeto de construção da ação, na medida em que a diminuição das interdependências econômicas entre as regiões brasileiras contribui para gerar tensões e rivalidades entre elas, além de pôr em marcha um processo de reversão da integração produtiva que transformou regiões autônomas com vínculos preferenciais com o exterior num sistema econômico.

**PROPONENTE**

Daniela Torres da Rocha

TÍTULO

Políticas de estímulo ao empreendedorismo:
o caso do Programa Universidade sem Fronteiras – Extensão
Tecnológica Empresarial

A ideia inicial do Programa Universidade Sem Fronteiras – Extensão Tecnológica Empresarial surgiu depois de um estudo feito pelo Instituto Paranaense de Desenvolvimento Econômico e Social (Ipardes) em 2005, denominado “Os vários Paranás: estudos socioeconômico-institucionais como subsídio aos planos de desenvolvimento regional”, no qual se verificou que no estado existem regiões com diferentes níveis de desenvolvimento. A partir desse estudo, em nível de governo do estado foi estabelecida uma diretriz para que as diversas secretarias desenvolvessem programas para diminuir essas dificuldades. Sendo assim, o Programa Universidade Sem Fronteiras – Extensão Tecnológica Empresarial proposto pela Secretaria de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Seti), buscava estimular a integração entre os professores/pesquisadores das instituições de ensino superior e dos institutos de pesquisa, com o objetivo de fomentar o surgimento de novos empreendimentos e o desenvolvimento de micro e pequenos, propiciando condições de acesso a conhecimentos tecnológicos e de gestão por um período mais

longo. A expectativa era que esse programa alcançasse resultados concretos na geração de emprego e renda, com impactos sociais e econômicos significativos em nível local e regional.

Diante do contexto apresentado, o objetivo da pesquisa consiste em avaliar os resultados gerados pelo Programa Universidade Sem Fronteiras – Extensão Tecnológica Empresarial, sob a perspectiva dos executores (coordenadores) e beneficiários. Para isso, foram aplicados questionários aos participantes do programa (coordenadores e beneficiários) para avaliarem os resultados obtidos. O tratamento dos dados se deu por meio de técnicas univariadas e da análise de regressão linear múltipla. Os resultados mostraram que, em geral, a percepção dos participantes no que tange ao programa de fomento trouxe bons resultados. O principal ponto positivo apontado pelos respondentes consiste na relação universidade-empresa proporcionada pelo programa e a principal dificuldade enfrentada durante a execução do programa foi com relação à compra de equipamentos e materiais. Na maioria das variáveis, não existem diferenças estatisticamente significativas entre a percepção dos coordenadores e beneficiários.

**PROPONENTE**

Danilo Orsida Pereira de Sousa

TÍTULO

Análise da arrecadação tributária de ICMS no Estado do Goiás por setor de atividade e suas implicações no crescimento econômico goiano na década de 2001 a 2009

A presente dissertação tem o objetivo de investigar o crescimento econômico goiano e a importância de uma política fiscal de investimentos. Desta feita, o trabalho proposto visa a traçar uma análise quantitativa acerca da política fiscal adotada no Estado de Goiás, de modo a analisar os instrumentos de que o governo dispõe para a arrecadação de tributos (política tributária) e o controle de suas despesas (política de gastos), bem como a questão do nível de tributação de ICMS no Estado de Goiás e o impacto de cada setor de atividade. O método de abordagem a ser usado é o dedutivo, uma vez que a pesquisa terá como objeto de estudo normas que, apreciadas em sua estrutura, constituem objetos ideais. O método indutivo também será essencial ao estudo, visto tratar-se de uma pesquisa bibliográfica documental que permitirá conceber certos esquemas genéricos de comportamentos possíveis, com auxílio dos quais a estimativa do fato humano pode expressar-se em normas jurídicas. No sentido de auxiliar a pesquisa, também será empregado como método de procedimento o método quantitativo, usando métodos estatísticos e econométricos, tal como a análise de correlação, para fins de análise das contas públicas e elaboradas pelos órgãos oficiais do governo. O objetivo do trabalho é o de fazer um levantamento da política fiscal adotada pelo Estado de Goiás no decênio compreendido entre 2001 e 2009, de forma a evidenciar o grau de participação dos setores

primário (agropecuária), secundário (industrial) e terciário (prestação de serviços) no crescimento e desenvolvimento econômico goiano. Num plano geral, por meio do presente trabalho foi possível demonstrar que o setor terciário foi o setor econômico que mais impactou a economia goiana na última década. O que se percebe é que no último decênio o setor de serviços, até então caracterizado como um setor residual e complementar, teve grande impacto na economia regional goiana.

**PROPONENTE**

Danusa Freire Costa Diniz

TÍTULO

Consórcio intermunicipal:
estratégias colaborativas e competitivas do Civarc no
Norte Pioneiro do Paraná

Com características adversas e muitas dificuldades na solução de seus problemas e na construção do desenvolvimento, os municípios do Norte Pioneiro do Paraná passaram a se organizar em consórcios intermunicipais. Buscando compreender esse processo, esta pesquisa explora como foi formado o Consórcio Intermunicipal Vale do Rio das Cinzas (Civarc), promovendo alianças entre municípios e seus parceiros, consolidando estratégias colaborativas para melhorar o conteúdo estratégico em termos de produtos e mercados, dando assim condições de comercialização e estruturação das estratégias competitivas. Para tanto foi feita uma pesquisa qualitativa triangulando dados primários da observação participativa, análise documental e entrevistas semiestruturadas com representantes legais dos municípios – os prefeitos – aos dados secundários de anais, artigos e institutos, como IBGE e Ipardes. As categorias de análise usadas foram: o processo de formação do consórcio, o alinhamento estratégico e as estratégias colaborativas e competitivas para o desenvolvimento local. A análise dos dados levantados aponta processos organizacionais e estratégicos que quando devidamente alinhados podem trazer resultados significativos por meio da colaboração e da própria competição, que a longo prazo visam à consolidação de um processo de desenvolvimento local.

**PROPONENTE**

Darlan Machado Santos

TÍTULO

O Bolsa Família como política pública de desenvolvimento no
município de Ijuí (RS)

Esta dissertação traz como estudo a pesquisa do Programa Bolsa Família (PBF) como política pública de desenvolvimento social no município de Ijuí, abordando as garantias trazidas pelo Estado e o seu alcance junto aos seus beneficiários.

rios. As políticas sociais e sua importância para as famílias pobres ganharam relevo nas últimas décadas, pela falta de base de um Estado de bem-estar social, pela reprodução sistêmica da desigualdade social no Brasil. Isso obrigou que o Estado mínimo fizesse a passagem para o Estado social em busca de um maior acesso aos direitos fundamentais, como saúde, educação, renda e alimentação como prerrequisitos para uma maior inclusão social, sem os quais não há como dar sentido à dignidade humana. Dentre os objetivos alcançados da pesquisa está a inclusão social e o acesso a bens e serviços, antes restritos pela falta de renda. Além disso, o projeto emancipatório está sendo construído pelos impactos estruturantes do PBF com investimentos voltados para as áreas de maior vulnerabilidade social, como educação, saúde, alimentação e trabalho, que conduz ao processo de poder fazer da assistência recebida um canal de acesso à cidadania e a sua autonomia do programa. O entrevistador, ao sair a campo, contou com a lista reserva de beneficiários e seus respectivos endereços para o caso de não localizar o entrevistado sorteado. Nos casos em que o beneficiário sorteado não esteve presente, ou foi difícil o seu acesso, foi aplicada a entrevista com algum parente presente, desde que atendesse aos requisitos como maioridade e ter posse de todas as informações referentes ao beneficiário para representá-lo, sendo que as respostas foram relativas ao beneficiário. A pesquisa de campo contou com uma equipe de duas pessoas devidamente credenciadas. A aplicação das entrevistas teve como objetivo a obtenção de dados investigados como fonte de informação.

**PROPONENTE**

Darlyne Fontes Virgílio

TÍTULO

Gestão pública do turismo: uma análise dos impactos da política macro de regionalização turística no período de 2004-2011 no Estado do Rio Grande do Norte

O turismo impulsiona e incrementa relações nas diversas atividades socioeconômicas com que interage, o que pode induzir certo desenvolvimento em localidades com potencial para sua realização. Muitas transformações sociais, políticas, econômicas, ambientais e culturais são processadas em sua decorrência. É nesse contexto que surge a necessidade de um planejamento turístico. Com isso, evidencia-se a necessidade de envolver diretamente nesse processo entidades públicas, órgãos privados e a sociedade civil organizada. Para tanto, a existência de políticas específicas para o setor do turismo se faz imprescindível para seu desenvolvimento. Dentro desse contexto, o Ministério do Turismo adotou um modelo de gestão voltado para a disseminação do turismo nos demais municípios e regiões do Brasil. Sendo o turismo no Rio Grande do Norte uma das atividades mais promissoras, integra como parte de suas políticas públicas o Macroprograma de Regionalização do Turismo, com vistas a interiorizar essa atividade. Com base nisso, o atual traba-

Iho propôs avaliar se o MacroPRT é uma importante política de desenvolvimento para o estado. Tem uma abordagem descritiva e um método de procedimento funcional com viés crítico. Para tanto, foi usada uma metodologia do tipo descritivo-exploratória de natureza qualitativa, além de entrevistas estruturadas com gestores estaduais, regionais e municipais de turismo. Neste estudo, vale destacar que importantes avanços, como a criação das cinco regiões turísticas e de seus conselhos de turismo, proporcionam um ambiente que se mostra articulado, porém ainda não está sensibilizado em grande parte dos municípios que estão inseridos nessas regiões. De modo geral, não se pode dizer que a implementação da regionalização ocorra de forma plena no estado, isso está longe de acontecer. Diante desse cenário, torna-se desafiador pensar num turismo com bases na regionalização rumo a um desenvolvimento social, econômico, político e ambiental.

**PROPONENTE**

Deborah de Almeida Rezende

TÍTULOÁreas rurais remanescentes no meio urbano:
o Plano Diretor e o ordenamento territorial de Goiânia

Investigando os elementos formadores do meio urbano e objetivando compreender o uso adequado e a ocupação apropriada do solo propostos pelo Plano Diretor de Goiânia, este trabalho aproximou as referências históricas do processo do urbanismo mundial e brasileiro com as relações dos diversos agentes e campos do planejamento urbano e as interferências conceituais do ordenamento territorial. Para tanto, a análise das especificidades do planejamento de Goiânia, da gênese da sua concepção à realidade dos seus planos, estabeleceu estreita relação com o sujeito desta pesquisa, as áreas rurais remanescentes no meio urbano dessa capital. Como parte dos resultados, o exame dos argumentos aqui destacados demonstrou a necessidade de políticas públicas específicas de ordenamento territorial, pois, ao serem incorporadas à Macrozona Construída, as áreas rurais sofreram as consequências da especulação imobiliária na valorização do mercado de terras, o que evidencia a fragilidade do Plano Diretor de 2007 na questão fundiária.

Metodologicamente aliando o foco histórico e documental da pesquisa bibliográfica ao levantamento de dados secundários e à pesquisa de campo, foi possível, por meio de um projeto de geoprocessamento, identificar, quantificar e caracterizar essas áreas rurais oriundas de loteamentos de sítios de recreio. Assim, analogias das relações de poder no campo multidisciplinar do planejamento intramunicipal demonstraram a dinamicidade espacial de Goiânia e permitiram traçar algumas diretrizes para elaboração de políticas públicas a partir da análise dos dados apresentados nesse projeto, propondo ações práticas articuladas à mutabilidade da ruralidade urbana e possibilitando a obtenção de um resultado utopicamente equilibrado.

**PROPONENTE**

Deividson Brito Gatto

TÍTULO

Ambiente institucional e sustentabilidade da cadeia produtiva de biodiesel em Alagoas

Diante da necessidade de encontrar novas fontes de energia em substituição aos combustíveis fósseis, os biocombustíveis têm entrado na agenda política mundial. Além dos possíveis benefícios ambientais que possam apresentar, os biocombustíveis possuem a justificativa de serem possíveis indutores de geração de emprego e renda na agricultura. Em 2004, o Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB) surge como um instrumento de fomento à introdução do biodiesel na matriz energética brasileira, dando prioridade à participação da agricultura familiar na produção de matérias-primas. Em Alagoas, o Probiodiesel foi criado em 2006 seguindo as mesmas diretrizes do programa nacional. Assim, dessa forma, esta dissertação buscar avaliar como esse ambiente institucional está contribuindo para sustentabilidade dessa cadeia a nível estadual. Para responder a essa pergunta foi necessária uma análise conjuntural e a caracterização da cadeia produtiva de biodiesel por meio do uso da mamona. Como também uma análise dos impactos preliminares da atividade no estado.

No trabalho foram aplicados dois questionários específicos para as amostras das duas populações (instituições que fazem parte do Probiodiesel/AL e agricultores envolvidos com o programa), nos quais se procurou observar, registrar, analisar e correlacionar fatos no âmbito do campo da pesquisa. A pesquisa chegou à conclusão de que a sustentabilidade da atividade econômica no estado vem sendo comprometida, já que a matriz institucional não é eficiente, uma vez que foram percebidos vários problemas, entre eles atraso na entrega de sementes para o plantio, a falta de garantia da venda da safra do pequeno produtor, falta de assistência técnica rural e falta de crédito.

**PROPONENTE**

Diego Lemos Ferreira

TÍTULOO sistema de inovação do Estado da Bahia:
uma análise baseada em indicadores de tecnologia e inovação

O objetivo geral desta pesquisa foi fazer um estudo sobre o sistema de inovação do Estado da Bahia tendo como base indicadores de tecnologia e inovação. A metodologia usada foi a abordagem sistêmica, para a qual foram usadas quatro estratégias de pesquisa: pesquisa bibliográfica, análise documental, levantamento de campo e triangulação concomitante de dados. Para a construção do referencial teórico usaram-se: (i) conceituação da inovação e de

sistemas de inovação; (ii) estudo dos sistemas nacionais de inovação dos três maiores países do mundo em PIB, complementando com o da Coreia do Sul; (iii) análise das políticas industriais (PITCE, PDP, Plano Brasil Maior e Política Industrial do Estado da Bahia) e de ciência, tecnologia e inovação (PACTI); e (iv) análise da estrutura econômica e de ciência, tecnologia e inovação do Estado da Bahia e sua evolução histórica. Na estratégia de pesquisa documental, foram analisados os seguintes documentos: (i) incentivos da Lei do Bem; (ii) incentivos da Lei de Informática; (iii) pedidos de patentes de invenção; (iv) resultados dos editais de subvenção econômica da Finep e Fapesb; e (v) Índice Brasil de Inovação, que considerou diversos indicadores de tecnologia e inovação. A terceira estratégia de pesquisa (levantamento de campo) objetivou captar a percepção dos atores do sistema de inovação do Estado da Bahia sobre o próprio sistema em que estão inseridos. Para cada tópico foram apresentados resultados parciais e sugestões de intervenção. Esses resultados parciais foram cruzados usando a triangulação concomitante de dados, que possibilitou compreender de forma mais precisa a realidade do estado. Pôde-se concluir que a Bahia dispõe de instrumentos de inovação e de recursos para financiá-los, mas esses carecem de integração e direcionamento, o que impacta diretamente nos resultados alcançados. Por consequência, a Bahia não tem acompanhado o desenvolvimento tecnológico do país.

**PROPONENTE**

Diogo Martins Esteves

TÍTULO

Desigualdades de renda:

estudo sobre os determinantes econômicos, políticos e de políticas públicas para o Brasil entre 1999 e 2008

Este trabalho apresenta evidências empíricas do efeito de diversas variáveis econômicas, políticas e sociais para a desigualdade de renda domiciliar per capita no Brasil no período 1999-2008. A metodologia empregada consiste no uso de diversos modelos de dados em painel (GMM sistêmico) que consideram informações das diversas unidades da federação nacional de 1999 a 2008. Como forma de dar robustez às evidências empíricas obtidas, usam-se três indicadores de desigualdade de renda diferentes (índices de Gini, Theil e a razão da participação da renda dos 10% mais ricos pela participação da renda dos 40% mais pobres). Os resultados sugerem que as políticas sociais de aumento do salário mínimo e o programa Bolsa Família são instrumentos eficazes na melhoria do quadro distributivo. O mesmo pode ser dito em relação à maior abertura comercial. Além disso, foi observado que, no curto prazo, a alternância política no poder, bem como a corrupção, prejudica a distribuição de renda domiciliar per capita.

**PROPONENTE**

Dionifer Alan da Silveira

TÍTULO

A reciclagem de resíduos sólidos na região do Vale do Rio Pardo e seus discursos: uma questão ambiental, social, econômica e política

A descrição de um cenário da reciclagem de resíduos sólidos se faz por uma análise das dimensões ambiental, social, econômica e política entre os atores envolvidos no tema. No contexto da região do Vale do Rio Pardo (RS), procuramos compreender os fatores estruturais e conjunturais que inibem o desenvolvimento da área de reciclagem, uma área que possibilita ainda incontáveis ganhos em todas as dimensões a todos os atores. A perspectiva usada para essa compreensão se fez a partir da análise crítica do discurso (ACD) da população, dos catadores, do poder público, da sociedade civil e das empresas, percebendo as relações de poder que se apresentam, as quais coagem os atores com menores oportunidades de atuação dentro do cenário, especialmente os catadores de materiais recicláveis. A explicitação dos conflitos e a apresentação de argumentos nas quatro dimensões são os argumentos que temos para contribuir com a estrutura do cenário que carece de mudanças. O processo de mudança ficou claro quando apresentamos as conquistas locais (criação do Fórum de Ação pela Coleta Seletiva e a gestão da Usina Municipal de Santa Cruz do Sul entregue à cooperativa de catadores), nacional (publicação da Política Nacional de Resíduos Sólidos) e internacional (Copa do Mundo de Futebol Verde, em 2014, no Brasil), que possibilitam novas estratégias a cada um dos atores. Constatamos, neste discurso (em formato de dissertação), que o desenvolvimento da dimensão política, seja com a institucionalização de estruturas legais, seja com a aparentemente simples articulação e a comunicação entre os atores, é o principal caminho a ser aprimorado em sociedade para que possamos construir políticas públicas que supram as necessidades comuns e as condições mínimas para a melhoria da qualidade de vida da população e a consequente busca, individual ou coletiva, da felicidade.

**PROPONENTE**

Divino Nunes Mesquita

TÍTULO

Produção de mudas e cultivo de açaizeiro nos estágios iniciais de crescimento da regional do Baixo Acre

Visando a avaliar o crescimento de mudas de açaizeiros (*Euterpe oleracea* e *Euterpe precatoria*) em diferentes recipientes e substratos, instalaram-se experimentos em viveiro e em campo na Fazenda São João, no município de Senador Guimard (AC). No viveiro, usou-se o delineamento inteiramente casualizado, no esquema fatorial 4 x 2 (tubetes e substratos) com três repetições. Os tratamentos foram tubetes com capacidades

de 55 cm³, 115 cm³, 180 cm³ e 280 cm³ e substrato comercial à base de vermiculita com osmocote (NPK 19-06-10) na proporção de 3 kg.m⁻³ e substrato convencional com mistura de terra, areia e esterco na proporção de 3:1:1, adicionados 2 kg/100 kg da fórmula NPK 4-14-8. Os fatores influenciaram no crescimento de mudas de açaizeiros. Em campo, o experimento foi delineado em blocos ao acaso com três repetições, posterior ao cultivo do milho. Nessa etapa, 18 dias após o plantio a pleno sol, no fim do período chuvoso, houve 100% de mortalidade de plantas. Para estudar a produção de mudas de açaí solteiro (*E. precatória*), instalou-se outro experimento no viveiro, disposto em delineamento inteiramente casualizado com três tratamentos e sete repetições, com avaliações sequenciais em quatro períodos diferentes. Os tratamentos consistiram em três recipientes (tubetes com capacidades de 180 cm³ e 280 cm³ e sacos plásticos com dimensões de 15 x 25 cm). Aos 210 dias, sem adubação após a repicagem, usando substrato comercial Bioplant[®], sacos plásticos com dimensões de 15 x 25 cm e tubetes com capacidade de 280 cm³, obtêm-se mudas de *E. precatória* com média de 23 folhas viáveis, 0,5 cm de diâmetro do coleto e 12 cm de altura. Para a espécie *E. precatória*, foi conduzido novo experimento na Fazenda São João. Testaram-se oito tipos de adubação, com três repetições. Nos primeiros seis meses, em consórcio com a cultura do milho sob plantio convencional, não houve diferenças no crescimento em altura.

**PROPONENTE**

Edder de Carvalho Sá

TÍTULO

Determinantes da oferta de caprinos e ovinos por agricultores familiares do município de Parnamirim (PE)

Em virtude da importância econômica que a ovinocaprinocultura tem para os pequenos municípios do semiárido nordestino e considerando que essa atividade se encontra em estágio de desenvolvimento, torna-se de notável interesse o estudo do perfil socioeconômico dos produtores e dos fatores que determinam a venda de animais, de forma a dar subsídios para a implantação e integração de políticas públicas que impactem diretamente na geração de emprego, renda e de novos canais de venda para os produtores. A análise da oferta de caprinos e ovinos por agricultores familiares no município de Parnamirim (PE) foi estruturada, nesta pesquisa, fundamentando-se na identificação dos fatores determinantes das vendas dos animais e como essas variáveis se relacionam. Para isso, usou-se questionário contendo perguntas diretas e objetivas que foram respondidas pelos produtores em questão. O respectivo município foi escolhido por ser, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2010), o oitavo produtor de caprinos e ovinos do Estado de Pernambuco, com um rebanho de 118.391 animais. As condições climáticas se mostraram o principal motivo para exploração da ovinocaprinocultura, com a maior parte das famílias possuindo vasta experiência na atividade, média de quinze a vinte anos de exploração. O crédito e a assistência técnica figuraram como políticas de

apoio de maior grau de eficácia pela percepção dos agricultores, entretanto ainda pouco abrangente. O uso dos imóveis destinados aos empreendimentos exploradores desses animais ficou marcado pela presença de proprietários e posseiros tendo equidade de pesos relativos entre os demais tipos de uso. Problema antigo e recorrente ainda se faz presente, a falta de regularização fundiária das terras do município. A agricultura familiar e a ovinocaprinocultura possuem características peculiares que se mostram vitais para adequação de modelos de exploração e para elaboração de políticas de apoio a atividade.

**PROPONENTE**

Edileila Maria Leite Portes

TÍTULO

Desenhos de um território: arte e territorialidade na sociedade Athorã/Krenak no Vale do Rio Doce, Governador Valadares (MG), 2011

A presente dissertação objetiva compreender o território Krenak e as territorialidades que o compõem, especificamente a dos borum Athorã/Krenak, da etnia pertencente ao grupo linguístico macro-gê, localizados no Vale do Rio Doce (MG), por meio dos valores, dos significados e dos sentidos materializados em seus desenhos, considerados aqui como ações desencadeadas pelo pensamento que rege a sociedade borum. Nesses termos, a linha epistemológica baseada na teoria compreensiva de Weber e na antropologia interpretativa/hermenêutica de Geertz, orientada por uma caminhada etnográfica, pode permitir uma reflexão teórica vinculada aos sentidos dados a essas ações pelos próprios borum, de forma a inseri-las num contexto socioterritorial. Dessa forma, vislumbrei no espaço geográfico Krenak identidades culturais formando novos territórios, novas ideologias, enfim, multiterritorialidades que, mais do que categorias ou conceitos, ali estão presentes sentidos nos quais alma, corpo, identidade, território, arte e territorialidades se fundem, formando um território simbólico.

**PROPONENTE**

Eduardo Gomes Pinheiro

TÍTULO

Estruturação de fundamentos referenciais para a elaboração do Plano Diretor de Defesa Civil como instrumento de gestão urbana

Partindo do pressuposto de que os desastres impactam diretamente o desenvolvimento do país, o objetivo da dissertação foi o de buscar elementos para a estruturação do Plano Diretor de Defesa Civil (planejamento em nível estratégico para a gestão de riscos e desastres) como instrumento para a gestão urbana. Meto-

dologicamente, partiu-se da pesquisa bibliográfica e histórica localizando elementos potencialmente contributivos para a gestão urbana e o desenvolvimento das cidades a partir da Política Nacional de Defesa Civil, voltando-se para a Política Urbana Brasileira e, conseqüentemente, os Planos Diretores Municipais, Agenda 21, Regularização Fundiária, dentre outros elementos fundamentais.

A pesquisa, qualitativa, baseou-se em recortes específicos da legislação em vigor no país e na análise criteriosa de leis, decretos e documentos cuja associação resultaria em processos conceptivos diferentes dos que estão sendo executados, especialmente voltados para as cidades. Como resultado, comprovou-se a ausência de elementos, na Política Urbana Brasileira, voltados para garantir a segurança global da população, conseqüentemente incapazes de fornecer suporte ao desenvolvimento da cidade, das regiões e do país. Demonstrou-se não haver o tratamento necessário para que a segurança, não a pública, mas aquela chamada segurança global da população, possa orientar a política urbana como base para o desenvolvimento da busca das funções sociais da cidade. Os desastres afetam diretamente o desenvolvimento por produzir danos na infraestrutura, alterações no regime de produção e impacto extensivo aos diversos setores da economia.

**PROPONENTE**

Elton Eduardo Freitas

TÍTULO

Economias externas, atributos urbanos e produtividade:
evidências a partir do nível salarial industrial das microrregiões brasileiras
2000-2010

O objetivo do estudo é identificar em que medida a estrutura produtiva local de uma cidade potencializa as economias externas de escala, implicando ganhos de produtividade de suas indústrias, tendo as microrregiões brasileiras como unidade geográfica de análise. Sabe-se que a produtividade local é influenciada por elementos relacionados ao capital humano e também por atributos regionais, particularidades industriais que impactam no diferencial de produtividade, diferenças na estrutura produtiva regional e, por fim, por atributos urbanos quanto à presença de centralidade e disponibilidade de serviços complexos. O estudo usa dados de emprego formal para setores da indústria de transformação e extrativa agregados nos segmentos de recursos naturais, capital intensivo e trabalho intensivo. Essas informações foram obtidas na Relação Anual de Informações Sociais (Rais), entre 2000 e 2010. As estimações usam o modelo de dados em painel estático com efeitos fixos, o que permite captar possíveis diferenças regionais invariantes no tempo e consideram o nível de salário industrial local como variável endógena. Os resultados sugerem evidências de externalidades locais do tipo localização/MAR e urbanização/Jacobs, porém não apontam evidências de externalidades Porter. Os resultados referentes aos atributos urbanos indicam que

indústrias do segmento de capital intensivo têm vantagens apenas se estiverem localizadas em centros urbanos diversificados, enquanto indústrias do segmento trabalho intensivo conseguem obter vantagens localizadas em centros urbanos de porte intermediário e especializados em poucas atividades industriais. Os resultados sugerem, ainda, que centros urbanos diversificados não influenciam a elevação da produtividade no segmento de recursos naturais.

**PROponente**

Emilio Tarles Mendes Pontes

TÍTULO

Transições paradigmáticas:
do combate à seca à convivência com o semiárido nordestino.
O caso do programa Um Milhão de Cisternas no município de Afogados da Ingazeira (PE)

O semiárido brasileiro é, historicamente, marcado pelo discurso do combate à seca, o qual, por séculos, se manteve hegemônico. Nessa região, caracterizada pelas chuvas mal distribuídas e concentradas em poucos meses do ano, as secas periódicas foram apontadas como o principal vetor que impedia o desenvolvimento. Desse modo, as políticas implementadas não tinham por finalidade a resolução do problema central; pelo contrário, queriam acabar com a seca para, assim, melhorar a situação de vida de sua população. Por outro lado, nas últimas três décadas, entendeu-se que as secas não representam um entrave. Os sertanejos devem ter a compreensão, portanto, de que é possível conviver com o semiárido: é o momento da convivência.

Neste trabalho, observa-se que esse novo discurso evidencia a viabilidade econômico-social do semiárido, oferecendo material teórico e prático que desenvolva uma vida produtiva eficiente. Para isso, são necessários projetos nascidos dos saberes e práticas locais. Além disso, deve-se buscar, pela mobilização social, a implementação de políticas públicas que beneficiem sua população. Nesse contexto nasceu o Programa de Formação e Mobilização Social para a Convivência com o Semiárido – Um Milhão de Cisternas Rurais (P1MC). Nessa perspectiva, buscou-se fazer um estudo de caso no município de Afogados da Ingazeira, no Vale do Pajeú (PE), um dos primeiros a receber o P1MC, para compreender essas transições paradigmáticas a partir da atuação de um programa que se propõe a solucionar a questão do acesso descentralizado à água para beber e cozinhar nas famílias rurais do sertão. Assim, foram identificados os avanços trazidos pelo programa para o cotidiano de seus habitantes, a compreensão da importância da participação comunitária, a relevância do processo educativo para a convivência com o semiárido e também os obstáculos a serem superados. Com isso, o estudo almeja provocar reflexões que aprimorem o programa e, ainda mais, o discurso da convivência.

**PROPONENTE**

Ester Carneiro do Couto Santos

TÍTULOCiência, tecnologia e inovação:
um foco sobre a dinâmica competitiva do Estado do Rio de Janeiro

O presente trabalho propõe uma abordagem rica da dinâmica regional brasileira, via análise de elementos garantidores de uma efetiva competitividade nos moldes do atual paradigma produtivo assentado em conhecimento, tecnologia e inovação. Procura apresentar, à luz das teorias estruturalistas evolucionárias, como tem sido modificada a dinâmica dos estados brasileiros em termos de sua inserção no paradigma tecnoeconômico vigente. Para tanto, propõe a construção de um indicador resumo capaz de fornecer um *proxy* dessa dimensão em nível estadual. Ademais, buscou aprofundar essa análise focando-se na dinâmica do Estado do Rio de Janeiro, procurando compreender suas especificidades no contexto da dinâmica competitiva nacional.

Por fim, conclui-se que para todos os estados analisados existe um grande descolamento entre a presença de elementos competitivos, como mão de obra qualificada, investimentos em P&D e seus resultados práticos, sobre a atividade inovativa das firmas. Tais resultados apontam para a questão de que num país como o Brasil a conexão entre os insumos para a melhoria das condições competitivas nacionais e os produtos esperados desse investimento não pode ser deixada ao sabor do livre mercado. As especificidades históricas da estrutura brasileira, assim como da grande maioria das economias emergentes e, no limite, até mesmo a dos grandes países desenvolvidos, não comportam tal administração da mão invisível. Isso porque estratégias de competitividade de longo prazo necessitam de coordenação do Estado.

**PROPONENTE**

Eugênio da Silva Pavão

TÍTULO

Formação, estrutura e dinâmica da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira

O trabalho se propôs a mostrar como ocorreu a formação, a constituição da estrutura produtiva e o movimento dinâmico da economia do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira.

Objetivo geral: demonstrar como se processou a configuração do espaço, da estrutura e da dinâmica econômica do Mato Grosso do Sul no contexto das transformações da economia brasileira.

Objetivos específicos: I) apresentar o marco analítico que sustenta o desenvolvimento da economia regional, referenciado desde a integração à fragmenta-

ção da nação; II) descrever as origens, a economia e a ocupação de Mato Grosso do Sul de 1748 a 1929; III) discutir a conformação da economia de Mato Grosso do Sul durante o processo da integração nacional (1930-1970); IV) analisar a integração e criação de Mato Grosso do Sul, a partir do processo de desconcentração e fragmentação da economia nacional.

A metodologia usada foi a pesquisa histórico-analítica, por meio da coleta de dados da história econômica de Mato Grosso do Sul. A implantação da indústria pesada na década de 1950 propiciou a expansão da fronteira agrícola para o Centro-Oeste. O governo federal promoveu a inserção da economia de Mato Grosso do Sul no capitalismo brasileiro (modernização da agricultura) voltada para a produção em escala dos produtos agrícolas comerciais. Nesse processo, Mato Grosso do Sul é criado (1977), sendo um estado com maior dinamismo do que a porção norte (Mato Grosso). Entretanto, a economia declinou em relação à economia nacional.



PROPONENTE

Eugênio Vital Pereira Neto

TÍTULO

Qualificação profissional e relações de trabalho no polo de confecções de Pernambuco: trajetória e perspectiva de atuação do Senai

Esta dissertação tem por objetivo compreender, sob uma perspectiva sociológica, o modo pelo qual o Senai, enquanto instituição voltada para a formação profissional e a assessoria empresarial, atuou e vem atuando no Polo de Confecções de Pernambuco, mais particularmente nas cidades de Caruaru e Santa Cruz do Capibaribe, tendo em conta as relações e condições de trabalho que o caracterizam, fortemente marcadas pela informalidade e precariedade. A temática está relacionada às novas situações e referências postas pelas mudanças no mundo do trabalho, em curso em âmbito global, e suas implicações em um espaço local de caráter periférico, como aquele no qual se situa o referido polo. Procura-se realçar as condições, contradições e implicações especialmente colocadas em tal experiência.

Do ponto de vista metodológico, busca-se contemplar reciprocamente as dimensões objetivas e subjetivas (estruturas, processos, práticas e representações sociais) das dinâmicas sociais mais diretamente envolvidas nessa atuação. Trata-se de uma pesquisa de caráter qualitativo, que usa, entre outras, a combinação dos seguintes instrumentos: procedimento de observação direta (espaços, ambientes, equipamentos, atividades), análise documental (envolvendo documentos técnicos, institucionais e pedagógicos, nacionais e locais referidos ao Senai) e entrevistas com dirigentes, professores e ex-alunos das duas unidades Senai atuantes no polo.

**PROPONENTE**

Fabiane Macedo Borges

TÍTULOO associativismo no Projeto de Integração do Rio São Francisco:
estudo de caso da Vila Produtiva Rural Negreiros

Esta dissertação tem como objetivo geral analisar o processo de constituição da Associação de Reassentados da Vila Produtiva Rural Negreiros, tendo em vista sua contribuição para a construção de um espaço democrático de participação e para a promoção do desenvolvimento regional, no âmbito do Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF) com as bacias hidrográficas do Nordeste Setentrional. Para melhor compreensão do tema, foram apresentadas as principais discussões em torno do Projeto São Francisco, sendo também analisado o Programa Básico Ambiental de Reassentamento de Populações do Projeto São Francisco e o processo de implantação da Vila Produtiva Rural Negreiros. Para análise da formação da Associação de Reassentados e do seu processo participativo, foram analisados o perfil socioeconômico e a trajetória sociopolítica dos seus membros, as formas de atuação dos dirigentes, as relações institucionais, as formas de sociabilidade, os principais líderes, as dificuldades e os avanços, tendo como referência central os elementos constitutivos do processo de participação dos moradores. A metodologia incluiu pesquisa documental, observação participante, entrevista e análise de conteúdo.

Este estudo considera que a organização das famílias em associações é importante para incentivar a participação da população no processo de tomada de decisões, tornando a associação um espaço potencial para o exercício democrático. Conclui-se que o processo participativo da Associação de Moradores da VPR Negreiros, ainda que recente, é revelador de conquistas importantes, como a descoberta do exercício democrático pelos dirigentes e a superação de alguns desafios cotidianos, demonstrando as potencialidades da vida associativa, sendo o engajamento mais efetivo dos demais sócios um desafio interessante, na medida em que se torna necessário incentivar a participação para o alcance dos resultados coletivos de forma mais democrática.

**PROPONENTE**

Fausto Makishi

TÍTULOCriação de valor compartilhado na cadeia de reciclagem:
processamento dos resíduos da venda do coco verde

A busca por uma solução comum para os impactos ambientais decorrentes da geração e do acúmulo de resíduos sólidos e a condição de exclusão socioeconômica que atinge a uma significativa fatia da população em grandes centros

urbanos levam à reprodução de um modelo de gestão de resíduos sólidos que tem seu ponto de interseção nas cooperativas de trabalhadores da reciclagem. Alinhado a um contexto de demandas sociais de manutenção econômica, justiça social e preservação ambiental, a gestão compartilhada de resíduos é vista não como prática assistencialista corporativa, mas como oportunidade de negócio e ganhos bilaterais de criação de valor compartilhado. Este é o tema de interesse do presente trabalho, a inclusão socioeconômica veiculada ao aproveitamento de resíduos sólidos. Para isso, desenvolve-se uma pesquisa de base empírica, fundamentada na metodologia de pesquisa-ação, com objetivo de analisar tecnicamente e gerencialmente um projeto que propõe a inclusão socioeconômica por meio do processamento da casca de coco verde. A partir da integração de uma base conceitual e informações de natureza prática obtidas no desenvolvimento do projeto acima referido, assume-se o ganho de conhecimento empírico que possa contribuir com a temática envolvendo a gestão de resíduos sólidos urbanos e a inclusão socioeconômica. A experiência mostrou que disponibilizar tecnologia e ensinar a operar os equipamentos não é suficiente para a sustentação do modelo de gestão compartilhada. É preciso oferecer suporte técnico e gerencial e entender as cooperativas de reciclagem como parte de um fluxo contínuo de materiais, de informação, de dinheiro e de pessoas. Conclui-se que é preciso fomentar o desenvolvimento humano por meio da difusão de conhecimento, levando-o até a cooperativa, mas também permitindo que esse se difunda por ela.

**PROPONENTE**

Fernando Cesar Claudino de Oliveira

TÍTULOA natureza do estado e políticas públicas:
uma avaliação dos incentivos fiscais em Goiás

O presente trabalho tem como objetivo demonstrar que as políticas públicas são derivadas da natureza do Estado moderno organicamente inserido na lógica do capital. Para se alcançar esse objetivo, recorre-se aos princípios da pesquisa interpretativa, apoiando-se inicialmente na abordagem clássica do Estado, a partir de sua gênese e heteronomia, assim como para evidenciar o processo de construção do Estado brasileiro. Coloca-se em relevo uma ligação profunda que permeia a natureza do Estado e a estruturação das políticas alocativas praticadas pelo poder público. Constata-se que as políticas públicas carregam as matizes da natureza do Estado em Goiás e se efetivam em uma modernização do processo produtivo, concebido de uma processual transição autoritária para uma construção democrática, legitimando autonomia, desencadeando fragmentação do pacto federativo e desconcentração industrial no país.

**PROPONENTE**

Fernando Edmundo Chermont Vidal

TÍTULO

A autoconstrução e o mutirão assistidos como alternativa para a produção de habitações de interesse social

O déficit habitacional brasileiro é um dos graves problemas nacionais, sendo que 90,7% desse déficit (5.921.702) concentram-se na faixa até três salários mínimos, de acordo com a Fundação João Pinheiro (2008). Além do déficit, outro problema é a qualidade do estoque existente, com um grande número de habitações consideradas precárias ou inadequadas, pois grande parte dessas moradias é construída de maneira informal, sem uma assistência técnica qualificada. Este trabalho pretende ser uma contribuição ao analisar as formas de produção de moradias denominadas autoconstrução e mutirão, a busca da economia em habitações de interesse social. Acredita-se que essa busca passa pela oferta de uma assistência técnica, de uma forma organizada, com a montagem de um sistema nacional de assistência técnica nas áreas de arquitetura e engenharia por parte da União, adequado ao Distrito Federal e municípios. Feitas as análises de programas habitacionais produzidos por autoconstrução, foram dadas sugestões para seu aprimoramento, ou seja, o desenvolvimento de uma produção continuada e rápida na qual a garantia não seja somente a do retorno dinheiro emprestado, mas também a qualidade dos produtos gerados e a otimização dos recursos investidos. Assim, por meio de consulta bibliográfica e documental, foram abordados os seguintes pontos: i) dada a sua abrangência social (quantidade de pessoas atingidas) e usando os recursos financeiros oferecidos, alcançar uma racionalização adequada e realista, apropriada e viável dos fatores técnicos, econômicos e sociais presentes nas diferentes etapas da produção habitacional; ii) assistência técnica qualificada que contribua não só com a qualidade da produção habitacional, mas também com outros elementos de êxito, ou seja, a rapidez na obtenção de maior número possível de resultados; iii) nível e qualidade de uma assistência técnica que seja montada para atender de forma específica aos objetivos e às metas dos programas.

**PROPONENTE**

Gabriela Bezerra de Medeiros

TÍTULO

Pobreza antropométrica no Brasil

O trabalho analisa o status nutricional das crianças brasileiras menores de 5 anos. Primeiro, são construídos indicadores de pobreza antropométrica e é testado se as mudanças ocorridas entre 1996 e 2006 foram estatisticamente significativas. Os dados usados são da Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS). Para o período em análise, constatam-se significativas reduções na pobreza antropométrica

e, em especial, nos indicadores de desnutrição crônica. Para analisar os determinantes do status nutricional das crianças, estimam-se modelos de regressão multinível e linear. Os resultados encontrados mostram que: i) a educação da mãe afeta positivamente o status nutricional das crianças, sendo esse impacto maior no curto prazo; ii) a renda domiciliar per capita tem um efeito positivo e significativo somente para as crianças com mais de 24 meses; iii) a altura da mãe afeta positivamente o status nutricional das crianças com um maior impacto no curto prazo; iv) as crianças que vivem na região Norte tendem a apresentar um status nutricional inferior ao das crianças de outras localidades do país; e v) a realização de pré-natal tem efeito positivo sobre os indicadores de nutrição para as crianças com menos de 24 meses.

**PROPONENTE**

Gilmar Soares Furtado

TÍTULO

Lançando rede tecida e retecida na esperança de garantir peixe e sonho: um resgate das ações da Comissão Pastoral dos Pescadores sobre gênero, educação e desenvolvimento local na comunidade de pescadores de Itapissuma (PE)

O objetivo desta pesquisa consiste em resgatar as ações realizadas pela Comissão Pastoral dos Pescadores (CPP) no que se refere a gênero e educação no município de Itapissuma (PE) e, assim, identificar os desdobramentos dessas ações para o desenvolvimento local na região, por meio de estudo de caso com metodologia que envolve a pesquisa bibliográfica, documental e empírica. Ao identificar as contribuições da CPP no movimento de mulheres na pesca de Itapissuma, foram sistematizados os dados da pesquisa que serviram para elaborar um diagnóstico histórico sobre gênero, educação e desenvolvimento local e para constatar que apesar dessas adversidades todas as pescadoras continuam tecendo e retecendo as suas redes, não só em busca do alimento como também do sonho de uma vida melhor por meio da educação.

**PROPONENTE**

Giovana Borges Mesquita

TÍTULO

Jornalismo e desenvolvimento local:
análise do *Jornal do Commercio Agreste* de Pernambuco

O objetivo do estudo foi analisar o *Jornal do Commercio Agreste*, um suplemento do *Jornal do Commercio* de Pernambuco, que circula em 44 municípios do interior do estado, para observar a contribuição do jornal à perspectiva da extensão rural contemporânea de construção do desenvolvimento local. Especificamente, o

que se quis compreender é se o *Jornal do Commercio Agreste*, em suas edições dominicais, incorpora temas importantes, hoje, à extensão rural comprometida com o desenvolvimento local, tais como: organização e participação política da população; viabilização de um processo de produção econômica para o desenvolvimento; sensibilização de autoridades locais, regionais e nacionais, face aos problemas ligados ao emprego e renda; questões ambientais; questões de gênero e geração e como esses temas são trabalhados. Pesquisar o jornalismo como esforço de extensão rural é uma possibilidade de refletir sobre o papel da imprensa ao assumir a posição de mediadora na construção de uma realidade social que favoreça o desenvolvimento local. Trata-se de um estudo de caso do *Jornal do Commercio Agreste*, que usou a análise de conteúdo dos jornais. O estudo se apoiou ainda em análises documentais e em técnicas de coleta de dados, como a entrevista estruturada. No decorrer da pesquisa observou-se que embora traga em suas páginas alguns assuntos importantes para o desenvolvimento local, o *Jornal do Commercio Agreste* ainda destina espaços mínimos a temas como educação (2%), questão de gênero (2,8%) e geracional (3,3%), questão ambiental (4,5%) e associativismo político e econômico produtivo (0,5%). Números ínfimos para a importância dessas temáticas em uma região marcada por um alto índice de analfabetos, pela necessidade de inserção socioeconômica da mulher e do jovem, por problemas ambientais sérios e pela falta de acesso a empregos e renda.

**PROPONENTE**

Gislaine Gaberlino

TÍTULOContribuição da governança de redes *stakeholders* para o desenvolvimento regional

Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de mestrado, feita na Universidade Federal Fluminense, que analisou políticas e práticas de redes de *stakeholders* voltadas para promover o desenvolvimento sustentável regional. Dado o necessário envolvimento de diferentes atores econômicos, ambientais e sociais, a fim de obter uma sociedade mais equilibrada e mais justa, a falta de engajamento na esfera organizacional pode dificultar a implementação de um modelo de governança das partes interessadas que promova o desenvolvimento sustentável regional. Para investigar essa hipótese, o Centro de Excelência Ambiental da Petrobras na Amazônia (Ceap Amazônia) foi usado como estudo de caso. Este é um estudo qualitativo e exploratório, envolvendo pesquisa bibliográfica, documental e de campo. O referencial teórico baseia-se nos seguintes temas: teoria dos *stakeholders*, redes, governança corporativa e indicadores de sustentabilidade. Esses temas subsidiaram a proposição de um modelo conceitual denominado GovRedes e aplicado no estudo de caso. Sua aplicação apontou para a necessidade de inclusão de novos aspectos que foram incorporados em

uma versão revisada. O modelo mostrou-se adequado e coerente com a investigação da rede do Ceap Amazônia e pode ser usado para outras investigações, desde que sejam feitas as adequações necessárias, de acordo com as peculiaridades de cada rede e de seu ambiente político, cultural, ambiental e social. O estudo concluiu que os métodos tradicionais de governança corporativa não são eficazes para alcançar objetivos complexos, tais como o desenvolvimento sustentável regional. Daí a necessidade de estabelecer novos modelos de governança que promovam o engajamento de *stakeholders*, alinhado a valores de sustentabilidade.

**PROPONENTE**

Grazielle Anjos Carvalho

TÍTULO

Análise espacial urbano-socioambiental como subsídio ao planejamento territorial do município de Sabará

De acordo com o Estatuto das Cidades (2001), os municípios devem elaborar diagnósticos sociais e ambientais que abranjam tanto o urbano quanto o rural. A identificação das áreas mais frágeis tanto social quanto ambientalmente tornou-se necessária para a definição de prioridades quanto à atuação e implantação de ações públicas. Dessa forma, este trabalho tem como objetivo a organização de um sistema de análise espacial com o apoio do geoprocessamento e softwares gratuitos, como subsídio ao planejamento urbano-socioambiental de Sabará (MG), de forma a caracterizar a área e auxiliar no estabelecimento das diretrizes para as políticas de planejamento e gestão municipal e regional. Sua metodologia está apoiada nos parâmetros teóricos dos geossistemas e usa como ferramenta as geotecnologias, sobretudo no uso de bases cartográficas e softwares gratuitos, tais como Spring, TerraView e Saga/UFRJ. Para a elaboração do diagnóstico urbano ambiental de Sabará, foi montado um banco de dados geográficos, do qual se originaram mapas temáticos sobre a área de estudo. Para a análise espacial socioeconômica-ambiental do município é usada a técnica de análise de multicritérios, por meio do módulo avaliação do software Saga/UFRJ, e como resultados são apresentados os mapas sínteses finais de conforto domiciliar, fragilidade social e potencial de expansão urbana de Sabará. O mapa de eixo de expansão urbana demonstrou dois grandes eixos: um em sentido ao Centro Histórico/Sede, de influência direta de Belo Horizonte, e outro, de influência da Região Metropolitana, em sentido ao Distrito de Ravena. O mapa de potencial de expansão urbana demonstrou que o Centro Urbano/Sede já se encontra saturado e Ravena está dentro das áreas classificadas como alto potencial para a expansão urbana, embora os mapas de conforto domiciliar e fragilidade social apresentem essa área como a mais necessitada de intervenções públicas, sobretudo a proposição de tipologias de ocupação.

**PROPONENTE**

Gustavo Alexandre Silva

TÍTULO

Diagnóstico do setor de agregados para construção civil na Região Metropolitana de Natal (RN)

Formada por dez municípios, a Região Metropolitana de Natal (RMN) se apresenta como uma das regiões de maior dinamismo econômico-social do estado. Em relação a sua urbanização, a diferença é visível, uma vez que a população rural supera a população urbana em alguns municípios. Sua área abrange 2.807,54 km², isso corresponde a 5,3% do território estadual. Sua população, de acordo com o Censo Demográfico de 2010, atingiu 1.351.004 habitantes. Isso representa 42,6% da população do Rio Grande do Norte (3.168.133 habitantes), compreendendo uma taxa de crescimento no período 2000/2010 de 1,88% ao ano. O Produto Interno Bruto (PIB) da RMN teve um aumento consistente entre 2003-2008. No entanto, sua contribuição para o PIB do estado cai em média 0,63% ao ano. Na data da consulta havia registrados no DNPM 57 processos minerários (ativos) relacionados à produção de areia e brita. O consumo de brita na Grande Natal é suprido pela produção em minas pertencentes a três grupos empresariais. A produção de brita na Grande Natal foi estimada em 1.570.140 m³/ano ou 2.590.731 t/ano, enquanto que a ociosidade média das instalações de beneficiamento das unidades produtoras está próxima de 50%. Em 2011 a produção anual de areia para construção civil foi de 1.967.159 m³ ou 2.950.738 t. Os preços médios de brita levantados durante a pesquisa variaram desde R\$ 30/t (ROM) até R\$ 58/t (nas casas de materiais de construção); já os de areia variaram entre R\$ 7/t (ROM) e R\$ 20/t (no varejo). As reservas estimadas (medidas e indicadas) de agregados, considerando a produção consumida atualmente na RMN, são suficientes para atender à demanda projetada para os próximos 15 anos, isso sem levar em conta as reservas inferidas, que podem aumentar substancialmente esse tempo.

**PROPONENTE**

Hamilton Rodrigues Tabosa

TÍTULO

Uma contribuição ao estudo sobre políticas públicas culturais: uma avaliação do Centro Cultural Banco do Nordeste em Fortaleza

O objetivo deste trabalho é avaliar o Centro Cultural Banco do Nordeste em Fortaleza, enquanto lócus público de produção, formação, fruição e difusão de bens e produtos culturais, como uma estratégia da política pública de fomento à cultura do Banco do Nordeste. Traz um breve histórico das políticas públicas culturais no Brasil e no Nordeste e mostra a missão, os objetivos, o funcionamento e a atuação do Banco

do Nordeste do Brasil e dos seus centros culturais. Aborda conceitos de cultura, cultura popular, circularidade cultural, identidade cultural e marketing cultural. Procura estabelecer linhas de base quanto à avaliação dessa política pública, visando a subsidiar a sistematicidade de processos avaliativos futuros. Empreendeu-se uma breve análise histórica do processo de gestação e desenvolvimento da política cultural em discussão, feita por meio de levantamento bibliográfico e documental, além de pesquisa de campo, com aplicação de questionários aos gestores, produtores culturais e usuários do Centro Cultural Fortaleza. Os dados foram analisados por meio da técnica de análise de conteúdo e apontaram na direção de uma avaliação positiva da atuação do Centro Cultural Banco do Nordeste em Fortaleza como local de produção, fruição e disseminação cultural por meio de produtos e serviços culturais que atendem às expectativas de gestores, produtores culturais e usuários, que consideram o referido centro cultural como local que, além de promover lazer e entretenimento, pode provocar transformações socioculturais e contribuir para o desenvolvimento regional, por meio da promoção do acesso à cultura.

**PROPONENTE**

Hélder Araújo Domingos

TÍTULO

Economia dos reciclados: uma análise do mercado de resíduos sólidos no aglomerado urbano Cuiabá/Várzea Grande

A disposição de resíduos sólidos urbanos (RSU), fruto da ação antrópica, é um problema com agravo na vida cotidiana da população na maioria dos municípios brasileiros. O principal objetivo foi estimar a capacidade de reciclagem de papel/papelão, plástico e alumínio do Aglurb na ausência de incentivos fiscais, creditícios e de comando e controle visando à elaboração de políticas econômicas direcionadas à implementação efetiva da PNRS. Para subsidiar o estudo, usaram-se dados primários coletados junto a 22 firmas de reciclagem, além de dados secundários do IBGE, Sistema Nacional de Informações sobre Saneamento (SNIS) do Ministério das Cidades e das prefeituras de ambos os municípios pesquisados. Também se usou como ferramenta a análise fatorial para compreender as atuais relações da estrutura das firmas. Os resultados demonstraram que o mercado isoladamente, sem auxílio de políticas públicas, reciclou 30,3% de todo o resíduo sólido urbano de papel/papelão, plástico e alumínio gerado no Aglurb em 2010. Ao todo esse mercado movimentou R\$ 31 milhões, dos quais R\$ 16,1 milhões foram gerados na base pelos catadores e outros R\$ 14,9 milhões foram agregados pelas firmas comerciais e industriais. Estimou-se o potencial de mercado de RSUs que estão sendo depositados em aterros sanitários, que podem alcançar R\$ 69 milhões. A análise fatorial identificou os fatores mais eficientes da estrutura das firmas e também apontou quais fatores requerem mais atenção. O setor de RSU apresentou alguma concentração de mercado,

mas não o suficiente para impedir uma importante distribuição do excedente na base da pirâmide do mercado. Por fim, conclui-se que o mercado de reciclagem do Aglurb ainda é incipiente na solução do tratamento adequado dos RSUs, mas que apresenta potencial de elevação dos índices de reciclagem caso sejam ofertadas políticas econômicas e de comando e controle ajustadas com a estrutura produtiva instalada.

**PROPONENTE**

Hingryd Inacio de Freitas

TÍTULO

A questão (da reforma) agrária e a política de desenvolvimento territorial rural no litoral sul da Bahia

Partindo do pressuposto teórico de que a reforma agrária é um processo de reordenamento territorial estruturante para o desenvolvimento nacional, esta pesquisa teve como objetivo analisar a questão (da reforma) agrária no contexto atual da política de desenvolvimento territorial rural que, desde 2003, vem sendo implantada pelo estado tendo como diretriz o combate à pobreza rural e a redução das desigualdades regionais no campo. Como procedimentos metodológicos, foram feitos: revisão bibliográfica; pesquisa documental e cartográfica; coleta e sistematização de dados secundários; entrevistas semiestruturadas com representantes do poder público e das organizações e dos movimentos sociais; pesquisa participante em oficinas locais, encontros regionais e seminários estaduais; participação no Fórum Permanente de Desenvolvimento Rural Sustentável; e acompanhamento dos fóruns internacionais de desenvolvimento rural. Nesse contexto, reconhece-se o avanço político da nova racionalidade do estado pautada na incorporação da abordagem territorial do desenvolvimento, sendo esse concebido a partir das múltiplas dimensões e escalas espaciais. É também da criação de institucionalidades locais que venham a favorecer uma maior participação da sociedade civil no planejamento e na gestão das políticas públicas. No entanto, constata-se que a geopolítica da luta popular pela terra adquire concretude no território, traduzindo-se nos (des) caminhos da política da reforma agrária (ainda que essa seja reconhecida no discurso governamental como um elemento estruturante do desenvolvimento territorial rural). Essa realidade se evidencia enquanto uma questão desafiadora para o Estado e a sociedade, visto que a permanência histórica da concentração da propriedade da terra define relações desiguais de poder e de afirmação dos direitos sociais da democracia, sendo assim reafirmada uma configuração espacial hierarquizada e fragmentada do território nacional.

**PROPONENTE**

Iuana Silva Réus

TÍTULO

Gestão municipal e desenvolvimento sustentável:
um panorama dos indicadores de sustentabilidade nos municípios
catarinenses

O monitoramento dos indicadores territoriais constitui-se em prática inescapável para o alcance de patamares mais elevados de desenvolvimento sustentável. Do mesmo modo, o quadro de variáveis cujo acompanhamento é essencial à avaliação dessa sustentabilidade vem sofrendo importantes transformações e ampliando o campo de atenção para um conjunto maior e mais equilibrado de aspectos da realidade, somando as dimensões sociocultural, ambiental e política às tradicionais métricas econômicas.

Nesse contexto, este trabalho se propõe a um conjunto de objetivos que se debruçam sobre o Sistema de Indicadores de Desenvolvimento Municipal Sustentável (SIDMS), projeto desenvolvido por meio de parceria entre a Federação Catarinense de Municípios e o Ministério da Integração Nacional, iniciado em 2009. O sistema foi construído para ser multiplicado no restante do Brasil, fomentando a adoção da avaliação e do monitoramento como práticas inerentes à gestão pública.

Tendo atuado no projeto desde a sua concepção, a autora propõe, neste trabalho, elaborar uma análise panorâmica dos municípios catarinenses com base nos indicadores de desenvolvimento sustentável definidos pelo sistema. Além disso, a autora objetivou (i) construir uma matriz com as características essenciais de um município sustentavelmente desenvolvido e (ii) aprimorar a metodologia inicial do SIDMS. A metodologia usada na análise dos dados foi qualitativa (análise dos mapas gerados pelo sistema e complemento com estudos antecedentes) e quantitativa (estatística descritiva básica).

Os resultados do estudo foram: (i) uma metodologia compatível com os dados disponíveis nos órgãos governamentais e com maior capacidade de expressar os aspectos do desenvolvimento sustentável, (ii) uma matriz contendo aspectos essenciais de um município sustentável e (iii) uma fotografia do desenvolvimento em Santa Catarina, que identifica seus recortes mais e menos sustentáveis.

**PROPONENTE**

Luçana de Moraes Mouco

TÍTULO

Design aplicado ao artesanato, uma ferramenta para a sustentabilidade:
estudo de caso sobre a comunidade de Nossa Senhora do Perpétuo
Socorro de Acajatuba, município de Iranduba (AM)

Esta dissertação consiste no estudo de caso sobre a cadeia produtiva do artesanato produzido na comunidade ribeirinha de Nossa Senhora do Perpétuo Socorro de Acajatuba (AM) com o objetivo de conhecer a organização sociocultural dos artesãos no

processo de trabalho e organização da produção; caracterizar os elementos usados nos produtos (madeiras, sementes, pigmentos, cipós) e verificar a possibilidade de o designer contribuir para a produção e venda do artesanato de forma social e ambientalmente sustentável. As categorias de análise usadas para o embasamento teórico desta pesquisa são: sustentabilidade, artesanato e design. A partir dessas categorias foi feito um levantamento para a reflexão sobre os modelos de desenvolvimento adaptados à Amazônia, que consideram toda a sua diversidade ambiental, social, cultural, a fim de garantir qualidade de vida para as suas populações e a conservação do ambiente, além de levantar as oportunidades existentes para o desenvolvimento do artesanato na região. Na área do design, foi discutida a atividade desse profissional a partir da inserção da sustentabilidade em seus projetos e sua atuação na área do artesanato, para assim avaliar de que forma o designer pode contribuir para a melhoria desse tipo de produto. Para a compreensão da atividade artesanal desenvolvida em Acajatuba (AM), foi feita uma pesquisa *in loco* por meio de uma metodologia com abordagem investigativa analítica, cujos procedimentos metodológicos compreendem a conjunção de instrumentos de natureza qualitativa e quantitativa, estruturada em três fases de execução. Dessa forma, foi possível identificar as potencialidades de o design contribuir para sustentabilidade social e a conscientização ambiental quando atuando diretamente nas atividades tradicionais das comunidades.

**PROPONENTE**

Ivana Cola Valle

TÍTULO

Múltiplos usos e estratégia para conservação da biodiversidade na bacia do rio Aldeia Velha (RJ)

No processo de desenvolvimento regional, a paisagem deve ser planejada com o objetivo de identificar os espaços mais adequados às diversas atividades socioeconômicas e às áreas destinadas à proteção, de modo a contribuir para o desenvolvimento sustentável. Este trabalho faz uma análise multidisciplinar das características estruturais da paisagem em uma região de mata atlântica litorânea fluminense, avaliando a influência das diferentes formas de ocupação do solo sobre a conservação da biodiversidade e a manutenção do equilíbrio ambiental na bacia do rio Aldeia Velha (RJ). Por meio de uma abordagem sistêmica, analisaram-se as unidades interativas da paisagem por meio de instrumentos usados em programas de monitoramento ambiental na avaliação da efetividade das estratégias para a manutenção da biodiversidade em uma área de grande relevância ecológica, que abrange parte do território da primeira reserva biológica do Brasil, a Rebio Poço das Antas, abrigo de espécies endêmicas e ameaçadas de extinção em função principalmente da diminuição de seu habitat em áreas de baixada. Quantificaram-se os impactos negativos e positivos na área de estudo, em função das atividades humanas e relacionados à criação de áreas de proteção ambiental. Os métodos usados foram eficientes e os resultados indicam a contribuição da Rebio para um incremento na cobertura florestal e para a manutenção da biodiversidade bentônica na porção do território protegido inserido na bacia.

Entretanto, identificaram-se locais prioritários para recuperação, como em áreas de mata ciliar e zona de amortecimento da Rebio, essenciais para o equilíbrio dinâmico da bacia, caracterizada como de alta susceptibilidade a distúrbios. Assim, visa-se a fortalecer condições de manejo adequadas e subsidiar projetos em que os processos de ocupação levem em conta conservação da natureza, fragilidade ambiental e consequências da degradação da Mata Atlântica sobre a biodiversidade e a qualidade de vida da população.

**PROPONENTE**

Jaiarys Capa Bataglin

TÍTULO

A gestão do Pronaf e suas relações com a sustentabilidade da agricultura familiar

A presente dissertação analisou a gestão do Pronaf e suas relações com o desenvolvimento sustentável das famílias agricultoras residentes na comunidade Fazenda Mazurana, localizada no município de Dois Vizinhos, sudoeste do Paraná. Para isso, foi diagnosticada a situação socioeconômica-ambiental das famílias e a gestão dessa política pública via Banco do Brasil. A etapa da pesquisa que compreendeu o diagnóstico nas dimensões social, econômica e ambiental esteve relacionada a uma problemática comum de pesquisa que envolveu, além da autora deste trabalho, mais duas mestrandas do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional. Essa fase conjunta da pesquisa pretendeu verificar a situação de vida das famílias sob as três dimensões citadas, bem como a atuação de organizações públicas ou não governamentais (ONG) de Dois Vizinhos em relação aos preceitos da sustentabilidade. Sabe-se que os resultados de uma política pública, neste caso o Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf), em muito depende da gestão das organizações que intermedeiam o processo até a liberação dos recursos. Sendo assim, esta pesquisa em particular analisou a gestão do Pronaf através do Banco do Brasil, identificando o modelo de desenvolvimento promovido nas famílias que já acessaram o programa. A partir dos resultados, pôde-se verificar na comunidade Fazenda Mazurana e nas famílias entrevistadas uma situação razoavelmente boa, porém com fortes evidências do desenvolvimento convencional de ordem produtivista.

**PROPONENTE**

Joelma Busato

TÍTULO

A concepção de desenvolvimento da Universidade Tecnológica Federal do Paraná Campus Pato Branco

A pesquisa teve por objetivo identificar a concepção de desenvolvimento da Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR) Campus Pato Branco,

localizada na região sudoeste do Paraná. Para alcançar o objetivo proposto fez-se uso da abordagem qualitativa, com a investigação pautada em três fontes: a) documentos norteadores da instituição; b) fala dos dirigentes do campus; c) participação do campus em uma instância de desenvolvimento presente no sudoeste paranaense, o Grupo Gestor do Território Sudoeste do Paraná (Ggetespa), a partir das falas da coordenação desse grupo e dos representantes do campus no grupo. O estudo foi organizado em três partes: na primeira, buscou-se contextualizar a região sudoeste paranaense, a UTFPR Campus Pato Branco e o Ggetespa; na segunda, destacou-se o surgimento do conceito de desenvolvimento no mundo e como esse se propagou no Brasil, inserindo-se nos mais diversos modelos de desenvolvimento; na terceira foram apresentados os resultados da pesquisa empírica. Tais resultados evidenciaram a carência de clareza do campus em relação ao desenvolvimento, bem como a carência de uma política institucional consistente sobre essa temática. Embora nas falas dos entrevistados tenham predominado menções que evidenciam uma visão economicista de desenvolvimento, o campus apresenta iniciativas relevantes, como a atuação de grupos de pesquisa e pós-graduação, os quais vêm contribuindo com discussões e ações em torno do desenvolvimento da região sudoeste do Paraná. Pode-se concluir que a UTFPR Campus Pato Branco, inserida nas contradições da sociedade capitalista, é reflexo dessas contradições. Assim, falar em desenvolvimento no interior de uma universidade é considerar o quanto essa vem sendo influenciada pelas novas necessidades do capital e o quanto ela pode contribuir para o enfrentamento dessa realidade, apresentando possibilidades e limites à construção de um projeto emancipador de educação e de desenvolvimento.

**PROPONENTE**

Jorge Amaro Bastos Alves

TÍTULO

Impacto socioeconômico da universidade numa visão da economia do conhecimento: estudo de caso do Campus Canoinhas da Universidade do Contestado (UnC)

O escopo deste trabalho foi a mensuração e a avaliação dos impactos econômicos provenientes dos gastos e investimentos produzidos pela Universidade do Contestado Campus Canoinhas (UnC), uma universidade comunitária localizada no município de Canoinhas (SC), durante o período 2003-2008. Usou-se para tanto um modelo de análise econômica pelo lado da demanda baseado em multiplicadores de gastos keynesianos sobre os níveis da produção e da renda do município, que permitiu estabelecer uma relação entre a educação de nível superior e desenvolvimento regional. Também se procurou averiguar a contribuição não econômica da universidade no desenvolvimento local em Canoinhas

pelo lado da oferta. O impacto da UnC sobre empregos indiretos e de efeito-renda no município foi mensurado usando-se o Modelo de Geração de Empregos (MGE) desenvolvido pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Os procedimentos metodológicos empregados envolveram a coleta de dados secundários junto à UnC e por meio de indicadores socioeconômicos produzidos por organizações nacionais e regionais. Verificou-se que o coeficiente do multiplicador de gastos keynesiano foi estimado em 2,84, que permitiu concluir que cada real gasto pela universidade significou um efeito quase que triplicado sobre o produto e a renda regionais do município, cujo impacto econômico total em Canoinhas foi de R\$ 252,8 milhões, o que correspondeu a 6,47% do PIB desse município. Além disso, estimou-se que a UnC foi indutora, ao longo do período 2003-2008, de cerca de 483 empregos diretos e com base no MGE apurou-se que a universidade gerou próximo de 200 empregos indiretos e 599 de efeito-renda. Por outro lado, de acordo com a estrutura simplificada de avaliação dos impactos nãoeconômicos, presumiu-se que as fontes desses efeitos se resumiram às atividades desenvolvidas pelos diversos projetos de pesquisa cujos objetos de estudo cingiram-se ao desenvolvimento regional e pela extensão universitária.

**PROPONENTE**

José Aparecido Lima Dourado

TÍTULO

Modernização da agricultura: expropriação camponesa e precarização do trabalho no agronegócio da manga em Livramento de Nossa Senhora (BA)

A presente dissertação tem como objetivo compreender as transformações espaciais ocorridas na agricultura de Livramento de Nossa Senhora (BA) a partir da implantação do Projeto de Irrigação do Vale do Rio Brumado, na década de 1980, e seus desdobramentos no que se refere à relação capital versus trabalho na mangicultura. A escolha do recorte espaço-temporal levou em consideração as ações da Política de Irrigação para o Nordeste, quando o Estado busca por meio da disponibilidade de infraestrutura modernizar o território e assim fornecer as condições adequadas para que o capital possa territorializar-se. A territorialização do capital em Livramento de Nossa Senhora ocorre por meio do agronegócio centrado na fruticultura irrigada baseada na produção de manga. Nesse sentido, tornam-se evidentes as novas dinâmicas espaciais tanto no campo quanto na cidade, decorrentes da funcionalidade que o município assume como polo produtor frutícola. As lavouras voltadas para a produção de gêneros de primeira necessidade passaram a ocupar cada vez menos espaço e, em contrapartida, a mangicultura tem verificado um crescimento considerável, colocando o município como um importador de produtos básicos da alimentação, como é o caso do arroz e do feijão.

**PROPONENTE**

José Luiz Miranda

TÍTULO

Política pública de industrialização das reservas minerais de Goiás: potencial, desafios e perspectivas

De acordo com dados de 2009 do Departamento Nacional de Produção Mineral (DNPM), órgão responsável pela gestão e fiscalização das atividades de mineração no Brasil, Goiás é o terceiro estado em reservas minerais nas classes metálicas, não metálicas e gemas, sendo superado apenas por Minas Gerais e pelo Pará. Considerando a participação das reservas estaduais no volume de reservas nacionais destacam-se na classe de minerais metálicos o cobalto, o níquel e o titânio e na classe de minerais não metálicos o amianto e o fosfato. Por sua vez, a partir da análise de dados da Superintendência de Geologia e Mineração do Estado de Goiás (SGM) e da Secretaria de Planejamento (Seplan-GO), é possível se verificar que o uso econômico dessas reservas se volta quase que prioritariamente para a extração e o beneficiamento primário das reservas acima citadas, com viés acentuadamente direcionado ao mercado externo em detrimento da industrialização desses recursos dentro das fronteiras do próprio estado no sentido de gerar bens de maior valor agregado. A partir dessa observação esta pesquisa buscou responder a duas questões básicas: existem fatores de ordem política, econômica e institucional que têm influência na implantação de uma política de estímulo à industrialização das reservas minerais? A política mineral vigente no Estado de Goiás é adequada à perspectiva industrial ou requer aperfeiçoamentos? Para a feitura da pesquisa usou-se a combinação de métodos qualitativos e quantitativos usando-se fontes oficiais relacionadas ao setor mineral, notadamente dados do DNPM, e de outros conhecimentos de interação com o objetivo proposto. Os resultados verificados indicam a presença de fatores de ordem histórica, política, de infraestrutura e de ordem tecnológica que podem dificultar em um primeiro momento o desenvolvimento industrial com base nas reservas minerais, mas que são perfeitamente superáveis a partir de uma ação estratégica.

**PROPONENTE**

José Maria de Abreu Mattos Neto

TÍTULO

Ação pública com fins sociais – uma análise de caso do Programa Comunidade Ativa no Estado do Pará

As crises ideológicas e sociais do Estado, suas reformas estruturais, bem como os novos paradigmas da ação pública, têm-se confrontado, cada vez mais, com os paradoxos da economia globalizada, os quais, amiúde, remetem para a necessidade de reconfigurar a atuação social do Estado. Nessa

perspectiva, programas e planos de ação têm sido engendrados para combater a pobreza e a exclusão social em nível local, numa perspectiva de ativação e corresponsabilização, além de estarem pautados nos modernos preceitos da administração gerencial, como foi o caso do Programa Comunidade Ativa do governo federal. Ante essas novas acepções, a ação pública passa a responder não apenas pela concretização de metas físicas dos programas e políticas públicas, mas também pela atualização das noções de desenvolvimento social, sustentabilidade, construção de parcerias público-privadas, participação e mobilização sociais, no que se relevam como matrizes cognitivas e modelos conceituais que pretendem integrar e usar os saberes técnico e local, para a consecução de processos de desenvolvimento local integrado e sustentável. Destarte, o presente estudo privilegia a noção de que tais inovações devem ser também orientadas por metodologias de acompanhamento e avaliação mais eficazes e eficientes, bem como se deve questionar a eficácia desses modelos, verificando se esses reconhecem e colmatam todos os aspectos que propõem analisar, fomentar e modificar, sob pena de se estar apenas materializando, no terreno de atuação, as contradições e limitações da administração estatal, muito antes de se estar proporcionando um caminho para um desenvolvimento real.

**PROPONENTE**

José Mauricio Pereira Pinto

TÍTULO

Desafios à implementação sustentável das áreas de proteção ambiental: o caso da APA de Santa Rita (AL)

Este trabalho trata dos desafios atuais de implementação de uma área de proteção ambiental (APA) levando-se em consideração também o conhecimento existente sobre os problemas que envolvem as APAs no Brasil. A APA de Santa Rita está situada no CELMM (Complexo Estuarino-Lagunar Mundaú-Manguaba), em Alagoas, incluindo vários ecossistemas, dentre os quais estuários, manguezais e restingas. O objetivo é analisar a situação atual dessa unidade, buscando-se explicações para os fatores que impedem sua implementação plena, apesar de passados mais de vinte anos da sua criação. A análise socioambiental da APA de Santa Rita envolveu uma avaliação do problema de pesquisa nos planos político, institucional, econômico e cultural, abordando a participação dos atores sociais afetados direta ou indiretamente. Foram feitos os seguintes procedimentos metodológicos: exame de material cartográfico, estudo de documentos oficiais, questionário, entrevista semiestruturada, avaliação da ação dos órgãos competentes e trabalhos de campo, tomando como referencial analítico a teoria da produção do espaço geográfico em Milton Santos, o paradigma do desenvolvimento sustentável e o estudo da efetivação das normas ambientais.

**PROPONENTE**

José Raimundo Campelo Franco

TÍTULOSistema lacustre vianense:
ensaios de modelos conceituais para os lagos do município de Viana (MA)

Objetivou-se elucidar a hidrogeografia do município de Viana, que integra um complexo ecossistêmico de ambientes úmidos na Baixada Maranhense entrelaçado a rios, lagos, planícies fluviais e lacustres e conectado indiretamente a ambientes estuarinos do Golfão Maranhense. O trabalho foi mais abrangente e precisou ultrapassar vários limites municipais. O decorrer da pesquisa mostrou que a hidrografia é integrada aos Lagos de Reentrâncias (base conceitual proposta), conjunto maior formado por 32 lagoas dispostas em seis distritos lacustres.

Constou de uma sutura teórica das geografias física e humana (SALES, 2004; MENDONÇA, 1997). Os modelos conceituais reuniram um arcabouço que envolveu a geografia renovada (CHRISTOFOLETTI, 1999; AB SABER, 2002; GUERRA E GUERRA, 1993), a geografia cultural (DIEGUES, 1996; SHIVA 1995; ESCOBAR, 2005) e as tendências crítico-reflexivas (SANTOS, 1999; VESENTINI, 2008; CARLOS, 1996). Na prática, usaram-se técnicas de geoprocessamento, cartografia digital, etnoconhecimento sobre as águas e interpretação da relação sociedade/natureza.

Espelharam elementos hidrogeográficos que compõem sistemas e subsistemas dos modelos conceituais idealizados, como: Sistema Lacustre Pindaré-Mearim, Rosário de Lagos, Sistema Lacustre Vianense, Penínsulas Flúvio-Lacustres, que viabilizaram a compreensão ambiental. As discussões avançaram com propostas de classificações e tipologias e culminaram com a relação sociedade-natureza geradoras de conflitos e impactos geoambientais.

Havia muito tempo que as águas se faziam confusas, já que as fontes de informações anteriores são antigas. A materialidade teórica buscada na geomorfologia fluvial, no sensoriamento remoto e no etnoconhecimento sistematizado foi substancial para a produção científica atualizada.

**PROPONENTE**

José Roberto de Oliveira

TÍTULO

Análise da influência da capacidade humana e social no desenvolvimento: os casos dos municípios de Caxias do Sul e São Nicolau (RS)

Observações mostram que determinados locais conseguem resultados diferentes em termos de desenvolvimento. Desenvolvimento local é um processo de mudança socioestrutural, caracterizado pelo caráter endógeno relacionado aos potenciais humanos e sociais existentes nesses territórios. Para caracterizar e compreender o

modo como esses desenvolvimentos se diferenciam, encontrar novos caminhos para o desenvolvimento e responder ao problema “Do ponto de vista humano e social, quais os aspectos que devem ser considerados para compreender por que alguns lugares e regiões desenvolvem e outros não?”, determinou-se o método de mensuração para a criação do Índice de Capacidade Humana e Social do Desenvolvimento Local e Regional. Quanto à natureza, a pesquisa é aplicada, a abordagem é quantitativa e, quanto aos objetivos, é exploratória. Quanto aos procedimentos técnicos, trata-se, inicialmente, de pesquisa bibliográfica e, num segundo momento, de campo, usando-se técnicas de observação direta. Para a coleta de dados dos aspectos quantitativos (confiança, liderança e empreendedorismo), foi usado um formulário de Escala Likert. O Índice de Educação-Escolaridade foi pesquisado em bibliografia atual. Os resultados demonstram, na sua fase quantitativa, as diferenças existentes nos municípios: Caxias do Sul, com índice de 0,63, apresentou-se com potencial acima de Feliz, com 0,41, e superior a São Nicolau, com 0,19. A análise qualitativa demonstrou relação com os resultados quantitativos: Caxias do Sul (1875-2011), nos 136 anos, aproveita seus potenciais endógenos, de capital social e humano a partir da cultura italiana, que é hegemônica. Feliz (1846-2011), nos 165 anos, vem priorizando determinadas vertentes do desenvolvimento, como a educação, que está relacionada à cultura alemã, um dos responsáveis por tornar o município o de melhor qualidade de vida do Brasil em 1998. São Nicolau (1626-2011), nos 385 anos, demonstrou fragilidades com relação aos resultados produtivos.

**PROPONENTE**

Jovani Augusto Puntel

TÍTULO

Situação e perspectivas para o desenvolvimento dos jovens rurais. Um estudo a partir dos jovens formados no Programa de Empreendedorismo do Jovem Rural no Centro de Desenvolvimento do Jovem Rural no Vale do Rio Pardo (RS)

O objetivo geral desta pesquisa foi analisar os determinantes da evasão dos jovens rurais do campo e de que forma uma proposta de educação voltada para o empreendedorismo desses jovens rurais contribui para oportunizar melhores condições de vida e permanência dos mesmos no campo. Este estudo também traz aspectos sobre o desenvolvimento rural e questões que permeiam a agricultura familiar, frente às nuances que influenciam esses jovens para as suas escolhas de vida. Nossa pesquisa de campo foi formatada num desenho quase-experimental, que tratou de dois grupos de jovens rurais. Recorremos a uma vasta revisão de literatura, visitas às unidades familiares dos agentes de desenvolvimento rural (ADRs) e dados censitários. Como referência empírica, analisamos a trajetória dos jovens rurais no Vale do Rio Pardo. Também foram pesquisados materiais elaborados durante a formação dos jovens e aplicamos um questionário que orientou a pesquisa de campo. Percebemos que,

para um processo de reconversão produtiva nesta região, é imprescindível a oferta de uma modalidade de ensino como a proposta pelo Cedejor, pois, ocupando-se há tantos anos da monocultura do tabaco, aprofundaram-se e enraizaram-se resistências culturais e de capacitação técnica à diversificação produtiva. Os jovens egressos do Cedejor apresentaram um padrão de diversificação para o autoconsumo e venda superior aos não participantes, porém sofrem para que a plena realização dessa disposição e desse potencial de diversificação se consolide. Isso depende de um conjunto de esforços, seja a revisão do modo de atuar de organizações como o Cedejor seja a maior adesão de parceiros locais e apoio governamental.

**PROPONENTE**

Leidy Diana de Souza de Oliveira

TÍTULO

Modelo de segurança alimentar e seus determinantes socioeconômicos e comportamentais: uma investigação de modelagem de equações estruturais

Este trabalho foi elaborado com o objetivo de investigar o impacto das variáveis socioeconômicas no comportamento de consumo de alimentos e na segurança alimentar e nutricional (SAN) nos territórios do Consórcio de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consad) de Mato Grosso do Sul. Especificamente, pretende-se: i) identificar a relação entre as circunstâncias socioeconômicas e o comportamento de consumo de alimentos pertencentes à cesta básica; ii) levantar a relação entre as circunstâncias socioeconômicas e a segurança alimentar e nutricional; iii) levantar as relações existentes entre segurança alimentar e segurança nutricional; iv) identificar os possíveis efeitos do conhecimento nutricional sobre o comportamento de consumo de alimentos pertencentes à cesta básica. Para tanto, foi formulado um modelo teórico em que sete hipóteses foram testadas, com o uso de modelagem de equações estruturais. Os resultados fornecem base para o levantamento dos pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidades dos territórios, direcionando as potencialidades e dificuldades no estabelecimento de políticas públicas de combate à insegurança alimentar e nutricional na região estudada.

**PROPONENTE**

Leonardo da Silva Alves

TÍTULO

A industrialização incentivada do Nordeste e o caso de Campina Grande (PB)

Nesta pesquisa foi analisado o processo de industrialização do Nordeste a partir dos incentivos fiscais para a atração de empresas, considerando Campina Grande

como objeto empírico de análise. Nesse contexto foram coletados dados referentes à industrialização da cidade de 1961 a 2011, tendo como base os projetos de incentivos aprovados pela Sudene. Diante da mudança de cenário com a Constituição de 1988 são apresentadas informações da política de incentivos fiscais implantada pelo governo estadual de 1988 a 2011, por meio do Fain (Fundo de Apoio à Industrialização). Como metodologia do trabalho foi feita uma pesquisa bibliográfica sobre o tema e o levantamento de dados nos órgãos: Fiep, IBGE, Pnud, Ipeadata, Cinep e Sudene, além de uma pesquisa de campo usando questionários abertos com duas indústrias que se instalaram na cidade e que receberam incentivos fiscais. Os resultados apontam para a importância dos incentivos fiscais para a industrialização em Campina Grande. Durante 50 anos, a cidade teve 220 projetos aprovados pela Sudene, sendo 83 para a instalação de indústrias. No comparativo entre os incentivos estaduais e federais, no período 1988-2011, a Sudene aprovou 150 projetos, enquanto que o Fain liberou 125 aprovações. Nos dois estudos de caso foi destacada a importância da posição geográfica estratégica de Campina Grande em relação ao Nordeste. Entretanto, os incentivos fiscais foram determinantes para essas indústrias se instalarem na cidade, pois outros estados ofereceram os benefícios. Também ficou explicitada que boa parte da mão de obra é composta por moradores da região. A pesquisa aponta que as desigualdades regionais não diminuíram por completo, mas a descentralização industrial por meio dos incentivos fiscais tem sido o elemento responsável ao menos pela manutenção das taxas de crescimento de determinados estados e, no caso específico desta pesquisa, para Campina Grande.

**PROPONENTE**

Lucas Boeira Michels

TÍTULOViolência simbólica no ensino técnico:
um estudo de caso no IFSC Campus Araranguá

Objetivos: compreender a violência simbólica no contexto pedagógico dos cursos técnicos, por meio de um estudo de caso, no Campus Araranguá do Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC).

Metodologia: trata-se de uma pesquisa com abordagem qualitativa, tendo como tipo de pesquisa um estudo de caso feito com a turma que ingressou em 2009 no curso (vespertino) de Técnico de Produção de Moda no IFSC, localizado na cidade de Araranguá. As técnicas de coleta de dados usadas foram a entrevista semiestruturada e questionário com 11 alunos (alguns desistentes) e entrevista semiestruturada com seis professores da turma analisada.

Resultados: o estudo demonstrou que os ambientes de aprendizagem são espaços sociais que compõem um campo onde ocorrem conflitos e lutas pela legitimação das representações sociais, dos capitais culturais e simbólicos ligados à área do curso. Verificou-se que a herança cultural familiar e o capital cultural global da família influenciam no sucesso escolar dos alunos. Além disso, percebeu-se que as instituições de ensino téc-

nico (re)produzem a violência simbólica, isto é, conseguem impor seu arbitrário cultural como algo neutro e universal, de forma dissimulada, reforçando, com isso, seu poder de imposição. Alguns efeitos dessa violência causam sentimento de incapacidade e choro. Embora se saiba que todas as ações pedagógicas estão carregadas de capital cultural, foram identificadas algumas atitudes e encaminhamentos dos professores que podem reduzir os efeitos da violência simbólica, tais como: a valorização do conhecimento do aluno, a problematização, o reconhecimento das diferenças culturais, o desocultamento da arbitrariedade da cultura e da autoridade por parte dos professores.

Conclusão: é possível iniciar a superação da condição atual a partir de pesquisas, da tomada de consciência sobre as amarras sociais e do esclarecimento sobre a existência da violência simbólica a cada sujeito envolvido no processo de ensinar e aprender no ensino técnico.

**PROPONENTE**

Lucas Britto Landim

TÍTULO

Desenvolvimento e caracterização de produtos usando semente de jaca

Objetiva-se neste trabalho estudar o aproveitamento da semente de jaca em forma de farinha e do amido, verificando-se a sua viabilidade no desenvolvimento de novos produtos e diferentes alternativas para a agregação de valor aos mesmos. Nesta pesquisa foi estudado o aproveitamento da semente de jaca na forma de farinha, substituindo-a integral e parcialmente por trigo comercial na formulação de quibes, verificando-se a variação das características físico-químicas e sua aceitação junto aos potenciais julgadores, com auxílio de testes sensoriais e perfil dos consumidores. Além disso, foi avaliada a composição físico-química, a qualidade sensorial, por meio de teste de ordenação, e as medidas reológicas de bebidas lácteas não fermentadas elaboradas com soro lácteo (proveniente da obtenção de queijo mussarela), em diferentes concentrações (0%, 0,4%, 0,8%, 1,2% e 2,5%) de amido da semente de jaca, armazenadas a 4°C, 6°C e 8°C. Por fim, foi avaliada a composição físico-química, a qualidade sensorial, por meio de teste de aceitação e as medidas reológicas de bebidas lácteas não fermentadas elaboradas com 100 % de soro lácteo, com diferentes tipos de espessantes. Os dados obtidos neste trabalho permitiram verificar que é possível substituir em quibes a farinha comercial por farinha obtida por meio das sementes de jaca. O uso de diferentes concentrações de amido obtido da semente de jaca não influenciou no comportamento físico-químico das bebidas lácteas estudadas. O índice de consistência da bebida láctea com amido de semente de jaca e os parâmetros de textura confirmaram que o espessante pode ser usado para compensar as possíveis alterações físicas causadas pelo soro do leite na fabricação de bebidas lácteas. Verificou-se que a bebida formulada com amido de semente de jaca (JA 2,5%) apresentou boa aceitação, não diferindo nos escores de aceitação das bebidas formuladas com espessantes já vendidos para tal fim.

**PROPONENTE**

Lucas Louzada Pereira

TÍTULO

O perfil da organização produtiva dos cafeicultores nas regiões Sudoeste Serrana e do Caparaó do Espírito Santo: uma abordagem neomarshalliana

O presente trabalho investiga o perfil da organização produtiva dos cafeicultores na microrregião do Caparaó e microrregião Sudoeste Serrana do Espírito Santo. A análise ocorre em consonância com a teoria neomarshalliana, visando ao entendimento sobre como os produtores de café organizam suas atividades produtivas nessas comunidades. Foram abordados aspectos clássicos descritos pela corrente neomarshalliana para sustentar esta pesquisa, tais como: cooperação, senso de pertencimento a unidade de produção, flexibilidade produtiva, participação na tomada de decisões do território, a fim de gerar sustentação teórica a esta pesquisa. Metodologicamente foi feita uma pesquisa exploratória de cunho qualitativo, usando-se formulário de entrevista para avaliar e entender o perfil da organização dos cafeicultores, por meio dos grupos de interesses inseridos nesta pesquisa. Resultados preliminares indicam que a microrregião Sudoeste Serrana tem conseguido obter maior desenvolvimento econômico do que a microrregião do Caparaó, em função de uma melhor organização produtiva.

**PROPONENTE**

Luciana Silva de Souza

TÍTULO

A indústria moveleira de Boa Vista: estrutura e potencialidade

Este artigo avalia a estrutura e as potencialidades da indústria moveleira do município de Boa Vista (Roraima). A ideia foi efetuar sugestões visando a aumentar a competitividade do setor, por meio de melhorias nas matérias-primas, mão-de-obra, tecnologia e design, para agregar maior valor ao produto final. Foram aplicados questionários a 19 empresas filiadas ao Sindicato das Indústrias de Marcenaria do Estado de Roraima; 15 empresas responderam aos questionários. A revisão da literatura focou a teoria da localização, polos de crescimento e teoria do desenvolvimento local endógeno, centrada no papel das inovações e dos atores locais. A matéria-prima usada vem do interior de Roraima; 80% da produção é vendida no próprio município de Boa Vista e 20% destinam-se ao resto do estado. Concluiu-se que o setor necessita de muitas melhorias, tanto no plano tecnológico, com máquinas mais modernas, como do ponto de vista de gestão e logística. As principais dificuldades enfrentadas pelo setor são: mão-de-obra qualificada, capital de giro e equipamentos (a produção é semiartesanal). O setor necessita de apoio de órgãos oficiais, assim como assistência técnica e crédito.

**PROPONENTE**

Lúcio Vasconcellos de Verçoza

TÍTULOTrabalhadores nos canaviais de Alagoas:
um estudo sobre as condições de trabalho e resistência

O mais recente processo de reestruturação produtiva da agroindústria canvieira alagoana, iniciado a partir dos anos 1990, alterou profundamente os critérios de seleção dos trabalhadores, a organização do trabalho e a sua forma de gestão. Essas mudanças, que afetam diretamente os trabalhadores, resultaram em intensificação do ritmo de trabalho, elevação de sua produtividade e diminuição do número de empregos. No bojo dessas novas configurações da relação capital e trabalho, o objetivo geral da presente dissertação é analisar como se processa a exploração-dominação da força de trabalho e as formas de resistência construídas pelos trabalhadores canvieiros em Alagoas. Dentre os objetivos específicos está a apreensão das particularidades do trabalho na agroindústria canvieira alagoana.

Para atingir tais escopos, foram feitas pesquisas de campo e entrevistas com cortadores de cana, ex-moradores de engenho, trabalhadores desempregados, operadores de carregadeira, bituqueiros, cabos (fiscais) e dirigentes de sindicatos de trabalhadores rurais. As entrevistas foram norteadas pela metodologia da história oral. O município de Teotônio Vilela foi o universo empírico privilegiado por concentrar um grande número de trabalhadores empregados em diversas usinas do sul de Alagoas. O trajeto percorrido ao analisar o processo de exploração-dominação do trabalho nos canaviais alagoanos demonstrou que nessa agroindústria o trabalho não pago assume taxas altíssimas. Por outro lado, seria um ledor engano imaginar que os trabalhadores canvieiros são completamente submissos e resignados em relação à exploração-dominação da força de trabalho. Eles resistem tanto em ações individuais quanto em formas de lutas coletivas. Apesar dos limites dessas ações, que combatem os efeitos da exploração-dominação da força de trabalho, mas não as suas causas, essas práticas de resistência são fundamentais para minimizar a degradação do trabalho nos canaviais.

**PROPONENTE**

Luis Adriano Batista

TÍTULOA indicação geográfica como indutora da
organização dos pequenos produtores:
o caso café das montanhas do sul de Minas Gerais

Os produtos com indicação geográfica (IG) carregam consigo a identidade local, ou seja, estão contidos nele a cultura, a tradição, as condições ambientais, a história, o saber fazer local. Embora as IGs não tenham sido concebidas para pro-

mover o desenvolvimento territorial, elas podem contribuir para o desenvolvimento de novas formas de organização territorial, permitindo identificar e valorizar recursos territoriais, integrando novos desafios ao desenvolvimento territorial e sustentável. Considerar a IG uma simples forma de agregar valor ao produto seria desconsiderar uma nova maneira de reorganização territorial e social, um equívoco e mais uma vez um reducionismo, tão criticado até hoje na agricultura, por seus fortes impactos negativos.

**PROPONENTE**

Luís Francisco da Silva Vargas

TÍTULO

Saneamento e urbanização no Rio Grande do Sul durante os anos de 1916 a 1931:

o papel da SOP (Secretaria de Obras Públicas).

A cidade de Iraí como referência

Nos anos 20 do século XX, o Estado do Rio Grande do Sul passava por grandes obras. A construção e a abertura de estradas, ferrovias e canais fluviais estavam aliadas ao plano de colonização das terras situadas ao norte do estado e ao aumento populacional, que, conjuntamente, com as obras de saneamento, fizeram com que o poder público estadual se confrontasse com uma nova realidade –a da organização urbana. Tudo isso estava dentro de uma conjuntura nacional e mundial em que se constituíram no imaginário social as ideias modernizantes e de vanguarda, que também se refletem nas grandes obras de infraestrutura da época. Dentro desse contexto, o governo do estado, por meio da Secretaria das Obras Públicas (SOP), desenvolveu e fiscalizou projetos e obras municipais de saneamento e organização urbanas, projetos esses que abrangiam a captação e o abastecimento de água, rede hidráulica, rede de esgotos e expansão da cidade, desencadeando uma campanha de higienização que passa a ser, na época, sinônimo de urbanização, além do projeto para a nova cidade das águas de Iraí. Este estudo trata do surgimento do urbanismo moderno gaúcho no século XX.

**PROPONENTE**

Manoel Cicero Romão Júnior

TÍTULO

Políticas públicas para o turismo e desenvolvimento local:

reflexões a partir dos caminhos de fé no semiárido potiguar

Este estudo analisa o evento da Festa de Nossa Senhora das Graças, no município de Florânia (RN), como um produto turístico, inserido em um processo

de transformação de um lugar sagrado, a princípio determinado por motivos religiosos, em um destino turístico-religioso. Busca-se compreender em que medida a intervenção do estado, com as políticas voltadas para dinamizar o setor do turismo, bem como as interações entre os principais atores que compõem o espaço, são capazes de modificar e dinamizar o município de Florânia, em particular a Festa de Nossa Senhora das Graças. A metodologia inclui, além da revisão da literatura com o uso do método dedutivo, a aplicação de questionários aos romeiros, turistas e peregrinos, totalizando 150. Junto aos agentes econômicos do município, 36 questionários foram aplicados de acordo com o modelo adotado pela Rede de Pesquisa em Sistemas e Arranjos Produtivos e Inovativos Locais (Redesist). Complementam esta pesquisa entrevistas feitas com os principais responsáveis pelo poder público municipal e pela Igreja. Apesar do reconhecimento por parte dos atores da importância da atividade turística para a economia de Florânia, o incentivo ao desenvolvimento do setor ainda é defasado, pouco trabalhado e as políticas/programas listados realmente passam ao largo dos Caminhos de Fé de Florânia. No tocante à Festa de Nossa Senhora das Graças, os gargalos assinalados pelos pesquisados e agentes econômicos são muito parcialmente atingidos pelas políticas/programas e quando isso ocorre, o esforço parece ser apenas reativo, resultando das pressões sofridas pelo poder público municipal (prefeitura).

**PROPONENTE**

Manoel Francisco do Carmelo Santos Barreiros

TÍTULOQualidade da governança do desenvolvimento local:
uma análise do semiárido pernambucano

Nossa contribuição situa-se no campo da governança do desenvolvimento. Para tanto, este estudo traz à discussão uma proposta de avaliação da qualidade da governança do desenvolvimento do semiárido, adotando-se como unidade de pesquisa uma amostra de 33 municípios do semiárido pernambucano, escolhidos segundo critérios adotados por estudos do Banco Mundial, cujos resultados finais estão ancorados em variáveis de gestão municipal e estrutura local, desenvolvimento social, econômico e de *accountability*. O experimento adota como referência trabalho desenvolvido por Daniel Kaufmann et al. denominado “*Governance and the city: an empirical exploration into global determinants of urban performance*”, publicado em 2005 na revista *Social Science Research Network*. Sua metodologia revelou resultados que guardam uma lógica coerente entre as notas alcançadas e a liderança exercida pelas cidades mais estruturadas, do ponto de vista da gestão municipal, da qualidade dos serviços prestados, da *accountability* e de alguns indicadores sociais e econômicos de uma forma que se analisados isoladamente, não mostrariam. O presente estudo, com base nessa

metodologia e nas adaptações possíveis, tem como objetivo mostrar possíveis fatores determinantes da qualidade da governança do desenvolvimento local e, simultaneamente, oferecer uma proposta para a avaliação quantitativa dessa qualidade. Os resultados revelaram convergência com uma série de aspectos abordados por Kaufmann, por Putnam e por Amartya Sen sobre a influência da gestão, da história institucional e do poder local tanto no comportamento das instituições como no funcionamento das cidades e no condicionamento de seus habitantes.

**PROPONENTE**

Marcelo Karloni da Cruz

TÍTULO

Desenvolvimento, pobreza e meio ambiente no Seridó potiguar: um estudo centrado nas microrregiões do Seridó Oriental e Ocidental

O presente trabalho objetivou a feitura de estudo acerca da dinâmica existente entre recuperação econômica e conservação de recursos naturais. Para o exame dessa relação, as regiões escolhidas foram as microrregiões do Seridó Oriental e Ocidental, no Estado do Rio Grande do Norte. Recentes estudos apontam que, após o período de crise de seu tripé econômico-produtivo, formado pela pecuária, cotonicultura e mineração, enfrentada nos anos 1980, essas regiões do Estado do Rio Grande do Norte têm mostrado sinais não só de recuperação econômica, mas também de melhoria de seus indicadores sociais. Por outro lado, estudos como o panorama de desertificação do Estado do RN (2005) e o Plano de Desenvolvimento Sustentável do Seridó indicam que há em curso um franco processo de degradação de seus recursos naturais capaz de comprometer a capacidade de sustentação desse sistema.

Para verificação dessa realidade e constatação provável dessa relação, fez-se a análise de evolução dos dados secundários de órgãos oficiais sobre IDH, renda per capita e demais indicadores sociais, no período 2000/2009. Segue-se em outro momento da pesquisa a análise de dados de natureza qualitativa, coletados em entrevistas feitas com instituições de intervenção de natureza acadêmica, pesquisadores da Universidade Federal do Rio Grande do Norte; órgãos do estado que tratam a questão do meio ambiente no Seridó: Instituto de Desenvolvimento Sustentável do RN e Instituto Brasileiro de Meio Ambiente e da Amazônia Legal e instituições de intervenção direta na região. Concluiu-se que a garantia de ampliação de renda, liberdades e conservação de recursos naturais assegurar-se-ia plenamente na região do Seridó, primeiramente por meio de profundas mudanças valorativas dos atores envolvidos e de modo concomitante pela sincronização entre essas e as mudanças tecnológicas, por meio da exploração de novas fontes de energia.

**PROPONENTE**

Marcelo Marinho Lacerda Andrade

TÍTULO

Agricultura familiar na Região Nordeste

O objetivo geral do trabalho é adquirir um melhor conhecimento sobre a distribuição da agricultura familiar na Região Nordeste, fazendo uma análise a nível municipal, pois a carência de dados referentes ao tema ainda é muito grande. Para isso, serão usados dados provenientes do Censo Agropecuário 2006, que usou os critérios definidos pela Lei 11.326/2006, ou Lei da Agricultura Familiar. As metodologias empregadas foram: análise exploratória dos dados, usada principalmente para apresentar um panorama geral da agricultura familiar no Brasil, grandes regiões e, principalmente, no Nordeste; análise espacial, usando o Índice Global de Moran e os Índices Locais de Moran para investigar espacialmente as características do produtor familiar da Região Nordeste, no intuito de identificar padrões espaciais existentes entre os municípios e também a existência de clusters; e técnica estatística multivariada denominada análise fatorial, visando à criação de índices municipais referentes aos produtores familiares nordestinos e, posteriormente, comparando-os espacialmente com o público-alvo dos programas de governo voltados para a agricultura familiar, com o objetivo de identificar relações entre eles.

Dentre os resultados encontrados podem-se destacar as associações espaciais significativas entre os municípios encontradas após investigação espacial das características do produtor familiar nordestino. Além disso, dois dos quatro índices municipais criados apresentaram semelhanças espaciais com a distribuição territorial de programas de governo. Concluindo, os resultados obtidos permitem observar que ainda há um longo caminho a percorrer no que diz respeito à agricultura familiar no Brasil e que podem servir de ponto de partida para a formulação de políticas públicas que atinjam diferentes aspectos. Já os índices criados podem facilitar o entendimento de questões sociais ligadas aos municípios da Região Nordeste e fomentar debates acerca do tema.

**PROPONENTE**

Marcia Aparecida dos Santos Pinheiro

TÍTULOCidade educadora: a organização em centros cívicos educativos.
Uma proposta para Cuiabá

Esta dissertação tem como objetivo promover a necessidade de se repensar a educação a partir dos conceitos de cidade educadora e centros cívico-educativos, tendo em vista acentuar uma estratégia educativa como eixo primordial do desenvolvimento de um território. No caso concreto olhamos para a cidade de Cuiabá (MT), na tentativa de elucidar uma possível análise e desenho de uma situação que permita avançar para uma oferta educativa que consolide iniciativas anteriores e potencie di-

nâmicas mais consistentes por via de uma reorganização do sistema educativo local. Para esta investigação, seguimos uma abordagem qualitativa, recorrendo a um estudo de caso que teve como objeto de estudo o município de Cuiabá (MT). Nesta investigação, usamos técnicas de análise documental e as entrevistas semiestruturadas feitas a sujeitos locais. Tivemos como principais dimensões de análise a percepção geral da educação no município, perspectivas para a educação e os conceitos de cidade educadora e centros cívico-educativos (CCE). Como resultado, apresentamos uma proposta de reorganização territorial em centros cívico-educativos para o município de Cuiabá. Esses CCE pretendem enquadrar uma oferta educativa integral e integradora, formal, nãoformal e informal, a toda a comunidade, de modo a potenciar a participação das pessoas e a fomentar o intercâmbio do conhecimento.

**PROPONENTE**

Marcio Couceiro Saraiva de Melo

TÍTULO

Estudo de argamassas adicionadas de cinzas de algaroba geradas no arranjo produtivo local de confecções do agreste pernambucano

Este trabalho avaliou a incorporação em argamassas de revestimento de cinzas de topo (cinzas volantes) e cinzas de base (que caem por gravidade da grelha onde ocorre a combustão) provenientes da queima de lenha de algaroba nas lavanderias do arranjo produtivo local (APL) de confecções da região do agreste pernambucano. As cinzas foram coletadas em uma lavanderia de médio porte representativa da região, peneiradas em malha 200, avaliadas quanto às suas características físico-químicas e adicionadas em argamassa do tipo emboço, com traço 1:2:9 (cimento, cal, areia), comum nas construções da região de Caruaru (PE). Na produção das formulações, para cada uma das cinzas, foi mantida a mesma relação água/cimento e a mesma faixa de consistência para todas as argamassas, gerando formulações com adição de 10, 20, 30 e 40% em relação à massa de cimento. As formulações com adição foram comparadas com uma argamassa padrão (sem adição) usando a metodologia para caracterização de argamassas descrita pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

Como conclusão geral tem-se que a adição de até 40%, em relação à massa de cimento, de cinzas de topo ou cinzas de base em argamassas de revestimento do tipo emboço é tecnicamente viável, sem comprometer sua integridade, além de contribuir para uma tendência de melhoria nas características das argamassas no estado fresco e endurecido. Salienta-se que essa adição em 40% em relação à massa do cimento representa o uso de 20 kg de cinza para cada saco de 50 kg de cimento, dando uma destinação adequada após um simples tratamento de peneiramento a um resíduo sólido industrial gerado em quantidades significativas na região do polo de confecções da região agreste de Pernambuco. Além do potencial para redução do impacto ambiental, essa adição tem potencial para redução de custo das edificações mantendo a mesma qualidade, o que pode contribuir para redução das desigualdades sociais.

**PROPONENTE**

Marcio Waked de Moraes Rêgo

TÍTULO

A contribuição do comércio justo de produtos artesanais para o desenvolvimento local sustentável: um estudo dos grupos produtivos das cidades de Camaragibe e Gravatá (PE)

Esta dissertação avalia a contribuição do comércio justo de produtos artesanais para o desenvolvimento local sustentável, focando no estudo dos grupos produtivos das cidades de Camaragibe e Gravatá (PE). Descreve o conceito e os princípios do comércio justo e do desenvolvimento local sustentável estabelecendo a relação entre eles. Aborda a situação geral do comércio justo de produtos artesanais brasileiros, o ambiente atual das organizações e dos atores de comércio justo de produtos artesanais. Analisa os dados da pesquisa abordando a conformidade dos grupos produtivos com os princípios do comércio justo; a percepção dos artesãos sobre a melhoria de vida após o início da prática do comércio justo; a contribuição da prática do comércio justo para o desenvolvimento local sustentável e os principais problemas enfrentados pelos grupos produtivos. Finalmente, relata as conclusões da pesquisa relacionando os resultados obtidos com os objetivos da dissertação, propondo sugestões para os problemas identificados. Para tanto, foi feita uma pesquisa bibliográfica para o levantamento de informações relativas ao tema do comércio justo e desenvolvimento local sustentável, que foram confrontados com a pesquisa de campo exploratória que aconteceu por meio de entrevistas, observação e aplicação de questionários. A pesquisa concluiu que apesar dos desafios e problemas enfrentados, o comércio justo de produtos artesanais brasileiros tem uma relevante contribuição para o desenvolvimento local sustentável, mostrando-se uma boa estratégia de combate à pobreza, de geração de oportunidades de emprego e renda que, ao mesmo tempo, preserva e respeita o meio ambiente, promove a igualdade de gêneros, a valorização e a inclusão dos pequenos grupos produtivos no mercado, a valorização da cultura local, bem como a melhoria da qualidade de vida dos respectivos produtores.

**PROPONENTE**

Marco Túlio da Silva Ferreira

TÍTULO

Ecologia histórica aplicada à gestão ambiental comunitária da terra indígena

Os povos da família linguística maxakali vêm assistindo ao histórico processo de devastação ambiental que ainda ocorre na mata atlântica brasileira. Além de ter suas matas reduzidas, os descendentes maxakalis sobreviventes se viram confinados a um território extremamente diminuto para seus hábitos nômades, com vários problemas que afetam a qualidade ambiental da área. A introdução do capim colômbio

pela sociedade pecuarista que passa a dominar a região, e conseqüentemente de seu manejo por meio do fogo, obriga os maxakalis a conviver com essa espécie invasora. O manejo da queima do colônio desenvolvido pelos maxakalis, diferentemente do empregado para a simples rebrota de pastagens, tem se mostrado ambientalmente deletério, favorecendo a expansão das áreas dessa gramínea, ao atingir as bordas das matas do território, um processo que vem anualmente empobrecendo a biodiversidade local. A ausência da floresta material traz impactos diretos na ecologia simbólica do grupo. Logo, os maxakalis se vêem atualmente diante do dilema de adequar suas práticas ecológicas e econômicas de manejo da biodiversidade e da paisagem (extensivas, nômades e dependentes de grandes áreas de floresta) a um território hoje insuficiente para suprir as demandas de um contingente demográfico em expansão. Faz-se necessária, portanto, uma sensibilização agroecológica junto à comunidade, como catalisadora de um processo de gestão ambiental e territorial comunitária que vise à conservação dos recursos naturais dos quais essa comunidade depende. Porém, para que isso se torne possível, e para que haja um envolvimento intelectual ativo dos principais atores em jogo, é preciso primeiro compreender a ecologia (enquanto *scientia* e enquanto *praxis*) dessa manifestação cultural única no planeta, de forma que ela possa se refletir num planejamento estratégico em longo prazo. Nesse contexto, o presente estudo descreve a ecologia maxakali, tendo em vista um plano de gestão ambiental comunitária da TI maxakali.

**PROPONENTE**

Marcos Fernando Arriel

TÍTULOPerfil produtivo e dinâmica espacial da indústria goiana
(1999-2007)

O presente trabalho tem como objetivo caracterizar o perfil da indústria goiana e a sua dinâmica espacial de 1999 a 2007. Adicionalmente, busca-se analisar o impacto potencial das principais atividades industriais sobre a estrutura produtiva no estado. Para isso, buscou suporte nas teorias clássicas de localização industrial e na teoria de desenvolvimento regional, para, posteriormente, trabalhar os dados referentes ao setor industrial da Pesquisa Industrial Anual, do IBGE, sobre faturamento, da Secretaria de Fazenda de Goiás, e o PIB dos municípios, da Secretaria de Planejamento de Goiás. Desse modo, constatou-se que a indústria goiana possui peso significativo de segmentos intensivos em recursos naturais – como a alimentícia e mineração, embora esses venham perdendo participação no conjunto da indústria goiana – e que há segmentos intensivos em escala emergindo. Constatou-se, ainda, que, do ponto de vista espacial, vem ocorrendo uma descentralização da atividade industrial, com ganhos de participação do interior em detrimento da região metropolitana. Esse movimento vem se dando, sobretudo, em direção a alguns municípios que possuem forte capacidade de polarização

ou em cidades próximas aos polos, principalmente no que diz respeito àqueles segmentos industriais intensivos em trabalho e em escala. Um segundo vetor de descentralização aponta para municípios que contam com importantes vantagens na disponibilidade/produção de matérias-primas naturais, principalmente nos segmentos de mineração e sucroalcooleiro. Por último, verificou-se que nove atividades industriais, dentre as 16 analisadas, possuem mais de 30% de suas compras voltadas para dentro do estado, revelando certa integração com outras atividades produtivas no estado.

**PROPONENTE**

Maria Eugênia Diniz Figueirêdo Cireno

TÍTULO

Gestão de resíduos sólidos urbanos no Brasil: fatores de capacidade institucional dos municípios para a adequação das exigências tecnológicas da Política Nacional de Resíduos Sólidos

Diante do momento que a sociedade atual vive, no qual a preocupação com o crescimento econômico é tema das nações, é importante que façamos reflexões sobre a sustentabilidade ambiental. Por esse motivo o trabalho apresentado propõe estudar quais fatores de capacidade institucional dos municípios brasileiros condicionam a adoção de tecnologias mais sustentáveis no tratamento de resíduos sólidos urbanos.

As referências teórico-políticas estão divididas em áreas temáticas que contribuem para o estudo feito e apoiam a Política Nacional de Resíduos Sólidos, que fora aprovada em 2010, após duas décadas de tramitação entre os poderes Executivo e Legislativo. Como se trata de uma política destinada a solucionar o problema do lixo urbano no Brasil, é necessário entender as discussões referentes ao desenvolvimento sustentável, políticas públicas ambientais, capacidade institucional e viabilidade econômica da gestão de resíduos sólidos no país.

Os resultados obtidos refletem as diferenças regionais do Brasil e apresentam fatores como a formação de conselhos municipais de meio ambientes favoráveis a adoção de aterros sanitários; somado a esse resultado acrescenta-se a iniciativa privada como principal gestor dos aterros no país. As bases de dados usadas foram o SNIS 2010, PNSB, PIB-IBGE 2009 e Pnad 2009, todas disponíveis por órgãos federais. O modelo estatístico usado é a regressão logística, que melhor se adequou para estimar os fatores que contribuem para que os municípios adotem ou não a tecnologia de aterros sanitários na gestão municipal de resíduos sólidos, já que, como entes federativos, os municípios são responsáveis pela coleta e destinação final do lixo urbano.

Salienta-se que a gestão de resíduos no Brasil evoluiu nas últimas seis décadas principalmente no tratamento e na coleta dos resíduos, porém a adequação as exigências da PNRS está condicionada a maiores investimentos no setor e possível extensão de prazo.

**PROPONENTE**

Maria José do Carmo Maia

TÍTULO

Estudo da logística de transportes de mercadorias nas microrregiões de Rio Branco e Cruzeiro do Sul

A presente pesquisa objetivou analisar o funcionamento desse sistema a partir da análise da logística de transportes de carga no Estado do Acre, verificando até que ponto o sistema de transporte vai influenciar no abastecimento de mercadorias das microrregiões e colaborar para desencadear possíveis desigualdades intrarregionais, desse modo influenciando a qualidade de vida da população. Para a efetivação da pesquisa foram escolhidas as microrregiões de Rio Branco e Cruzeiro do Sul, pois são as áreas mais dinâmicas do estado, do ponto de vista da circulação de mercadorias, e por apresentarem sistemas de abastecimento diferentes, ou seja, predomínio de transportes rodoviário e fluvial, respectivamente. A partir da análise dos principais elementos constitutivos do sistema, como tipo de transporte, capacidade, custos, percurso feito durante o transporte e problemas enfrentados pelos operadores logísticos, e ao verificar a interação desses elementos e sua relação com os fatores externos, constatou-se que os transportes rodoviário e fluvial têm particularidades e problemas diferenciados; no entanto, o transporte rodoviário demonstrou-se mais viável para a região devido às longas distâncias e péssimas condições das vias fluviais nos períodos de seca, surgindo inclusive a necessidade da integração regional por meio da construção da BR-364, com o objetivo central de melhorar as condições de transporte para as localidades situadas no Vale do Juruá, colaborando para amenizar as desigualdades intrarregionais.

**PROPONENTE**

Maria Leci de Bessa Mattos

TÍTULOA educação escolar indígena javaé:
um diálogo com as políticas públicas e o etnodesenvolvimento

A pretensão nuclear desta dissertação é o estudo da educação escolar indígena dos javaé, que habitam a Ilha do Bananal, no Estado do Tocantins. Como foco está a educação escolar, à luz do diálogo com as políticas públicas educacionais, com o desejo de discutir como essas políticas estão sendo aplicadas e como vêm contribuindo para o etnodesenvolvimento local. A investigação teve caráter teórico-documental, com pesquisa descritiva e abordagem qualitativa delimitando o estudo em seis escolas indígenas da etnia javaé. A principal tarefa foi interpretar os documentos e os textos teóricos que possibilitam uma relação com os princípios do etnodesenvolvimento proposto por Stavenhagen. O estudo possibilitou compreender a história dos javaé, seu processo de recuperação de-

mográfica, as mudanças que estão acontecendo e modificando seus valores e a cultura e, principalmente, a maneira organizacional nos aspectos sociais e econômicos. Permitiu compreender, também, e sobretudo, a conquista em relação à educação escolar indígena, trazendo em seu bojo os avanços, as fragilidades e os desafios que precisam ser superados para alcançar a melhor qualidade do ensino. O estudo, de alguma forma, contribuiu para conhecer os programas educacionais implantados nas escolas indígenas dos javaé e discutir as políticas públicas dessa área, à luz da teoria do etnodesenvolvimento para as comunidades locais.

**PROPONENTE**

Maria Leticia Bonatelli

TÍTULO

Bactérias endofíticas e epifíticas cultivadas e não cultivadas do guaranazeiro e o controle da antracnose

A cultura do guaranazeiro é de grande importância para o Estado da Amazônia, sendo que o seu cultivo visa a explorar as propriedades estimulantes do fruto. Porém, a cultura do guaraná na região amazônica vem sendo afetada por condições fitossanitárias desfavoráveis, como a presença do fungo do gênero *Colletotrichum*, causador da antracnose. Assim, visando a compreender a dinâmica envolvida na interação planta-microrganismos e o possível controle da antracnose, o presente trabalho acessou a comunidade bacteriana associada às folhas com e sem sintomas de antracnose, de forma independente e dependente de cultivo; bem como investigou o potencial biotecnológico e de biocontrole dos isolados bacterianos. A comunidade bacteriana acessada de forma dependente e independente de cultivo apresentou similaridades, como maior valor de riqueza e menor diversidade bacteriana em folhas assintomáticas, e com relação ao filo Proteobacteria, mais abundantemente acessado nas duas comunidades. Houve diferença com relação aos gêneros abundantes mais frequentemente acessados em plantas sintomáticas e assintomáticas, demonstrando o papel que essa doença pode ter em afetar a comunidade bacteriana local. Além disso, as bactérias cultivadas foram testadas com o fitopatógeno *Colletotrichum sp.* em ensaios de antagonismos, sendo que isolados dos gêneros *Bacillus*, *Stenotrophomonas*, *Pantoea*, *Pseudomonas*, entre outros, apresentaram inibição do crescimento do fungo. As bactérias cultivadas demonstraram potencial biotecnológico de produção de enzimas hidrolíticas e sideróforos. Muitos isolados apresentaram produção de protease e sideróforos. Foi possível também correlacionar a produção das enzimas amilase, lipase e poligalacturanase com os isolados provenientes de tecidos sintomáticos. Este levantamento e estudo da diversidade bacteriana do guaranazeiro são inéditos e podem abrir portas para o uso desses microrganismos no controle biológico e biotecnológico para a cultura.

**PROPONENTE**

Mariana Ferreira Reis

TÍTULO

Políticas públicas de cultura,
mobilização comunitária e desenvolvimento local:
o Ponto de Cultura Cabras de Lampião no Sertão do Pajeú (PE)

O objetivo da pesquisa é analisar as ações do Ponto de Cultura na perspectiva do desenvolvimento local. Especificamente, o que se pretende compreender é a contribuição dessa política pública de cultura à mobilização comunitária e se essas ações favorecem a construção do desenvolvimento local. Para responder essas questões à luz dos estudos culturais fizemos um estudo de caso no referido Ponto de Cultura em Serra Talhada (PE), para analisar a apropriação de tal política pública na comunidade e de que forma o mesmo se relaciona com outras comunidades, grupos culturais e parceiros. Como referencial teórico, trazemos principalmente os seguintes autores: Canclini, Martín-Barbero, Tauk Santos, Franco, Toro e Peruzzo.

Na metodologia usada para a pesquisa qualitativa foram empregadas análise documental (como análise do Plano Nacional de Cultura e Plano Pernambuco Nação Cultural, entre outros documentos), análise de conteúdo (a partir de Bardin, 1971) e técnicas combinadas de estudo etnográfico, como observação de campo, além de entrevistas semiestruturadas. Para a análise, a pesquisa escolheu categorias como: aproveitamento das energias endógenas, sustentabilidade econômica, articulação e mobilização das comunidades, parcerias públicas e privadas, redes materiais e virtuais e participação política. O estudo evidenciou, entre outros aspectos, que o que se mostra mais congruente é a articulação regional dos cabras de Lampião com os pontos de cultura dos sertões e, principalmente, entre os pontos de cultura do Sertão do Pajeú, com os quais mantêm mais afinidades, tanto para tratar de assuntos políticos quanto culturais ou econômicos. Assim, desenvolvem uma congruente articulação em redes regionais e parcerias que possibilitam arranjos produtivos locais. Outro achado da pesquisa foi que, embora se articule em redes virtuais, possibilitadas pelas tecnologias da comunicação, são as redes materiais que mais geram vínculos duradouros entre o ponto e a comunidade.

**PROPONENTE**

Marianne Oslay Cortes Alonsos

TÍTULO

Neoliberalismo, terceira via e serviço social: um estudo sobre o
exercício profissional nas organizações não governamentais

Este trabalho objetiva refletir sobre o exercício profissional dos assistentes sociais nas organizações não governamentais no contexto de difusão do neoliberalismo de terceira via. Partindo do pressuposto de que a expansão do chamado terceiro setor,

uma nova modalidade de intervenção na questão social, é uma das expressões da terceira via, tratou-se, aqui, de fazer entrevistas com assistentes sociais de um segmento específico desse vasto e polêmico universo: as instituições que se advogam pertencentes ao campo progressista. Tal escolha se justifica por esse campo, dentro das instituições do chamado terceiro setor, supostamente oferecer maior margem para a materialização do projeto ético-político do serviço social brasileiro, que se caracteriza pelo compromisso com os valores democráticos e progressistas. Dessa forma, optou-se por entrevistar assistentes sociais em exercício profissional nas instituições filiadas à Associação Brasileira de Organizações Não Governamentais (Abong) na cidade do Rio de Janeiro. O intuito da pesquisa de campo era conhecer os limites e as possibilidades da atuação profissional nesse campo. Verificou-se ao longo do estudo que, apesar de essas instituições oferecerem condições subjetivas favoráveis à materialização do atual projeto profissional, no que diz respeito às condições objetivas, a ideologia da terceira via impacta a forma dessas instituições operarem, prejudicando o exercício profissional comprometido com o projeto ético-político. Alguns elementos que se considerou, inicialmente, serem mais favoráveis ao exercício profissional, nessas instituições se revelaram como aspectos problemáticos e podem indicar, mesmo que parcialmente, o que pode estar presente com maior intensidade na realidade das demais instituições do chamado terceiro setor: falta de recursos, condições precárias de trabalho, descon-tinuidade de projetos, focalização, estímulo ao voluntariado, entre outros.

**PROPONENTE**

Marlene Franklin Cordeiro

TÍTULODesafios da educação para o desenvolvimento socioeconômico:
a experiência de Santa Cruz do Capibaribe (PE)

O tema escolhido diz respeito à importância da educação como fator de mudança e mobilidade social, de democratização, de integração e de melhoria da qualidade de vida das pessoas, pois sua ausência é uma das maiores razões de atraso, de desigualdades e de mazelas como país e povo. Entende-se, e procura-se demonstrar, que a educação é um pilar imprescindível no processo de desenvolvimento, construído a partir de uma perspectiva de justiça social. Para isso, o conceito de desenvolvimento vai além da visão estritamente econômica, estando ligado à ideia, que a educação possui, de desenvolvimento humano, social e econômico e das oportunidades geradas pelo país aos cidadãos.

Salientam-se nesta pesquisa as especificidades da aglomeração produtiva em Santa Cruz do Capibaribe e sua capacidade local de impulsionar a sobrevivência, por meio de uma atividade urbana, que promove a concentração espacial, com especialização no setor de confecção, cuja localização aglutina vantagens de externalidades que propiciam condições de competitividade e expansão produtiva àquele município. Isso representa a aplicabilidade das experiências de aprendiza-

gem, que estão integradas no cotidiano tanto pessoal como profissional, acumuladas na vivência que trata das questões locais, relacionadas com o desenvolvimento sustentável. Neste trabalho procura-se mostrar questões como desafios da educação na realidade atual e a qualificação profissional, no sentido da preparação, visando não apenas à mão de obra especializada, mas que se agregue ao conhecimento, à percepção de futuro e de competência, desenvolvendo no ser humano o saber fazer, agir, intervir e decidir, como pressuposto para o exercício pleno da cidadania. Nesse contexto observaram-se quais os níveis de avanços apresentados e os impactos estratégicos nas cidades, para atender às mudanças estruturais da sociedade civil local e globalizada.

**PROPONENTE**

Maycon Noremberg Schubert

TÍTULO

Análise dos custos de transação nas cooperativas de produção de leite no oeste de Santa Catarina

O debate em torno dos mercados desponta como um tema *suis generis* na atual fase de desenvolvimento capitalista. Nessa perspectiva, se inserem a teoria da nova economia institucional e, mais especificamente, a da economia dos custos de transação enquanto ferramentas de análise profícuas para debater e entender os processos de formação, cooperação e competição dos mercados. Partimos de uma interpretação dos seus fenômenos enquanto variáveis passíveis de serem capturadas e discutidas em um modelo calcado na construção de índices, tendo como ferramenta metodológica a escala de diferencial semântico.

Sobre as investigações empíricas, escolhemos o caso Ascooper, no qual as cooperativas de leite vêm mostrando uma organização ímpar de articulação em rede, além de autonomia nos processos de decisão, bem como nas formas de inserção nos mercados, sendo essas diversas e complexas. Percebemos o quanto o comportamento dos atores, as relações de poder e as formas de inserção nos mercados se relacionam com os custos de transação, vindo a impactar nos preços pagos e nas estruturas de mercado dessa cadeia produtiva, dentro do universo empírico investigado. Ainda nesse sentido, captamos uma série de correlações entre as variáveis socioeconômicas e os índices criados, os quais demonstraram, principalmente, que o tempo de associação e a concorrência pela matéria-prima influenciam de forma significativa nos custos de transação.

Chegamos à conclusão de que se, por um lado, os mercados de lácteos estão se especializando, se concentrando em alguns elos e se diversificando em outros, por outro lado, demonstram certa margem de manobra às cooperativas a partir de suas regras locais, mas com forte influência de um ambiente externo de competição e volatilidade financeira, vindo a demandar novas formas de organização, produção, consumo e inserção nos mercados.

**PROPONENTE**

Michel Goulart da Silva

TÍTULOCrescer com o Brasil:
planejamento, modernização e utopia de desenvolvimento em
Santa Catarina (1970-1975)

Discute-se nesta pesquisa histórica o período do chamado milagre brasileiro (geralmente delimitado entre 1969 e 1973) em Santa Catarina, centrando a análise na gestão do governador Colombo Salles e no seu Projeto Catarinense de Desenvolvimento (PCD), executado entre 1971 e 1975. Prioriza-se a elaboração do documento, discutindo a cultura de planejamento que o engendrou, a situação econômica e social pela qual passava o país e a atuação de intelectuais e administradores nesse processo. Assim, são priorizados não os resultados obtidos pela ação dos governos, que podem ser verificados a partir da leitura de uma extensa bibliografia, produzida principalmente sob a ótica da economia, mas os discursos que se relacionavam com essas ações. Pretende-se demonstrar de que forma vozes distintas ou até mesmo divergentes convergiam para a construção de um projeto de desenvolvimento que, naquele contexto, era compartilhado com otimismo por significativa parcela da população.

Esta pesquisa inicia com a análise da experiência brasileira de planejamento ao longo do século XX, discutindo a produção de uma cultura do planejamento tanto na ação estatal como nas representações da população em geral, destacando o período posterior ao golpe de 1964. Nos dois primeiros capítulos discute-se de que forma a experiência de planejamento se desenvolveu em Santa Catarina, analisando os discursos em torno da modernização e do desenvolvimento elaborados por intelectuais catarinenses e pelo governo Colombo Salles. O último capítulo centra-se na análise de documentos produzidos nos ciclos da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (Adesg), procurando traçar os diálogos entre esses documentos e aqueles produzidos pela administração Colombo Salles.

**PROPONENTE**

Michele Amorim Becker

TÍTULOÉtica e comunicação de risco na transposição das
águas do rio São Francisco

O objetivo desta pesquisa é analisar de que forma a comunicação de risco pode contribuir para uma discussão ética sobre o uso da água doce, sobretudo no que concerne à transposição do rio São Francisco. Para tanto, escolhemos três objetivos específicos: sistematizar as informações contidas no Relatório de Impacto Ambiental (Rima) do projeto de transposição; verificar qual o discurso da imprensa

sergipana sobre os riscos e impactos do empreendimento hídrico; e identificar distorções presentes nos discursos analisados. A pesquisa usa o método estruturalista, tendo ainda um caráter descritivo, com análise documental a partir da análise do discurso. O estudo consiste de pesquisa bibliográfica sobre os fundamentos teóricos acerca da relação do homem com a natureza, da problemática ambiental na contemporaneidade, da construção social do risco e da comunicação pautada numa ética do discurso. Na pesquisa documental foram sistematizadas as informações contidas no Rima sobre riscos e impactos socioambientais ligados à transposição. Os discursos jornalísticos foram selecionados a partir dos enunciados, vinculados nos jornais *Correio de Sergipe*, *Jornal da Cidade* e *Cinform* de 2004 a 2007.

Dos resultados obtidos destacam-se: a proximidade desse projeto hídrico com os princípios éticos adotados na pesquisa e a presença de sete formações discursivas que reiteram uma não neutralidade no discurso dos jornais sergipanos sobre a transposição. Diante dos resultados, conclui-se que apesar de os riscos da transposição serem informados, isso não significa afirmar que a comunicação de risco se fez presente adequadamente durante o processo de tomada de decisão. Pois enquanto etapa estratégica na gestão do risco, esse ato comunicativo dialógico prevê dois imperativos éticos – transparência nas informações e participação ampla dos atores envolvidos no processo decisório – que não foram plenamente praticados nem pelo gestor do projeto nem tampouco pela imprensa sergipana.

**PROPONENTE**

Minella Alves Martins

TÍTULO

Estimativa de produtividade das culturas do milho e do sorgo a partir de modelos agrometeorológicos em algumas localidades da região Nordeste do Brasil

A agricultura de sequeiro da Região Nordeste do Brasil é frequentemente castigada pelos efeitos adversos das condições do tempo e clima, em consequência da irregularidade do regime pluviométrico. Para antever o colapso de safras agrícolas, este trabalho objetivou gerar estimativas de produtividade agrícola por meio de balanço hídrico diário, levando em consideração as propriedades físicas do solo e agregando a equação de rendimento agrícola proposta por Doorenbos e Kassam (1979). Foi proposto ainda um ajuste da equação original de Doorenbos e Kassam (1979), inserindo-se um fator deficitário afim de melhor representar as condições hídricas da região. Os municípios para os quais foram geradas as estimativas foram Araripina e Serra Talhada (PE) e Cruz das Almas (BA). Foram usadas produtividades observadas das culturas de milho e sorgo, as quais são amplamente cultivadas na região. Fez-se também uma avaliação dos acumulados anuais de chuva, visando a correlacionar os acumulados acima e abaixo da média climatológica com padrões de variabilidade climática (Enos e Dipolo Atlântico). A partir da análise individual das estimativas por

localidade e por cultura e ainda pela análise conjunta de todas as estimativas geradas foi possível avaliar a eficiência do modelo modificado. Considerando-se as três localidades avaliadas no estudo, dispôs-se de 55 anos de dados de cultivos agrícolas, dos quais 30 anos apresentaram precipitação abaixo da média climatológica e dos quais 80% puderam ser correlacionados com ocorrências de Enos e/ou Dipolo Atlântico. O modelo modificado apresentou uma estimativa de produtividade agrícola melhor do que o modelo original em todas as análises individuais e para a análise conjunta. Ressalta-se que a análise conjunta dos resultados apresentou as melhores estimativas, com índice de exatidão de 89%, o que sugere que o modelo possa também gerar estimativas satisfatórias para toda a Região Nordeste.

**PROPONENTE**

Natália Couto de Oliveira

TÍTULO

Desenvolvimento, sustentabilidade e relações internacionais:
uma análise dos indicadores de desenvolvimento sustentável e
sua aplicação ao caso brasileiro

O principal objetivo deste trabalho acadêmico foi fazer uma análise dos indicadores de desenvolvimento de desenvolvimento sustentável e sua aplicação ao caso brasileiro, expondo suas falhas e seus acertos na condução da política de desenvolvimento sustentável no país. Para tanto, foi feita a análise do histórico das ações multilaterais em torno da questão ambiental, com o objetivo de conceituar historicamente o surgimento da ideia de desenvolvimento sustentável. Foram descritos os conceitos de desenvolvimento e sustentabilidade e como eles se intrincam na formulação do desenvolvimento sustentável, para só então se elaborar a exposição sobre os indicadores de desenvolvimento sustentável. Dentro do trabalho ainda foi verificado o grau em que o redirecionamento à sustentabilidade influencia positivamente a posição do Brasil no sistema internacional.

A metodologia de pesquisa consistiu na revisão bibliográfica sistêmica de fontes nacionais e internacionais, coleta de dados, identificação de autores que tenham relevância para o tema do desenvolvimento sustentável e a localização e filtragem dos artigos que serviram de base para a pesquisa. Como resultado foi comprovada a hipótese da efetividade do uso dos indicadores de desenvolvimento sustentável pela importância que esses instrumentos de avaliação tomaram dentro do Brasil e dos organismos internacionais. A prova é a criação do Indicador de Desenvolvimento Sustentável por parte do governo brasileiro e a diversificação de indicadores ao redor do globo.

A principal conclusão a que se queria chegar era a funcionalidade dos indicadores e, após sua análise, com seus diferentes pontos positivos e negativos, foi possível obter uma visão ampliada do desenvolvimento sustentável como um conceito aberto que necessita internalizar diferentes visões da sociedade e do meio ambiente.

Os diferentes indicadores apresentados mostram um país na direção correta, mas com pouco investimento na sustentabilidade ambiental.

**PROPONENTE**

Natalino Araújo Paiva

TÍTULO

Análise custo-benefício de manejo florestal em Roraima

Este trabalho aborda a análise custo-benefício (ACB) em manejo florestal sustentável (MFS) em Roraima. Para isso, foi preciso embasar o estudo na ciência econômica, com conteúdo transversal sobre a Curva de Kuznets, conceito de bens públicos e as implicações das externalidades no custo ambiental. Assim, indispensável foi inserir na discussão dados, conceitos e o histórico da região em discussão, qual seja a Amazônia (especialmente a roraimense). Por fim, conjugou-se a aplicação da ACB e suas ferramentas (como os métodos de valoração ambiental) com MFS objetivando o desiderato inicial, qual seja a viabilidade ou não de modelos de extração de madeira na Amazônia de Roraima.

O resultado obtido foi que dos três modelos estudados, apenas o modelo MFS apresentou viabilidade econômica e ambiental. Desse modo, o benefício do modelo MFS supera seus custos, o que o torna atrativo para investidores privados e públicos, bem como para financiamento via fundos ambientais nacionais e internacionais ou via financiamento via Banco Mundial e Comunidade Europeia, entre outros agentes de fomento.

**PROPONENTE**

Nilceu Piffer Cardozo

TÍTULO

Modelagem da maturação da cana-de-açúcar em função de variáveis meteorológicas

O efeito das variáveis meteorológicas na maturação da cana-de-açúcar é um processo ainda pouco conhecido, apesar de apresentar inúmeros impactos à qualidade da matéria-prima para a indústria sucroenergética brasileira. Portanto, conhecer e prever os efeitos do clima no processo de maturação é extremamente importante para o planejamento do setor de biocombustíveis. O objetivo do trabalho foi avaliar essa interação e gerar modelos preditivos para esse processo. O experimento foi feito em Piracicaba (SP) e envolveu avaliação de oito cultivares de cana-de-açúcar em 32 amostragens feitas de março a outubro de 2003. Variáveis relacionadas à qualidade de matéria-prima e variáveis meteorológicas foram submetidas à análise estatística descritiva e multivariada, visando a compreender sua interação. A partir dessas correlações foram gerados mo-

delos para previsão do processo de maturação, segundo características das cultivares (precoce, médias e tardias) e avaliados pela análise dos resíduos e pela comparação com dados independentes. Os melhores ajustes foram encontrados com equações exponenciais que consideraram os valores acumulados da precipitação ocorrida nos 120 dias anteriores à colheita. As avaliações dos modelos feitas com dados independentes permitiram verificar que os mesmos são aptos a descrever o processo de maturação da cana-de-açúcar, com excelente desempenho mesmo para regiões com padrões climáticos diferentes. Os modelos podem ser usados para previsão da qualidade da matéria-prima durante a safra, para estimativa dos valores médios de qualidade da matéria-prima em uma nova região, além de ser útil para simulações de início, fim e ritmo de safra, otimizando o retorno financeiro e minimizando os riscos climáticos da cultura.

**PROPONENTE**

Ocimar Jose Baptista Bim

TÍTULOMosaico do Jacupiranga, Vale do Ribeira, São Paulo:
conservação, conflitos e soluções socioambientais

Este trabalho teve por objetivo analisar o processo de criação do Mosaico de Unidades de Conservação do Jacupiranga, no Vale do Ribeira, e seus impactos para a conservação e as comunidades locais envolvidas. A implantação de mosaicos de unidades de conservação no Brasil é recente, está prevista na lei que criou o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC) e configura-se uma importante estratégia de gestão integrada de áreas protegidas. Geralmente, um mosaico é estabelecido junto a um conjunto de áreas preexistentes. No entanto, a experiência vivenciada no antigo Parque Estadual de Jacupiranga (PEJ) contradiz essa lógica por propor a implantação de um mosaico a partir da fragmentação de um parque estadual. Numa análise superficial, tal ação poderia ser interpretada como uma estratégia que compromete todo um sistema de conservação por possibilitar a transformação de uma área protegida, mais restritiva, em outras de categorias menos restritivas. No entanto, se consideradas as características do antigo Parque Estadual de Jacupiranga, como os equívocos da sobreposição em áreas com comunidades residentes, a falta de manejo adequado, os conflitos socioambientais, a falta de recursos financeiros e humanos – características comumente detectadas nas áreas protegidas do Brasil e agravadas no PEJ pela presença de 8 mil habitantes em mais de 30 bairros rurais existentes – constata-se que a criação do mosaico foi, em conjunto com a participação das comunidades envolvidas, a melhor estratégia adotada para mediar conflitos e desenvolver estratégias de conservação. Tanto que a área original de 139.418,3 ha do PEJ se converteu – em decorrência de uma proposta pactuada com as comunidades – em um mosaico de 243.885 ha, contendo três parques estaduais, com área de 154.872,17 ha, quatro reservas de desenvolvimento sustentável, quatro áreas de proteção ambiental e uma reserva extrativista com área de 89.013,61 ha. Como resultado desse processo, houve o aumento em mais de 15 mil ha.

**PROPONENTE**

Pedro Vasconcelos Maia do Amaral

TÍTULO

Diferenciais salariais e mercado potencial: evidências para o Brasil

O Brasil apresentou nas últimas décadas não só momentos de crescimento econômico como também de crise e estagnação. A resposta das regiões brasileiras aos desafios e às oportunidades apresentados não foi de modo algum similar, o que pode ser percebido pela grande desigualdade regional em termos de produção e salários. Nesse sentido, o objetivo deste trabalho é analisar empiricamente a estrutura regional de salários no Brasil, tendo como base o arcabouço teórico da Nova Geografia Econômica (NGE). A análise é baseada nos diferenciais de mercado potencial, que no presente trabalho têm como referência empírica os municípios brasileiros no período 1980-2000. Um avanço desse é o uso de um modelo de dados em painel com componentes do erro espacial e temporalmente correlacionados, modelagem essa que é mais adequada para a estimativa e ainda não havia sido aplicada à realidade brasileira. Os resultados apontam para uma forte relação entre o mercado potencial de determinada localidade e seu nível salarial, indicando que atributos regionais, não apenas os individuais, influenciam os níveis de salários e seus diferenciais entre as regiões. Essa relação indica que políticas de desenvolvimento dos mercados regionais e a desconcentração produtiva podem ter papel fundamental para a redução das disparidades regionais. Os transbordamentos espaciais propiciados pela elevação dos mercados potenciais e pela redução dos custos fazem com que a criação de novas centralidades apareça como importante mecanismo de política pública. Um melhor ordenamento do território nacional e o desenvolvimento de uma rede urbana mais densa e menos desigual favoreceriam os mercados potenciais das regiões mais periféricas, potencializando a apropriação de externalidades pecuniárias e tecnológicas, o que possibilitaria uma elevação no nível dos salários, resultando em um desenvolvimento regional mais equilibrado.

**PROPONENTE**

Rafaela Oliveira Ludolf da Silva

TÍTULO

O mapa da mina: o tesouro e a sociedade

Considerando que os minerais são diretamente influenciados pelas relações sociais, pois são as necessidades sociais que tornam os elementos naturais bens econômicos, buscou-se avaliar o impacto da mineração sob as perspectivas econômica e política, mas especialmente social. Nesse sentido, verifica-se o objetivo geral de analisar os impactos da indústria extrativa mineral que giram em torno dos aspectos

econômicos, sociais, ambientais e institucionais. Para tal, fez-se uso de indicadores de sustentabilidade, bem como se apresentou um panorama histórico da mineração no Brasil e na Bahia, sob a ótica da formação do país, dos aspectos legislativos e da demanda internacional por minérios. Porém, a resolução de uma problemática como essa exigiu como ponto de partida uma perspectiva de análise embasada nos ensinamentos de Karl Marx, nos quais se apresenta a ideia de que todos os estudos sobre a sociedade começam pela referência à população.

Por fim, o estudo apresentou a seguinte conclusão: uma vez que a mineração causará o esgotamento do bem mineral, pode-se, ao menos, se preocupar com os problemas ambientais que sucederão o fechamento da mina. A problemática manifesta-se em torno de uma lógica simples que sugere que não se considere o impacto ambiental como uma externalidade necessária e alheia ao processo de desenvolvimento.

Logo, pode-se afirmar que a inserção da população no contexto do mineral-negócio se revela tanto de modo positivo – na composição do emprego e da renda – como de modo negativo – na saúde e no meio ambiente. Porém, apenas o tempo poderá responder às inquietações sobre o crescimento do mineral-negócio na Bahia, pois uma análise com bases nos dados expostos sugere que o grande capital é quem tem se beneficiado, de modo expressivo, dos bônus que a mineração proporciona, enquanto a população usufrui de um impacto positivo passageiro (o emprego).

**PROPONENTE**

Raimundo Pereira do Amaral Neto

TÍTULOA atividade eólica e o desenvolvimento regional:
perspectivas na formação do polo eólico no Rio Grande do Norte

O objeto do presente estudo envolve a energia eólica e o cenário da formação do polo eólico no Rio Grande do Norte. O objetivo é investigar até onde a implantação do polo eólico potiguar pode representar uma política de desenvolvimento regional com real mudança na estrutura da tradicional base produtiva local. Acerca da interação entre o público e o privado para o desenvolvimento da atividade eólica local, a hipótese é a de que não há articulação entre os setores responsáveis pela atividade eólica do estado. O referencial teórico adotado segue a égide desenvolvimentista e a teoria dos polos de crescimento e a metodologia adotada é uma pesquisa bibliográfica de cunho exploratório e documental, com análise de documentos pertinentes sobre o tema. Como resultado do estudo verificou-se que em virtude da fragilidade da estrutura produtiva potiguar e dos desequilíbrios apresentados pela concentração de capital no Nordeste, a atividade eólica no estado carece de uma maior intervenção estatal no sentido de assegurar uma base de desenvolvimento pautada no estudo e fortalecimento da cadeia produtiva local.

**PROPONENTE**

Raquel Maria Pimentel Oliveira dos Reis

TÍTULODescolonizar e desenvolver:
leituras e olhares a partir de uma perspectiva intercultural

Este estudo perspectiva intercultural está situado na linha de pesquisa Estado, Sociedade e Desenvolvimento no Território do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional da Fundação Regional de Blumenau (Furb). A percepção da complexidade e diversidade cultural presentes nos espaços contemporâneos, aliada à premência de atendimento às diretrizes dos direitos humanos, representa a bússola que orienta este trabalho, cujo objetivo principal é a busca de referenciais que contribuam para processos de desenvolvimento em uma perspectiva intercultural. Transita em um universo de aportes teóricos, discussões e reflexões provocados e respaldados por realidades em opressão e invisibilização, de homens e mulheres marginalizados e ignorados em processos de colonização, historicamente registrados, em territórios latino-americanos. Investiga e discute o valor, o reconhecimento e a preservação da diversidade cultural como compromisso para com as atuais e futuras gerações em realidades de exclusão sociocultural decorrentes dos processos de desenvolvimento de cunho capitalista. A pesquisa qualitativa é efetuada por meio de uma investigação de referencial bibliográfico em uma perspectiva interdisciplinar.

Os resultados apontam para a premência de se pensarem processos de desenvolvimento em uma perspectiva intercultural que reconheça, contemple e integre as diferentes culturas, os diferentes conhecimentos e saberes que permeiam as sociedades contemporâneas. Isso se viabiliza a partir da adoção de outros olhares e leituras que encaminhem ações em alteridade e interação com os interesses e as necessidades de todos os sujeitos e diferentes culturas, atendendo, dessa forma, aos reclames e imperativos dos direitos humanos.

**PROPONENTE**

Renata de Melo Caldas

TÍTULO

Análise da multidimensionalidade da pobreza no Nordeste

Segundo Arbache (2003), mais de 80% da população mundial vivem com renda per capita inferior à brasileira. Esse resultado sugere que a pobreza tratada unicamente como escassez de renda não é uma medida apropriada, uma vez que a privação de outros importantes instrumentos é essencial para tratar dessa questão, que ainda atinge de forma intensa a população brasileira. Uma visão multidimensional da pobreza não orienta apenas para um indicador de pobreza adequado, mas também mostra porque uma medida de pobreza

baseada apenas na renda não serve para a mesma proposta (ANAND e SEN, 1997). Tendo em vista os níveis alarmantes de incidência de pobreza na Região Nordeste do Brasil, é justificável que se busque a redução mais acelerada da pobreza nessas regiões.

O objetivo desta pesquisa é caracterizar a pobreza no Nordeste do Brasil usando-se variáveis de habitação e consumo. Os cálculos foram feitos a partir dos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) para 2009. Foram estimadas sobreposições entre três variáveis de habitação (acesso a energia elétrica, saneamento e água canalizada) e consumo de bens duráveis (geladeira, televisão e fogão). Dentre os principais resultados, destacam-se as regiões Norte e Nordeste como as que apresentam maiores percentuais de domicílios sem acesso aos itens de habitação e consumo. Na dimensão de habitação, o item mais escasso é a água canalizada, seguido pelo esgotamento sanitário e pela energia elétrica, tanto em áreas urbanas quanto nas rurais do Nordeste. Na dimensão de consumo, o item geladeira é o que mais falta nos domicílios brasileiros. No Nordeste rural, 31,83% dos domicílios não possuem geladeira, enquanto no Nordeste urbano apenas 9,85%. Espera-se compreender como essas variáveis estão presentes na caracterização da pobreza nordestina e auxiliar no direcionamento de políticas públicas mais eficientes, de modo que se consiga reduzir os efeitos adversos, principalmente dentro da população rural da região.

**PROPONENTE**

Renata Ribeiro Torquato

TÍTULO

Superando o estigma da seca a partir de estratégias de convivência com o semiárido: o modelo da comunidade de Sussuí, Quixadá (CE)

Esta dissertação tem como objetivo investigar as inúmeras estratégias de convivência com o semiárido tendo como base a história ambiental, a permacultura, os princípios da agroecologia e as práticas da educação ambiental em um processo participativo de troca de saberes. O estudo de caso foi feito na comunidade de Sussuí, no Sertão Central do Ceará, onde se desenvolve o Projeto de Integração Comunitária, com o apoio do Instituto Nordeste Cidadania (Inec) e parceria do Núcleo de Estudos e Práticas Permaculturais do Semiárido (Nepps). A problemática da seca é reavaliada neste estudo a partir de um novo olhar, que busca conviver com as peculiaridades e potencialidades da região.

O problema das secas não começa com a falta de água nem termina com a chegada da estação chuvosa. Não é oriundo simplesmente da perda da produção agrícola por escassez, ausência ou irregularidade de chuvas. Fundamentalmente, a seca tem conotação direta com crises periódicas que afetam a economia agropecuária por inadaptação das lavouras produzidas com as con-

dições de potencialidades e de limitações dos recursos naturais. Além desses, outros fatores podem agravar, como as mudanças climáticas e o manejo inadequado dos recursos naturais, contribuindo para o agravamento significativo das consequências resultantes da seca. A permacultura e a educação ambiental trabalham dentro da perspectiva de convivência com o semiárido, por meio de práticas e manejos alternativos que respeitam o meio ambiente e otimizam o uso dos recursos naturais, além de orientar a população a desenvolver uma nova forma de lidar com as peculiaridades de uma região sujeita à irregularidade de chuvas.

**PROPONENTE**

Renato Lemos dos Santos

TÍTULO

Capim elefante cultivado em solo ácido com aplicação de gesso como alternativa fitoenergética para o polo gesseiro do Araripe (PE)

Neste trabalho objetivou-se avaliar o uso de capim elefante como fonte alternativa de energia e as implicações do uso do gesso mineral na produção de biomassa e na correção do solo. Para isso, foram cultivadas em campo três variedades de capim elefante, cameroon, gramafante e roxo, na presença e ausência de gesso mineral em arranjo fatorial (3x2), com os tratamentos distribuídos casualmente em quatro blocos. O ensaio experimental foi conduzido na Estação Experimental do Instituto Agronômico de Pernambuco em Araripina (PE), em um latossolo amarelo de classe textural franco-arenosa. Na ocasião da colheita, aos 213 dias após o plantio, observou-se que o capim elefante cameroon foi mais exigente em Ca, K e P e o capim gramafante em S. Os capins elefante cameroon e gramafante apresentaram elevadas produções de matéria seca, porém apenas a variedade cameroon teve sua produção potencializada pela aplicação de gesso agrícola mineral, que alcançou 33 Mg ha⁻¹. O capim elefante gramafante pode ser recomendado para ambientes restritivos à disponibilidade de Ca e Mg e fértil em S e, apesar de ter apresentado maior teor de lignina e maior PCS, a maior produção energética por unidade de área foi observada no caso do capim Cameroon. Aos 221 dias após a aplicação do gesso mineral observou-se que os teores de Ca²⁺, S-SO₄²⁻, Al³⁺ e sua saturação no solo não foram influenciados pela aplicação de gesso mineral na camada subsuperficial. Não ocorreu lixiviação de Mg²⁺ e K²⁺ da camada superficial. A aplicação de gesso mineral reduziu o pH do solo na camada subsuperficial. O cultivo da variedade de capim cameroon promoveu aumento do pH do solo, redução do teor e da saturação por Al, credenciando o cultivo dessa variedade como promissor para solos ácidos da Chapada do Araripe, principalmente como fonte alternativa de energia para calcinação de gipsita para uso nos processos industriais do Polo Gesseiro do Araripe.

**PROPONENTE**

Rodolfo Luiz Bezerra Nóbrega

TÍTULO

Aspectos político-institucionais do aproveitamento de água de chuva em áreas rurais do semiárido brasileiro

As deficiências no abastecimento de água nas comunidades rurais do Semiárido Brasileiro (SAB) tornam preeminentes as adaptações organizacionais e estruturais, promovidas por mudanças político-institucionais, para reduzir a vulnerabilidade dessas comunidades. Entre as alternativas tecnológicas para essas adequações se destaca o aproveitamento de água de chuva, hoje incentivado por programas de construção de sistemas de aproveitamento de água de chuva por meio de cisternas, que abrangem todo o SAB. Embora já tenham sido construídas cerca de meio milhão de unidades, algumas ações e políticas públicas dirigidas ao abastecimento de água são executadas de forma desarticulada, mas que, com uma melhor gestão, poderiam ser mais eficientes. Nesse contexto, no presente artigo são analisadas algumas dessas políticas e desses programas e apresentadas as interfaces determinantes para melhor gestão das ações no tocante ao aproveitamento de água de chuva por meio de cisternas no SAB. As conclusões indicam que a ineficiência das ações promovidas é provocada, principalmente, pelo fato de a concepção do uso das cisternas ser destoante entre os vários mecanismos legais e programas que a definem, regulam e usam.

**PROPONENTE**

Rodrigo Amaro da Fonseca e Silva

TÍTULO

Avaliação socioambiental do lago Iripixi (Oriximiná, PA): uma perspectiva integrada para apoiar o planejamento local

Este trabalho buscou criar uma metodologia de avaliação socioambiental integrando os conhecimentos tradicionais e acadêmicos visando ao planejamento local sustentável. Foi feito no lago Iripixi, em Oriximiná (PA), no baixo curso do rio Trombetas. Usaram-se entrevistas e observação participante como instrumentos de obtenção dos dados. A avaliação foi feita em quatro partes: 1) Caracterização socioambiental – inclui o perfil socioeconômico e os dados ambientais (tipo de vegetação e uso do solo), além do levantamento dos principais problemas. Imagens de satélite das últimas quatro décadas foram usadas para o entendimento da ocupação humana na área; 2) Levantamento de ações públicas, atuação do poder público no lago, por meio da prestação dos serviços necessário à qualidade de vida: água, saneamento, saúde, educação, coleta de lixo, lazer e transporte e projetos locais; 3) Levantamento de ações sustentáveis locais visando a melhorias e resolução dos problemas locais; 4) Levantamento de ações acadêmicas. Existem duas comunidades no local, Santa Luzia e Nossa Senhora de Nazaré, com cerca de 80 famílias. A vegetação vem

sendo perdida nas últimas décadas, predominando as capoeiras e áreas agrícolas, com fragmentos florestais primários. Os principais problemas levantados foram relacionados com água, diminuição na abundância dos peixes, saúde, educação, transporte, poluição, violência e desmatamento. As comunidades não são adequadamente assistidas pelos poder público. Os serviços básicos avaliados são precários. Existem atividades locais visando a melhorias, como o projeto Natureza Quer Vida, que desenvolve palestras, limpeza das praias e plantio de mudas. Existem atividades acadêmicas ocorrendo no local, porém com pouco envolvimento das comunidades. Os dados levantados por essa metodologia serão usados para auxiliar no planejamento, visando à sustentabilidade local, assim como na elaboração de um catálogo centralizador das informações locais.

**PROPONENTE**

Rodrigo Barichello

TÍTULO

O uso de biodigestores em pequenas e médias propriedades rurais com ênfase na agregação de valor: um estudo de caso da região noroeste do Rio Grande do Sul

A partir da vigência do Protocolo de Kyoto, houve um interesse renovado pela tecnologia dos biodigestores. Como eles permitem uma redução na emissão de gases do efeito estufa, em relação a outros métodos de tratamento de dejetos, a sua implantação pode permitir a venda de créditos de carbono, resultando em valores monetários. O presente trabalho tem como objetivo analisar o processo de disseminação dessa tecnologia na microrregião de Santa Rosa, situada na mesorregião do Noroeste Riograndense. Estudou-se o perfil das propriedades que possuem esses equipamentos instalados, além de uma análise das possíveis dificuldades encontradas pelos proprietários rurais, no sentido de implantação e uso dessa tecnologia, verificando-se a contribuição dos biodigestores, referente à questão energética e minimização da poluição do meio ambiente nessas áreas. Por meio da revisão da literatura existente e aplicação de questionários, foram levantadas diversas informações acerca da instalação de biodigestores, observando se contribuem como alternativa de agregação de valor às propriedades criadoras e como alternativa viável para a solução dos problemas ambientais envolvidos no processo. O presente estudo revelou que 33,33% dos equipamentos instalados encontram-se desativados. O trabalho também apresenta um caso prático de geração de energia elétrica isolada, usando biogás como combustível em um motor a combustão interna do Ciclo Otto, em conjunto com projeto de MDL, instalado em uma propriedade de médio porte, para criação de suínos. Por meio do estudo da análise de viabilidade econômico-financeira, concluiu-se que a aplicação para a geração de energia elétrica é viável e a eficiência global do sistema é satisfatória. Numa outra visão, apresenta-se um segundo caso prático, na inserção de uma propriedade em um projeto de mecanismo de desenvolvimento limpo (MDL) na suinocultura.

**PROPONENTE**

Rodrigo Fontanari

TÍTULO

O problema do financiamento:
uma análise histórica sobre o crédito no complexo
cafeeiro paulista Casa Branca (1874-1914)

A pesquisa visa a analisar as relações existentes entre as formas de acumulação de capitais na cafeicultura, intimamente vinculadas à atividade creditícia, e a urbanização em um município paulista, Casa Branca, de 1874 a 1914. Pauta-se por recentes pesquisas na área da história econômica que têm por base a dinâmica da economia em sua relação com as demais instâncias humanas, como a cultura e a política, e privilegia o manuseio de fontes documentais ainda pouco sistematizadas, dentre as quais os livros cartoriais, principalmente as dívidas hipotecárias e os penhores agrícolas, que foram sistematizados por meio do programa Microsoft Excel. Objetiva-se verificar a importância do crédito pouco institucionalizado e formalizado nesse momento de consolidação do capitalismo no Brasil, criando o problema do financiamento voltado fundamentalmente para a cafeicultura e subsidiariamente para as suas atividades complementares. Não menos importante, procura-se evidenciar os nexos sociais da oferta e da demanda de crédito. Trabalha-se com a hipótese de que havia a existência de uma certa hierarquia na cadeia creditícia, na qual os grandes cafeicultores (membros da elite paulista) concentravam os maiores volumes do crédito e, por meio de sua atuação nos negócios entrelaçados à venda e ao financiamento do café, subordinavam pequenos cafeicultores e demais tomadores de crédito. Evidencia-se a falta de um programa de crédito governamental voltado para a lavoura, fato que prejudicava os cafeicultores locais nos momentos de baixa do preço dessa commodity ou ocasionados por intempéries climáticas. Todavia, explicitam-se como essas formas de financiamento interferiram no processo de urbanização, pois as elites poderiam centralizar cifras consideráveis de capitais e reinvestirem-nos em grandes cidades, como, por exemplo, São Paulo, ocasionando grande desigualdade regional.

**PROPONENTE**

Rudmeire Maria Ferreira da Silva

TÍTULO

Avaliação do desenvolvimento no município de Porto Velho sob a
perspectiva da sustentabilidade

A proposta da dissertação consistiu em produzir um indicador sintético a partir da ampliação do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M), julgando-se pertinente denominá-lo de Índice de Desenvolvimento Humano Municipal Ampliado (IDH-MA). O índice final resultou da aglutinação de duas novas dimensões,

a ambiental e a institucional, ao IDH-M tradicional, além de acrescentar outros indicadores às dimensões já existentes, finalizando com a adição de 16 novos indicadores, selecionados com base nas propriedades desejáveis de um indicador sintético identificadas na literatura e nas especificidades locais, juntamente com as limitações identificadas na revisão teórica. A complexidade do termo desenvolvimento sustentável e a não consolidação de suas bases produzem diversas interpretações sobre o que se deve mensurar, ponderar e a forma de combinar os dados. Porém, é evidente a preocupação de se considerarem indicadores que contemplem não somente a dimensão econômica ou a social. A aplicação da proposta ao município de Porto Velho expôs a posição de baixo desenvolvimento no que se refere à sustentabilidade. A comparação com o indicador tradicional IDH-M mostra que ao agregar as duas novas dimensões além de novos indicadores, resulta um índice menos otimista, evidenciando-se isso pelo desempenho módico dos indicadores temáticos. Nesses termos, a ideia principal deste estudo, longe de propor a formulação de soluções ou apresentar uma panaceia, procurou fornecer subsídios para políticas públicas e contribuir para a avaliação do desenvolvimento atual do município de Porto Velho, de forma mais abrangente sob a ótica da sustentabilidade. Assim sendo, destaca-se no sentido de aprimorar as discussões em termos de produção de indicadores de desenvolvimento e amplia a visão de que os indicadores podem ser adaptados e aplicados em qualquer esfera, seja nacional, regional, estadual ou municipal, em um contexto mais abrangente.

**PROPONENTE**

Sabrina Ângela França da Silva Cruz

TÍTULODinâmica econômica e precariedade do trabalho:
os trabalhadores do Baixo-Açu

Em meados dos anos 1990, a região noroeste, semiárida, do Estado do Rio Grande do Norte passa a ser denominada pelo Banco do Nordeste (BNB) de Polo de Desenvolvimento Integrado Açu/Mossoró, dividido em duas subzonas, Açu e Mossoró. O estudo desenvolvido pelo presente trabalho está localizado no polo de fruticultura da subzona Açu, o Baixo-Açu, e persegue a questão de investigação do retorno social da ação modernizante para parcela dos trabalhadores rurais que nele ficaram inseridos. Os pressupostos do estudo são que a relação entre modernização/precarização existente na área estudada não pode ser explicada apenas por fatores macrossociais, mas também devem ser consideradas questões microssociais locais, uma vez que a reestruturação agroalimentar assume desenvolvimentos diversos e complexos em nível de escala e em diferentes territórios. Os conceitos usados neste trabalho foram resgatados dos estudos da sociologia rural, sociologia da agricultura e dos alimentos. A parte empírica constou de uma pesquisa em que foram aplicados questionários com 87 traba-

lhadores rurais do Projeto Baixo-Açu, no município de Alto do Rodrigues (RN). Na área de estudo, também foram feitas entrevistas com irrigantes, instituições locais no perímetro e com os próprios trabalhadores da agricultura irrigada, bem como com o sindicato local. Os resultados da pesquisa ratificaram a hipótese do trabalho de que o recurso ao trabalho precário no Projeto Baixo-Açu advém de uma estratégia que consiste em atingir produtos de qualidade com a mais alta rentabilidade, haja vista que a imposição de condições de trabalho precário é estimulada pela disponibilidade de uma mão-de-obra que se encontra em situação de extrema vulnerabilidade social.

**PROPONENTE**

Sandro Pereira Silva

TÍTULOPolíticas públicas e agricultura familiar:
uma abordagem territorial do Pronaf no Médio Jequitinhonha (MG)

Neste trabalho verificaram-se os principais fatores pelos quais a implementação de políticas públicas de desenvolvimento rural com foco na agricultura familiar, em especial o Pronaf, pode auxiliar no processo de desenvolvimento em territórios que apresentam baixa dinamização econômica e quais são os alcances de seus impactos. Estudou-se então o potencial dessas políticas de produzir efeitos diretos e indiretos nas economias dos municípios que compõem esses territórios. Foi escolhido como recorte analítico o Território Médio Jequitinhonha em MG. O estudo foi dividido em duas partes, fora a revisão de literatura sobre os temas enfocados. Na primeira, estudaram-se as principais institucionalidades e formas de interação social a serem consideradas no âmbito da execução do Pronaf no território. Na segunda, por meio do instrumental estatístico de dados em painel, analisaram-se os impactos dos créditos do Pronaf nas principais variáveis econômicas dos municípios do Médio Jequitinhonha. Os resultados mostraram que o Pronaf provoca efeitos econômicos intersetoriais no território, pois embora seja uma política a priori agrícola, gera demandas e fornece insumos tanto para o setor industrial como o de serviços. Verificou-se também um efeito intertemporal dos créditos do Pronaf nos oito agregados macroeconômicos analisados no território. Isso indica a existência de um efeito multiplicador dos créditos nas atividades econômicas no interior dos municípios. Chegou-se à conclusão de que as políticas públicas para o desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar são capazes de trazer impactos positivos para economias de baixa dinamicidade econômica, como é o caso do Território Médio Jequitinhonha, e sua maior eficiência depende da observância das características geográficas, populacionais, institucionais e econômicas do território. Assim, podem ser pensadas enquanto instrumentos para o desenvolvimento territorial sustentável e inclusivo no Brasil.

**PROPONENTE**

Santiago Elías Bustelo Taber

TÍTULODesenvolvimento e políticas industriais:
um estudo comparativo entre a Argentina e o Brasil (2002-2008)

Esta dissertação de mestrado procura analisar comparativamente as políticas de crescimento industrial aplicadas no Brasil e na Argentina no período 2002-2008. Parte-se da constatação de que no início do século XXI é possível observar em vários países da América Latina uma recomposição da capacidade de intervenção do Estado, que se traduziu no retorno de políticas públicas ativas em matéria de desenvolvimento econômico. Dessa forma, o projeto visa a compreender quais foram os principais objetivos das políticas industriais ao longo do período, assim como os instrumentos usados para alcançá-los. A questão principal é tentar compreender as modificações específicas da estrutura institucional do Estado, visando a detectar quais foram os novos instrumentos de política industrial que recuperaram importância nos últimos anos. Apesar das grandes diferenças que distinguem os programas implementados no Brasil e na Argentina, o estudo comparativo entre eles resulta num interessante exercício para compreender as características da intervenção estatal nesta nova etapa histórica.

**PROPONENTE**

Sergio Akira Sato

TÍTULOUm modelo para aumento de produtividade no setor
sucroalcooleiro baseado em gestão do conhecimento

Uma demanda mundial crescente no uso de energia e uma condição favorável do Brasil no *ranking* dos países em desenvolvimento oferecem uma grande competitividade a por possuir um grande cinturão verde cultivável, além de clima e temperaturas adequadas para o desenvolvimento da agricultura. A busca por fontes de energias renováveis coloca o país frente a grandes oportunidades com a produção de cultura que se adaptou facilmente e em larga escala desde o início do descobrimento e que até hoje atravessa fronteiras em índices de produtividade agrícola e agroindustrial, a cana-de-açúcar na produção do bioetanol. Com uma alta demanda tecnológica e preços em queda constante, transforma o baixo investimento no setor em alta rentabilidade com o uso de sistemas de informação e do conhecimento aplicados ao modelo de gestão do conhecimento para o cultivo e o aumento da sacarose para produção do bioetanol em larga escala como ferramenta para a agricultura de precisão e a homogeneização da produtividade por metro quadrado, reduzindo o *gap* Nordeste-Sudeste e equilibrando a rentabilidade socioeconômica regional.

**PROPONENTE**

Sônia Maria Queiroz de Oliveira

TÍTULORepresentações sociais da lei de cotas (Lei 8212/91)
por portadores de necessidades especiais, gestores públicos e
empresários, no território de Governador Valadares

O censo demográfico do Brasil feito pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2000 estimou que em torno de 14,5% da população brasileira (24,5 milhões) seriam portadores de alguma necessidade especial. O Decreto 3.298 (20/12/1999) considera portador de necessidades especiais (PNE) a pessoa que apresenta deficiência física, auditiva, visual, mental ou múltipla. Os PNEs apresentam-se desconectados no que tange aos direitos específicos da seara dos chamados sociais. A Lei 8213/91, objetivando a efetiva concretização da dignidade desses indivíduos, estabelece a obrigatoriedade de contratação dos mesmos por empresas com 100 ou mais empregados em seu quadro de funcionários. Objetivando identificar as representações sociais em torno da Lei 8213/91 em seu artigo 93 e a influência dessas no cumprimento do dever legal no município de Governador Valadares, fez-se uma pesquisa descritiva sob a forma de levantamento envolvendo estudo bibliográfico, documental e de campo, por meio de entrevistas feitas com gestores públicos, empresários e PNEs. Os dados foram analisados sob a perspectiva da teoria das representações sociais (TRS). O universo da pesquisa foi composto por 16 gestores empresariais; 34 portadores de necessidades especiais; dois gestores públicos e dois gestores do Poder Judiciário. Esses, por consentimento livre e esclarecido, participaram contribuindo com respostas as quais buscaram elucidar a problemática a respeito da inserção dos PNEs no mercado de trabalho sob o parâmetro legal do artigo 93 da Lei 8.213/91. Os dados demonstraram que as representações sociais dos atores envolvidos nessa dinâmica influenciam no cumprimento do dever legal no município de Governador Valadares. A defasagem de empresas em número suficiente capaz de absorver a mão de obra dos PNEs residentes no município, a falta de comunicação entre órgãos públicos municipais e a inexistência de uma educação específica que atenda às peculiaridades desse grupo populacional fazem com que exista um grande espaço a percorrer para que se aproxime do ideal de uma sociedade inclusiva

**PROPONENTE**

Suzana Elizabeth Neumann

TÍTULOPlanejamento estratégico: uma investigação da prática nas empresas
do setor metalmeccânico da Serra Gaúcha

Com a crescente globalização de mercados e o aumento gradativo da concorrência, o planejamento estratégico pode propiciar às organizações resultados positivos, tais como rentabilidade, inovação, criação e manutenção de vantagem competitiva.

Porém, esse processo de aplicação formal e complexa demanda tempo e dedicação dos administradores em sua elaboração, implementação, avaliação e controle e ação corretiva. É nessa perspectiva que este trabalho se insere, tendo como objetivo investigar as práticas relativas ao processo de planejamento estratégico nas empresas de pequeno, médio e grande porte do setor metalmeccânico da Serra Gaúcha, considerado o segundo polo do Brasil. Para tal, um instrumento de pesquisa foi aplicado em 361 empresas para identificar como praticam essas quatro etapas do planejamento estratégico à luz da literatura. Assim, usou-se a pesquisa quantitativa, com a análise dos dados por meio da estatística univariada e multivariada para identificar os fatores para os objetivos específicos. A coleta de dados resultou em uma amostra de 244 empresas respondentes, sendo que 150 não aplicam o planejamento estratégico atualmente. Assim, procedeu-se à análise dos dados, sendo que os principais resultados com as 94 empresas que praticam o processo de planejamento estratégico indicam que 96% das empresas estudadas praticam a etapa de elaboração, 79% a de implementação, 76% a de avaliação e controle e 76% a ação corretiva. Porém, as empresas de grande porte praticam em maior grau a etapa de avaliação e controle se comparadas com as de pequeno porte e as empresas com os melhores resultados no faturamento efetuam com maior rigor a etapa de avaliação e controle e a ação corretiva do processo de PE. Além disso, 89% das empresas pesquisadas consideram fundamental o grau de contribuição do planejamento estratégico para os resultados da empresa, independentemente da atuação, do porte ou da quantidade de funcionários.

**PROPONENTE**

Suzana Costa Wrublack

TÍTULO

Caracterização do uso e da ocupação do solo e da qualidade da água com uso das técnicas de geoprocessamento

O presente trabalho teve por objetivo aplicar técnicas ligadas ao geoprocessamento para mapeamento e caracterização do uso e ocupação do solo e da qualidade da água e correlacionar as influências do uso e ocupação do solo sobre a qualidade da água no município de Salto do Lontra (PR). Foram analisados parâmetros físicos, químicos e biológicos de qualidade da água, em dois períodos anuais distintos de precipitação. Com base nos levantamentos de campo, obtiveram-se informações sobre o atual uso do solo. Usaram-se imagens disponibilizadas no site *Google Earth* para mapeamento do uso e ocupação do solo. A determinação das áreas de influência foi obtida pela técnica de polígonos de Thiessen. Os dados resultantes do mapeamento do uso e ocupação do solo e a qualidade da água de irrigação foram submetidos às análises estatísticas pelas técnicas de Análise de Componentes Principais, Análise de Correspondência Destendenciada e Análise de Correspondência Canônica para verificar a relação do uso e ocupação do solo sobre a qualidade da água. A interpretação da imagem do *Google Earth* com o software ArcGIS 9.3 possibilitou a elaboração do mapa de uso e

ocupação do solo nas classes: culturas temporárias; culturas permanentes; área urbana e mata. A técnica dos polígonos de Thiessen permitiu o reconhecimento das áreas de influência sobre cada ponto de captação da água de irrigação e a identificação das classes de uso do solo nos polígonos representativos dos pontos em que houve restrição ao uso da água de irrigação. Os parâmetros que melhor explicaram a variação espacial da qualidade da água foram: nitrato, coliformes termotolerantes, temperatura, CE e bicarbonato. A relação do uso e ocupação do solo e dos parâmetros de qualidade da água pela Análise de Correspondência Canônica permitiu identificar dois eixos de variação significativos, estando positivamente relacionados com as áreas de preservação permanente e de reflorestamento, com influência positiva sobre a turbidez e CE.

**PROPONENTE**

Tiago Lemões da Silva

TÍTULO

Família, rua e afeto:
etnografia dos vínculos familiares, sociais e afetivos de homens e mulheres em situação de rua

Por uma abordagem antropológica, este estudo problematiza as relações mantidas, criadas e atualizadas por homens e mulheres em situação de rua no centro de Pelotas (RS). Para discutir essas relações, a pesquisa estrutura-se a partir de um tríplice enfoque: a continuidade das relações familiares no contexto das ruas; as estratégias de construção e manutenção de vínculos com diferentes personagens no espaço público; e os códigos de sociabilidade que orientam a constituição de vínculos entre os pares em situação de rua. A partir do método etnográfico, a pesquisa localiza as relações familiares como parte de um circuito relacional mais amplo, que engloba a rua e os personagens com os quais interagem nesse meio; discute, igualmente, os mecanismos de construção e perpetuação de vínculos com diferentes segmentos sociais no contexto das ruas, considerando a dinâmica das trocas materiais e simbólicas travadas nessas relações; e, por fim, analisa os códigos de sociabilidade que estruturam a formação de grupos em situação de rua e preparam o terreno para a constituição de vínculos difusos e duradouros entre os envolvidos.

**PROPONENTE**

Túlio Pires de Carvalho

TÍTULO

O estado e o desenvolvimento de empresas nascentes
na região de Ribeirão Preto (SP)

Os desafios da era do conhecimento e as transformações multissetoriais advindas do período pós-crise econômica global apontam para a descentralização

do capital socioprodutivo. Nessa perspectiva, a agilidade e adaptabilidade da ação empreendedora, seja nas empresas nascentes ou em núcleos de inovação específicos das empresas, vinculados a centros de pesquisa, passam a envolver e motivar a geração e expansão de projetos e programas. Esta pesquisa qualitativa apresentou como objetivo compreender o papel da Finep (Agência de Inovação Brasileira) na promoção do desenvolvimento regional e no aumento da competitividade das empresas nascentes. Os dados do estudo foram coletados junto a cinco empresas nascentes do setor de biotecnologia e saúde humana, subvencionadas economicamente, por meio do programa Prime (Primeira Empresa Inovadora). Durante a extensão do programa, entre 2008 e 2010, as empresas foram coordenadas pela agência de fomento Fipase (Fundação Instituto Polo Avançado da Saúde). A influência direta do programa pôde ser verificada por meio do impacto na gestão administrativa dessas empresas, potencializando os incrementos de ciência, tecnologia e inovação, típicos dos sistemas locais de inovação. Com base nisso, emerge a necessidade de indução e fomento nessas empresas nascentes, uma vez imbricadas para a construção de ativos tangíveis, por meio de seus produtos, processos e serviços.

**PROPONENTE**

Vanuza Ribeiro de Lima

TÍTULODesenvolvimento local em Camapuã:
monções, território, história e identidade

A Rota das Monções, fase importante da entrada brasileira no território americano, ocorreu entre os séculos XVIII e XIX. Nesse período os monçoeiros percorriam 3.500 quilômetros por água e na metade desse trajeto atravessavam por terra 13 quilômetros no Varadouro de Camapuã, para chegar às minas de ouro de Mato Grosso. Os irmãos Leme da Silva fizeram do lugar um entreposto de abastecimento aos monçoeiros, com a produção de gêneros agrícolas e alguns animais para abate. O objetivo dessa dissertação consiste em analisar o varadouro de Camapuã no contexto das monções, a partir de levantamento histórico do período e reconhecer se existem elementos de desenvolvimento local. Os objetivos específicos são: fazer o levantamento histórico da rota das monções no município de Camapuã a partir da historiografia existente; enfatizar, dentro da tradição oral, os elementos culturais que correspondentes ao movimento monçoeiro; destacar a identidade local, o território e o desenvolvimento local em Camapuã.

**PROPONENTE**

Veronica Garcia Donoso

TÍTULO

A paisagem e os sistemas de espaços livres na urbanização contemporânea do interior paulista: estudo de caso da área entre São Carlos, Araraquara e Ribeirão Preto

O trabalho tem como objetivo contribuir para a compreensão da expansão urbana e do papel do sistema de espaços livres, a partir de um recorte regional do interior paulista, que compreende os municípios de São Carlos, Ibaté, Araraquara, Gavião Peixoto, Américo Brasiliense, Santa Lúcia, Rincão, Guataparará, Luiz Antônio, Cravinhos, São Simão, Ribeirão Preto, Pradópolis, Dumont, Barrinha e Sertãozinho. Esta dissertação de mestrado se integrou ao Projeto Temático Sistema de Espaços Livres e a Constituição da Esfera Pública Contemporânea no Brasil, do Laboratório da Paisagem Quapá, cuja coordenação nacional se encontra na Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade de São Paulo. Este trabalho pretendeu ampliar o estudo do desenvolvimento territorial, analisando a relação entre o urbano e o suporte biofísico, por meio de uma análise regional. Objetivou-se também compreender as dinâmicas urbanas contemporâneas, principalmente em relação à expansão das áreas urbanas e os seus impactos na configuração dos territórios regionais. A metodologia da pesquisa estruturou-se a partir de dois vetores básicos de investigação, que são: o aprofundamento teórico conceitual de aspectos relativos à temática da paisagem e meio ambiente, principalmente em relação aos espaços livres; e a expansão dessa reflexão por meio dos estudos de caso definidos. Assim, diagnosticaram-se as interações entre os elementos do sistema de espaços livres que extrapolam a divisão territorial política, ampliando a escala de análise e colocando a importância do estudo dos espaços livres como elemento integrante das políticas urbanas para o planejamento e a gestão do espaço contemporâneo. Dessa maneira, foi possível compreender a dinâmica urbana e econômica atual e as principais ações e gestões municipais para o planejamento da paisagem, de maneira a compreender a importância dos espaços livres desde a escala regional aos lugares do cotidiano.

**PROPONENTE**

Vinícius Gonçalves Vidigal

TÍTULO

Crescimento econômico, desigualdades de renda e políticas sociais no Brasil

A literatura econômica não apresenta um consenso sobre a relação entre crescimento econômico e desigualdade de renda. Diversos estudos internacionais e, também, a recente queda da desigualdade no Brasil em anos de crescimento apontam

para uma relação negativa entre desigualdade e crescimento. Portanto, justifica-se conhecer a associação existente entre desigualdade de renda e crescimento econômico. Destarte, o presente estudo teve por objetivo analisar os efeitos da desigualdade de renda e das políticas sociais sobre o crescimento econômico dos estados brasileiros de 1996 a 2006. Especificamente, buscou-se: verificar qual a relação existente entre desigualdade de renda e crescimento econômico no Brasil; avaliar os impactos exercidos pelas políticas públicas de assistência social sobre o crescimento; e examinar a influência das mudanças de governo nas respostas do crescimento em relação a variações nas políticas sociais. O referencial teórico consistiu no modelo de Solow na sua versão aumentada, formulada por *Mankiw et al.* (1992). Usou-se como instrumental metodológico a econometria de dados em painel, de modo a se obterem estimativas da influência da desigualdade e das políticas sociais sobre o crescimento. Os principais resultados demonstraram que, no referido período, a desigualdade na distribuição de renda, medida pelo índice de *Gini* e pela participação dos 40% mais pobres da população na renda, influenciou negativamente o crescimento econômico dos estados brasileiros, ou seja, maiores níveis de desigualdade produziram menor crescimento. Em adição, observou-se que os gastos públicos com assistência social exerceram efeitos positivos sobre o crescimento no segundo governo FHC (1999-2002) e no primeiro governo Lula (2003-2006). Verifica-se, a partir disso, a importância de políticas sociais que visem à redução da desigualdade como meio de proporcionar maior crescimento econômico e, principalmente, melhores condições de vida à população brasileira.



PROPONENTE

Wedson Bruno Cordeiro de Sá

TÍTULO

APL no setor de turismo:

uma análise do Circuito Turístico das Pedras Preciosas (MG)

As políticas públicas de turismo no Brasil apresentaram diferentes abordagens ao longo dos anos. O Programa Nacional de Municipalização do Turismo e o consequente Plano Nacional do Turismo, implementados a partir de 1994, tiveram, dentre as suas intenções, o propósito de constituir a interação de arranjos produtivos locais para fins de inovação e diversificação dos produtos turísticos ofertados no território nacional. Em Minas Gerais, as atuais regiões turísticas receberam a nomenclatura de circuitos turísticos. Este trabalho teve como finalidade analisar a região mineira conhecida como Circuito Turístico das Pedras Preciosas, identificando o seu atual estágio de desenvolvimento, a partir da percepção de seu arranjo produtivo local de turismo. A análise, feita de forma descritiva, partiu de um estudo exploratório feito anteriormente, que contou com a leitura e interpretação de dados secundários e com a aplicação do modelo de Tipologia de Arranjo Produtivo Local de Turismo, documento disponibilizado pelo Ministério do Turismo. Foram

pesquisados dados sociodemográficos gerados por órgãos oficiais do governo; inventários da oferta turística dos municípios do circuito, bem como o Plano de Desenvolvimento Estratégico do Turismo 2011-2014 desse destino. Foram feitas também consultas diretas aos secretários e diretores que respondem pela pastas de turismo e conselheiros municipais de turismo das localidades pesquisadas, além de algumas observações in loco. O resultado alcançado permitiu identificar que a região do circuito encontra-se no terceiro grau de desenvolvimento das atividades produtivas e de qualidade das instituições e dos relacionamentos. A constatação final revelou que a falta de articulação e envolvimento entre os agentes do território foi apontada como o principal fator limitantes para a evolução da atividade turística local.

**PROPONENTE**

Yuri Cesar de Lima e Silva

TÍTULO

Políticas recentes para arranjos produtivos locais:
um olhar sob a “lente” dos organismos responsáveis pelo apoio
no Estado do Rio Grande do Norte

O trabalho pretende analisar a atual estrutura de apoio disposta aos arranjos produtivos locais (APLs) no Estado do Rio Grande do Norte. Com esse intuito, faz-se um estudo das principais teorias que tratam das aglomerações territoriais: passando desde o conceito pioneiro de distrito industrial marshalliano até conceitos neoschumpeterianos mais recentes provindo dos sistemas de inovação. De maneira complementar, faz-se um estudo dos principais motivos que trouxeram as atividades produtivas aglomeradas a uma posição central no debate econômico e na formação de políticas públicas, procurando compreender qual a relação desse fenômeno com as diferentes abordagens das políticas de desenvolvimento regional compreendidas nos últimos anos. Por fim, pretendeu-se compreender de que forma os órgãos responsáveis pelo apoio aos APLs no Estado do Rio Grande do Norte atuam na seleção e no apoio a esses arranjos, analisando quais as principais políticas implementadas e procurando compreender quais são os principais instrumentos usados no apoio a esses APLs no estado. O estudo demonstra que a realidade de apoio dos APLs no Estado do Rio Grande do Norte pode estar apenas iniciando seu caminho evolutivo em uma direção ainda não definida. Esse fato impossibilita que se possa afirmar que a política adotada pelo estado pertence a essa ou a aquela geração de política de desenvolvimento regional. Na realidade, da forma com que as instituições tratam o apoio a APLs no estado, não se pode afirmar nem mesmo que exista uma política de desenvolvimento. O que existe é um conjunto de ações, muitas vezes de forma isolada, sem uma coordenação central, o que demonstra o longo caminho a ser percorrido por essas instituições para que o apoio possa vir a ser efetivo.

CATEGORIA 2**Práticas Exitosas de Produção e Gestão Institucional****PROPONENTE**

Adélia Aparecida de Resende

TÍTULO

A execução da política habitacional para baixa renda pela Cohab-MG: o êxito alcançado pela parceria entre as três esferas governamentais na implementação do Programa Lares Habitação Popular (PLHP)

A Companhia de Habitação do Estado de Minas Gerais (Cohab-MG) já produziu, desde sua criação em 1965, quase 130 mil unidades habitacionais para baixa renda em todo o estado, atendendo diretamente a 520 mil cidadãos. Em meados de 2005 tornou-se responsável pela execução do Programa Lares Habitação Popular (PLHP), cujo objetivo central é o de reduzir o déficit habitacional e as desigualdades sociais na faixa populacional com renda de até três salários mínimos. Priorizando a execução nos centros urbanos, direcionou-se para os municípios com população inferior a 50 mil habitantes (92% do total) e passou a possibilitar à população interiorana o vínculo local com inibição do êxodo para os grandes centros e a promover o desenvolvimento regional devido ao impulso no setor produtivo. Para a viabilização do programa foi necessária a união das três esferas de governo, a integração entre as políticas públicas e a sustentabilidade do mesmo. A obtenção de recursos ficou a cargo dos governos estadual e federal, com parcelas financiadas/subsidiadas, e da esfera municipal, o terreno/infraestrutura. A sustentabilidade familiar se dá por meio de uma parcela doada na forma de subsídio e financiamento da outra a baixos juros e longo prazo. Para o governo, o programa se torna sustentável na medida em que os recursos aplicados nos financiamentos retornam ao Fundo de Habitação, recapitalizando-o. O volume total de recursos aplicados de 2005 a 2011 foi de R\$ 770.580.188,82. Dos 853 municípios mineiros, 378 foram atendidos com 31.245 casas distribuídas em 601 empreendimentos. Nos municípios de maior atuação o déficit já foi reduzido em 13,50%. Os resultados positivos obtidos têm possibilitado à Cohab-MG reproduzir as execuções em todas as regiões, diminuindo as desigualdades e melhorando a qualidade de vida dos cidadãos, fazendo desse programa um modelo a ser replicado em todas as regiões do país, que, tal qual em Minas, possui regiões com grandes diferenças socioeconômicas.

**PROPONENTE**

Adla Marques

TÍTULO

Índice de Desempenho do Sistema Único de Saúde (Idsus)

Na gestão da saúde, área que vem ganhando potência política, a consolidação de índices sociais deve estar ligada à garantia e à incorporação: (i) do planejamento como ferramenta de gestão; (ii) da necessidade de avaliação e monitoramento constantes; (iii) do aprimoramento do controle social; e (iv) da incorporação de modalidades de tecnologia da informação que possibilitem a transparência pública e a rapidez no fluxo de informações. Nesse cenário, se faz necessária uma avaliação do Sistema Único de Saúde (SUS) que, pactuada entre gestores municipais, estaduais e federais, possibilitasse uma aferição contextualizada do desempenho do sistema, quanto ao acesso e à efetividade, nos municípios, estados, nas regiões e na União. Por isso, o Departamento de Monitoramento e Avaliação do Ministério da Saúde desenvolveu o Índice de Desempenho do SUS (Idsus), com o objetivo de: (i) avaliar o desempenho do SUS nos municípios, regionais de saúde, estados, regiões e no país; (ii) avaliar o acesso e a efetividade nos diferentes níveis de atenção: básica, especializada ambulatorial e hospitalar e urgências e emergências; e (iii) expressar essa avaliação a partir da análise de indicadores simples e compostos. Para compor o Idsus foram adotados 24 indicadores (14 de acesso e 10 de qualidade) e usadas metodologias estatísticas: (i) Padronização Indireta por Faixa Etária e Sexo; (ii) Bayes Empírico; (iii) Análise de Componentes Principais; e (iv) Análise de Cluster K-means. Os resultados (disponíveis para acesso no site www.saude.gov.br/idsus) são apresentados, em notas de 0 a 10, por esfera de gestão (município, estado e União) e por região, microrregião e regional de saúde.

**PROPONENTE**

Almira Alves dos Santos

TÍTULO

Brinquedos educativos para a prevenção de enteroparasitoses

Um brinquedo educativo foi estruturado para motivar crianças à lavagem das mãos antes das refeições e após o uso do banheiro, objetivando a prevenção de infestação por parasitos. Para avaliar a eficácia desse recurso educativo como estratégia de ensino-aprendizagem, estruturou-se uma pesquisa na qual foi avaliada a mudanças de hábitos nos estudantes no tocante à lavagem das mãos. Pesquisa explicativa, baseando-se na avaliação de habilidades, usando-se o modelo OSCE (Objective Structured Clinical Examination), que possui como princípios básicos a observação do desempenho do educando em tarefas específicas. O OSCE foi estruturado com duas estações com dois cenários, um

reproduzindo um banheiro e outro uma cozinha. O recurso educativo usado na pesquisa constou de um boneco que usava uma mochila nas costas com um livreto contendo informações de como e quando lavar as mãos. Dos sujeitos que participaram da pesquisa 12,90% lavaram as mãos antes da refeição antes da aplicação do instrumento educativo e 93,55 % após a aplicação do instrumento educativo, 9,68% lavaram as mãos após usarem o banheiro antes da aplicação do instrumento e 85,48% após a aplicação. Conclui-se, portanto, que o uso do boneco educativo foi eficaz para aquisição de novos hábitos relativos à higiene das mãos antes das refeições e após o uso do banheiro. Dessa forma é possível a aplicação de um recurso educativo de baixo custo e fácil aplicação para promover uma melhoria da saúde e qualidade de vida de populações carentes no Nordeste.

**PROPONENTE**

Amanda Gomes Magalhães

TÍTULO

Controle do orçamento social público:
uma experiência inovadora por meio da extensão

O orçamento público é uma ferramenta que permite ao Estado exercer funções na economia, que são: alocativa – alocação de recursos; de distribuição – distribuição de renda e estabilizadora, que tem como objetivo manter a estabilidade econômica. O Estado, por meio de seus administradores, muitas vezes no exercício do poder de tributar e gastar os recursos para atender às necessidades públicas, não o faz da maneira mais eficiente. Nesse contexto é que as atividades do projeto de extensão A Universidade de Olho no Orçamento – especificamente o curso de fiscal comunitário do orçamento – capacitam o cidadão comum a acompanhar as funções do Estado, ao verificar se o que foi planejado está de acordo com está sendo executado. O cidadão exerce o controle social físico do orçamento, auxilia o Estado a desempenhar suas funções, colaborando para que as políticas públicas sejam mais eficazes, exercendo assim, de forma plena, a cidadania.

O presente trabalho expõe um estudo de caso desenvolvido em uma região administrativa do Distrito Federal – RA X (Guará) – fruto do curso de fiscal comunitário do orçamento. Após a auditoria feita pelos alunos do projeto, havia a percepção de que os gestores públicos responsáveis pelos serviços dispensavam mais atenção aos mesmos. A metodologia usada neste trabalho é um estudo de caso com observação participante. Para Cruz Neto (1994), a técnica da observação participante é feita por meio de contato direto com o fenômeno investigado para obter informações sobre a realidade dos atores sociais em seus próprios contextos. Nesse sentido, é possível dialogarmos diretamente essa técnica de estudo com as conclusões apresentadas posteriormente neste artigo.

**PROPONENTE**

Ana Cristina Nascimento de Barros

TÍTULO

Produção artesanal de redes de dormir da Comunidade Mocotó, município de Várzea Alegre (CE)

O objetivo deste trabalho é apresentar o impacto da organização da Comunidade Mocotó, no município de Várzea Alegre (CE), capaz de gerar ocupação e renda para as famílias considerando a vocação local para produção de redes de dormir. Foram usados dados primários, por meio de pesquisa de campo e entrevistas, e dados secundários. O projeto de rede comunitária atende a cerca de 50 famílias diretamente, além de beneficiar as comunidades do entorno, atingindo mais de 500 pessoas indiretamente. A produção média mensal da fábrica de redes é de 120 unidades, proporcionando uma renda mensal que varia entre um e dois salários mínimos para cada associada. O aspecto principal é o nível de organização da Comunidade Mocotó, tornando-a referência para outras comunidades com seu exemplo no gerenciamento de projetos. Além do projeto de beneficiamento da produção de rede, a mesma foi contemplada também com projetos de eletrificação, abastecimento de água e aquisição de um trator com implementos agrícolas. Hoje a comunidade, devido a uma forte liderança, também está fortalecida e não se registra no local o êxodo rural, tendo infraestrutura para trabalho e renda, importantes para o seu potencial socioeconômico.

**PROPONENTE**

Angelo Giuseppe Povoleri Fuchsa

TÍTULO

O BNDES no apoio ao desenvolvimento territorial por meio da inclusão socioprodutiva de populações menos assistidas em estados do Nordeste

O objeto desse trabalho é relatar a ação feita pelo BNDES na formação de parcerias com estados da região Nordeste para apoiar empreendimentos produtivos de baixa renda, admitidos por meio de editais de seleção de projetos, em ação que visa a contribuir para a redução de desigualdades regionais pela geração de trabalho e renda, para o desenvolvimento territorial e para o adensamento de atividades produtivas e inovativas locais. A metodologia empregada inclui: o fomento junto às secretarias de Estado; a apresentação da iniciativa para colaboradores locais; a formação do Comitê Gestor e da Comissão de Seleção dos Projetos; o lançamento e a divulgação do edital; a seleção de projetos; os investimentos com recursos não reembolsáveis do BNDES e do estado; o acompanhamento dos projetos e a avaliação externa dos impactos sociais, entre outras ações.

Resultados: 1) estados com editais lançados: Ceará (I e II), Piauí, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe, Alagoas e Maranhão; 2) Valor dos investimentos: R\$ 112,3 milhões; 3) Participação do BNDES: R\$ 52,5 milhões; 4) Número de empreendimentos apoiados: 309; 5) Média cooperados-associados/empreendimento: 50; 6) Número de municípios com projetos apoiados: 241; 7) Estados com interesse na ação: PE, PR, SC e RS

Conclusão: participar do Prêmio Celso Furtado permite ao BNDES apresentar uma iniciativa que concorre para o alcance dos objetos da PNDR, como a redução das desigualdades de nível de vida e nas oportunidades de desenvolvimento entre regiões do país, e prioriza o imenso potencial de desenvolvimento contido na diversidade econômica, social, cultural e ambiental de uma região prioritária para políticas inclusivas no Brasil. A ação do BNDES, como orienta a PNDR, promove a articulação de políticas e a convergência de ações entre órgãos dos governos estadual e federal, voltadas para região e sub-região prioritária, como Gr4, concentradas na região NE, que combinam situações de pobreza e debilidade na base econômica regional.



PROPONENTE

Armando José Vieira Filho

TÍTULO

Estudo projeto piloto sobre a formação de consórcios para o fortalecimento dos municípios e promoção do desenvolvimento local

O objetivo do trabalho consistiu em aumentar a capacidade de gestão urbana e de desenvolver a competência institucional local para administrar o território de forma eficiente. Previu-se o fortalecimento institucional municipal para facilitar a execução de investimentos em áreas de gestão do território e na solução de problemas comuns aos municípios. Como exemplo, a recuperação de áreas degradadas ou serviços urbanos. Por meio do Projeto Brasil Municípios do Ministério do Planejamento, da Secretaria de Assuntos Estratégicos e apoio do instituto Ipam, foi criado um consórcio público entre os municípios de Altamira, Anapu, Brasil Novo e José Porfírio.

Metodologia: oficinas de trabalho com consultores contratados pela SAE-PR para a prospecção dos entraves existentes na formação do consórcio, além de decidir o melhor modelo para o arranjo associativo na região. Palestras de sensibilização para nivelar o conhecimento teórico sobre consórcio. Palestras rotativas entre prefeitos e secretários feitas em 2010 com o objetivo de definir a normatização do novo consórcio e discussão das vantagens e responsabilidades legais de cada município. Aplicação de questionários para coletar informações afim de suprir gargalos. Solicitação dos documentos jurídico-institucionais para verificação de compatibilidade regimental e a Lei de Consórcio. Elaboração das minutas necessárias à constituição do consórcio.

Resultados: (1) criação do Consórcio Intermunicipal de Desenvolvimento Sustentável da Transamazônica e Xingu; (2) Fortalecimento e capacitação dos ges-

tores municipais sobre gestão pública, matéria jurídica de consórcios, legislações e matéria de sustentabilidade; (3) Aplicação de práticas de políticas públicas em redução de emissão carbono e estudo de viabilidades produtivas e sustentáveis nos municípios.

Conclusão: a prática do consórcio público é matéria jurídica ainda complexa para municípios e as políticas públicas de gestão são essenciais para o desenvolvimento regional.

**PROPONENTE**

Bem Hur Avelino Pereira

TÍTULO

Programa Escola de Conselhos

A história do Programa Escola de Conselhos (PREAE/UFMS) começa em 1997 com o projeto de extensão Centro de Estudos, Formação e Informação em Políticas Públicas voltado para o atendimento e defesa dos direitos da criança e do adolescente. Nesse momento, o projeto englobava três finalidades: Escola de Conselhos, Banco de Dados e Centro de Documentação. O Centro surgiu com o objetivo de integrar as ações de extensão desenvolvidas pela UFMS no campo dos direitos humanos e sociais, em especial as ações voltadas para o aprimoramento de políticas públicas para as áreas da criança e do adolescente, dentre elas o direito à inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral. Várias atividades foram feitas visando ao aperfeiçoamento e à qualificação da participação da sociedade na definição e no controle das políticas públicas de atendimento e defesa dos direitos humanos e da cidadania, em especial dos atores que compõem a rede de defesa dos direitos infanto-juvenis. Em função da grande demanda de atividades tendo como pano de fundo os direitos humanos, a partir de abril de 2005 o projeto é transformado em programa de extensão universitária. Além de uma série de atividades voltadas para o apoio e a assessoria técnica aos órgãos e instituições que atuam na área, a Escola de Conselhos tem se ocupado da formação teórico-prática das pessoas que compõem colegiados da área da infância, com vistas a uma atuação consequente quando de seus envolvimento nos processos de elaboração, acompanhamento e controle das políticas públicas. Com isso busca oferecer instrumentos para a evolução do processo de mobilização e articulação sociopolítica nos territórios. O Programa Escola de Conselhos, como uma iniciativa pioneira no Brasil, foi considerado pela Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Criança e do Adolescente um modelo técnico e metodológico a ser disseminado para demais unidades federadas, sendo incluído no PAC Criança e hoje implantado em 17 estados brasileiros.

**PROPONENTE**

Carlos Reisser Júnior

TÍTULO

Atlas Climático da Região Sul do Brasil

O Atlas Climático da Região Sul é um trabalho que preenche uma lacuna existente, com a caracterização climática dos três estados da região Sul do Brasil, em um só plano de informação feito em sistemas de informações geográficas com planos digitais, contando com 566 estações pluviométricas georreferenciadas e com 125 estações meteorológicas completas. Seu objetivo foi representar espacialmente as médias e normais das diversas variáveis climáticas nas escalas temporais compatíveis com as atividades agrícolas (mensais, estacionais e anuais), por meio dos cálculos dos dados climáticos disponíveis em diferentes bancos de dados: da Embrapa Clima Temperado e Trigo e das organizações estaduais de pesquisa agropecuária da Região Sul do Brasil, entre as quais o Instituto Agrônomico do Paraná, a Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária e a Empresa Estadual de Extensão Rural de Santa Catarina. Conta ainda com dados de órgãos federais como o 8º Distrito de Meteorologia do Instituto Nacional de Meteorologia, da Universidade Federal de Pelotas e da Agência Nacional de Águas. Foram usados, também, dados climáticos do Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria do Uruguai, disponíveis na Internet.

O conhecimento da distribuição espacial das principais variáveis climáticas é de considerável relevância para os mais variados fins, tais como o planejamento das atividades relacionadas à agricultura e pecuária, bem como no auxílio à preservação do ambiente, pois permite a avaliação das disponibilidades climáticas da região estudada. O trabalho apresenta 237 mapas, 14 tabelas e oito quadros, apresentando a espacialização das variáveis, a base de dados originais e os coeficientes usados na metodologia. Espera-se que este trabalho atenda à região com informações climáticas que auxiliem nas políticas públicas voltadas para a área agrícola, além de empresas rurais, pequenos, médios ou grandes empreendedores agrícolas e empresas de extensão rural, colaborando, assim, para a evolução sustentável.

**PROPONENTE**

Carlos José Alves Celes

TÍTULO

A experiência do Projeto Gente de Valor

O Projeto Gente de Valor, vinculado à Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional (CAR), tem como objetivo geral melhorar as condições sociais e econômicas das comunidades rurais pobres, por meio de um desenvolvimento social e econômico ambientalmente sustentável com equidade de gênero. A metodo-

logia do projeto está enquadrada e em consonância com as políticas e prioridades do governo do estado para a redução da pobreza e o desenvolvimento regional e rural sustentável da Bahia. Operacionalmente o projeto baseia-se na participação dos beneficiários, por meio de suas organizações, em todas as etapas, desde o planejamento até a sua implementação e gestão.

O Projeto Gente de Valor já atingiu metas significativas. No que se refere à segurança alimentar e hídrica, superou os números previstos em seu desenho inicial, com 4.879 cisternas de produção construídas, garantiu a manutenção de 4.830 quintais produtivos para produção de alimentos mais saudáveis para consumo e venda do excedente e construiu 7.162 cisternas domiciliares, assegurando água de qualidade para as famílias beneficiadas. Durante a execução do projeto, decisões de natureza estratégica dos governos federal e estadual, no que se refere à concentração da aplicação dos recursos em políticas e programas voltados para o combate a pobreza e a miséria, prioritariamente de inclusão produtiva, facilitaram os ajustes requeridos e permitiram consolidar o processo de focalização das ações nos subterritórios (agrupamentos de comunidades a partir de semelhanças socioculturais, produtivas e ambientais), que integram as cadeias produtivas identificadas nas regiões com potencialidade para o desenvolvimento, tanto na forma de apoio na produção primária, no beneficiamento, quanto na venda, em regiões do sudoeste e nordeste da Bahia.

**PROPONENTE**

Christian Weiss

TÍTULO

Moinho de vento para o progresso rural

O moinho de vento para extração de água é usado no mundo há muitos anos. No Brasil, devido ao pouco conhecimento nesse assunto, foi criada uma barreira cultural por parte do produtor rural, que acaba limitando bastante o uso dessa tecnologia. Com o objetivo de mudar esse cenário representamos um moinho inovador, único no país, que veio há 12 anos para revolucionar o mercado e tentar mudar essa cultura. Estamos trabalhando incansavelmente para fazer chegar essa tecnologia aos produtores rurais para que eles descubram os benefícios de trabalhar com um sistema ecologicamente correto, de energia limpa e renovável, baixa manutenção, automatizado e seguro.

Objetivos do trabalho: fazer chegar água de forma ecologicamente correta e com energia limpa (vento) às famílias do acampamento.

Metodologia empregada: colocamos de forma centralizada um moinho de vento que enchia uma caixa de água em forma de taça, de onde distribuía para todas as famílias, fazendo assim chegar água a todos os lugares.

**PROPONENTE**

Cicero Jayme Bley Junior

TÍTULO

Condomínio de agroenergia para a agricultura familiar do rio Ajuricaba

O Condomínio de Agroenergia para a Agricultura Familiar, desenvolvido pela Assessoria de Energias Renováveis da Itaipu, demonstra ser viável aliar a preservação do meio ambiente à produtividade e geração de renda, por meio de tecnologias acessíveis a pequenos produtores reunidos em um condomínio de energia localizado na microbacia do rio Ajuricaba, em Marechal Cândido Rondon (Oeste do Paraná). Um dos objetivos é transformar problemas ambientais provocados pela agropecuária em oportunidade econômica, gerando renda extra e qualidade de vida. O condomínio é composto por 33 propriedades, que somam um plantel de 400 vacas e 5 mil suínos. Cada uma possui um biodigestor, produzindo 830m³/dia de biogás, transportado por 25,5km de gasodutos ligados a uma microcentral termelétrica (MCT). O projeto aproveita o biogás, resultante da decomposição da matéria orgânica, em um biodigestor. O biofertilizante pode ser aplicado em pastagens ou outras culturas, incrementando o sistema produtivo da agricultura familiar. Na MCT, o biogás é convertido em energia elétrica por um motogerador de 100kVA. A estrutura permite a instalação de quatro grupos motogeradores. Para converter biogás em energia térmica foi instalado um secador de grãos comunitário na MCT. Assim, o próprio produtor seca os grãos, reduzindo o custo em até 90%. Visando a aumentar a concentração de metano e eliminar gás sulfídrico existentes no biogás, foi desenvolvida uma unidade de tratamento de biogás (UTB) também na MCT. O biogás, depois de filtrado (biometano), é aplicado no grupo motogerador. O biometano permite, por exemplo, aplicar o biogás como combustível veicular. A Itaipu demonstra a viabilidade de transmutar o passivo ambiental agropecuário em energia elétrica e fertilizantes, colaborando com o compromisso que o país assumiu, na Conferência Mundial do Clima de Copenhague, de diminuir entre 36% e 39% a emissão de gases de efeito estufa até 2020. A estimativa é que o Projeto Ajuricaba reduza 1,4 tonelada de CO₂/ano.

**PROPONENTE**

Claudio George Mendonça

TÍTULO

Projeto de apoio ao desenvolvimento econômico dos municípios, o Prolocal, fundamentado na lei geral das micro e pequenas empresas

Desenvolvimento territorial depende de articulação dos diferentes fatores econômicos (renda, riqueza, conhecimento, poder e qualidade de vida) em favor das diversas potencialidades econômicas existentes, favorecendo não apenas o crescimento, mas principalmente o capital humano e social, as condições do governo local e o uso sus-

tentável dos recursos disponíveis. Com objetivo de apoiar o desenvolvimento dos municípios, fortalecendo e promovendo o empreendedorismo por meio da identificação e do fomento às oportunidades de negócio, a implantação da Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o fortalecimento da identidade cultural, das relações de mercado e venda de produtos internos, o Sebrae-MS atua com o Prolocal (Projeto de Apoio ao Desenvolvimento Econômico dos Municípios), fundamentado na Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. O objetivo do projeto é fortalecer e promover um ambiente favorável aos pequenos negócios nos municípios, a partir do estímulo a implantação da Lei Geral das MPEs e identificação e fomento das oportunidades de negócios, promovendo o desenvolvimento do território nos municípios do Estado de Mato Grosso do Sul.

Para construção do trabalho foi necessária a integração da comunidade, envolvendo líderes e representantes dos setores privado e público e empresários locais, que se reuniram em oficinas construindo o diálogo social necessário ao planejamento do município para o desenvolvimento. O Prolocal já garantiu o aumento do associativismo, a criação de locais de atendimento para os empreendedores locais que garantia a desburocratização e o estímulo à formalização, valorização da identidade cultural, aumento das compras governamentais locais e do envolvimento da comunidade com as questões relacionadas ao desenvolvimento local. Por meio do Prolocal, os empreendedores têm acesso ao conhecimento e ao apoio necessário para o crescimento dos seus negócios, impulsionando o desenvolvimento municipal.

**PROPONENTE**

Derli Teixeira Rodrigues

TÍTULO

Considerações sobre alguns fatores ligados ao desempenho e à efetividade de 20 Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes)

Os Conselhos Regionais de Desenvolvimento (Coredes) foram criados como instância de planejamento, a partir da Constituição federal de 1988, para ajudar no processo de descentralização que estava sendo implantado no Estado do Rio Grande do Sul durante a gestão do governador Alceu Collares. Nesse contexto, os Coredes foram sendo reconhecidos e legitimados como parceiros do governo do estado para a regionalização do orçamento e demais debates acerca do PPA e dos planos estratégicos de desenvolvimento. Entretanto, as ferramentas de gestão necessárias para a qualificação do processo de desenvolvimento ficaram muito restritas aos próprios Coredes.

Este trabalho tem como objetivo principal identificar se a capacitação dos conselheiros e o apoio de universidades e de órgãos públicos têm impacto no desempenho dos Coredes (captação de recursos/local, alcance de resultados etc.). O objeto deste trabalho vai ao encontro do que preceitua o Programa Nacional de Formação em Administração Pública (Pnap), no esforço de qualificação dos gestores públicos brasileiros, com especial atenção no atendimento ao interior do país. O alcance desse objetivo de formação de gestores possibilita que as demandas oriundas da

comunidade possam chegar ao órgão estadual responsável pelo planejamento de forma mais qualificada e propiciando melhor efetividade.

Para alcançar os objetivos traçados e comprovar a hipótese deste trabalho, a metodologia de análise usada fundou-se no envio de um questionário via internet para os 28 Coredes, com vistas a fazer um estudo exploratório que incluiu o perfil dos atores sociais envolvidos, a qualificação para efetivar o debate e a análise de instrumentos que pudessem potencializar a atuação desses conselhos. A pesquisa caracteriza-se como sendo qualitativa, usando a abordagem do estudo de caso combinado com pesquisa bibliográfica. Ainda, foram analisados dados secundários da consulta popular do período 2004-2011.

**PROPONENTE**

Dilce Abigail Rodrigues Pereira

TÍTULO

Plano de desenvolvimento do Rio Grande do Sul 2012-2015

O Plano de Desenvolvimento do Turismo, apresentado pela Secretaria de Estado do Turismo, representa um marco para o Rio Grande do Sul. Elaborado a partir das conferências regionais ocorridas durante todo o ano de 2011, em que a sociedade teve oportunidade de se expressar nas regiões turísticas, esse documento sintetiza os anseios e desejos dos gaúchos no que se refere ao desenvolvimento do turismo no estado. Com esse plano, a atual gestão inova e coloca em prática os objetivos para o setor assumidos como compromisso de governar o Rio Grande. Reestrutura-se a Secretaria de Turismo, para articular esse importante processo de construção do Plano de Desenvolvimento do Turismo, e assim também fortalecer as 23 microrregiões turísticas, articulando os poderes públicos, as universidades, associações empresariais e micro, pequenas e grandes empresas. O governo acredita que o Plano de Desenvolvimento do Turismo será um legado a ser deixado aos próximos governantes, uma vez que, com ele, o Rio Grande do Sul estará alcançando voos ainda mais altos no que se refere ao turismo, à gastronomia, à cultura e à nossa tradição, gerando emprego, desenvolvimento e coesão social. A Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul cumpre seu papel ao legar à comunidade gaúcha um documento que é fruto do debate consensualizado de todos os segmentos turísticos envolvidos na busca de elaboração de metas comuns para o nosso desenvolvimento. E, para tanto, os desdobramentos em ações e projetos já se iniciaram e os resultados estão aparecendo em mais recursos, qualificações, diversidade de produtos e alianças públicas e privadas, traduzindo-se num novo patamar de competitividade que contribui para fortalecer e potencializar as regiões turísticas do estado. Com o presente plano, o turismo gaúcho dá prosseguimento a sua missão, que é potencializar o turismo como atividade da economia gaúcha, sintonizado com o Plano Nacional do Turismo e com a integração regional com o Mercosul e o Conesul.

**PROPONENTE**

Dircel Abdala

TÍTULO

Casa de Repouso Jesus de Nazaré – Hospital do Câncer

Atualmente, a humanidade se encontra em um processo de busca desenfreada pelo acúmulo de capital, como sinônimo principal de qualidade de vida, moldando a individualidade como principal valor social, levando as pessoas a distorcerem os seus valores reais e éticos de humanidade e fraternidade. Hábitos alimentares são distorcidos, levando as pessoas a se alimentarem de forma incorreta, apressadamente, sem se preocupar com a qualidade do que se nutrem. Mais valores sociais são perdidos quando os condicionantes apresentados conduzem a população à violência, materializada nas mais bizarras formas, desde a mercantilização do sexo aos ataques mútuos pela disputa de espaço e poder, com consequências diversas (assaltos, assassinatos, brigas, discussões...) que corrompem a sociabilidade humana (igualdade, fraternidade, ética) e a instituição familiar.

O cenário apresentado produz no indivíduo uma condição estressante e de autodestruição psicossomática, geradora de conflitos internos responsáveis pelo desequilíbrio causador de doenças deletérias. Dentre essas se destaca o câncer. A medicina alternativa, se desenvolvendo continuamente, conquista adeptos face aos resultados obtidos. Vários estudos comprovam a eficiência da medicina alternativa para tratamento do câncer, como a fitoterápica, musical e terapia ocupacional, manifestas em amor na sua mais pura essência. A organização proponente deste projeto apresenta ampla experiência na área de medicina alternativa, sobretudo no uso de plantas medicinais e terapias magnéticas (música, cores e transposições magnéticas como: água fluída e aplicações de passes magnéticos), certificada na história de mais de 20 anos de desenvolvimento do seu trabalho junto à população.

**PROPONENTE**

Dirlei Bersch

TÍTULOEmpreendedorismo sustentável na Amazônia:
o exemplo da fábrica de preservativos

A Fábrica de Preservativos Masculinos Xapuri Preservativos Natex localiza-se na Amazônia Ocidental, município de Xapuri, Estado do Acre, sendo a única fábrica no mundo a usar látex de seringal nativo, extraído da espécie *Hevea brasiliensis*, popularmente conhecida como seringueira. Possui como objetivos: internalizar e desenvolver tecnologia para aumentar a competitividade dos produtos da floresta amazônica; promover a competência local e regional para o desenvolvimento sustentável na região amazônica; viabilizar a economia extrativista da borracha natural,

por meio da diversificação da industrialização do produto no Acre; contribuir para o desenvolvimento econômico do município de Xapuri e do estado; elevar a qualidade de vida dos seringueiros; e ampliar o parque tecnológico brasileiro de insumos para prevenção das doenças sexualmente transmissíveis (DST, HIV/Aids e hepatites virais), entre eles a produção de preservativos masculinos.

O empreendimento foi planejado a partir de estudos da viabilidade técnico-econômica para produção de preservativos a partir do látex de seringal nativo, atendendo às exigências quanto às normas regulamentadoras, sem perder de vista os benefícios econômicos, sociais e ambientais resultantes da implantação e operação do empreendimento. Com capacidade de produção anual de 100 milhões de preservativos, tem como resultados: implantação e operação da fábrica por equipe técnica local, atualmente com 170 colaboradores diretos; cerca de 700 famílias de seringueiros envolvidas no fornecimento de látex; ações integradas executadas: melhorias sanitárias e habitacionais; energia; infraestrutura de acesso; ações de saúde e cidadania: integração do extrativista à fábrica e ao uso do preservativo com ações de prevenção em DST, HIV/Aids e hepatites virais e planejamento familiar; contribuição de 20% da distribuição gratuita anual de preservativos à população brasileira pelo Ministério da Saúde.

**PROPONENTE**

Ederson Augusto Zanetti

TÍTULO

Projeto Green Farm CO2free

O Projeto Green Farm CO2free é inovador ao buscar foco na demanda de responsabilidade social corporativa (RSC) para empresas para a economia verde. O projeto tem sua área de atuação situada em local de ecossistemas remanescentes únicos, ao lado do Parque Nacional de Ilha Grande, em uma região que conta com apenas 1% da sua cobertura de vegetação natural. A infraestrutura conta com aeroporto, estradas, barco, caminhões, caminhonetes, casas-sede, escritórios, barracões, viveiros de mudas, animais domésticos, laboratório, criatório conservacionista de animais silvestres, rede de internet e outros. As características naturais e de infraestrutura únicas fazem do projeto um componente de alto impacto para a preservação ambiental na região e um excelente pacote de programas de RSC para empresas. O sistema de cotas de participação foi estabelecido com o intuito de dar suporte aos programas de RSC das empresas, otimizando o uso dos recursos financeiros e maximizando os retornos em benefícios para os participantes. O projeto é uma forma de gerenciar as propriedades rurais nos entornos das unidades de conservação para cooperar com os objetivos de desenvolvimento sustentável das regiões onde são implantadas. Inicialmente são sete atividades principais relacionadas com serviços ecossistêmicos: carbono, água, biodiversidade, habitat, beleza cênica, recreação e pesquisa & desenvolvimento.

**PROPONENTE**

Edmilson Pereira de Araújo

TÍTULO

Programas de qualificação profissional e geração de renda em Castelo (PI)

O Programa Projovem Trabalhador surgiu no Piauí por meio de convênio com o Ministério do Trabalho e Emprego, permitindo que os jovens sejam reintegrados ao processo educacional, recebam qualificação e tenham acesso às ações de cidadania e inserção no mundo do trabalho. O programa tem como público-alvo jovens de 18 a 29 anos que estejam em situação de desemprego e sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até um salário mínimo. O programa é voltado especialmente para aqueles que, em virtude de suas condições socioeconômicas, têm maior dificuldade frente ao mundo do trabalho. Para ingresso no Projovem é necessário que o jovem esteja cursando ou tenha concluído o ensino fundamental ou médio ou não esteja cursando ou tenha concluído o ensino superior. Serão 84 municípios contemplados no Estado do Piauí. O projeto é desenvolvido em etapas, totalizando 350 horas, sendo 100 horas/aula de qualificação social e 250 horas/aula de qualificação profissional. O conteúdo é distribuído em módulos que abordam temas como: inclusão digital, valores humanos, ética e cidadania, educação ambiental, higiene pessoal, promoção da qualidade de vida, noções de direitos trabalhistas, formação de cooperativas e prevenção de acidentes de trabalho, empreendedorismo, qualificação profissional, temas transversais, estímulo e apoio à escolaridade, economia solidária, equidade de gênero, gestão pública e terceiro setor, além de noções de língua estrangeira.

São exigidos os seguintes documentos para ingresso no Projovem: RG, CPF, carteira de trabalho, comprovantes de endereço, de escolaridade e de quitação com o serviço militar.

**PROPONENTE**

Edite Moraes Santana

TÍTULO

Mestres livres: uma leitura de mundo

“Mentes livres: uma leitura de mundo” é um projeto de educação carcerária. Pretende inserir indivíduos segregados da sociedade por conta de delitos cometidos num trabalho de formação leitora, com a intenção de conter o processo de dessocialização, o qual culminou com sua prisão, iniciando, assim, um processo de ressocialização do indivíduo por meio do acesso a leitura de qualidade, com o acompanhamento de profissionais avaliadores habilitados, de acordo com a Lei 7.210/84 em seu artigo 126 com as alterações trazidas pela Lei 12.433/11. Portanto, o projeto traz uma proposta inovadora, por meio de aulas de formação leitora, com acompa-

nhamento de órgãos públicos, tais como o Conselho Estadual de Educação, universidades, o Poder Judiciário e organizações não governamentais.

Sabe-se que a reintegração à sociedade é um conjunto de ações e esforços que, somados aos interesses sociais, direitos humanos e à própria administração carcerária, é um desafio para todos os envolvidos, o que demanda uma estrutura organizacional competente e ajustada à pedagogia e ao Judiciário. Estudos revelam que a formação leitora é o caminho para o conhecimento, mantendo a mente ocupada, e que a ociosidade prevalece e altera o comportamento do indivíduo. Inserir-lo nesse projeto de leitura proporcionará ao recluso uma atividade orientada, supervisionada. Com material específico e individual para que seu esforço seja reconhecido e adquira por meio da leitura o tempo necessário para pensar e refletir sobre seus atos, fazendo críticas, formulando conceitos e tornando-se apto a solucionar problemas por meio de suas construções cognitivas, confeccionando material didático, cartilhas, comprando livros, revistas e jornais, conscientizando a sociedade de que mudar é possível, se todos fizerem a sua parte, numa colaboração mútua nos despojando de preconceitos.

**PROPONENTE**

Emanuelle Thibes Hachmann

TÍTULOProjeto Associar é Crescer:
promovendo a inserção do jovem no mercado de trabalho

Este projeto, voltado para o social, promove a inserção no mercado de trabalho do jovem que se encontra em risco social e mora em bairros periféricos e em municípios de economia exaurida ou moderada. Foi desenvolvido pela Associação Mato Grossense de Municípios (AMM) na Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá, formada por 13 municípios, entre eles a capital do estado. Diante da explosão do setor da construção civil, em função das perspectivas da realização da Copa do Mundo de 2014, o jovem que nunca trabalhou não tem qualificação e muito menos experiência para preencher as vagas de trabalho que surgem, o que despertou na AMM o desejo de fazer algo para mudar essa triste e perigosa realidade dos inúmeros jovens da periferia que se encontram desempregados, situação comprovada pela pesquisa Ocupação e Desemprego na Região Metropolitana de Cuiabá, feita pela AMM em 2011. No fim de 60 horas de aprendizado com instruções práticas e teóricas, a partir do trabalho voluntário de profissionais do setor de engenharia, de comunicação, administrativo e jurídico do quadro da própria AMM, e com a parceria de uma empresa privada e de uma instituição federal de ensino, os jovens foram devidamente encaminhados para aquela que foi sua primeira oportunidade de emprego, na qual a maioria permanece trabalhando. E à medida que pessoas tomavam conhecimento do projeto, por meio do depoimento dos alunos ou

notícias da imprensa, ocorria uma grande procura para novas inscrições, comprovando a enorme necessidade de qualificação dessa mão de obra, que se encontra disponível mas não se insere no mercado de trabalho, demanda que inspirou a continuidade do trabalho e requer que outras instituições dediquem-se a projetos similares.

**PROPONENTE**

Euvaldo Bringel Olinda

TÍTULO

Desenvolvimento de um novo polo de produção a partir da mobilização social: a transformação do Estado do Ceará em grande produtor e exportador de frutas e flores a partir de estudos da sua vocação e mobilização social

Objetivo: transformar o Ceará num grande produtor e exportador de frutas e flores, a partir da mobilização social, ancorados em estudos feitos pelo BNB e pela Sudene, mostrando que o Estado do Ceará e o Nordeste tinham grandes oportunidades em três novos setores da economia, não explorados: mineração, turismo e fruticultura.

Metodologia: optamos por fazer a mobilização da sociedade, divulgando esses estudos e a oportunidade de plantar frutas e flores no semiárido. Fundamos uma organização de produtores, o Sindifrutas (Sindicato dos Produtores de Frutas do Estado do Ceará), fizemos uma palestra no Pacto de Cooperação e em outros fóruns, um workshop para identificar porque não produzíamos frutas e flores no Ceará, os pontos fracos e fortes, criamos um evento Frutal e o Instituto Frutal. Trabalhamos continuamente cada gargalo que desestimulava os investidores, com foco na melhoria da competitividade, em todas as dimensões: humana, geração de informações, edição de trabalhos técnicos e livros, desenvolvimento de tecnologias, aspectos legais, ambientais, sociais, custos de produção, logística, promoção comercial, ambiência política, adequação de financiamento à fruticultura, capacitação de produtores e técnicos para suporte a uma atividade nova. Nossa formação não tem nenhuma experiência em plantio, o vaqueiro e o jangadeiro não tiveram imigração, italiana, holandesa ou qualquer outra, com conhecimento de agricultura, tivemos que partir do zero em conhecimento de irrigação e cultivo tecnificado.

Resultados: o Ceará tornou-se um case, conhecido no mundo da fruticultura, saímos de uma exportação de 847 mil dólares em 1994 para 102 milhões em 2011, é o terceiro exportador de frutas do país, segundo de flores e quarto de sucos de frutas, dados do Ministério do Desenvolvimento. Essa experiência já está reproduzida com sucesso no país, com a Frutal Amazônia, a Frutal Conesul, e o Instituto Frutal é uma referência internacional. O Ceará está em uma das maiores secas de sua história sem a tragédia humana das anteriores.

**PROPONENTE**

Geraldo Fonseca Mota

TÍTULO

Comunidade cívica: organização social por meio de comitês gestores municipais e comissões comunitárias do Programa Água para Todos no semiárido alagoano

Objetivos: usar o Programa Água Para Todos do plano Brasil Sem Miséria, um elemento de mudanças de paradigmas acerca da implementação de políticas públicas voltadas para a convivência com a seca no Nordeste brasileiro; propiciar ao cidadão do sertão alagoano um espaço de apropriação do conhecimento em políticas públicas, incentivando-o a interagir e participar dos comitês de gestão do Programa Água Para Todos em seu município; incentivar a participação cidadã no processo de tomada de decisões no seu município, com a criação de comitês e comissões gestoras do Programa Água Para Todos; contribuir para a identificação de líderes locais que possam dar continuidade aos processos de avaliação e fiscalização do programa no município; contribuir para a formação de uma nova geração de cidadãos comprometidos com o desenvolvimento sustentável regional.

Metodologia: participativa, pois a interação entre os gestores e o público-alvo deve ser de forma constante, de maneira a haver uma maior transparência nas ações propostas, para que o povo se sinta parte integrante do processo.

Resultados: a previsão inicial era atender 4.018 famílias nos dois primeiros municípios atendidos (Estrela de Alagoas e Arapiraca). Porém, com a atuação dos comitês esse número aumentou para 5.218 famílias; atendimento a mais de 1.200 famílias propiciado pela intervenção dos Comitês Municipais Gestores junto aos órgãos do governo estadual, como Companhia de Saneamento de Alagoas (Casal), Instituto de Terras de Alagoas (Iteral); órgãos da Justiça estadual, como o Ministério Público; órgãos do governo federal, como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de sindicatos de produtores rurais e associações de produtores rurais dos municípios beneficiados, associações de mulheres etc.

**PROPONENTE**

Geraldo Magela Ribeiro

TÍTULO

O real trabalho de uma agência de desenvolvimento

Em seminário promovido pelo Sebrae (Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas), em parceria com a Ader (Agência de Desenvolvimento Regional/Circuito do Queijo) e com a Prefeitura de São João Nepomuceno (MG), em 29 e 30 de julho de 2001, foi apresentado pela Universidade Federal de Viçosa um diagnóstico socioeconômico, com a elaboração de planos de ação plurianual para o município. O evento contou com a participação de cidadãos, líderes e instituições

na formulação de ideias e conceitos para o desenvolvimento local (Semanário Voz de São João, nº 4.718, setembro/2001). Os participantes do seminário, entre representantes da indústria, do comércio, da saúde, educação, das associações de moradores e do poder público, por meio de um *brainstorming*, definiram prioridades para o desenvolvimento local. Para tanto se decidiu a criação de um Conselho de Desenvolvimento com a contratação de um executivo. O que antes era atribuição da administração pública se tornou agora direito de todos e a participação da comunidade seria fundamental para a elaboração de um plano de ação que atendesse aos interesses da população, pois desenvolvimento necessita da participação de todos.

Com ampla assessoria do Sebrae, por meio de um processo seletivo com análise de currículos, entrevista e dinâmicas de grupo, contratou-se um executivo para o desenvolvimento dos trabalhos, embora totalmente sem infraestrutura e ainda esbarrando em processos políticos locais e regionais. A Agência iniciou suas atividades numa parceria com a Associação Comercial local, com a cessão de uma sala e uso de telefone, mesa e cadeiras improvisadas, ficando nessas condições por quatro meses. Devagar, foi-se buscando apoio de novas parcerias, que começaram a se engajar na ideia de desenvolvimento participativo.

**PROPONENTE**

Gevaci Carlos Perroni Gama de Oliveira

TÍTULO

O plano de desenvolvimento econômico de Bagé (RS)

Buscando um desenvolvimento econômico robusto e sustentável para a cidade de Bagé, a administração municipal procurou consultoria especializada, para que se fizesse um estudo detalhado e preciso sobre a realidade do município. Feito esse estudo, com um diagnóstico da situação socioeconômica, buscou-se solucionar os gargalos apresentados, além de potencializar os pontos positivos apresentados na região. Unindo o antigo caráter agrícola com o dinamismo da nova conjuntura econômica da região e do Brasil como um todo, foi possível almejar novos horizontes, com metas bem definidas no curto, médio e longo prazo. Ao longo de seis meses, com inúmeras reuniões com os órgãos públicos responsáveis e com a população bageense, formou-se o estudo que modelou e explicou a dinâmica econômica da região, o que possibilitou a análise de todo o contexto em que os agentes econômicos estavam envolvidos. Com o desejo de lançar Bagé a um posto de destaque na região e no país, procurou-se o embasamento no conhecimento local, tendo em vista que a comunidade tem muito a colaborar com sua visão sobre a evolução histórica, aliado ao conhecimento técnico e analítico acerca dos indicadores apresentados na região. Dessa forma, chegamos a um equilíbrio, no qual a mescla entre a exatidão dos números e as informações locais foi fundamental. Depois do diagnóstico, foram traçadas as metas para tornar Bagé um polo da região, não somente na agricultura, porém também nas mais diversas formas, seja econômica, social ou culturalmente.

**PROPONENTE**

Grupo de aplicação interdisciplinar a aprendizagem (Gaia)

TÍTULO

Projeto Investimento Social Estreito (ISE)

O relato apresenta a experiência de gestão no âmbito do projeto Investimento Social Estreito (ISE), parte integrante do processo de implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito (UHE), na divisa dos estados do Maranhão e do Tocantins. Para a implantação da UHE-Estreito, as empresas Tractebel Energia, Vale do Rio Doce, Alcoa e Camargo Corrêa formaram o Consórcio Estreito Energia (Ceste). Os estudos preliminares apontaram a situação de pobreza existente na região, em especial nos 12 municípios que compõem a área de Aproveitamento Hidrelétrico Estreito (AHE-Estreito). Diante disso, sentiu-se a necessidade de investir em ações que contribuíssem para o desenvolvimento sustentável da região. Por meio da parceria com o BNDES, surgiu o ISE.

Sua implantação teve início em 2009, a partir do diagnóstico socioeconômico, que norteou as ações que se seguiram. Teve como metodologia:

1. Pré-definição de projetos a serem apoiados;
2. Análise de sustentabilidade dos projetos pré-definidos;
3. Definição dos projetos a serem implantados, com apoio das prefeituras e demais instituições locais;
4. Aprovação final dos projetos pela coordenação ISE;
5. Execução das obras de infraestrutura;
6. Estabelecimento de parcerias;
7. Execução dos projetos;
8. Monitoramento.

O ISE visa a beneficiar diretamente a comunidade local e promover o desenvolvimento regional sustentável, alinhado à PNDR. Além dos R\$ 76 milhões de recursos dos acionistas, até o momento foram agregados R\$ 17 milhões de recursos complementares, com o foco na sustentabilidade dos cerca de 130 projetos a serem implantados nas áreas de educação, saúde, saneamento, desenvolvimento econômico e desenvolvimento social. Para cada projeto é feito um estudo de sustentabilidade, o qual será percorrido durante a sua implantação. Também são desenvolvidas ações estruturantes, com o objetivo de alinhar as demandas locais à política nacional da respectiva área, fortalecendo o desenvolvimento territorial.

**PROPONENTE**

Hilton Manoel Dias Ribeiro

TÍTULO

Plataforma Polos de Inovação para o norte e nordeste de Minas Gerais

Os objetivos da Plataforma Polos de Inovação instalados no norte e nordeste de Minas Gerais se apoiam na abordagem do desenvolvimento regional endógeno e referem-se à criação de projetos de inovação; à formação de recursos humanos qualificados; ao empreendedorismo e ao uso de tecnologias da web 2.0, abrangendo as seguintes regiões: Norte de Minas, Vale do Jequitinhonha e Vale do Mucuri.

A metodologia para execução do projeto está baseada na construção coletiva de planos de ação para inovação, na qual os atores locais assumem papel de destaque. Assim, os oito polos distribuídos nessas regiões contam com a presença de técnicos locais e não locais, de diversas áreas do conhecimento relacionado à promoção da inovação e do desenvolvimento. A coordenação, feita pela Sectes (Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior), juntamente com as prefeituras municipais e instituições de ensino superior locais, recebeu assessoria de um conselho consultivo, formado por representantes dos diversos setores da sociedade.

Os resultados gerais alcançados até o presente momento contemplam uma forte articulação institucional no território; o mapeamento das potencialidades locais; a produção de informação sobre os municípios e seus principais segmentos; a gestão e valorização do conhecimento local; o apoio às comunidades produtivas, incluindo capacitação técnica; o apoio às pesquisas aplicadas às cadeias produtivas; e o apoio geral às instituições de ensino.

A conclusão geral é a de que as regiões mais deprimidas do estado têm recebido especial atenção nos últimos anos, justamente pelas disparidades regionais encontradas nesses territórios. Alguns estudos corroboram o baixo dinamismo socioeconômico, observando baixo IDH, baixo grau de alfabetização, baixo nível de investimento em ciência e tecnologia, desorganização e falta de cultura empreendedora nas principais atividades geradoras de emprego e renda. A Sectes, por meio da Plataforma Polos de Inovação, está contribuindo para amenizar essas diferenças.

**PROPONENTE**Instituto de conservação ambiental
The Nature Conservancy do Brasil**TÍTULO**

Adequação ambiental de imóveis rurais

Como produzir mais e melhor em espaços cada vez menores e sem destruir as nossas reservas ambientais? Com 7 bilhões de pessoas, e potencialmente 9 bilhões em menos de 40 anos, habitando o mesmo planeta, a questão acima nunca antes foi

tão debatida. E se regularização ambiental do imóvel rural não é solução definitiva para a equação que se coloca, com certeza é o primeiro e mais importante passo para se chegar à resposta. O Código Florestal é a lei que permite que coloquemos lado a lado conservação e produção agrícola, defende Ana Cristina Barros, representante da The Nature Conservancy (TNC) no Brasil. Mais do que uma obrigação, a proteção das Áreas de Preservação Permanente (APPs) e de Reserva Legal (RL) é fundamental para o crescimento sólido e sustentável do agronegócio brasileiro e, conseqüentemente, para a superação de uma situação iminente de insegurança alimentar global.

Adotando esse fato como premissa, a TNC tem trabalhado para desenvolver estratégias e incentivos reais para que a norma ambiental brasileira seja cumprida e, assim, minimizar os impactos da atividade agropecuária sobre a natureza, sendo o Cadastro Ambiental Rural (CAR) uma importante ferramenta nesse esforço. O CAR é um instrumento de identificação, uma carteira de identidade obrigatória para todos os imóveis rurais. Um mecanismo que usa imagens de satélite combinadas ao mapeamento dos limites das propriedades rurais para reunir informações detalhadas sobre cada imóvel perímetro, tipo de vegetação, usos do solo, existência de nascentes etc. Com essa base de dados em mãos é possível planejar melhor o uso dos imóveis rurais e dos municípios, fortalecendo a governança da agricultura brasileira, e criar estratégias para adequar as propriedades às exigências do Código Florestal, facilitando sua regularização, valorizando a produção de quem cumpre suas obrigações ambientais e, claro, reduzindo o desmatamento.



PROPONENTE

Isabela de Senna Britto

TÍTULO

Catavento: desenvolvimento territorial e gestão compartilhada, promovendo a sustentabilidade no alto sertão da Bahia.

Se um dia Guimarães Rosa afirmou na sua poesia o sertão é uma espera enorme, hoje a Renova Energia traz a boa notícia de que essa espera chegou ao fim. Sendo uma companhia brasileira de geração de energia elétrica renovável com atuação em matrizes eólica, pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e solar, desde 2009 sua atuação está fortemente concentrada em projetos de fonte eólica, mercado no qual é pioneira e detém liderança. Inaugurou, em julho de 2012, o maior complexo eólico da América Latina, no sertão baiano, região onde atua na implantação de outros empreendimentos da mesma natureza, transformando, positivamente, a realidade local. Atuando na execução dos projetos socioambientais, que permeiam a implantação dos parques eólicos desse complexo, situado nos municípios de Caetitê, Guanambi e Igaporã, a empresa se aproximou da realidade local, identificando demandas que despertaram sua atenção. Essa sensibilidade pelas causas de interesse público resultou no fomento à criação de uma rede de colaboração, responsável pela elaboração e pelo desenvolvimento dos projetos que compõem o Programa

Catavento. O programa é, portanto, uma construção coletiva da Renova com as comunidades e instituições locais públicas e privadas e agrupa projetos sustentáveis e de desenvolvimento socioambiental. A mobilização, capitaneada voluntariamente pela Renova, promoveu um amadurecimento relevante do diálogo interinstitucional que definiu o elenco das iniciativas visando a impulsionar o desenvolvimento sustentável da região, objetivando melhoria na qualidade de vida da população do sertão baiano. A primeira fase da iniciativa prevê investimentos nas áreas socioeconômica, cultural, de meio ambiente e de desenvolvimento organizacional e foi iniciada em abril desse ano, contabilizando os primeiros resultados. O recurso de R\$ 9,4 milhões para alavancar o programa foi financiado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e liberado em fim de março.

**PROPONENTE**

Ivanir Marchetti

TÍTULO

Valorização da agricultura familiar por meio de alternativas para diminuir desperdícios e aumentar a produtividade dos produtores de tomate da cidade de Braganey (PR)

Este projeto tem como principal objetivo a valorização da agricultura familiar dos produtores rurais plantadores de tomate da cidade de Braganey, na região oeste do Paraná, relacionada como cidade com baixo índice de desenvolvimento humano. A prática do associativismo foi a metodologia aplicada, na qual foram adotadas técnicas para aumentar a produtividade e diminuir os desperdícios, diagnosticando seus principais problemas na produção, distribuição e venda, além de desenvolvimento de novos produtos alimentícios à base de tomate não vendidos em supermercados. Dentre os resultados obtidos podemos destacar o diagnóstico do projeto junto aos produtores, incentivo e estruturação da associação, implantação da Agroindústria Sabores de Tomate, aquisição de equipamentos e utensílios, estimulação da venda dos produtos com a definição de embalagens, rótulos, testes sensoriais, análises físico-químicas. Os resultados foram divulgados em feiras, eventos científicos e na mídia local. As beneficiadas participaram de feiras regionais, estaduais e nacionais, com a exposição e venda dos produtos desenvolvidos à base tomate. Os bolsistas do projeto participaram de seminários, congressos e encontros com o envio de trabalhos de pesquisa referentes ao projeto. Esses trabalhos foram publicados em revistas, capítulos de livros, anais de congressos em forma de resumos e apresentações orais. A mídia local fez diversas reportagens com a participação dos beneficiados e da equipe do projeto divulgando os objetivos e os produtos desenvolvidos. Nesse contexto, concluímos que o projeto contribuiu para a inserção dos produtores em novas formas de trabalho com a implantação da agroindústria familiar, uso de tomates anteriormente descartados para a elaboração de novos produtos, possibilitando novas formas de geração de renda para esses produtores.

**PROPONENTE**

Jéssica Roberta Pereira Martins

TÍTULOAbsorção de zinco (Zn^{2+}) em amostras sintéticas usando a cinza da folha do nim (CFN)

Devido ao lançamento de efluentes industriais, tais como os gerados em indústrias extrativistas de metais, indústrias de tintas e pigmentos, especialmente as galvanoplastias, acarretando danos irreversíveis à saúde humana, aos ecossistemas, principalmente aos aquáticos, e prejuízos econômicos, no caso de tratamento de remoção para abastecimento de água a técnica específica para a remoção desses compostos é a feita com carvão ativado, aeração, entre outros, que se apresentam como uma tecnologia de alto custo. Constantemente a procura de técnicas eficientes de baixo custo está sendo muito desenvolvida. Um dos metais que mais se busca remover é o zinco (Zn^{2+}), popularmente conhecido como capa rosa. Esse metal é essencial para o bom funcionamento do organismo humano quando está na quantidade devida. Nas estações de tratamento acaba causando incrustações, entre outros danos. O presente trabalho tem por objetivo remover de forma sustentável e de baixo custo íons de metal de zinco (Zn^{2+}), usando a cinza da folha de nim (CFN). De origem indiana, é muito conhecida por seu ótimo controle de pragas nas lavouras. Costumeiramente as podas dessa árvore acabam sendo desperdiçadas, quando jogadas no lixão, e essa muitas vezes acaba interferindo no tratamento biológico, devido ao seu poder bactericida.

**PROPONENTE**

João Guilherme do Prado

TÍTULO

Melhorias da qualidade dos produtos derivados de leite dos pequenos laticinistas produzidos nos municípios de Bodocó e Exu (PE)

O referido projeto tem como objetivo geral: orientar na melhoria da qualidade dos produtos derivados de leite dos pequenos laticinistas fabricados nos municípios de Bodocó e Exu (PE) e na adequação à legislação vigente.

A metodologia usada contemplou: diagnóstico do processo dos laticínios e seminário regional para apresentar resultados do diagnóstico; desenvolver um programa de capacitação e de assistência técnica; pesquisa de mercado e avaliar e adequar à qualidade dos queijos, doces e da água usada no processo por meio de análises laboratoriais. No tocante aos resultados esperados: diminuição de perdas nos processos e melhoria na produtividade e qualidade dos alimentos produzidos; agregação de valor aos produtos e diversificação da produção e mudança nos métodos tradicionais de trabalho; modernização da agroindústria e acesso às novas tecnologia de produção; melhoria na uniformidade e racionalidade do processo organizacional e produtivo dos laticínios; melhoria na qualificação profissional dos

produtores e trabalhadores e estímulo de novas práticas, atitudes e formas de pensar dos pequenos laticinistas; aumento do nível de renda das famílias e geração de oportunidades de trabalho e estímulo ao desenvolvimento sustentável e a conservação do meio ambiente e ao desenvolvimento da capacidade empreendedora dos pequenos laticinistas.

Na conclusão dos trabalhos o projeto atendeu a quatro municípios: Bodocó, Exu, Ouricuri e Granito, com os 16 laticinistas que aderiram ao projeto, desde que foi apresentado, passando pelas etapas de análises e sugestões até a sua validação pelos pequenos laticinistas. A partir daí, fomos em busca de parceria para viabilização do projeto e encontramos a AD Diper, que viabilizou o atendimento do Senai. Na conclusão do projeto tivemos os seguintes resultados: laticínios com o SIE provisório e em transição para o SIE definitivo e outros aguardando fábricas que serão construídas no complexo industrial do queijo.

**PROPONENTE**

José Patricio Pereira de Melo

TÍTULO

Geoparque Araripe:

histórias da terra, da cultura e do meio ambiente

O Geoparque Araripe situa-se no sul do Ceará, nos municípios de Barbalha, Crato, Juazeiro do Norte, Missão Velha, Nova Olinda e Santana do Cariri, numa área de 3.441 km². Tem por objetivos principais: proteger e conservar os sítios de maior relevância geológica/paleontológica, denominados geossítios; proporcionar à população local e aos visitantes oportunidades de conhecer e compreender os contextos científicos das várias eras geológicas; possibilitar o conhecimento, a divulgação dos registros arqueológicos de povoamento ancestral da região, a cultura regional e suas manifestações e as formas de uso sustentável dos recursos naturais.

A metodologia é pautada na carta de princípios da *Global Geoparks Network*, criada em 2004 em Beijing, China, seguindo basicamente o formato da rede europeia já existente. A constituição de uma rede global possibilitou a abertura do Programa de Geoparques para o mundo. Em 2006, o Geoparque Araripe foi reconhecido como o primeiro geoparque das Américas. De 2006-2010, o Geoparque Araripe obteve resultados expressivos, dentre eles a elaboração de documentos de planejamento e inserção nas atividades da rede global; ações circunstanciais de educação ambiental, divulgação e aquisição de garantias orçamentárias; promoção do geoturismo; incremento da efetivação de parcerias com os diversos *stakeholders* do território e participação em diversos eventos de promoção turística e cultural.

O Geoparque Araripe se caracteriza como uma estratégia de desenvolvimento regional territorial, com foco na educação ambiental, geoconservação e promoção do geoturismo. Em 2010 a Rede Global de Geoparks avaliou o projeto e em março

2012, na conferência da Rede Global ocorrida no Japão, recebeu o selo VERDE em reconhecimento aos avanços e qualificação do projeto e sua projeção e capacidade para continuar no processo de promoção e fortalecimento do desenvolvimento local sustentável, processo que a Urca está empenhada em dar continuidade.

**PROPONENTE**

Josimar Gurgel Fernandes

TÍTULO

Projeto mangue:
desenvolvimento socioeconômico e ambiental da
comunidade de Porto Jatobá, em Abreu e Lima (PE)

O processo de desenvolvimento socioeconômico de uma comunidade passa pela questão organizacional e o empenho dos atores envolvidos nesse processo transformador da realidade local de acordo com suas vocações. O município de Abreu e Lima está inserido na Região Metropolitana do Recife, estando a comunidade de Porto Jatobá situada estrategicamente às margens do estuário do rio Timbó, tendo em vista que essa é uma comunidade pesqueira mista (desenvolve a pesca e a agricultura).

Ocorreram graves contaminações ambientais em 2008 provenientes do distrito industrial da cidade vizinha (município de Igarassu). Essas contaminações fizeram com que a população pesqueira tivesse a sua principal fonte de renda suprimida, pois todos os peixes, moluscos e crustáceos foram mortos, gerando com isso um sério problema social, econômico e ambiental na comunidade, levando famílias inteiras a passarem fome em virtude desse crime ambiental. Partindo dessa realidade, a comunidade foi eleita como prioridade máxima de trabalho a partir da abertura do escritório local do IPA no município de Abreu e Lima (PE).

O objetivo geral deste trabalho foi promover o desenvolvimento socioeconômico e ambiental da comunidade de Porto Jatobá. Para tal foi usada a metodologia de extensão rural. Isso possibilitou ao longo de quatro anos impulsionar o desenvolvimento da pesca artesanal e da agricultura familiar na comunidade, promovendo o desenvolvimento e gerando renda para as 500 famílias beneficiadas.

**PROPONENTE**

Juliana Maron

TÍTULO

Estado em Rede: a experiência de Minas Gerais na
implementação de práticas de gestão regionalizada e participativa

O presente trabalho objetiva apresentar o projeto Estado em Rede, experiência de Minas Gerais na implementação de práticas de gestão regionalizada e participa-

tiva. Trata-se dos primeiros passos da orientação do planejamento estratégico de políticas públicas em direção à participação cidadã e, ao mesmo tempo, à adequação com foco nas demandas específicas das regiões que compõem o estado.

Desde sua concepção, o projeto é de responsabilidade compartilhada entre diversas secretarias, que se reúnem periodicamente para analisar os resultados alcançados e traçar diretrizes, buscando assegurar ao projeto os elementos necessários para que se consiga alcançar um desenvolvimento equitativo das regiões do estado. Citem-se articulações entre o Comitê Regional do Norte de Minas e as instâncias relacionadas ao combate à seca. Graças a esse envolvimento, foi possível a definição, por meio de critérios exclusivamente técnicos, dos municípios a serem atendidos com prioridade. Nessa mesma região, por meio do comitê, as secretarias de Educação e a de Agricultura, Pecuária e Abastecimento executaram ação conjunta a fim de elevar a participação dos produtos da agricultura familiar na merenda escolar.

Nas regiões do Rio Doce e do Sul o envolvimento das secretarias de Desenvolvimento Social, Obras Públicas e Transportes e da Polícia Militar permitiu expandir as ações da Campanha Proteja Nossas Crianças. Essa articulação possibilitou o alcance de um público alvo maior do que aquele que teria sido atingido caso a secretaria responsável pela campanha tivesse agido sozinha.

Mesmo com todos esses resultados já alcançados, sem dúvida o maior deles é quebra de paradigmas, por meio da qual se acrescentaram na definição das políticas públicas as demandas específicas de cada região com a participação direta dos cidadãos, elementos fundamentais para o desenvolvimento do estado como um todo, com foco na cidadania, sustentabilidade e equidade.

**PROPONENTE**

Juliano Tonezer da Silva

TÍTULO

Estruturação e implantação de um centro vocacional tecnológico no APL de Gemas e Joias do Rio Grande do Sul: sucesso em soluções ambientais, tecnológicas e de capacitação

A prática inscrita foi implementada pelo conjunto de entidades responsáveis pela gestão e governança do Centro Tecnológico de Pedras, Gemas e Joias do Rio Grande do Sul, que são a Universidade de Passo Fundo (UPF), a Prefeitura Municipal de Soledade e o Sindipedras (Sindicato das Indústrias de Joalheria, Mineração, Lapidagem, Transformação e Beneficiamento de Pedras Preciosas do Estado do Rio Grande do Sul), que levou à implantação da sede administrativa na cidade de Soledade, em 30 de junho de 2006. Essa implantação teve o apoio fundamental da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Também contou com o apoio e a parceria de várias outras, a citar: Unidade Integrada Vale do Taquari de Ensino Superior (Univates), Unidade do Senai de Soledade, Unidade do Sebrae do

Vale Taquari, Associação Comercial, Industrial e de Serviços de Soledade, Câmara de Dirigentes Lojistas de Soledade, Prefeitura Municipal de Lajeado, Prefeitura Municipal de Ametista do Sul, Associação Pró-Desenvolvimento do Município de Soledade (Aprosol), Cooperativa de Garimpeiros do Médio Alto Uruguai (Coogamai, Ametista do Sul) e Sindicato das Indústrias de Joalheria e Lapidação do Nordeste Gaúcho (Sindijoias, Guaporé).

**PROPONENTE**

Keyla Assis Ferreira

TÍTULO

Projeto de piscicultura em unidades prisionais

O projeto de piscicultura (criação de peixes) elaborado pela Superintendência Federal da Pesca e Aquicultura de Minas Gerais (SFPA/MG) para o Presídio Antônio Dutra Ladeira é resultado de uma parceria entre o Ministério da Pesca e Aquicultura, a Secretaria de Defesa Social de Minas Gerais e a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Esse projeto, pioneiro no país, visa a socializar e transmitir conhecimento técnico ao apenado para que ele tenha uma atividade econômica sustentável na qual possa incluir sua família após sua saída do sistema prisional. O ganho advindo dessa atividade não se restringe ao caráter econômico, ao considerar a distribuição da produção de pescado para a própria penitenciária ou para o município. Abrange também o aspecto social, ao facilitar o reingresso do detento na vida comunitária e a redução da pena prevista, uma vez que para cada três dias trabalhados há uma diminuição de um dia na pena.

Em fevereiro de 2012, na primeira despesca, mais de uma tonelada de tilápias criadas pelos detentos do presídio foi doada ao Banco de Alimentos do município. Esse, por sua vez distribuiu o pescado a 22 instituições carentes, como creches, lares de idosos, Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (Apaie) e obras sociais. Minas Gerais é o primeiro estado do país a produzir peixes dentro de uma unidade prisional e a ideia é que a iniciativa seja levada a outros presídios e penitenciárias que possuam lagoas adequadas para produção de peixes. Como prova dos resultados positivos alcançados, além da distribuição de alimentos, o maior indicador de sucesso do projeto pode ser observado no exemplo de um dos primeiros apenados capacitados, já em liberdade, que, com o aprendizado e experiência adquiridos, hoje faz da piscicultura a sua principal atividade e fonte de renda.

**PROPONENTE**

Leliana Santos de Sousa

TÍTULO

Centro de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento Regional (CPEDR): prática exitosa de produção e gestão institucional na Universidade do Estado da Bahia (Uneb)

O Centro de Pesquisa em Educação e Desenvolvimento Regional (CPEDR/ Uneb), subprojeto institucional aprovado, implantado e implementado com recursos do Finep/MC&T, ganha notoriedade na Uneb como prática exitosa de produção e gestão institucional, porque amplia os programas de pós-graduação, fortalece grupos e núcleos de pesquisa e desenvolve atividades como órgão aglutinador da produção científica. A iniciativa, coordenada pela professora Leliana Santos de Sousa, prima pelos saberes e pelas práticas coletivos, beneficiando a Uneb com o primeiro projeto institucional apresentado: Informação, Comunicação e Expansão para a Pesquisa da Universidade do Estado da Bahia (Incep-Uneb), que altera a estrutura física do Campus I da Uneb com a construção do prédio destinado à pesquisa, preenchendo uma lacuna até então existente, redimensionando as relações científico-tecnológicas e a gestão institucional na busca da consolidação universitária.

O objetivo do CPEDR foi dotar a Uneb de infraestrutura para a pesquisa adequada à sua estrutura multicampi extraordinária com o eixo norteador: educação e desenvolvimento regional e incidindo na gestão institucional focalizando a pesquisa em rede, preservação patrimonial científica e a difusão do conhecimento aliando educação à economia, e cuja estratégia corresponde à prática de intervenção exitosa de produção e gestão institucional, oriunda dos estudos de campo para atender à demanda universitária da Bahia. A Uneb se direciona para o seu crescimento e já conta com mais de cinco projetos institucionais aprovados com recursos da Finep/MC&T.

A metodologia do prático-pesquisador de Ruth Canter Kohn, desenvolvida na pesquisa social na Bahiapor Leliana Sousa, caracteriza-se pelo fazer coletivo envolvendo profissionais, estudantes e técnicos de diferentes instâncias e setores da Uneb e da sociedade.

Palavras chaves: Educação e desenvolvimento regional. Pesquisa. Tecnologia social. Base científica.

**PROPONENTE**

Lethícia Machado dos Santos

TÍTULO

Projeto base do ensino médio com intermediação tecnológica do Estado da Bahia: uma estratégia de acesso à educação

O Programa Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (Emitec) se constitui em alternativa pedagógica para atender a três vertentes desafiadoras da educação baiana: a extensão territorial constituída por 417 municípios, a carência de docentes

habilitados em localidades longínquas e a necessidade de articular o que acontece no mundo com os acontecimentos regionais e locais desses espaços, com o intuito de auxiliar na construção da cidadania, bem como atenuar as desigualdades socioculturais no nosso estado. Com o Emitec, jovens e adultos que, prioritariamente, moram em localidades distantes (ou de difícil acesso) em relação a centros de ensino-aprendizagem onde não há oferta do ensino médio e/ou estudantes de localidades com número insuficiente em profissionais com formação específica em determinadas áreas de ensino tiveram a oportunidade de usufruir do estado de direito à educação e dar continuidade aos estudos, ampliando a possibilidade de lutar por uma vaga no ambiente social de sua região e/ou território. Pioneiro na Região Nordeste, a qual amarga os piores índices do Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), o programa Emitec está em consonância com os princípios das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, das Orientações Curriculares Estaduais para o Ensino Médio e do documento Princípios e Eixos da Educação na Bahia. Um fator balizador da política para implantação do programa Emitec foi o panorama de desigualdade regional, tanto em termos de cobertura como de sucesso escolar. Segundo análise feita pelo MEC/Inep/SEEC e divulgada pelo MEC em 2001, as regiões Norte e Nordeste continuavam apresentando as piores taxas de escolarização do país. Distorção que precisa ser corrigida e o Emitec se soma às medidas estratégicas que contribuirão para a concretização dessa meta.

**PROPONENTE**

Luciana de Melo Costa

TÍTULO

Feira do Produtor Familiar

Comunicação/divulgação do projeto: fizemos reuniões e visitas técnicas conforme atas já enviadas por ocasião de relatos trimestrais à Coordenação Técnica do Ministério do Desenvolvimento Social, mas também promovemos ampla divulgação por meio de matérias no site e no Boletim Oficial do município, além de matérias veiculadas nas afiliadas de TV na Baixada Santista. Não houve alterações com relação à execução física, porém com relação à execução financeira.

O curso de capacitação em agricultura orgânica foi ministrado com mão de obra municipal, não sendo necessário o uso do recurso aprovado. O recurso para compra de material para o curso não foi usado, pois foi disponibilizado pela Secretaria de Educação do município. Por se tratar de agricultores familiares, os mesmos estão isentos de certificação orgânica e irão passar por processo de implantação de controle social junto ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento. Todos os materiais e serviços previstos nas etapas/fases foram adquiridos, exceto os referentes ao curso. O curso foi ministrado por funcionário público, nesse caso não cabendo remuneração para o instrutor, e verificou-se, também, disponibilidade de material de consumo junto ao estoque da educação para ministrar o curso.

As metas foram mantidas com economia de recurso sem prejuízo do cumprimento do objeto. O termômetro da qualidade dos serviços executados pode ser observado no nível de satisfação dos participantes quanto à geração de renda, não só pela venda direta, mas pela melhor inclusão na vida social e econômica do município, aumentando a visibilidade e o leque de venda também no comércio varejista local, que passou a comprar esses produtores, além do nível de satisfação dos consumidores num ritual de encontro aos sábados no local da feira.

**PROPONENTE**

Luiz Antônio dos Santos Barros

TÍTULO

Programa Rio é Design

Objetivo: o Programa Rio é Design busca agregar valor e qualidade aos produtos e serviços fluminenses, usando o design como ferramenta estratégica de inovação e de promoção à competitividade, atuando como elemento de fomento ao desenvolvimento econômico do Estado do Rio de Janeiro, ressaltando que a indústria do século XXI tem em sua estrutura primária o uso da criatividade como matéria-prima.

Metodologia: instalação do Grupo Consultivo, composto por designers renomados do Rio de Janeiro. Planejamento e organização de eventos para a promoção do design. Promoção e coordenação de eventos para a qualificação dos produtos e serviços fluminenses, por meio do maior uso do design. Associação do Programa Rio é Design com outros programas de apoio ao desenvolvimento econômico e social da Secretaria de Desenvolvimento Econômico.

Resultados: Seminário de Design para o Setor de Rochas Ornamentais em Itaperuna; Seminário de Design para o Setor de Cerâmica Vermelha, em Campos do Goytacazes; Seminário de Design para o Setor Metal-Mecânico, em Nova Friburgo; Seminário de Design para o Setor de Rochas Ornamentais, em Santo Antônio de Pádua; 1º Brazil Design Week 2008 no Museu de Arte Moderna; Evento Rio + Design 2008 junto ao comércio especializado em design do Rio de Janeiro; Exposição Rio+Design 2009 no Morro da Urca; Exposição e palestras no Centro Cultural da Justiça Federal em 2010; Exposição e palestras na Assembleia Legislativa do Estado; Exposições Rio + Design Milão 2009, 2010, 2011 e 2012 - Itália; Rodadas de Negócios de Design 2009, 2010 e 2011.

O programa deu visibilidade e propiciou a maior divulgação dos profissionais de design do Rio de Janeiro, junto aos setores comerciais, industriais, de serviço em âmbito nacional e internacional. O Programa Rio é Design recebeu os prêmios TOP XXI em 2009, na categoria Apoio ao Design Brasileiro, e Prêmio Brasilidade 2011, na categoria Gestão Empresarial.

**PROPONENTE**

Maria do Desterro Melo da Rocha Nogueira Barros

TÍTULO

Projeto esporte e cidadania

A comunidade escolar é um local onde buscamos desenvolver a formação fundamental de valores, hábitos e estilo de vida entre os que dela participam. E percebendo que o hábito da prática esportiva encontra-se deficiente, por parte da comunidade, propomos a partir do presente projeto a integração entre alunos, parentes, corpo docente e demais indivíduos da comunidade para uma mobilização, na qual incentivaremos e disponibilizaremos o acesso à prática esportiva para todos.

O ser humano tem necessidade de praticar algum tipo de atividade física ou esportiva. Foi com base nessa teoria que a Secretaria Municipal de Educação criou projeto que envolvesse as pessoas da comunidade escolar com o objetivo de despertar a prática esportiva em prol da socialização e uma melhor qualidade de vida para as pessoas. A prática de esportes regularmente proporciona benefícios relacionados à saúde física, mental, social e espiritual, promovendo aos praticantes a redução dos riscos de doenças coronárias, cardiopulmonares, derrames, diabetes entre outras.

A comunidade escolar é um local onde buscamos desenvolver a formação fundamental de valores, hábitos e estilo de vida entre os que dela participam. E percebendo que o hábito da prática esportiva encontra-se deficiente, por parte da comunidade, propomos a partir do presente projeto a integração entre alunos, parentes, corpo docente e demais indivíduos da comunidade para uma mobilização, na qual incentivaremos e disponibilizaremos o acesso à prática esportiva para todos.

**PROPONENTE**

Maria Helena de Araújo

TÍTULO

Práticas exitosas de produção e gestão institucional

O Projeto Doação para Promoção do Protagonismo das Comunidades Quilombolas do Ceará é uma política desenvolvida pelo governo que contribui para inclusão social. A sua atuação dá-se compartilhada com a Comissão Estadual dos Quilombolas Rurais do Ceará (Cequirce). Os estados de Pernambuco e Bahia também participam dessa política. No Ceará, o seu caráter inovador dá-se por ter sido a primeira política oficial a beneficiar diretamente as comunidades quilombolas rurais.

O seu objetivo é fortalecer o protagonismo dessas comunidades, historicamente excluídas, por meio da construção do capital social e acesso aos recursos públicos e privados existentes. Ações de fortalecimento, intercâmbio, assistência técnica, implantação de centros multiusos e digitais estão possibilitando a inclusão dessa parcela estagnada da população em outras políticas e outros projetos, buscando o desenvolvimento como forma de redução das desigualdades. Para atender a esse objetivo,

as ações propostas são: a) identificação de líderes locais, regionais e estaduais; b) capacitações em diversos níveis e envolvimento de parceiros: órgãos públicos municipais, estaduais e federais e Cequirce. A assistência técnica inovadora/Ater inclui o quilombola como cidadão participativo, identifica as políticas públicas existentes e o orienta para o acesso às mesmas em todas as áreas do desenvolvimento (social, infraestrutura, meio ambiente e produção).

Iniciado em 2009, o projeto já atendeu mais de mil quilombolas com ações em diversos municípios (fortalecimento, criação de associações, encontros, intercâmbio). Atualmente atende 15 comunidades com ações diretas de assistência técnica inovadora/Ater, implantação de centro multiusos e digital. O resultado pode ser visto com a elevação do capital social, autoestima e inserção no mercado produtivo.



PROPONENTE

Maria Inês Mapurunga de Miranda

TÍTULO

PA Rural – Beneficiamento da castanha de caju em Barreira (CE) na perspectiva do desenvolvimento sustentável

Barreira é um município considerado um dos maiores produtores de castanha de caju do Estado do Ceará. Porém, até 1985 a castanha era vendida *in natura*, sem nenhum valor agregado. O PA Rural (Programa de Apoio Rural), patrocinado pelo governo federal em parceria com o governo do estado, com interlocução do PAPP (Projeto de Apoio ao Pequeno Produtor), hoje Projeto São José, surge com o objetivo de gerar emprego e renda a partir da implantação de minifábricas de beneficiamento da castanha de caju.

O PA Rural é gerido pela Sociedade Beneficente de Barreira. Teve início com cinco minifábricas, quatro delas nas comunidades de Barreira e uma na sede do PA Rural. Hoje participam 85 sócios, desde produtores a beneficiadores de castanha de caju. O processo de produção cresceu em cinco anos. O número de minifábricas multiplicou para 32 e em parceria com o PA Rural iniciaram a exportação da castanha beneficiada. No PA Rural era feito o pré-cozimento das castanhas, que eram enviadas para as minifábricas para serem cortadas, raspadas e selecionadas. Retornavam para o PA Rural, onde seriam fritas e embaladas. O pagamento dos serviços era feito por produção e por tarefa feita. As vendas aconteciam em parceria com as 32 minifábricas. O pagamento era rateado segundo a produção de cada uma. Hoje são 60 minifábricas em Barreira.

Com o trabalho de difusão do beneficiamento da castanha, outras minifábricas surgiram além de suas fronteiras municipal, estadual e nacional, gerando novos empregos e renda. Hoje a função do PA Rural é difundir suas experiências adquiridas ao longo de 20 anos. Novas atividades produtivas se incorporaram e também a forma de se produzir em respeito à natureza. Além disso, o PA Rural estimulou a criação da Cooperativa da Agricultura Familiar Orgânica de Barreira, da qual participa como mais um coadjuvante entre agricultores familiares e beneficiadores de castanha. O PA Rural foi pioneiro na implantação de minifábricas de beneficiamento da castanha de caju no Ceará.

**PROPONENTE**

Nizane Rita Palha Bonamigo Marques Torres

TÍTULO

Programa Fornecer – Compras públicas para micro e pequenas empresas

O objetivo do programa é executar uma política de desenvolvimento econômico regional sustentável, de distribuição de renda e de diminuição das desigualdades sociais. Ele visa a explorar a demanda por bens e serviços do Estado do Rio Grande do Sul, fomentando as micro e pequenas empresas, eliminando intermediários, reduzindo custos de transporte, favorecendo o armazenamento e a logística na entrega e distribuição do bem, uma vez que todos esses custos estão incluídos no preço final.

Definiu-se que os certames licitatórios do Fornecer ocorreriam de forma exclusiva, permitida pela legislação para as micro e pequenas empresas nas contratações até R\$ 80mil; adotou-se o pregão presencial em cada um dos municípios como modalidade de licitação; a implantação do programa ocorreu em etapas, tanto em relação ao número de itens quando à abrangência territorial; ela foi primeiramente nas regiões menos favorecidas economicamente do estado. Identificou-se como resultado o aumento de fornecedores, economia com os preços registrados, incentivo ao aumento do emprego e investimento na região.

Na primeira etapa os seguintes resultados foram observados: economia para o estado (novembro de 2011 a abril de 2012) de R\$ 648.300,60, ou seja, 42,18% em relação aos preços registrados entre mai/11 e out/11; o estado injetou R\$ 888.738,60, regionalmente, na compra de pão e leite durante a vigência do registro de preços; o número de fornecedores passou de dois para 35. Na segunda etapa, a economia para o estado (maio a outubro de 2012) foi de R\$ 5.190.873,54, ou seja, 46,64% em relação aos preços registrados entre mai/11 e out/11; o estado injetou R\$ 6.005.881,92, regionalmente, na compra de pão, leite e carne durante a vigência do registro de preços; o número de fornecedores passou de quatro para 87. Sendo assim, com o Programa Fornecer verifica-se um aumento nos níveis de emprego, de investimento e de desenvolvimento das regiões de um modo geral.

**PROPONENTE**

Omar de Assis Moreira

TÍTULO

Ampliação dos serviços postais em comunidades pacificadas do RJ: case Rocinha

A experiência de Entrega Itinerante na Rocinha, iniciada em 2011, sob a coordenação da área de operações da Diretoria Regional do Rio de Janeiro da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos (ECT), está alinhada com os objetivos da PNDR de promover a inserção social da população, a melhoria da qualidade da vida, a

concessão de crédito e a melhoria da condição social da população, uma vez que a atividade se configura como mais uma das ações da empresa, que constantemente direciona esforços para o fortalecimento da sociedade, envolvendo e incentivando a sua força de trabalho, na execução e no apoio a projetos sociais, mobilizando suas competências de agente público e de empresa-cidadã, para o fortalecimento de ação social, promovendo a responsabilidade pública, apoiada na capilaridade e no seu potencial para interconectar pessoas e organizações.

A experiência beneficia, aproximadamente, 80 mil pessoas e é coerente também com a missão e a estratégia da ECT, que busca expandir a distribuição externa para localidades não atendidas. A missão da ECT é: fornecer soluções acessíveis e confiáveis para conectar pessoas, instituições e negócios, no Brasil e no mundo. E a estratégia diretamente vinculada com a experiência é: implantar modelo de atendimento e distribuição de baixo custo para localidades remotas ou de baixa densidade de entrega, usando, por exemplo, agência móvel, unidade terceirizada, em parceria com entidades públicas e terceiro setor, atendendo às metas de universalização definidas.

Uma das condições básicas para o exercício da cidadania é ter um endereço regularizado, oficializado e denominado. Assim, a expansão domiciliária tornou-se possível por meio de um trabalho integrado com a Prefeitura do Rio de Janeiro, no sentido de oficializar os logradouros e numerar os imóveis. Por exemplo: a expansão da distribuição depende de intervenções mais amplas, pois quase a totalidade das vielas não apresenta condições de circulação de veículos, devido principalmente à exígua largura dessas vielas.

**PROPONENTE**

Paulo Roberto Colusso

TÍTULO

A educação a distância como instrumento de desenvolvimento local e sustentável:

o Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria

A educação a distância vem ganhando espaço dentro do cenário nacional, ampliando, assim, a oferta de cursos técnicos, de graduação e pós-graduação, oportunizando, dessa forma, acesso à educação por pessoas que não viam a possibilidade de estudar por diversas razões, por trabalhar, custo de cursos, morar longe de instituições etc. Pensando nesse público, o Colégio Técnico Industrial da Universidade Federal de Santa Maria (CTI/UFSM) em 2007 começou a estruturar o Núcleo de Educação a Distância (Nead), para, assim, poder ofertar cursos em nível pós-médio na modalidade a distância.

Partindo-se do exposto, busca-se apresentar o histórico do Nead, envolvendo as etapas envolvidas em sua criação, planejamento, execução, planos e perspectivas. Apresentam-se também as equipes que estão envolvidas em todo o processo, o traba-

lho com o curso de técnico em automação industrial, curso esse o primeiro ofertado na modalidade, o curso de técnico em segurança do trabalho, a elaboração dos materiais didáticos para o colégio e também para diversos cursos da Rede e-Tec Brasil. Serão abordados também uma breve contextualização do ambiente virtual adotado na modalidade e os agentes envolvidos no processo. Com este texto, busca-se levar ao conhecimento de mais pessoas a estruturação do Nead/CTI/UFSM, o apoio a outras instituições e a própria expansão da modalidade.

**PROPONENTE**

Raimunda Alves Melo

TÍTULO

Projeto Juventude e Cidadania

O Projeto Juventude e Cidadania teve início de forma muito tímida e ainda sem uma denominação específica em 2005 no bairro Mutirão da cidade de Castelo do Piauí. Em 2 de maio de 2006 foi instituído pela Lei Municipal nº. 1.035 recebendo a atual denominação. O projeto foi implantado devido à falta de perspectiva de crianças, adolescentes e jovens e a exposição dos mesmos a situação de risco, como exploração do trabalho infantil, ausência de locais de atividades de lazer e lúdicas, abandono e evasão e repetência escolar e principalmente de orientações sobre temas do cotidiano, como drogas, violência, abuso e exploração sexual, entre outros. O Projeto Juventude e Cidadania em quatro anos de existência atende com oficinas lúdicas, capacitações pedagógicas e oficinas de profissionalização a 520 beneficiados com faixa etária de 9 a 21 anos, de ambos os sexos, oriundos de famílias de baixa renda, residentes no município de Castelo do Piauí, principalmente crianças e adolescentes em situação de risco, desde que estejam matriculados e frequentando as escolas públicas. Em quatro anos de trabalho com jovens, crianças e adolescentes o projeto tem criado oportunidades de vivenciar valores mais humanos e fraternos. Muitos dos jovens que passaram pelo Juventude e Cidadania já foram incluídos no mercado de trabalho formal regularizado, outros são funcionários públicos concursados, alguns são universitários e outros com o próprio negócio.

**PROPONENTE**

Regina Lúcia Guilherme da Silva

TÍTULO

Projeto Pingo d'Água – uma experiência de convivência com o semiárido cearense

Os pequenos produtores distribuídos no Vale da Forquilha em 17 comunidades abrangem mais de 5 mil pessoas que vivem da agricultura de subsis-

tência, tendo como consequência um grande êxodo rural. A população do Vale do Rio Forquilha, até a década de 1990, costumava saquear o comércio de Quixeramobim em busca de alimentos para a sobrevivência e, por morar numa região semiárida, não tinha água para o consumo humano, sendo abastecida por meio de carros pipas do Governo do Ceará. Com o objetivo de tirar essas pessoas dessa condição, em 1987 surgiu a ideia de se criar uma associação, na localidade de São Bento, com o lema “Neste vale ninguém passara mais fome e nem será humilhado”. Em 1989 um francês da *Université François Rabelais*, com o apoio do poder local e da Universidade Estadual do Ceará, apoiou essa ideia com a perfuração manual de poços tubulares rasos no Vale, cujo objetivo principal era procurar no subsolo água para o consumo humano, daí o nome Pingo d’Água. De 1989 a 1996 já existiam 17 associações ao longo do Vale e a discussão era a perfuração de poços para a exploração da agricultura irrigada e consumo humano. Usaram a experiência de um professor da universidade que trouxe um modelo de equipamento, já usado no litoral do Nordeste, para ser reproduzido na própria comunidade. A partir daí foram multiplicando poços com vazões de 40 a 90 mil litros por hora por todo o vale. De 1997 a 1998 foi selado o convênio entre o poder local, a Universidade da França e Universidade Estadual do Ceará. Em 1999 houve a implantação dos primeiros projetos de irrigação com financiamento do Banco do Nordeste e infraestrutura pela hoje Secretaria de Desenvolvimento Agrário, por meio do Projeto São José. A partir daí foram ampliadas as parcerias, culminando com o desenvolvimento do Vale da Forquilha, do município de Quixeramobim, disseminando a experiência da produção irrigada em pleno semiárido para todo o Estado do Ceará.

**PROPONENTE**

Ricardo Candea Sá Barreto

TÍTULO

Formação bruta de capital fixo

Este estudo foi produzido pelo Centro de Estatística e Informações da Fundação João Pinheiro (FJP) e tem como foco a mensuração da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF) na economia mineirade 2005 a 2009. A FBCF é definida como a operação do Sistema de Contas Nacionais (SCN) que registra a ampliação da capacidade produtiva futura de uma economia por meio de investimentos correntes em ativos fixos, ou seja, bens produzidos factíveis de uso repetido e contínuo em outros processos produtivos por tempo superior a um ano sem, no entanto, serem efetivamente consumidos pelos mesmos. A importância de tal indicador advém da relação entre o nível de investimentos (FBCF) de um país e o ritmo de crescimento de seu PIB. Pode-se entender essa relação matemática de forma intuitiva: é só com o aumento da capacidade produtiva (mais fábricas, mais geração de energia, mais empregos) que se consegue obter um aumento

sustentável na renda de um país. A metodologia de projeção adotada foi desenvolvida com base nas Tabelas de Recursos e Usos de Minas Gerais, compostas pelo mapeamento dos fluxos de oferta e demanda de bens e serviços e de emprego e renda gerados pelas diversas atividades econômicas. O próximo passo será a publicação em 2012 de mais um estudo, que já deverá incorporar uma cultura de medição e identificar uma metodologia de avaliação permanente para os impactos trimestrais sobre as Contas Regionais Trimestrais.

**PROPONENTE**

Ricardo Palagano Ramalho

TÍTULO

A nova Cedae

A Cedae vivencia a concretização de projetos que foram planejados desde 2007 e que vêm fazendo com que a empresa aumente sua arrecadação e reduza custos, melhorando a sinergia dos seus órgãos. A realização de investimentos na capacitação profissional; a redução de custos com mão de obra terceirizada; a adoção do sistema de compras por pregão eletrônico; as novas práticas de governança corporativa, com contratação de empresas de consultoria para promover a reestruturação da diretoria administrativo-financeira e de relação com investidores são também exemplos de mudanças que transformaram positivamente a Cedae. Trabalhamos fortemente para a garantia do nosso mercado consumidor para o presente e o futuro. Renovamos antigos convênios com municípios fluminenses e temos atraído novos parceiros para a prestação de serviços públicos de saneamento básico. Já renovamos 32 contratos, todos assinados em conformidade com as regras definidas na Lei Federal nº 11.445/07, que estabelece as diretrizes nacionais para o nosso segmento de atuação. Iniciamos a operação do sistema de tratamento secundário da ETE Alegria no bairro do Caju, que reduz em 98% as impurezas dos efluentes que chegam à Baía de Guanabara, e ampliamos a capacidade da rede coletora para 2.500 litros de esgoto por segundo, o que aumentou o tratamento no município do Rio de 40% para 60%. Iniciamos as operações da Estação Barra da Tijuca, que faz o tratamento primário dos esgotos que são lançados no emissário submarino da Barra. Promovemos o renascimento da Lagoa Rodrigo de Freitas: pela primeira vez nos últimos 10 anos as águas estão próprias para a prática de esportes de contato secundário com segurança sanitária, segundo análise do Instituto Estadual do Ambiente (Inea). No relacionamento com os nossos clientes, reformamos e modernizamos todas as agências de atendimento comercial. Inauguramos a Universidade Corporativa, capaz de treinar até 500 colaboradores-alunos/dia.

**PROPONENTE**

Rodrigo Barichello

TÍTULO

Pequeno condomínio de agroenergia a partir do biogás proveniente do tratamento de dejetos suínos: um caso prático para o desenvolvimento regional

A suinocultura é considerada uma atividade de alto potencial poluidor, devido aos excrementos gerados pelos suínos (dejetos). Como forma de minimização dos efeitos, a tecnologia de digestão anaeróbica em biodigestores é uma das possibilidades para o combate da poluição gerada e que ao mesmo tempo agrega valor às propriedades rurais. O presente trabalho apresenta um caso prático da implantação de biodigestores em duas propriedades de porte médio criadoras de suínos e conseqüentemente a criação de um pequeno condomínio de agroenergia, na qual um gasoduto interliga as duas propriedades em questão, com o intuito de geração de energia elétrica isolada usando biogás como combustível em um motor a combustão interna, instalado em uma das propriedades. A unidade de geração consiste em um motor estacionário adaptado para operar com biogás, acoplado a um gerador elétrico trifásico de 30 kVA nominal. O estudo apresenta a incorporação da sustentabilidade nos negócios, demonstrando que a aplicação do projeto para a geração de energia elétrica isolada é viável, aumentando a rentabilidade das propriedades, transformando um passivo ambiental em oportunidades, além de incentivar a permanência do trabalhador no meio rural, por meio de uma produção sustentável. A eficiência global do sistema é satisfatória, podendo ainda ser exploradas as opções de cogeração e de emissão certificada de carbono (créditos de carbono) e uso do biofertilizante como adubo orgânico. A presente prática está servindo de modelo para outras propriedades rurais.

**PROPONENTE**

Rodrigo Ribeiro Franco Vieira

TÍTULO

Resultados obtidos com a mudança do sistema de irrigação parcelar do perímetro de irrigação em Mandacaru, Juazeiro (BA)

O trabalho se refere aos resultados obtidos com a troca do sistema de irrigação do Perímetro de Mandacaru, em Juazeiro (BA), após a metodologia elaborada pelos engenheiros Frederico Calazans, Rodrigo Vieira e Juan Fleishmann. Nesse caso, houve a substituição do sistema de irrigação original – sulcos, bastante perdulário – por sistemas localizados e os resultados em termos de índices de produtividade, economia de água e de energia do perímetro estão bastante animadores. A metodologia criada hoje é reconhecida em todo o planeta e foi agraciada com

alguns prêmios e convidada a ser reproduzida em outros países. Essa metodologia hoje tem os seus resultados confirmados e pode ser implantada em qualquer local do planeta no qual haja desperdício ou necessidade de conservação da água.

**PROPONENTE**

Rosimara Nunes de Almeida

TÍTULO

Central de Projetos:

ação efetiva de combate às desigualdades regionais em Mato Grosso

A Central de Projetos, criada pela Associação Mato-Grossense dos Municípios (AMM) em 2011, tem o objetivo de auxiliar as prefeituras do estado na captação de recursos para garantir investimento em setores essenciais para a população, como saúde, educação, saneamento e obras. Considerando que os municípios recebem a menor fatia do bolo tributário nacional, apenas 15%, os projetos são fundamentais para garantir outras fontes de recursos, como emendas parlamentares federais ou convênios com o estado, ministérios e bancos oficiais. Como a maioria dos municípios não possui recursos suficientes para investir em contratação de profissionais para elaborar os projetos, a AMM oferece essa oportunidade, com técnicos qualificados para atender à demanda. Dentro desse contexto, a Central de Projetos atua com o objetivo de promover o desenvolvimento, a equidade no acesso a oportunidades de investimento e reduzir as desigualdades. Após um ano e meio da implantação, os resultados podem ser aferidos por meio de mudanças concretas no cenário social e econômico do estado. Nesse período, todos os municípios mato-grossenses foram atendidos pelo setor. Muitas prefeituras conseguiram os recursos e os projetos se transformaram em realidade, por meio de obras essenciais para a população do estado, que concentra 3.033.991 habitantes, de acordo com o Censo/2010. Muitos outros projetos estão em andamento, na iminência da liberação dos recursos. A estruturação da Central de Projetos contou com o apoio do governo do estado, que assinou um convênio com a AMM em 2011 para garantir a contratação de parte da equipe de engenheiros e arquitetos. O convênio foi renovado em 2012, numa demonstração de que a iniciativa se transformou em uma política de governo. Nessa condição, a central contribui para o combate às desigualdades regionais existentes em grande escala em Mato Grosso, um estado rico, impulsionado pelo agronegócio, mas que concentra uma população pobre, carente de atenção governamental.

**PROPONENTE**

Sidarta Tollendal Gomes Ribeiro

TÍTULO

Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Objetivos: o Instituto do Cérebro da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (ICe-UFRN) configura-se como um projeto estratégico para o desenvolvimento regional brasileiro.

Metodologia: pesquisa e educação científica, docência de graduação e pós-graduação, política universitária, extensão, gestão pública.

Resultados: a implantação do ICe-UFRN foi bem-sucedida em atrair e repatriar para Natal 18 neurocientistas brasileiros e estrangeiros de perfil internacional e alta qualidade acadêmica. Os docentes desenvolvem projetos inovadores de pesquisa científica em neurociências de sistemas e cognição, neurobiologia molecular e celular, modelos computacionais de circuitos neurais e análise de dados, neuroengenharia, neuroterapias e bioinformática, por meio das mais avançadas técnicas moleculares, celulares, eletrofisiológicas, computacionais, bem como imageamento óptico e ressonância magnética funcional. O ICe-UFRN atua com ênfase na pós-graduação, por meio de seu próprio programa de neurociências e de outros programas de pós-graduação na UFRN e outras Ifes, atingindo dezenas de estudantes oriundos de vários locais no Brasil, Hispano-América, Europa, África e Ásia. Um número crescente de pós-doutorandos tem vindo reforçar o ambiente de pesquisa. Em consequência desses esforços, as publicações do ICe-UFRN estão em ascensão. O ICe-UFRN também atua diretamente no ensino, atendendo a centenas de alunos de graduação semestralmente. Finalmente, o ICe-UFRN atinge milhares de pessoas via ações de extensão de cunho científico, cultural e esportivo com jovens e adultos de comunidades carentes, bem como escolas e hospitais públicos.

Conclusão: o projeto implantou no Nordeste um centro de pesquisa de ponta com inserção internacional, formador de recursos humanos.

**PROPONENTE**

Suzana Costa Wrublzck

TÍTULO

Educação ambiental visando à conservação dos recursos hídricos em 57 propriedades rurais de base familiar no município de Salto do Lontra (PR)

Diante da necessidade de conservação dos recursos hídricos, o reconhecimento das características e realidades ambientais visa a contribuir para o desenvolvimento sustentável. Nesse sentido, o presente trabalho teve por objetivo promover a prática de educação ambiental visando à conservação dos recursos hídricos no município de Salto do Lontra (PR). A metodologia usada para as experiências de

educação ambiental ocorreu concomitantemente ao desenvolvimento de um projeto de pesquisa de controle de qualidade da irrigação em 57 propriedades rurais de base familiar, já em andamento. Com base nos levantamentos de campo por meio do georreferenciamento dos pontos de amostragem e dos perímetros das propriedades rurais e levantamentos de uso e ocupação do solo, obtiveram-se informações sobre a qualidade da água usada para irrigação e o atual uso do solo, com destaque para as áreas de preservação permanente. A realização das visitas de reconhecimento para identificação das classes de uso do solo, as áreas de preservação permanente e os parâmetros de qualidade da água de irrigação nas propriedades rurais do município permitiu as ações de educação ambiental em cada uma das propriedades de agricultura familiar, bem como a divulgação da importância do manejo dos recursos hídricos nas atividades agropecuárias, predominantes no município.

**PROPONENTE**

Tânia Maria de Oliveira

TÍTULO

Cultura da venda na cooperativa de costureiras Unidas Venceremos

Esta pesquisa buscou entender a dinâmica da organização do trabalho da Cooperativa Univens, no bairro Sarandi, em Porto Alegre. Este trabalho tem por objetivo analisar se a forma pela qual o empreendimento vende seus produtos fortalece a autogestão, o empoderamento das mulheres, a distribuição de renda e a autonomia. Este trabalho também visa a verificar se as estratégias usadas pelos trabalhadores resultaram numa melhoria de qualidade de vida. A escolha da Univens ocorreu pelo fato de a cooperativa estar no mercado de trabalho há 16 anos e também participar do movimento da economia solidária, gerando trabalho e renda, além de trazer benfeitorias para sua comunidade e seu entorno.

A metodologia usada foi qualitativa, envolvendo observação, análise documental, entrevista, questionários e história de vida, usando como referenciais teóricos autores como Singer (2002), Nascimento (2003), Andrada (2005), Santos (2005), Sígolo e Mascarenhas (2012), dentre outros. Os resultados da pesquisa apontam que todos os associados (as) que vivem do trabalho da Univens consideram positivamente o retorno financeiro, acreditam no discurso e nos princípios solidários e são reconhecidos e respeitados pelos demais grupos do movimento de economia solidária. Além do mais, apreciam a vida comunitária experimentada dentro e fora da cooperativa.

**PROPONENTE**

Valdiane Soares da Silva

TÍTULO

Delícias da agricultura familiar: uma experiência a sistematizar

Objetivos: avaliar o papel social e a viabilidade econômica da Cozinha Artesanal Delícias da Agricultura Familiar. Analisar do ponto de vista qualitativo os impactos sociais causados na microrregião da Bacia do Goitá. Verificar a viabilidade econômica dos produtos beneficiados e vendidos. Medir o grau de satisfação dos agricultores e dos consumidores.

Metodologia: a metodologia usada parte da análise minuciosa e detalhada do processo de avaliação do ponto de vista social e da viabilidade econômica da Cozinha Artesanal Delícias da Agricultura Familiar, um empreendimento localizado na Microrregião da Bacia do Goitá (PE). O estudo combinará teorias e vivências a partir de um levantamento bibliográfico, pesquisa de campo, entrevistas, questionário com perguntas abertas e fechadas, consultas de acervos, com base em duas hipóteses: a) A Cozinha Artesanal Delícias da Agricultura Familiar é uma tecnologia social; b) A Cozinha Artesanal Delícias da Agricultura Familiar é um empreendimento sustentável.

Natureza da pesquisa: o método de abordagem é o hipotético-dedutivo, que para Lakatos e Eva Maria (2007:110) inicia pela percepção de uma lacuna nos conhecimentos acerca da qual formula hipóteses e, pelo processo de inferência dedutiva, testa a predição da ocorrência de fenômenos abrangidos pela hipótese.

A técnica de coleta de dados adotada é a de observação direta intensiva e a direta extensiva, caracterizadas na observação, entrevista, questionário, medidas de opinião e de atitudes.

Resultados esperados e conclusão: espera-se a realização de um estudo aprofundado que seja capaz de medir o papel social e a viabilidade econômica da Cozinha Artesanal Delícias da Agricultura Familiar. Do ponto de vista prático, se considera como resultados (um diagnóstico situacional, um estudo de caso, uma cartilha e um vídeo). Esses produtos serão sistematizados, divulgados e publicados.

**PROPONENTE**

Virgílio Maurício Viana

TÍTULO

Programa Bolsa Floresta

Com quase cinco anos de atuação, a Fundação Amazonas Sustentável é uma organização não governamental de direito privado, que trabalha em temas de interesse público. Ela mantém parceria com 14 instituições governamentais, 12 empresas privadas e 21 instituições não governamentais. A FAS é reconhecida como de interesse público pelo Governo do Estado do Amazonas. Tem sede em Manaus e um escritório em São Paulo, focado na captação de recursos e no contato com parceiros financiadores. O enfoque de

suas ações é holístico, visando a superar a pobreza e os vetores da degradação ambiental. A principal inovação da FAS é agir de forma integrada e equilibrada junto a todos os componentes do desenvolvimento humano, econômico e social, no qual a tecnologia é voltada para a realidade de populações tradicionais da Amazônia. O trabalho envolve geração de renda, educação, saúde, associativismo, conservação ambiental, desenvolvimento de negócios, microcrédito, inovações tecnológicas, água/saneamento, habitação e moradia, comunicação, desenvolvimento rural de base comunitária, comércio justo e melhoria das condições laborais. O Programa Bolsa Floresta é a espinha dorsal da estratégia de atuação da FAS. Implementado em 15 unidades de conservação estaduais da Amazônia, ele colabora eficazmente para a redução do desmatamento, a erradicação da pobreza, o apoio à organização associativista, a melhoria dos indicadores sociais e para a geração de renda baseada em atividades sustentáveis. Apoiado em quatro pilares, renda, social, associação e familiar, o Bolsa Floresta tem promovido, ano a ano, a melhoria contínua da qualidade de vida das populações ribeirinhas. São complementares ao Bolsa Floresta programas de apoio à produção sustentável; à saúde e educação; ao desenvolvimento científico e à gestão de unidades de conservação, todos desenvolvidos em conjunto com 20 parceiros da FAS. Mulheres e homens ribeirinhos beneficiários reconhecem na FAS o palco onde protagonizaram as mudanças em suas vidas.

**PROPONENTE**

Wiliam César Alves Machado

TÍTULO

A intersectorialidade na promoção da saúde de idosos no Centro-Sul Fluminense: estratégias da gestão pública municipal comprometidas com o envelhecimento saudável

Objetivo: discutir os reflexos das estratégias intersectoriais de promoção da saúde de idosos adotadas na região Centro Sul Fluminense, notadamente pela gestão pública municipal de Três Rios (RJ), considerando-se a gradativa redução dos procedimentos hospitalares de média e alta complexidade para essas pessoas.

Método: trata-se de estudo descritivo, exploratório, quantitativo, feito no primeiro semestre de 2012, a partir dos dados cadastrais referentes ao período de 2008 a 2011, disponíveis no Sistema de Indicadores de Saúde e Acompanhamento de Políticas do Idoso e no Sistema de Informações Hospitalares Descentralizado (SIHD2). Como técnica analítica usou-se a estatística descritiva.

Resultados: houve redução média de 63,13% nos casos de hipertensão arterial sistêmica; 69,89% nos casos de diabetes; 47,67% de quedas e suas complicações; 31,80% das pneumonias; e 79,20% nos diagnósticos de urgências clínicas e cirúrgica.

Conclusão: constatou-se gradativa redução nos procedimentos hospitalares de média e alta complexidade, reflexos da implementação de estratégias intersectoriais focadas em ações preventivas com melhoria das condições de vida e saúde dos idosos da região Centro-Sul Fluminense.

**PROPONENTE**

Wuleandro Manoel da Silva

TÍTULO

Rede de multiplicadores infanto-juvenil

Objetivo: a Rede de Multiplicadores do Protagonismo Infanto-Juvenil busca desenvolver práticas e vivências em suas escolas de origem e noutras instituições com foco no desenvolvimento da juventude numa ação voluntária, conforme determina a Lei nº 9.608/98.

Metodologia: a formação da Rede de Multiplicadores do Protagonismo Infanto-Juvenil aconteceu em cinco fases: diagnóstico de líderes juvenis; partilha de conceitos, princípios, práticas e vivências sobre protagonismo, os quais resultaram em subsídios teóricos para as ações; formação de equipes de trabalho; construção coletiva de planos de trabalho e desenvolvimento de práticas e vivências em protagonismo infanto-juvenil.

Resultados: em pouco mais de dois anos de existência, a Rede de Multiplicadores do Protagonismo Infanto-Juvenil congrega 150 jovens atuantes, direta ou indiretamente, em 25 práticas e vivências (oficinas, palestras, eventos, concursos, olimpíadas e clubes) e em 22 municípios pernambucanos, colaborando no processo de desenvolvimento do protagonismo de aproximadamente 1.250 crianças e jovens pertencentes a escolas públicas de nível fundamental e médio, escolas privadas, creches, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (Peti), grupos religiosos e associações comunitárias.

Conclusão: a Rede Multiplicadora do Protagonismo Infanto-Juvenil, seguramente, é uma alternativa inovadora e uma prática de gestão concisa seguindo no rumo da sobrevivência, do crescimento e da perpetuidade, levando em conta todas as dimensões da sustentabilidade.

CATEGORIA 3**Projetos Inovadores para Implantação no Território****PROPONENTE**

Adalberto do Rego Maciel Filho

TÍTULO

Projeto biblioteca & empresa

O projeto tem como objetivo a implantação de um sistema de interação entre o Sebrae e as bibliotecas públicas municipais (BPMs) do entorno de suas unidades, de modo a oportunizar o aumento dos canais de atendimento do Sebrae para com a sociedade, sobretudo sua parcela com perfil empreendedor. A preocupação de levar informações aos empresários, por meio das bibliotecas públicas, apesar de ainda pouco discutida no Brasil, encontra-se como uma das atribuições dessas instituições, de acordo com o Manifesto das Bibliotecas Públicas da Unesco. A estratégia a ser perseguida consiste em criar um sistema focado nas demandas de informação empresarial da comunidade, apoiada no uso dos meios já disponíveis (recursos humanos e infraestrutura física existentes) em cada município, evidenciando uma ótima relação de custo/benefício em sua execução, bem como seu potencial multiplicador em todas as BPMs do Nordeste localizadas no entorno de unidades regionais do Sebrae. De modo a garantir a eficácia e a efetividade, torna-se decisiva a observância dos critérios e das etapas para a implementação, operacionalização e manutenção do projeto (seleção das bibliotecas, número de pessoas treinadas, tempo para atendimento etc.), descritos detalhadamente na versão completa do projeto. Com a execução desse projeto espera-se, em curto e médio prazo, a criação de novos empregos, seja por meio do (micro) empreendedorismo e a conseqüente abertura de novas empresas, seja pelo crescimento e aperfeiçoamento daquelas empresas já instaladas.

**PROPONENTE**

Alana Chocorosqui Fernandes

TÍTULO

Ciliar Só Rio Acre – extensão florestal para secundaristas de oito municípios banhados pelo rio Acre

A bacia hidrográfica do rio Acre e a mais antropizada do Estado do Acre. Essa representa fundamental importância para a região, pois é fonte de abastecimento de água para os oito municípios nos quais se faz presente. A retirada da vegetação ciliar das margens desse curso d'água no decorrer de anos tem provocado graves crises em seu curso natural, sendo necessárias sua proteção e conservação. Para isso, em 2008 foi criado e aprovado o Projeto Ciliar Só Rio Acre. Esse fez inúmeras pesquisas na bacia hidrográfica, apresentando seus resultados nas câmaras de vereadores de

cada município, a fim de divulgar os resultados e ser subsídio de políticas públicas. Com sua conclusão em 2011, o projeto Ciliar Só Rio Acre pôde perceber que além dos legisladores, outros públicos devem conhecer a importância da preservação dos cursos hídricos, sobretudo como fazer essa preservação. Nesse sentido, o presente trabalho se justifica.

Serão apresentados os resultados do projeto Ciliar Só Rio Acre, por meio de programa de extensão, para todos os mais de 40 mil alunos do ensino médio da rede pública e privada dos oito municípios envolvidos, afim de que, por meio dos alunos, esse conhecimento possa chegar a cada família, de modo a mudar a maneira com que essa convive com os cursos d'água na região. A divulgação de uma lista de espécies para a recuperação da vegetação ciliar, juntamente com uma nova largura da mata ciliar ideal para sua preservação, será o principal objetivo deste projeto. Isso deve ser feito por meio de folhetos, camisetas, bonés, faixas, canetas, jornais locais, página na internet do projeto e demais possíveis ferramentas de divulgação disponíveis. Assim, pretende-se recuperar as matas ciliares desse importante curso d'água, bem como contribuir para a concretização das populações que vivem ao seu redor, propiciando mais qualidade de vida por meio da recuperação ecológica desse ecossistema.

**PROPONENTE**

Alex Ribeiro Gomes

TÍTULO

A implementação da Cidade Internacional da Inovação e Tecnologia de Araxá – estudos de viabilidade e propostas de políticas públicas municipais

A Citat foi criada com o objetivo de contribuir para a geração de emprego, renda e trabalho no município de Araxá (MG) e região, por meio do apoio à instalação e ampliação de empresas e centros de pesquisa afetos aos setores de mineração, processamento, reciclagem e agronegócio. Além disso, a contribuição da Citat envolve a prestação de serviços de assistência técnica e estratégica, bem como a orientação a empresas já instaladas no município e a pessoas interessadas em investir nos setores de vocação da região. Por meio de parceria com instituições internacionais de pesquisa, empresas privadas como a Vale, universidades locais e laboratórios de pesquisa, associados com o poder municipal organizado por meio de consórcios de municípios, criamos uma instituição que visa a solucionar problemas como falta de mão de obra especializada em pesquisa e desenvolvimento de elementos estratégicos como nióbio, terras raras e fosfato, voltados para a criação de novos produtos no uso desses elementos. Com a criação da associação foi possível transformar a cidade de Araxá em um polo internacional de formação, pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de metalurgia, mineração e agronegócio, com o objetivo de fixar a população jovem local, atrair talentos e empresas para a região e fortalecer a economia local, consolidando a transição de região extrativista para desenvolvedora de produtos de alta tecnologia.

**PROPONENTE**

Alexandra Santo Anastácio

TÍTULO

Escola técnica de moda

O presente projeto pretende desenvolver uma escola técnica de moda, modelagem e costura, objetivando formação em nível profissionalizante, capacitação de mão de obra especializada em modelagem e costura, incluindo no mercado formal de trabalho mulheres de áreas periféricas sem possibilidade, no momento, de transformação social, integrando a vida da área urbana, das comunidades e dos seus habitantes. O mercado da moda encontra-se carente de mão de obra especializada referentes às funções de modelagem, corte e costura. Profissionais com conhecimentos básicos, porém com técnica elevada, podem tornar-se aptos a integrar o mercado de trabalho, possibilitando real inclusão econômica e social.

Vivemos um momento oportuno no país com a crescente valorização da marca Brasil no mercado externo, com oportunidades de eventos de grande porte, tais como Olimpíadas e Copa do Mundo; precisaremos de uniformes, camisas e acessórios promocionais para a divulgação e manutenção do evento, sem contar com as inúmeras possibilidades de venda para empresas e autônomos. Para atingir os objetivos acima, usaremos a metodologia do processo educativo, unindo arte e técnica, capacitando de forma profissionalizante o aluno, detalhada no projeto em anexo. Esperamos, assim, possibilitar inclusão social do gênero feminino em comunidades periféricas, prejudicada por lacunas na educação formal, consequência muitas vezes da criação dos filhos e preocupações familiares, ao mesmo tempo em que a indústria da moda se fortaleça.

**PROPONENTE**

Alexandro Barbosa

TÍTULO

Modelo de cálculo do fator-x para o setor de saneamento básico em ambiente de contratos incompletos e disparidades regionais

Este projeto estruturará modelo de cálculo do fator-x para o setor de saneamento básico em ambiente de contratos incompletos e disparidades das macrorregiões brasileiras. Para calcular o primeiro estágio do fator-x foi usado o *Dynamic Slacks Based Model* (DSBM) com dados de 2005 a 2011 para 42 operadores que atuam no Brasil. Os fatores-x obtidos passarão por um segundo estágio de análise para ajustes ao nível de existência de contratos incompletos e disparidades regionais por meio das *Generalized Estimating Equations* (GEE).

**PROPONENTE**

Aline Fernandes dos Santos

TÍTULO

Espaço do Empreendedor de Apoio às Micro e Pequenas Empresas e Microempreendedores Individuais (MPEs e MEIs)

Objetivos: implantar a estrutura de suporte para o espaço empreendedor, a fim de disponibilizar linhas subsidiárias de financiamento para pessoas físicas e jurídicas. Incentivar o empreendedorismo visando à inclusão social. Ampliar essa proposta inicial do projeto para o âmbito regional, buscando atingir cada vez mais a população excluída e empreendedora da região Sul.

Metodologia: implantar a recepção do alvará expresso no Espaço do Empreendedor via *on-line*. Capacitar a equipe interna para fornecer conhecimento gerencial visando ao atendimento do micro e pequeno empreendedor por meio de parcerias com o Sebrae e demais instituições do sistema S e universidades.

Resultados esperados: disponibilizar a emissão do alvará expresso e recursos financeiros para o empreendedor realizar seu empreendimento. Attingir até o fim de 2012 R\$ 5 milhões financiados para empreendedores pessoas físicas e jurídicas por meio de instituições financeiras conveniadas: Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Banco do Estado do Rio Grande do Sul.

**PROPONENTE**

Anderson Jorge Lopes Brandão

TÍTULO

Projeto Criar

Por que não existe um serviço de micropoupança? A micropoupança é o nome dado a um novo serviço de microfinanças a ser desenvolvido a partir do Projeto Criar. Ela é inspirada em iniciativas que apregoam a acumulação de ativos financeiros como uma estratégia de combate a vulnerabilidades socioeconômicas e numa teoria institucional da poupança.

Promover a integração nacional de microempreendimentos; aumento da demanda por serviços públicos de qualificação profissional, de educação e empreendedorismo nos territórios; superação do analfabetismo, aumento da escolarização, da qualificação profissional e da capacidade produtiva das pessoas de microempreendimentos; elevação da capacidade de poupança das pessoas, dos microempreendimentos e dos territórios; aumento das disponibilidades financeiras oriundas das localidades atendidas, com possíveis reflexos na oferta de contas bancárias, microsseguros e microcrédito; elevação da educação financeira, previdenciária e de conhecimento acerca de direitos sociais; elevação da propensão ao associativismo, ao cooperativismo e à formação de arranjos produtivos locais; redução do risco de endividamento, elevação da autoestima e reconhecimento de direitos

sociais; desenvolvimento de nova tecnologia social associando microfinanças, empreendedorismo e avanços tecnológicos relacionados a serviços de comunicação móvel com o cidadão.

**PROPONENTE**

André Carvalho de Moura

TÍTULO

Dois minutos do seu tempo

O projeto é um site no qual usuários assistem a comerciais em troca de dinheiro por meio da ferramenta de anúncio na internet PaidtoClick. Esse valor é revertido para organizações e projetos sociais. O site funciona com um cadastro para os internautas, no qual esses disponibilizam alguns minutos diários, acessando anúncios publicitários das empresas. A cada anúncio visto uma instituição ganha centavos. No site, os anunciantes usam as informações dos cadastros para oferecer produtos e serviços adequados às necessidades dos participantes. A visualização do anúncio é garantida, uma vez que os associados usam um código e respondem a perguntas, durante a exibição do comercial, assegurando uma métrica que comprova a atenção real ao anúncio.

**PROPONENTE**

Anicésio Sebastião de Siqueira e Genival Gomes Guimarães

TÍTULO

Implantação de um projeto de abatedouro de frangos em Bela Vista de Goiás, em parceria com produtores rurais integrados dos municípios das microrregiões Goiânia e Pires do Rio

O projeto tem por objetivo a obtenção de recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO) para a montagem de um frigorífico para o abate de frangos, aproveitando-se a estrutura física existente de um frigorífico montado há mais de cinco anos para o abate de avestruzes, que nunca foi operacionalizado. As instalações encontram-se sucateadas e pretende-se remontá-las e readequá-las para o abate de frangos. Os investimentos serão feitos na readequação das obras civis, aquisição de equipamentos industriais, instalações industriais e rurais e em capital de giro.

O complexo será implantado no Distrito Agroindustrial de Bela Vista de Goiás. A indústria será alimentada com frangos de produção própria e dos integrados (granjeiros) situados na área de influência do projeto, com a capacidade instalada para abater até 160 mil aves por dia. Será instalada no complexo uma fábrica de ração para fornecimento às granjas, com insumos provenientes dos municípios vizinhos, e uma fábrica de farinha para ração animal, com o aproveitamento dos resíduos do abate.

A produção própria será oriunda de 72 granjas a serem implantadas na fazenda do projeto, situada a 8 km do complexo para fornecimento de até 80 mil aves por dia. A produção restante será feita por integrados (granjeiros) a serem implantados em um raio de até 100 km nos municípios circunvizinhos.

Os frangos serão industrializados de forma inteira (20%) e em cortes (80%), resfriados e congelados, com as seguintes especificações: a) frango inteiro resfriado e congelado; b) cortes resfriados e congelados de peito, coxa, sobrecoxa, com osso e sem osso e sem pele, embalados em pacotes com diversos pesos e em bandejas. Os produtos serão acondicionados de acordo com as exigências demandadas pelos mercados interno e externo. Os resíduos, 18% do peso vivo, serão transformados pela fábrica de farinha a ser implantada no conjunto do projeto.



PROPONENTE

Associação dos Artesões Profissionais Artistas Plásticos do Oeste Catarinense

TÍTULO

Capacitação de artesãs com foco no empreendedorismo, na liderança e comercialização

Objetivo geral: desenvolver as capacidades empreendedoras das associações de artesãs, para a gestão da associação de artesanato, com foco no mercado e comercialização dos seus produtos.

Objetivos específicos: capacitar multiplicadores dos artesãos do município no comportamento empreendedor solidário e de gestão; fazer um planejamento estratégico para a associação municipal; analisar o mercado consumidor, para qualificar o design dos produtos com foco na expectativa do público-alvo; identificar a associação com o posicionamento de marca da Ara poc; fortalecer a cultura da economia solidária, por meio da formação de rede para ampliar a venda dos produtos do artesanato regional.

Após a realização da oficina de gestão, que trabalhou os comportamentos das artesãs da região da Amosc, e o fortalecimento do posicionamento e da marca da regional de artesanato Ara poc, surge a necessidade de fortalecer as associações pertencentes à mesorregião, para que se integrem aos objetivos de expansão do artesanato regional, por meio da associação regional Ara poc e sua marca Ara poc. O projeto vai beneficiar as artesãs do município. Para a formação do grupo serão identificados os artesãos do município.

Metodologia:

Oficinas: para a efetivação dos objetivos do projeto serão organizadas oficinas de trabalho, nas quais os participantes irão receber informações e conhecer conceitos, adquirir comportamentos, vivenciar atividades simuladas, sendo eles agentes ativos no processo de busca de informação do mercado e construção das ações previstas no projeto.

Pesquisa mercadológica: será efetuada uma pesquisa de mercado, qualitativa, com uma ferramenta de pesquisa formada por perguntas fechadas e abertas para identificar a necessidade e as expectativas do público-alvo.

Plano de negócio: técnicas de elaboração de um plano de negócio para as associações.

Duração do projeto: Cinco meses.



PROPONENTE

Berenice TomokoTatibana

TÍTULO

Abordagem da promoção de saúde para combater a violência de gênero: projeto social de qualificação e autonomia comunitária

Diante de uma realidade social adversa, impõe-se a necessidade de organização comunitária e abertura das instituições às inovadoras formas de relacionamento e solidariedade. Projetos, experiências e parcerias devem ser concretizados, criando uma realidade desafiadora. As instituições públicas precisam responsabilizar-se por ações nesse espaço democrático, em movimentos por uma cultura de cidadania. Procurar tecer redes de ajuda e cooperação, com trocas de apoio e inspiração. O projeto nasce da parceria entre a Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato e o Instituto Federal do Paraná – e seus parceiros – que têm como missão contribuir para a formação do cidadão e da sustentabilidade da sociedade, com amparo nos princípios da ética e responsabilidade social e procura ser modelo de instituição de educação profissional e tecnológica caracterizada pelo compromisso social, ambiental e com sustentabilidade.

Este projeto contribui com a integração do Plano Nacional de Políticas para as Mulheres/Ministério da Saúde na realidade da rede local de assistência, enfocando o combate à violência de gênero, a cidadania e a saúde dentro da ótica da promoção de saúde preconizada pela Organização Mundial da Saúde. O objetivo fundamental é o aprimoramento das práticas de inclusão social, pedagógicas, com enfoque na saúde e na mulher com reflexão de temáticas ligadas ao cotidiano local.

A metodologia consiste em construir contribuições e extrair do concreto novas propostas para a superação dos desafios nos campos da ação social, saúde e educação, focados, em especial para aqueles em condições de vulnerabilidade. A inclusão dessas questões fundamenta-se na crença de que todos os seres humanos têm o direito a estar livres da violência e da coerção e que a Associação das Mulheres Batalhadoras do Jardim Franciscato e o Instituto Federal possam vir a ser centros de referência privilegiados para lidar com esses problemas de forma sustentável para a sub-região de Londrina (PR).

**PROPONENTE**

Christian Weiss

TÍTULO

Gerador eólico de baixa geração

Objetivos: construir um gerador eólico de energia que funcione com ventos de 5km/h, seja aerodinamicamente construído para aproveitar ao máximo os ventos horizontais e os que se formam quando batem em um obstáculo como uma construção ou um obstáculo natural. Fornecer energia para a residência sendo complementada com a energia vinda da rua. O processo de geração de energia não para por aí. O desafio aumenta quando queremos também usar o excedente da energia gerada, gerar créditos de energia e assim reduzir a conta de luz ou até a venda dessa energia para a companhia distribuidora.

Metodologia: primeiramente fizemos pesquisas de ventos na nossa região e constatamos que os ventos fracos e não constantes se apresentam o ano todo. Esses dados formam parte de um grande banco de dados feitos numa pesquisa no Programa Iniciação Tecnológica (BITEC) em 2009. A segunda etapa a fazer é a confecção de um moinho para geração de energia capaz de produzir nessas condições. Chegamos a um protótipo de pás que ajudam a aproveitar ao máximo os ventos existentes e pela sua leveza e tamanho é ideal para o projeto final. Os próximos passos são a confecção da parte interna do gerador, assim como também dos freios, rotores e demais componentes já identificados por nós. As etapas a seguir seriam a confecção de um alternador de energia para que não falte energia em nenhum momento e que não use baterias para acumular a energia. O último passo é montar um aparelho que seja capaz de poder medir a energia entregue para a distribuidora para gerar os créditos ou a venda de energia.

Resultados: como este é um projeto inovador e em desenvolvimento, os resultados alcançados são poucos, mas nem por isso menos importantes. Conseguimos ter um banco de dados de ventos e situações climatológicas completas. Temos o layout das pás do moinho, o design geral do aparelho com tamanho certo para seguir com nosso projeto.

**PROPONENTE**

Cleomar de Souza Rocha

TÍTULO

CórTEX – Rede de Experiências Digitais

O programa CórTEX – Rede de Experiências Digitais é capitaneado pelo Media Lab UFG (Núcleo de Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação em Mídias Interativas da Universidade Federal de Goiás) e operacionaliza ações colaborativas entre universidade, governo, ONGs e empresas, buscando o fortalecimento da economia criativa, com vistas ao desenvolvimento regional. As ações de articulação encontram seu ápice no evento

Córtex Imersão, uma semana de mostras, rodadas de negócios, palestras e *workshops*, com primeira edição em fase de detalhamento. Durante a imersão busca-se instrumentalizar os atores parceiros no campo de gestão da economia criativa, ao tempo em que se diagnostica condição atual de desenvolvimento e prospecta ações para sua melhoria, na forma de cursos, treinamentos, eventos segmentados e outros, gerando um plano de ação para o grupo de parceiros. Sua abrangência é prioritariamente estadual, embora já existam ações conjuntas de âmbito nacional e internacional, a partir de grupos de pesquisa e ações culturais, prevendo maximizar os efeitos, as parcerias e os resultados das ações locais, inclusive prevendo exportação de tecnologia e sustentabilidade de programas de novas empresas, as *startups*. O Media Lab se junta a iniciativas de ONGs, órgãos governamentais estaduais, como as secretarias de Cultura e de Fazenda, além de empresas, para prospectar campos de atuação, intervenção direta e indireta com vistas à criação e consolidação da economia criativa enquanto área de desenvolvimento regional, investindo na formação em vários níveis, surgimento de empresas – articulação com incubadora – e estudos de viabilidade econômica de setores desse segmento, com vistas à instalação de um polo ou porto de economia criativa no Estado de Goiás.

**PROPONENTE**

Daniel Nobre da Silva

TÍTULO

Planificações e planejamentos na macrorregião do Sertão dos Inhamuns (CE)

Elaborar ações de impacto socioeconômico com embasamento ambiental, articulando setores econômicos em cadeias verticais (etapas de produção), no espaço horizontal (territórios, distritos e municípios). A meta a alcançar é reduzir disparidades regionais, formar cadeias produtivas integrando comunidades espalhadas em uma vasta região, priorizando técnicas compatíveis com a realidade local. Tendo como mola indutora desse processo produtivo o trabalho, à revelia das leis de mercado. Nesse primeiro momento, é fundamental o correto equacionamento entre as necessidades (regionais) e os recursos disponíveis (produção planejada).

Metodologia: pesquisa de campo e coleta de dados; levantamento cartográfico da região; levantamento de informações em órgãos públicos; analisar serviços disponíveis e a infraestrutura da região; caracterizar o espaço de acordo com o fenômeno de maior visibilidade; confrontar a informação econômica (atual) com a vocação produtiva (possibilidade); elaborar o quadro de atividades econômicas, sociais e culturais; análise de fluxos da região; identificação de áreas propícias a eixos de desenvolvimento; identificar atividades econômicas como possíveis arranjos produtivos locais; estudo do domínio demográfico, focando faixa etária e distribuição no território.

Resultados esperados: integração socioeconômica das comunidades; visibilidade da produção de cunho artesanal; inclusão de comunidades no processo produtivo; o entusiasmo das populações envolvidas; elevar o nível de renda e o padrão

de consumo; manter o dinheiro circulando por mais tempo nos municípios; elevar os índices socioeconômicos da região; expandir mercados de consumo; implantar núcleos de produção, visando a futuros polos de desenvolvimento.

**PROPONENTE**

Daniele dos Santos Carvalho

TÍTULO

Escola da Postura

A Escola da Postura tem como objetivo a prevenção e o tratamento das dores na região da coluna vertebral, atrelado à estruturação de um programa que visa ao bem-estar, menor taxa de absenteísmo e maior qualidade de vida aos trabalhadores das indústrias do Mato Grosso do Sul. De acordo com o Serviço Especializado em Engenharia de Segurança e Medicina do Trabalho, o setor industrial apresentou mais de 115% de absenteísmo em 2009, sendo mais de 50% absenteísmo-doença. A dor lombar afeta de 70% a 80% da população adulta economicamente ativa, causando parte das aposentadorias por incapacidade total ou parcial (Fonte: Ministério do Trabalho e Emprego). O método aplicado será por meio de treinamento postural, informações teórico-educativas, com prática de exercícios terapêuticos para a coluna. Dessa forma, contribui para a diminuição desses números, por meio da melhoria da qualidade de vida do trabalhador, aumento da produtividade, impactando prontamente sobre sua saúde e bem-estar profissional e pessoal, minimizando o índice de absenteísmo. Os profissionais da área da saúde (ortopedistas e fisioterapeutas) irão ministrar aulas nas indústrias sobre orientações posturais, técnicas de relaxamento e respiração, exercícios para fortalecimento da musculatura da coluna e abdominal, massagem, treino de marcha. As aulas serão ministradas em uma sala equipada com espelhos, barras, *bobath*, anilhas, aparelhagem de som e demais equipamentos necessários para os procedimentos de fisioterapia e ortopedia, como Reeducação Postural Global (RPG) e Pilates. Assim, o Sesi-MS terá um serviço voltado para a qualidade de vida do colaborador da indústria, com grandes possibilidades de reprodução para os seus dependentes.

**PROPONENTE**

Danilo Fornazari

TÍTULO

Administração: esse é nosso negócio

Este projeto visa a aproveitar de uma forma mais produtiva as instituições de ensino superior e técnico para, com efetividade e continuidade, dar suporte para garantir a sobrevivência e o desenvolvimento de associações produtivas, sem fins lucrativos, de empreendedores individuais e dos pequenos produtores rurais dos municípios pequenos

da região do Território da Cidadania do Cone Sul no Mato Grosso do Sul. A proposta une as necessidades de todas essas entidades envolvidas para, de forma sinérgica, promover o desenvolvimento regional ao mesmo tempo em que se desenvolvem. De um lado temos as instituições de ensino que formam novos profissionais todos os anos e que necessitam promover a experiência para os seus profissionais, visando à entrada no mercado de trabalho; do outro lado temos as entidades produtivas, como associações de produtores rurais e artesanais, associações de oleiros, sindicatos, entidades sem fins lucrativos e ainda os empreendedores individuais que não sabem cuidar da formalidade que exigem os seus negócios, porque em linhas gerais são apenas pessoas habilitadas em alguma atividade, e não em administração, e não dispõem de recursos para contratar um profissional para isso. Assim, com a sinergia da união desses dois lados, temos as condições ideais de funcionamento de todos os envolvidos e, por conseguinte, a de toda a sociedade abrangida. O problema comum nos dois lados é a falta de recursos para conseguir suprir as suas necessidades, o que será prontamente resolvido com o repasse feito pelos órgãos governamentais por meio do agente de ponta de linha coordenado pelo Território da Cidadania do Cone Sul, que também atua como agente fiscalizador do emprego dos recursos. Desta feita, o tamanho da disponibilidade dos recursos é que determina o tamanho e capacidade de abrangência do projeto, pelo menos nos primeiros anos, pois é previsto que mais à frente os empreendimentos consigam andar com as próprias pernas e também com outras fontes de recursos.

**PROPONENTE**

Deivid Galdini Silva

TÍTULO

Elaboração de um atlas socioespacial por meio de SIG para subsidiar políticas públicas no litoral norte paulista

O litoral norte paulista compreende uma faixa de aproximadamente 100 km, na qual se localizam os municípios de Ubatuba, Caraguatatuba, São Sebastião e Ilhabela, onde se encontram distribuídos cerca de 270 mil habitantes que desfrutam de toda a beleza cênica oferecida por praias, cachoeiras, ilhas e o bioma Mata Atlântica. O presente trabalho se baseou em dados censitários e socioeconômicos do IBGE e da Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (Seade). Após a seleção e o tratamento desses dados, os mesmos foram introduzidos em um sistema de informação geográfica (SIG). Foram feitas as análises espaciais e os cruzamentos entre as variáveis, permitindo, dessa forma, obter novas informações. A visualização em mapas mostrou ser um instrumento que viabiliza a gestão do território, entendido que o uso de determinadas variáveis pode exercer forte influência no espaço urbano e que medidas voltadas para esses podem vir a (re) organizar uma cidade, o que permite uma reflexão sobre essas forças, principalmente da administração pública, que por meio de suas políticas promove a construção de espaços segregados ou não e de vantagens ou desvantagens para os diferentes grupos populacionais.

**PROPONENTE**

Delnira Mendes Ferreira

TÍTULO

Projeto Convivendo com as Diferenças, Vencendo Barreiras e Desenvolvendo Talentos

Resumo informativo: o projeto tem como proposta promover discussões sobre a política de educação inclusiva, para pessoas como deficiências e segmentos da sociedade, assim como desenvolver talentos em todas as áreas da deficiência (surdez, cegueira, altas habilidades, transtornos globais do desenvolvimento, deficiência intelectual, deficiência múltipla) e proporcionar conhecimento de atividades para o atendimento dentro do programa da educação.

Descrição detalhada: o projeto irá promover o desenvolvimento do talento das pessoas com deficiências nos aspectos cognitivo, psicossocial, psicomotor; possibilitará a integração dos aspectos educacionais ligados à diversidade cultural do município de São Luís (MA); viabilizará a capacitação da comunidade escolar e civil quanto ao atendimento educacional das pessoas com deficiências, por meio de cursos, fóruns, formação continuada, feiras, esportes, oficinas, pesquisa, entre outros.

**PROPONENTE**

Dilce Abigail Rodrigues Pereira

TÍTULO

Plano de Desenvolvimento do Turismo do Rio Grande do Sul (2012-2015)

O Plano de Desenvolvimento do Turismo, apresentado pela Secretaria de Estado de Turismo, representa um marco para o Rio Grande do Sul. Elaborado a partir das Conferências Regionais ocorridas durante todo o ano de 2011, em que a sociedade teve a oportunidade de se expressar nas regiões turísticas, esse documento sintetiza os anseios e desejos dos gaúchos no que se refere ao desenvolvimento do turismo no estado. Com esse plano, a atual gestão inova e coloca em prática os objetivos para o setor assumidos como compromisso de governar o Rio Grande do Sul. Reestrutura-se a Secretaria de Turismo, para articular esse importante processo de construção do Plano de Desenvolvimento do Turismo e assim também fortalecer as 23 microrregiões turísticas, articulando os poderes públicos, as universidades, as associações empresariais e as micro, pequenas e grandes empresas. O governo acredita que o Plano de Desenvolvimento do Turismo será um legado a ser deixado aos próximos governantes, uma vez que, com ele, o Rio Grande do Sul estará alcançando voos ainda mais altos no que se refere ao turismo, à gastronomia, à cultura e à nossa tradição, gerando emprego, desenvolvimento e coesão social. A Secretaria de Turismo do Estado do Rio Grande do Sul cumpre seu papel ao legar à comunidade

gaúcha um documento que é fruto do debate consensualizado de todos os segmentos turísticos envolvidos na busca de elaboração de metas comuns para o nosso desenvolvimento. E, para tanto, os desdobramentos em ações e projetos já se iniciaram e os resultados estão aparecendo em mais recursos, qualificações, diversidade de produtos e alianças públicas e privadas, traduzindo-se num novo patamar de competitividade que contribui para fortalecer e potencializar as regiões turísticas do estado. Com o presente plano, o turismo gaúcho dá prosseguimento à sua missão, que é potencializar o turismo como atividade da economia gaúcha, sintonizado com o Plano Nacional do Turismo e a integração regional com o Mercosul e o Conesul.

**PROPONENTE**

Doris Santos de Farias

TÍTULO

Criação e implementação do Laboratório de Análises Prospectivas Territorial do Oeste do Pará (Laptop)

A criação e a implantação do Laboratório de Análise Prospectiva Territorial do Oeste do Pará (Laptop) estão inseridas no contexto do Programa Oeste do Pará 2030 e na expressão acadêmica, científica e social da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa) para o desenvolvimento sustentável dessa sub-região amazônica e ainda para a expansão regional. Trata-se de um programa integrado para cumprir a missão dessa que foi a primeira universidade pública federal na Amazônia, dado que as outras instituições estão situadas nas respectivas capitais estaduais. A Ufopa assumiu o compromisso institucional com o desenvolvimento regional, acadêmico e a abordagem multi e interdisciplinar para o enfrentamento dos problemas específicos, na busca de formação de recursos humanos de nível superior, propostas, projetos e soluções mais adequados às situações foco de sua atuação na região.

O projeto Laptop é condição essencial para a prospecção estratégica da Amazônia, a começar pela região Oeste do Pará, limítrofe com o leste do Estado do Amazonas, uma das mais importantes áreas do país a demandar perspectiva mais imediata de futuro sustentável. A metodologia consistirá de aplicação de diversos métodos, a partir da experiência dos participantes, que envolverá os atores regionais e nacionais, sobre as projeções fundamentadas em dados científicos e experiências comprovadas, de cenários possíveis, governamentais, empresariais e do terceiro setor; além dos acadêmicos e da própria sociedade. Esse conjunto deverá ser o responsável pelas primeiras iniciativas de implantação dos projetos que deverão redundar em desenvolvimento socioeconômico local em bases de sustentabilidade ambiental. Conforme as especificações feitas no interior do projeto e no detalhamento a seguir serão feitos levantamentos de dados pelos especialistas nos diversos assuntos; serão organizadas sessões de consultas online e presenciais sobre temas específicos, usando todo o aporte de métodos disponíveis (SWOT, Delphi etc.).

**PROPONENTE**

Edson Luniere Porto

TÍTULO

Análise da resistência de tanques-rede confeccionados com paletes de plástico e garrafas PET: uma alternativa de sustentabilidade e reaproveitamento de matéria-prima para o cultivo de peixes

O cultivo de peixes desenvolvidos em sistemas de tanques-rede tem se tornado cada vez mais oneroso no ponto de vista da aquisição das instalações. O presente trabalho se propôs a desenvolver estudos de resistência dos materiais relacionados à viabilidade de uso de tanques-redeconfeccionados a partir do reaproveitamento de matéria-prima reciclável (paletes de plástico, flutuadores de garrafas PET e garrafões de plástico), a fim de reduzir os gastos com a aquisição desse tipo de instalação.

O estudo foi desenvolvido no lago do Tupé. Foram instalados seis tanques-rede divididos em três tratamentos e duas repetições. Os tanques-rede usados possuíam as dimensões de 1,2 x 1,2 x 1,2, totalizando 1,44 m² de área e 1,7 m³ de volume. No primeiro tratamento foram usados plástico A4 TCA cor preta e oito garrafas PET como flutuadores; no segundo tratamento foram usados fios de arame revestidos com PVC e como flutuadores quatro garrafas PET; no terceiro tratamento foram usadas abraçadeiras 180 TCA de cor branca e quatro garrafões de 20 litros.

Os tanques apresentaram excelente resistência quanto à colonização de algas, quando comparados aos tanques-redeconvencionais usados em cultivos no mesmo local. A cada ciclo de cultivo de peixes (seis meses) é necessária a limpeza dos tanques para a retirada das algas. O palete demonstrou ser um material viável para ser usado na confecção de tanques-rede, principalmente devido à sua resistência, durabilidade, ao baixo custo, além de não causar danos aos peixes. Os garrafões de plástico apresentaram melhor eficiência de flutuabilidade. As abraçadeiras 180 TCA branca e os arames de revestido de PVC foram as amarras que apresentaram melhor eficiência. As estruturas aqui apresentadas resistem a cultivos feitos em ambientes lânticos. No entanto, se faz necessário testá-las em ambiente lótico, como forma de validarmos este estudo para ambos os ambientes.

**PROPONENTE**

Elcio Correia de Souza Tavares

TÍTULO

Experimento de ciência de baixo custo

Professores e demais profissionais de ciências sabem que essa área é marcadamente experimental. Assim, deveria haver aulas práticas aliadas aos conceitos teóricos. Os experimentos despertam o interesse dos alunos, levando-os a participar das atividades, tornando as aulas mais participativas e motivadas para

que se possa trabalhar na sala com objetos concretos. Dessa forma, o aluno é estimulado a pensar, descobrir e participar, buscando respostas nos experimentos. Porém os experimentos ficam relegados a um segundo plano, quando existem, na escola. Mesmo quando existem equipamentos, muitas vezes esses são de difícil montagem e com problemas de reposição de material consumido ou danificado.

Este projeto apresenta um kit de experiências para auxiliar o ensino, usando materiais recicláveis e de baixo custo, juntamente com um manual descrevendo as práticas e apresentando sugestões de segurança e de como associá-las às aulas teóricas, embora o professor seja encorajado a fazer essa associação respeitando as características de sua escola e de seis alunos. Os objetivos do projeto são: estimular o aprendizado de física usando experimentos feitos a partir de materiais de baixo custo; permitir aos alunos desenvolver hábitos científicos; montar experimentos alternativos e atraentes, usando material reciclado e de baixo custo, que envolvam os alunos e promovam sua participação ativa em aula, associando os experimentos a conceitos, leis e modelos que regem as ciências, e equipar escolas públicas estaduais do Rio Grande do Norte com um kit de experimentos em ciências que alie rigor científico, prazer na realização das práticas, praticidade e baixo custo. O resultado final do projeto será uma série de *kits* de experimentos que serão distribuídos às escolas estaduais, juntamente com o treinamento dos professores no uso dos *kits*. Esses professores serão multiplicadores do conhecimento e serão estimulados a compartilhar e difundir o uso dos *kits* com seus colegas.

**PROPONENTE**

Emanoel Luiz Flores da Silva

TÍTULO

Laboratório de Inclusão Digital da Grande Florianópolis

O objetivo máximo deste projeto é fundar, no Instituto Federal de Santa Catarina, um Laboratório de Inclusão Digital que dará suporte aos municípios da Grande Florianópolis, com interesse em desenvolver projetos e políticas de inclusão digital e/ou melhoramento, ampliação e acompanhamento de projetos já instalados nos municípios.

Esse Laboratório se dividirá em duas células específicas, que trabalharão em consonância para atender a todos os projetos de cidades digitais que forem encabeçados. A primeira célula será responsável pela pesquisa livre de novas tecnologias, buscando alternativas inovadoras que possam, num futuro próximo, atender às práticas executadas pela segunda célula que compõe o laboratório. A segunda célula funcionará como uma empresa júnior, que executará projetos de cidades digitais e capacitará os municípios da Grande Florianópolis, dando acompanhamento na implantação e posterior ampliação das redes instaladas. Dessa forma, em trabalho bilateral, teremos dois órgãos que atenderão às necessidades da sociedade acadêmica e civil, fortalecendo a interação entre esses dois segmentos.

A Célula de Pesquisa fará parte do Núcleo de Telecomunicações do Instituto Federal de Santa Catarina, sendo um vetor de importância para o desenvolvimento de atividades voltadas para as Cidades Digitais. Por sua vez, a Célula de Implantação e Capacitação será uma empresa junior multidisciplinar, vinculada à Pró-Reitoria de Extensão do IFSC, fazendo o atendimento às regiões que necessitem dos serviços de implantação de redes de telecomunicações.

**PROPONENTE**

Emanuelle Thibes Hachmann

TÍTULO

Programa de desenvolvimento do turismo e da agricultura familiar para a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá

O programa propõe o aproveitamento do potencial do turismo e da agricultura familiar, de forma integrada e sustentável, com o objetivo de diminuir as desigualdades regionais em Mato Grosso e encontrar alternativas econômicas e sociais para alavancar os 13 municípios de economia exaurida e moderada que compõem a Região Metropolitana do Vale do Rio Cuiabá (Baixada Cuiabana). A região é composta em seu núcleo pelos municípios de Cuiabá, Várzea Grande, Nossa Senhora do Livramento e Santo Antônio de Leverger e em seu entorno por Acorizal, Barão de Melgaço, Chapada dos Guimarães, Jangada, Nobres, Nova Brasilândia, Planalto da Serra, Poconé e Rosário Oeste.

Para que as oportunidades trazidas com a Copa do Mundo de 2014 revertam em desenvolvimento concreto para toda a região, muitos são os desafios, já que, apesar do grande potencial, ela apresenta baixa expressividade econômica, com municípios de PIB per capita muito abaixo da média estadual, alto índice de desemprego e infraestrutura deficitária. O aproveitamento das potencialidades locais e regionais é o caminho mais viável para levar um desenvolvimento econômico e social, de forma concreta e duradoura, aos municípios exauridos e moderados. Por isso se torna fundamental um levantamento amplo da realidade socioeconômica desses municípios, capaz de revelar suas potencialidades e dificuldades, indicando, assim, as melhores alternativas para reverter o quadro de desigualdades.

O estudo partiu, portanto, de indicadores socioeconômicos formulados a partir de dados de fontes oficiais e também contou com a contribuição de gestores públicos dos municípios, com informações e sugestões, potencializando o alcance e a eficácia do programa. Dessa forma, por estarem entre as principais vocações da região, com grande potencial de geração de emprego, renda e inclusão social, é que este estudo tem como seus pontos-chave o turismo e a agricultura familiar.

**PROPONENTE**

Emerson Clayton Arantes

TÍTULO

Incubadora Tecnológica de Cooperativas Populares e Empreendimentos Econômicos Solidários (ITCPES/UFRR): promovendo a sustentabilidade e a cidadania

Este trabalho tem por objetivo promover o desenvolvimento regional por meio do processo de formação, assessoramento, qualificação e mobilização dos empreendimentos solidários a partir da organização de empreendimentos a serem incubados pela ITCPEs/UFRR, grupos de mulheres, assentados da reforma agrária, em situação de pobreza extrema, ocupantes da terra indígena da Raposa Serra do Sol, priorizando o processo de organização e inovação de unidades produtivas nos municípios de Boa Vista e Rorainópolis, Estado de Roraima.

O intuito dessa ação visa a tornar esses grupos beneficiários das políticas públicas que promovam a geração de trabalho e renda a partir da perspectiva de desenvolvimento sustentável e solidário. Não obstante, o projeto objetiva criar alternativas concretas de inclusão socioeconômica das trabalhadoras, via acesso a formação e qualificação da sua força de trabalho, com inserção de tecnologia social. E também, nesse contexto, desenvolver pesquisas que gerem conhecimento científico a partir da articulação com o saber popular, numa proposta integradora de participação de discentes, docentes, técnicos e a comunidade público alvo desta proposta.

**PROPONENTE**

Erasmio Menezes de Souza

TÍTULO

Implantação da Pró-Reitoria de Assistência Estudantil

O indicador econômico regional do estado atende o grau de inclusão da política governamental por meio do perfil socioeconômico de ingressantes e de concluintes do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Estado do Acre (IFAC). Com base nesses indicadores, surge a ideia de implementar mais incisivamente políticas sociais de caráter inclusivo para as classes sociais de baixa renda. O programa de Assistência e Apoio Socioeconômico aos Estudantes, integrante da Política de Assistência Estudantil, é composto de ações e benefícios com o objetivo de assegurar ao estudante, principalmente aos que comprovem vulnerabilidade social, mecanismos de acesso, permanência e sucesso no Ensino Básico, Técnico e Tecnológico (EBTT).

**PROPONENTE**

Everton Diel Souza

TÍTULO

Agroindústrias de farinha e etanol de mandioca para as comunidades rurais do território do sul de Roraima

Objetivos: integrar o desenvolvimento econômico e social da comunidade, buscando a melhoria da qualidade de vida dos produtores de mandioca e da sociedade como um todo; apoiar as formas organizacionais dos produtores rurais envolvidos; desenvolver alternativas de mercado para a farinha e outros subprodutos da mandioca; ofertar oportunidades adicionais de emprego e melhorar o nível de vida dos beneficiários diretos e indiretos relacionados à mandiocultura; recomendar às comunidades materiais promissores de mandioca como forma de apoiar a expansão da cultura; capacitar produtores e técnicos nos processos de produção, industrialização e beneficiamento da mandioca; e capacitar gestores de cooperativas de agroindústrias.

Metodologia: o projeto prevê a instalação de uma agroindústria para a fabricação de farinha e álcool a partir da cultura da mandioca numa comunidade rural do território do sul de Roraima. Para isso, será selecionada uma cooperativa de produtores do sul do estado que atenda aos cooperados dos municípios de São João da Baliza, Caroebe e São Luiz do Anauá, na qual será apresentado o projeto para os cooperados que irão formar um grupo fechado de produtores de mandioca que constituirão os sócios preferenciais. Os produtores que optarem apenas por entregar a produção serão considerados sócios colaboradores. Para facilitar a implantação do sistema de plantio, 21 produtores serão divididos em três grupos de sete e todos plantarão três hectares cada, totalizando 63 hectares de mandioca de indústria.

Resultados esperados: melhoria da qualidade de vida dos produtores de mandioca e da comunidade envolvida; o município arrecadará mais impostos, evitando-se o êxodo da população para centros urbanos, além de melhorar a autoestima da população local; maior integração entre os produtores cooperados ou colaboradores; aumento do uso da tecnologia associada ao convívio sustentável com o meio ambiente e a criação de uma cultura própria regional desenvolvimentista.

**PROPONENTE**

Fabrício de Souza Farias

TÍTULO

Desenvolvimento de aplicações inteligentes para comunicação veicular

O aumento da quantidade de veículos (privados e públicos) induz a uma quantidade considerável de problemas. Dentre eles, um dos mais evidentes na

vida do cidadão é o frequente congestionamento nas vias urbanas das principais regiões do país. Diante do crescimento exponencial do número de veículos que transitam nas grandes metrópoles, surge a necessidade da viabilização de soluções tanto no quesito infraestrutura quanto no planejamento de tráfego.

O objetivo deste projeto é desenvolver aplicações inteligentes capazes de fornecer informações que facilitem a tomada de decisão dos motoristas de veículo, de usuários do transporte público e privado, auxiliando na organização do trânsito e consequentemente melhorando a qualidade de vida do cidadão, por meio do auxílio no processo de planejamento de rotas, auxílio a turistas na localização de pontos turísticos e rotas dos meios de transportes urbanos, bem como sua tarifação.

Para a implementação do produto, pretende-se usar métodos atuais de processo de desenvolvimento de sistemas, os quais direcionam as atividades que devem ser feitas para atingir o objetivo da criação do produto. O resultado esperado é um sistema inteligente capaz de fornecer informações que facilitem a tomada de decisão dos motoristas e pedestres. Além de buscar motivar os usuários a usarem os transportes público e privado (táxi). Outros resultados esperados são o crescimento do turismo e da economia por meio da facilitação na busca de informações sobre transporte em grandes cidades. Pretende-se que essas aplicações sejam desenvolvidas em plataformas amplamente usadas e de fácil acesso pela população, tais como a web móvel.

**PROPONENTE**

Fernando Negret Fernandez

TÍTULO

Aplicação de metodologia para Zoneamento Regional de Prioridades Socioambientais (ZRPSA)

Objetivo geral: formular um Zoneamento Regional de Prioridades Socioambientais (ZRPSA), definindo zonas de ação prioritária na luta contra a pobreza e em defesa das condições ambientais para uma maior sustentabilidade em três municípios da Região Metropolitana de Goiânia.

Objetivos específicos: definir zonas de ação prioritária com base em indicadores de necessidades básicas da população, a situação de risco ambiental e a proteção ou recuperação de ecossistemas de valor ecológico e áreas de preservação permanente. Proporcionar um instrumento de atuação que contribua para subsidiar políticas públicas na luta contra a pobreza, priorizando as populações com maiores necessidades e riscos e protegendo o meio ambiente conforme a lei.

Processo de aplicação piloto da metodologia: a aplicação piloto da metodologia do ZRPSA implica várias etapas e procedimentos metodológicos, sempre incorporando a participação social:

- a) Etapa de planejamento: articulações político-institucionais com líderes e agentes da sociedade civil e públicos em todos os níveis. Identificação da região para zoneamento conforme indicadores de pobreza e condições ambientais.
- b) Etapa de diagnóstico: identificação das necessidades sociais com base nos indicadores socioambientais propostos e definição das zonas prioritárias a partir das categorias estabelecidas nesta metodologia.
- c) Etapa de programação das ações: definição a partir do diagnóstico e das tendências projetadas das formas de intervenção mais estratégicas nas zonas estabelecidas, bem como definir os instrumentos e mecanismos com os quais vão ser executadas as ações prioritárias programadas nas zonas.
- d) Etapa de execução ou de implementação: é considerada a fase de maior complexidade e risco em razão da participação de diversos agentes sociais na colocação em marcha das ações nas zonas definidas. A execução das ações e das políticas decorrentes da aplicação piloto da metodologia não faz parte desta proposta.



PROPONENTE

Flavio Fagundes Ferreira

TÍTULO

Método simplificado de avaliação ambiental emergencial municipal

Objetivo: criar um painel com certificação de fácil consulta a nível municipal, no qual a situação ambiental de um município brasileiro pode ser auferida rapidamente por um sistema de pontuação baseado em imagens de satélite, gerando imediato quadro de políticas de recuperação em áreas ambientalmente degradadas.

Metodologia: com o uso de imagens de satélite atualizadas, notadamente em programas de fácil acesso ou gratuitos na internet, tomam-se as seguintes diretrizes:

- 1- Localização do município a ser certificado;
- 2- Pesquisa histórica recente do município, condensada, focado em seus aspectos econômicos de formação (extrativismo, colonização, agricultura de extensão, pecuária, mineração etc.);
- 3- Pesquisa geopolítica do município, condensada, mostrando sua extensão, número de habitantes urbanos e rurais e principais atividades econômicas;
- 4- Pesquisa socioambiental do município, especificando o percentual de saneamento básico instalado, ruas com pavimentação e existência de aglomerados urbanos irregulares (favelas, invasões etc.);
- 5- Na altitude adequada de mil metros no comando de aproximação do serviço de satélite começa-se a analisar visualmente cada área correspondente a 1km², onde se passa a fazer uma gradação em relação a cada ocorrência

negativa ou positiva em relação à situação de degradação ou recuperação ambiental;

6- Criado um quadro por amostragem, ou mais detidamente por análise quadro a quadro, é elaborado, por um sistema de pontuação, um quadro geral da situação ambiental do município.

Resultados esperados: com o quadro geral, a pontuação obtida reflete a situação ambiental do município de forma precisa, dando ao poder público municipal e à população uma ideia concreta do quadro ambiental em que vivem e sua possibilidade e políticas preservação e de restauração, também em nível estadual e federal.

**PROPONENTE**

Flavio Napolitano

TÍTULO

Autopesagem em veículos de transporte

Objetivos: autopesagem é um novo conceito que resumidamente se traduz como sendo a embarcação sobre a informação do peso transportado a partir do próprio veículo, transformando esse em balança móvel. Medir a carga transportada em tempo real desde o carregamento, trajeto e descarregamento traz inúmeros benefícios ao tráfego, evitando filas de pesagem em balanças, influenciando no valor do frete com o menor tempo de viagem e possibilita uma melhor conservação das rodovias, pois facilita a fiscalização e até pode impedir que um veículo trafegue com excesso de peso bloqueando sua partida. A maioria dos esforços para realização dessa pesagem foi feita com aplicação de tecnologias visando ao piso, à estrada, e não ao veículo.

Metodologia: serão descritos os sistemas de pesagem existentes mais usados. Uma breve descrição do sistema de autopesagem proposto com protótipo construído e como esse sistema influencia e traz vantagens sobre os custos operacionais de transporte.

Resultados e conclusão: a autopesagem permite o monitoramento da carga e influencia nos custos fixos e variáveis, pois com o veículo mais equilibrado, devido à melhor distribuição do peso, se consegue um menor consumo de pneus e combustível, além de reduzir os custos de manutenção. Com a informação de pesos aplicados aos eixos e às rodas do veículo sabemos se a carga transportada está compatível com o projeto do veículo, evitando assim os sobrepesos que deterioram o pavimento. Com esse monitoramento ainda é possível identificar o modo de condução dos veículos, como freadas bruscas e as condições do pavimento em que trafega o veículo, ou seja, informações sobre o comportamento da suspensão do veículo e a sua interação com a via de rolamento ou estrada. Essa informação é importante para o dimensionamento e manutenção das rodovias e pontes e também para o projeto dos novos veículos de carga.

**PROPONENTE**

Francisco Eugênio de Oliveira Costa

TÍTULO

O Projeto São José Agrário de Produção de Algas do Assentamento Maceió

A Secretaria de Desenvolvimento Agrário executou de 2007 a 2010 o Projeto São José II/Programa de Combate à Pobreza Rural no Estado do Ceará, inovando a linha de atuação no âmbito desse projeto ao criar a categoria Projeto São José Agrário direcionada ao desenvolvimento socioproductivo e ambiental dos assentamentos federais e estaduais de reforma agrária. Foram implantados 163 projetos, beneficiando 8.713 famílias, com recursos oriundos do Banco Mundial, Tesouro do Estado e das próprias localidades na ordem de R\$ 15 milhões. Um dos projetos que tiveram destaque foi o Projeto São José Agrário de Produção de Algas do Assentamento Maceió, que tem como finalidade a ocupação produtiva e geração de renda de forma contínua. Para tanto, a coordenação, as equipes técnicas de acompanhamento e supervisão ao Projeto São José, em parceria como o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, usaram metodologias participativas e técnicas vivenciais de discussão e dialogismo para a formulação da proposta, capacitação das famílias, planejamento e execução das ações delineadas, monitoramento e avaliação das atividades.

O projeto envolve diretamente 30 famílias, atingindo indiretamente cerca de mil famílias do próprio assentamento e das comunidades do entorno. Os resultados obtidos foram a inserção produtiva e mercadológica das 30 famílias, a implantação de uma cultura empreendedora, o aumento da renda familiar, a elevação da qualidade de vida, a preservação dos bancos de algas e do meio ambiente, entre outros. O projeto amplia o horizonte de possibilidades da inserção social e econômica de famílias e pessoas que moram e produzem no ambiente litorâneo, de modo que sejam atendidas as necessidades das gerações presente e futuras. Como desafios se apresentam: necessidade de investir-se na produção de cosméticos e gelatinas; descobertas de novos mercados mais constantes e satisfatórios e construção de estrutura administrativa.

**PROPONENTE**

Fundação Parque Tecnológico Itaipu

TÍTULO

Pró-Artesão – Programa de Desenvolvimento para Empreendedores Criativos

Objetivo: desenvolver competências de gestão profissional e de carreira, melhorando unidades produtivas de artesanato e a competitividade do setor.

Resumo metodológico: desenvolver e coordenar um processo de formação é, na essência, instigar e promover a aprendizagem de grupo. Quando se trata de adultos, fatores como dialogicidade, identificação de necessidades, aplicação prática, experiência anterior, diferenças de estilo pessoal e ritmos de aprendizagem, aptidões, valores, crenças e qualidade do ambiente são de grande relevância, pois podem ser ferramentas motivadoras para a harmonia entre seus próprios interesses com os do grupo e com os objetivos dos encontros.

Razões dessa natureza, integradas à grandiosidade do desafio de edificar outros caminhos para melhorar resultados na vida profissional, nas unidades produtivas e na competitividade do setor artesanal, definiram o eixo comportamental como princípio orientador da metodologia de trabalho, com ênfase nas interações entre sentimentos, pensamentos e comportamentos dos artesãos, associado aos resultados desejados.

Acreditamos que ao conhecer mais profundamente a estrutura de pensamento, os valores, as emoções predominantes e o estilo pessoal de cada artesão seria possível identificar outras formas de elevar o desempenho e o nível de satisfação com a profissão de artesão, estimulando o senso de empreendedorismo criativo e, por conseguinte, um maior comprometimento com a qualidade do artesanato. Partiu-se do princípio de que sem mudanças comportamentais seria impossível conquistar resultados diferentes dos alcançados até aquele momento.

**PROPONENTE**

Geraldo Coelho de Oliveira Júnior

TÍTULO

Plano estratégico de atuação no desenvolvimento regional/local 2012-2016

Tendo em vista a responsabilidade social da Rede Federal de Educação (institutos federais e universidades federais) no desenvolvimento da Região Centro-Oeste, é de suma importância que sejam orientadas e organizadas as iniciativas e ações das instituições que compõem a Rede Federal de Educação, na perspectiva de aprofundar sua inserção no desenvolvimento da Região Centro-Oeste. O objetivo deste projeto é conceber a construção de um plano estratégico de atuação no Desenvolvimento Regional/Local 2012-2016, comum a todas as instituições e com missões institucionais específicas para cada realidade local, que se constitua, de fato, em um referencial para a inserção das instituições nos seus contextos regionais e locais, contribuindo para o desenvolvimento das mesmas. As instituições participantes, por meio desse plano, têm o dever legal de consolidar o seu papel como instituições públicas capazes de concorrer para um desenvolvimento que alie o tripé sociedade, economia e meio ambiente no estado e nos municípios de atuação.

**PROPONENTE**

Glenda Martins Monteconrado

TÍTULO

Despertar de potencialidades: um estudo sobre resiliência e motivações no retorno de presidiários amazonenses à escola

Este projeto tem como objetivo compreender as motivações que levam os presidiários amazonenses a retornar aos estudos, assim como saber quais as imbricações dessa escolha com as representações subjetivas que eles têm da escola. Dessa forma, por meio de um diagnóstico sobre quantos presidiários estão ou não estudando e quais suas motivações para tal, teremos subsídios para o fomento a projetos de incentivo ao retorno aos estudos por parte dessa população à margem da sociedade. Acreditamos que o estudo está intimamente ligado às políticas de incentivo à profissionalização do preso, pois só teremos uma ressocialização de verdade quando tais indivíduos entenderem por meio da reflexão (estudo) que há outras formas de se viver. A metodologia a ser empregada será por meio de entrevistas, tabulação dos resultados e *feedback*. Depois serão contatadas as parcerias para a criação de projetos de estudo profissionalizante, como escolas técnicas, Sesi/Senac etc. Serão feitos também encontros de trabalho de reflexão em grupo com a participação de psicólogos, visando dessa forma a agregar valor aos sentimentos, sonhos e desejos dos presidiários, assim como o estudo será ilustrado como veículo para tais realizações.

**PROPONENTE**Grupo desenvolvimento e sociedade – CNPq/UFRPE,
Prof.^ª Dra. Rosário Leitão/Pedro Inácio (bolsista CNPq EXP - 3)**TÍTULO**

Mulheres do Tejuco: plano de ações para o protagonismo feminino no desenvolvimento sustentável da pesca artesanal numa comunidade tradicional de Pernambuco

Mulheres do Tejuco é uma proposta do grupo Desenvolvimento e Sociedade do CNPq (Núcleo de Pesquisas e Desenvolvimento de Projetos [Nupesq/UFRPE]) para uma pesquisa que deverá trabalhar para construir um Plano de Desenvolvimento Local Sustentável (PDLS) que buscará o planejamento de ações voltadas para a promoção da autonomia de uma comunidade pesqueira tradicional de Pernambuco, o Tejucupapo/distrito de Goiana, tomando o papel preponderante no protagonismo feminino como elemento aglutinador de lutas e demandas e centralizador (público alvo) de possíveis futuras intervenções governamentais e privadas, fundamentalmente no que diz respeito à pesca artesanal, servindo como elemento norteador e mediador para a preservação dos modos de vida tradicionais da localidade.

A partir desse trabalho de pesquisa pretendemos fazer uma oficina participativa, que servirá como preparação e iniciação da comunidade em conceitos, formas e necessidades para a realização de um modelo de desenvolvimento local sustentável, que servirá como apresentação do projeto para a comunidade e recurso metodológico de levantamento das demandas individuais e coletivas das mulheres pescadoras da comunidade; pretendemos fazer ainda um seminário com a temática Gênero e Desenvolvimento Local Sustentável com a apresentação dos resultados alcançados pela pesquisa; além da publicação de um livro envolvendo a temática, contendo a análise da comunidade, a proposta de ações para seu desenvolvimento e a descrição metodológica que permita a construção de planos semelhantes em outras comunidades específicas.

**PROPONENTE**

Guilherme Henrique Neumann

TÍTULO

Automatização de processos de elaboração de derivados da uva na serra gaúcha

Por serem produtos de elaboração delicada, os derivados da uva devem ser acompanhados de perto durante todo o seu processo produtivo. Qualquer alteração inadequada nas condições de produção pode levar a grandes perdas para a indústria. Por exemplo, na elaboração de sucos, a mudança de poucos graus na temperatura pode provocar uma fermentação, o que torna o produto impróprio para venda. Atualmente, a maioria das indústrias da área usa técnicas de controle analógicas e imprecisas, gerando limitações na produção. O objetivo do projeto é desenvolver um sistema completo para o controle do processo de elaboração de derivados da uva. Nesse sistema de controle, sensores devidamente instalados nos tanques e equipamentos usados na elaboração coletarão informações sobre os produtos e as repassarão a uma unidade central. A unidade central processará os dados, permitindo aos gerentes da produção um controle mais eficaz. Dessa forma, será possível observar a produção e executar certas tarefas a distância, em tempo real.

O projeto visa a beneficiar a região da Serra Gaúcha, que detém cerca de 90% da produção de vinhos do Brasil, com uma produção anual de 250 milhões de litros. A região abriga mais de 500 vinícolas e aproximadamente 16 mil famílias vivem da produção de uvas. A implementação de tal sistema beneficiará a economia da região, pois fortalecerá a indústria vitivinícola, reduzindo custos de produção, ao mesmo tempo em que elevará a qualidade dos produtos e evitará perdas. A longo prazo, serão reunidos dados sobre produções suficientes para se traçar um paralelo entre a qualidade do produto final e a origem da matéria-prima, bem como os tratamentos que foram usados no cultivo. Dessa forma, o produtor de uvas se beneficiará por conhecer previamente qual a melhor estratégia para conduzir sua produção e alcançar uma melhor qualidade de seu produto.

**PROPONENTE**

Gustavo Nogueira Fernandes

TÍTULO

Portal das onças:

o Vale do Rio Jaguaribe capacitado para a rede mundial

Este trabalho objetiva criar um ambiente virtual com três eixos estruturais, um constituído na divulgação do turismo regional em suas especialidades rural, ecológica, de negócios e cultural, outro no ensino a distância para formação empresarial local e o terceiro na venda direta de serviços e produtos por uma plataforma de comércio eletrônico. Essas estruturas pretendem atender à região do Vale do Jaguaribe, Estado do Ceará, no sentido de fortalecer os arranjos produtivos locais e seus atores, a partir da negociação direta desses produtos e da atração de consumidores de outras regiões para roteiros turísticos criados e formalizados tecnicamente.

Na primeira etapa usa-se a construção das informações em campo, que consiste em um mapeamento geoeconômico dos arranjos principais e dos expoentes turísticos, e numa segunda etapa, estabelecendo a criação e o desenvolvimento de um ambiente virtual com plataformas de comércio eletrônico, ensino a distância, mapas e rotas integralizados, para isso usando, respectivamente, sistemas gerenciadores de conteúdo (CMS), uma plataforma de ambiente virtual de aprendizagem (AVA), sistema de vídeo conferência e uma interface de programação de aplicações (API).

Pretende-se alcançar como resultado final um sítio eletrônico aglomerador e distribuidor de conteúdo educativo, geoeconômico, turístico rural, empresarial, cultural e ecológico, com uma estrutura de compra e venda direta, capaz de alavancar e facilitar negócios locais e acompanhar e capacitar atores produtivos, como agricultores familiares, empreendedores individuais, pequenas associações e cooperativas, artesãos, para o melhoramento da base produtiva e fortificação econômica e social e manutenção da competitividade nessa região.

**PROPONENTE**

Heloisa Helena Corrêa da Silva

TÍTULO

A produção da fibra de tucum como alternativa econômica dos povos indígenas do Alto Rio Negro

A proposta quer, a partir de uma volta ao passado, revitalizar as práticas culturais que possibilitem diminuir as desigualdades regionais. Os povos do rio Negro ao longo de suas existências fazem a troca de experiências culturais e de artefatos entre si. O material produzido por determinada etnia serve para outra etnia usar para uma determinada atividade, de acordo com as suas necessidades,

a partir da matéria-prima tucum, que até mesmo depois de arrancada de seu meio e transformada em mercadorias emite ecos de sua origem cultural. Entre a origem da produção artesanal e as expectativas das comunidades indígenas em relação à sociedade nacional existe um conjunto de elementos que se analisa e que envolve, principalmente, a esperança de sobrevivência, tanto a mais urgente quanto a médio e longo prazos.

Com base nas experiências vivenciadas por outras etnias que vendem o artesanato, questionamos os retornos materiais e culturais para as populações foco desse projeto. Em face, a metodologia proposta inclui oficinas com os povos na região do Alto Rio Negro, a partir das experiências de trabalho com o tucum ora feito por grupos da família Tukano, associados, pelo povo Tuyuka e Desana, criando uma nova via de desenvolvimento. A dinâmica da metodologia prima pelo trabalho coletivo, que se traduz na junção entre a vida e a arte, a natureza e o meio ambiente, pretendendo divulgar, em nível nacional e internacional, o trabalho a partir da cosmologia da cultura dos povos citados. A geração de trabalho e renda, centrada na visão cosmológica a partir do saber acumulado das comunidades nativas presente no trabalho solidário, que não se realiza como um estado ou ponto de chegada, mas é um desafio, uma escolha do sujeito em cada momento e em cada ato de sua existência; esses são os resultados que se quer obter e efetivamente contribuir para a redução das desigualdades sociais a partir da valorização cultural dos povos do rio Negro.

**PROPONENTE**

Ingrid Steil Ferraz

TÍTULO

Projeto Comunidade Modelo

O Projeto Comunidade Modelo trabalha com o conceito de habitação integrada ao meio ambiente, proporcionando aos indivíduos pertencentes a uma comunidade previamente escolhida o estabelecimento de uma nova concepção de moradia e vivência, englobando a autossustentabilidade em seus processos, da forma mais barata e verde possível. A qualidade de vida, o conforto, a economia e a segurança da moradia são outros pontos de atributos que o projeto adiciona à vida dos moradores impactados. A ideia é que o projeto-piloto seja aplicado na Vila Ostenack, Sítio Cercado, Curitiba (PR), e que também possa gerar um novo modelo de habitação autossustentável para ser adaptado pelo governo e ONGs e aplicado a todas as comunidades do Brasil e de outros países.

O Projeto Comunidade Modelo trará, por meio da sustentabilidade ecológica, um instrumento para amenização das disparidades sociais devidas à má distribuição de renda. A base de sua aplicação consiste na adaptação de pequenas atitudes verdes que atendam à demanda da comunidade, contribuindo com alguns dos oito objetivos do milênio propostos pela ONU.

**PROPONENTE**

Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia (Ipam)

TÍTULO

Assentamentos sustentáveis na Amazônia: o desafio da transição da produção familiar de fronteira para uma economia de baixo carbono

No contexto do desenvolvimento sustentável da Amazônia, existe atualmente um grande desafio que é o de viabilizar a consolidação de uma política de assentamentos sustentáveis. Para isso é necessária a adoção de estratégias voltadas para combater os vetores do desmatamento a partir da implementação de um novo modelo produtivo de baixa pressão sobre a floresta e de maior potencial econômico. É nesse sentido que o presente projeto visa a promover, em parceria com a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP) e o Instituto de Colonização e Reforma Agrária (Incra), uma transformação da base produtiva dos assentamentos de reforma agrária da Amazônia.

O objetivo é que esses passem a ser atores fundamentais na nova economia de baixo carbono, que mantenha as florestas dentro dos assentamentos, aumente a rentabilidade das áreas já abertas e promova a melhoria na qualidade socioambiental da região, contribuindo para o processo de transição de espaços de fronteira agrícola para territórios férteis e sustentáveis. O projeto terá duração total inicial de cinco anos e será executado de acordo com os seguintes eixos estratégicos:

- a) Reestruturação de cadeias de governança compartilhada (cogestão);
- b) Novas tecnologias de produção agropecuária;
- c) Manejo florestal comunitário;
- d) Beneficiamento e venda dos produtos;
- e) Avaliação da efetividade e progresso das ações do projeto;
- f) Pagamento pelo desmatamento evitado;
- g) Disseminação das atividades do projeto por meio de redes de assentamentos sustentáveis.

O projeto será executado em 10 assentamentos de reforma agrária, localizados na região oeste do Pará, divididos nos territórios da Transamazônica, Baixo Amazonas e BR-163, que totalizam 2.600 famílias que ocupam uma área de 230 mil hectares.

**PROPONENTE**

Irene Maria Cardoso

TÍTULO

Fortalecimento e ampliação da agroecologia na Zona da Mata de Minas Gerais

O objetivo deste projeto é ampliar e fortalecer a sustentabilidade dos sistemas de produção da agricultura familiar, rural e urbana, a partir da construção e socialização do conhecimento em agroecologia e ampliação do acesso a mercados. Por

meio da metodologia da pesquisa-ação pretende-se trabalhar conjuntamente com agricultores, trabalhadores das periferias, entre outros, trazendo à tona o conhecimento que esses possuem para desenvolver os trabalhos. Esses sujeitos participarão dos intercâmbios de agroecologia, visitando propriedades em estágio avançado de transição agroecológica e trocando experiências sobre manejo, consórcio de plantas e incremento da biodiversidade. Participarão também do levantamento de dados, dimensionamento e montagem dos sistemas de carga elétrica para energia rural nas propriedades. Serão desenvolvidas ainda estratégias de escoamento dos produtos agroecológicos por meio de redes de consumo consciente, nos princípios da economia solidária. Espera-se que os agricultores participem, de forma pró-ativa, de mudanças de padrões de produção e venda, socializando os conhecimentos produzidos e nutrindo-se de novos valores, no cuidado com a natureza, na produção agroecológica, no uso de energia solar, e ainda, na constituição de novas formas de venda de seus produtos.

**PROPONENTE**

Isabela Rosa Sette

TÍTULOMinas Gerais e o desenvolvimento regional do turismo:
desafios para o avanço da política pública

Este trabalho discorre sobre o Programa de Regionalização do Turismo de Minas Gerais, que completou dez anos, e os desafios da Setur (Secretaria de Estado de Turismo) para seu avanço. Pondera sobre o papel das associações de circuitos turísticos, consideradas instâncias de governança regionais e responsáveis pelo planejamento e pela gestão do turismo nos territórios. Sob tal ótica, o presente trabalho apresenta uma proposta para o avanço de tal programa e tem como objetivo elaborar e executar um plano de soluções, apoio e de sustentabilidade às instâncias de governança regionais a partir de um diagnóstico detalhado das dificuldades de desenvolvimento. Pretende-se gerar indicadores capazes de nortear a definição de estratégias de atuação da Setur, das próprias associações e dos parceiros, focadas na melhoria da gestão e conseqüente fortalecimento dos circuitos turísticos.

De maneira mais detalhada, este trabalho apresentará a matriz de posicionamento das Associações de Circuitos Turísticos, metodologia desenvolvida para fazer o diagnóstico situacional de cada um dos circuitos, uma vez que eles se encontram em níveis de amadurecimento e profissionalização heterogêneos. Para a construção dessa matriz empregou-se o esforço de uma equipe de técnicos da Setur das áreas de turismo, governança e estatística, além de ampla pesquisa bibliográfica e consulta a aspectos metodológicos de institutos de pesquisa e educação.

Como resultado, é proposto um modelo que estabeleça as dimensões consideradas estratégicas à atuação de uma instância de governança regional de turismo, além do seu desdobramento em variáveis, mensuradas por meio de um questionário

aplicado ao corpo diretivo e executivo dos Circuitos. Tal ferramenta de diagnóstico torna-se extremamente prioritária à Setur para que as ações estratégicas sejam focadas, oferecidas dentro das necessidades regionais, melhorando a eficácia e efetividade da política e garantindo resultados mais evidentes e duradouros.

**PROPONENTE**

Isabella Christina Navarro de Abreu Capilla

TÍTULO

Tratamento de água por meio da tecnologia de processos oxidativos avançados

O objetivo deste projeto é, por meio, da melhor informação e conscientização política, incentivar a alteração da legislação e da Portaria 2.914 (12/12/2011), Ministério da Saúde, para regulamentar e controlar a quantidade de poluentes emergentes na água tratada da cidade de São Paulo. Entre os poluentes emergentes estão inclusos impurezas orgânicas, como alguns derivados do petróleo, pesticidas e fármacos. Espera-se que com o tratamento de água e esgoto adequado, a condição de vida de muitas comunidades melhore, trazendo com isso níveis mais altos de educação, menos gastos com a saúde e o setor alimentício, levando a menores índices de desperdício e maiores de aproveitamento.

**PROPONENTE**

Jacimar Luis de Souza

TÍTULO

Desenvolvimento integrado de tecnologias, indicadores e difusão em agricultura orgânica no Espírito Santo

A sociedade tem buscado maior sustentabilidade ambiental e alimentação adequada de forma cada vez mais intensa. Portanto, o objetivo geral do projeto é gerar e difundir tecnologias e indicadores em agroecologia e agricultura orgânica no território das montanhas e águas do Espírito Santo, para subsidiar o aprimoramento tecnológico de um modelo de produção agrícola que promova a preservação ambiental e seja sustentável ao longo dos anos. A unidade de referência em agroecologia do Instituto Capixaba de Pesquisa, Assistência Técnica e Extensão Rural (Incaper), onde serão feitas as pesquisas, está localizada em Domingos Martins (ES), é a pioneira no Brasil em investigação científica nessa área, com estudos há mais de 21 anos. O projeto está composto por 12 subprojetos, enfocando diversas áreas, como: resgate, seleção e multiplicação de sementes varietais; monitoramento da fertilidade dos solos; autossuficiência da produção integrada de hortaliças com aves; estudos de eficiência energética; potencial de sequestro de carbono; sistema plantio direto; cultivos

em alamedas; estudos de entomofauna associada; métodos alternativos de controle de pragas; ações de envolvimento, difusão tecnológica e editoração de publicações.

Dentre os resultados destacam-se: 1) Com o fomento da agroecologia, novos agricultores ingressarão na atividade; 2) O projeto contribuirá para motivar os estudantes estagiários a adotarem a agricultura orgânica nas suas propriedades; 3) As melhorias nas características do solo serão crescentes e sem impactos negativos no meio ambiente; 4) A elevação de matéria orgânica no solo pela reciclagem de resíduos promoverá o sequestro e a fixação de carbono no sistema, contribuindo para reduzir emissões de CO₂; 5) A capacitação técnica contribuirá para reduzir um dos maiores entraves do desenvolvimento da agricultura orgânica brasileira, ampliando o mercado desses produtos; 6) As publicações técnico-científicas irão contribuir para ampliar e disponibilizar informações a técnicos e agricultores, diminuindo o déficit tecnológico.

**PROPONENTE**

João Batista Rodrigues da Silva Filho

TÍTULO

Representações sociais do meio ambiente de moradores e de praticantes de motociclismo *off-road* /enduro e *mountain bike* no Pico da Ibituruna, Governador Valadares (MG)

O tempo e o espaço dão conta de expor que a região do Pico da Ibituruna, com sua beleza natural exuberante capaz de encantar visitantes e valadarenses, vem passando por processo contínuo de apropriação e uso desordenado do ambiente, no qual as práticas esportivas podem contribuir de alguma maneira para a descaracterização do ambiente natural. Os residentes compõem um território já estabelecido, produzindo e reproduzindo territorialidades, carregadas de sentimento de pertencimento ao lugar, já que muitos são nascidos e criados na região, ocupando e exercendo práticas sociais conquistadas ao longo do tempo. Os praticantes das referidas práticas corporais na natureza usam, também, o território dos residentes para efetivação de seus esportes e como forma de lazer, rompendo fronteiras territoriais, territorializando e em muitas das vezes se apropriando do espaço sem que os proprietários tenham conhecimento prévio da sua presença.

Portanto, para este estudo, identificamos a necessidade de distinguir os territórios usados para as práticas esportivas na natureza, envolvendo os sujeitos residentes e aqueles não residentes praticantes do motociclismo *off-road*/enduro e do *mountain bike*, investigando como se dá a construção do território, bem como o controle que exercem sobre o mesmo, buscando sentidos e significados em relação à natureza e o uso que dela fazem. Nossa hipótese é que as múltiplas territorialidades observadas na área de inserção deste estudo, além de incorporar uma dimensão estritamente política em seu bojo, dizem respeito, também, às relações econômicas e culturais. Nesse sentido, cabem indagações no que concerne ao uso das trilhas pelos pratican-

tes de motociclismo *off-road*/enduro e *mountain bike* no Pico da Ibituruna, no sentido de identificar a funcionalidade e o simbolismo das territorialidades advindas dessas práticas corporais que usam a natureza para sua execução.

**PROPONENTE**

João Bittencourt Lino

TÍTULO

Linha Verde do Estado de Goiás

A proposta Linha Verde do Estado de Goiás – Estrada da Biosfera Goyaz – nasce de um desejo regional de transformar a região em um efetivo polo de desenvolvimento do turismo e da produção associada do cerrado brasileiro, com vistas a promover a integração e a qualificar um acesso rodoviário, tendo como prisma de desenvolvimento os aspectos relevantes da cultura e dos recursos naturais presentes em abundância na região. A proposta visa a incluir e potencializar o viés econômico nessa região de forma integradora e canalizadora de desenvolvimento.

Nesse ambiente, criar mecanismos de não apenas viabilizar ou melhorar as infraestruturas de acesso, mas tematizá-las de forma a que os usuários não sejam apenas passantes, mas protagonistas e fomentadores do desenvolvimento regional e criar uma forma de promover e sensibilizar o visitante para todos os aspectos, gerando maiores estruturas de gastos e indicadores econômicos para região. Teremos meios de interagir com os visitantes e promover também a educação das comunidades envolvidas e inseridas no território. Nesse contexto, acredita-se num modelo integrado de desenvolvimento gerando renda e principalmente educação para aqueles que permanecem ou estão no território.

**PROPONENTE**

João Bosco Lima de Siqueira

TÍTULO

Usinas do Rio Madeira: o apocalipse do Estado de Rondônia

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) identificou na área dos reservatórios que serão formados pelas usinas 2849 pessoas atingidas, sendo 1087 pelo reservatório do Jirau e 1762 pelo Santo Antônio. Entretanto, o EIA não traz informação a respeito de uma atividade já desenvolvida e até antes da criação do Estado de Rondônia: a mineração de ouro no Rio Madeira, tão antiga quanto a descoberta de ouro no Cuiabá pelos bandeirantes, por volta de 1710, que por aqui se aventuraram. Segundo a cooperativa dos garimpeiros de Rondônia, eles possuem cadastro de mais de 3 mil garimpeiros no Madeira; a atividade garimpeira tem confrontos com leis ambientais, mas sabidamente contribui para a economia do município de Porto Velho.

Considerando esse numero de garimpeiros, os impactados diretos passam dos 7 mil, contra os 3 mil apresentados por Furnas.

Os núcleos urbanos atingidos, segundo o EIA, que se localizam entre a Ilha do Presídio e a Vila de Abunã, são: Vila de Mutum-Paraná (totalmente); Vila Jaci-Paraná (parcialmente); comunidades ribeirinhas de Teotônio e Amazonas. No entanto, existem muitas outras comunidades que não foram citadas, tanto ribeirinhas (como Porto Seguro, Engenho Velho etc.) como de assentamento da reforma agrária (Joana Dark I, II e III, que somam cerca de 1.070 famílias). O Incra/RO, apesar de não ter um levantamento atualizado da área atingida e das famílias que ali residem, desenvolve projetos de desenvolvimento sustentável na comunidade ribeirinha de Porto Seguro e projetos de assentamento no Joana Dark I, II e III; áreas em processo administrativo de legalização pelo Incra/RO.

**PROPONENTE**

José Geraldo de Jesus Rosário

TÍTULO

Impacto da Inclusão Digital no Desenvolvimento Regional da Bahia

O Impacto da Inclusão Digital no Desenvolvimento Regional da Bahia versará sobre os comportamentos de inserção e desenvolvimento da comunidade local e seu entorno para provar a sustentabilidade de crescimento dos seus municípios. O projeto visa à implantação dos Centros Digitais de Cidadania (CDCs) nas sedes de Conselhos Comunitários Sociais e de Segurança Pública. Com a implantação dos CDCs, a comunidade, ou seja, residentes, turistas, idosos, crianças, jovens, adultos, poderá acessar o sistema digital com banda larga via Internet, que poderá formalizar informações, queixas, notificações, denúncias e registrar queixas. Os monitores e o coordenador do centro digital serão orientadores para os menos capacitados, visando à minimização do analfabetismo digital local e seu entorno, tendo inclusive cursos de Word, Excel, PowerPoint, Internet, entre outros, gratuitamente. Poderá fazer a inclusão cidadão conforme preceitua a Constituição da República Federativa do Brasil, que garante ao cidadão toda inclusão e cidadania por meios de formação, como a educação formal e informal, acessando e usando informações do governo e materiais relevantes para o enriquecimento da vida e do trabalho como método aplicativo e uma metodologia qualitativa, a qual tem como norteador a própria ONU.

Este programa social escolhido poderá ser implantado a partir de 2013 no território nacional, por meio de parcerias como o MCTI (Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação). No caso, o objeto escolhido é o Programa de Inclusão Digital, viabilizado pelos CDCs, como centro social urbano, igrejas, escolas e bibliotecas. Diante do exposto, serão trabalhadas questões que envolvam a investigação das ações e demandas emergentes das sociedades em geral do Programa de Inclusão Digital do Governo Federal. O presente projeto tem como meta servir de objeto de dissertação de mestrado.

**PROPONENTE**

Jorge Henrique de Oliveira Sales

TÍTULO

Fogão solar alternativo

Projetar um fogão alternativo de fácil construção e baixo custo que seja de uso e aplicação amplos. Um fogão que ajude a garantir a sustentabilidade ambiental enquanto ajude a superação da pobreza e desigualdade social. Este é um projeto de um fogão que reutilize ou reaproveite o alumínio, evidenciando a preocupação com a sustentabilidade e o conceito de reaproveitamento.

Os raios solares se refletem nas latas de alumínio, que por sua vez são direcionados aos tubos de metal com óleo que recebem a energia em forma de calor. A chapa de acrílico na parte superior e o compensado enegrecido na parte inferior ajudam a manter a temperatura adquirida no sistema. Um tanque contendo o óleo, que está a 50 cm do sistema painel-fogão, é responsável pelo funcionamento termossifão. O óleo desce do tanque, vai até o painel, aquece e segue para o fogão solar. Depois de passar pelas trempes, segue até o tanque termo-sifão, onde se reinicia o processo. O coletor solar, parte integrante do fogão, tem uma estrutura de sustentação do coletor. Essa estrutura é soldada e feita de metalon de 50 x 30 x 1,5 mm. Nela há uma manta de alumínio proveniente de resíduo da construção civil. Tem-se uma tubulação por onde passará o óleo de cozinha usado que é construída com tubo de um metal de baixo custo de diâmetro $\frac{1}{2}$. O apoio é uma placa de maderite. O fundo é pintado de preto. As luvas de metal de baixo custo, com 90°, são usadas para união da tubulação. O fechamento do coletor pode ser de vidro. O fogão solar usa óleo de cozinha já usado como fluido para conduzir o calor da energia solar coletado nas placas para a base de alumínio que servirá de apoio para a panela a ser aquecida. Nós chamamos essa base de trempe.

O fogão solar é um trocador de calor cujo princípio de funcionamento é o termossifão. Esse equipamento encontra-se em fase de modelo. Os testes mostraram um aquecimento de um litro de água com uso de uma panela de alumínio em média 11 min. Nos fogões a gás o aquecimento se dá em torno de 10 min. O óleo de cozinha usado tem mostrado problemas. Um deles é o entupimento das trempes. Continuamos a verificar maior eficiência com outros fluidos condutores.

**PROPONENTE**

Jorge Leandro Delconte Ferreira

TÍTULO

Universidade do Empreendedor: promovendo a cultura empreendedora

O presente projeto tem como principal motivação o seguinte problema: como os conteúdos extracurriculares podem contribuir para intensificar o comportamento empreendedor dos alunos da rede pública de ensino fundamental e médio, demo-

cratizando o acesso aos meios de empreender como mecanismo de inclusão social e indução do desenvolvimento econômico e social do município trabalhado?

O objetivo é desenvolver e aplicar metodologias de capacitação alternativa para alunos do ensino fundamental e médio, com vistas ao fortalecimento da cultura empreendedora individual e coletiva, a fim de oportunizar ao público alvo mecanismos para superação de desigualdades econômicas, sociais e instrucionais pela via do comportamento empreendedor.

**PROPONENTE**

Jorge Takeda

TÍTULO

Plataforma virtual: modelo de arranjo em rede para as empresas de base tecnológica como proposta de política de incubadoras e parques do Estado do Paraná

Este projeto tem como objetivo instalar um modelo de arranjo em rede para as empresas de base tecnológica como proposta de política de articulação para as incubadoras e parques tecnológicos do Estado do Paraná e os principais ativos tecnológicos, tais como os núcleos de inovação, laboratórios e especialistas. Fundamenta-se nos conceitos de rede, monitoramento sistemático das empresas, interação entre os agentes de oferta e demanda de serviços de tecnologia, bem como um suporte para tomada de decisões governamentais com base na inteligência competitiva da plataforma. No momento está sendo realizado um processo de articulação com os principais atores das principais regiões econômicas do estado, bem como o desenvolvimento da plataforma.

**PROPONENTE**

José Antônio Carneiro Leão

TÍTULO

Rede de expansão científica na Uneb e comunidades locais: gestão cognitiva do conhecimento, aprendizado e cooperação institucional (REDECPEDR/Uneb)

Projeto institucional de implantação de processos de disseminação da informação por meio da rede de expansão científica, mediante gestão cognitiva do conhecimento em comunidades locais nos campi da Uneb no Estado da Bahia, apresentado ao CNPq por meio da plataforma integrada Fundação Carlos Chagas para obtenção de apoio financeiro. O projeto visa a contribuir significativamente para o desenvolvimento científico, tecnológico e inovação da pesquisa no ensino superior na área de educação e desenvolvimento regional, em articulação com a educação básica na Bahia, na perspectiva do serviço público, acadêmico e político do planeja-

mento e desenvolvimento econômico, área de atuação do homenageado Rômulo de Almeida, que propiciou condições para expansão econômica do país, assim como o seu sucessor Celso Furtado, com a preocupação de melhorar as condições de vida da população nordestina para assegurar o funcionamento da economia da região.

**PROPONENTE**

José Barroso Filho

TÍTULO

Centros Integrados de Desenvolvimento Regional

Os Centros Integrados de Desenvolvimento Regional (CIDR) instalados na Amazônia visam a: implementar um novo modelo de desenvolvimento na Amazônia Ocidental, inicialmente nos pelotões especiais de fronteira do Exército Brasileiro, voltados para a formação cívica, inclusão digital, saúde, educação, telemedicina, apoio técnico agrícola, piscicultura e acesso à Justiça; fortalecer a inclusão social e a cidadania, por meio de processos participativos de gestão das políticas públicas, envolvendo parcerias entre órgãos governamentais, a sociedade civil e o setor privado, com transparência e controle social; acesso da população regional às políticas universais; viabilizar atividades de produção sustentável com inovação tecnológica, estimulando a geração de emprego e renda, o aumento da segurança alimentar, priorizando o melhor uso de áreas já abertas e o uso múltiplo da floresta em bases sustentáveis.

As extremadas dificuldades logísticas experimentadas na Amazônia somam-se e explicam as situações de pobreza e debilidade da base econômica regional. Esse trágico círculo vicioso mantém-se pelo baixo nível de coordenação entre as ações voltadas para o desenvolvimento da região. Os CIDRs surgem da necessidade de coordenação de políticas públicas e, para tanto, preveem uma ação cooperativa entre entes estatais e iniciativa privada. A coordenação de execução das ações dos CIDRs será exercida por meio do conselho gestor, com atribuições de planejamento, avaliação e controle e efetivação da execução. O êxito dos CIDRs está calcado em um modelo integrado de políticas públicas com o uso de um método estruturado com infraestrutura adequada/disponibilidade de recursos humanos e financeiros imprescindíveis ao êxito da inovadora proposta.

**Proponente**

José Carlos Aziz Ary

Título

Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o semiárido: da obrigação à otimização

A Constituição federal de 1988 estabeleceu que 50% dos recursos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), operacionalizado pelo Banco

do Nordeste do Brasil (BNB), deveriam ser aplicados na parte semiárida da região. Neste trabalho, após uma análise da redação dos normativos que instituíram esse preceito, são formuladas sugestões de mudança, em ocasião oportuna, no sentido de corrigir uma impropriedade nas redações do artigo 159 da Constituição e na própria Lei 7.827/89, que regulamentou aquele artigo, bem como de refinar o critério levando em conta os diferentes graus de semiaridez entre os diversos estados do Nordeste. Adicionalmente, comentam-se as razões que levaram a essa decisão, o contexto em que ela foi adotada, as dificuldades de atingir o percentual definido, entre outros.

No sentido de atender ao preceito constitucional, sem artificialismos que agridam a racionalidade socioeconômica, evitando os efeitos danosos das aplicações sobre o meio ambiente, são feitas sugestões de variada ordem. Algumas já são praticadas, outras nem tanto, mas o princípio é a ênfase nas atividades rurais não agrícolas, por um lado, e o uso de tecnologias de exploração agropecuária menos exigentes de espaço e menos agressivas ao meio ambiente e/ou indutoras de práticas conservacionistas.

**PROPONENTE**

José Dias Campos

TÍTULO

Projeto convivência com a realidade semiárida, promovendo o acesso a água, produção agroecológica, solidariedade e cidadania

As ações desenvolvidas em comunidades rurais dos municípios de Teixeira, Cacimbas, Matureia, Desterro e Princesa Isabel, no Médio Sertão da Paraíba, desde 1994 têm como objetivo promover o empoderamento social e político organizativo das famílias e das comunidades a partir do resgate de práticas de solidariedade que possam, a partir de inovações sociais, contribuir, efetivamente, para uma melhor qualidade de vida, a partir dos potenciais locais e da gestão participativa de recursos, humanos, financeiros, materiais, incluindo os naturais, na dinâmica de Fundos Rotativos Solidários. A experiência parte do princípio de que os agricultores são atores sociais importantes, portanto cumprem um papel importantíssimo no desenvolvimento, promovendo mudanças na realidade onde estão inseridos. Contempla diversas tecnologias sociais, aliadas com atividades educativas voltadas para inovações sociais. As tecnologias são consideradas como meio, portanto como ferramentas pedagógicas.

O exercício no processo de construção e uso das tecnologias permite um despertar das famílias como protagonistas, como consumidoras dos recursos naturais, como cidadãos, mas, sobretudo, como gestoras do meio ambiente onde vivem. A experiência nasceu da necessidade de uma ação, com metodologia participativa, que valoriza as iniciativas já existentes e o conhecimento popular,

colocando-os em evidência como fruto da ação dos agricultores, de tal modo que os mesmos possam perceber a força que possuem no processo de mudanças da realidade onde estão inseridos. A água captada da chuva e armazenada nas cisternas, as tecnologias sociais, hora de construção das cisternas, barragens subterrâneas, tanques em fendas de pedras, barramento de água de chuva em estradas, reciclagem de água, melhoramento da água captada das chuvas, assumem um papel importante nos processos pedagógicos, permitindo o diálogo entre as famílias para descoberta de novas iniciativas para a sustentabilidade.

**PROPONENTE**

José Francisco Magalhães Gonçalves

TÍTULOPeixes secos, câmbio e divisas na Amazônia
– pescada da Amazônia

Estima-se que são transportados somente para Bogotá-Colômbia seis mil t/ano, de peixe *in natura* provenientes da Amazônia, sem gravame para o estado ou tributos para a União. A falta de impostos e beneficiamento desse peixe cerceia a remuneração direta dos pescadores e indiretamente das comunidades. Essas atividades diminuem as bases produtivas, a esperança e a qualidade de vida das famílias dos pescadores e comunidades do interior que vivem da pesca. Aumentam a desigualdade social e a miséria. Para conseguir esse peixe o colombiano vende a crédito para o pescador gêneros de primeira necessidade. O detalhe é que esse crédito tem custo e amplia ainda mais a discriminação e a desigualdade. Essa prática cruel da exploração e abuso da mão de obra do interior da Amazônia causa um impacto negativo sobre esse tecido social. Esse procedimento de escambo se tornou um maravilhoso paraíso fiscal, dentro de um imenso sistema ilegal de comércio, contrabando, lavagem de dinheiro, sonegação fiscal, agiotagem, monopólio comercial do peixe e do câmbio de moedas.

Este projeto visa a pesquisar e apresentar uma visão endógena, real e norteadora, com a finalidade de ser mais um elemento de apoio e contribuição aos programas do governo que tenham o mesmo escopo na inserção social produtiva da população, na capacitação social e na melhoria da qualidade de vida. Ressalta-se que essas estratégias também serão o diferencial na solução dos três grandes desafios do momento para a Amazônia: (i) soluções concretas e viáveis; (ii) desenvolvimento econômico e social; (iii) zero de destruição. Observa-se que o círculo vicioso de exploração alvo deste projeto se torna em círculo virtuoso, que dinamiza, fortalece e diversifica toda a base produtiva do peixe produzido na Amazônia, com fomento, oportunidade de investimento, melhoria nas condições e qualidade de vida do interior, e incluindo a exploração das potencialidades sub-regionais.

**PROPONENTE**

José Martins Ucha

TÍTULO

Inclusão produtiva de pescadores e marisqueiras em Salinas da Margarida (BA)

O projeto começou em 2010, com implantação do programa Certific (MEC/Ministério do Trabalho), com oferta da certificação de pescadores e marisqueiros na área de preparação de pescados e higienização. Foram certificados 95 profissionais e estão em curso mais 35. A certificação faz o reconhecimento dos saberes adquiridos, mas o Instituto Federal da Bahia (IFBA) oferta um curso que inclui boas práticas de fabricação, microbiologia dos alimentos, pesca sustentável, cooperativismo e inclusão digital, entre outros, elevando a escolaridade. Hoje há um projeto no Ministério de Ciência, Tecnologia e Inovação para implantação de Centro Vocacional Tecnológico (CVT) com reprodução e engorda de espécie marinha de interesse econômico e ambiental.

**PROPONENTE**

Joseneide Sales Santiago

TÍTULO

Recinto alfandegário: um estudo de caso da Diretoria Regional dos Correios no Amazonas com DSE e DDE para escoamento das exportações da Zona Franca de Manaus e das Diretorias Regionais dos estados amazônicos.

Este projeto tem como objetivo viabilizar o desembaraço aduaneiro (criação de DSE [Declaração Simplificada de Exportação]) a partir do Centro de Logística dos Correios de Manaus, haja vista que atualmente toda declaração de exportação deve ser feita no CTCL (Centro de Tratamento de Cargas Internacionais) na capital de São Paulo. Diante disso, as exportações são visualizadas no site do governo federal como se os produtos fossem oriundos do Estado de São Paulo, contribuindo, assim, para o favorecimento do PIB daquele estado. Com a aquisição desse pleito, haverá um incremento justo no resultado real do PIB do Estado do Amazonas, haja vista que a DSE passará a ser gerada na região realmente de origem dos produtos, além de facilitar incentivos fiscais para os estados do Norte e estreitar o caminho para o mercado internacional.

**PROPONENTE**

Josue Gustavo dos Santos

TÍTULO

Feira Territorial da Agricultura Familiar e Economia Solidária

Esta proposta desenvolveria um outro visor dos produtores oriundos da agricultura familiar e economia solidária e um forte caráter produtivista, semeando autoestima e abortando o pensamento de viver nas cidades. Este projeto exporia a visibilidade econômica das atividades e o reconhecimento produtivista da agricultura familiar e economia solidária e fecundaria na sociedade uma outra visão desses produtores. A segurança alimentar seria atendida pelos produtos da agricultura familiar e pela economia solidária e os municípios se ateriam a que a maior parte de água doce contida nos territórios rurais poderia estar sendo aproveitada para a criação de peixes, melhorando significativamente a questão econômica e de saúde de todos os habitantes do território e implementando mais uma fonte de renda para o produtor rural e fornecedor de serviços, além do turismo rural.

O Censo Agropecuário de 2006 identificou 4.367.902 estabelecimentos da agricultura familiar, o que representa 84,4% do total de estabelecimentos. Apesar de ocupar apenas 24,3% da área total de estabelecimentos, a agricultura familiar é responsável por 38% do valor bruto total da produção agropecuária e 74,4% da mão de obra rural estão empregados nesse segmento (IBGE, 2009). Para fins alimentares, responde pela maioria dos produtos consumidos pela população do país, oferecendo os principais itens da cesta básica nacional. A agricultura familiar responde pela produção interna de 87% da mandioca, 70% do feijão, 46% do milho, 59% dos suínos e 50% das aves. No caso do leite, 58% vêm dos estabelecimentos da agricultura familiar (IBGE, 2009).

O conceito de agricultura familiar é entendido como aquele em que a família, ao mesmo tempo em que é proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

**PROPONENTE**

Juliana Cortez Barboza

TÍTULO

Mãos Solidárias: geração de renda para mulheres e jovens do assentamento rural de Pirituba II visando ao aumento da qualidade de vida

Inserida em um dos maiores polos madeireiros de São Paulo, a região de Itapeva apresenta um dos piores IDH do estado, alta geração de resíduos industriais de base madeireira, desemprego e falta de mão de obra especializada. Nesse contexto, o Grupo de Pesquisa Ligno tem desenvolvido ações e projetos de produtos de alto valor agregado centrados no reaproveitamento desses resíduos lignocelulósicos, visando ao desenvolvimento regional, à educação e à geração de trabalho e renda. Um desses produtos é o recém-patenteado tabuleiro portátil de atividades de vida diária (AVD),

que tem por objetivo a reabilitação de punhos e mãos em idosos acidentados e crianças com necessidades especiais, visando à melhoria no aprendizado e na motricidade em pacientes que tiveram comprometidas essas capacidades.

Para a implantação efetiva deste projeto, várias parcerias foram consolidadas com instituições de saúde e educação para avaliação e aprimoramento dos produtos, como Centro de Apoio Pedagógico Multidisciplinar (Ceapem), Apae, Unesp/Rio Claro, Fait, Secretaria de Saúde de Itapeva e Centro Regional de Referência em Saúde do Trabalhador de Itapeva/SP (Cerest), contando ainda com agentes facilitadores dessas ações, como Superintendência de Trabalho Artesanal nas Comunidades (Sutaco) e Itesp. Em 2011, para atender à demanda gerada na fabricação dos tabuleiros, iniciou-se a capacitação e o repasse tecnológico para o primeiro empreendimento econômico para a geração de renda em comunidades carentes, a Madeirarte. Em 2012, pretende-se expandir a atuação do grupo para profissionalizar em marcenaria, com a fabricação de produtos de alto valor agregado desenvolvidos na universidade, grupos de jovens em situação de risco social e jovens com necessidades especiais (Ceapem) para promover a inclusão social e auxiliar na renda familiar.

**PROPONENTE**

Juliana Dornelles de Souza

TÍTULO

Cidadania e cultura como dimensões intangíveis do desenvolvimento econômico

Promover a socialização, a inserção social e o aumento da autoestima de crianças e adolescentes das periferias da região Sul, buscar promover, por meio da cultura e da arte, o resgate da memória afro-brasileira, bem como fazer o levantamento da percentagem de descendência afro da população que vive nas periferias dessa macrorregião. Dentro desse contexto, Thiollent irá destacar a extensão como uma possibilidade de emancipação. Uma ação educacional com propósito emancipatório é um desafio às leis de reprodução social, gerando transformações sociais a partir do fato de as camadas desfavorecidas terem acesso à educação, não apenas acesso ao vigente conhecimento elitizado, mas sobretudo condição de construir conhecimentos novos, em termos de conteúdos, formas e usos.

Oferecer oficinas de arte e cultura, por meio de atividades de música, dança (ritmos afro-brasileiros) e/ou arte de rua; promover a elevação da autoestima de crianças e adolescentes da periferia da região Sul por meio da cultura e do lazer, como forma de prevenção ao uso de drogas e a qualquer forma de violência; promover a inserção social de crianças e adolescentes por meio de atividades de educação complementar, privilegiando o trabalho com temas específicos, como entorpecentes, protagonismo juvenil, cultura da paz, educação ambiental, entre outros; fazer o levantamento de qual é o número de descendentes afro vivendo nas periferias

da região Sul, seus índices de escolaridade e renda per capita, buscando ter um panorama da situação socioeconômica dessa população.

O projeto aqui proposto tem como alvo crianças e adolescentes, independentemente da etnia, que estejam vivendo em situação de vulnerabilidade e/ ou risco social, localizados em bairros e vilas das periferias da região Sul. Serão realizadas atividades específicas envolvendo a cultura afro nas escolas dessas comunidades. As mesmas se propõem a ser um instrumento de disseminação.

**PROPONENTE**

Katia Keli Alves Dias

TÍTULO

A conquista da excelência na gestão municipal:
a parceria da Caixa Econômica Federal com os municípios da sub-região Florianópolis (SR 2625) na busca do desenvolvimento econômico e social

O projeto foi baseado na monografia de Pós-graduação em Gestão Pública e tem por objetivo geral propor ações para promover e fortalecer o papel da Caixa Econômica Federal como o principal banco de relacionamento com os municípios da sub-região Florianópolis (SR2625). Como objetivos específicos: 1. Descrever os programas, produtos e serviços oferecidos atualmente pela Caixa Econômica Federal para os entes públicos, destacando o uso desses pelos municípios da sub-região Florianópolis; 2. Apresentar aos municípios da sub-região Florianópolis propostas e vantagens provenientes da contratação de programas, produtos e serviços com a Caixa Econômica Federal; 3. Mostrara importância da relação da Caixa Econômica Federal com os municípios da sub-região Florianópolis na promoção do desenvolvimento econômico e social.

Para alcançar os objetivos propostos no trabalho fez-se a descrição dos programas, produtos e serviços oferecidos pela Caixa para os entes públicos, analisando, ao mesmo tempo, operações de crédito contratadas com todos os tipos de recursos disponíveis pelos municípios em questão, no período compreendido entre 1/1/2004 a 30/9/2008. Na sequência foram apresentadas, de forma sucinta, as características históricas e econômicas dos municípios que compõem a sub-região Florianópolis, bem como as propostas e vantagens que esses obterão fortalecendo sua relação com a Caixa. Ressalta-se, por fim, a importância dessa parceria na promoção do desenvolvimento econômico e social dos municípios em questão.

Os resultados esperados se darão na melhoria da qualidade de vida das comunidades e conseqüentemente no desenvolvimento econômico, social e cultural de suas regiões. O envolvimento da comunidade nas decisões do direcionamento dos recursos públicos, a partir de palestras e cursos, é um resultado bastante interessante.

**PROPONENTE**

Leandro Torres Di Gregorio

TÍTULOProjeto SHS (Solução Habitacional Simples/*Simple Housing Solution*).
Fase 2: Estruturação para disseminação do conhecimento

Objetivos gerais: a) Proporcionar autonomia aos desabrigados no processo de (re)construção das unidades residenciais em situações de realocação de áreas de risco, reconstrução no pós-desastre ou no pós-guerra; b) Reduzir a duração do processo de (re)construção das unidades habitacionais para os desabrigados; c) Contribuir para a organização do processo de resposta ao desastre no que toca às atividades de cadastramento, gerenciamento de voluntários e logística de doações, de forma simples.

Metodologia: consistiu de pesquisa bibliográfica sobre os temas gestão de mutirões, gerenciamento de obras, tecnologia de fabricação e construção com apelo sustentável (tijolos de solo-cimento, blocos de concreto e pisos intertravados), prevenção, resposta e reconstrução em situações de desastres. Também se contou com a sistemática de observação participante, por meio da vivência e experimentação de casos reais de administração de desastres. Por último, fez-se uma pesquisa de campo, na qual foram entrevistados desabrigados do desastre ocorrido em janeiro de 2011 na Região Serrana do Estado do Rio de Janeiro, mais especificamente no município de São José do Vale do Rio Preto.

Resultados: o Projeto SHS (Solução Habitacional Simples/*Simple Housing Solution*) apresenta como resultado uma metodologia de (re)construção de residências e outras edificações de pequeno porte, em regime de mutirão e usando tecnologias de construção com apelo sustentável, deforma a otimizar os recursos disponíveis, direcionar os esforços de mão de obra e contribuir para a organização do caos instalado durante o desastre, em situações de pós-guerra ou no caso de relocação de populações de áreas de risco.

Conclusão: espera-se que o Projeto SHS seja aplicado em nível nacional e internacional, contribuindo para a redução de vulnerabilidades das populações em situações de prevenção e reconstrução no pós-desastre e no pós-guerra.

**PROPONENTE**

Lúcio Vasconcellos de Vergoza

TÍTULOOs saltos do “canguru” nos canaviais alagoanos.
Um estudo sobre trabalho e saúde

O presente projeto visa ao estudo das condições de trabalho na agroindústria canavieira alagoana e seus reflexos sobre a saúde dos trabalhadores. A problemática a ser estudada é a análise das condições de trabalho e saúde, vis-à-vis o mo-

mento atual da agroindústria canavieira alagoana, caracterizado pela reestruturação produtiva e pela intensificação do trabalho no corte manual da cana-de-açúcar. O aumento do esforço exigido nessa atividade laboral produz, além do sofrimento físico, o sofrimento moral e psíquico. O presente projeto se justifica na medida em que ele preencherá, ao menos, duas lacunas no tocante à abordagem da saúde dos trabalhadores rurais: a ausência de pesquisas que enfoquem a saúde física dos trabalhadores canavieiros articulada ao sofrimento moral e psíquico; e a inexistência de estudos sobre o trabalho nos canaviais de Alagoas que dialoguem substancialmente com as pesquisas da mesma temática em São Paulo. Desse modo, o intuito é contribuir para as reflexões acerca do nexos causal entre o adoecimento e o trabalho do corte da cana. A metodologia será de caráter qualitativo (entrevistas gravadas e transcritas) e também quantitativo, além da realização de exames clínicos e da consulta em fontes secundárias. Por fim, este projeto objetiva contribuir para a formulação de políticas públicas relacionadas ao tema do trabalho e saúde e das disparidades regionais.



PROPONENTE

Lucy Carlinda da Rocha de Niemeyer

TÍTULO

Design de produtos de consumo popular:
modos de morar e significação

Objetivo geral: construir referencial para desenvolvimento de produtos residenciais para habitações populares, a partir de uma abordagem multidisciplinar.

Objetivos específicos: fazer um levantamento bibliográfico especializado; levantar métodos e técnicas de sondagem de interesses e expectativas dos usuários em relação a produtos, instrumentos esses já desenvolvidos, em particular aqueles de consumo popular; implementar os protocolos de aproximação com líderes comunitários com vistas à viabilização da pesquisa; aplicar as técnicas relacionadas nas unidades familiares indicadas; identificar os modos pelos quais se constrói a significação no produto brasileiro contemporâneo no estrato social pesquisado; sistematizar, tratar e analisar os dados obtidos na pesquisa de campo; o aprimoramento do resultado de projeto de design de produto popular brasileiro contemporâneo.

Plano de Trabalho (36 meses)

Mês/Ações/Atividades

1º/7º Levantamento bibliográfico; seleção e treinamento de facilitadores;

7º/8º/9º/10º Identificação e seleção das comunidades em que se desenrolará a pesquisa;

10º/11º/12º/13º Implementação dos protocolos de aproximação com líderes comunitários com vistas à viabilização da pesquisa de campo 1;

- 13°/14°/15°/16° Aplicação das técnicas relacionadas nas unidades familiares indicadas para a pesquisa de campo 1;
17°/18°/19°/20° Sistematização, tratamento e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo 1;
21°/22°/24°/25° Implementação dos protocolos de aproximação com líderes comunitários com vistas à viabilização da pesquisa de campo 2;
26°/27°/28°/29° Aplicação das técnicas relacionadas nas unidades familiares indicadas para a pesquisa de campo 1;
30°/31°/32° Sistematização, tratamento e análise dos dados obtidos na pesquisa de campo 2;
33°/34° Síntese dos dados e construção da conclusão da pesquisa;
35°/36° Redação de artigo;
36° Realização de seminário.

**PROPONENTE**

Luiz Henrique Silva de Morais

TÍTULO

Condicionantes e estratégias para planejamento de empreendimentos rurais autogestionários equitativos integrando compradores de imóveis rurais e trabalhadores

A proposta contempla a busca da integração dos interesses de trabalhadores do meio rural e de adquirentes de espaço no campo com objetivos de lazer, vida saudável e investimento. O estabelecimento de empreendimentos solidários é a forma encontrada para viabilizar seus interesses. Propõem-se atividades e uma fórmula que permita a conciliação e convivência promissora, o Índice de Solidariedade (IS). As atividades propostas são produção de alimentos saudáveis, ecoturismo, reflorestamento, beneficiamento, comercialização e atividades meio. Fundamentou-se nos conceitos de condomínio e empreendimentos econômicos solidários e em conhecimentos correlatos, experiências do autor e pesquisas pela internet.

A organização é composta de um condomínio patrimonial que origina recursos para compra de imóveis, investimentos necessários, capital de giro e uma cooperativa de trabalho que gere e promove o funcionamento do sistema; investidores e trabalhadores compõem a cooperativa; paulatinamente, a todos é permitida a participação no condomínio patrimonial.

Espera-se sensibilizar empreendedores, possivelmente ligados à área de incorporação, que venham a patrocinar um projeto detalhado, sensibilizados pela oportunidade de gerar uma solução inovadora para a ocupação de imóveis rurais, alternativamente às políticas públicas de reforma agrária e de agricultura familiar, conseguindo ganhos econômicos e promovendo sustentabilidade na volta e manutenção do homem no meio rural.

**PROPONENTE**

Luiz Penteadó Figueira de Mello

TÍTULO

Programa de Desenvolvimento Regional Arco Norte e Ecometrópole

Este trabalho tem por objetivo delinear a proposta de um plano estratégico integrado de desenvolvimento para a região de influência do município de Londrina, abrangendo prioritariamente os municípios de Jataizinho, Ibiporã, Londrina, Cambé, Rolândia, Araçongas e Apucarana. Tendo como premissa o desenvolvimento sustentável, o plano prevê a excelência na gestão do território, com sistema logístico de produção, industrialização, armazenamento, transporte, soluções para os resíduos, saneamento e gestão ambiental a partir das bacias hidrográficas. Seu design, consolidado em um Plano Diretor Intermunicipal, potencializa todos os ativos existentes, por meio da polinucleação e suficiência das cidades envolvidas, valorizando a atratividade de cada município.

O desenvolvimento sustentável desejado deverá estar articulado em torno de três eixos: econômico, social e ambiental. O Plano Estratégico de Desenvolvimento Regional Arco Norte, que prevê como âncora o aeroporto internacional de cargas e passageiros, constituindo-se numa aerotrópole, encapsula as dimensões sociais e econômicas, enquanto que o Programa Ecometrópole se encarrega de traçar as diretrizes para a dimensão ambiental. O plano tem a missão de promover inclusão social, com a participação da sociedade, garantindo o desenvolvimento pleno e democrático das capacidades pessoais e comunitárias.

O Plano Arco Norte e o Programa Ecometrópole têm como objetivos: a) Combinar ações de instituições públicas e privadas visando à consecução de objetivos econômicos e sociais; b) Integrar as políticas públicas municipais, estaduais e federal objetivando o desenvolvimento ambientalmente sustentável; c) Criar um novo impulso que priorize o desenvolvimento ancorado em soluções inovadoras com visão integral e de futuro, minimizando os impactos ambientais; e) Favorecer novas atividades econômicas geradoras de empregos, trabalho e riquezas, promovendo a inserção social e melhor distribuição da riqueza produzida.

**PROPONENTE**

Magnus Luiz Emmendoerfer

TÍTULO

A institucionalização do núcleo criativista como estratégia para o desenvolvimento da economia criativa no território da Zona da Mata em Minas Gerais

O objetivo da proposta é instituir o Núcleo Criativista (NuC) no território da Zona da Mata de Minas Gerais como uma organização multidisciplinar com foco na produção, articulação e comunicação de saberes e práticas sobre desen-

volvimento territorial e economia criativa. Para atendê-lo enquanto metodologia guiar-se-á pela pesquisa-ação na Zona da Mata por meio de um mapeamento dos negócios empresariais e solidários, de natureza formal ou informal, inseridos nos campos do setor da economia criativa da região; pela identificação dos agentes públicos, privados e solidários envolvidos nos fluxos macro e microeconômicos da economia criativa; pela promoção da construção de elos locais, intermunicipais e microrregionais nos campos desse setor; pela organização e condução de pesquisas sobre a economia criativa nos diversos segmentos culturais, a fim de facilitar o compartilhamento de dados e o estudo de aspectos dos campos desse setor.

Assim, como resultados, esperam-se melhorias econômicas por meio da promoção de um maior conhecimento sobre a representatividade econômica e o desenvolvimento de negócios criativos (novos e já existentes) em nível municipal e microrregional para subsidiar a elaboração de ações integradas em forma de arranjos produtivos locais e microrregionais na Zona da Mata, possibilitando compreender as relações e o grau de dependência econômicas, sociais, tecnológicas e culturais existentes nesse território. Em termos sociais, espera-se levar maior conhecimento e formação aos envolvidos nesse setor e, assim, promover maior compreensão das virtudes, particularidades, dificuldades e desigualdades existentes no contexto dos negócios da economia criativa na Zona Mata. No âmbito cultural e tecnológico, prevê-se maior valorização e preservação da cultura local, na tentativa de identificar e fortalecer as vocações culturais locais para a criação da identidade da economia criativa na Zona da Mata.

**PROPONENTE**

Marcelo Fossa da Paz

TÍTULO

Produção de cogumelos comestíveis em resíduos de frutos do cerrado e da agricultura familiar

Os fungos do gênero *Pleurotus* são encontrados nas florestas úmidas de todo o mundo e podem ser cultivados artificialmente. A adaptação das espécies/linhagens de *Pleurotus* a novos resíduos representa atualmente um dos principais processos de bioconversão de resíduos agroindustriais em produtos comestíveis de alta qualidade. São cogumelos com excelentes características organolépticas, constituindo ainda uma boa fonte de proteína, vitaminas e sais minerais, contendo baixo teor em glicídios e lipídios e garantindo a segurança alimentar. Assim como os cogumelos, muitos frutos do cerrado têm sido estudados pelas suas propriedades medicinais. Dessa forma, resíduos desses frutos podem ser usados, com vantagem, como matéria-prima para o cultivo dessas espécies, já que, além de reduzir o volume desse resíduo (tecnologia limpa), possibilitam o aumento nutricional.

A capacidade de biosorção dos cogumelos *Pleurotus sajor-caju* de compostos fenólicos foi comprovada em trabalhos anteriores por meio do incremento desses em sua composição. O cultivo dos cogumelos será feito em diferentes resíduos como substratos. Serão feitas análises bromatológicas de decompostos fenólicos totais visando a determinar as alterações nutricionais dos cogumelos cultivados em diferentes resíduos. Protocolos também serão estabelecidos para três espécies de cogumelos em resíduos dos frutos do cerrado para posteriormente serem repassados para comunidades de assentamentos em um projeto de extensão que já está sendo realizado, de forma que a tecnologia desenvolvida retorne para a comunidade. A organização em APL da comunidade do assentamento Lagoa Grande garantirá a elaboração de produtos de qualidade e seu escoamento para o mercado, garantindo o uso dos resíduos e aumentando a renda local.

**PROPONENTE**

Marcio Carneiro dos Reis

TÍTULO

Fomentando a cultura da inovação no município de Congonhas (MG)

Objetiva-se apoiar a estruturação de ações para a indução da cultura da inovação no município de Congonhas (MG), visando a alcançar toda a região do Alto Paraopeba, onde estão ocorrendo investimentos maciços no setor minero-metalúrgico. Além da Fundação Fead-Minas e da Prefeitura de Congonhas, o projeto conta com a parceria do Polo de Excelência Mineral e Metalúrgico, programa desenvolvido pela Secretaria de Estado de Ciência, Tecnologia e Ensino Superior (Sectes), e o apoio do Consórcio Público para o Desenvolvimento do Alto Paraopeba (Codap). Justificam a escolha a liderança que o município exerceu no processo de constituição do Codape que vem exercendo na sua consolidação, sua capacidade de difundir práticas inovadoras, a exemplo do que vem ocorrendo com a Agenda 21, que recentemente se tornou uma prática regional, e o fato de Congonhas integrar a proposta de constituição do Geoparque Quadrilátero Ferrífero, em processo de submissão à Unesco.

O projeto está constituído de duas fases, que se interagem. Na fase de pesquisa, objetiva-se identificar: a) aspectos culturais e político-institucionais que dificultam a emergência de uma cultura favorável à prática da inovação; e b) gargalos tecnológicos que estão colocados para uma inserção mais competitiva das empresas instaladas localmente. A fase da ação visa a desencadear processos que aumentem a eficiência sistêmica, fortalecendo a noção de inovação nas instituições formais e informais e nas práticas sociais locais e incrementando a capacidade de interação e de aprendizado tecnológico dos atores locais. Dois produtos finais são esperados: a) estabelecer o marco zero para acompanhamento dos processos de tomada de decisões, no âmbito público e privado, como

indicadores de mudanças estruturais ocorridas na forma como a sociedade local e os setores produtivos encaram o tema da inovação e sua relação com o desenvolvimento regional; e b) desenvolver metodologia para abordagem de realidades locais capaz de produzir informações relevantes para a proposição, o monitoramento e a avaliação de ações em C&T que estimulem a introdução de inovação.

**PROPONENTE**

Marcus Vinicius de Araújo Fonseca

TÍTULO

Vikaflex: uma inovação brasileira para o desenvolvimento macrorregional

Objetivo: o Projeto Vikaflex se propõe a usar matérias-primas brasileiras – xistos e argilas – para produção de novos materiais cerâmicos com um mix de características únicas – resistência mecânica, densidade menor que um, impermeável, isolante térmico e acústico para uso na construção civil.

Metodologia: tanto os xistos como as argilas piroexpansíveis estão presentes em todo o território brasileiro. A proposta do Projeto Vikaflexé, portanto, conceber, projetar, montar e operar uma linha de prototipagem de materiais cerâmicos leves capaz de avaliar, em escala semi-industrial, o desempenho das peças, partes e componentes obtidos a partir de xistos e materiais argilosos identificados no Paraná, em São Paulo, no Rio Grande do Norte e na Amazônia, incluindo amostras de xisto representativas das reservas conhecidas. O desafio do Projeto Vikaflex na concepção de um produto inovador está representado pelo desenvolvimento de um processo capaz de controlar a piroexpansão do material argiloso a ponto de permitir a obtenção de peças, partes e componentes cerâmicos estruturais leves em formas diversas (planas e curvas), uma inovação no setor de materiais cerâmicos leves.

Resultados esperados: os materiais Vikaflex poderão ser aplicados na execução de pisos, paredes, forros e coberturas residenciais. Os primeiros materiais Vikaflex foram desenvolvidos a partir do rejeito da industrialização do xisto feita pela Petrobras em São Mateus do Sul (PR). A enorme potencialidade de desenvolvimento do Projeto Vikaflex nas macrorregiões brasileiras se apoia em dois fatos: 1) As ocorrências de xisto (folhelhos oleígenos) no Brasil foram mapeadas nos estados RN, SC, PR, SP, GO, BA, AL, CE, MA, PA, AM e AP; e 20 xistos possuem na sua constituição estruturas argilomineralógicas e poderiam ser considerados argilas com teores de matéria orgânica anormais. Argilas piroexpansíveis já foram identificadas nos estados SP, RN, AM, PA, AC e RR.

**PROPONENTE**

Maria Aparecida Pimentel Toloza Ribas

TÍTULODiretrizes para gestão regional de saneamento básico.
Aplicação na bacia do Rio Sorocaba (SP)

A pesquisa teve como objetivo apresentar proposta de diretrizes para gestão regional de saneamento básico, usando a bacia hidrográfica como unidade de planejamento. Adotou processo metodológico das questões municipais, com expressiva quantidade de informações para tratamento geral de forma integrada dos dados.

O Plano de Bacia da Unidade de Gerenciamento nº 10 (UGRHI 10), elaborado pelo Instituto de Pesquisas Tecnológicas (IPT) em 2006, foi importante ferramenta para desenvolver a pesquisa, além de complementos com outras fontes. Saneamento, recursos hídricos, indicadores e aspectos legais são assuntos fundamentais tratados na pesquisa. A proposta adota seis passos: 1) ter como foco o saneamento básico; 2) definir a bacia hidrográfica a ser estudada; 3) caracterizar e diagnosticar a bacia definida; 4) adotar o modelo FPEIR (Força motriz Pressão Estado Impacto Resposta), que agrupa aspectos de interesse e indicadores propostos para tomada de decisão na gestão regional de saneamento básico; 5) construir quadro com aspectos favoráveis e desfavoráveis relativos ao saneamento presentes na bacia hidrográfica; 6) adotar as melhores respostas e ações para a gestão.

A proposta adotada na bacia do Rio Sorocaba mostrou-se pertinente, com relevante número de informações relacionadas aos 60 indicadores selecionados. O quadro dos resultados possibilita a tomada de decisão e ação para a gestão regional. Constatou-se a complexidade do tema saneamento básico frente às questões relacionadas aos recursos hídricos, meio ambiente, desenvolvimento urbano, habitação, desenvolvimento social, saúde, recursos financeiros e educação, o que expõe a necessidade de interação e inter-relação entre o saneamento básico e as demais políticas públicas.

**PROPONENTE**

Maria Celeste Macedo Dominici

TÍTULOTecnologia da informação e comunicação para
o desenvolvimento regional

No planejamento da região de influência de Brasília, a identificação dos papéis do Distrito Federal e de cada unidade territorial é importante para que os potenciais de cada uma sejam maximizados. Brasília cidade pode oferecer conhecimento, reflexões e propostas aos gargalos existentes e participar de políticas públicas em sua região. O crescimento acelerado da população, a ocupação desordenada do território do Distrito Federal e das áreas vizinhas e as diferenças socioeconômicas

levam à constatação da ausência de políticas públicas capazes de garantir o desenvolvimento com equidade.

Propõe-se usar com inteligência e determinação os recursos existentes para se planejar a região e se alcançarem melhorias socioeconômicas e ambientais significativas. As tecnologias de informação e de comunicação representam possibilidades de enfrentamento dos problemas citados, decorrentes da falta de uma estrutura adequada de planejamento, calcada no conhecimento da realidade. Tais tecnologias são apropriadas à organização e sistematização de informações, estudos, pesquisas e todo o material disponível, assim como à difusão de conteúdos, facilitando análises, debates e reflexões. Propõe-se a criação de uma rede que interligue os municípios da região de Brasília, os estados, o Distrito Federal, a Sudeco e o Ministério da Integração Nacional.

A participação de grande número de atores em um sistema como o proposto é possível, da sociedade civil, das instituições de ensino e pesquisa, entre outros. A organização em rede viabiliza a articulação intersetorial, promovendo a abordagem integrada da realidade territorial e o estabelecimento de parcerias. Os órgãos municipais setoriais devem ser incentivados a participar das análises e proposições. Esse sistema disporá de base de dados que conterà informações sociais, econômicas, de infraestrutura, ambientais e outras pertinentes que irão subsidiar as análises e as propostas.



PROPONENTE

Mauricio Munhoz Ferraz

TÍTULO

Programa estadual para implantação de polos de confecções em municípios de economias exauridas ou moderadas

O PIB *per capita* de Mato Grosso é superior ao da média nacional, mas apenas 27,5% dos municípios, justamente os inseridos no modelo de produção agrícola em grande escala, têm o PIB *per capita* acima da média. Os demais municípios do estado apresentam indicadores econômicos e sociais que revelam um cenário de pobreza e degradação social e ambiental. A Região Médio Norte de Mato Grosso, espaço do Arranjo Produtivo Local do programa, passou por ciclos do garimpo, mas atualmente a maioria dos seus municípios não conseguiu encontrar um perfil econômico suficiente sequer para absorver sua população economicamente ativa e sofre o fenômeno da diminuição em sua população. O programa busca encontrar uma solução de atividade econômica que gere renda e promova inclusão social e que, a partir da experiência inicial na região Médio Norte de Mato Grosso, se amplie para outras regiões formadas por municípios com economias moderadas ou exauridas.

Mato Grosso é o maior produtor de algodão do Brasil, mas industrializa apenas 8,5% de sua produção primária. Assim, o programa prevê a criação de um polo de confecções em municípios com economias exauridas e moderadas. Por meio de

sistemas de cooperativas, sobretudo com população de baixa renda e em risco social, e com o envolvimento de várias esferas de governo e sociedade civil, o resultado esperado é a melhoria dos indicadores sociais e econômicos dos municípios participantes, com a definição de um perfil econômico próprio e a agregação de valores para a cadeia produtiva do algodão em Mato Grosso.

**PROPONENTE**

Nilton José Costa Ferreira

TÍTULO

Administração da política de segurança pública

No mundo contemporâneo, em pleno século XXI, sem qualquer dúvida o advento das inovações tecnológicas proporcionou um melhor padrão de vida para o ser humano e, conseqüentemente, uma maior longevidade. Contudo, a gestão de grupos sociais nas mais variadas dimensões, como vilas, cidades e estados, tem encontrado dois grandes obstáculos à paz social: a violência e a criminalidade. Apesar de os atuais níveis e índices de criminalidade constituírem uma prova cabal de que a metodologia até então empregada no combate aos mesmos não vem obtendo os resultados esperados pela sociedade, diversos gestores insistem no uso de inadequadas políticas públicas de segurança. Para nossa pesquisa, centralizamos no Estado da Bahia o foco das nossas observações e análises, propondo sob o prisma da doutrina dos territórios uma nova metodologia para elaboração de políticas públicas de segurança que satisfaçam as reais aspirações da sociedade.

Para fundamentação dessa nova metodologia proposta, iniciamos com uma revisão de conceitos doutrinários, relacionando os mesmos à problemática atual da violência e criminalidade. Em um segundo passo, mostramos que tais óbices não constituem, por si só, problemas exclusivos de polícia. Na fase seguinte, analisamos a estrutura atual adotada para proteção e regulação dos danos sociais causados pelas condutas tipificadas nas suas origens. Finalmente, após análise do contexto atual em nível das causas da violência e criminalidade e, principalmente, da elaboração e gestão das políticas públicas de segurança, apresentaremos uma nova estrutura que possa proporcionar resultados positivos na administração política da segurança pública nos territórios.

**PROPONENTE**

Octávio Rossi de Moraes

TÍTULO

Projeto Rota do Cordeiro

A Rota do Cordeiro é um projeto de inclusão produtiva e de melhoria de renda de produtores de caprinos e ovinos da Região Nordeste do Brasil.

Objetivo geral: promover a melhoria da renda de produtores rurais e demais envolvidos na cadeia produtiva da carne ovina e caprina em localidades do Nordeste por meio de disponibilização de infraestrutura para organização da produção e para a transferência de tecnologias adaptadas e contextualizadas.

Metodologia: haverá, nas localidades atendidas, a instalação de estruturas para facilitação dos processos de organização da produção e de inovação. Será instalado um centro de terminação coletiva de cordeiros (organização da produção e venda); uma minifábrica de rações (uso de produtos locais para baratear o alimento concentrado); um centro de produção intensiva de forragens (alimentação dos animais, capacitação de técnicos e produtores no plantio, tratamentos culturais, produção e conservação de alimentos e produção de mudas e sementes); uma aparelhagem de videoconferência (capacitação continuada a distância); um núcleo de melhoramento genético de base comunitária, usando a genética local.

Em cada uma das localidades atendidas será feito o diagnóstico da produção e venda locais, verificando os aspectos zootécnicos e sanitários da produção e os sociais e econômicos dos envolvidos na produção, venda e beneficiamento da carne. As demandas tecnológicas levantadas serão avaliadas e será feita a prospecção de tecnologias existentes que possam atendê-las. As tecnologias propostas serão discutidas com os produtores e técnicos envolvidos para sua aplicação e validação. Será feita uma avaliação de impacto da adoção das tecnologias e da organização dos produtores nos aspectos econômicos e sociais das localidades e região abrangida. A Rota do Cordeiro é formada pelo conjunto desses núcleos de inovação, favorecendo a produção e os produtores, a venda e o consumo da carne ovina.



PROPONENTE

Oscar Emerson Zuñiga Mosqueira

TÍTULO

Redes sociotécnicas agroalimentares: o marco de ação para a inclusão produtiva das organizações camponesas no sistema de abastecimento microrregional da mata meridional pernambucana

Objetivo geral: promover a inclusão produtiva com foco na economia popular e solidária, visando ao desenvolvimento territorial rural, por meio da análise da composição e do funcionamento das redes sociotécnicas do sistema agroalimentar na microrregião da mata meridional pernambucana.

Objetivos específicos: caracterizar os atores e fluxos do sistema agroalimentar na microrregião da mata meridional pernambucana, como contribuição para o desenvolvimento de estratégias de aplicação da política pública em assentamentos rurais. Desenhar as estratégias pertinentes para o fortalecimento dos componentes e as redes visando à inovação do sistema agroalimentar. Fortalecer as iniciativas produtivas populares por meio das

atividades de pesquisa e extensão aplicadas à cadeia alimentar e aos seus componentes de produção, transformação, distribuição e consumo.

O procedimento geral para a realização da proposta compreende várias etapas feitas de maneira integrada. Dessa maneira o estudo inicia com: área do projeto; análise das redes sociotécnicas; criação de uma base de dados; realização de parcerias, *workshops* e rodadas de negócios; Índice de Vulnerabilidade Territorial. O IVT analisa a vulnerabilidade das comunidades de um território construído por meio da técnicacientífica e de informação; avaliação do consumo de alimentos e a disponibilidade do resíduo sólido orgânico; Sistema de Mapas e Estatísticas Agroalimentares Zonal (Simaz) detalhado dos municípios.

Realização de parcerias com IES, *workshop* e rodadas de negócios.



PROPONENTE

Paulo Afonso da Mata Machado

TÍTULO

Aprimoramento no PISF e potabilização do esgoto sanitário

Quando cursei o mestrado em Engenharia Sanitária, na cidade de Houston, no Texas, tive a oportunidade de, pela primeira vez, entrar em uma estação de tratamento de esgoto. Fiquei deslumbrado com a qualidade do efluente. A turbidez era baixíssima e comparável à do efluente das estações de tratamento de água no Brasil. Perguntei por que aquela água não seria direcionada para uma ETA? Expliquei que, no Brasil, tratam-se águas aparentemente muito mais poluídas e se obtém água potável. Responderam-me que os usuários jamais aceitariam consumir água que havia sido esgoto. Pensei com meus botões: “Aqui nos Estados Unidos isso faz sentido, pois se trata de um país rico. Entretanto, no Brasil, em que centenas de municípios sequer possuem água canalizada, a potabilização de esgoto pode ter um caráter sanitário importante”. Como no Brasil as estações de tratamento de esgoto eram muito poucas, a ideia ficou congelada até o início dos anos 2000, quando se iniciou a construção da estação de tratamento de esgoto da bacia do Arrudas em Belo Horizonte. Fiz diversas visitas a essa ETE desde o início das obras. Posteriormente, depois de inaugurada a estação, acompanhei por muito tempo o controle do efluente da estação e cheguei à conclusão de que o simples tratamento por lodos ativados praticamente atendia aos requisitos físico-químicos da Portaria 518/2004, do Ministério da Saúde, que vigorava à época. Para se complementar a potabilização do esgoto, seria necessário, tão somente, um aprimoramento no tratamento biológico. Após muitos estudos e análises, cheguei ao tratamento conjunto de água e esgoto proposto em anexo. Por essa época, eu vinha, também, estudando a o projeto de transposição de águas do Rio São Francisco para o Nordeste Setentrional e encontrei algumas falhas nele. Portanto, o projeto em anexo tem duas vertentes: sugerir o tratamento conjunto de água e esgoto e propor alterações importantes no Projeto de Integração do Rio São Francisco (PISF).

**PROPONENTE**

Paulo César de Campos Morais

TÍTULO

A cultura do Jequitinhonha no tempo da economia criativa: investimento, logística, profissionalização e qualidade de vida

Objetivo geral: preservar a identidade cultural do Vale do Jequitinhonha e desenvolver sua economia por meio de suas atividades culturais visando a elevar a qualidade de vida de sua população. Iniciando-se por 22 municípios com decréscimo ou estagnação populacional.

Objetivos específicos: estabelecer parceria entre 44 associações dos municípios, empresas privadas, o programa Polo Jequitinhonha/UFMG e a Fundação João Pinheiro, com participação da Secretaria de Cultura, Instituto de Desenvolvimento do Norte e Nordeste de Minas Gerais (Idene), Emater de Minas Gerais, Ministério das Comunicações e prefeituras; elevar em 100% o número de artesãos, em 8% os seus ganhos anuais e em 116% o faturamento anual das associações; estabelecer três comércios eletrônicos – Alto, Médio e Baixo Vale – para suas atividades culturais.

Metodologia: com apoio logístico e técnico sistemático e eficiente (transporte, instrumentos, matérias-primas, cursos) pretende-se preservar e desenvolver as atividades culturais do Vale e vender seu produtos em quatro contextos: encontros bimestrais de associados na mesorregião, cursos de capacitação, participação das associações em oito feiras de grande abrangência por ano e instituição do citado comércio eletrônico. Essas ações baseiam-se em 70 entrevistas com ativistas culturais locais; na capacidade de a profissionalização conciliar o fazer como um fim último e o fazer financeiramente interessado; na vultosa cultura do Vale e sua capacidade de gerar sociabilidade, renda e reestruturar a relação homem-natureza.

Resultados esperados: gerar faturamento de R\$ 4.299.680/ano para 3.080 associados, criando alternativa àqueles que migram para as colheitas de cana; elevar o convívio e o intercâmbio interno e externo dos associados; gerar identidades cidadãs e profissionais para fortalecer habilidades em práticas culturais, solução de problemas ambientais e agropecuários e geração de renda; restabelecer o valor estético e prático da cultura do Vale para seus habitantes e demais cidadãos.

**PROPONENTE**

Percília Melgaço de Morais Pereira

TÍTULO

Treinamento para inclusão de pessoas com deficiência intelectual no mercado de trabalho da construção civil

O objetivo principal desta pesquisa foi desenvolver um treinamento capaz de fornecer aprendizagem às pessoas com deficiência intelectual, a qual lhes permitisse a inclusão no mercado de trabalho da construção civil. O trabalho buscou, por in-

termédio do Programa Despertando Talentos, composto por três projetos de inclusão social, colocar em prática o Projeto de Inclusão do Deficiente Intelectual no Mercado de Trabalho da Construção Civil. Por meio do método específico desenvolvido e com base no processo de ensino-aprendizagem compartilhado com os alunos, foi possível trabalhar com técnicas de projeção de imagens e de demonstrações práticas, o que proporcionou compreensão e segurança aos alunos com déficit intelectual, além de proporcionar-lhes um melhor desempenho nos trabalhos. Durante o processo do treinamento, observou-se que o deficiente intelectual é capaz de aprender a aprender e que sua postura é de cidadão, sendo constatado que esse comportamento facilitou a inclusão no mercado de trabalho.

Observou-se que alguns alunos ingressaram na construção civil como servente de pedreiro ou estão desempenhando serviço autônomo, como pintura de paredes e muros. Alguns alunos procuraram outras atividades, como supermercado, empresa que lida com manutenção e limpeza de imóveis e área de serviços gerais. Após o curso constatou-se que 50% dos alunos já estão incluídos no mercado de trabalho remunerado. O treinamento foi feito no Cefet-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Campus VI [Belo Horizonte]) e contou com a participação de 29 alunos.

Para o sucesso do método é necessário considerar outros aspectos, como expressão corporal, higiene bucal e corporal, competência laboral, que devem ser trabalhados por especialistas para garantir o maior entendimento desta proposta e confirmar as expectativas em relação ao deficiente intelectual.

**PROPONENTE**

Reginaldo Pereira Rodrigues

TÍTULO

Programa Nova Aurora Digital

O Programa Nova Aurora Digital distribuiu internet gratuita para a população e operacionalizou a implementação dos laboratórios e projetores multimídias nas escolas municipais, a criação e instalação dos Telecentros Comunitários em parceria com o Ministério das Comunicações e o Banco do Brasil para uso da população e pela disponibilização de informações públicas no site oficial do município e ainda pela interligação dos prédios públicos por fibras ópticas, otimizando os processos entre os setores. O maior fator custo-benefício é o fato de o cidadão somente ter o direito de uso da internet gratuita se estiver em dia com os impostos do município ou ser isento das cobranças. A adesão da comunidade é muito grande, haja vista que 800 famílias já estão cadastradas em Nova Aurora, que tem 11.500 habitantes. Até o momento foram investidos R\$ 300 mil e estão previstos para 2010 mais R\$ 150 mil. Nesse montante final estão sendo instaladas torres para comunicação e distribuição de internet nos distritos do município, aproximando assim tanto a sede quanto o mundo ao redor. Para o ano que vem está prevista a instalação de um centro de monitoramento de imagens nas entradas e praças do município.

**PROPONENTE**

Roberto Ramos Santos

TÍTULO

Propostas para um plano de desenvolvimento do Estado de Roraima

Com 24 anos de criação, o Estado de Roraima, antes denominado Território Federal de Roraima, ainda tem procurado encontrar caminhos para o seu desenvolvimento socioeconômico. Por meio do documento Propostas para um Plano de Desenvolvimento do Estado de Roraima, a Universidade Federal de Roraima (UFRR) criou uma ferramenta inovadora para contribuir na formulação de políticas públicas que produzam, nesse estado, maior desenvolvimento social e econômico. O documento coloca à disposição da sociedade um conjunto de propostas que busca refletir sobre a constelação de recursos potenciais no avanço da região.

Em termos de organização, o documento contemplou tópicos essenciais acerca dos passos e das etapas de um processo de desenvolvimento de longo prazo, tais como infraestrutura econômica e social e identificação dos principais setores produtivos. Nesse sentido, buscou-se explicitar os desafios que emergem das demandas da população roraimense e que são fontes de preocupação dos governantes e de toda a estrutura do governo e das instituições públicas e privadas. Contudo, para que as demandas sejam válidas e realistas, precisam se originar em bases populares e ser captadas por bases científicas, para que sejam filtradas as principais informações.

Sendo assim, o estudo foi feito por professores de várias áreas do conhecimento, compondo um importante grupo de trabalho com vistas a elaborar um projeto que permitisse aos gestores públicos uma reflexão substancial sobre as demandas da população e suas possíveis soluções. É uma exposição a ser ponderada dentro de um planejamento estratégico que leve em consideração nossa diversidade étnica, social e ambiental.

**PROPONENTE**

Sandro Luiz Rosa Reis

TÍTULO

Instalação de uma unidade de extração de óleos a partir do uso de resíduos da indústria de suco de maracujá visando ao desenvolvimento de coprodutos de alto valor agregado

O projeto criado tem como objetivo principal o desenvolvimento da cadeia produtiva do maracujá no Estado do Rio de Janeiro, aproveitando os resíduos gerados pelas indústrias de polpas e sucos de frutas, usando-os na extração de óleos, para serem usados como matéria-prima para a fabricação de cosméticos e produtos alimentícios.

A extração de óleos naturais não é novidade. No caso do maracujá, no entanto, as sementes são bastante sensíveis à deterioração por processos de fermentação, o que costuma resultar em óleo de baixa qualidade. A tecnologia – criada a partir de pesquisas desenvolvidas pela Universidade Estadual do Norte Fluminense (Uenf) – permite separar completamente e de forma rápida as sementes envolvidas nas mucilagens e no arilo que ainda persistem no resíduo, mesmo após a despolpa do fruto do maracujá. Essa película que ainda envolve as sementes contém suco e favorece o crescimento de microrganismos.

Antes do projeto Extrair, esses materiais eram descartados como lixo (resíduos) nas indústrias de suco. Atualmente, essas sementes, quando purificadas e desidratadas por esse processo inédito, podem ser estocadas por até um ano, sem nenhum problema. Nessas condições, a prensagem permite a obtenção de um óleo mais puro, de baixa acidez, com melhor qualidade e um maior rendimento de extração.

O sistema de limpeza das sementes desenvolvido pela Uenf encontra-se em processo de patente com a transferência de tecnologia, por meio de convênio já assinado, para a empresa Extrair – Óleos Naturais. Atualmente a empresa iniciou seus trabalhos de exportação, vendendo o óleo de semente de maracujá produzido para uma rede de hospitais dos Estados Unidos da América e um grupo de pesquisadores em oncoterapia do mesmo país, que estão usando o produto como fitoterápico. Além disso, tem vendido seus produtos para várias empresas de cosméticos e indústrias alimentícias do Brasil.

**PROPONENTE**

Saulo Santos de Souza

TÍTULOReforma Agrária, planejamento e desenvolvimento
no Agreste Pernambucano

Propõe-se neste trabalho o uso de princípios de planejamento regional em uma estratégia conjunta de reforma agrária e desenvolvimento territorial especialmente concebida para a mesorregião do Agreste Pernambucano. O objetivo é contribuir para o estabelecimento de polos de desenvolvimento do setor rural, regionalizando o impacto socioeconômico da reforma agrária. Para tanto, são elaborados portfólios de áreas estrategicamente localizadas nas microrregiões, além de portfólios de prioridades de investimentos para essas áreas, sujeitos à consulta pública dos grupos afetados. A proposta adota uma metodologia sequencial de implementação, mediante o qual se inicia com a implantação de projetos-piloto em cada microrregião, obedecendo-se a um ranking de áreas-alvo, com posterior expansão para outras localidades. As intervenções visam à criação de assentamentos integrados ao setor produtivo regional, garantindo-se a sua sustentabilidade sob os aspectos econômico, social e ambiental. Ademais, a proposta alinha-se simultaneamente com os objetivos da Política Nacional de Desenvolvimento Regional e às diretrizes do II Plano Nacional de Reforma Agrária. Com sua implementação, espera-se obter nos

curto e médio prazos uma redução dos problemas sociais decorrentes da concentração de terras e da insuficiência de infraestrutura produtiva na agricultura familiar, com a conseqüente melhoria no padrão de vida das famílias assentadas e de outras comunidades rurais beneficiadas com as intervenções. Espera-se também uma melhoria da estrutura fundiária da região, o que está associado à progressiva redução de conflitos no campo. No longo prazo, espera-se obter, a partir da aceleração no crescimento econômico das áreas beneficiadas, impactos mensuráveis na economia rural das microrregiões e na redução das desigualdades socioeconômicas observadas no Agreste Pernambucano comparativamente com as áreas mais prósperas de Pernambuco e do Nordeste.

**PROPONENTE**

Sávia Gavazza dos Santos Pessôa

TÍTULO

Dispositivo de proteção da qualidade da água armazenada em cisternas

Neste projeto foi desenvolvido um dispositivo que desvia automaticamente as primeiras águas de chuva e permite que as impurezas introduzidas nessas durante a lavagem da atmosfera e superfície de captação (telhado e calhas) sejam desviadas e não atinjam as cisternas. Essas impurezas (materiais em suspensão, gases, fezes de animais, restos de folhas, poeira etc.) incorporam doenças em áreas rurais, cuja água da chuva deveria ser fonte de vida e saúde.

O conceito de se desviar os primeiros milímetros de cada chuva não é novo, mas a maioria dos dispositivos disponíveis é de difícil instalação e operação. Nas cisternas instaladas pelos programas de governo para o semiárido (P1MC e outros) os moradores são orientados a fazer o descarte manual das primeiras águas de chuva quando do início de cada evento chuvoso, independentemente do horário em que se inicie. O dispositivo desenvolvido no campus de Caruaru da UFPE é bastante simples, confeccionado em tubos de PVC, com custo total de R\$180, faz esse descarte de forma automática, sem que os moradores precisem se levantar, muitas vezes de madrugada, para desviar as águas. Esse dispositivo foi capaz de reduzir em 67%, 63% e 94%, respectivamente, a cor, a turbidez e os coliformes termotolerantes que seriam levados para a cisterna.

Em reportagem exibida no Jornal Nacional em 3/11/11, sobre os resultados já obtidos com o dispositivo, a dona de casa Maria revelou que depois que a UFPE instalou o dispositivo na sua casa, a família não sofreu mais com dor de barriga. Esse relato mostra como um dispositivo simples e barato pode beneficiar milhões de brasileiros, levando saúde às famílias que consomem água de chuva armazenada em cisternas.

Os pesquisadores autores deste projeto têm a esperança de que essa tecnologia simples, acessível, de fácil reprodução, seja incorporada às novas cisternas que serão instaladas no âmbito dos programas de governo (como P1MC e Água para Todos).

**PROPONENTE**

Thaís Angélica Franco

TÍTULO

Projeto de desenvolvimento de todas as regiões brasileiras com foco na valorização da população

O objetivo do presente trabalho é detectar as carências regionais do Brasil, em termos de desenvolvimento econômico, meio ambiente e condições de vida da população, para, por meio dos métodos indicados, com iniciativas e recursos públicos em todas as esferas de governo, além da participação ativa da sociedade, promover o equilíbrio no desenvolvimento do país e a valorização da população com melhoria de sua qualidade de vida.

O Brasil possui riquezas naturais abundantes, terra suficiente para, se bem-desenvolvida e vencidas as dificuldades atuais, a agricultura e a pecuária erradicarem a fome no Brasil e gerar riquezas para o país com a exportação do excedente. As práticas citadas nas áreas de educação, saúde e habitação qualificariam melhor a população para a produtividade, pois seres humanos felizes, saudáveis, seguros e valorizados possibilitam ao país um crescimento duradouro e definitivo. Com as práticas para desenvolvimento das cidades, as grandes capitais não ficariam tão superpopulosas e permitiriam um desenvolvimento maior ao país como um todo. E, acima de tudo, valorizar as crianças e jovens de todo o país, pois são eles a verdadeira riqueza do Brasil. Instruindo-os e permitindo-lhes o acesso a um futuro pleno, seguro, com emprego, saúde, casa própria, sustento, segurança e confiança, garantiremos ao país o seu lugar de destaque num mundo sustentável.

**PROPONENTE**

Vitório César Figueiredo Restivo

TÍTULO

Natural Mercado Brasil Sustentável

Implementar rede de centros de compras, serviços e convivência sustentável, para micro, pequenas e médias empresas, nas cidades-sede e subsedes dos jogos da Copa do Mundo de Futebol. Visa a estimular o trabalho (empreendedorismo, emprego e renda), a educação (troca e difusão de conhecimento), o turismo (estímulo ao afluxo de pessoas de outras localidades, regional e global), a sociabilidade (convivência com foco na melhor qualidade de vida), o lazer (estímulo ao lúdico e entretenimento), a cultura (preservação de patrimônio histórico e informação) e, sobretudo, a saúde (mudança de hábitos alimentares, de consumo e aumento da sadia qualidade de vida). Seu planejamento e implantação se darão no período 2013-2015, ao custo estimado de R\$115 milhões, com forte impacto para o setor de alimentos orgânicos, produtos ecológicos e solidários que atendem à cadeia de consumo e serviços que compõem a economia criativa.

O Natural Mercado Brasil Sustentável fomentará a competitividade no mercado nacional e fará frente aos produtos importados, com maior redução da pressão de atividades econômicas de impacto ambiental, além de exaltar o sentimento patriótico e a afirmação da identidade cultural para acentuar a promoção do Brasil como país de maior integração do Mercosul. A estruturação do projeto se norteará pelo método *Zielorientierte Projektplanung* (ZOPP), com o objetivo de analisar a circunstância situacional regional e logística e efetuar o planejamento do projeto em cada macrorregião. Sua gestão será guiada pela base do PMI (*Project Management Institute*), o PMBoK (*Project Management Body of Knowledge*), que compreende a geração de artefatos para garantir o atendimento dos requisitos de sucesso do projeto e sua sustentabilidade nas seis áreas de conhecimento: gerenciamento do escopo, tempo, custos, qualidade, recursos humanos e comunicação.

**PROPONENTE**

Wallace Coelho Setenta

TÍTULOConservação produtiva:
uma estratégia sustentável para a cacauicultura no sul da Bahia

Os problemas sociais, ambientais e econômicos das regiões produtoras de cacau estão intrinsecamente relacionados. Essas inter-relações devem estar contidas na concepção de políticas públicas que sejam instrumentos de desenvolvimento sustentável, contemplem a totalidade dos produtores de cacau e melhorem a qualidade de vida da sociedade. O agroecossistema cacauero tradicional da Bahia é constituído pelas experiências e pelos saberes dos cacauicultores acumulados no decorrer de mais de 250 anos de interação com a natureza. Composto predominantemente por cacavais implantados em sistema cabruca, sombreados por indivíduos arbóreos da Mata Atlântica, contém espaços cultivados com sistemas agrícolas diversificados e significativos fragmentos da floresta atlântica. Diferentemente dos modelos agrícolas produtivistas, o cacau cabruca permitiu a conservação de remanescentes de Mata Atlântica e de indivíduos arbóreos da floresta primária usados como proteção ao cacauero. As relações homem-natureza estabelecidas na formação e manutenção da cabruca originaram a conservação produtiva – um processo produtivo inovador que possibilita a interação dos saberes regionais com as modernas técnicas de agricultura.

Essa interação permite estabelecer novas bases para uma proposta de desenvolvimento sustentável das regiões produtoras de cacau. Tem como foco o aumento da produção e produtividade no imóvel, conjugado com a conservação dos bens comuns globais e o combate à pobreza, pilares da bioética da conservação produtiva, construídos originalmente a partir da ocupação e formação da região cacauera no sul da Bahia. Objetiva promover o desenvolvimento sustentável de regiões produtoras de cacau tendo por princípios básicos a conservação produtiva, o planejamento

e a gestão sustentável do estabelecimento rural e forte inclusão social e produtiva da agricultura familiar.

Independentemente de divergências conceituais entre desenvolvimento sustentável e economia verde, a cacauicultura requer processos produtivos inovadores que superem as dificuldades da aplicação prática dessas novas definições. Os processos e as dificuldades vinculados à ideia inicial do desenvolvimento sustentável devem ser vistos como novos desafios teóricos, e não como expedientes que possam diluir seu valor heurístico e seu profundo sentido ético.



PROPONENTE

Wallace Marcelino Pereira

TÍTULO

Capacitação em governança e planejamento do desenvolvimento regional para arranjos produtivos locais efetivos e potenciais

Objetivo: capacitar os agentes direta e indiretamente ligados aos arranjos produtivos locais efetivos ou potenciais, visando à melhoria da governança e do planejamento do desenvolvimento regional.

Objetivos específicos: superar os entraves ou as dificuldades na condução das políticas de governança em nível regional por meio de instrumentos de gestão-compartilhada; capacitar os participantes para o levantamento de projetos a serem elaborados em conjunto entre setor privado e público; elaborar Plano de Desenvolvimento Integrado do APL; estabelecer agenda de ações conjuntas entre setor público e privado na esfera municipal e estadual e federal.

Metodologia: o curso de capacitação será presencial e está dividido em quatro módulos. As atividades se darão em dois dias por mês e o acompanhamento da evolução das atividades até o próximo mês se dará por meio de fórum virtual entre os participantes.

Resultados esperados: melhorar a resiliência entre os produtores; aproximar o setor público e o setor produtivo com vistas ao planejamento integrado do sistema produtivo; integrar os municípios em torno de uma proposta de planejamento regional para a produção; Plano de Desenvolvimento Integrado do APL.



PROPONENTE

Wedson Bruno Cordeiro de Sá

TÍTULO

Lapidando o turismo na região do circuito das pedras preciosas

A compreensão contemporânea da atividade turística deixou de se ater às qualidades superficiais de cada território, ampliando-se ao cotidiano da vida de

cada comunidade, de seu legado cultural e da biodiversidade dos ecossistemas. Se considerarmos que o patrimônio natural e histórico-cultural das regiões brasileiras também se materializa nos laços, nas paisagens, nos modos e nas histórias de um povo, é possível imaginar novas formas de visitação, que se traduzam em experiências entre o turista, a comunidade e a região, de forma a proporcionar que o visitante se torne protagonista do ambiente visitado. Unindo o patrim nio natural e histórico-cultural às novas formas de visitação, retirando fronteiras geográficas e fomentando a criação de redes de serviç os turísticos, a tendência passa a ser a da construção de uma nova economia, baseada na regionalização, e que pode ser traduzida, comercialmente, na criação de produtos e sua promoção em forma de roteiros turísticos integrados.

Assim, a proposta deste projeto está pautada na possibilidade de subsidiar a transformação das potencialidades naturais e histórico-culturais da região do Circuito Turístico das Pedras Preciosas, no Nordeste do Estado de Minas Gerais, em produtos turísticos que venham a ser integrados e vendidos como roteiros turísticos. Para que isso aconteça, o projeto trabalhar  a formação de uma rede de serviç os de confiança, composta por atores e empreendedores locais, capazes de multiplicar e promover os produtos e roteiros desenvolvidos.

Espera-se que após a execução desse trabalho a região esteja mais bem preparada para a concorrência no mercado turístico, por meio da articulação e qualificação dos agentes locais para a operação turística e da conscientização da população como um todo sobre a importância do turismo para a oportunização de geração de trabalho, renda e redução das desigualdades sociais nesse território.


PROPONENTE

Welito Lacerda da Silva

TÍTULO

Abatedouro de pequeno porte de carne bovina e integração lavoura-pecuária-floresta em assentamentos

A proposta do projeto   implantar um abatedouro de pequeno porte, a ser gerido por uma cooperativa, e, ao mesmo tempo, instaurar o sistema de integração lavoura-pecuária-floresta em assentamentos da região amazônica, a começar pelo Vale do Seringal, no município de Castanheira (MS), e atendendo aos municípios do Vale do Juruena, Noroeste de Mato Grosso. O objetivo é, por meio dessas duas atividades, tornar os assentamentos e a bovinocultura sustentáveis, com viabilidade econômica e sem pressão sobre a floresta amazônica. Por meio da agregação de valor, da diversificação produtiva e do cooperativismo, o projeto promove qualidade e competitividade dos produtos e garante relações comerciais favoráveis aos agricultores familiares, gerando renda e qualidade de vida nos assentamentos. Além disso, o uso racional dos recursos naturais e a incorporação da floresta   atividade produtiva aumentam a rentabilidade da produção, aliando sustentabilidade econômica e ambiental.

Apesar de a pecuária ser considerada uma das atividades mais prejudiciais ao bioma amazônico, devido à emissão de metano na atmosfera e às queimadas e aos desmatamentos feitos para abertura de pastagens, a atividade faz parte da realidade dos assentamentos, sem sinais de que venha a acabar. Isso porque o gado de corte permanece nos assentamentos mesmo consistindo em uma fonte de renda frágil e de longo prazo, sem incentivos à sua cadeia produtiva. Diante dessa perspectiva, e considerando que a pecuária é a principal fonte de receita de muitos municípios da Amazônia, é preciso tornar a atividade sustentável, sem incentivar o aumento da produção, mas apenas agregando valor e assegurando a venda da carne bovina, que, na agricultura familiar, já apresenta uma produção limitada.

**PROPONENTE**

Weruska de Melo Costa

TÍTULO

Gestão integrada em aproveitamento de resíduos da atividade pesqueira:
escamas, couro e conchas

Objetivos: reunir a capacitação anteriormente aplicada, atualizar o trabalho de mercado, publicidade, design e implementar a venda externa por meio da entrega de uma loja tipo quiosque para que a comunidade possa levar o trabalho a exposições, feiras e mercados. Problematizar a importância do aproveitamento de resíduos de peixe. Fazer trabalhos artesanais usando escamas, couro de peixe e conchas. Empregar técnicas de venda e incorporação de lucro, incorporação de vendas, aproveitando os subprodutos e gerando melhoria na renda: criação de marca, embalagens e publicidade no mercado interno e redes sociais.

Metodologia: por meio de cursos de capacitação, desenvolvimento de mostruário de peças artesanais, embalagens com uma marca impressa. Três cartilhas ilustradas serão elaboradas, tendo como base trabalhos já feitos e literatura científica, com linguagens acessíveis ao público. Será desenvolvido um livro com os resultados contendo metodologias aplicadas, fotografias das peças e atuação dos discentes e das comunidades. Os cursos terão carga horária de 40h, abrangendo aulas teóricas e práticas.

Resultados esperados: melhoria da renda das comunidades, continuidade dos projetos de compreensão da visão da comunidade diante do trabalho feito e por meio de respostas de questionários serão elaboradas melhorias para execução de novos projetos de extensão pesqueira.



**Prêmio
Celso Furtado
de Desenvolvimento Regional**

Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida

COMISSÃO ORGANIZADORA

Ministério da Integração Nacional
SÉRGIO DUARTE DE CASTRO - Presidente
Secretário de Desenvolvimento Regional

ADRIANA MELO ALVES
Diretora de Gestão de Políticas de Desenvolvimento Regional

PAULO PITANGA DO AMPARO
Coordenador-Geral de Planejamento Estratégico

MARIA JOSÉ MONTEIRO
Coordenadora do Prêmio Celso Furtado de Desenvolvimento
Regional Edição 2012: homenagem a Rômulo de Almeida

ALIERCE JANUÁRIA DOS SANTOS
ANA CAROLINA ABREU
JÉSSICA DA SILVA BRITO
KATIA MARCIA YAJIMA HABARA
LUIZ CARLOS DE LIMA
LUÍZA PEREIRA DE CASTRO
MANOEL DELCIONE DE ARAÚJO
MARIA AMÉLIA DE ALMEIDA

COMISSÃO JULGADORA

SÉRGIO DUARTE DE CASTRO

Presidente

Secretário de Desenvolvimento Regional

MARCOS FORMIGA

Presidente Substituto

Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento

CATEGORIA I – PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO

JÚLIO ALFREDO ROSA PASCHOAL

Pontifícia Universidade Católica (PUC/GO)

CARLOS ANTÔNIO BRANDÃO

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ)

RAINER RANDOLPH

Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Rural (IPPUR)/

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

LEONARDO MONASTÉRIO

Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e

Universidade Católica de Brasília (UCB)

EDUARDO JOSÉ MONTEIRO DA COSTA

Universidade Federal do Pará (UFPA)

TÂNIA BACELAR DE ARAÚJO

Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

ALEXANDRE MENDES CUNHA

Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar)/

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e

Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em

Planejamento Urbano e Regional (Anpur)

CATEGORIA II – PRÁTICAS EXITOSAS DE PRODUÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL

ROBERTO BAUNGARTNER

Ticket Serviços S.A.

ROBSON JOSÉ DE CARVALHO SCHMIDT

Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae)

BRENO TIBÚRCIO

Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura (IICA)

ISABEL MENDES DE FARIA

Confederação Nacional da Indústria (CNI)

HELENA IBIAPINA LIMA

Fundação Universitária José Bonifácio (FUJB)

GUSTAVO MAURÍCIO FILGUEIRAS NOGUEIRA

Conselho Nacional de Secretários Estaduais de Planejamento (Conseplan)

CATEGORIA III – PROJETOS INOVADORES PARA IMPLANTAÇÃO NO TERRITÓRIO

ODUVAL LOBATO NETO

Banco da Amazônia S.A.

EDUARDO KAPLAN BARBOSA

Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)

MARLENE APARECIDA FURTADO KERBER

Banco Regional de Desenvolvimento do Extremo Sul (BRDE)

WELLINGTON SANTOS DAMASCENO

Banco do Nordeste do Brasil (BNB)

PAULO ROBERTO DOS SANTOS PINTO

Banco do Brasil (BB)

LÉA CONTIER DE FREITAS

Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI)

CONSULTORES AVALIADORES

JOSÉ EDUARDO CASSIOLATO

Coordenador

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

CATEGORIA I - PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO ACADÊMICO

CLEONICE ALEXANDRE LE BOURLEGAT

Universidade Católica Dom Bosco (UCDB)

FÁBIO CARLOS DA SILVA

Universidade Federal do Pará (UFPA)

RENATO RAMOS CAMPOS

Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

CATEGORIA II - PRÁTICAS EXITOSAS DE PRODUÇÃO E GESTÃO INSTITUCIONAL

CRISTINA SANTOS AMORIM

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

FLÁVIO JOSÉ MARQUES PEIXOTO

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)

SEVERINO JOSÉ DE LIMA

Universidade Federal de Campina Grande (UFCG)

CATEGORIA III - PROJETOS INOVADORES PARA IMPLANTAÇÃO NO TERRITÓRIO

MAURO THURY DE VIEIRA SÁ

Universidade Federal da Amazônia (Ufam)

MARCO ANTÔNIO VARGAS

Universidade Federal Fluminense (UFF)

MARCELO GERSON PESSOA DE MATOS

Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)